ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLI Nº 214

Brasília - DF, quarta-feira, 5 de novembro de 2014

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 4
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 9
Ministério da Cultura 10
Ministério da Defesa 14
Ministério da Educação 17
Ministério da Fazenda 19
Ministério da Integração Nacional 29
Ministério da Justiça 29
Ministério da Pesca e Aquicultura 32
Ministério da Previdência Social 33
Ministério da Saúde 33
Ministério das Cidades 37
Ministério das Comunicações 39
Ministério das Relações Exteriores 42
Ministério de Minas e Energia 42
Ministério do Desenvolvimento Agrário 55
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 56
Ministério do Esporte 56
Ministério do Meio Ambiente 56
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 58
Ministério do Trabalho e Emprego 59
Ministério dos Transportes 61
Conselho Nacional do Ministério Público 63
Ministério Público da União 64
Tribunal de Contas da União 66
Poder Judiciário 110
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 111

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

EMB.DECL. NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.931 **(1)**
ORIGEM : ADI - 72301 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
EMBDO.(A/S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - HOSPITAIS ESTABELECIMENTOS E SERVIÇOS - CNS
ADV.(A/S) : MARCELO HENRIQUES RIBEIRO DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolheu os embargos de declaração. Ausentes, neste julgamento, os Ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 22.10.2014.

Secretaria Judiciária
JOÃO BOSCO MARCIAL DE CASTRO
Secretário

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Presidência da República

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 3 de novembro de 2014

Entidade: AR CERTIFICADO DIGITAL
CNPJ: 12.975.4000/0001-00
Processo Nº: 00100.000271/2014-41
Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 34/37), RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro CERTIFICADO DIGITAL, operacionalmente vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA, com fulcro no item 2.2.3.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.7, de 06 de junho de 2014. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

Entidade: AR NACIONAL
CNPJ: 10.909.663/0001-87
Processo Nº: 00100.000286/2014-17
Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 31/34), RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro NACIONAL, operacionalmente vinculada à AC CERTISIGN RFB, com fulcro no item 2.2.3.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.7, de 06 de junho de 2014. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 847, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014

Institui o Comitê de Gestão da Procuradoria-Geral Federal e disciplina o seu funcionamento.

O PROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso das suas atribuições contidas no artigo 11, § 2º, incisos I, da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Fica criada no âmbito da Procuradoria-Geral Federal - PGF o Comitê de Gestão - CG/PGF, órgão colegiado de natureza consultiva, vinculado ao Gabinete do Procurador-Geral Federal.

Art. 2º São objetivos do CG/PGF, entre outros:

I - incentivar a cultura da participação dos membros da carreira de Procurador Federal na gestão da PGF;

II - ampliar os canais de diálogo entre a PGF e os membros da carreira de Procurador Federal;

III - fomentar o debate e o interesse por assuntos relacionados à gestão;

IV - identificar problemas relacionados à gestão no âmbito da PGF e propor medidas para solucioná-los.

Art. 3º Compete ao CG/PGF, no exercício de sua função opinativa:

I - analisar e propor soluções e projetos de inovação em matérias relacionadas à gestão da PGF;

II - acompanhar o cumprimento do Planejamento Estratégico da PGF;

III - auxiliar na divulgação dos atos e projetos relacionados à gestão da PGF;

IV - sugerir a criação ou a extinção de unidades da PGF;

V - opinar sobre os critérios para melhor distribuição da força de trabalho no âmbito da PGF;

VI - auxiliar no desenvolvimento de modelos de medição de desempenho institucional na PGF;

VII - analisar e propor projetos voltados à qualidade do ambiente laboral e do relacionamento interpessoal dos membros da carreira de Procurador Federal, servidores e demais colaboradores da instituição; e

VIII - opinar sobre outros temas relacionados à gestão que lhe sejam submetidos pelo Procurador-Geral Federal.

Art. 4º O CG/PGF será composto pelos seguintes membros:

I - o Procurador-Geral Federal, que a coordenará;

II - o Subprocurador-Geral Federal;

III - o Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão;

IV - o Coordenador-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos;

V - o Coordenador-Geral de Pessoal

VI - o Representante da Carreira de Procurador Federal no Conselho Superior da AGU;

VII - um Procurador-Regional Federal, indicado pelos demais;

VIII - um Procurador Federal representante de cada Região;

IX - um Procurador Federal representante de cada Fórum de Procuradores-Chefes junto às autarquias e fundações públicas federais; e

X - um Procurador Federal em exercício na Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS - PFE/INSS.

§ 1º A escolha dos membros referidos nos incisos VIII, IX e X deverá ser realizada pelo Procurador-Geral Federal, após apresentação dos currículos pelos interessados à respectiva Procuradoria-Regional Federal, ao Coordenador do correspondente Fórum de Procuradores-Chefes ou ao Procurador-Chefe da PFE/INSS, respectivamente.

§ 2º Os Procuradores-Regionais Federais, os Coordenadores dos Fórum de Procuradores-Chefes junto às autarquias e fundações públicas federais e o Procurador-Chefe da PFE/INSS deverão submeter todos os currículos recebidos ao Procurador-Geral Federal.

§ 3º No processo de escolha previsto no § 1º, será considerada, em especial, a experiência acadêmica e profissional do interessado na área de gestão.

§ 4º Os membros referidos nos incisos VIII, IX e X não poderão ser titulares de cargo comissionado e função gratificada, nem poderão tê-los exercido nos últimos 6 meses anteriores ao início do processo de escolha.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 5º Os membros referidos nos incisos VIII, IX e X exercerão suas funções pelo mesmo prazo e em período coincidente com os do Representante da Carreira de Procurador Federal no Conselho Superior da AGU, vedada a recondução.

§ 6º O Coordenador poderá designar um dos membros do CG/PGF, ou outro Procurador Federal ou servidor, para oficiar como secretário das reuniões.

Art. 5º São atribuições do Coordenador do CG/PGF:

I - convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;

II - elaborar a pauta das reuniões;

III - designar relator para as matérias e fixar prazo para apresentação de relatório;

IV - assinar e despachar os comunicados, expedientes e demais atos da CG/PGF;

V - iniciar e encerrar as reuniões; e

VI - decidir eventuais questões de ordem.

Art. 6º Até que o CG/PGF proponha e o Procurador-Geral Federal aprove e edite portaria específica, a forma de funcionamento CG/PGF será regulada conforme disposto nos artigos seguintes.

Art. 7º A CNPG se reunirá ordinariamente com periodicidade bimestral.

§ 1º As reuniões ordinárias do CG/PGF serão, preferencialmente, presenciais.

§ 2º O coordenador poderá designar reuniões extraordinárias, quando necessário.

Art. 8º As propostas aprovadas no âmbito do CG/PGF, de natureza opinativa, serão encaminhadas ao Procurador-Geral Federal para avaliação.

Parágrafo único. O CG/PGF decidirá por maioria simples, cabendo ao Coordenador o voto apenas em caso de empate.

Art. 9º A primeira reunião do CG/PGF deverá ser realizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta Portaria.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Art. 10 No prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da primeira reunião do CG/PGF, deverá ser encaminhado ao Procurador-Geral Federal sugestão de minuta de portaria de instalação e disciplina de Comitês de Gestão locais, com previsão de funcionamento junto às Procuradorias Regionais Federais e Procuradorias Federais nos Estados.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

PORTARIA Nº 905, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

Altera o § 2º do art. 1º da Portaria PGF nº 846, de 19 de dezembro de 2013, que consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso - PF/MT, e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 363, de 12 de março de 2009 e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º O § 2º do art. 1º da Portaria PGF nº 846, de 19 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2013, Seção 1, páginas 16 e 17, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.....
.....

§ 2º A assunção da representação judicial atribuída no *caput* e em seu § 1º dar-se-á imediatamente.

....."

Art. 2º Fica revogada a Portaria PGF nº 565, de 20 de julho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 22 de julho de 2010, Seção 1, página 6.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

SECRETARIA DE PORTOS
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

DESPACHO DE JULGAMENTO Nº 64, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 50304.002366/2013-08
Empresa penalizada: Porto do Recife S.A., CNPJ Nº 04.417.870/0001-11. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer o recurso interposto pela processada, e no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 114.400,00, pela prática da infração tipificada no inciso XXIX do artigo 32 da Norma aprovada pela Resolução 3.274-ANTAQ.

BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO
Superintendente

UNIDADE REGIONAL DE BELÉM

DESPACHO DE JULGAMENTO Nº 6, DE 6 DE JUNHO DE 2014

Processo nº 50305.000461/2014-31
Empresa penalizada: Idevaldo Sarges Ramos, CNPJ Nº 34.880.252/0001-74. Objeto e Fundamento Legal: Aplicação de penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 500,00, por cometimento da infração tipificada no art. 20, inciso XXI, da Norma aprovada pela Resolução nº 912-ANTAQ.

RONI PEREZ DE MELLO
Chefe
Substituto

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO

RESOLUÇÃO Nº 53, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA, no uso da atribuição que lhe confere a letra "g", do artigo 17, do Estatuto Social da Companhia, e consoante decisão tomada pela Diretoria Executiva em sua 1542 ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de outubro de 2014, resolve

I. Revogar a Resolução 38, de 08/08/2012;

II. Colocar em vigor a Norma de Faturamento/Cobrança de Serviços Portuários, conforme documento anexo.

RAUL MOURA DE SÁ
Substituto

NORMA SOBRE FATURAMENTO/COBRANÇA DE SERVIÇOS PORTUÁRIOS

1) OBJETIVO

Estabelecer os critérios e procedimentos a serem adotados para o faturamento e cobrança dos serviços portuários prestados pela Autoridade Portuária CODESA aos Agentes das Embarcações, Arrendatários e Operadores Portuários.

2) COMPETÊNCIAS:

1. Coordenação Financeira e Orçamentária - CODFOR, realizar a administração dos dados relativos à cobrança dos serviços prestados, através da emissão de notas fiscais eletrônicas e notas de débito, o controle dos recebíveis e acompanhamento da cobrança sistemática dos créditos devidos pelos Armadores ou Prepostos, Arrendatários e Operadores Portuários.

2. Coordenação de Tecnologia da Informação - COINFO, dar suporte técnico ao desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas de processamento de dados que visem fornecer melhor rapidez na emissão de notas fiscais eletrônicas e notas de débito e atualização dos débitos para a cobrança.

3. Coordenação de Programação Operacional - CODPRO, efetuar o controle das atracações, desatracações de embarcações, inserção dos Pagamentos de Serviços Portuários - PSP's com dados preliminares (Nome da Empresa, CNPJ, Porto, Cais, Berço, Tabelas e demais dados) que influenciam o faturamento, através do registro em sistema informatizado disponibilizado pela COINFO e ainda fornecer as informações necessárias à CODFOR, para o cálculo dos valores devidos e respectiva cobrança.

4. Coordenação de Gestão Portuária - COGESP, efetuar o controle das informações com dados das movimentações referentes a execução dos serviços portuários prestados pelos Operadores Portuários (Nome da Empresa, CNPJ, tipo de mercadoria, quantidade, sentido, tipo de navegação e demais dados) que influenciam o faturamento, através do registro em sistema informatizado disponibilizado pela COINFO e fornecer as demais informações necessárias à CODFOR, para o cálculo dos valores devidos e respectiva cobrança.

5. Coordenação de Arrendamento e Contratos - COARCO, o encaminhamento da documentação referente aos contratos de arrendamentos/aluguéis de áreas, instalações e equipamentos, reajustes contratuais, planilhas de movimentação mensal de cargas das áreas arrendadas e terminais privativos à CODFOR, para a respectiva cobrança.

6. Coordenação Jurídica - COJURI, dar suporte técnico para os casos de inadimplência, orientando e movendo ações judiciais cabíveis, bem como, instaurando processo administrativo junto aos órgãos externos competentes, quando for o caso.

7. Coordenação Contábil - CODCON, dar suporte técnico para os casos contábeis, orientando e auxiliando a CODFOR nos quesitos tarifários que influenciam a contabilidade.

3) DEFINIÇÕES

Para efeito de aplicação desta Norma, considera-se a seguir:

1. ARRENDATÁRIO - pessoa jurídica constituída para explorar determinada área e/ou instalação do Porto Organizado de caráter público.

2. SERVIÇO/OPERAÇÃO PORTUÁRIA - movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, realizada no porto organizado por Operadores Portuários.

3. OPERADOR PORTUÁRIO - pessoa jurídica pré-qualificada para a execução de operação portuária na área do Porto Organizado.

4. INFRA-ESTRUTURA - facilidades referentes à utilização das instalações portuárias para movimentação de mercadorias.

5. AGENTE DA EMBARCAÇÃO - pessoa jurídica, preposta do armador, responsável pela embarcação junto à autoridade portuária.

4) CRITÉRIOS

4.1. PRAZOS DE VENCIMENTO, PAGAMENTO E PRORROGAÇÃO

a) Os serviços portuários das Tabelas (I e II) são de responsabilidade do Agente da Embarcação, sendo que os serviços das Tabelas (III, V e VI) de responsabilidade do Operador Portuário. Em ambos os casos dever ser efetuado o depósito prévio da caução no valor correspondente de 80% da previsão dos serviços a serem prestados, baseado na tonelagem e/ou quantidade de carga a ser movimentada.

I. O Operador Portuário responsável pela as Tabelas (III, V e VI) poderá ser o responsável pela a Tabela I, desde que informado no momento da Solicitação da Atracação (SDA).

II. O Agente da Embarcação responsável pelas as Tabela I e II poderá ser o responsável pela as Tabelas (III, V e VI), desde que informado no momento da Solicitação da Atracação (SDA). Neste caso o Operador Portuário será co-responsável junto a CODESA,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS
IMPRENSA NACIONAL 1808

caso o Agente da Embarcação não venham a arcar com os pagamentos devidos, tal efeito ocorre devido a responsabilidade do Operador Portuário diante da Autoridade Portuária conforme elencados no Art. 62 da Lei 12.815 de 5 de Julho de 2013.

b) Os serviços portuários da Tabela (IV) são de responsabilidade do Importador e/ou Exportador da mercadoria. No caso da importação antes da retirada da mercadoria e na exportação antes do embarque da mesma, deve ser o depósito prévio da caução de 100% do valor previsto. Salientamos que o Operador Portuário da Operação de Armazenagem (retirada ou embarque da mercadoria) será co-responsável junto a CODESA, caso o importador ou exportador não venham a arcar com os pagamentos devidos, tal efeito ocorre devido a responsabilidade do Operador Portuário diante da Autoridade Portuária conforme elencados no Art. 62 da Lei 12.815 de 5 de Julho de 2013.

c) Quando a operação portuária de importação e exportação ocorrer aos sábados, domingos e/ou feriados, o pagamento da caução deverá ser efetuado com antecedência de 1 (um) dia útil à movimentação, observando o horário de expediente bancário, visando não ter problemas nas operações.

d) Se a empresa não tiver a previsão de movimentação de carga a ser realizada, deverá depositar quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Este valor será atualizado conforme a tarifa portuária.

e) É de responsabilidade da COGESP, após a desatracação das embarcações, no prazo máximo de 7 (sete) dias, inserir no sistema todas as informações necessárias para emissão da respectiva cobrança pela CODFOR, como também, no caso da Tabela IV que diz respeito a armazenagem de mercadorias após o termino total da operação. No caso de operações de re-despacho de mercadorias, a movimentação da atracação só será finalizada após o fim do re-despacho, observando o prazo acima.

f) A cobrança será emitida no prazo de 2 (dois) dias úteis, depois de recebida a documentação hábil das coordenações (CODPRO/COGESP/COARCO). A Nota Fiscal Eletrônica estará disponível nos sites das Prefeituras Municipais. Com relação a Nota de Débito será encaminha via e-mail pela a CODESA."

g) O vencimento do título será de 15 (quinze) dias, contados da data de emissão pela CODESA, e estará disponível eletronicamente por 3 (três) dias corridos no site da Banco do Brasil S/A, após este prazo o boleto bancário será expedido para o endereço físico da empresa.

h) No caso de liquidação de fatura após o vencimento, a mesma será acrescida de juros de 1% a.m., proporcionalmente ao período de atraso.

i) Após 30 dias de atraso, além dos juros acima mencionado, incidirá variação positiva do IGP-M do período.

j) Após o vencimento do título, sem prejuízo da cobrança de juros descrita no item (4.1.h), incidirá, sobre o valor atualizado, também multa de 2% (dois por cento).

k) Sob nenhuma hipótese será concedida prorrogação de prazo para pagamento de título após o seu vencimento, ressalvado o que estabelece o item (4.3) desta Norma, ou, quando devidamente comprovado pelo devedor o recebimento do título após a data de vencimento.

4.2. LOCAIS DE PAGAMENTO

a) O pagamento dos títulos será efetuado em qualquer agência bancária até o vencimento. Após o vencimento só será aceito via depósito identificado, com a incidência dos itens (4.1.h), (4.1.i) e (4.1.j).

b) Após o "quinto" dia do vencimento do título, o mesmo poderá ser enviado ao Cartório de Protesto de Títulos, cabendo o devedor a responsabilidade pelas custas cartorárias.

4.3. PAGAMENTO DE TÍTULO FORA DO VENCIMENTO SEM JUROS

A Coordenação Financeira e Orçamentária - CODFOR da CODESA, somente receberá o pagamento de títulos vencidos, sem os correspondentes acréscimos, mediante autorização da Diretoria de Administração e Finanças - DIRAFI.

4.4. DÉBITOS

a) A Coordenação Financeira e Orçamentária - CODFOR emitirá um relatório mensal para os e-mails dos coordenadores da COGESP/CODPRO/COARCO/COJURI e aos Diretores da Companhia.

b) Após 30 (trinta) dias de atraso de qualquer tipo de cobrança, os devedores ficarão impedidos de utilizar os equipamentos e infraestrutura do Porto.

c) Os devedores com atraso superior a 75 (setenta e cinco) dias, observado a legislação vigente, terão seus nomes incluídos no Cadastro Informativo - CADIN. A CODFOR relacionará os títulos vencidos e não liquidados, para serem encaminhadas à Coordenação Jurídica - COJURI da CODESA, para análise sobre os aspectos legais, retornando no prazo de até 10 (dez) dias à Coordenação de Finanças e Orçamento - CODFOR, para providências necessárias de inclusão no CADIN.

d) A COJURI deverá manter a CODFOR sempre informada das medidas tomadas, visando a não duplicidade de cobrança.

e) A Diretoria Executiva da CODESA poderá liberar o usuário de utilizar-se de novos serviços requisitados, desde que efetue antecipadamente o pagamento dos mesmos, com a devida autorização por escrito do Diretor-Presidente, com base em exposição de motivos devidamente fundamentada pela Diretoria de Infraestrutura e Operações - DIROPE.

f) De acordo com a legislação vigente, a CODFOR no mês de novembro de cada ano, providenciará o levantamento dos débitos de títulos pendentes de recebimento, para fins de baixa no contas a receber, independente dos recursos utilizados para sua cobrança, encaminhando à DIRAFI para análise e posterior apreciação e aprovação da Diretoria Executiva - DIREXE.

4.5. CRÉTIOS E RESTITUIÇÃO

Semanalmente será feito a devolução de créditos a restituir e PSP's não utilizados, motivados pelo cancelamento de atracação da embarcação e outros fatores. Caso necessário, será feito encontro de contas e compensações para pagamentos e baixas de outros títulos ou novos PSP's.

5) PROCEDIMENTOS

5.1. COBRANÇA DE MOVIMENTAÇÕES DE CARGAS

a) A Coordenação de Programação Operacional - CODPRO irá providenciar a inserção das atracações no sistema informatizado e os respectivos serviços como manobras de atracação, desatracação e dentre outras cobranças prevista na Tabela de Serviços, informando sempre o Agente da Embarcação responsável por cada serviço executado.

b) A Coordenação de Gestão Portuária - COGESP, após a conclusão da operação portuária, providenciará a inserção dos dados no sistema informatizado, dentre eles: tipo de mercadoria movimentada, equipamentos utilizados, armazenagem, consumo de água e energia durante a operação do navio, bem como, a compensação da Norma de Atracação (Resolução 006/2008).

c) A Coordenação Financeira e Orçamentária - CODFOR, a partir das informações encaminhadas pelas CODPRO e COGESP, processará as mesmas e gerará a cobrança contra o devedor responsável informado pela COGESP/CODPRO no sistema informatizado.

d) O devedor responsável, mediante o recebimento da cobrança emitida pela CODFOR, providenciará o pagamento conforme estabelecido nesta Norma, observando o prazo de vencimento.

5.2. COBRANÇA DE ARRENDAMENTOS E OUTROS CONTRATOS

a) A Coordenação de Arrendamento e Contratos - COARCO irá providenciar a inserção dos dados das parcelas no sistema de contratos, inclusive rateios de parcelas, finalizações de contratos, vencimentos, bem como, multas e outras compensações financeiras devidas pelos arrendatários.

b) A Coordenação Financeira e Orçamentária - CODFOR, a partir das informações inseridas no sistema de contrato pela COARCO emitirá a cobrança contra o arrendatário responsável.

c) O Arrendatário responsável, mediante o recebimento da cobrança emitida pela CODFOR, providenciará o pagamento conforme estabelecido nesta Norma, observando o prazo de vencimento.

5.3. EMISSÃO DA COBRANÇA DOS SERVIÇOS

a) A Coordenação Financeira e Orçamentária - CODFOR, processará os dados para o cálculo e cobrança dos serviços portuários prestados, 02 (dois) dias úteis depois de recebidas as informações completas da COGESP/CODPRO, sobre o término da operação e fechamento do navio.

b) A Coordenação Financeira e Orçamentária - CODFOR, emitirá a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e Nota de Débito no formato digital.

5.4. RECEBIMENTO DOS TÍTULOS

O recebimento será feito por meio de pagamento via boleto ou depósito identificado na conta da CODESA junto a Instituição Bancária por ela indicada.

5.5. BAIXA DE CONTAS A RECEBER

A Coordenação Financeira e Orçamentária - CODFOR, diariamente, com base no movimento bancário, processará a baixa dos títulos no Contas a Receber, gerando um relatório diário de liquidação, o qual será encaminhado à Coordenação de Contabilidade - CODCON, com os avisos de créditos correspondentes.

5.6. CORREÇÃO DA COBRANÇA

a) As solicitações sobre correção dos valores dos títulos deverão ser protocoladas por meio de carta com o papel timbrado da empresa e postada no protocolo geral da CODESA, em até 10 (dez) dias antes do vencimento.

b) No caso da solicitação se dar com 4 (quatro) dias antes do vencimento ou após, deverá ser pago o valor total do título, sem nenhum tipo de abatimento ou glosa.

c) Recebido o pedido no tempo previsto no item (5.6.a) anterior, caberá a CODFOR encaminhar para a COGESP/CODPRO/COARCO/COJURI, para analisar e emitir parecer no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

d) No caso de indeferimento do pedido, prevalecerá a data fixada no título para vencimento, sendo cobrados, por atraso, os encargos previstos nos itens (4.1.h), (4.1.i) e (4.1.j) desta Norma.

e) Não atendido pela COGESP/CODPRO/COARCO/COJURI o prazo previsto no item (5.6.c), o prazo de vencimento do título será com base no item (4.1.g).

f) Se após a emissão do título for constatada incorreção no valor a ser pago, a CODFOR providenciará o seu estorno, mediante expedição de novo título.

g) Caso concorde, o devedor poderá solicitar o documento de Carta de Correção da Cobrança, para dados cadastrais e outros dados que não comprometam diante dos órgãos de fiscalização.

h) A Coordenação Financeira e Orçamentária - CODFOR efetuará as baixas e registros necessários, quando ocorrer cancelamento da cobrança.

6) DISPOSIÇÕES GERAIS

Serão processados diariamente pela CODFOR, os relatórios do sistema de faturamento, necessários ao gerenciamento e acompanhamento da cobrança.

Casos omissos ou dúvidas sobre a sistemática de faturamento e cobrança devem ser dirigidos a Coordenação Financeira e Orçamentária - CODFOR, para posterior decisão da Diretoria Executiva.

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIAS DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 41, inciso XLI, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n° 110, de 15 de setembro de 2009, e alterações posteriores, nos termos do disposto na Instrução Suplementar nº 108-001 A - Programa de Segurança do Operador Aéreo, de 15 de maio de 2013, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, conforme as responsabilidades estabelecidas no Decreto nº 7.168 - Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil (PNAVSEC), de 5 de maio de 2010, resolve:

Nº 2.574 - Aprovar o Programa de Segurança de Operador Aéreo (PSOA) da TAMPA CARGO S.A. Processo nº 00058.070954/2013-47.

Nº 2.575 - Aprovar o Programa de Segurança de Operador Aéreo (PSOA) da TRANS AMERICAN AIRLINES - TACA PERU. Processo nº 00058.070930/2013-98.

Nº 2.576 - Aprovar o Programa de Segurança de Operador Aéreo (PSOA) da AEROVIAS DEL CONTINENTE AMERICANO. Processo nº 00058.065355/2013-10.

Nº 2.577 - Aprovar o Programa de Segurança de Operador Aéreo (PSOA) da LINHAS AEREAS COSTARRICENSES - LACSA. Processo nº 00058.065300/2013-00.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

FABIO FAIZI RAHNEMAY RABBANI

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RESOLUÇÃO Nº 102, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Nega provimento ao pedido de reconsideração apresentado em face da Resolução CAMEX nº 74, de 22 de agosto de 2014.

O CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX com fundamento no art. 3º do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista a Resolução CAMEX nº 13, de 29 de fevereiro de 2012,

Considerando o contido na Nota Técnica nº 06201/2014/COGCI/SEAE/MF da Secretaria do Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Negar provimento ao pedido de reconsideração apresentado pela WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S/A em face da Resolução CAMEX nº 74, de 22 de agosto de 2014, publicada em 25 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO BORGES LEMOS
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 103, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Nega provimento ao pedido de reconsideração apresentado em face da Resolução CAMEX nº 74, de 22 de agosto de 2014.

O CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX com fundamento no art. 3º do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista a Resolução CAMEX nº 13, de 29 de fevereiro de 2012,

Considerando o contido na Nota Técnica nº 06200/2014/COGCI/SEAE/MF da Secretaria do Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e Nota Informativa nº 91/2014/CAMEX da Secretaria Executiva da CAMEX, resolve:

Art. 1º Negar provimento ao pedido de reconsideração apresentado pela APERAM INOX AMÉRICA DO SUL S/ A em face da Resolução CAMEX nº 74, de 22 de agosto de 2014, publicada em 25 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO BORGES LEMOS
Presidente do Conselho

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 56, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

Resumos dos pedidos de Registro Especial Temporário atendendo aos dispositivos legais do artigo 27 do Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei 7.082, de 11 de julho de 1989.

1. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: IHE 0714
Grupo Químico: Não se aplica.
Ingrediente Ativo: *Baculovirus spodoptera*
Nome do Requerente: Iharabras S/A Indústrias Químicas
Número do Processo: 21000.006781/2014-20
Data do protocolo: 26/09/2014
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de abacaxi, abóbora, abobrinha, alface, alfafa, algodão, alho, amendoim, arroz, arroz irrigado, aveia, banana, batata, berinjela, beterraba, cacau, café, cana-de-açúcar, cebola, cenoura, cevada, citros, côco, couve, couve-flor, dendê, ervilha, eucalipto, feijão, fumo, girassol, goiaba, gramado, maçã, mamão, mandioca, manga, maracujá, melancia, melão, milheto, milho, morango, pastagens, pepino, pêra, pêssego, pimentão, pinhão-manso, pinus, repolho, rosa, seringueira, soja, sorgo, tomate, tomate industrial, tratamento do solo, trigo, uva.

2. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: IHE 0214
Grupo Químico: Não se aplica.
Ingrediente Ativo: *Bacillus mycoides* isolate J
Nome do Requerente: Iharabras S/A Indústrias Químicas
Número do Processo: 21000.007340/2014-45
Data do protocolo: 17/10/2014
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de abacaxi, abóbora, abobrinha, alface, alfafa, algodão, alho, amendoim, arroz, arroz irrigado, aveia, banana, batata, berinjela, beterraba, cacau, café, cana-de-açúcar, cebola, cenoura, cevada, citros, côco, couve, couve-flor, dendê, ervilha, eucalipto, feijão, fumo, girassol, goiaba, gramado, maçã, mamão, mandioca, manga, maracujá, melancia, melão, milheto, milho, morango, pastagem, pepino, pêra, pêssego, pimentão, pinhão-manso, pinus, repolho, rosa, seringueira, soja, sorgo, tomate, tomate industrial, tratamento do solo, trigo, uva.

3. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: Vacciplant Fruits and vegetables
Grupo Químico: Não se aplica.
Ingrediente Ativo: *Laminaria digitata*
Nome do Requerente: Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda.
Número do Processo: 21000.006804/2014-04
Data do protocolo: 29/09/2014
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de alface, alho, batata, beterraba, brócolis, cebola, cenoura, pepino, pimentão, repolho, tomate, algodão, arroz de sequeiro, arroz irrigado, aveia, café, cana-de-açúcar, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, trigo, banana, citros, goiaba, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, morango, pêra, pêssego e uva.

4. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: Vacciplant Fruits Grandes Cultures
Grupo Químico: Não se aplica.
Ingrediente Ativo: *Laminaria digitata*
Nome do Requerente: Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda.
Número do Processo: 21000.006805/2014-41
Data do protocolo: 29/09/2014
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de alface, alho, batata, beterraba, brócolis, cebola, cenoura, pepino, pimentão, repolho, tomate, algodão, arroz de sequeiro, arroz irrigado, aveia, café, cana-de-açúcar, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, trigo, banana, citros, goiaba, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, morango, pêra, pêssego e uva.

5. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: WIN 001; WIN 002; WIN 003; WIN 004; WIN 005; WIN 006; WIN 007; WIN 008; WIN 009; WIN 010; WIN 011; WIN 012; WIN 013; WIN 014; WIN 015.
Grupo Químico: Neonicotinóide, Estrobilurina, Piretróide, Triazol, Oxima ciclohexanodiona, Análogo de pirazol, Bipiridílo, Ciclohexenodicarb oximida, Homoalanina substituída, Ácido ariloxifenoxipropiônico, Oxiadiazina, Organofosforado, Éter piridiloxipropílico e Triazolona.
Ingrediente Ativo: Acetamiprid, azoxistrobin, bifentrina, ciproconazole, cletodim, clorfenapir, difenoconazole, diquat, flumioxazin, glufosinato, haloxifop, indoxacarbe, malation, piriproxifen e sulfentrazone.
Nome do Requerente: Biorisk Assessoria e Comércio De Produtos Agrícolas Ltda.
Número do Processo: 21000.006961/2014-10
Data do protocolo: 03/10/2014
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos e ecotoxicológicos.

6. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: WIN 001f; WIN 002f; WIN 003f; WIN 004f; WIN 005f; WIN 006f; WIN 007f; WIN 008f; WIN 009f; WIN 010f; WIN 011f; WIN 012f; WIN 013f; WIN 014f; WIN 015f.
Grupo Químico: Neonicotinóide, Estrobilurina, Piretróide, Triazol, Oxima ciclohexanodiona, Análogo de pirazol, Bipiridílo, Ciclohexenodicarb oximida, Homoalanina substituída, Ácido ariloxifenoxipropiônico, Oxiadiazina, Organofosforado, Éter piridiloxipropílico e Triazolona.
Ingrediente Ativo: Acetamiprid, azoxistrobin, bifentrina, ciproconazole, cletodim, clorfenapir, difenoconazole, diquat, flumioxazin, glufosinato, haloxifop, indoxacarbe, malation, piriproxifen e sulfentrazone.
Nome do Requerente: Biorisk Assessoria e Comércio De Produtos Agrícolas Ltda.
Número do Processo: 21000.006883/2014-45
Data do protocolo: 01/10/2014
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação.

7. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: Best HD
Grupo Químico: Não se aplica.
Ingrediente Ativo: *Bacillus thuringiensis*
Nome do Requerente: Laboratório de Biocontrole Farroupilha Ltda.
Número do Processo: 21000.007102/2014-30
Data do protocolo: 08/10/2014
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de abacate, amendoim, cana-de-açúcar, citros, eucalipto, feijão, milho, soja e tomate.

8. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: Best WG
Grupo Químico: Não se aplica.
Ingrediente Ativo: *Bacillus thuringiensis*
Nome do Requerente: Laboratório de Biocontrole Farroupilha Ltda.
Número do Processo: 21000.007103/2014-84
Data do protocolo: 08/10/2014
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de abacate, amendoim, cana-de-açúcar, citros, eucalipto, feijão, milho, soja e tomate.

9. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: KBR-1S9M1
Grupo Químico: Não se aplica.
Ingrediente Ativo: *Amblyseius swirskii*
Nome do Requerente: Koppert do Brasil Holding Ltda.
Número do Processo: 21000.007386/2014-64
Data do protocolo: 22/10/2014
Indicação de Uso Pretendido: Avaliação da eficiência do ácaro predador *swirskii* no controle de larvas das pragas-alvo Ácaro rajado (*Tetranychus urticae*), Ácaro vermelho das palmeiras (*Raoiella indica*), Ácaro purpúreo (*Panonynchus citri*), Ácaro branco (*Polyphagotarsonemus latus*), Ácaro do morango (*Tarsonemus pallides*), Brevipalpus (*Brevipalpus spp*), Ácaro da Macieira (*Panonynchus ulmi)* e realizar estudos de ajuste de formulação, bem como testes físico-químicos, ecotoxicológicos, toxicológicos e da patogenicidade para fins de registro.

10. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: KBR-M66W7
Grupo Químico: Não se aplica.
Ingrediente Ativo: *Metschnikowia fructicola*
Nome do Requerente: Koppert do Brasil Holding Ltda.
Número do Processo: 21000.007385/2014-10
Data do protocolo: 22/10/2014
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de alface, algodão, banana, batata, café, cana-de-açúcar, cebola, citros, côco verde, crisântemo, feijão, fumo, manga, melão, milho, soja, tomate e uva.

11. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: BS0114
Grupo Químico: Não se aplica.
Ingrediente Ativo: *Bacillus subtillis*
Nome do Requerente: Bio Soja Indústrias Químicas e Biológicas Ltda.
Número do Processo: 21000.006043/2014-82
Data do protocolo: 29/08/2014
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de algodão, batata, cana-de-açúcar, café, citros, feijão, milho, soja, tomate e trigo.

12. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: Previsto
Grupo Químico: Não se aplica.
Ingrediente Ativo: Hidróxido de cobre
Nome do Requerente: Cross Link Consultoria e Comércio Ltda.
Número do Processo: 21000.007352/2014-70
Data do protocolo: 20/10/2014
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de batata, café, cebola, cenoura, citros, feijão, goiaba, maçã, manga, melão, pepino, pêssego, pimentão, repolho, tomate e uva.

13. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: Votivo FS240
Grupo Químico: Não se aplica.
Ingrediente Ativo: *Bacillus firmus* Cepa I-1582
Nome do Requerente: Bayer S.A
Número do Processo: 21000.005923/2014-31
Data do protocolo: 26/08/2014
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de algodão, amendoim, arroz, canola, cevada, feijão, girassol, milho, pastagem, soja, sorgo e trigo.

14. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: KBR-HA9S3
Grupo Químico: Não se aplica.
Ingrediente Ativo: *Helicoverpa armigera* nucleopolyhedrovirus (HearNPV)
Nome do Requerente: Itaforte Bioprodutos Ltda.
Número do Processo: 21000.006507/2014-51
Data do protocolo: 16/09/2014
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de alface, algodão, batata, café, cana-de-açúcar, cenoura, citros, espinafre, eucalipto, feijão, melão, milheto, milho, morango, pastagem, pepino, rabanete, rúcula, soja, sorgo, tomate e uva.

15. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: Paclobutrazol Sapec 250 SC
Grupo Químico: Triazol
Ingrediente Ativo: Paclobutrazol
Nome do Requerente: Sapec Agro Brasil Ltda.
Número do Processo: 21000.005779/2014-33
Data do protocolo: 19/08/2014
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos e ecotoxicológicos. Além disso, serão realizados testes de eficácia do produto como regulador de crescimento e a determinação de resíduos para a cultura da manga.

16. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: Verpavex
Grupo Químico: Não se aplica.
Ingrediente Ativo: *Helicoverpa armigera nucleopolyhedrovirus*
Nome do Requerente: Prophyto Comércio e Serviços Ltda.
Número do Processo: 21000.006172/2014-71
Data do protocolo: 04/09/2014
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficiência e praticabilidade agronômica nas culturas de algodão, citros, feijão, milho, soja e tomate.

17. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: TEC 24243 F, TEC 24244 F, TEC 24245 F, TEC 24246 F, TEC 24247 F, TEC 24248 F, TEC 24249 F, TEC 24250 F, TEC 24251 F, TEC 24252 F, TEC 24253 F, TEC 24254 F,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TEC 24255 F, TEC 24256 F, TEC 24257 F, TEC 24258 F, TEC 24259 F, TEC 24260 F, TEC 24261 F, TEC 24262 F, TEC 24263 F, TEC 24264 F, TEC 24265 F, TEC 24266 F, TEC 24267 F, TEC 24268 F, TEC 24269 F, TEC 24270 F, TEC 24271 F, TEC 24272 F.

Grupo Químico: Derivado de pirimidinamina

Ingrediente Ativo: TEC 24243 F, TEC 24244 F, TEC 24245 F, TEC 24246 F, TEC 24247 F, TEC 24248 F, TEC 24249 F, TEC 24250 F, TEC 24251 F, TEC 24252 F, TEC 24253 F, TEC 24254 F, TEC 24255 F, TEC 24256 F, TEC 24257 F, TEC 24258 F, TEC 24259 F, TEC 24260 F, TEC 24261 F, TEC 24262 F, TEC 24263 F, TEC 24264 F, TEC 24265 F, TEC 24266 F, TEC 24267 F, TEC 24268 F, TEC 24269 F, TEC 24270 F, TEC 24271 F, TEC 24272 F.

Nome do Requerente: Basf S.A

Número do Processo: 21000.006646/2014-84

Data do protocolo: 23/09/2014

Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de abacaxi, abóbora, alface, algodão, alho, amendoim, arroz, aveia, banana, batata, berinjela, beterraba, café, cana-de-açúcar, cebola, cenoura, cevada, citros, couve, crisântemo, eucalipto, feijão, girassol, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, milho, morango, nectarina, pepino, pêssego, pimenta, pimentão, quiabo, repolho, rosa, rúcula, soja, sorgo, tomate, trigo e uva.

18. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.

Marca/Código: TEC 24333 F, TEC 24334 F, TEC 24335 F, TEC 24336 F, TEC 24337 F, TEC 24338 F, TEC 24339 F, TEC 24340 F, TEC 24341 F, TEC 24342 F, TEC 24343 F, TEC 24344 F, TEC 24345 F, TEC 24346 F, TEC 24347 F, TEC 24348 F, TEC 24349 F, TEC 24350 F, TEC 24351 F, TEC 24352 F, TEC 24353 F, TEC 24354 F, TEC 24355 F, TEC 24356 F, TEC 24357 F, TEC 24358 F, TEC 24359 F, TEC 24360 F, TEC 24361 F, TEC 24362 F.

Grupo Químico: Derivado de anilida

Ingrediente Ativo: TEC 24333 F, TEC 24334 F, TEC 24335 F, TEC 24336 F, TEC 24337 F, TEC 24338 F, TEC 24339 F, TEC 24340 F, TEC 24341 F, TEC 24342 F, TEC 24343 F, TEC 24344 F, TEC 24345 F, TEC 24346 F, TEC 24347 F, TEC 24348 F, TEC 24349 F, TEC 24350 F, TEC 24351 F, TEC 24352 F, TEC 24353 F, TEC 24354 F, TEC 24355 F, TEC 24356 F, TEC 24357 F, TEC 24358 F, TEC 24359 F, TEC 24360 F, TEC 24361 F, TEC 24362 F.

Nome do Requerente: Basf S.A

Número do Processo: 21000.006653/2014-86

Data do protocolo: 23/09/2014

Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de abacaxi, abóbora, alface, algodão, alho, amendoim, arroz, aveia, banana, batata, berinjela, beterraba, café, cana-de-açúcar, cebola, cenoura, cevada, citros, couve, crisântemo, eucalipto, feijão, girassol, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, milho, morango, nectarina, pepino, pêssego, pimenta, pimentão, quiabo, repolho, rosa, rúcula, soja, sorgo, tomate, trigo e uva.

19. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.

Marca/Código: TEC 24273 F, TEC 24274 F, TEC 24275 F, TEC 24276 F, TEC 24277 F, TEC 24278 F, TEC 24279 F, TEC 24280 F, TEC 24281 F, TEC 24282 F, TEC 24283 F, TEC 24284 F, TEC 24285 F, TEC 24286 F, TEC 24287 F, TEC 24288 F, TEC 24289 F, TEC 24290 F, TEC 24291 F, TEC 24292 F, TEC 24293 F, TEC 24294 F, TEC 24295 F, TEC 24296 F, TEC 24297 F, TEC 24298 F, TEC 24299 F, TEC 24300 F, TEC 24301 F, TEC 24302 F.

Grupo Químico: Derivado de guanidina

Ingrediente Ativo: TEC 24273 F, TEC 24274 F, TEC 24275 F, TEC 24276 F, TEC 24277 F, TEC 24278 F, TEC 24279 F, TEC 24280 F, TEC 24281 F, TEC 24282 F, TEC 24283 F, TEC 24284 F, TEC 24285 F, TEC 24286 F, TEC 24287 F, TEC 24288 F, TEC 24289 F, TEC 24290 F, TEC 24291 F, TEC 24292 F, TEC 24293 F, TEC 24294 F, TEC 24295 F, TEC 24296 F, TEC 24297 F, TEC 24298 F, TEC 24299 F, TEC 24300 F, TEC 24301 F, TEC 24302 F.

Nome do Requerente: Basf S.A

Número do Processo: 21000.006649/2014-18

Data do protocolo: 23/09/2014

Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de abacaxi, abóbora, alface, algodão, alho, amendoim, arroz, aveia, banana, batata, berinjela, beterraba, café, cana-de-açúcar, cebola, cenoura, cevada, citros, couve, crisântemo, eucalipto, feijão, girassol, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, milho, morango, nectarina, pepino, pêssego, pimenta, pimentão, quiabo, repolho, rosa, rúcula, soja, sorgo, tomate, trigo e uva.

20. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.

Marca/Código: TEC 24213 F, TEC 24214 F, TEC 24215 F, TEC 24216 F, TEC 24217 F, TEC 24218 F, TEC 24219 F, TEC 24220 F, TEC 24221 F, TEC 24222 F, TEC 24223 F, TEC 24224 F, TEC 24225 F, TEC 24226 F, TEC 24227 F, TEC 24228 F, TEC 24229 F, TEC 24230 F, TEC 24231 F, TEC 24232 F, TEC 24233 F, TEC 24234 F, TEC 24235 F, TEC 24236 F, TEC 24237 F, TEC 24238 F, TEC 24239 F, TEC 24240 F, TEC 24241 F, TEC 24242 F.

Grupo Químico: Derivado de pirimidinamina

Ingrediente Ativo: TEC 24213 F, TEC 24214 F, TEC 24215 F, TEC 24216 F, TEC 24217 F, TEC 24218 F, TEC 24219 F, TEC 24220 F, TEC 24221 F, TEC 24222 F, TEC 24223 F, TEC 24224 F, TEC 24225 F, TEC 24226 F, TEC 24227 F, TEC 24228 F, TEC 24229 F, TEC 24230 F, TEC 24231 F, TEC 24232 F, TEC 24233 F, TEC 24234 F, TEC 24235 F, TEC 24236 F, TEC 24237 F, TEC 24238 F, TEC 24239 F, TEC 24240 F, TEC 24241 F, TEC 24242 F.

Nome do Requerente: Basf S.A

Número do Processo: 21000.006645/2014-30

Data do protocolo: 23/09/2014

Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de abacaxi, abóbora, alface, algodão, alho, amendoim, arroz, aveia, banana, batata, berinjela, beterraba, café, cana-de-açúcar, cebola, cenoura, cevada, citros, couve, crisântemo, eucalipto, feijão, girassol, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, milho, morango, nectarina, pepino, pêssego, pimenta, pimentão, quiabo, repolho, rosa, rúcula, soja, sorgo, tomate, trigo e uva.

21. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.

Marca/Código: TEC 24213 F, TEC 24214 F, TEC 24215 F, TEC 24216 F, TEC 24217 F, TEC 24218 F, TEC 24219 F, TEC 24220 F, TEC 24221 F, TEC 24222 F, TEC 24223 F, TEC 24224 F, TEC 24225 F, TEC 24226 F, TEC 24227 F, TEC 24228 F, TEC 24229 F, TEC 24230 F, TEC 24231 F, TEC 24232 F, TEC 24233 F, TEC 24234 F, TEC 24235 F, TEC 24236 F, TEC 24237 F, TEC 24238 F, TEC 24239 F, TEC 24240 F, TEC 24241 F, TEC 24242 F.

Grupo Químico: Estrobilurina

Ingrediente Ativo: TEC 24213 F, TEC 24214 F, TEC 24215 F, TEC 24216 F, TEC 24217 F, TEC 24218 F, TEC 24219 F, TEC 24220 F, TEC 24221 F, TEC 24222 F, TEC 24223 F, TEC 24224 F, TEC 24225 F, TEC 24226 F, TEC 24227 F, TEC 24228 F, TEC 24229 F, TEC 24230 F, TEC 24231 F, TEC 24232 F, TEC 24233 F, TEC 24234 F, TEC 24235 F, TEC 24236 F, TEC 24237 F, TEC 24238 F, TEC 24239 F, TEC 24240 F, TEC 24241 F, TEC 24242 F.

Nome do Requerente: Basf S.A

Número do Processo: 21000.006648/2014-73

Data do protocolo: 23/09/2014

Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de abacaxi, abóbora, alface, algodão, alho, amendoim, arroz, aveia, banana, batata, berinjela, beterraba, café, cana-de-açúcar, cebola, cenoura, cevada, citros, couve, crisântemo, eucalipto, feijão, girassol, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, milho, morango, nectarina, pepino, pêssego, pimenta, pimentão, quiabo, repolho, rosa, rúcula, soja, sorgo, tomate, trigo e uva.

22. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.

Marca/Código: TEC 24093 F, TEC 24094 F, TEC 24095 F, TEC 24096 F, TEC 24097 F, TEC 24098 F, TEC 24099 F, TEC 24100 F, TEC 24101 F, TEC 24102 F, TEC 24103 F, TEC 24104 F, TEC 24105 F, TEC 24106 F, TEC 24107 F, TEC 24108 F, TEC 24109 F, TEC 24110 F, TEC 24111 F, TEC 24112 F, TEC 24113 F, TEC 24114 F, TEC 24115 F, TEC 24116 F, TEC 24117 F, TEC 24118 F, TEC 24119 F, TEC 24120 F, TEC 24121 F, TEC 24122 F.

Grupo Químico: Derivado de quinona

Ingrediente Ativo: TEC 24093 F, TEC 24094 F, TEC 24095 F, TEC 24096 F, TEC 24097 F, TEC 24098 F, TEC 24099 F, TEC 24100 F, TEC 24101 F, TEC 24102 F, TEC 24103 F, TEC 24104 F, TEC 24105 F, TEC 24106 F, TEC 24107 F, TEC 24108 F, TEC 24109 F, TEC 24110 F, TEC 24111 F, TEC 24112 F, TEC 24113 F, TEC 24114 F, TEC 24115 F, TEC 24116 F, TEC 24117 F, TEC 24118 F, TEC 24119 F, TEC 24120 F, TEC 24121 F, TEC 24122 F.

Nome do Requerente: Basf S.A

Número do Processo: 21000.006650/2014-42

Data do protocolo: 23/09/2014

Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de abacaxi, abóbora, alface, algodão, alho, amendoim, arroz, aveia, banana, batata, berinjela, beterraba, café, cana-de-açúcar, cebola, cenoura, cevada, citros, couve, crisântemo, eucalipto, feijão, girassol, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, milho, morango, nectarina, pepino, pêssego, pimenta, pimentão, quiabo, repolho, rosa, rúcula, soja, sorgo, tomate, trigo e uva.

23. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.

Marca/Código: TEC 24333 F, TEC 24334 F, TEC 24335 F, TEC 24336 F, TEC 24337 F, TEC 24338 F, TEC 24339 F, TEC 24340 F, TEC 24341 F, TEC 24342 F, TEC 24343 F, TEC 24344 F, TEC 24345 F, TEC 24346 F, TEC 24347 F, TEC 24348 F, TEC 24349 F, TEC 24350 F, TEC 24351 F, TEC 24352 F, TEC 24353 F, TEC 24354 F, TEC 24355 F, TEC 24356 F, TEC 24357 F, TEC 24358 F, TEC 24359 F, TEC 24360 F, TEC 24361 F, TEC 24362 F.

Grupo Químico: Derivado de anilida

Ingrediente Ativo: TEC 24333 F, TEC 24334 F, TEC 24335 F, TEC 24336 F, TEC 24337 F, TEC 24338 F, TEC 24339 F, TEC 24340 F, TEC 24341 F, TEC 24342 F, TEC 24343 F, TEC 24344 F, TEC 24345 F, TEC 24346 F, TEC 24347 F, TEC 24348 F, TEC 24349 F, TEC 24350 F, TEC 24351 F, TEC 24352 F, TEC 24353 F, TEC 24354 F, TEC 24355 F, TEC 24356 F, TEC 24357 F, TEC 24358 F, TEC 24359 F, TEC 24360 F, TEC 24361 F, TEC 24362 F.

Nome do Requerente: Basf S.A

Número do Processo: 21000.006655/2014-75

Data do protocolo: 23/09/2014

Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de abacaxi, abóbora, alface, algodão, alho, amendoim, arroz, aveia, banana, batata, berinjela, beterraba, café, cana-de-açúcar, cebola, cenoura, cevada, citros, couve, crisântemo, eucalipto, feijão, girassol, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, milho, morango, nectarina, pepino, pêssego, pimenta, pimentão, quiabo, repolho, rosa, rúcula, soja, sorgo, tomate, trigo e uva.

24. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.

Marca/Código: TEC 24033 F, TEC 24034 F, TEC 24035 F, TEC 24036 F, TEC 24037 F, TEC 24038 F, TEC 24039 F, TEC 24040 F, TEC 24041 F, TEC 24042 F, TEC 24043 F, TEC 24044 F, TEC 24045 F, TEC 24046 F, TEC 24047 F, TEC 24048 F, TEC 24049 F, TEC 24050 F, TEC 24051 F, TEC 24052 F, TEC 24053 F, TEC 24054 F, TEC 24055 F, TEC 24056 F, TEC 24057 F, TEC 24058 F, TEC 24059 F, TEC 24060 F, TEC 24061 F, TEC 24062 F.

Grupo Químico: Triazol

Ingrediente Ativo: TEC 24033 F, TEC 24034 F, TEC 24035 F, TEC 24036 F, TEC 24037 F, TEC 24038 F, TEC 24039 F, TEC 24040 F, TEC 24041 F, TEC 24042 F, TEC 24043 F, TEC 24044 F, TEC 24045 F, TEC 24046 F, TEC 24047 F, TEC 24048 F, TEC 24049 F, TEC 24050 F, TEC 24051 F, TEC 24052 F, TEC 24053 F, TEC 24054 F, TEC 24055 F, TEC 24056 F, TEC 24057 F, TEC 24058 F, TEC 24059 F, TEC 24060 F, TEC 24061 F, TEC 24062 F.

Nome do Requerente: Basf S.A

Número do Processo: 21000.006654/20114-21

Data do protocolo: 23/09/2014

Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de abacaxi, abóbora, alface, algodão, alho, amendoim, arroz, aveia, banana, batata, berinjela, beterraba, café, cana-de-açúcar, cebola, cenoura, cevada, citros, couve, crisântemo, eucalipto, feijão, girassol, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, milho, morango, nectarina, pepino, pêssego, pimenta, pimentão, quiabo, repolho, rosa, rúcula, soja, sorgo, tomate, trigo e uva.

25. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.

Marca/Código: TEC 24303 F, TEC 24304 F, TEC 24305 F, TEC 24306 F, TEC 24307 F, TEC 24308 F, TEC 24309 F, TEC 24310 F, TEC 24311 F, TEC 24312 F, TEC 24313 F, TEC 24314 F, TEC 24315 F, TEC 24316 F, TEC 24317 F, TEC 24318 F, TEC 24319 F, TEC 24320 F, TEC 24321 F, TEC 24322 F, TEC 24323 F, TEC 24324 F, TEC 24325 F, TEC 24326 F, TEC 24327 F, TEC 24328 F, TEC 24329 F, TEC 24330 F, TEC 24331 F, TEC 24332 F.

Grupo Químico: Derivado de guanidina

Ingrediente Ativo: TEC 24303 F, TEC 24304 F, TEC 24305 F, TEC 24306 F, TEC 24307 F, TEC 24308 F, TEC 24309 F, TEC 24310 F, TEC 24311 F, TEC 24312 F, TEC 24313 F, TEC 24314 F, TEC 24315 F, TEC 24316 F, TEC 24317 F, TEC 24318 F, TEC 24319 F, TEC 24320 F, TEC 24321 F, TEC 24322 F, TEC 24323 F, TEC 24324 F, TEC 24325 F, TEC 24326 F, TEC 24327 F, TEC 24328 F, TEC 24329 F, TEC 24330 F, TEC 24331 F, TEC 24332 F.

Nome do Requerente: Basf S.A

Número do Processo: 21000.006647/2014-29

Data do protocolo: 23/09/2014

Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de abacaxi, abóbora, alface, algodão, alho, amendoim, arroz, aveia, banana, batata, berinjela, beterraba, café, cana-de-açúcar, cebola, cenoura, cevada, citros, couve, crisântemo, eucalipto, feijão, girassol, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, milho, morango, nectarina, pepino, pêssego, pimenta, pimentão, quiabo, repolho, rosa, rúcula, soja, sorgo, tomate, trigo e uva.

26. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.

Marca/Código: TEC 24153 F, TEC 24154 F, TEC 24155 F, TEC 24156 F, TEC 24157 F, TEC 24158 F, TEC 24159 F, TEC 24160 F, TEC 24161 F, TEC 24162 F, TEC 24163 F, TEC 24164 F, TEC 24165 F, TEC 24166 F, TEC 24167 F, TEC 24168 F, TEC 24169 F, TEC 24170 F, TEC 24171 F, TEC 24172 F, TEC 24173 F, TEC 24174 F, TEC 24175 F, TEC 24176 F, TEC 24177 F, TEC 24178 F, TEC 24179 F, TEC 24180 F, TEC 24181 F, TEC 24182 F.

Grupo Químico: Estrobilurina

Ingrediente Ativo: TEC 24153 F, TEC 24154 F, TEC 24155 F, TEC 24156 F, TEC 24157 F, TEC 24158 F, TEC 24159 F, TEC 24160 F, TEC 24161 F, TEC 24162 F, TEC 24163 F, TEC 24164 F, TEC 24165 F, TEC 24166 F, TEC 24167 F, TEC 24168 F, TEC 24169 F, TEC 24170 F, TEC 24171 F, TEC 24172 F, TEC 24173 F, TEC 24174 F, TEC 24175 F, TEC 24176 F, TEC 24177 F, TEC 24178 F, TEC 24179 F, TEC 24180 F, TEC 24181 F, TEC 24182 F.

Nome do Requerente: Basf S.A

Número do Processo: 21000.006644/2014-95

Data do protocolo: 23/09/2014

Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de abacaxi, abóbora, alface, algodão, alho, amendoim, arroz, aveia, banana, batata, berinjela, beterraba, café, cana-de-açúcar, cebola, cenoura, cevada, citros, couve, crisântemo, eucalipto, feijão, girassol, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, milho, morango, nectarina, pepino, pêssego, pimenta, pimentão, quiabo, repolho, rosa, rúcula, soja, sorgo, tomate, trigo e uva.

27. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.

Marca/Código: TEC 24123 F, TEC 24124 F, TEC 24125 F, TEC 24126 F, TEC 24127 F, TEC 24128 F, TEC 24129 F, TEC 24130 F, TEC 24131 F, TEC 24132 F, TEC 24133 F, TEC 24134 F, TEC 24135 F, TEC 24136 F, TEC 24137 F, TEC 24138 F, TEC 24139 F, TEC 24140 F, TEC 24141 F, TEC 24142 F, TEC 24143 F,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TEC 24144 F, TEC 24145 F, TEC 24146 F, TEC 24147 F, TEC 24148 F, TEC 24149 F, TEC 24150 F, TEC 24151 F, TEC 24152 F.

Grupo Químico: Derivado de quinona

Ingrediente Ativo: TEC 24123 F, TEC 24124 F, TEC 24125 F, TEC 24126 F, TEC 24127 F, TEC 24128 F, TEC 24129 F, TEC 24130 F, TEC 24131 F, TEC 24132 F, TEC 24133 F, TEC 24134 F, TEC 24135 F, TEC 24136 F, TEC 24137 F, TEC 24138 F, TEC 24139 F, TEC 24140 F, TEC 24141 F, TEC 24142 F, TEC 24143 F, TEC 24144 F, TEC 24145 F, TEC 24146 F, TEC 24147 F, TEC 24148 F, TEC 24149 F, TEC 24150 F, TEC 24151 F, TEC 24152 F.

Nome do Requerente: Basf S.A

Número do Processo: 21000.006651/2014-97

Data do protocolo: 23/09/2014

Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de abacaxi, abóbora, alface, algodão, alho, amendoim, arroz, aveia, banana, batata, berinjela, beterraba, café, cana-de-açúcar, cebola, cenoura, cevada, citros, couve, crisântemo, eucalipto, feijão, girassol, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, milho, morango, nectarina, pepino, pêssego, pimenta, pimentão, quiabo, repolho, rosa, rúcula, soja, sorgo, tomate, trigo e uva.

28. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.

Marca/Código: TEC 02371 H, TEC 02372 H, TEC 02373 H, TEC 02374 H, TEC 02375 H, TEC 02376 H, TEC 02377 H, TEC 02378 H, TEC 02379 H, TEC 02380 H, TEC 02381 H, TEC 02382 H, TEC 02383 H, TEC 02384 H, TEC 02385 H, TEC 02386 H, TEC 02387 H, TEC 02388 H, TEC 02389 H, TEC 02390 H, TEC 02391 H, TEC 02392 H, TEC 02393 H, TEC 02394 H, TEC 02395 H, TEC 02396 H, TEC 02397 H, TEC 02398 H, TEC 02399 H, TEC 02400 H.

Grupo Químico: Imidazolinona

Ingrediente Ativo: TEC 02371 H, TEC 02372 H, TEC 02373 H, TEC 02374 H, TEC 02375 H, TEC 02376 H, TEC 02377 H, TEC 02378 H, TEC 02379 H, TEC 02380 H, TEC 02381 H, TEC 02382 H, TEC 02383 H, TEC 02384 H, TEC 02385 H, TEC 02386 H, TEC 02387 H, TEC 02388 H, TEC 02389 H, TEC 02390 H, TEC 02391 H, TEC 02392 H, TEC 02393 H, TEC 02394 H, TEC 02395 H, TEC 02396 H, TEC 02397 H, TEC 02398 H, TEC 02399 H, TEC 02400 H.

Nome do Requerente: Basf S.A

Número do Processo: 21000.007244/2014-05

Data do protocolo: 14/10/2014

Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de alfafa, algodão, abacaxi, alho, amendoim, arroz, arroz irrigado, aveia, aveia preta, banana, batata, beterraba, café, cana-de-açúcar, canola, cebola, cenoura, centeio, cevada, citros, ervilha, eucalipto, feijão, fumo, girassol, gramados, maçã, mamão, mandioca, manga, milheto, milho, nabo, nectarina, pastagens, pêssego, pinhão manso, pinus, rosa, seringueira, soja, sorgo, tomate, trigo, triticale e uva.

29. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.

Marca/Código: TEC 02281 H, TEC 02282 H, TEC 02283 H, TEC 02284 H, TEC 02285 H, TEC 02286 H, TEC 02287 H, TEC 02288 H, TEC 02289 H, TEC 02290 H, TEC 02291 H, TEC 02292 H, TEC 02293 H, TEC 02294 H, TEC 02295 H, TEC 02296 H, TEC 02297 H, TEC 02298 H, TEC 02299 H, TEC 02300 H, TEC 02301 H, TEC 02302 H, TEC 02303 H, TEC 02304 H, TEC 02305 H, TEC 02306 H, TEC 02307 H, TEC 02308 H, TEC 02309 H, TEC 02310 H.

Grupo Químico: Derivado de imidazolinona

Ingrediente Ativo: TEC 02281 H, TEC 02282 H, TEC 02283 H, TEC 02284 H, TEC 02285 H, TEC 02286 H, TEC 02287 H, TEC 02288 H, TEC 02289 H, TEC 02290 H, TEC 02291 H, TEC 02292 H, TEC 02293 H, TEC 02294 H, TEC 02295 H, TEC 02296 H, TEC 02297 H, TEC 02298 H, TEC 02299 H, TEC 02300 H, TEC 02301 H, TEC 02302 H, TEC 02303 H, TEC 02304 H, TEC 02305 H, TEC 02306 H, TEC 02307 H, TEC 02308 H, TEC 02309 H, TEC 02310 H.

Nome do Requerente: Basf S.A

Número do Processo: 21000.007242/2014-16

Data do protocolo: 14/10/2014

Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de alfafa, algodão, abacaxi, alho, amendoim, arroz, arroz irrigado, aveia, aveia preta, banana, batata, beterraba, café, cana-de-açúcar, canola, cebola, cenoura, centeio, cevada, citros, ervilha, eucalipto, feijão, fumo, girassol, gramados, maçã, mamão, mandioca, manga, milheto, milho, nabo, nectarina, pastagens, pêssego, pinhão manso, pinus, rosa, seringueira, soja, sorgo, tomate, trigo, triticale e uva.

30. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.

Marca/Código: TEC 02341 H, TEC 02342 H, TEC 02343 H, TEC 02344 H, TEC 02345 H, TEC 02346 H, TEC 02347 H, TEC 02348 H, TEC 02349 H, TEC 02350 H, TEC 02351 H, TEC 02352 H, TEC 02353 H, TEC 02354 H, TEC 02355 H, TEC 02356 H, TEC 02357 H, TEC 02358 H, TEC 02359 H, TEC 02360 H, TEC 02361 H, TEC 02362 H, TEC 02363 H, TEC 02364 H, TEC 02365 H, TEC 02366 H, TEC 02367 H, TEC 02368 H, TEC 02369 H, TEC 02370 H.

Grupo Químico: Triazona

Ingrediente Ativo: TEC 02341 H, TEC 02342 H, TEC 02343 H, TEC 02344 H, TEC 02345 H, TEC 02346 H, TEC 02347 H, TEC 02348 H, TEC 02349 H, TEC 02350 H, TEC 02351 H, TEC 02352 H, TEC 02353 H, TEC 02354 H, TEC 02355 H, TEC 02356 H, TEC 02357 H, TEC 02358 H, TEC 02359 H, TEC 02360 H, TEC 02361 H, TEC 02362 H, TEC 02363 H, TEC 02364 H, TEC 02365 H, TEC 02366 H, TEC 02367 H, TEC 02368 H, TEC 02369 H, TEC 02370 H.

Nome do Requerente: Basf S.A

Número do Processo: 21000.007247/2014-31

Data do protocolo: 14/10/2014

Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de alfafa, algodão, abacaxi, alho, amendoim, arroz, arroz irrigado, aveia, aveia preta, banana, batata, beterraba, café, cana-de-açúcar, canola, cebola, cenoura, centeio, cevada, citros, ervilha, eucalipto, feijão, fumo, girassol, gramados, maçã, mamão, mandioca, manga, milheto, milho, nabo, nectarina, pastagens, pêssego, pinhão manso, pinus, rosa, seringueira, soja, sorgo, tomate, trigo, triticale e uva.

31. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.

Marca/Código: TEC 02221 H, TEC 02222 H, TEC 02223 H, TEC 02224 H, TEC 02225 H, TEC 02226 H, TEC 02227 H, TEC 02228 H, TEC 02229 H, TEC 02230 H, TEC 02231 H, TEC 02232 H, TEC 02233 H, TEC 02234 H, TEC 02235 H, TEC 02236 H, TEC 02237 H, TEC 02238 H, TEC 02239 H, TEC 02240 H, TEC 02241 H, TEC 02242 H, TEC 02243 H, TEC 02244 H, TEC 02245 H, TEC 02246 H, TEC 02247 H, TEC 02248 H, TEC 02249 H, TEC 02250 H.

Grupo Químico: Derivado de pirimidinediona

Ingrediente Ativo: TEC 02221 H, TEC 02222 H, TEC 02223 H, TEC 02224 H, TEC 02225 H, TEC 02226 H, TEC 02227 H, TEC 02228 H, TEC 02229 H, TEC 02230 H, TEC 02231 H, TEC 02232 H, TEC 02233 H, TEC 02234 H, TEC 02235 H, TEC 02236 H, TEC 02237 H, TEC 02238 H, TEC 02239 H, TEC 02240 H, TEC 02241 H, TEC 02242 H, TEC 02243 H, TEC 02244 H, TEC 02245 H, TEC 02246 H, TEC 02247 H, TEC 02248 H, TEC 02249 H, TEC 02250 H.

Nome do Requerente: Basf S.A

Número do Processo: 21000.007245/2014-41

Data do protocolo: 14/10/2014

Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de alfafa, algodão, abacaxi, alho, amendoim, arroz, arroz irrigado, aveia, aveia preta, banana, batata, beterraba, café, cana-de-açúcar, canola, cebola, cenoura, centeio, cevada, citros, ervilha, eucalipto, feijão, fumo, girassol, gramados, maçã, mamão, mandioca, manga, milheto, milho, nabo, nectarina, pastagens, pêssego, pinhão manso, pinus, rosa, seringueira, soja, sorgo, tomate, trigo, triticale e uva.

32. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.

Marca/Código: BU-F33

Grupo Químico: Não se aplica.

Ingrediente Ativo: *Bacillus Pumilus*- Cepa Bu F-33

Nome do Requerente: Basf S.A

Número do Processo: 21000.006087/2014-11

Data do protocolo: 01/09/2014

Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de alfafa, algodão,amendoim, arroz, aveia, azevém, cana-de-açúcar, canola, centeio, cevada, feijão, girassol, milheto, milho, soja, sorgo, trigo e triticale.

33. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.

Marca/Código: TEC 02251 H, TEC 02252 H, TEC 02253 H, TEC 02254 H, TEC 02255 H, TEC 02256 H, TEC 02257 H, TEC 02258 H, TEC 02259 H, TEC 02260 H, TEC 02261 H, TEC 02262 H, TEC 02263 H, TEC 02264 H, TEC 02265 H, TEC 02266 H, TEC 02267 H, TEC 02268 H, TEC 02269 H, TEC 02270 H, TEC 02271 H, TEC 02272 H, TEC 02273 H, TEC 02274 H, TEC 02275 H, TEC 02276 H, TEC 02277 H, TEC 02278 H, TEC 02279 H, TEC 02280 H.

Grupo Químico: Derivado de imidazolinona

Ingrediente Ativo: TEC 02251 H, TEC 02252 H, TEC 02253 H, TEC 02254 H, TEC 02255 H, TEC 02256 H, TEC 02257 H, TEC 02258 H, TEC 02259 H, TEC 02260 H, TEC 02261 H, TEC 02262 H, TEC 02263 H, TEC 02264 H, TEC 02265 H, TEC 02266 H, TEC 02267 H, TEC 02268 H, TEC 02269 H, TEC 02270 H, TEC 02271 H, TEC 02272 H, TEC 02273 H, TEC 02274 H, TEC 02275 H, TEC 02276 H, TEC 02277 H, TEC 02278 H, TEC 02279 H, TEC 02280 H.

Nome do Requerente: Basf S.A

Número do Processo: 21000.007246/2014-96

Data do protocolo: 14/10/2014

Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de alfafa, algodão, abacaxi, alho, amendoim, arroz, arroz irrigado, aveia, aveia preta, banana, batata, beterraba, café, cana-de-açúcar, canola, cebola, cenoura, centeio, cevada, citros, ervilha, eucalipto, feijão, fumo, girassol, gramados, maçã, mamão, mandioca, manga, milheto, milho, nabo, nectarina, pastagens, pêssego, pinhão manso, pinus, rosa, seringueira, soja, sorgo, tomate, trigo, triticale e uva.

34. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.

Marca/Código: TEC 02311 H, TEC 02312 H, TEC 02313 H, TEC 02314 H, TEC 02315 H, TEC 02316 H, TEC 02317 H, TEC 02318 H, TEC 02319 H, TEC 02320 H, TEC 02321 H, TEC 02322 H, TEC 02323 H, TEC 02324 H, TEC 02325 H, TEC 02326 H, TEC 02327 H, TEC 02328 H, TEC 02329 H, TEC 02330 H,TEC 02331 H, TEC 02332 H, TEC 02333 H, TEC 02334 H, TEC 02335 H, TEC 02336 H, TEC 02337 H, TEC 02338 H, TEC 02339 H, TEC 02340 H.

Grupo Químico: Deriado de ureia substituida

Ingrediente Ativo: TEC 02311 H, TEC 02312 H, TEC 02313 H, TEC 02314 H, TEC 02315 H, TEC 02316 H, TEC 02317 H, TEC 02318 H, TEC 02319 H, TEC 02320 H, TEC 02321 H, TEC 02322 H, TEC 02323 H, TEC 02324 H, TEC 02325 H, TEC 02326 H, TEC 02327 H, TEC 02328 H, TEC 02329 H, TEC 02330 H,TEC 02331 H, TEC 02332 H, TEC 02333 H, TEC 02334 H, TEC 02335 H, TEC 02336 H, TEC 02337 H, TEC 02338 H, TEC 02339 H, TEC 02340 H.

Nome do Requerente: Basf S.A

Número do Processo: 21000.007243/2014-52

Data do protocolo: 14/10/2014

Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de alfafa, algodão, abacaxi, alho, amendoim, arroz, arroz irrigado, aveia, aveia preta, banana, batata, beterraba, café, cana-de-açúcar, canola, cebola, cenoura, centeio, cevada, citros, ervilha, eucalipto, feijão, fumo, girassol, gramados, maçã, mamão, mandioca, manga, milheto, milho, nabo, nectarina, pastagens, pêssego, pinhão manso, pinus, rosa, seringueira, soja, sorgo, tomate, trigo, triticale e uva.

35. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.

Marca/Código: TEC 24064 F, TEC 24065 F, TEC 24066 F, TEC 24067 F, TEC 24068 F, TEC 24069 F, TEC 24070 F,

TEC 24071 F, TEC 24072 F, TEC 24073 F, TEC 24074 F, TEC 24075 F, TEC 24076 F, TEC 24077 F, TEC 24078 F, TEC 24079 F, TEC 24080 F, TEC 24081 F, TEC 24082 F, TEC 24083 F, TEC 24084 F, TEC 24085 F, TEC 24086 F, TEC 24087 F, TEC 24088 F, TEC 24089 F, TEC 24090 F, TEC 24091 F, TEC 24092 F.

Grupo Químico: Triazol

Ingrediente Ativo: TEC 24064 F, TEC 24065 F, TEC 24066 F, TEC 24067 F, TEC 24068 F, TEC 24069 F, TEC 24070 F, TEC 24071 F, TEC 24072 F, TEC 24073 F, TEC 24074 F, TEC 24075 F, TEC 24076 F, TEC 24077 F, TEC 24078 F, TEC 24079 F, TEC 24080 F, TEC 24081 F, TEC 24082 F, TEC 24083 F, TEC 24084 F, TEC 24085 F, TEC 24086 F, TEC 24087 F, TEC 24088 F, TEC 24089 F, TEC 24090 F, TEC 24091 F, TEC 24092 F.

Nome do Requerente: Basf S.A

Número do Processo: 21000.006652/2014-31

Data do protocolo: 23/09/2014

Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de abacaxi, abóbora, alface, algodão, alho, amendoim, arroz, aveia, banana, batata, berinjela, beterraba, café, cana-de-açúcar, cebola, cenoura, cevada, citros, couve, crisântemo, eucalipto, feijão, girassol, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, milho, morango, nectarina, pepino, pêssego, pimenta, pimentão, quiabo, repolho, rosa, rúcula, soja, sorgo, tomate, trigo e uva.

36. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.

Marca/Código: IHE 0614

Grupo Químico: Aminopolissacarídeo e Sulfato de Cobre

Ingrediente Ativo: Quitosano e Sulfato de Cobre Pentahidratado

Nome do Requerente: Iharabras S.A Indústrias Químicas

Número do Processo: 21000.007404/2014-16

Data do protocolo: 22/10/2014

Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de abacaxi, abóbora, abobrinha, alface, alfafa, algodão, alho, amendoim, arroz, arroz irrigado, aveia, banana, batata, berinjela, beterraba, cacau, café, cana-de-açúcar, cebola, cenoura, cevada, citros, côco, couve, couve-flor, dendê, ervilha, eucalipto, feijão, fumo, girassol, goiaba, gramado, maçã, mamão, mandioca, manga, maracujá, melancia, melão, milheto, milho, morango, pastagem, pepino, pêra, pêssego, pimentão, pinhão-manso, pinus, repolho, rosa, seringueira, soja, sorgo, tomate, tomate industrial, tratamento do solo, trigo e uva.

37. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.

Marca/Código: Thuricide CS

Grupo Químico: Não se aplica.

Ingrediente Ativo: *Bacillus thuringiensis* var. Kurstaki cepa SA-12

Nome do Requerente: Mitsui & CO (Brasil) S.A

Número do Processo: 21000.007488/2014-80

Data do protocolo: 23/10/2014

Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de algodão, alho, batata, brócolis, canola, cebola, citros, couve, couve-de-bruxelas, couve-flor, feijão, fumo, melancia, melão, milho, pimentão, repolho, soja e tomate.

38. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.

Marca/Código: Gemstar MAX

Grupo Químico: Não se aplica.

Ingrediente Ativo: *Helicoverpa zea single* nucleopolyhedrovirus (VPN-HzSNPV)

Nome do Requerente: Mitsui & CO (Brasil) S.A

Número do Processo: 21000.007486/2014-91

Data do protocolo: 23/10/2014

Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de algodão, alho, cebola, citros, feijão, fumo, melancia, melão, milho, soja e tomate.

39. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.

Marca/Código: Lepinox WG

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Grupo Químico: Não se aplica.

Ingrediente Ativo: *Bacillus thuringiensis* var. Kurstaki cepa EG7826

Nome do Requerente: Mitsui & CO (Brasil) S.A

Número do Processo: 21000.007485/2014-46

Data do protocolo: 23/10/2014

Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de algodão, alho, batata, brócolis, canola, cebola, citros, couve, couve-de-bruxelas, couve-flor, feijão, fumo, melancia, melão, milho, pimentão, repolho, soja e tomate.

40. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.

Marca/Código: Javelin WG

Grupo Químico: Não se aplica

Ingrediente Ativo: *Bacillus thuringiensis* var. Kurstaki cepa SA-11

Nome do Requerente: Mitsui & CO (Brasil) S.A

Número do Processo: 21000.007483/2014-57

Data do protocolo: 23/10/2014

Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de algodão, alho, batata, brócolis, canola, cebola, citros, couve, couve-de-bruxelas, couve-flor, feijão, fumo, melancia, melão, milho, pimentão, repolho, soja e tomate.

41. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.

Marca/Código: AGROX 1001; AGROX 1002; AGROX 1003; AGROX 1004; AGROX 1005; AGROX 1006; AGROX 1007; AGROX 1008; AGROX 1009; AGROX 1010; AGROX 1011; AGROX 1012; AGROX 1013; AGROX 1014; AGROX 1015; AGROX 1016; AGROX 1017; AGROX 1018; AGROX 1019; AGROX 1020; AGROX 1021; AGROX 1022; AGROX 1023; AGROX 1024; AGROX 1025; AGROX 1026; AGROX 1027; AGROX 1028; AGROX 1029; AGROX 1030; AGROX 1031; AGROX 1032; AGROX 1033; AGROX 1034; AGROX 1035; AGROX 1036; AGROX 1037; AGROX 1038; AGROX 1039; AGROX 1040; AGROX 1041; AGROX 1042; AGROX 1043; AGROX 1044; AGROX 1045; AGROX 1046; AGROX 1047; AGROX 1048; AGROX 1049; AGROX 1050; AGROX 1051; AGROX 1052; AGROX 1053; AGROX 1054; AGROX 1055; AGROX 1056; AGROX 1057; AGROX 1058; AGROX 1059; AGROX 1060; AGROX 1061; AGROX 1062; AGROX 1063; AGROX 1064; AGROX 1065; AGROX 1066; AGROX 1067; AGROX 1068; AGROX 1069; AGROX 1070; AGROX 1071; AGROX 1072; AGROX 1073; AGROX 1074; AGROX 1075; AGROX 1076; AGROX 1077; AGROX 1078; AGROX 1079; AGROX 1080; AGROX 1081; AGROX 1082; AGROX 1083; AGROX 1084; AGROX 1085; AGROX 1086; AGROX 1087; AGROX 1088; AGROX 1089; AGROX 1090; AGROX 1091; AGROX 1092; AGROX 1093; AGROX 1094; AGROX 1095; AGROX 1096; AGROX 1097; AGROX 1098; AGROX 1099; AGROX 1100; AGROX 1101; AGROX 1102; AGROX 1103; AGROX 1104; AGROX 1105; AGROX 1106; AGROX 1107; AGROX 1108; AGROX 1109; AGROX 1110; AGROX 1111; AGROX 1112; AGROX 1113; AGROX 1114; AGROX 1115; AGROX 1116; AGROX 1117; AGROX 1118; AGROX 1119; AGROX 1120; AGROX 1121; AGROX 1122; AGROX 1123; AGROX 1124; AGROX 1125; AGROX 1126; AGROX 1127; AGROX 1128; AGROX 1129; AGROX 1130; AGROX 1131; AGROX 1132; AGROX 1133; AGROX 1134; AGROX 1135; AGROX 1136; AGROX 1137; AGROX 1138; AGROX 1139; AGROX 1140; AGROX 1141; AGROX 1142; AGROX 1143; AGROX 1144; AGROX 1145; AGROX 1146; AGROX 1147; AGROX 1148; AGROX 1149; AGROX 1150; AGROX 1151; AGROX 1152; AGROX 1153; AGROX 1154; AGROX 1155; AGROX 1156; AGROX 1157; AGROX 1158; AGROX 1159; AGROX 1160; AGROX 1161; AGROX 1162; AGROX 1163; AGROX 1164; AGROX 1165; AGROX 1166; AGROX 1167; AGROX 1168; AGROX 1169; AGROX 1170; AGROX 1171; AGROX 1172; AGROX 1173; AGROX 1174; AGROX 1175; AGROX 1176; AGROX 1177; AGROX 1178; AGROX 1179; AGROX 1180; AGROX 1181; AGROX 1182; AGROX 1183; AGROX 1184; AGROX 1185; AGROX 1186; AGROX 1187; AGROX 1188; AGROX 1189; AGROX 1190; AGROX 1191; AGROX 1192; AGROX 1193; AGROX 1194; AGROX 1195; AGROX 1196; AGROX 1197; AGROX 1198; AGROX 1199; AGROX 1200; AGROX 1201; AGROX 1202; AGROX 1203; AGROX 1204; AGROX 1205; AGROX 1206; AGROX 1207; AGROX 1208; AGROX 1209; AGROX 1210; AGROX 1211; AGROX 1213; AGROX 1214; AGROX 1215; AGROX 1216; AGROX 1217; AGROX 1218; AGROX 1219; AGROX 1220; AGROX 1221; AGROX 1222; AGROX 1223; AGROX 1224; AGROX 1225; AGROX 1226; AGROX 1227; AGROX 1228; AGROX 1229; AGROX 1230; AGROX 1231; AGROX 1232; AGROX 1233; AGROX 1234; AGROX 1235; AGROX 1236; AGROX 1237; AGROX 1238; AGROX 1239; AGROX 1240; AGROX 1241; AGROX 1242; AGROX 1243; AGROX 1244; AGROX 1245; AGROX 1246; AGROX 1247; AGROX 1248; AGROX 1249; AGROX 1250; AGROX 1251; AGROX 1252; AGROX 1253; AGROX 1254; AGROX 1255; AGROX 1256; AGROX 1257; AGROX 1258; AGROX 1259; AGROX 1260; AGROX 1261; AGROX 1262; AGROX 1263; AGROX 1264; AGROX 1265; AGROX 1266; AGROX 1267; AGROX 1268; AGROX 1269; AGROX 1270; AGROX 1271; AGROX 1272; AGROX 1273; AGROX 1274; AGROX 1275; AGROX 1276; AGROX 1277; AGROX 1278; AGROX 1279; AGROX 1280; AGROX 1281; AGROX 1282; AGROX 1283; AGROX 1284; AGROX 1285; AGROX 1286; AGROX 1287; AGROX 1288; AGROX 1289; AGROX 1290; AGROX 1291; AGROX 1292; AGROX 1293; AGROX 1294; AGROX 1295; AGROX 1296; AGROX 1297; AGROX 1298; AGROX 1299; AGROX 1300; AGROX 1301; AGROX 1302; AGROX 1303; AGROX 1304; AGROX 1305; AGROX 1306; AGROX 1307; AGROX 1308; AGROX 1309; AGROX 1310; AGROX 1311; AGROX 1312; AGROX 1313; AGROX 1314; AGROX 1315; AGROX 1316; AGROX 1317; AGROX 1318; AGROX 1319; AGROX 1320; AGROX 1321; AGROX 1322; AGROX 1323; AGROX 1324; AGROX 1325; AGROX 1326; AGROX 1327; AGROX 1328; AGROX 1329; AGROX 1330; AGROX 1331; AGROX 1332; AGROX 1333; AGROX 1334; AGROX 1335; AGROX 1336; AGROX 1337; AGROX 1338; AGROX 1339; AGROX 1340; AGROX 1341; AGROX 1342; AGROX 1343; AGROX 1344; AGROX 1345; AGROX 1346; AGROX 1347; AGROX 1348; AGROX 1349; AGROX 1350; AGROX 1351; AGROX 1352; AGROX 1353; AGROX 1354; AGROX 1355; AGROX 1356; AGROX 1357; AGROX 1358; AGROX 1359; AGROX 1360; AGROX 1361; AGROX 1362; AGROX 1363; AGROX 1364; AGROX 1365; AGROX 1366; AGROX 1367; AGROX 1368; AGROX 1369; AGROX 1370; AGROX 1371; AGROX 1372; AGROX 1373; AGROX 1374; AGROX 1375; AGROX 1376; AGROX 1377; AGROX 1378; AGROX 1379; AGROX 1380; AGROX 1381; AGROX 1382; AGROX 1383; AGROX 1384; AGROX 1385; AGROX 1386; AGROX 1387; AGROX 1388; AGROX 1389; AGROX 1390; AGROX 1391; AGROX 1392; AGROX 1393; AGROX 1394; AGROX 1395; AGROX 1396; AGROX 1397; AGROX 1398; AGROX 1399; AGROX 1400; AGROX 1401; AGROX 1402; AGROX 1403; AGROX 1404; AGROX 1405; AGROX 1406; AGROX 1407; AGROX 1408; AGROX 1409; AGROX 1410; AGROX 1411; AGROX 1412; AGROX 1413; AGROX 1414; AGROX 1415; AGROX 1416; AGROX 1417; AGROX 1418; AGROX 1419; AGROX 1420; AGROX 1421; AGROX 1422; AGROX 1423; AGROX 1424; AGROX 1425; AGROX 1426; AGROX 1427; AGROX 1428; AGROX 1429; AGROX 1430; AGROX 1431; AGROX 1432; AGROX 1433; AGROX 1434; AGROX 1435; AGROX 1436; AGROX 1437; AGROX 1438; AGROX 1439; AGROX 1440; AGROX 1441; AGROX 1442; AGROX 1443; AGROX 1444; AGROX 1445; AGROX 1446; AGROX 1447; AGROX 1448; AGROX 1449; AGROX 1450

Grupo Químico: Benzoiluréia, Uréia, Éter difenílico, Triazol, Avermectina, Isoxazolidinona, Pirazol, Neonicotinóide, Oxadiazina, Bipiridílio, Organofosforado, Piretróide, Estrobilurina, Alquilenobis (Ditiocarbamato), Isoftalonitrila, Glicina substituída, Homoalanina substituída, Ácido ariloxialcanóico, Ácido ariloxialcanóico + Glicina substituída, Ácido benzóico, Ácido benzóico + glicina substituída, Sulfoniluréia, Estrobirulina + Triazol, Tricetona, Oxima ciclohexanodiona, Pirimidinadiona, Triazolona, Triazina, Triazinona, Cloroacetanilida.

Ingrediente Ativo: Novalurom, Lufenuron, Linuron, Lactofem, Tebuconazole, Abamectina, Clomazona, Fipronil, Acetamiprido, Indoxicarbe, Tiametoxan, Imidaclopride, Dicloreto de paraquat, Clorpirifós, Lambda-cialotrina, Piraclostrobina, Trifloxistrobina, Bifentrina, Cipermetrina, Mancozebe, Clorotalonil, Monocrotofós, Diurom, Metominostrobina, Glifosato - sal de potássio, Glifosato, Glufosinato - sal de amônio, 2,4-D, 2,4-D + glifosato, Dicamba, Dicamba + Glifosato, Clorimuron-etílico, Metsulfurom-metílico, Nicossulfurom, Azoxistrobina, Azoxistrobina + Ciproconazole, Azoxistrobina + Propiconazole, Azoxistrobina + Tebuconazole, Azoxistrobina + Epoxiconazole, Picoxistrobina + Ciproconazole, Picoxistrobina + Propiconazole, Picoxistrobina + Tebuconazole, Picoxistrobina + Epoxiconazole, Tembotrione, Cletodim, Saflufenacil, Sulfentrazona, Atrazina, Mesotrione, Metribuzim, Metolacloro, Fomesafem.

Nome do Requerente: Oxiteno S.A. Indústria e Comércio

Número do Processo: 21000.007487/2014-35

Data do protocolo: 23/10/2014

Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos e de formulação; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de algodão, arroz, café, cana-de-açúcar, citros, feijão, milho, soja e trigo.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral
Substituto

ATO Nº 57, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

Resumo dos pedidos de registro para exportação atendendo aos dispositivos legais do artigo 2º e inciso XV decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002, que regulamenta a lei 7.802, de 11 de julho de 1989.

1- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: ODERIS
Nome do requerente: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
Número do processo: 21000.006608/2014-21
Data do protocolo: 19/09/2014
País importador: Argentina
Indicação de uso: Herbicida
2- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: RINGSIDE
Nome do requerente: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
Número do processo: 21000.006609/2014-76
Data do protocolo: 19/09/2014
País importador: Argentina
Indicação de uso: Herbicida
3- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: DALEST
Nome do requerente: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
Número do processo: 21000.006537/2014-67
Data do protocolo: 17/09/2014
País importador: Argentina
Indicação de uso: Herbicida
4- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: SEDONA
Nome do requerente: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
Número do processo: 21000.006610/2014-09
Data do protocolo: 19/09/2014
País importador: Argentina
Indicação de uso: Herbicida
5- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: HERBOXONE
Nome do requerente: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
Número do processo: 21000.006607/2014-87
Data do protocolo: 19/09/2014
País importador: Argentina
Indicação de uso: Herbicida
6- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: DIPLONE
Nome do requerente: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
Número do processo: 21000.006606/2014-32
Data do protocolo: 19/09/2014
País importador: Argentina
Indicação de uso: Herbicida
7- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: APRON MAXX RFC
Nome do requerente: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
Número do processo: 21000.007277/2014-47
Data do protocolo: 15/10/2014
País importador: Bolívia
Indicação de uso: Fungicida
8- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: CRUISER 350 FS
Nome do requerente: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
Número do processo: 21000.006152/2014-08
Data do protocolo: 03/09/2014
País importador: Uruguai
Indicação de uso: Inseticida
9- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: TOUCHDOWN IQ 500
Nome do requerente: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
Número do processo: 21000.004702/2014-46
Data do protocolo: 09/07/2014
País importador: Chile
Indicação de uso: Herbicida
10- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: FURIA 400
Nome do requerente: FMC Química do Brasil Ltda.
Número do processo: 21000.004322/2014-10
Data do protocolo: 27/06/2014
País importador: Equador
Indicação de uso: Inseticida
11- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: FURY 40 EC
Nome do requerente: FMC Química do Brasil Ltda.
Número do processo: 21000.004321/2014-67
Data do protocolo: 27/06/2014
País importador: Colômbia
Indicação de uso: Inseticida
12- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: ADVANTAGE 200 SC
Nome do requerente: FMC Química do Brasil Ltda.
Número do processo: 21000.004320/2014-12
Data do protocolo: 27/06/2014
País importador: Bolívia
Indicação de uso: Inseticida e Acaricida
13- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: MARSHAL 20 SC
Nome do requerente: FMC Química do Brasil Ltda.
Número do processo: 21000.006634/2014-50
Data do protocolo: 22/09/2014
País importador: Argentina
Indicação de uso: Inseticida e Acaricida
14- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: TALSTAR 100 CE
Nome do requerente: FMC Química do Brasil Ltda.
Número do processo: 21000.006632/2014-61
Data do protocolo: 22/09/2014
País importador: Paraguai
Indicação de uso: Inseticida e Acaricida
15- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: FURY 20 EW
Nome do requerente: FMC Química do Brasil Ltda.
Número do processo: 21000.006633/2014-13
Data do protocolo: 22/09/2014
País importador: Argentina
Indicação de uso: Inseticida
16- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: POUNCE 284 CE
Nome do requerente: FMC Química do Brasil Ltda.
Número do processo: 21000.006631/2014-16
Data do protocolo: 22/09/2014
País importador: Paraguai
Indicação de uso: Inseticida
17- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: ABAMECTINA 1,8 NUFARM
Nome do requerente: Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S/A

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Número do processo: 21000.005790/2014-01
Data do protocolo: 19/08/2014
País importador: Uruguai
Indicação de uso: Inseticida e Acaricida
18- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: ACRONIS TOP 50 FS
Nome do requerente: Basf S/A
Número do processo: 21000.004265/2014-61
Data do protocolo: 25/06/2014
País importador: Costa Rica
Indicação de uso: Inseticida e Fungicida
19- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: CORAGEN
Nome do requerente: Du Pont do Brasil S.A
Número do processo: 21000.005089/2014-84
Data do protocolo: 21/07/2014
País importador: Paraguai
Indicação de uso: Inseticida
20- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: CRIPTON
Nome do requerente: Bayer S.A
Número do processo: 21000.007641/2014-79
Data do protocolo: 30/10/2014
País importador: Bolívia
Indicação de uso: Fungicida
21- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: CINCHA ZAMBA
Nome do requerente: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
Número do processo: 21000.007582/2014-39
Data do protocolo: 29/10/2014
País importador: Argentina
Indicação de uso: Fungicida

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral
Substituto

ATO Nº 58, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

Resumo dos pedidos de registro, atendendo os dispositivos legais do artigo 14 do Decreto n. 4074, de 04 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.

01. Motivo da solicitação: Registro (06/10/2014)
Requerente: Rotam do Brasil Agroquímica e Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: PORCEL 100 EC
Nome comum: Piriproxifem
Nome Químico: 4-phenoxyphenyl (RS)-2-(2-pyridyloxy)propyl ether
Classe de Uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, berinjela, café, citros, feijão, gérbera, maçã, melancia, melão, pepino, pimentão, repolho, rosa, soja, tomate e uva.
Processo nº: 21000.006984/2014-16
02. Motivo da solicitação: Registro (07/10/2014)
Requerente: Basf S.A
Marca comercial: SELTIMA
Nome comum: Piraclostrobina
Nome Químico: methyl N-{2-[1-(4-chlorophenyl)-1H-pyrazol-3-yloxymethyl]phenyl}(N-methoxy)carbamate
Classe de Uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Para a cultura do arroz.
Processo nº: 21000.007038/2014-97
03. Motivo da solicitação: Registro (09/10/2014)
Requerente: Proventis Lifesciences Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: DIURON 500 SC PROVENTIS
Nome comum: Diurom
Nome Químico: 3-(3,4-dichlorophenyl)-1,1-dimethylurea
Classe de Uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de abacaxi, algodão, cacau, café, cana-de-açúcar e citros.
Processo nº: 21000.007149/2014-01
04. Motivo da solicitação: Registro (14/10/2014)
Requerente: Basf S.A
Marca comercial: VOGA
Nome comum: Piraclostrobina
Nome Químico: methyl N-{2-[1-(4-chlorophenyl)-1H-pyrazol-3-yloxymethyl]phenyl}(N-methoxy)carbamate
Classe de Uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Para a cultura de pastagem.
Processo nº: 21000.007241/2014-63
05. Motivo da solicitação: Registro (13/10/2014)
Requerente: Nortox S/A
Marca comercial: FLUAZINAM NORTOX 500 SC
Nome comum: Fluazinam
Nome Químico: 3-chloro-N-(3-chloro-5-trifluoromethyl-2-pyridyl)-alpha,alpha,alpha-trifluoro-2,6-dinitro-p-toluidine
Classe de Uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de batata, cana-de-açúcar, feijão, girassol, soja, tomate, maçã, morango e pêssego.
Processo nº: 21000.007232/2014-72
06. Motivo da solicitação: Registro (22/10/2014)
Requerente: AllierBrasil Agro Ltda.
Marca comercial: PROCAMPO 500 SC
Nome comum: Carbendazim
Nome Químico: methyl benzimidazol-2-ylcarbamate
Classe de Uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, citros, feijão, milho, soja e trigo.
Processo nº: 21000.007408/2014-96
07. Motivo da solicitação: Registro (15/10/2014)
Requerente: Laboratório de Biocontrole Farroupilha
Marca comercial: BOVERYD
Nome comum: *Beauveria bassiana*
Nome Químico: Não se aplica.
Classe de Uso: Inseticida e acaricida microbiológico
Indicação de uso pretendido: Para o controle dos alvos biológicos mosca-braca (*Bemisia tabaci* raça B), moleque da bananeira (*Cosmopolites sordidus*), ácaro-rajado (*Tetranychus urticae*) e cigarrinha do milho (*Dalbulus maidis*) nas culturas de soja, pepino, banana, morango e milho.
Processo nº: 21000.007265/2014-12
08. Motivo da solicitação: Registro (15/10/2014)
Requerente: UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A
Marca comercial: SULFENTRAZONA 500 SC UPL
Nome comum: Sulfentrazona
Nome Químico: 2',4'-dichloro-5'-(4-difluorometyl-4,5-dihydro-3-methyl-5-oxo-1H-1,2,4-triazol-1-yl)methanesulfonanilide
Classe de Uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de abacaxi, café, cana-de-açúcar, citros, fumo e soja.
Processo nº: 21000.007287/2014-82
09. Motivo da solicitação: Registro (15/10/2014)
Requerente: Laboratório de Biocontrole Farroupilha
Marca comercial: RIZOS
Nome comum: *Bacillus subtilis*
Nome Químico: Não se aplica.
Classe de Uso: Nematicida microbiológico
Indicação de uso pretendido: Para o controle dos alvos biológicos nematoide das galhas (*Meloydogine javanica*) e nematoide das lesões (*Pratylenchus brachyurus*) na cultura da soja.
Processo nº: 21000.007268/2014-56
10. Motivo da solicitação: Registro (15/10/2014)
Requerente: Laboratório de Biocontrole Farroupilha
Marca comercial: ONIX
Nome comum: *Bacillus methilotrophicus*
Nome Químico: Não se aplica.
Classe de Uso: Nematicida microbiológico
Indicação de uso pretendido: Para o controle dos alvos biológicos nematoide das galhas (*Meloydogine javanica*) e nematoide das lesões (*Pratylenchus brachyurus*) na cultura da soja.
Processo nº: 21000.007267/2014-10
11. Motivo da solicitação: Registro (19/09/2014)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: TIAMETCH
Nome comum: Tiametoxam
Nome Químico: 3-(2-chloro-1,3-thiazol-5-ylmethyl)-5-methyl-1,3,5-oxadiazinan-4-ylidene(nitro) amine
Classe de Uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de abacaxi, abobrinha, amendoim, alface, algodão, arroz, batata, berinjela, café, cana-de-açúcar, citros, crisântemo, eucalipto, ervilha, feijão, feijão-vagem, fumo, maçã, mamão, melancia, melão, morango, pepino, pimentão, repolho, tomate, trigo e uva.
Processo nº: 21000.006569/2014-62
12. Motivo da solicitação: Registro (10/10/2014)
Requerente: Helm do Brasil Mercantil Ltda.
Marca comercial: HELVA
Nome comum: Nicossulfurom
Nome Químico: 2-(4,6-dimethoxypyrimidin-2-ylcarbamoylsulfamoyl)-N,N-dimethylnicotinamide; 1-(4,6-dimethoxypyrimidin-2-yl)-3-(3-dimethylcarbamoyl-2-pyridylsulfonyl)urea
Classe de Uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para a cultura de milho.
Processo nº: 21000.007188/2014-09
13. Motivo da solicitação: Registro (19/09/2014)
Requerente: AllierBrasil Agro Ltda.
Marca comercial: BOIADEIRO 250 FS
Nome comum: Fipronil
Nome Químico: (RS)-5-amino-1-(2,6-dichloro-alpha, alpha, alpha-trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoromethylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile
Classe de Uso: Inseticida, cupinicida e formicida.
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, arroz, cevada, feijão, milho, pastagens, soja e trigo.
Processo nº: 21000.006612/2014-90
14. Motivo da solicitação: Registro (23/09/2014)
Requerente: Atanor do Brasil Ltda.
Marca comercial: PARAQUAT 200 SL ATANOR
Nome comum: Dicloreto de paraquate
Nome Químico: 1,1'-dimethyl-4,4'-bipyridinium
Classe de Uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de banana, café, cana-de-açúcar, citros, maçã, seringueira, algodão, arroz, batata, couve, feijão, milho, trigo e soja.
Processo nº: 21000.006669/2014-99
15. Motivo da solicitação: Registro (30/09/2014)
Requerente: Sumitomo Chemical do Brasil Representações Ltda.
Marca comercial: DIPEL ES-NT
Nome comum: *Bacillus thuringiensis*
Nome Químico: Não se aplica.
Classe de Uso: Inseticida Biológico
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de abóbora, abobrinha, alface, algodão, alho, arroz, aveia, berinjela, beterraba, brócolis, café, cana-de-açúcar, cebola, cevada, chicória, chuchu, citros, couve, couve-chinesa, couve-de-bruxelas, couve-flor, ervilha, espinafre, eucalipto, feijão, feijão-vagem, fumo, girassol, jiló, melancia, melão, milho, mostarda, pepino, pimentão, repolho, rúcula, soja, sorgo, tomate e trigo.
Processo nº: 21000.006838/2014-91
16. Motivo da solicitação: Registro (02/10/2014)
Requerente: Nortox S/A
Marca comercial: NICOSULFURON NORTOX 750 WG
Nome comum: Nicossulfurom
Nome Químico: 2-(4,6-dimethoxypyrimidin-2-ylcarbamoylsulfamoyl)-N,N-dimethylnicotinamide; 1-(4,6-dimethoxypyrimidin-2-yl)-3-(3-dimethylcarbamoyl-2-pyridylsulfonyl)urea
Classe de Uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para a cultura de milho.
Processo nº: 21000.006924/2014-01
17. Motivo da solicitação: Registro (02/10/2014)
Requerente: Nortox S/A
Marca comercial: RICLEAN
Nome comum: Bispiribaque-sódico
Nome Químico: Sodium 2,6-bis(4,6-dimethoxypyrimidin-2-yloxy)benzoate
Classe de Uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para a cultura de arroz irrigado.
Processo nº: 21000.006925/2014-48
18. Motivo da solicitação: Registro (17/09/2014)
Requerente: AllierBrasil Agro Ltda.
Marca comercial: INSTAL 250 FS
Nome comum: Fipronil
Nome Químico: (RS)-5-amino-1-(2,6-dichloro-alpha, alpha, alpha-trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoromethylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile
Classe de Uso: Inseticida, cupinicida e formicida.
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, arroz, cevada, feijão, milho, pastagens, soja e trigo.
Processo nº: 21000.006548/2014-47
19. Motivo da solicitação: Registro (19 /09/2014)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: TANCAP
Nome comum: Captana
Nome Químico: N-(trichloromethylthio)cyclohex-4-ene-1,2-dicarboximide
Classe de Uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de abacaxi, algodão, alho, batata, cebola, citros, gladíolo, maçã, melancia, melão, milho, pepino, pêra, pêssego, rosa, trigo, tomate e uva.
Processo nº: 21000.006570/2014-97
20. Motivo da solicitação: Registro (19/09/2014)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: CAPTIP
Nome comum: Captana
Nome Químico: N-(trichloromethylthio)cyclohex-4-ene-1,2-dicarboximide
Classe de Uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de abacaxi, algodão, alho, batata, cebola, citros, cravo, gladíolo, maçã, melancia, melão, milho, pepino, pêra, pêssego, rosa, trigo, tomate e uva.
Processo nº: 21000.006574/2014
21. Motivo da solicitação: Registro (24/09/2014)
Requerente: ANASAC Brasil Comércio e Locação de Máquinas Ltda.
Marca comercial: CIGARAL 600 FS
Nome comum: Imidacloprido
Nome Químico: 1-(6-chloro-3pyridylmethyl)-N-nitroimidazolidin-2-ylideneamine
Classe de Uso: Inseticida e cupinicida.
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, amendoim, arroz, aveia, cevada, feijão, milho, soja e trigo.
Processo nº: 21000.006686/2014-26
22. Motivo da solicitação: Registro (18/09/2014)
Requerente: Du Pont do Brasil S.A
Marca comercial: BELLAVI
Nome comum: Clorantraniliprole
Nome Químico: 3-bromo-4'-chloro-1-(3-chloro-2-pyridyl)-2'methyl-6'-(methylcarbamoyl)pyrazole-5-carboxanilide
Classe de Uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de milho e soja.
Processo nº: 21000.006554/2014-02
23. Motivo da solicitação: Registro (18/09/2014)
Requerente: Du Pont do Brasil S.A
Marca comercial: CERNIS
Nome comum: Clorantraniliprole
Nome Químico: 3-bromo-4'-chloro-1-(3-chloro-2-pyridyl)-2'methyl-6'-(methylcarbamoyl)pyrazole-5-carboxanilide
Classe de Uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de milho e soja.
Processo nº: 21000.006553/2014-50
24. Motivo da solicitação: Registro (22/10/2014)
Requerente: AllierBrasil Agro Ltda.
Marca comercial: BUZZIN 480 SC
Nome comum: Metribuzim
Nome Químico: 4-amino+6-tert-butyl-4,5-dihydro-3-methylthio-1,2,4-triazin-5-one
Classe de Uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de batata, café, cana-de-açúcar, mandioca, soja, tomate e trigo.
Processo nº: 21000.007407/2014-41

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25. Motivo da solicitação: Registro (15/10/2014)
Requerente: Laboratório de Biocontrole Farroupilha
Marca comercial: METARHYD
Nome comum: *Metarhizium anisopliae*
Nome Químico: Não se aplica.
Classe de Uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Para o controle dos alvos biológicos cigarrinha-da-raiz (*Mahanarva fimbriolata*), cigarrinha-das-pastagens (*Zulia entreriana*) e cigarrinha-das-pastagens; cigarrinha-dos-capinzais (*Deois flavopicta*).
Processo nº: 21000.007266/2014-67
26. Motivo da solicitação: Registro (22/10/2014)
Requerente: Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S/A
Marca comercial: ZATHAMAXX
Nome comum: Imazetapir + Flumioxazina
Nome Químico: (RS)-5-ethyl-2-(4-isopropyl-4-methyl-5-oxo-2-imidazolin-2-yl)nicotinic acid + N-(7-fluoro-3,4-dihydro-3-oxo-4-prop-2-ynyl-2H-1,4-benzoxazin-6-yl)cyclohex-1-ene-1,2-dicarboxamide
Classe de Uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de soja e feijão.
Processo nº: 21000.007390/2014-22
27. Motivo da solicitação: Registro (30/09/2014)
Requerente: Iharabras S.A Indústrias Químicas
Marca comercial: SPIRIT
Nome comum: Dinotefuram + Flutriafol
Nome Químico: (RS)-1-methyl-2-nitro-3-(tetrahydro-3-furylmethyl)guanidine + (RS)-2,4'-difluoro-alpha-(1H-1,2,4-triazol-1,ylmethyl) benzhydryl alcohol
Classe de Uso: Fungicida e Inseticida
Indicação de uso pretendido: Para a cultura de café.
Processo nº: 21000.006846/2014-37
28. Motivo da solicitação: Registro (18/09/2014)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: ROCKOT
Nome comum: Tiametoxam
Nome Químico: 3-(2-chloro-1,3-thiazol-5-ylmethyl)-5-methyl-1,3,5-oxadiazinan-4-ylidene(nitro) amine
Classe de Uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de abacaxi, abobrinha, amendoim, alface, algodão, arroz, batata, berinjela, café, cana-de-açúcar, citros, crisântemo, eucalipto, ervilha, feijão, feijão-vagem, fumo, maçã, mamão, melancia, melão, morango, pepino, pimentão, repolho, tomate, trigo e uva.
Processo nº: 21000.006575/2014-10
29. Motivo da solicitação: Registro (30/09/2014)
Requerente: Iharabras S.A Indústrias Químicas
Marca comercial: CERCONIL
Nome comum: Tiofanato-metílico + Clorotalonil
Nome Químico: dimethyl 4,4'-(o-phenylene)bis(3-thioallophanate) + tetrachloroisophthalonitrile
Classe de Uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Para a cultura de feijão.
Processo nº: 21000.006847/2014-81
30. Motivo da solicitação: Registro (30/09/2014)
Requerente: Iharabras S.A Indústrias Químicas
Marca comercial: MOSPILAN WG
Nome comum: Acetamiprido
Nome Químico: (E)-N1-[(6-chloro-3-pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamidine
Classe de Uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, aveia, batata, batata-doce, beterraba, centeio, cevada, citros, eucalipto, feijão, maçã, mamão, mandioca, soja, tomate, trigo e triticale.
Processo nº: 21000.006845/2014-92

31. Motivo da solicitação: Registro (15/10/2014)
Requerente: Dow Agrosciences Industrial Ltda.
Marca comercial: REVOLUX
Nome comum: Espinetoram + metoxifenozida
Nome Químico: Mixture of 50-90% (2R,3aR, 5aR, 5bS, 9S, 13S, 14R, 16As, 16bR)-2-(6-deoxy-3-O-ethyl-2,4-diO-methyl-alpha-L-mannopyranosyloxy)-13-[(2R,5S,6R)-5-(dimethylamino)tetrahydro-6-methylpyran-2-yloxy]-9-ethyl-2,3,3a,4,5,5a,5b,6,9,10,11,12,13,14,16a,16b-hexadecahydro-14-methyl-1H-as-indaceno[3,2-d]oxacyclododecine-7,15-dione and 50-10% (2S,3Ar,5As5Bs,9S,13S,14R,16As,16Bs)-2-(6-deoxy-3-O-ethyl-2,4-di-O-methyl-alpha-L-mannopyranosyloxy)-13-[(2R, 5S, 6R)-5-(dimethylamino)tetrahydro-6-methylpyran-2-yloxy]-9-ethyl-2,3,3a,5a,5b,6,9,10,11,12,13,14,16a,16b-tetradecahydro-4,14-dimethyl-1H-as-indaceno[3,2-d]oxacyclododecine-7,15-dione + N-tert-butyl-N'-(3-methoxy-o-toluoyl)-3,5-xylohydrazide
Classe de Uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão e soja.
Processo nº: 21000.007273/2014-69
32. Motivo da solicitação: Registro (23/09/2014)
Requerente: AllierBrasil Agro Ltda.
Marca comercial: MARATONA 250 FS
Nome comum: Fipronil
Nome Químico: (RS)-5-amino-1-(2,6-dichloro-alpha, alpha, alpha-trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoromethylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile
Classe de Uso: Inseticida, cupinicida e formicida.
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, arroz, cevada, feijão, milho, pastagens, soja e trigo.
Processo nº: 21000.006662/2014-77
33. Motivo da solicitação: Registro (23/09/2014)
Requerente: Ouro Fino Química Ltda.
Marca comercial: SEVEROBR
Nome comum: Dicloreto de paraquate
Nome Químico: 1,1'-dimethyl-4,4'-bipyridinium
Classe de Uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, batata, cana-de-açúcar, milho e soja.
Processo nº: 21000.006676/2014-91
34. Motivo da solicitação: Registro (30/09/2014)
Requerente: Iharabras S.A Indústrias Químicas
Marca comercial: INSIGHT
Nome comum: Dinotefuram + Lambda-cialotrina
Nome Químico: (RS)-1-methyl-2-nitrol-3-(tetrahydro-3-furylmethyl)guanidine + A reaction product comprising equal quantities of (S)-alfa-cyano-3-phenoxybenzyl (Z)-(1R,3R)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoroprop-1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate and (R)-alfa-cyano-3-phenoxybenzyl (Z)-(1S,3S)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoroprop-1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate
Classe de Uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Para a cultura de soja.
Processo nº: 21000.006848/2014-26
35. Motivo da solicitação: Registro (29/09/2014)
Requerente: Nortox S/A
Marca comercial: ABA 400 WG NORTOX
Nome comum: Abamectina
Nome Químico: (10E, 14E, 16E, 22Z)-(1R, 4S, 5'S, 6S, 6'R,8R, 12 S, 13S, 20R, 21R, 24S)-6'-[(S)-secbutyl]-21, 24-dihydroxy-5',11, 13, 22-tetramethyl-2-oxo-(3,7, 19-trioxatetracyclo[15.6.1.14,8.020,24]pentacosa-10, 14, 16, 22- tetraene-6-spiro-2'- (5', 6'-dihydro-2'Hpyran)-12-yl 2, 6 dideoxy-4-O-(2, 6-dideoxy-3-Omethyl-a-L-arabino-hexopyranosyl-3-O-methyl-a-Larabino hexopyranoside(i)mixture with (10E, 14E, 16E, 22Z)-(1R, 4S, 5'S, 6S, 6'R, 8R, 12S, 13S, 20R, 21R, 24S)-21, 24-dihydroxy-6'-isopropyl-5', 11,13, 22-tetramethyl-2-oxo-3, 7, 19-trioxatetra cyclo[15.6.1.14,8.020,24]pentacosa-10, 14, 16, 22-tetraene-6-spiro-2'-(5', 6'-dihydro-2'Hpyran)-12-yl 2,6-dideoxy-4-O-(2, 6-dideoxy-3-Omethyl- a-L-arabino-hexopyranosyl)-3-O-methyl-a-Larabino-hexopyranoside (ii) (4:1) R= -CH2CH3 (avermectin B1a) (i)R= - CH3 (avermectin B1b)
Classe de Uso: Inseticida, acaricida e nematicida.
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, batata, café, cana-de-açúcar, citros, feijão, mamão, milho, soja, tomate e uva.
Processo nº: 21000.006814/2014-31
36. Motivo da solicitação: Registro (29/09/2014)
Requerente: Nortox S/A
Marca comercial: BISPIRIBAC NORTOX
Nome comum: Bispiribaque-sódico
Nome Químico: Sodium 2,6-bis(4,6-dimethoxypyrimidin-2-yloxy)benzoate
Classe de Uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para a cultura de arroz irrigado.
Processo nº: 21000.006811/2014-06
37. Motivo da solicitação: Registro (22/09/2014)
Requerente: Nortox S/A
Marca comercial: TOTALCORN
Nome comum: Nicossulfurom
Nome Químico: 2-(4,6-dimethoxypyrimidin-2-ylcarbamoylsulfamoyl)-N,N-dimethylnicotinamide; 1-(4,6-dimethoxypyrimidin-2-yl)-3-(3-dimethylcarbamoyl-2-pyridylsulfonyl)urea
Classe de Uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para a cultura de milho.
Processo nº: 21000.006640/2014-15
38. Motivo da solicitação: Registro (29/10/2014)
Requerente: Atanor do Brasil Ltda.
Marca comercial: AZOXISTROBINA ATANOR 250 SC
Nome comum: Azoxistrobina
Nome Químico: methyl (E)-2-{2-[6-(2-cyanophenoxy)pyrimidin-4-yloxy]phenyl}-3-methoxyacrylate
Classe de Uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, arroz, aveia, banana, cevada, soja e trigo.
Processo nº: 21000.007613/2014-51
39. Motivo da solicitação: Registro (29/10/2014)
Requerente: Proventis Lifesciences Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: FLUAZINAM 500 SC PROVENTIS
Nome comum: Fluazinam
Nome Químico: 3-chloro-N-(3-chloro-5-trifluoromethyl-2-pyridyl)-alpha,alpha,alpha-trifluoro-2,6-dinitro-p-toluidine
Classe de Uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, batata, cana-de-açúcar, cebola, feijão, girassol, maçã, morango, pêssego, soja e tomate.
Processo nº: 21000.007615/2014-41
40. Motivo da solicitação: Registro (30/10/2014)
Requerente: Sapec Agro Brasil Ltda.
Marca comercial: HEXITIAZOXI SAPEC 500 WP
Nome comum: Hexitiazoxi
Nome Químico: (4RS,5RS)-5-(4-chlorophenyl)-N-cyclohexyl-4-methyl-2-oxo-1,3-thiazolidine-3-carboxamide
Classe de Uso: Acaricida
Indicação de uso pretendido: Para a cultura de citros.
Processo nº: 21000.007644/2014-11
41. Motivo da solicitação: Registro (29/10/2014)
Requerente: Dow Agrosciences Industrial Ltda.
Marca comercial: ENLISTDUO
Nome comum: 2,4-D + 2,4-D Sal de Colina + Glifosato + Glifosato sal de Dimetilamina
Nome Químico: (2,4-dichlorophenoxy)acetic acid + 2-hydroxy-N,N,N-trimethylethanaminium (2,4-dichlorophenoxy)acetate + N-(phosphonomethyl)glycine + N-methylmethanaminium N-[hydroxyphosphinato)methyl]glycine
Classe de Uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de milho e soja.
Processo nº: 21000.007622/2014-42

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral
Substituto

RETIFICAÇÕES

No D.O.U de 01 de março de 2010, Seção 1, pág. 6,em ATO nº 9 de 24 de fevereiro de 2010, item 36, onde se lê: " Imidacloprid 60%", leia-se: "Imidacloprid 60% (CDX 107A FP)" ; onde se lê: "Motivo da solicitação: Registro (05/01/2010)" , leia-se: "Motivo da solicitação: Registro (05/02/2010)".

No D.O.U de 14 de julho de 2010, Seção 1, pág 10, em ATO nº 31 de 12 de julho de 2010, item 44, onde se lê: "Indicação de Uso Pretendido: Para as culturas de abacate, álamo, alface, algodão, alho, amendoim, arroz, banana, berinjela, beterraba, café, cebola, cenoura, citros, coco, couve-flor, ervilha, feijão, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, morango, pepino, pêssego, pimentão, rosa, soja, tomate envarado e uva.", leia-se "Indicação de Uso Pretendido: Para as culturas de abacate, abobrinha, álamo, alface, algodão, alho, amendoim, arroz, banana, batata, berinjela, beterraba, café, cebola, cenoura, citros, coco, couve-flor, ervilha, feijão, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, morango, pepino, pêssego, pimentão, rosa, soja, tomate envarado e uva.

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 514, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DA AGRICULTURA NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no Artigo 44, do Regimento Interno das SFA, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, e Portaria Ministerial nº 295, publicada no DOU nº 65 de 04 de abril de 2014, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, resolve:

HABILITAR o Médico Veterinário DOUGLAS POTRATZ RODRIGUES, CRMV-PR Nº 10474 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL (GTA) para fins de trânsito de animais das seguintes espécies:

1-Equina, asinina e muar no Estado do Paraná;

2-Bovinos, bubalinos, ovinos e caprinos exclusivamente para a saída de eventos agropecuários do Estado do Paraná, destinados aos municípios do Estado do Paraná.

GIL BUENO DE MAGALHÃES

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

RESOLUÇÃO Nº 174, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

A COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (CNEN), criada pela Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, usando das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.781, de 17 de junho de 1989 e pelo Decreto nº 5.667, publicado no Diário Oficial da União de 11 de janeiro de 2006, por decisão de sua Comissão Deliberativa, adotada na 617ª Sessão, realizada em 31 de outubro de 2014, considerando que:

a) O Laboratório de Enriquecimento Isotópico (LEI), integrante da Unidade de Enriquecimento de Urânio Almirante Álvaro Alberto (UEAAA), de responsabilidade da Marinha do Brasil, é uma instalação de pequeno porte e regime laboratorial que visa a desenvolver a tecnologia de enriquecimento de urânio no radioisótopo U-235;

b) Através da Resolução nº 26, de 19 de outubro de 1988, publicada no D.O.U. de 08 de novembro de 1988, pág. 21500, S.1, foi concedida, pela CNEN, a Autorização para Operação Inicial (AOI) do atual LEI, que teve sua última renovação concedida através da Resolução CNEN nº 134, de 08 de novembro de 2012, publicada no DOU nº 224, de 21 de novembro de 2012 - paginas 21 e 22 - Seção 1;

c) O LEI/CTMSP recebeu a primeira Autorização de Utilização de Material Nuclear (AUMAN) pela Resolução CNEN nº 06/88;

d) Por se tratar de uma instalação experimental, a renovação da AOI do LEI encontra-se amparada pelo item 8.7.5.1.3, incluído na Norma CNEN-NE-1.04 "Licenciamento de Instalações Nucleares", pela Resolução CNEN nº 15, de 06 de dezembro de 2002, publicada no D.O.U., de 12 de dezembro de 2002, Pág. 49, S.1;

e) De acordo com a Resolução CNEN 169/2014 - Critérios de Obrigação ou Dispensa de Garantia Financeira de Responsabilidade por Danos Nucleares, o LEI/CTMSP pode ser liberado do

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Seguro de Responsabilidade Civil exigido pela Lei nº 6.453, de 17 de outubro de 1977, com base nas condições atuais de operação, apresentadas em seu Relatório Final de Analise de Segurança;

f) Em atendimento ao item 8.9.1 da Norma CNEN NE 1.04, de dezembro de 2004, o CTMSP solicitou a renovação da AOI do LEI, Ofício nº 1329/CTMSP-MB, de 30 de setembro de 2014, resolve:

Art. 1º - Conceder a renovação da Autorização para Operação Inicial (AOI) do Laboratório de Enriquecimento Isotópico (LEI) da Unidade de Enriquecimento de Urânio Almirante Álvaro Alberto (UEAAA), de responsabilidade do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), da Marinha do Brasil, situado no Município de Iperó, Estado de São Paulo, até 19 de novembro de 2016, dentro das seguintes condições:

I - O CTMSP continua autorizado a processar urânio no LEI, sob a forma de hexafluoreto, buscando seu enriquecimento isotópico em urânio U-235;

II - O inventário máximo de hexafluoreto de urânio no LEI é de 5.000 quilogramas dos quais até 100 quilogramas poderão ultrapassar o teor de enriquecimento de 5%, porém ficando limitado a um teor menor que 20%;

Art. 2º - O CTMSP deverá atender a quaisquer pedidos de informação ou exigências impostas pela CNEN, estando o LEI em operação ou parado, inclusive cumprindo todas as determinações decorrentes de Relatórios de Fiscalização (Inspeções/Auditorias).

Art. 3º - O CTMSP deverá comunicar previamente à CNEN, qualquer modificação nas instalações do LEI, inclusive seus procedimentos de operação, manutenção e controle, submetendo novos adendos ou novas revisões do Relatório de Análise de Segurança, cujas vias, em poder da CNEN, deverão ser mantidas rigorosamente atualizadas pelo próprio CTMSP.

Art. 4º - Esta AOI esta sujeita as disposições da Lei n° 6.189, de 16 de dezembro de 1974, as disposições das normas da CNEN em vigor e de quaisquer outras normas que por ela venham a ser estabelecidas, sem prejuízo de qualquer outra legislação aplicável, bem como dos tratados, convenções e compromissos internacionais aos quais o Brasil se obrigou ou se obrigará.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANGELO FERNANDO PADILHA
Presidente do Comissão

REX NAZARÉ ALVES
Membro

ISAAC JOSÉ OBADIA
Membro

CRISTÓVÃO ARARIPE MARINHO
Membro

IVAN PEDRO SALATI DE ALMEIDA
Membro

RESOLUÇÃO Nº 175, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), criada pela Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, usando das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.781, de 17 de junho de 1989 e pelo Decreto nº 5.667, publicado no Diário Oficial da União em 11 de janeiro de 2006, por decisão de sua Comissão Deliberativa, adotada na 617ª Sessão, realizada em 31 de outubro de 2014, e considerando que:

a) O Laboratório de Enriquecimento Isotópico (LEI), integrante da Unidade de Enriquecimento de Urânio Almirante Álvaro Alberto (UEAAA), de responsabilidade da Marinha do Brasil, através do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), é uma instalação de pequeno porte e regime laboratorial que visa a desenvolver tecnologia de enriquecimento de urânio no radioisótopo U-235;

b) o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) encaminhou à CNEN a revisão, datada de setembro de 2012, do Questionário Técnico (QT) para a instalação "Laboratório de Enriquecimento Isotópico (LEI)", e que esta revisão ainda é válida;

c) que a inspeção regulatória para Verificação de Inventário Físico, realizada em agosto de 2014, confirmou a declaração de inventário de material nuclear dessa Instalação, bem como sua operação, no que tange especificamente à contabilidade e ao controle de material nuclear, em conformidade com os requisitos estabelecidos pela Norma CNEN NN 2.02, "Controle de Materiais Nucleares", Resolução CNEN 11/99 (Publicação no DOU 21.09.1999), resolve:

Art. 1º - Conceder a Autorização para Utilização de Material Nuclear (AUMAN), para o Laboratório de Enriquecimento Isotópico (LEI), do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), Marinha do Brasil, até a data de 19 de novembro de 2015, observadas as seguintes condições:

I) O CTMSP continua autorizado a processar urânio no LEI, sob a forma de hexafluoreto de urânio (UF6), buscando seu enriquecimento isotópico em urânio U-235;

II) O inventário máximo de hexafluoreto de urânio no LEI será de 5.000 quilogramas, dos quais até o máximo de 100 quilogramas poderá ultrapassar o teor de enriquecimento de 5%, porém ficando limitado a um teor menor que 20%;

III) O CTMSP deverá comunicar previamente à CNEN qualquer modificação nas instalações do LEI que possam impactar na contabilidade e controle de material nuclear, nacional e/ou internacionalmente, submetendo em tempo hábil revisão atualizada do Questionário Técnico dessa Instalação. A falta de observância desta condição acarretará a imediata suspensão da AUMAN.

Art. 2º - O CTMSP deverá atender a quaisquer exigências estabelecidas pela CNEN relativas ao controle de material nuclear dessa Instalação, estando o LEI operacional ou não, inclusive cumprindo todas as determinações decorrentes de Relatórios de Fiscalização (Inspeções/Auditorias).

Art. 3º - A CNEN poderá, a qualquer tempo, acrescentar requisitos que considerar pertinentes ou cancelar a presente autorização, sempre que julgar necessário para assegurar adequados contabilidade e controle do material nuclear no LEI.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

ANGELO FERNANDO PADILHA
Presidente do Comissão

REX NAZARÉ ALVES
Membro

ISAAC JOSÉ OBADIA
Membro

CRISTÓVÃO ARARIPE MARINHO
Membro

IVAN PEDRO SALATI DE ALMEIDA
Membro

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 154, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 59/2014, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, e Decreto nº 8.283, de 03/07/2014, resolve:

Art. 1º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

14-0067 - Os Sonâmbulos
Processo: 01580.043548/2013-56
Proponente: Filmes do Cerrado Produções Cinematográficas Ltda.
Cidade/UF: Belo Horizonte / MG
CNPJ: 07.530.292/0001-13
Valor total aprovado: R$ 1.104.880,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.049.636,00
Banco: 001- agência: 1584-9 conta corrente: 25.365-0
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 544, realizada em 21/10/2014.
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL
Diretor-Presidente

DELIBERAÇÃO Nº 156, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 59/2014, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, e Decreto nº 8.283, de 03/07/2014, resolve:

Art. 1º Aprovar a análise complementar dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

12-0465 - Brasil 2050 - 2ª Temporada
Processo: 01580.031218/2012-37
Proponente: Miração Filmes Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 06.096.915/0001-29
Valor total aprovado: de R$ 3.399.477,62 para R$ 1.113.000,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.195.477,62 para R$ 1.050.000,00
Banco: 001- agência: 3560-2 conta corrente: 23.354-4
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 545, realizada em 29/10/2014.
Prazo de captação: até 31/12/2016.

13-0320 - Ernesto, O Exterminador de Seres Monstruosos e Outras Porcarias
Processo: 01580.014347/2013-41
Proponente: 3 Tabela Filmes e Produções Artísticas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.107.296/0001-19
Valor total aprovado: R$ 1.777.687,50
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 200.530,00 para R$ 168.530,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 21.193-1
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 545, realizada em 29/10/2014.
Prazo de captação: até 31/12/2016.

14-0071 - SOS Pé na Bunda
Processo: 01580.008779/2014-02
Proponente: LosBragas Produções Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 06.967.225/0001-06
Valor total aprovado: de R$ 1.596.476,23 para R$ 1.451.476,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 800.000,00
Banco: 001- agência: 1270-X conta corrente: 22.360-3
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 545, realizada em 29/10/2014.
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL
Diretor-Presidente

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL
COLEGIADO SETORIAL DE PATRIMÔNIO IMATERIAL

MOÇÃO Nº 1, DE 4 DE SETEMBRO DE 2014

Moção de Apoio ao Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis pelo envio de parecer circunstanciado contrário à aprovação e sanção da Lei nº 9590/2014.

Os membros do Colegiado Setorial de Patrimônio Imaterial do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, alterado pelo Decreto nº 6.973 de 7 de outubro de 2009, combinado com os incisos III, VIII e XVI, do art. 9, com o inciso IV do art. 21 e com o art. 28 do Regimento Interno do CNPC, publicado pela Portaria nº 28 de 19 de março de 2010, e tendo em vista deliberação em Sessão Ordinária, realizada nos dias 03 e 04 de setembro de 2014, aprova:

Art. 1º- Moção de apoio ao Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis que repudiou e encaminhou parecer circunstanciado contrário à decisão da Câmara de Vereadores e do Prefeito Municipal de Florianópolis, pela aprovação e sanção da Lei Nº. 9590/14, que torna a FENAOSTRA como Patrimônio Cultural e Imaterial de Florianópolis/SC.

EDNA MARIA COSTA E SILVA
Membro do Colegiado

MOÇÃO Nº 2, DE 4 DE SETEMBRO DE 2014

Moção honrosa aos locutores dos programas de rádio de Talian e comunidade italiana no Brasil pela iniciativa de solicitar reconhecimento do Talian como Patrimônio Imaterial Cultural.

Os membros do Colegiado Setorial de Patrimônio Imaterial do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, alterado pelo Decreto nº 6.973 de 7 de outubro de 2009, combinado com os incisos III, VIII e XVI, do art. 9, com o inciso IV do art. 21 e com o art. 28 do Regimento Interno do CNPC, publicado pela Portaria nº 28 de 19 de março de 2010, e tendo em vista deliberação em Sessão Ordinária, realizada nos dias 03 e 04 de setembro de 2014, aprova:

Art. 1º- Moção honrosa aos locutores dos programas de rádio de Talian e comunidade italiana no Brasil pela iniciativa de solicitar o reconhecimento do Talian como Patrimônio Imaterial Cultural.

Art. 2º Menção honrosa conferida a:

a)Paulo Massolini - Presidente da FIBRA/RS;

b)Serafina Conea - RS;

c)Valério Tanin - Presidente da Assodita Maravilha - SC;

Extensiva às demais entidades participantes do Talian

EDNA MARIA COSTA E SILVA
Membro do Colegiado

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

PORTARIA Nº 521, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

A PRESIDENTA DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7º c/c art. 1º, VIII, do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010 e em conformidade com o disposto na Portaria nº 158, de 20 de maio de 2014 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e de concessão de Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura - GDAIE para os servidores ocupantes dos cargos de Analista de Infraestrutura e de Especialista em Infraestrutura Sênior em exercício no IPHAN, e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

com base no estabelecido na Portaria/IPHAN nº 50, de 30 de janeiro de 2012, publicada no Boletim Administrativo Eletrônico - BAE nº 745 - Edição Semanal de 10 de fevereiro de 2012 que trata dos critérios e procedimentos de avaliação de desempenho individual dos servidores do quadro permanente do IPHAN, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Portaria estabelece os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e de concessão da Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura - GDAIE, para os servidores ocupantes dos cargos de Analista de Infraestrutura e de Especialista em Infraestrutura Sênior, em exercício no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

Parágrafo único - A avaliação de desempenho institucional será realizada de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria MPOG nº 158, de 20 de maio de 2014 e com os procedimentos estabelecidos na Portaria IPHAN nº 50, de 30 de janeiro de 2012, publicada no Boletim Administrativo Eletrônico nº 745 - Edição Semanal de 10 de fevereiro de 2012 que trata das avaliações de desempenho individual no âmbito do IPHAN.

Art. 2º - A GDAIE será paga observada os limites máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, observada a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho institucional do IPHAN.

Parágrafo único - Os valores a serem pagos a título de GDAIE são de responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional e o valor do ponto constante do Anexo III da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, de acordo com o respectivo cargo, classe e padrão.

CAPÍTULO II

DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL

Seção I

Das Unidades de Avaliação

Art. 3º - Serão consideradas unidades de avaliação as Unidades descritas no Anexo II da Portaria nº 50/2012/IPHAN que trata dos critérios e procedimentos de avaliação de desempenho individual dos servidores do quadro permanente do IPHAN.

Art. 4º - A Unidade de avaliação em que o servidor estiver em exercício, deverá seguir o cronograma divulgado pela Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas - CODEP/COGEP/DPA, e informar quem será o responsável pela condução do processo de avaliação de desempenho individual em sua Unidade.

Art. 5º - São atribuições do avaliador (chefe imediato) ou de seu substituto legal:

I - coordenar as ações para a elaboração do plano de trabalho do servidor ocupante do Cargo de Analista de Infraestrutura ou de Especialista em Infraestrutura Sênior em exercício no IPHAN;

II - identificar e incluir no plano de trabalho os servidores que compõem as equipes de trabalho da unidade de avaliação em que está lotado o servidor a ser avaliado;

III - se necessário, reavaliar o plano de trabalho, informando as alterações à Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas - CODEP/COGEP/DPA;

IV - monitorar as fases de avaliação de desempenho individual de acordo com cronograma expedido pela Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas - CODEP/COGEP/DPA;

V - garantir a efetividade da avaliação de desempenho individual, orientando a(s) equipe(s) de trabalho e monitorando o cronograma de atividades apresentado pela Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas;

VI - consolidar os resultados da avaliação de desempenho individual no Anexo da Portaria/MPOG nº 158, 20/05/2014 - Relatório de Desempenho Individual - GDAIE; e

VII - encaminhar as informações necessárias e os formulários de avaliação impressos, à Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas, assinados e carimbados pelo avaliador e pelo avaliado, no prazo estipulado no cronograma encaminhado pela CODEP/COGEP/DPA para as providências necessárias junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Seção II

Dos Planos de Trabalho

Art. 6º - O plano de trabalho - Anexo I desta Portaria, é o documento em que serão registrados os dados referentes à(s) meta(s) individual(is) do servidor ocupante do cargo de Analista de Infraestrutura ou Especialista em Infraestrutura Sênior, para o ciclo de avaliação.

Parágrafo único - O plano de trabalho deverá abranger o servidor ou o conjunto dos servidores em exercício na unidade de avaliação, ocupante do cargo de Analista de Infraestrutura ou Especialista em Infraestrutura Sênior, sendo que cada servidor será vinculado, no mínimo, a uma ação, atividade, projeto ou processo inerente à Unidade em que está em exercício.

Art. 7º - O plano de trabalho deverá conter:

I - o período do ciclo de avaliação;

II - o nome da Unidade de avaliação e de seu titular ou substituto legal;

III - o nome e endereço do avaliador (chefe imediato) do servidor ou, se for o caso, de seu substituto legal;

IV - a identificação de cada equipe de trabalho que compõe a Unidade de avaliação;

V - a identificação da chefia imediata de cada equipe de trabalho e do respectivo substituto (se for o caso);

VI - as ações mais representativas da Unidade de avaliação;

VII - as atividades, os projetos ou os processos em que se desdobram as ações;

VIII - a identificação funcional do(s) servidor(es) que compõe(m) a(s) equipe(s) de trabalho existente(s) na unidade de avaliação, que efetivamente contribuam para o cumprimento das metas de desempenho institucionais intermediárias e individuais, ainda que não façam jus à GDAIE;

IX - a(s) meta(s) individual(is) fixada(s) para o cumprimento das metas institucionais intermediárias de desempenho pactuadas com a equipe de trabalho;

X - compromissos de desempenho individual e institucional, firmados entre o servidor e a chefia imediata no início do ciclo de avaliação;

XI - critérios e procedimentos de acompanhamento do desempenho individual e institucional de todas as etapas ao longo do ciclo de avaliação deverão ter a orientação e supervisão do dirigente máximo da Unidade de avaliação e do responsável pela condução do processo na Unidade;

XII - avaliação parcial dos resultados obtidos, para subsidiar ajustes no decorrer do ciclo de avaliação; e

XIII - apuração final do cumprimento da(s) meta(s) e demais compromissos firmados de forma a possibilitar o fechamento dos resultados obtidos em todos os componentes da avaliação de desempenho.

Seção III

Do Processamento da Avaliação de Desempenho Individual

Art. 8º - O ciclo de avaliação de desempenho terá início em 1º de março de cada ano e compreenderá um período de 12 meses, conforme disposto na Portaria nº 50/2012/IPHAN, que estabeleceu os critérios e procedimentos específicos para avaliação de desempenho individual e institucional das Gratificações de Desempenho Individual no âmbito do IPHAN, com efeitos financeiros mensais por igual período na Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008 conforme estabelecido na Portaria/MPOG nº 158/2014.

§ 1º - As avaliações serão processadas no mês subsequente ao término do ciclo de avaliação e seus efeitos financeiros iniciarão no mês seguinte ao de processamento das avaliações.

§ 2º - Os ciclos pretéritos serão realizados conforme estabelecido nos artigos 28 e 29 desta portaria.

Art. 9º - A avaliação de desempenho individual envolverá o servidor e sua chefia imediata, mediante as seguintes fases:

I - autoavaliação: percepção do servidor a respeito do próprio desempenho funcional ao longo do ciclo avaliativo; e

II - avaliação da chefia imediata: análise do desempenho funcional do servidor subordinado, mensurado o nível de comprometimento deste para o alcance das metas pactuadas com a equipe de trabalho, de acordo com os compromissos de desempenho individual assumidos no plano de trabalho.

Parágrafo único - Na hipótese de impedimento do avaliador, a avaliação individual poderá ser conduzida por seu substituto legal ou por servidor designado pelo dirigente máximo da Unidade de avaliação.

Art. 10 - A avaliação de desempenho individual considerará os seguintes indicadores:

I - o desenvolvimento do servidor, subdividido nos seguintes fatores:

a) capacidade técnica, com peso 3 (três): capacidade para absorver informações relativas à legislação, aos manuais e aos assuntos correlatos às atribuições do cargo e de aplicar o conhecimento adquirido nas tarefas sob sua responsabilidade;

b) trabalho em equipe, com peso 1 (um): capacidade de espontaneamente colocar-se à disposição da equipe de trabalho, contribuindo para o crescimento profissional da unidade, flexibilidade diante de críticas, valores e percepções diferentes e ideias divergentes ou inovadoras e adoção de postura respeitosa em relação aos demais servidores;

c) comprometimento com o trabalho, com peso 0,5 (zero vírgula cinco): capacidade de envolvimento com as atividades pelas quais é responsável, demonstrando interesse em efetivamente contribuir para a obtenção de resultados e para o cumprimento dos objetivos institucionais da equipe de trabalho; e

d) cumprimento das normas de procedimentos e de conduta, com peso 0,5 (zero vírgula cinco): capacidade de trabalhar com pontualidade, disciplina e responsabilidade em face das tarefas assumidas, cumprindo as normas gerais da estrutura e funcionamento da Administração Pública e demonstrando postura orientada por princípios e regras morais de senso comum; e

II - a produtividade, com o seguinte fator: cumprimento de metas individuais pactuadas no plano de trabalho, com peso 3,75 (três vírgula setenta e cinco).

§ 1º - A produtividade será apurada apenas pela chefia imediata, mensurada a partir do cumprimento das metas individuais pactuadas no plano de trabalho.

§ 2º - A avaliação de desempenho individual será efetuada por meio de Relatório de Desempenho Individual, Anexo da Portaria/MPOG nº 158/2014.

Art. 11 - A cada um dos fatores de que trata o art. 10 deverá ser atribuída a pontuação um (insuficiente), dois (regular), três (bom), quatro (excelente), de modo a escalonar, em ordem crescente, o desempenho pregresso do servidor.

§ 1º - O somatório dos pontos atribuídos ao servidor, no caso do inciso I do art. 10, deverá ser dividido por quatro, correspondente ao número de fatores avaliados.

§ 2º - Não se aplica a regra do § 1º no caso de autoavaliação.

Art. 12 - Para consolidar a avaliação de desempenho individual, serão calculadas as seguintes proporções:

I - autoavaliação: 27,5% (vinte sete e meio por cento) da pontuação aferida; e

II - avaliação da chefia imediata: 72,5% (setenta e dois e meio por cento) da pontuação aferida.

Art. 13 - O servidor que obtiver pontuação inferior a quarenta por cento do limite máximo de pontos na avaliação de desempenho individual não fará jus à parcela referente à avaliação de desempenho institucional no período.

§ 1º - Na hipótese do caput, deverá ser observado o limite mínimo de trinta pontos estabelecido no caput do art. 2º.

§ 2º - Para que seja respeitado o limite mínimo de que trata o caput do art. 2º, a diferença entre os trinta pontos e a pontuação obtida na avaliação de desempenho individual será paga a título de avaliação institucional.

Art. 14 - O servidor que obtiver pontuação inferior a cinquenta por cento da pontuação máxima prevista será submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional.

Art. 15 - Para garantir a transparência das ações e a efetividade da avaliação de desempenho individual, serão observados os seguintes procedimentos:

I - encerrado o ciclo de avaliação, a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas - CODEP/COGEP/DPA, informará os dirigentes máximos das Unidades de avaliação, servidores e chefias imediatas sobre o início dos procedimentos avaliativos, prestando os esclarecimentos necessários para a condução das avaliações;

II - Os prazos para os procedimentos de autoavaliação, avaliação da chefia imediata, encaminhamento de solicitação de reconsideração da avaliação e recurso à Comissão de Avaliação de Desempenho - CAD, são os estabelecidos na Portaria nº 50/2012/IPHAN;

§ 1º - O servidor e a chefia imediata deverão informar à Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas - CODEP/COGEP/DPA.

§ 2º - Se o servidor se recusar a confirmar ciência do resultado do Relatório de Desempenho Individual, o fato será devidamente registrado no próprio formulário, com aposição das assinaturas do avaliador (chefe imediato), do dirigente máximo da Unidade de avaliação e de, pelo menos, uma testemunha.

Art. 16 - A avaliação de desempenho individual somente produzirá efeitos financeiros se o servidor tiver permanecido em exercício das atribuições do cargo de Analista de Infraestrutura ou de Especialista em Infraestrutura Sênior por, no mínimo, dois terços do ciclo de avaliação.

Art. 17 - Em caso de afastamentos e licenças considerados pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à GDAIE, o servidor continuará percebendo a última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho individual, após o retorno.

Art. 18 - O servidor que não permanecer em efetivo exercício na mesma Unidade de avaliação durante todo o ciclo avaliativo será avaliado pela chefia imediata da unidade onde houver permanecido por maior tempo.

Parágrafo único - Caso o servidor tenha permanecido o mesmo número de dias em diferentes Unidades de avaliação, a avaliação de desempenho individual será feita pela chefia da Unidade em que ele se encontrava no momento do encerramento do ciclo avaliativo.

Art. 19 - O servidor recém-nomeado e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção de GDAIE, no decurso do ciclo de avaliação, receberá a GDAIE no valor correspondente a oitenta pontos, até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro.

Parágrafo único - O servidor que tenha retornado de cessão com direito à percepção de GDAIE continuará a percebê-la em valor correspondente ao da última pontuação atribuída, até o processamento de sua primeira avaliação após o retorno.

Art. 20 - O titular do cargo de Analista de Infraestrutura ou de Especialista em Infraestrutura Sênior, em efetivo exercício das atribuições do cargo quando nomeados em cargo em comissão ou função de confiança fará jus à GDAIE da seguinte forma:

I - o investido em função de confiança ou em cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) níveis 3, 2, 1, ou equivalentes, perceberá a GDAIE calculada conforme disposto nos arts. 9º, 10, 11e 12 desta Portaria; e

II - os investidos em cargo de Natureza Especial ou cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) níveis 6, 5, 4, ou equivalentes, perceberá a GDAIE calculada com base no valor máximo da parcela individual, somado ao resultado da avaliação institucional no período.

Art. 21 - O titular do cargo de Analista de Infraestrutura ou de Especialista em Infraestrutura Sênior que não se encontre no exercício das atribuições do cargo somente fará jus à GDAIE:

I - quando requisitado pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação em que perceberá a GDAIE calculada conforme o disposto nos arts. 9º, 10,11 e 12 desta Portaria; e

II - quando cedido para órgão ou entidade do Poder Executivo federal distinto dos previstos no inciso I, desde que investido em cargo de Natureza Especial ou cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS), níveis 6, 5, 4, ou equivalentes, situação em que perceberá a GDAIE calculada com base no resultado da avaliação institucional do período.

Art. 22 - O servidor exonerado de cargo em comissão continuará a perceber a GDAIE em valor correspondente ao da última pontuação atribuída, até o processamento de sua primeira avaliação após a exoneração.

SEÇÃO IV

DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO E DO RECURSO

Art. 23 - O servidor avaliado poderá apresentar pedido de reconsideração contra o resultado da avaliação de desempenho individual, no prazo de dez dias, contado da data do recebimento de cópia de todos os dados da avaliação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 1º - Ao pedido de reconsideração, devidamente fundamentado com as razões de discordância, o servidor avaliado deverá anexar o instrumento de avaliação.

§ 2º - O pedido de reconsideração deverá ser dirigido ao avaliador (chefe imediato) pelo servidor, para análise do pleito e, após ciência do servidor acerca do resultado, deverá ser encaminhado à Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas - CODEP/COGEP/DPA pelo avaliador.

§ 3º - Os prazos são os estipulados na Portaria nº 50/2012/IPHAN, que estabelece critérios e procedimentos para avaliações de desempenho individual no âmbito do IPHAN.

Art. 24 - Em caso de deferimento parcial ou indeferimento do pedido de reconsideração, o servidor avaliado poderá interpor recurso à Comissão de Avaliação de Desempenho - CAD com base no estabelecido no Art. 34 da Portaria nº 50/2012/IPHAN;

CAPÍTULO III

DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 25 - A Comissão de Avaliação de Desempenho - CAD, que analisará os recursos encaminhados pelos servidores ocupantes dos cargos de Analista de Infraestrutura ou de Especialista em Infraestrutura Sênior, que estiverem em exercício no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN no período da avaliação, será a mesma nomeada para acompanhar a avaliação da gratificação de desempenho individual dos servidores ocupantes de cargos efetivos do IPHAN.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 - Compete à Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CODEP/COGEP do Departamento de Planejamento e Administração - DPA:

I - coordenar e monitorar a avalição de desempenho individual no âmbito do IPHAN; e

II - encaminhar à área responsável no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão os resultados das avaliações para que sejam efetuados os pagamentos relativos à GDAIE.

Art. 27 - Compete à Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão dirimir eventuais conflitos entre as normas que disponham sobre a GDAIE.

Art. 28 - O primeiro e o segundo ciclo de avaliação da Gratificação de Desempenho de Atividade no âmbito do IPHAN terão duração de 12 meses, considerando como marco inicial a data de publicação da Lei 12.702, de 7 de agosto de 2012.

Art. 29 - Os ciclos de avaliação pretéritos referentes à Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura no âmbito do IPHAN corresponderão aos seguintes períodos:

§ 1º 1º. Ciclo de avaliação da Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura no âmbito do IPHAN: 7 de agosto de 2012 a 7 de agosto de 2013;

§ 2º 2º. Ciclo de avaliação da Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura no âmbito do IPHAN: 8 de agosto de 2013 a 8 de agosto de 2014;

§ 3º A partir do 3º. Ciclo de avaliação será considerado como ciclo de avaliação, o período compreendido entre a data da publicação desta Portaria até o dia 1º. de março de 2015;

§ 4º Os ciclos de avaliação seguintes seguirão o estipulado na Portaria/IPHAN no. 50/2012, que estabeleceu os critérios e procedimentos para as avaliações de gratificação individuais no âmbito do IPHAN;

§ 5º. A duração do primeiro ciclo independe da data de ingresso dos servidores ocupantes dos Cargos de Analista de Infraestrutura ou Especialista em Infraestrutura Sênior no IPHAN, mesmo que o início do exercício no IPHAN tenha ocorrido durante os 12 meses de duração desse, sendo o marco inicial para a avaliação de desempenho a data de ingresso no IPHAN.

§ 6º. Os procedimentos de avaliação de desempenho individual referentes aos dois primeiros ciclos de avaliação da Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura - GDAIE terão início na data de publicação desta Portaria, respeitando os prazos e procedimentos estabelecidos pela portaria nº 50/2012/IPHAN.

Art. 31 - Os casos omissos serão tratados pela CAD.

Art. 32 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUREMA DE SOUSA MACHADO

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 736, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 426, de 28 de maio de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN DOMINGUES DAS NEVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
147006 - CHICO MINEIRO - BRASILEIRO DE RAIZ
ALEXANDRE PESSOA SERVIÇOS ARTÍSTICOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 14.070.848/0001-00
Processo: 01400025444201411
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 2.781.820,00
Prazo de Captação: 05/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Chico Mineiro - Brasileiro de Raiz é um projeto de montagem e temporada de espetáculo musical livremente inspirado na canção caipira "Chico Mineiro", de Tonico e Francisco Ribeiro. O projeto fará 48 apresentações em teatro na cidade de São Paulo.
147224 - FESTIVAL NACIONAL DE TEATRO CIDADE DE VITÓRIA - 10 ª EDIÇÃO.
Rátimbum Produções de Artes Ltda.
CNPJ/CPF: 39.341.953/0001-59
Processo: 01400025757201470
Cidade: Vitória - ES;
Valor Aprovado R$: R$ 965.224,00
Prazo de Captação: 05/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Festival Nacional de Teatro da Cidade de Vitória, todo ano é realizado no período de 13 a22 de Outubro nos espaços cênicos dos Teatros Carlos Gomes, Galpão, José Carlos de Oliveira, FAFI, Teatro Universitário e SESI. Conta com a participação de espetáculos convidados representativos da produção teatral brasileira, valorizando a diversidade cultural, reconhecendo as características e diferenças das diversas etnias e grupos sociais em cerca de 40 apresentações em teatros e espetáculos de rua.
148290 - MAGIA DO NATAL
MORAIS & MORAES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.064.198/0001-16
Processo: 01400040842201468
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado R$: R$ 1.766.712,94
Prazo de Captação: 05/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Realizar de 28 de novembro/ 2014 a 06 de janeiro/ 2015, em espaços públicos de Caldas Novas, espetáculos de arte cênicas - Grande Desfile Cênico, desenvolvido para o período, com a temática natalina e também cursos preparatórios em 10 modalidades artísticas para preparação de estudantes da rede pública para participar da programação, apresentações de música instrumental e erudita e desenvolvimento da aptidão humana através de projeto de responsabilidade social, que estimule crianças e jovens com o meio ambiente, desenvolvendo conceitos de preservação por meio da reciclagem bem como desenvolvendo um trabalho de cidadania e educação ambiental, oferecendo cursos de capacitação onde envolverá a comunidade educativa, voluntários,terceira idade e comunidade em geral.
147452 - Zaratustra
De Felippes Filmes e Produções LTDA
CNPJ/CPF: 08.427.088/0001-34
Processo: 01400026134201414
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 1.152.200,00
Prazo de Captação: 05/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Montagem do espetáculo de teatral e temporada de no minimo 8 semanas no Rio de Janeiro e São Paulo. O texto é uma adaptação do livro mais importante de Friedrich Nietzsche, Assim Falou Zaratustra, que narra as andança e ensinamentos de um eremita de forma poética e fictícia. Faremos a temporada a preço popular e ações paralelas com escolas e universidades. Além do espetáculo faremos seminários e um caderno especial sobre Nietzsche, visando trabalhar bem a área educacional e cultural.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
149654 - CENTRO DE CULTURA POPULAR REOLON
ENCA - Entidade de Assistência à Criança e ao Adolescente
CNPJ/CPF: 01.341.639/0001-01
Processo: 01400060228201412
Cidade: Caxias do Sul - RS;
Valor Aprovado R$: R$ 186.629,70
Prazo de Captação: 05/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Manter as atividades culturais gratuitas para crianças, adolescentes e PCDs- Pessoas com deficiência nos bairros, Reolon,adjacências, Belo Horizonte, adjacênciasda, através da manutenção do CENTRO DE CULTURA POPULAR REOLON que desenvolve suas atividades desde 2003. Apresentar os resultados obtidos no desenvolvimento musical individual e coletivo e o talento dos participantes, em apresentações gratuitas para as comunidades periféricas e no mínimo uma apresentação em evento cultural de Caxias do Sul. Introduzir, na cultura comunitária, o gosto pela arte e suas expressões, possibilitando a aproximação com a diversidade musical, principalmente herudita.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
149295 - ABRIGOS
Eurivaldo Neves Bezerra
CNPJ/CPF: 075.348.667-90
Processo: 01400059749201427
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 468.374,50
Prazo de Captação: 05/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto Abrigos (nome provisório) pretende discorrer sobre um tema social extremamente relevante: as crianças abrigadas. A obra terá como foco fotografias artísticas que mostrarão um pouco do cotidiano desses pequenos. Como vivem, quais são seus sonhos e o que esperam do futuro são alguns dos pontos a serem abordados pelo livro, que também falará sobre os anseios das famílias que desejam ter um filho por meio da adoção. A obra será assinada pelos fotógrafos Eurivaldo Bezerra e Luiz Garrido e contará com textos de profisisonais renomados, entre os quais o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.
145330 - Arthur Luiz Piza Catalogação Geral de Obras
Base Sete Projetos Culturais
CNPJ/CPF: 05.155.740/0001-10
Processo: 01400015175201485
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 3.940.850,00
Prazo de Captação: 05/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Realização do Inventário do Patrimônio Material incluindo pesquisa bibliográfica, teórica, aplicada e de campo; levantamento documental; catalogação de toda a produção de Piza; análise das obras por comissão técnica, inserção de informações sobre as obras em banco de dados e edição do Catálogo Raisonné Arthur Luiz Piza. A catalogação será disponibilizada por meio de publicação na Internet, em hotsite abrigado no site da Pinacoteca do Estado de SP, permitindo amplo acesso ao público.
148226 - BRASIL PRA VOCÊ E PRA MIM
PHOENIX LIVRARIA,EDITORA E COMÉRCIO EIRELI
CNPJ/CPF: 10.566.093/0001-70
Processo: 01400040764201400
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado R$: R$ 253.858,00
Prazo de Captação: 05/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto ?Brasil pra você e pra mim? trata-se de um livro de fotografias dispostas em encadernação aspiral contendo 26 páginas de fotografias artísticas e textos em 3 idiomas, destinados ao registro e divulgação das diversas regiões do país e suas expressões culturais, enfatizando a culinária local. O livro possui um projeto gráfico criativo e diferenciado por meio de duplicação das fotos, sendo uma fixa ao livro e a outra destacável podendo ser utilizada como cartão postal.
142154 - Estante de histórias
VR SERVICOS CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.910.211/0001-15
Processo: 01400004366201411
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado R$: R$ 404.322,60
Prazo de Captação: 05/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto Estante de Histórias tem por objetivo principal promover a leitura e a sua democratização através da doação de um acervo em uma estante de madeira, com 100 livros de literatura infantil, todas narrativas contemporâneas. Serão realizadas oficinas para professores e bibliotecários com o objetivo formar mediadores de leitura, instrumentalizando-os para o desenvolvimento de técnicas adequadas e criativas para o trabalho em sala de aula. O público são alunos e professores de escolas públicas ou instituições sociais nas quais estejam inseridas em área urbanas de risco social.
148358 - GastroArte
Educação e Cultura Produções Ltda
CNPJ/CPF: 20.110.293/0001-77
Processo: 01400040957201452
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 317.020,00
Prazo de Captação: 05/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Um livro fotográfico para os amantes da gastronomia. A publicação trará aos leitores a oportunidade de conhecer detalhes sobre a culinária de todas as regiões brasileiras. Tiragem 3000 exemplares. Edição Bilíngue.
149695 - Vida nos Trilhos - Livro
Eurivaldo Neves Bezerra
CNPJ/CPF: 075.348.667-90
Processo: 01400060271201488
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 197.380,83
Prazo de Captação: 05/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Este projeto viabiliza a realização de um livro de fotografias retratando a história do dia a dia de famílias que tiveram suas vidas pautadas pelas ferrovias brasileiras os trabalhadores que atuam nas ferrovias brasileiras existentes. Os fotógrafos Eurivaldo Bezerra e Luiz Garrido viajarão por diversas cidades brasileiras registrando estes personagens e seu cotidiano, acompanhados por um jornalista, que acompanhará todo o processo de pesquisa, fotografias e edição do material.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
1310465 - Viva Baixada - Festival Cultural da Baixada Fluminense
Patricia de Paula Rocha
CNPJ/CPF: 083.366.467-01
Processo: 01400036110201392
Cidade: Belford Roxo - RJ;
Valor Aprovado R$: 486075.70
Prazo de Captação: 05/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Será realizado um um evento com duração de 6 dias e que reunirá 78 artistas de diversos segmentos cultural da região da Baixada Fluminense, localizada no Estado do Rio de Janeiro, denominado como festival. Este evento contempla a execução de 3 etapas, sendo a 1ª etapa: de Inscrições, a 2ª etapa: de seleções (13 seleções municipais, numero correspondente ao dos muncipios participantes) e a 3ª etapa: do evento final (Festival) . Cada dia do festival será dedicado a umsegmento cultural (Musica, Artes, Dança, Filmes, Teatro e Moda) , onde os artistas apresentarão os seus trabalhos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA N° 737, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 426, de 28 de maio de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN DOMINGUES DAS NEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
13 10410 - TEATRO NA ESCOLA: DIVERTIR PARA EDUCAR
Marina Almeida Monteiro
CNPJ/CPF: 15.169.460/0001-15
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/09/2014 a 31/12/2014
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
13 10343 - Origens do Brasil
Moreira do Valle Decorações e Eventos LTDA
CNPJ/CPF: 72.733.041/0001-06
SP - São Paulo
Período de captação: 04/11/2014 a 31/12/2014

PORTARIA N° 738, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 426, de 28 de maio de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar as alterações dos nomes dos projetos abaixo relacionados:

PRONAC 13-3004 - "Guia do Design de São Paulo 2014/2015", publicado na portaria de aprovação n. 339/13 de 02/07/2013, publicado no D.O.U. em 03/07/2013, para "Guia do Design de São Paulo 2015/2016".

PRONAC 12-0838 - "Cerrado, A Grande Savana", publicado na portaria de aprovação n. 260/12 de 04/05/2012, publicado no D.O.U. em 07/05/2012, para "Veredas".

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN DOMINGUES DAS NEVES

RETIFICAÇÃO

Na portaria de prorrogação nº 0009/14 de 14/01/2014, publicada no D.O.U. em 15/01/2014, Seção 1, referente ao Projeto "O Surfista e a Sereia"- Pronac: 13 1856.

Onde se lê: Prazo de captação: 01/01/2014 a 30/12/2014

Leia-se: Prazo de captação: 01/01/2014 a 31/12/2014



Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 515/MB, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Estabelece metas globais de desempenho institucional para cálculo do valor da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Operacional em Tecnologia Militar (GDATEM).

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, na Portaria nº 1.226, de 27 de julho de 2010, do Ministério da Defesa, e na Portaria nº 431/MB, de 6 de agosto de 2013, deste Comando, resolve:

Art. 1º Estabelecer, na forma do quadro que a esta acompanha, as metas globais de desempenho institucional do Comando da Marinha, para o período de 1º de dezembro de 2014 a 30 de novembro de 2015.

Art. 2º O resultado da avaliação de cumprimento das metas de desempenho institucional servirá para cálculo do valor da GDATEM, devida aos ocupantes de cargos efetivos do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar (PCCTM).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

JULIO SOARES DE MOURA NETO

ANEXO

METAS GLOBAIS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

OBJETIVO	INDICADOR	FÓRMULA	META
Valorizar a atividade fim de cada Organização Militar (OM), com o propósito de efetivamente atender a respectiva missão.	Quantidade de pessoal capacitado para desenvolver competências aplicáveis na OM.	(Qquantitativo de pessoal submetido a ações de capacitação/efetivo da OM) x 100%.	50%
Aplicar os conceitos de gestão e empreendedorismo nas OM, a fim de obter maior Produtividade e eficiência. Empregar ferramentas modernas de administração, Aprimorando procedimentos e estimulando a cultura de inovação.	Resposta tempestiva das solicitações protocolizadas na OM.	Nº de solicitações atendidas no prazo estipulado/total de solicitações x 100%.	90%
Desburocratizar a gestão da Marinha do Brasil (MB), em todos os níveis, estipulando a Descentralização e a delegação de poderes, a fim de reduzir, ao mínimo indispensável, os Expedientes, mensagens e relatórios.	Quantitativo de atos de delegação de competência de atribuições definidas nos documentos internos da OM.	(Quantidade de atribuições delegadas/quantidade de Atribuições previstas em Regimento Interno) x 100%	20%
Racionalizar custos, combater o desperdício e otimizar recursos, em todos os níveis e Atividades.	Aquisições efetuadas, conforme o planejamento do Programa Anual de Aplicação de Recursos (PAR).	(Quantidade de aquisições/quantidade de aquisições Previstas no PAR) x 100%.	80%
Implementar medidas que elevem o nível de satisfação profissional no âmbito da MB.	Utilização de instrumentos de incentivo e reconhecimento pela Eficiência no trabalho.	Utilização de pelo menos três instrumentos de incentivo e valorização do pessoal.	3

DIRETORIA-GERAL DO MATERIAL
ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 206B/AMRJ, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014

Suspensão Temporária do Prazo de Execução Contratual e a Devolução do Prazo de Execução.

O DIRETOR DO ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Norma de Licitações, Acordos e Atos Administrativos - NOLAM (SGM-102, 4ª Revisão) e de acordo com o disposto no inciso XIV, artigo 78, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º SUSPENDER O PRAZO DE EXECUÇÃO do contrato administrativo nº 41.000/2014-073/00, por 120 dias, a partir da presente data, até o dia 12 de janeiro de 2015, cujo objeto é prestação do serviço técnico de reparo em 01 (um) Chiller da marca McQuay de 125 TR composto de 2 (dois) compressores tipo parafuso, 01 (uma) bomba de circulação de água salgada , 01 (uma) bomba de abastecimento de água destilada para o evaporador, 01 (um) compressor de ar de 10 (dez) ventiladores de condensação, firmado com a empresa ÚTIL REFRIGERAÇÃO LTDA, em atendimento à Justificativa Técnica, emitida pelo Encarregado da Divisão de Oficinas de Motores (AMRJ-248), Fiscal de Contrato.

Sendo assim, até o dia 15 de setembro de 2014, foram concluídos 116 (cento e dezesseis) dias do total de 180 (cento e oitenta) dias inicialmente pactuados, logo, restam 64 (sessenta e quatro) dias para conclusão do prazo de execução firmado no Acordo Inicial.

Art.2º DEVOLVER O PRAZO DE EXECUÇÃO do contrato acima mencionado, a partir de 13 de janeiro até o dia 17 de março de 2015, perfazendo um total de 64 (sessenta e quatro) dias, restante.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor a partir da data da publicação no Diário Oficial da União.

Contra-Almirante (EN) MARIO FERREIRA BOTELHO

TRIBUNAL MARÍTIMO

ATA DA 6.936ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2014 (QUINTA-FEIRA)

Presidência do Exmo. Sr. Juiz Vice-Almirante MARCOS NUNES DE MIRANDA, Secretária do Tribunal, a Bacharela DINÉIA DA SILVA.

Às 13h30min, presentes os Exmos. Srs. Juízes, FERNANDO ALVES LADEIRAS, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, SERGIO BEZERRA DE MATOS, NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO e GERALDO DE ALMEIDA PADILHA, foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31, do Regimento Interno.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

26.260/2011 do Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos.

REPRESENTAÇÕES RECEBIDAS

Nº 28.470/2013 - Acidente e fato da navegação envolvendo o ferry boat "ENCONTRO DAS ÁGUAS" com o muro do porto do Ceasa, Manaus, Amazonas, ocorridos em 02 de junho de 2013.

Relatora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Manoel Raimundo Tavares de Souza (comandante) e Mario Jorge Barroso Franca - ME (proprietária).

Nº 28.500/2013 - Acidente e fato da navegação envolvendo uma lancha sem nome, não inscrita e um passageiro, ocorridos no rio São Francisco, Pirapora, Minas Gerais, em 14 de setembro de 2013.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Bartolomeu Costa Marques (condutor inabilitado) e Lauro Mattos de Carvalho Marques (proprietário).

Nº 28.701/2014 - Acidente da navegação envolvendo a balsa "MARGILL V" e o NT "WINDSOR KNUTSEN", ocorrido no terminal marítimo "Almirante Barroso" - TEBAR, São Sebastião, São Paulo, em 09 de fevereiro de 2013.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Márcia Domingos dos Santos Leandro - EPP (proprietária da balsa "MARGILL V"), Fabio Martim Kohlmann (gerente de operações da PETROBRAS Transporte S/A - TRANSPETRO).

Nº 28.143/2013 - Fato da navegação envolvendo a plataforma "PETROBRAS 37", ocorrido na bacia de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, em 07 de abril de 2013.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Antônio Carlos Crespo Soares (supervisor de carga).

JULGAMENTOS

Nº 26.451/2011 - Fato da navegação envolvendo o BM "SEM NOME 18", não inscrito, e uma passageira, ocorrido no rio Guajará, com destino à cidade de Breves, Pará, em 25 de setembro de 2007.

Relatora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Enoque Barbosa Duarte (proprietário), Adv. Dr. Renan de Araujo de Souza (DPU/RJ). Decisão unânime: julgar improcedente a Representação de autoria da D. Procuradoria Especial da Marinha (fls. 65-67) e considerando o fato da navegação, previsto no art 15, alínea "e", da Lei n° 2.180/1954, como de origem indeterminada, exculpar o Sr. ENOQUE BARBOSA DUARTE e arquivar os autos. Medidas preventivas e de segurança: de acordo com o requerido pela PEM e o que dispõe a Lei nº 9.537/97 (LESTA), art. 33, Parágrafo Único, oficiar à Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, agente local da Autoridade Marítima, comunicando as seguintes infrações ao RLESTA: artigos 16-I (falta de inscrição de embarcação) 19-I, c/c o artigo 15, da Lei nº 8.374/91 (ausência de seguro obrigatório DPEM), ambas de responsabilidade do Sr. ENOQUE BARBOSA DUARTE, na sua condição de então proprietário do BM "SEM NOME 18".

Nº 25.688/2011 - Fato da navegação envolvendo o BM "CIDADE DE BREVES DO MARAJÓ", ocorrido na baía de Marajó, na altura do porto de Vila do Conde, Pará, em 03 de fevereiro de 2009.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Joaquim Lopes Braga (comandante), Adv. Dr. Osíris Cipriano da Costa (OAB/PA 7.731), Valcir Chaves de Lima (proprietário), Advª Drª Fernanda Ayala Bianchi (DPU/RJ) e Roberto de Paiva Reis (maquinista) - Revel. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação decorrente da negligência dos três representados, condenando o proprietário e armador Valcir Chaves de Lima à pena de multa de R$ 1.000,00 (mil reais) e pagamento integral das custas e aos outros dois representados, à pena de repreensão, na forma dos artigos 14, alínea "b" e 121, I e VII, da Lei nº 2.180/54. Medidas preventivas e de segurança: oficiar à Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, agente local da Autoridade Marítima, a infração ao RLESTA, art. 19, II (falta de despacho) e a falta do seguro obrigatório DPEM, impostas ao proprietário.

Nº 25.743/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo o Rb "REDENÇÃO" e dois tripulantes, ocorridos no rio Tietê, Bariri, São Paulo, em 19 de dezembro de 2009.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Joel Rocha Soares (engenheiro naval), Advª Drª Tatiana Stroppa (OAB/SP 210.003). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação como decorrente de força maior, arquivando-se os autos e exculpando-se o representado com fulcro no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54. Medidas preventivas e de segurança: oficiar à Diretoria de Portos e Costas para que estude os critérios mínimos dos empurradores operando escoteiro, tendo em vista a possibilidade destas embarcações cruzarem áreas revoltas. Enviar cópia do acórdão a 2ª Vara Judicial da Comarca de Pederneiras - Fórum de Pederneiras, que aprecia o evento em epigrafe.

Nº 28.051/2013 - Fato da navegação envolvendo o NM "B. ÇAMLICA 1", de bandeira panamenha, e dois clandestinos, ocorrido durante a travessia do porto de Dakar, Senegal, para o porto de San Lorenzo, Argentina, com escala para abastecimento no porto do Rio de Janeiro, em 12 de janeiro de 2013.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Zafer Seven (comandante), Adv. Dr. Renan de Araujo de Souza (DPU/RJ). Decisão unânime: julgar o fato da navegação previsto no art. 15, alínea "e", da Lei n° 2.180/54, como decorrente de negligência, condenando Zafer Seven à pena de repreensão, de acordo com o art. 121, inciso I, da Lei n° 2.180/54, com a redação dada pela Lei 8.969/94 e ao pagamento das custas processuais. Medidas preventivas e de segurança: oficiar à Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, agente local da Autoridade Marítima, a infração à LESTA no seu art. 8°, inciso V, alínea "b, cometida pelo comandante Zafer Seven e a infração art. 8°, inciso V, alínea "b", c/c o art. 34, inciso I, também da LESTA, cometida pelo agente Marítimo Rochamar Agência Marítima S/A.

Nº 28.252/2013 - Acidente e fato da navegação envolvendo o NM "PROFESSOR LELIS ESPARTEL", ocorridos próximo à área de fundeio Golf III, porto de Rio Grande, Rio Grande do Sul, em 21 de janeiro de 2013.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Jorge Luiz Buss de Araujo (comandante) e Frota de Petroleiros do Sul Ltda. (proprietária). Adv. Dr. Flávio Infante Vieira (OAB/RJ 50.692). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "a", da Lei n° 2.180/54, como de origem indeterminada exculpando os representados, e artigos 14, alínea "b" e 15 alínea "e", da Lei n° 2.180/54, decorrente de negligência de Jorge Luiz Buss de Araújo e da Frota de Petroleiros do Sul Ltda., condenando o primeiro à pena de repreensão de acordo com o art. 121, inciso I, da Lei n° 2.180/54, com a redação dada pela Lei n° 8.969.94 e a segunda à pena de multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), de acordo com o art. 121, inciso VII § 5° e art. 124, inciso IX, § 1°, da Lei n° 2.180/54, com a redação dada pela Lei n° 8.969/94. Custas integrais à Frota de Petroleiros do Sul Ltda-PETROSUL. Medidas preventivas e de segurança: oficiar à Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul a infração ao RLESTA, art. 19, inciso II (não portar os certificados ou documentos equivalentes exigidos), cometida pelo proprietário da embarcação, Frota de Petroleiros do Sul Ltda-PETROSUL.

REPRESENTAÇÃO RECEBIDA NOS TERMOS DO ART. 64, § 2º, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL MARÍTIMO

Nº 28.612/2014 - Acidente e fato da navegação envolvendo a draga "JABURU I" e o caíque "ALEGRETE", ocorridos no rio Jacuí, município de São Jerônimo, Rio Grande do Sul, em 05 de setembro de 2013.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: José Paulo Araújo dos Santos (mestre da draga "JABURU I").

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSOS QUE SERÃO ARQUIVADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 68, § 1º, INCISO I, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL MARÍTIMO

Nº 28.713/2014 - Ato, não caracterizado como acidente ou fato da navegação, envolvendo o BP "AGUSTINHO DE CASTRO" e um tripulante, ocorrido nas proximidades da ponta do Sino, Mangaratiba, Rio de Janeiro, em 19 de outubro de 2010.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar que o acidente ocorrido a bordo do B/P "AGUSTINHO DE CASTRO"' não configura acidente ou fato da navegação, tendo sido decorrente de um infortúnio que não pode ser atribuído à ação culposa de ninguém, mandando arquivar os autos. Medidas preventivas e de segurança: oficiar à Delegacia da Capitania dos Portos em Angra dos Reis, agente local da Autoridade Marítima, as infrações ao RLESTA, art. 24 (deixar de comunicar à Autoridade Marítima o fato da navegação, contrariando o art. 8º, inciso V, alínea "b", c/c o art. 34, inciso I, da LESTA) e art. 28, inciso I (por ter tripulante não embarcado em seu rol de equipagem), cometidas pela empresa Isake de Castro, proprietária do B/P "AGUSTINHO DE CASTRO".

Nº 28.743/2014 - Fato da navegação envolvendo o BP "REY DEL MAR" e um tripulante, ocorrido em águas costeiras do estado do Maranhão, em 11 de março de 2013.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação previsto no art. 15, alínea "e" (todos os fatos), da Lei n° 2.180/54, como decorrente de provável imprudência da própria vítima fatal, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM. Medidas preventivas e de segurança: oficiar à Capitania dos Portos do Piauí, agente local da Autoridade Marítima, a infração à Lei nº 8.374/91 (não apresentação de bilhete de seguro obrigatório DPEM válido), cometida pela proprietária do B/P "REY DEL MAR", Sra. Camila Ferreira Santos.

Esteve presente, pela Procuradoria, o 1º Ten (T) Francisco José Siqueira Ferreira.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição, fizeram uso da mesma o Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves que requereu autorização para delegar atribuições de instrução ao Sr. Capitão dos Portos em São Paulo, para que a autoridade faça oitiva de testemunhas arroladas nos Autos do Processo n° 26.672/2012, bem como, o Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras, que também requereu autorização para delegar atribuições de instrução ao Sr. Capitão dos Portos do Tietê-Paraná, para ouvir a testemunha arrolada à fl. 144 (Otávio Leite de Moraes), com perguntas iniciais às fls. 144 e 145 e o depoimento pessoal do 2° representado, Antônio Maximiliano Kastner Barrancos, com perguntas iniciais relacionadas à fl. 148 e a diligência requerida no item "a" da fl. 147, nos autos do Processo n° 26.912/2012, o Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho, também requereu autorização para delegar atribuições de instrução ao Sr. Capitão dos Portos em São Paulo para que a autoridade faça oitiva de testemunhas arroladas nos Autos dos Processos números 28.027/2013 e 28.184/2013, todos com fulcro no art. 63 da Lei n° 2.180/54 e da Seção III, do RIPTM sendo deferidos por unanimidade nos termos do art. 16, letra "b", da Lei n° 2.180/54 e nada mais havendo a tratar, às 16h35min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e por mim, Diretora-Geral da Secretaria.

Em 30 de outubro de 2014.
Vice-Almirante MARCOS NUNES DE MIRANDA
Juiz-Presidente

DINÉIA DA SILVA
Secretária

SECRETARIA-GERAL
DIVISÃO DOS SERVIÇOS CARTORIAIS

EXPEDIENTE DOS EXMOS. SRS. JUÍZES RELATORES

Proc. nº 23.493/08 - sem nome e outra
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Anízio da Silva Bruno (Cond. Inabilitado)
Advogado : Dr. Marconde Martins Rodrigues (OAB/AM 4.695)
Representado : Raimundo Belém Fragoso (Cond. Inabilitado)
Defensor : Dr. Eraldo Silva Junior (DPU/RJ)
Representado : União Federal, Ministério da Saúde, Fundação Nacional da Saúde (FUNASA)
Procurador : Dr. José Levy Tomaz (Procurador Federal/AM)
Representado : Amazonat Jungle Resort LTDA.
Advogada : Dra. Soraia Lima Araujo Goes (OAB/PE 28.488)
Despacho : "Encerrada a Instrução.À PEM para razões finais.
Prazo : " 10 (dez) dias. Publique-se e intime-se."
Proc. nº 28.357/13 - "AGENOR GORDILHO"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Aline Gonzalez Rocha
Representado : TWB BAHIA S/A Transportes Marítimos (Proprietária)
Advogada : Dra. Ana Theresa Bittencourt B. Cruz Soares (OAB/BA 24.155)
Representado : Roquildo de Jesus Barroso
Advogado : Dr. Ian Quadros (OAB/BA 17.848)
Despacho : "Intimem-se a representada TWB BAHIA S.A. TRANSPORTES MARÍTIMOS através da sua patrona Drª Ana Theresa Bittencourt B. Cruz Soares, OAB/BA 24.155, pessoalmente através da CP, endereços ás fl.163, para apresentar original da procuração, sob pena de revelia. prazo :quinze (15) dias.
Proc. nº 28.594/14 - "BBC TEMMESSEE" e outra
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Amelito Pepino Novera (Comandante)
Advogado : Dr. Leonardo V. Guaurino de Oliveira, (OAB/RJ 150.762)
Despacho : "Intime-se o patrono do representado Amelito Pepino Novera, Dr. Leonardo V. Guaurino de Oliveira, OAB/RJ 150.762, para apresentar original da procuração, sob pena de revelia. Prazo de quinze (15) dias."
Proc. nº 26.123/11 - BM "COMTE MIGUEL AIRES"
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representados : Aires & Aires Comércio Varejista de Construção e Navegação Ltda. (Proprietária)
Advogado : Dr. Alex Andrey Lourenço Soares (OAB/PA 6.459)
Representado : Venancio Borges Rodrigues (Comandante)
Defensor : Dr. Eraldo Silva Junior (DPU/RJ)
Representado : Sebastião Nogueira de Andrade
Advogado : Dr. Mario Lucio Damasceno (OAB/PA 3.450)
Despacho : "Encerrada a Instrução. À PEM para razões finais."
Proc. nº 27.598/12 - "SÃO LUIZ"
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Project Cargo Operações Portuárias Ltda.(Op.Portuário)
Advogados : Dr. Marcio Lima (OAB/SP 317.557)
: Dr. Denis Domingues Hermida (OAB/SP 162.914)
Representados : Fabiano dos Santos Batista (Funcionário - Proj. Cargo)
: Jonas Cândido (Funcionário - Proj. Cargo)
Advogada : Dra. Jisely Porto Nogueira (OAB/SP 8.601)
Representado : Órgão de Gestão de Mão-de-Obra do Trabalho Portuário do Porto Organizado de Santos (Responsável)
Advogada : Dra. Nerci de Carvalho (OAB/SP 210.140)
Despacho : "Ao representado Fabiano dos Santos Batista para que apresente responsável pela pessoa jurídica H.Dantas Com Nav Ind Ltda, para responder quesitos de fl. 340, uma vez que Guilherme Bocchino não mais faz parte dos seu quadro de funcionários, conforme certidão de fl.403v. Prazo: 5(cinco) dias."
Proc. nº 28.392/13 - "G FERNANDES" e outra
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Anderson Gomes Fernandes (condutor)
Advogado : Dr. José Roberto Martins (OAB/MG 56.495)
Despacho : "1 - Indefiro a Preliminar de Inépcia da Representação pela não tipificação do delito, suscitada pelo representado Anderson Gomes Fernandes, às fls. 173/176, acolhendo na íntegra os termos da promoção da D.PEM de fls. 182/183, tendo em vista que a Representação de fls. 130/138 preencheu os requisitos legais e formais exigíveis sendo elaborada de acordo com os artigos 282, do Código de Processo Civil, e 62, do Regimento Interno Processual do Tribunal Marítimo, bem como especificou claramente a conduta do agente e seu respectivo enquadramento legal, artigo 14, alínea " a" (abalroação) e artigo 15, alínea "e" (todos os fatos) da Lei n° 2.180/54. Acrescente-se o fato de que o pleno do Tribunal Marítimo recebeu a representação à unanimidade, confirmando a presença de todos os requisitos necessários para a o prosseguimento regular do presente processo administrativo. Ademais, ao representado lhe será facultado a produção de provas na fase instrutória, podendo defender-se e contraditar todas as acusações que lhe foram dirigidas na inicial, não havendo o que se falar de qualquer situação de cerceamento de defesa ou de violação ao ordenamento jurídico. Assim não há o que se falar em falta de tipificação do delito ou ainda contrariar o ordenamento jurídico , principalmente a CF/88, no que tange os direitos constitucionais e garantias do cidadão. 2 - Ao representado ANDERSON GOMES FERNANDES para provas. Prazo: 5(cinco) dias."

Em 4 de novembro de 2014.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

Proc. nº 24.713/2010
Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos
EMENTA: Moto aquática "BIG FISH" e L/M "SEM LIMITES". Acidente e fato da navegação. Queda na água de tripulante e abalroamento entre embarcações brasileiras em águas interiores, sem registro de danos ambientais. Marechal Deodoro, Alagoas. Inobservância de normas de segurança. Infração à Lei nº 8.374/91. Condenação.
Autora: A Procuradoria.
Representado: Cristiano Vitorino (Condutor da moto aquática "BIG FISH") (Adv. Dr. Thales Arcoverde Treiger - DPU/RJ).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente e fato da navegação: queda na água de tripulante e abalroamento entre a L/M "SEM LIMITES", que estava atracada no píer do restaurante Joel, e a moto aquática "BIG FISH", que navegava nas proximidades da ilha de Santa Rita, Marechal Deodoro, AL, sem registro de danos ambientais; b) quanto à causa determinante: inobservância de normas de segurança da navegação pelo condutor da moto aquática; e c) decisão: rejeitar a preliminar suscitada e julgar o acidente e fato da navegação, capitulados no art. 14, alínea "a" e art. 15, alínea "e", ambos da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência e imperícia do Representado, responsabilizando Cristiano Vitorino, condenando-o à pena de multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com fundamento no art. 121, inciso VII e § 5º e art. 124, inciso IX e § 1º, todos da mesma lei. Custas na forma da lei. Oficiar a Capitania dos Portos de Alagoas, agente local da Autoridade Marítima, a infração ao art. 15, da Lei nº 8.374/91, cometida por Cristiano Vitorino, para as providências cabíveis. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 1º de julho de 2014.

Proc. nº 25.072/2010
Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos
EMENTA: Catamarã "TUITA" e moto aquática "NO WAY". Acidente da navegação. Abalroação entre embarcações brasileiras, em águas interiores, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Mosqueiro, Aracaju, Sergipe. Execução de manobras em alta velocidade pelo Condutor não habilitado da Moto Aquática. Infrações ao RLESTA e à Lei nº 8.374/91. Condenação.
Autora: A Procuradoria.
Representado: Renato Gomes Pinto (Condutor inabilitado da moto aquática "NO WAY"), Revel.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroação entre a moto aquática "NO WAY" e o catamarã "TUITA", este fundeado no rio Vaza Barris, nas proximidades da Marina Marisol, Mosqueiro, Aracaju, SE, sem registro de danos pessoais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: execução de manobras em alta velocidade pelo Condutor não habilitado da moto aquática; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imperícia do Representado, responsabilizando Renato Gomes Pinto, condenando-o à pena de multa de R$ 900,00 (novecentos reais), com fundamento no art. 121, inciso VII e §5º e art. 124, inciso IX e §1º, todos da mesma lei. Custas na forma da lei. Oficiar a Capitania dos Portos de Sergipe, agente local da Autoridade Marítima, as infrações ao art. 16, inciso I, art. 17, inciso III, do RLESTA e ao art. 15, da Lei nº 8.374/91, cometidas pelo proprietário de fato da moto aquática "NO WAY", Alexandre Gomes Pinto, para as providências cabíveis. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 26 de agosto de 2014.

Proc. nº 25.515/2010
Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos
EMENTA: Escunas "AQUAHOLIC" e "LADY JANETTE". Acidente da navegação. Abalroação entre escunas brasileiras durante manobra em águas interiores, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Ilha Grande, Angra dos Reis, Rio de Janeiro. Causa não apurada. Infrações ao RLESTA e à Lei nº 8.374/91. Arquivamento.
Autora: A Procuradoria.
Representados: Valcir Nascimento do Rosário (Mestre da escuna "AQUAHOLIC"), Revel e Samantha Raimundo Ramos (Mestre da escuna "LADY JANETTE"), Revel.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroamento entre as escunas "AQUAHOLIC" e "LADY JANETTE" durante a manobra de aproximação para atracação ao cais da praia do Pouso, enseada das Palmas, Ilha Grande, Rio de Janeiro, sem registro de danos pessoais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: não apurada acima de qualquer dúvida; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada. Exculpar Valcir Nascimento do Rosário e Samantha Raimundo Ramos, por insuficiência de provas e mandar arquivar os Autos. Oficiar a Delegacia em Angra dos Reis, agente local da Autoridade Marítima, as infrações ao art. 13, inciso III, do RLESTA, cometidas pelos proprietários das duas Escunas e ao art. 15, da Lei nº 8.374/91, cometida pelo proprietário da escuna "AQUAHOLIC", para as providências cabíveis. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 5 de agosto de 2014.

Proc. nº 25.737/2011
Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos
EMENTA: Canoa "REAL TOCANTINS II". Acidente e fato da navegação. Naufrágio de embarcação brasileira em águas interiores, seguida de morte de passageira, sem registro de danos ambientais. Rio Tocantins, São Miguel, Tocantins. Instabilidade provocada por passageiros não identificados e inobservância de normas de segurança da navegação. Condenação.
Autora: A Procuradoria.
Representados: Sildevan da Silva Monteiro (Comandante) e Lucia Maria da Silva (Proprietária) (Adv. Dr. Antonio Teixeira Resende - OAB/MA Nº 4.803-A).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente e fato da navegação: naufrágio da canoa "REAL TOCANTINS II" e a morte da passageira Aline Flavia Souza, quando a Embarcação navegava no rio Tocantins, nas proximidades da praia da Belinha, São Miguel, TO, sem registro de danos ambientais; b) quanto à causa determinante: do naufrágio foi a instabilidade provocada por passageiros não identificados e a do fato da navegação foi a inobservância de normas de segurança da navegação; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art.14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54 como decorrente da ação voluntária de pessoas não identificadas e julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da mesma Lei, como

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

decorrente de imprudência dos Representados, responsabilizando Sildevan da Silva Monteiro, na qualidade de Comandante, e Lucia Maria da Silva, na qualidade de proprietária da Embarcação, condenando-os à pena de multa de R$ 300,00 (trezentos reais) para cada um, com fundamento no art. 121, inciso VII e §5º e art. 124, inciso IX, todos da mesma lei, exculpando-os da imputação do acidente naufrágio. Custas proporcionais na forma da lei. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 12 de agosto de 2014.

Proc. nº 25.744/2011

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: L/M "LILANA" e Batelão sem nome. Acidente e fato da navegação. Abalroação entre embarcações brasileiras em águas interiores, sem registro de danos ambientais. Rio Dourado, Guaiçara, São Paulo. Inobservância de regras do RIPEAM. Infração ao RLESTA e à Lei nº 8.374/91. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representados: João Felix Guimarães (Condutor da L/M "LILANA") (Adv. Dr. Renato Alves Pereira - OAB/SP Nº 135.788) e José Luiz Requena (Proprietário/Condutor inabilitado do batelão sem nome) (Adv. Dr. José Luiz Requena - OAB/SP Nº 63.097, em causa própria).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente e fato da navegação: abalroamento entre a L/M "LILANA" e um batelão sem nome fundeado, provocando ferimentos graves em dois tripulantes do Batelão, quando a Lancha navegava no rio Dourado, Guaiçara, São Paulo, sem registro de danos ambientais; b) quanto à causa determinante: inobservância das regras nºs 5 e 6 do RIPEAM pelo condutor da L/M "LILANA"; e c) decisão: julgar o acidente e fato da navegação, capitulados no art. 14, alínea "a" e no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrentes de imprudência do representado João Félix Guimarães, condenando-o à pena de multa de R$ 1.000,00 (mil reais), com fundamento no art. 121, inciso VII e §5º, art. 124, inciso IX e §1º e art. 127 e art. 139, inciso IV, alínea "a", todos da mesma Lei. Exculpar José Luiz Requena. Custas na forma da lei. Oficiar a Capitania Fluvial do Tietê-Paraná, agente local da Autoridade Marítima, as infrações aos art. 16, inciso I, do RLESTA e ao art. 15, da Lei nº 8.374/91, cometidas pelo proprietário do Batelão sem nome, José Luiz Requena, para as providências cabíveis. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de agosto de 2014.

Proc. nº 26.298/2011

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: B/M "PODER DA FÉ". Fato da navegação. Ferimento em passageira menor a bordo de embarcação brasileira em águas interiores, sem registro de danos materiais e nem ambientais. Rio Tocantins, Cametá, Pará. Escalpelamento. Falha na proteção do eixo do motor. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representado: Domingos Gaia Gonçalves (Condutor) (Adv. Dr. Eduardo Duilio Piragibe - DPU/RJ).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: escalpelamento sofrido pela menor, filha de Maria Lucimar Valente Ribeiro, a bordo da embarcação "PODER DA FÉ" quando navegava no rio Tocantins, nas proximidades da ilha de Guajará, Cametá, PA, sem registro de danos materiais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: falha na proteção do eixo do motor da Embarcação; e c) decisão: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de negligência do Representado, responsabilizando Domingos Gaia Gonçalves, pai da vítima, deixando de aplicar qualquer das penas previstas no art. 121, em razão da aplicação do art. 143, todos da mesma lei. Sem custas. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 26 de junho de 2014.

Proc. nº 26.431/2011

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: Dispositivo flutuante sem nome. Fato da navegação. Realização de evento de queima de fogos com emprego de dispositivo flutuante não autorizado em águas interiores, expondo a risco as pessoas envolvidas na montagem dos fogos, os navegantes e o público, sem registro de danos pessoais, materiais e nem ambientais. Lagoa Rodrigo de Freitas, Rio de Janeiro. Ação voluntária da proprietária e representante da pessoa jurídica News Fireworks do Brasil. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representada: Maria Cristina Tiberio (Responsável e encarregada pela montagem e acionamento dos pirotécnicos e queima de fogos), Revel.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: realização de queima de fogos, em local público, a bordo de dispositivo flutuante não autorizado, expondo a risco as pessoas envolvidas na montagem dos fogos a bordo dos dispositivos flutuantes, os navegantes e o público que estava às margens da lagoa, sem registro de danos pessoais, materiais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: a ação voluntária da proprietária e representante da pessoa jurídica News Fireworks do Brasil em realizar um evento de queima de fogos sem a devida autorização do agente local da Autoridade Marítima; e c) decisão: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência da Representada, responsabilizando Maria Cristina Tibério, condenando-a à pena de multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com fundamento no art. 121, inciso VII e §5º, art. 124, inciso IX e §1º e art. 127, §2º, todos da mesma lei. Custas na forma da lei. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 16 de setembro de 2014.

Proc. nº 28.466/2013

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: N/M "RONDÔNIA". Fato da navegação. Morte de passageiro a bordo de embarcação brasileira em águas interiores, sem registro de danos materiais e nem ambientais. Parintins, Amazonas. Morte por causa natural. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: morte do passageiro Miguel Lucio de Sousa a bordo do N/M "RONDÔNIA", quando navegava no rio Amazonas, Parintins, AM, sem registro de danos materiais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: falência múltipla de órgãos; e c) decisão: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causa natural, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de agosto de 2014.

Proc. nº 28.498/2013

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: B/P "MORENA CLARA". Acidente da navegação. Avaria de máquina em embarcação brasileira em águas interiores, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Camaçarí, Bahia. Causa não apurada. Infrações ao RLESTA e à Lei nº 8.374/91. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: avaria de máquina no B/P "MORENA CLARA" após suspender do porto de Arembepe com destino ao porto de Itacimirim, Camaçarí, BA, sem registro de danos pessoais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "b", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Oficiar a Capitania dos Portos da Bahia, agente local da Autoridade Marítima, as infrações ao art. 12, inciso II, do RLESTA e ao art. 15, da Lei nº 8.374/91, cometidas pelo proprietário da Embarcação, para as providências cabíveis. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 04 de setembro de 2014.

Proc. nº 28.557/2014

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: L/M "ZARATUSTRA". Acidente da navegação. Avaria de máquinas em embarcação brasileira em águas interiores, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Niterói, Rio de Janeiro. Causa não apurada. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: avaria de máquinas na L/M "ZARATUSTRA", quando navegava nas proximidades da praia do Imbuí, Niterói, RJ, sem registro de danos pessoais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "b", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 16 de setembro de 2014.

Proc. nº 28.691/2014

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: L/M "INTERPRISE IV". Acidente da navegação. Colisão de embarcação brasileira com o cais de porto brasileiro, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Paranaguá, Paraná. Causa não apurada. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: colisão da L/M "INTERPRISE IV" com o cais do porto de Paranaguá, após ser atingida por marolas que teriam sido provocadas pelo R/E "LUGOS", Paranaguá, PR, sem registro de danos pessoais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 16 de setembro de 2014.

Proc. nº 26.343/2011

Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho

EMENTA: Canoa "CHAPA QUENTE". Ferimento em tripulante causado pelo eixo descoberto da embarcação. Defesa do proprietário da embarcação que não nega os fatos que embasam a acusação com efeito análogo à revelia conforme art. 302, do CPC. Prova dos autos que exculpam o tripulante vitimado, apesar da revelia decretada. Representação parcialmente provida.

Autora: A Procuradoria.

Representados: José Luiz Vila da Silva (Proprietário/Condutor) (Adv. Dr. Valdir Queiroz dos Santos Filho - OAB/AP Nº 1.164 e OAB/PA Nº 18.625-4) e Sérgio Sales Matos (Passageiro) (Adv. Dr. Renan de Araujo de Souza - DPU/RJ).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: exposição das vidas de bordo a risco em razão de navegarem com o eixo propulsor sem proteção, causando ferimentos em um passageiro; b) quanto à causa determinante: não instalação de proteção apropriada do eixo propulsor; e c) decisão: julgar o fato da navegação constante do art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente da negligência do primeiro representado, Sr. José Luiz Vila da Silva, cominando-lhe pena de repreensão e multa no valor de R$ 300,00 (trezentos reais) e ao pagamento das custas processuais, com fulcro no art. 121, incisos I e VII, c/c art. 124, IX, da Lei nº 2.180/54. Exculpar o segundo representado, Sérgio Sales Matos. Oficiar a Capitania dos Portos do Amapá. Agente local da Autoridade Marítima, para aplicar ao primeiro representado, proprietário do bote, as sanções previstas nos artigos 11 (por contratar tripulante não habilitado para operar a embarcação) e 16, inciso I (por deixar de inscrever a embarcação) do RLESTA e 15, da Lei 8.374/91 (por deixar de contratar seguro obrigatório DPEM). Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 1º de julho de 2014.

Proc. nº 27.699/2012

Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho

EMENTA: B/M "ANA PATRÍCIA". Água aberta através de abertura do calafeto no fundo próximo da quilha a boreste, vindo a ocorrer o alagamento da praça de máquinas provocando o iminente risco de naufrágio e exposição a risco da embarcação, com perda parcial de carga, sem danos pessoais e danos ambientais. Rompimento da calafetagem devido à falta de manutenção preventiva do casco da embarcação. Negligência. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representado: Paulo Afonso de Araújo Morais (Comandante/Arrendatário) (Adv. Dr. Osíris Cipriano da Costa - OAB/PA Nº 7.731).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente e fato da navegação: água aberta através de abertura do calafeto no fundo próximo da quilha a boreste, vindo a ocorrer o alagamento da praça de máquinas provocando o iminente risco de naufrágio e exposição a risco da embarcação, com perda parcial de carga, sem danos pessoais e danos ambientais; b) quanto à causa determinante: rompimento da calafetagem devido à falta de manutenção preventiva do casco da embarcação; e c) decisão: julgar o acidente e fato da navegação previstos no art. 14, alínea "a" e art. 15 alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de negligência de Paulo Afonso de Araújo Morais, condenando-o à pena de repreensão e multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), de acordo com o art. 121, incisos I e VII, § 5º, combinando com o art. 124, § 1º e com o art. 127, § 2º, da Lei nº 2.180/54, com a redação dada pela Lei nº 8.969/94 e ao pagamento das custas processuais. Oficiar à Capitania dos Portos da Amazônia Oriental a infração à Lei nº 8.374/91 (não apresentação de bilhete de seguro obrigatório DPEM), cometida pelo proprietário à época do acidente do B/M "ANA PATRÍCIA", Pedro da Silva Maués. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de agosto de 2014.

Proc. nº 28.422/2013

Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho

EMENTA: B/P "CASSACO PAI". Emborcamento seguido de naufrágio parcial. Condições meteorológicas adversas. Fortuna do mar. Infrações ao RLESTA e à Lei nº 8.374/91. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: emborcamento seguido de naufrágio parcial da embarcação, com avarias na embarcação, sem danos a pessoas ou poluição; b) quanto à causa determinante: fortuna do mar; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, previsto no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de fortuna do mar, mandando arquivar os autos conforme promoção da PEM. Oficiar à Capitania dos Portos do Rio Grande do Norte, agente local da Autoridade Marítima, para que aplique ao proprietário do B/P "CASSACO PAI", Sr. Reginaldo Pereira da Silva, a pena prevista no art. 15, da Lei nº 8.374/91, em razão de não possuir bilhete do seguro obrigatório - DPEM em vigor na data do acidente e a pena prevista no art. 13, inc. III, do Decreto nº 2.596/98 (RLESTA), por contratar tripulante sem habilitação. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 9 de setembro de 2014.

Proc. nº 28.598/2014

Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho

EMENTA: L/M "CRISTINA MF". Água aberta seguida de naufrágio de embarcação atracada. Causa não apurada com a devida precisão. Infração à Lei nº 8.374/91. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: água aberta seguida de naufrágio de embarcação atracada; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, previsto no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os autos conforme promoção da PEM. Oficiar a Capitania dos Portos de Santa Catarina, agente local da Autoridade Marítima, para aplicar ao proprietário da L/M "CRISTINA MF", Denisson Moura de Freitas, a penalidade contida no art. 15, da Lei nº 8.374/91, por não ter apresentado a apólice de seguro obrigatório DPEM em vigor na data do acidente. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 12 de agosto de 2014.

Proc. nº 28.665/2014

Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho

EMENTA: N/M "ARLOTT". Incêndio ocorrido na praça de máquinas da embarcação, acarretando danos materiais. Causa não apurada com a devida precisão. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: incêndio ocorrido na praça de máquinas da embarcação, acarretando danos materiais; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, previsto no art. 14, alínea "a", (incêndio) da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os autos conforme promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 26 de agosto de 2014.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Proc. nº 28.735/2014
Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
EMENTA: L/M "DRY". Explosão seguida de incêndio provocando queimaduras em três passageiros. Causa não apurada com a devida precisão. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: explosão seguida de incêndio provocando queimaduras em três passageiros; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 28 de agosto de 2014.

Rio de Janeiro-RJ, 4 de novembro de 2014.

Ministério da Educação

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

PORTARIA Nº 4, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, no Decreto nº. 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
CONSIDERANDO as atividades desenvolvidas pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento por força do Art. 6º do Decreto nº. 7.690, de 02 de março de 2012, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Educação; resolve:
Art. 1º Fica instituído o Sistema Integrado de Planejamento, Orçamentação e Custos para as unidades orçamentárias e gestoras do Ministério da Educação - MEC, por meio da adoção da Subação Orçamentária e do Plano Interno - PI.
§ 1º A Subação Orçamentária é o instrumento de integração entre o planejamento, a programação e a execução orçamentária e financeira, e objetiva orientar os processos de tomada de decisão e imprimir visibilidade à execução das políticas de educação, podendo ser executada por meio de uma ou mais ações orçamentárias, em um ou mais planos orçamentários;
§ 2º As políticas nacionais de educação, constantes do Plano Nacional de Educação, e demais planos desenvolvidos no âmbito das instituições federais vinculadas ao MEC serão integradas aos Planos Plurianuais - PPA e aos Orçamentos por meio das Subações Orçamentárias e dos Planos Internos cadastrados no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle - SIMEC.
§ 3º O Plano Interno, constante do SIAFI, será utilizado prioritariamente como instrumento de gerenciamento e de detalhamento dos atributos da Subação Orçamentária, com vistas à apropriação de custos das políticas nacionais de educação.
§ 4º O SIMEC disponibilizará funcionalidade de criação, gerenciamento e acompanhamento de Subações Orçamentárias e de Planos Internos.
Art. 2º As unidades orçamentárias vinculadas ao MEC identificadas SIAFI como órgãos subordinados ao Órgão Superior Ministério da Educação - 26.000 devem, obrigatoriamente, utilizar o Plano Interno conforme estrutura definida por esta Portaria.
§ 1º O campo para a inclusão dos códigos dos Planos Internos no SIAFI dispõe de 11 (onze) posições para cadastramento, permitindo a utilização de combinações alfanuméricas, assim definidos no âmbito do MEC:
I - Na primeira posição será utilizado o Enquadramento da Despesa em relação às metas do Plano Nacional de Educação, conforme o Anexo I desta Portaria;
II - Da segunda à quinta posição, serão cadastrados códigos identificadores da Subação Orçamentária à qual se vincula o respectivo Plano Interno.
III - A sexta posição definirá o Nível/Etapa de Ensino, conforme o Anexo II desta Portaria;
IV - A sétima e a oitava posições estabelecerão a Categoria de Apropriação, conforme o Anexo III desta Portaria;
V - A nona e a décima posições terão codificações de livre escolha da unidade, de forma a atender às suas necessidades e características específicas;
VI - A décima primeira posição definirá a Tema/Público, conforme o Anexo IV desta Portaria.
§ 2º A Subação Orçamentária é de utilização obrigatória pelas unidades orçamentárias 26.101 - Ministério da Educação, 26.290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 26.291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e 26.298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.
§ 3º As unidades orçamentárias não contempladas no § 2º deste artigo ficam dispensadas da obrigatoriedade da utilização de código identificador da Subação Orçamentária, previsto no Inciso II do § 1º deste artigo, sendo facultada a utilização do código zerado (0000) ou do código da ação orçamentária, a critério de cada unidade.
§ 4º Considerando a transversalidade do Plano Nacional de Educação e a inter-relação entre suas metas, para classificação do Enquadramento da Despesa conforme Anexo I desta Portaria deve ser escolhida a meta para a qual a despesa contribui mais diretamente, considerando o objetivo da política pública à qual a despesa está relacionada, preservado o entendimento de que a despesa poderá contribuir indiretamente para mais de uma meta, ainda que o Plano Interno permita uma única classificação.
§ 5º Sempre que a unidade não fizer uso da codificação livre, conforme Inciso V do § 1º e do § 4º deste artigo, será utilizado código zerado (00).
§ 6º O disposto neste artigo não se aplica às ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, quando houver regras específicas estabelecidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Art. 3º Todas as unidades orçamentárias vinculadas ao MEC utilizarão Planos Internos específicos para cada obra, objetivando o respectivo monitoramento da execução e dos custos.
§ 1º As obras contratadas pelo Ministério da Educação, suas autarquias, fundações e empresas públicas serão obrigatoriamente cadastradas no Módulo "Monitoramento de Obras" do SIMEC, utilizando-se, prioritariamente, os códigos identificadores de PI gerados por este módulo, admitindo-se os oriundos de outra Unidade Orçamentária da União.
§ 2º Recursos oriundos de outras dotações orçamentárias da União, destinados à complementação das obras previstas no § 1º deste artigo serão cadastrados obrigatoriamente no PI original da obra, quando o crédito descentralizado não estiver detalhado com Plano Interno próprio da unidade descentralizadora.
§ 3º Os Planos Internos referentes a obras ficam dispensados da obrigatoriedade de utilização do Inciso VI do §1º do Art. 2º, podendo utilizar codificação livre, ou no caso de cadastro do PI diretamente no Módulo "Monitoramento de Obras", como prevê § 1º deste artigo, será gerado pelo próprio módulo.
§ 4º A liberação dos limites de movimentação e empenho das despesas de capital, ficará condicionada à atualização do Módulo "Monitoramento de Obras" do SIMEC.
Art. 4º Caberá a cada órgão subordinado ao Órgão Superior 26.000 - Ministério da Educação indicar a unidade responsável pela criação, gerenciamento e acompanhamento das Subações Orçamentárias e dos Planos Internos por meio do SIMEC, assim como pelo cadastramento das tabelas dos Planos Internos no SIAFI, utilizando a transação "ATUPI - Atualiza Plano Interno" para incluir os códigos a serem utilizados pelas suas unidades gestoras executoras.
Parágrafo Único: A Setorial Orçamentária do órgão subordinado 26.298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação será responsável pelo cadastramento dos Planos Internos correspondentes à Unidade Orçamentária 73.107 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios - Recursos sob supervisão do MEC e da Unidade Orçamentária 74.902 - Operações Oficiais de Crédito - Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES.
Art. 5º Fica facultada a utilização de estrutura própria de Subação Orçamentária e de Plano Interno à Unidade Orçamentária 26.443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, assim como às Unidades Orçamentárias de Hospitais Universitários Federais sob sua gestão.
Art. 6º Ficam revogadas a Portaria SPO/MEC Nº 1, de 2 de janeiro de 2012 e a Portaria SPO/MEC Nº 1, de 4 de fevereiro de 2013.
Art. 7º Esta Portaria, composta dos ANEXOS I, II, III e IV entra em vigor a partir de 2 de Janeiro de 2015.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA

ANEXO I - Enquadramento da Despesa

Código	Descrição - Metas conforme Anexo da Lei Nº 13.005, de 25 junho de 2014.
A	Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.
B	Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.
C	Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).
D	Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.
E	Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.
F	Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.
G	Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5	5,2

H	Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
I	Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.
J	Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.
L	Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.
M	Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.
N	Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.
O	Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.
P	Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
Q	Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.
R	Meta 17: valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.
S	Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.
T	Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.
U	Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.
V	Outras Despesas

ANEXO II - Nível / Etapa de Ensino

Código	Descrição
B	Básica
C	Creche
F	Fundamental
G	Graduação
I	Infantil
M	Médio
O	Pós-graduação
P	Profissional/Tecnológico
R	Pré-escola
S	Especialização/Residência
T	Mestrado
U	Doutorado
V	Pós-Doutorado
N	Não se aplica

ANEXO III - Categoria de Apropriação

Código	Descrição
01	Gestão Administrativa da Unidade ou da Subação
15	Emendas
19	Ensino
20	Pesquisa
21	Extensão
22	Educação a Distância
23	Assistência Estudantil/Permanência
41	Obras - Construção
42	Obras - Ampliação
43	Obras - Reforma
58	Formação e Capacitação de Professores e Profissionais da Educação Básica
60	Aquisição de Materiais, Mobiliário e Equipamentos para a Educação Básica
71	Gestão Hospitalar

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

94	Fomento à Pós-Graduação
95	Acervo Bibliográfico
96	Transferências Legais, Constitucionais e Voluntárias
99	Outras Despesas

ANEXO IV - Tema / Público	
Código	Descrição
A	Campo/Rural
E	Acessibilidade
D	Educação Indígena
J	Educação de Jovens e Adultos
K	Educação Ambiental
Q	Étnico Racial/Quilombola
R	Educação, Pobreza e Desigualdade Social
Z	Direitos Humanos
N	Não se aplica

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 6.059, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 340ª reunião ordinária, realizada em 10 de outubro de 2014, no uso de suas atribuições legais, considerando: a solicitação constante no OF. 40_2014 DEHIS/ICHS, de 06 de agosto; a documentação do processo UFOP n.º 23109.005552/2013-24, resolve:

Prorrogar, por um ano, a partir de 20 de dezembro de 2014, a validade do resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos para Docentes, área História/História do Brasil República, de que trata o Edital PROAD nº 36/2013, de 26 de julho, publicado no DOU de 29.07.13.

MARCONE JAMILSON FREITAS SOUZA
Presidente do Conselho

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 2.234, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO EXERCÍCIO DA REITORIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo de nº. 23113.016234/2013-20/Departamento de Morfologia/Campus Universitário Prof. José Aloísio de Campos, resolve:

Art. 1º - Prorrogar, por 01 (um) ano, contado a partir de 12/11/2014, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Adjunto-A - Nível 1, em regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, objeto do Edital nº. 015/2013, realizado pela Universidade Federal de Sergipe para o Departamento de Morfologia/Campus Universitário Prof. José Aloísio de Campos, para a Matéria de Ensino: Microbiologia e Imunologia, homologado através da Portaria nº 3.725, de 08/11/2013, publicada no D.O.U. de 12/11/2013, seção 1, páginas 24 e 25.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ MAURÍCIO DE CONCEIÇÃO SOUZA

PORTARIA Nº 2.236, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO EXERCÍCIO DA REITORIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo de nº. 23113.014568/2013-69/Colégio de Aplicação/Campus Universitário Prof. José Aloísio de Campos; resolve:

Art. 1º - Prorrogar, por 01 (um) ano, contado a partir de 12/11/2014, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D I - Nível I, em regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, objeto do Edital nº. 014/2013, realizado pela Universidade Federal de Sergipe para o Colégio de Aplicação/Campus Universitário Prof. José Aloísio de Campos, para a Matéria de Ensino: Artes, homologado através da Portaria nº 3.724, de 08/11/2013, publicada no D.O.U. de 12/11/2013, seção 1, página 24.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

ANDRÉ MAURÍCIO DE CONCEIÇÃO SOUZA

PORTARIA Nº 2.237, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO EXERCÍCIO DA REITORIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo de nº. 23113.022348/2012-48/Núcleo de Música/Campus Universitário Prof. José Aloísio de Campos, resolve:

Art. 1º - Prorrogar, por 01 (um) ano, contado a partir de 11/11/2014, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Assistente-A - Nível I, em regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, objeto do Edital nº. 015/2013, realizado pela Universidade Federal de Sergipe para o Núcleo de Música/Campus Universitário Prof. José Aloísio de Campos, para a Matéria de Ensino: Música, homologado através da Portaria nº 3.690, de 07/11/2013, publicada no D.O.U. de 11/11/2013, seção 1, página 31.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ MAURÍCIO DE CONCEIÇÃO SOUZA

PORTARIA Nº 2.239, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO EXERCÍCIO DA REITORIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo de nº. 23113.006407/2013-00/Núcleo de Medicina/Campus Universitário Prof. Antônio Garcia Filho; resolve:

Art. 1º - Prorrogar, por 01 (um) ano, contado a partir de 12/11/2014, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Auxiliar - Nível 1, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, objeto do Edital nº. 015/2013, realizado pela Universidade Federal de Sergipe para o Núcleo de Medicina/Campus Universitário Prof. Antônio Garcia Filho, para as Matérias de Ensino: II, III e IV Ciclos de Medicina (sessões tutoriais, conferências, aulas em laboratórios, habilidades médicas e práticas de ensino na comunidade) com ênfase em Clínica Médica, homologado através da Portaria nº 3.753, de 11/11/2013, publicada no D.O.U. de 12/11/2013, seção 1, página 25.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ MAURÍCIO DE CONCEIÇÃO SOUZA

PORTARIA Nº 2.240, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO EXERCÍCIO DA REITORIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo de nº. 23113.008996/2013-52/Colégio de Aplicação/Campus Universitário Prof. José Aloísio de Campos, resolve:

Art. 1º - Prorrogar, por 01 (um) ano, contado a partir de 12/11/2014, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D I - Nível I, em regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, objeto do Edital nº. 014/2013, realizado pela Universidade Federal de Sergipe para o Colégio de Aplicação/Campus Universitário Prof. José Aloísio de Campos, para a Matéria de Ensino: Matemática, homologado através da Portaria nº 3.727, de 08/11/2013, publicada no D.O.U. de 12/11/2013, seção 1, página 25.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ MAURÍCIO DE CONCEIÇÃO SOUZA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA CONJUNTA Nº 55, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTI apresentadas na reunião ordinária de 09 de outubro de 2014 e pelos fundamentos da Informação nº 39/2014-CGL-NES/GAB/SESu/MEC, resolvem:

Art. 1º. Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FAURGS, CNPJ nº 74.704.008/0001-75, para atuar como Fundação de Apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFECT/RS, processo nº 23000.011640/2014-54.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

PAULO SPELLER
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação

CARLOS AFONSO NOBRE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA CONJUNTA Nº 56, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTI apresentadas na reunião ordinária de 09 de outubro de 2014 e pelos fundamentos da Informação nº 38/2014-CGL-NES/GAB/SESu/MEC, resolvem:

Art. 1º. Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura - FCPC, CNPJ nº 05.330.436/0001-62, para atuar como Fundação de Apoio à Universidade Federal do Cariri - UFCA, processo nº 23000.011629/2014-94.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

PAULO SPELLER
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação

CARLOS AFONSO NOBRE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA CONJUNTA Nº 57, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTI apresentadas na reunião ordinária de 09 de outubro de 2014 e pelos fundamentos da Informação nº 40/2014-CGL-NES/GAB/SESu/MEC, resolvem:

Art. 1º. Fica credenciada, pelo período de 02 (um) ano, a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Hospital da Universidade de Brasília - FAHUB, CNPJ nº 04.557.109/0001-85, para atuar como Fundação de Apoio à Universidade de Brasília - UnB, processo nº 23000.011642/2014-43.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

PAULO SPELLER
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação

CARLOS AFONSO NOBRE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA CONJUNTA Nº 58, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTI apresentadas na reunião ordinária de 09 de outubro de 2014 e pelos fundamentos da Informação nº 28/2014-CGL-NES/GAB/SESu/MEC, resolvem:

Art. 1º. Fica credenciada, pelo período de 02 (dois) anos, a contar de 10 de fevereiro de 2015, a Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico Fluminense - Fundação PRÓ-IFF, CNPJ nº 04.016.579/0001-31, como Fundação de Apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - IFF, processo nº 23000.011795/2014-91.

Art. 2º. A validade do credenciamento fica condicionada, nos termos do art. 3º, §5º do Decreto nº 7.423/2010, à apresentação, em 60 (sessenta) dias, a contar da publicação da presente Portaria, de referendo do Conselho Superior do IFF manifestando-se quanto à aprovação dos projetos pelos órgãos acadêmicos da Instituição (art. 6º, §2º, Decreto) e referendando a concordância quanto ao recredenciamento da Fundação (art. 4º, IV, Decreto), além de Ata ou extrato de Ata do Conselho Superior do IFF atestando o cumprimento, pela Fundação, dos requisitos constantes do art. 4º-A da Lei nº 8.958/94.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

PAULO SPELLER
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação

CARLOS AFONSO NOBRE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA CONJUNTA Nº 59, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTI apresentadas na reunião ordinária de 09 de outubro de 2014 e pelos fundamentos da Informação nº 33/2014-CGL-NES/GAB/SESu/MEC, resolvem:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º. Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa - FUNDEPES, CNPJ nº 12.449.880/0001-67, para atuar como Fundação de Apoio ao Instituto Federal de Alagoas - IFAL, processo nº 23000.008414/2014-96.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

PAULO SPELLER
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação

CARLOS AFONSO NOBRE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA CONJUNTA Nº 60, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTI apresentadas na reunião ordinária de 09 de outubro de 2014 e pelos fundamentos da Informação nº 29/2014-CGL-NES/GAB/SESu/MEC, resolvem:

Art. 1º. Fica credenciada, pelo período de 02 (dois) anos, a contar de 13 de janeiro de 2015, a Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba - FUNEPU, CNPJ nº 20.054.326/0001-09, como Fundação de Apoio à Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), processo nº 23000.009744/2014-07.

Art. 2º. A validade do credenciamento fica condicionada, nos termos do art. 3º, §5º do Decreto nº 7.423/2010, à apresentação, em 60 (sessenta) dias, a contar da publicação da presente Portaria, de manifestação do Conselho Universitário da UFTM quanto ao cumprimento, pela FUNEPU, das disposições contidas no art. 4º-A do Decreto nº 7.423/2010.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

PAULO SPELLER
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação

CARLOS AFONSO NOBRE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA CONJUNTA Nº 61, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTI apresentadas na reunião ordinária de 09 de outubro de 2014 e pelos fundamentos da Informação nº 30/2014-CGL-NES/GAB/SESu/MEC, resolvem:

Art. 1º. Fica credenciada, pelo período de 02 (um) ano, a Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária e Ambiental - FUNDAPAM, CNPJ nº 00.652.199/0001-32, para atuar como Fundação de Apoio à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, processo nº 23000.017717/2013-19.

Art. 2º. A validade do credenciamento fica condicionada, nos termos do art. 3º, §5º, do Decreto nº 7.423/2010, à apresentação, em 60 (sessenta) dias, a contar da publicação da presente Portaria, de aprovação da avaliação de desempenho da FUNDAPAM pelo Comitê Técnico da EMBRAPA (art. 5º, §1º, do Decreto), bem como de manifestação deste Comitê quanto ao cumprimento, pela Fundação, das disposições contidas no art. 4º-A da Lei nº 8.958/94.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

PAULO SPELLER
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação

CARLOS AFONSO NOBRE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA CONJUNTA Nº 62, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTI apresentadas na reunião ordinária de 09 de outubro de 2014 e pelos fundamentos da Informação nº 27/2014-CGL-NES/GAB/SESu/MEC, resolvem:

Art. 1º. Fica credenciada, pelo período de 02 (dois) anos, a Fundação AJURI de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Roraima - Fundação AJURI, CNPJ nº 05.463.366/0001-10, como Fundação de Apoio à Universidade Federal de Roraima - UFRR, processo nº 23000.011631/2014-63.

Art. 2º. A validade do credenciamento fica condicionada, nos termos do art. 3º, §5º, do Decreto nº 7.423/2010, à apresentação, em 60 (sessenta) dias, a contar da publicação da presente Portaria, de referendo do Conselho Universitário da UFRR manifestando concordância com o recredenciamento da Fundação (art. 4º, IV, do Decreto), ratificando o relatório anual de gestão da Fundação referente ao exercício de 2013 (art. 5º, §1º, I, do Decreto), aprovando a avaliação de desempenho também referente ao exercício de 2013 (art. 5º, §1º, II) e atestando o cumprimento das disposições contidas no art. 4º-A da Lei nº 8.958/94.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

PAULO SPELLER
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação

CARLOS AFONSO NOBRE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
DIRETORIA DE POLÍTICA REGULATÓRIA

PORTARIA Nº 653, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

A DIRETORA DE POLÍTICA REGULATÓRIA DA SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 385, de 12 de agosto de 2013, e considerando o contido nas Representações Administrativas, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, referente ao GINÁSIO DIOCESANO DE PATOS, CNPJ nº 09.279.324/0001-85, com sede em Patos/PB, e os fundamentos expostos na Nota Técnica nº 1010/2014-CGCEBAS/DPR/SERES/MEC, exarada nos autos dos processos nº 71010.000226/2005-52 e 71010.000223/2005-19, resolve:

Art. 1º Fica instaurado processo administrativo de Supervisão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - Supervisão CEBAS, expedido para o Ginásio Diocesano de Patos, inscrita no CNPJ nº 09.279.324/0001-85, relativo ao período de 17/07/2003 a 16/07/2006, referente ao processo nº 44006.002619/2002-44, para promover a apuração de indícios de irregularidade no cumprimento da Lei de Certificação.

Art. 2º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil dos atos administrativos em curso.

Art. 3º Cientifique-se a instituição para apresentação de defesa, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento, com base no inciso I, do art. 28 da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE HORTA ANDRADE

PORTARIA Nº 654, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

A DIRETORA DE POLÍTICA REGULATÓRIA DA SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 385, de 12 de agosto de 2013, e considerando o contido na Nota Técnica nº 1011/2014-CGCEBAS/DPR/SERES/MEC, exarada nos autos do Processo nº 71010.004168/2009-60, resolve:

Art. 1º Fica instaurado processo administrativo de Supervisão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - Supervisão CEBAS, expedido para a Sociedade Nilza Cordeiro Herdy de Educação e Cultura S/S Ltda, CNPJ nº 29.403.763/0001-65, com sede em Duque de Caxias/RJ, referente ao exercício de 01/01/2010 a 31/12/2012, concedido pela Portaria nº 35, de 12 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13/01/2012, no processo nº 71010.004168/2009-60, para promover a apuração de indícios de irregularidade no cumprimento da Lei de Certificação, nos termos do art.36 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e artigos 15 e 16 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014.

Art. 2º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil dos atos administrativos em curso.

Art. 3º Notifique-se a instituição para apresentação de defesa, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento, com base no inciso I, do art. 28 da Lei 12.101, de 2009.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE HORTA ANDRADE

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 456, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso II, alíneas "a" e "b", e § 1º, do Decreto nº 8.197, de 20 de fevereiro de 2014, resolve:

Art. 1º Remanejar os limites de pagamento de que trata o Anexo II, do Decreto nº 8.197, de 20 de fevereiro de 2014, bem como ajustar os detalhamentos constantes dos Anexos I e II da Portaria MF nº 61, de 27 de fevereiro de 2014, na forma dos Anexos desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUIDO MANTEGA

ANEXO I

ACRÉSCIMO DOS VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014 E AOS RESTOS A PAGAR
(ANEXO II DO DECRETO Nº 8.197, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MF Nº 61, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014)

R$ MIL

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Até Out	Até Nov	Até Dez
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	1.500	1.500	1.500
71000 Encargos Financeiros da União	920	920	920
Total	2.420	2.420	2.420

Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO II

REDUÇÃO DOS VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014 E AOS RESTOS A PAGAR
(ANEXO II DO DECRETO Nº 8.197, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MF Nº 61, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014)

R$ MIL

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Até Out	Até Nov	Até Dez
20000 Presidência da República	329	329	329
26000 Ministério da Educação	1.500	1.500	1.500
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	591	591	591
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	32.235	32.235	32.235
Total	34.655	34.655	34.655

Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO III

ACRÉSCIMO DOS VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014 E AOS RESTOS A PAGAR
(ANEXO II DO DECRETO Nº 8.197, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO II DA PORTARIA MF Nº 61, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014)

R$ MIL

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Até Out	Até Nov	Até Dez
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	32.235	32.235	32.235

Fontes: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

BANCO DO BRASIL S/A
BB BANCO DE INVESTIMENTO S/A

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO ACIONISTA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2014

I. DATA, HORA, LOCAL: Em vinte e nove de abril de dois mil e quatorze, às onze horas, realizou-se Assembleia Geral Ordinária do Acionista do BB Banco de Investimento S.A. (CNPJ 24.933.830/0001-30; NIRE: 3.330.027.730-7), na Sede Social da Empresa, na Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, centro, Rio de Janeiro (RJ). II. PRESENÇA: BANCO DO BRASIL S.A., único acionista, representado pelo seu Vice-Presidente Sr. Ivan de Souza Monteiro, o qual assinou o "Livro de Presença", observadas as prescrições legais. III. CONVOCAÇÃO: Dispensada, na forma do § 4° do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença do acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. IV. MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Antonio Mauricio Maurano, Diretor-Presidente do BB Investimentos, que, ao instalar a Assembleia, convidou o Sr. Luiz Cláudio Ligabue para atuar como Secretário. V. ORDEM DO DIA: (i) exame e aprovação das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração, do Parecer do Conselho Fiscal e dos relatórios dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria referentes ao exercício 2013, (ii) aprovação da distribuição do lucro líquido e dos dividendos referentes ao exercício 2013, (iii) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, (iv) fixação da remuneração dos titulares do Conselho Fiscal e (v) eleição e remuneração dos membros da Diretoria. VI. DELIBERAÇÕES: O acionista aprovou: i) as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração, do parecer do Conselho Fiscal e dos relatórios dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria, relativos ao exercício de 2013, todos publicados em 12.03.2014 no Diário Oficial da União e no jornal Valor Econômico (RJ); ii) a destinação do lucro líquido do exercício 2013, conforme quadro a seguir, cuja distribuição foi autorizada nesta data, pelo Sr. Ministro de Estado da Fazenda nos termos do art. 3º do Decreto 2.673, de 16.07.1998, com as seguintes sugestões de melhoria, que deverão ser adotadas nos próximos exercícios: que a constituição da Reserva Estatutária prevista no art. 24, IV, do estatuto Social da Sociedade seja acompanhada de Nota Explicativa da Empresa, contendo a justificativa técnica, expressamente aprovada pelos Conselhos de Administração e Fiscal.

R$ mil

	Exerc/2013
-Lucro Líquido	1.347.554
-Reserva legal constituída no período	(67.378)
-Reservas de reavaliação transferidas para lucros acumulados	10
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	320.047
Dividendo adicional	479.027
Reserva Estatutária	(481.112)
Total destinado ao acionista	799.074

iii) a eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal, a seguir qualificados, para o mandato 2014/2015, registrando que os eleitos atendem às exigências legais e estatutárias: Representantes da União indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda TITULAR: MATHEUS DE CARVALHO LEME CAVALLARI, brasileiro, solteiro, economista, inscrito no CPF sob o nº 290.511.228-02, portador da Carteira de Identidade nº 28750885-7, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco P, 3º andar, Ed. Sede, sala 324 - Ministério da Fazenda - Brasília (DF); SUPLENTE: SALOMÃO MIGUEL DE SOUSA, brasileiro, casado, jornalista, inscrito no CPF sob o nº 112.663.171-04, portador da Carteira de Identidade nº 2427792, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco P, 5º andar - Ministério da Fazenda - Brasília (DF); Representantes do Tesouro Nacional indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda TITULAR: FERNANDO EURICO DE PAIVA GARRIDO, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF sob o nº 003.462.127-07, portador da Carteira de Identidade nº 07569803-5, expedida pela Secretaria de Instituto de Identificação Félix Pacheco (RJ). Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, sala 113, Ministério da Fazenda - Brasília (DF); SUPLENTE: LENA OLIVEIRA DE CARVALHO, brasileira, casada, economista, inscrita no CPF sob o nº 634.710.191-20, portadora da Carteira de Identidade nº 1.585.452, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, ala B, sala 130, Brasília (DF); Membros indicados pelo acionista TITULAR: EDSON ROGÉRIO DA COSTA, brasileiro, casado, Bacharel em Ciências Contábeis, inscrito no CPF sob o nº 510.309.260-34, portador da Carteira de Identidade nº 39.851.788-5, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endereço: Avenida Paulista, 2163 - 11º andar (SP); SUPLENTE: ADRIANO MEIRA RICCI, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF sob o nº 334.550.741-20, portador da Carteira de Identidade nº 954.204, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco A, Lote 31, Ed. Sede I, 15º andar, sala 01 - Brasília (DF). iv) a fixação da remuneração dos titulares do Conselho Fiscal para o mês de abril/2014 em R$ 5.083,02, com redução gradual, conforme a tabela a seguir, sendo o valor fixado para o mês de março/2015 igual ao aprovado para os membros do Conselho Fiscal da BB Administradora de Consórcios S.A., nos termos da Nota Técnica nº 164/CGCOR/DEST/SE-MP, de 28.04.2014, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - Dest.

	abr/14	mai/14	jun/14	jul/14	ago/14	set/14
Valor	5.083,02	4.878,25	4.673,50	4.468,75	4.264,00	4.059,25
Redutor		204,77	204,75	204,75	204,75	204,75

	out/14	nov/14	dez/14	jan/15	fev/15	mar/15
Valor	3.854,50	3.649,75	3.445,00	3.240,25	3.035,50	2.830,75
Redutor	204,75	204,75	204,75	204,75	204,75	204,75

v) eleger, em virtude do final do mandato, os seguintes membros da Diretoria, a seguir qualificados, para cumprirem o mandato 2014/2017, esclarecido que os eleitos atendem às exigências legais e estatutárias e que a remuneração paga a eles pelo Banco do Brasil abrange as funções que exercerão no BB Banco de Investimento S.A.: Diretor-Presidente: ANTONIO MAURICIO MAURANO, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o nº 038.022.878-51, portador da Carteira de Identidade nº 13.466.056-0, expedida em 04.08.2006 pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Endereço: Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, centro, Rio de Janeiro (RJ); Diretor-Vice-Presidente: IVAN DE SOUZA MONTEIRO, brasileiro, casado, bancário, inscrito no CPF sob o nº 667.444.077-91, portador da Carteira de Identidade nº 4.834.564-9, expedida em 27.04.2001 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Endereço: Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco G, 24º andar (parte), Asa Sul - Brasília (DF); Diretor-Gerente: SANDRO KOHLER MARCONDES, brasileiro, casado, bancário, inscrito no CPF sob o n° 485.322.749-00, portador da Carteira de Identidade nº 3481959-9, expedida em 01.08.1981 pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná. Endereço: Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, centro, Rio de Janeiro (RJ) Diretor de Controles Internos: ADMILSON MONTEIRO GARCIA, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF sob o n° 830.674.937-53, portador da Carteira de Identidade nº 07762040-9, expedida em 03.09.1985 pela Secretaria de Instituto de Identificação Félix Pacheco (RJ). Endereço: Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, centro, Rio de Janeiro (RJ). VII. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária do Acionista do BB Banco de Investimento S.A., da qual eu, ass.) Luiz Cláudio Ligabue, Secretário, mandei lavrar esta Ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Ass.) Antonio Mauricio Maurano, Diretor-Presidente do BB Banco de Investimento S.A., Presidente da Assembléia, e Ivan de Souza Monteiro, Representante do Banco do Brasil S.A. ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL LAVRADO NO LIVRO 09, FOLHAS 43 A 45. Atestamos que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta emitida à parte - Departamento de Organização do Sistema Financeiro-DEORF - 3.249.351-7-Fernando Leonel de Paiva - Analista. A Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro certificou o deferimento em 01.08.2014, sob número 00002653888, Valéria G. M. Serra - Secretária-Geral.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO(*)

No Ato COTEPE/MVA nº 13/14, de 22 de outubro de 2014, publicado no DOU de 23 de outubro de 2014, Seção 1, páginas 25 e 26, nas linhas:
onde se lê:
TABELA I - OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS

UF	Gasolina Automotiva e Álcool Anidro		Álcool hidratado				Óleo Combustível		Gás Natural Veicular		Lubrificante Derivado de Petróleo		Lubrificante Não derivado de Petróleo			
	Internas	Interesta-duais	Internas	Interestaduais			Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais	Internas	Interestaduais		
				Alíquota 7%	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%								Alíquota 7%	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%
*SP	70,24%	126,99%	22,10%	31,29%	38,75%	27,19%	10,48%	34,73%	-	-	-	-	-	-	-	-

",
leia-se:
TABELA I - OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS

UF	Gasolina Automotiva e Álcool Anidro		Álcool hidratado				Óleo Combustível		Gás Natural Veicular		Lubrificante Derivado de Petróleo		Lubrificante Não derivado de Petróleo			
	Internas	Interesta-duais	Internas	Interestaduais			Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais	Internas	Interesta-duais	Internas	Interestaduais		
				Alíquota 7%	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%								Alíquota 7%	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%
*SP	70,96%	127,95%	23,35%	32,63%	40,17%	28,49%	10,48%	34,73%	-	-	61,31%	96,72%	61,31%	-	73,12%	88,85%

";
onde se lê:
TABELA II - OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES

UF	Gasolina Automotiva		Óleo Diesel		GLP		Óleo Combustível		Gás Natural Veicular		Lubrificante Derivado de Petróleo		Lubrificante Não derivado de Petróleo				Álcool Hidratado			
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais			Internas	Interestaduais		
														Alíquota 7%	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%		Alíquota 7%	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%
*SP	70,24%	126,99%	32,80%	50,90%	81,99%	106,80%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40,48%	51,05%	59,63%	46,33%

* MVA's alteradas por este Ato COTEPE/MVA
",

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

leia-se:

TABELA II - OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES

UF	Gasolina Automotiva		Óleo Diesel		GLP		Óleo Combustível		Gás Natural Veicular		Lubrificante Derivado de Petróleo		Lubrificante Não derivado de Petróleo				Álcool Hidratado			
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais			Internas	Interestaduais		
														Alíquota 7%	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%		Alíquota 7%	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%
*SP	86,73%	148,97%	44,24%	63,91%	155,85%	190,74%	30,70%	57,47%	-	-	61,31%	96,72%	61,31%	-	73,12%	88,85%	-	-	-	-

*MVA's alteradas por este Ato COTEPE/MVA.

".

(*) Republicada por ter saído no DOU de 3-11-2014, Seção I, páginas 25 e 26, com incorreção no original.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.508, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre o parcelamento de débitos apurados no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil e revoga a Instrução Normativa RFB nº 1.229, de 21 de dezembro de 2011.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos §§ 15 a 24 do art. 21 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e na Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, resolve:

CAPÍTULO I

DA ABRANGÊNCIA DO PARCELAMENTO

Art. 1º No âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), os débitos de responsabilidade das Microempresas (ME) e das Empresas de Pequeno Porte (EPP) apurados no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) poderão ser parcelados em até 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, observadas as disposições constantes nesta Instrução Normativa, e na Seção VI do Capítulo I e no art. 130-C da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011.

§ 1º O parcelamento de que trata esta Instrução Normativa não se aplica:

I - aos débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU);

II - aos débitos de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) inscritos em dívida ativa do respectivo ente;

III - às multas por descumprimento de obrigação acessória;

IV - à Contribuição Patronal Previdenciária para a Seguridade Social, no caso de empresa optante pelo Simples Nacional, tributada com base:

a) nos Anexos IV e V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, até 31 de dezembro de 2008;

b) no Anexo IV da Lei Complementar nº 123, de 2006, a partir de 1º de janeiro de 2009;

V - aos demais tributos ou fatos geradores não abrangidos pelo Simples Nacional, previstos no § 1º do art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 2006, inclusive aqueles passíveis de retenção na fonte, de desconto de terceiros ou de sub-rogação; e

VI - aos débitos lançados de ofício pela RFB anteriormente à disponibilização do Sistema Único de Fiscalização, Lançamento e Contencioso (Sefisc), de que trata o art. 78 da Resolução CGSN nº 94, de 2011.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso VI do § 1º, os débitos poderão ser parcelados na forma prevista na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 15 de dezembro de 2009.

§ 3º É vedado o parcelamento de que trata esta Instrução Normativa:

I - para os sujeitos passivos com falência decretada; e

II - enquanto não integralmente pago ou rescindido parcelamento anterior.

CAPÍTULO II

DO PEDIDO

Art. 2º Os pedidos de parcelamento deverão ser apresentados exclusivamente por meio do sítio da RFB na Internet, no endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br>, nos Portais e-CAC ou Simples Nacional.

§ 1º O pedido de parcelamento deverá ser formulado em nome do estabelecimento matriz, pelo responsável perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

§ 2º Observado o disposto no inciso II do § 3º do art. 1º, serão permitidos até 2 (dois) pedidos de parcelamento por ano-calendário.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, se o pedido de parcelamento abranger débitos já parcelados anteriormente, a ele não se aplicará o disposto no § 1º do art. 53 da Resolução CGSN nº 94, de 2011, podendo haver a inclusão de novos débitos e a concessão de novo prazo para pagamento em até 60 (sessenta) parcelas mensais.

§ 4º A desistência de parcelamento cujos débitos foram objeto do benefício previsto no parágrafo único do art. 6º implica restabelecimento do montante da multa proporcionalmente ao valor da receita não satisfeita, e o benefício da redução somente será aplicado a novo parcelamento caso a negociação deste ocorra dentro dos prazos previstos nos incisos I e II do referido parágrafo.

§ 5º Os pedidos implicarão confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos abrangidos pelo parcelamento, existentes em nome da pessoa jurídica na condição de contribuinte ou responsável, e configurarão confissão extrajudicial, nos termos dos arts. 348, 353 e 354 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil (CPC), sujeitando a pessoa jurídica à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Instrução Normativa.

Art. 3º A partir do mês de novembro de 2014, somente produzirão efeitos os pedidos de parcelamentos formulados com o correspondente pagamento tempestivo da primeira prestação.

CAPÍTULO III

DO DEFERIMENTO

Art. 4º Serão considerados automaticamente deferidos os pedidos de parcelamento após decorridos 90 (noventa) dias da data de seu protocolo sem manifestação da autoridade concedente.

CAPÍTULO IV

DA CONSOLIDAÇÃO

Art. 5º Os pedidos de parcelamento serão consolidados:

I - nos meses de outubro e de novembro de 2014, se solicitados até 31 de outubro de 2014;

II - na data do pedido, se solicitados a partir de 3 de novembro de 2014.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no inciso I do caput:

I - serão considerados parcelados todos os débitos devedores existentes na data da consolidação;

II - previamente à consolidação, os pagamentos efetuados a título de prestação até a data da consolidação serão apropriados aos débitos, por ordem crescente de vencimento;

III - o saldo da dívida será dividido em até 60 (sessenta) prestações, observado o valor mínimo da prestação de R$ 300,00 (trezentos reais) previsto no §1º do art. 7º; e

IV - a primeira prestação vencerá no último dia útil do mês subsequente ao da consolidação.

Art. 6º A consolidação dos débitos objeto do pedido de parcelamento resultará da soma:

I - do principal;

II - da multa de mora;

III - da multa de ofício; e

IV - dos juros de mora.

Parágrafo único. Serão aplicadas na consolidação as reduções das multas de lançamento de ofício nos seguintes percentuais:

I - 40% (quarenta por cento), se o sujeito passivo requerer o parcelamento no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data em que foi notificado do lançamento; ou

II - 20% (vinte por cento), se o sujeito passivo requerer o parcelamento no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data em que foi notificado da decisão administrativa de 1ª (primeira) instância.

CAPÍTULO V

DO VALOR DAS PRESTAÇÕES E DE SEU PAGAMENTO

Art. 7º O valor das prestações será obtido mediante divisão da dívida consolidada pelo número de parcelas do parcelamento concedido.

§ 1º O valor mínimo da parcela é de R$ 300,00 (trezentos reais).

§ 2º O valor de cada prestação, inclusive da parcela mínima, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

§ 3º A partir da 2ª (segunda) parcela, as prestações vencerão no último dia útil de cada mês.

§ 4º O pagamento das prestações deverá ser efetuado mediante Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS).

CAPÍTULO VI

DA RESCISÃO

Art. 8º Implicará rescisão do parcelamento, a falta de pagamento de:

I - 3 (três) parcelas, consecutivas ou não; ou

II - a existência de saldo devedor após a data de vencimento da última parcela.

§ 1º É considerada inadimplida a parcela parcialmente paga.

§ 2º Rescindido o parcelamento, será apurado o saldo devedor, providenciando-se, conforme o caso, o encaminhamento do débito para inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da cobrança.

§ 3º A rescisão do parcelamento implicará restabelecimento do montante das multas de que trata o parágrafo único do art. 6º proporcionalmente ao valor da receita não satisfeita.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º As informações relativas ao parcelamento estarão disponíveis no sítio da RFB na Internet, no endereço informado no art. 2º, nos Portais e-CAC e Simples Nacional.

Art. 10. Aplica-se subsidiariamente aos parcelamentos de que trata esta Instrução Normativa o disposto na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 2009.

Art. 11. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 12. Fica revogada a Instrução Normativa RFB nº 1.229, de 21 de dezembro de 2011.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.509, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.452, de 21 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre a apresentação de informações pelas entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras e administradoras de Fundos de Aposentadoria Programada Individual.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XVI do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e, e tendo em vista o disposto no art. 11 do Decreto-Lei nº 1.968, de 23 de novembro de 1982, no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e no art. 57 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, resolve:

Art. 1º O art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.452, de 21 de fevereiro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

§ 3º Para informações referentes aos anos-calendário de 2014 e de anos seguintes, o prazo mencionado no caput será até o último dia útil do mês de março do ano subsequente ao que se referirem as informações." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 75, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza exportação de cigarros do estabelecimento da empresa Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda, inscrito no CNPJ 04.041.933/0013-11.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 13 de maio de 2011, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10980.724919/2012-00, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda, inscrito no CNPJ 04.041.933/0013-11, autorizado a exportar cigarros, dispensada a exigência de que trata o art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011, de acordo com as especificações descritas abaixo.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1) Importador no exterior	Compañía Industrial de Tabacos S.A, sediada em Av. Chacaltaya nº 2.141, Achachicala, La Paz, Bolívia
2) País destino dos produtos	Bolívia
3) Características dos produtos	Cigarro em embalagem rígida king size
4) Marca Comercial	Codigo de Barras
4.1) L&M KRETEK MINT MENTHOL KS E BOX	77766748
5) Unidade da RFB para iniciar o processo do Despacho de Exportação	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Cruz do Sul/RS

Art. 2º A autorização de que trata o art. 1º fica condicionada a comprovação referida no art. 5º, § 1º, II, da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

KLEBER GIL ZECA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 428, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 810, §3º, do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, com nova redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010 e tendo em vista o que consta no processo nº 10111.721527/2014-81, declara:

Art. 1º Incluído no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro o Sr. Geizon Reis, CPF nº 952.136.941-87.

Art. 2º O interessado deverá inscrever-se no Registro Informatizado de Despachantes Aduaneiros e de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, por meio do sistema CAD-ADUANA, nos termos do artigo 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012, e dos artigos 1º e 2º do Ato Declaratório Executivo Coana nº 16, de 8 de junho de 2012.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 48, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara nula, de ofício, a inscrição no CNPJ sob nº 04.588.842/0001-67.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Anápolis - GO, no uso das atribuições previstas no artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 33, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014 e, considerando o que consta do processo administrativo nº 13116.722131/2014-08, declara:

Art.1º- NULA, de ofício, a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 04.588.842/0001-67, em nome de CENTRAL DISTRIBUIDORA LTDA, em razão de ter sido constatado vício no ato de sua inscrição, nos termos do disposto no artigo 33, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Art 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 27/07/2001, data da abertura, de acordo com o disposto o § 2º do art. 33 da IN/RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

HIROSHIMI NAKAO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

PORTARIA Nº 214, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Ementa. Delega competências e dispõe sobre a estrutura organizacional e distribuição interna das atribuições regimentais no âmbito da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Manaus.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DO PORTO DE MANAUS, no uso de suas atribuições regimentais previstas no artigo 302 e 314, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, alterado pelo Decreto nº 86.377, de 17 de setembro de 1981, resolve:

Art. 1º - Atribuir e delegar competências aos Assistentes de Gabinete e aos Chefes de Serviço, Chefes de Seção, Chefes de Equipe Aduaneira e Chefes de Núcleos Aduaneiros e, em suas ausências ou impedimentos, aos respectivos substitutos, para a prática dos atos constantes do Capítulo I, observando os assuntos de suas áreas de atuação e a legislação de regência, inclusive a legislação relativa ao sigilo fiscal e o acesso a informações, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN) - a legislação relativa às competências gerais e privativas dos cargos, Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

Art. 2º - Dispor sobre as competências específicas dos setores da Alfândega do Porto de Manaus (ALF/MNS), relativamente à prática dos atos constantes do Capítulo II, observando os assuntos de suas áreas de atuação e a legislação de regência, inclusive a legislação relativa ao sigilo fiscal e o acesso a informações, Lei nº 5.172, de 1966, CNT, e a legislação relativa às competências gerais e privativas dos cargos, Lei nº 11.457, de 2007.

Art. 3º - As delegações de competência conferidas por esta Portaria não implicam perda da competência originária da autoridade delegante, que poderá, em qualquer caso, avocar o exercício da competência delegada.

Parágrafo único - Em todos os atos praticados em função das competências ora delegadas deverão constar o número e a data desta Portaria.

Art. 4º - As competências não previstas expressamente nesta portaria poderão ser objeto de proposta de atendimento e submetidas pelos serviços, seções, equipes e núcleos dentro de suas atribuições regimentais, à apreciação do titular da Alfândega de Manaus.

Art 5º - A Alfândega do Porto de Manaus terá a seguinte organização:

1-Gabinete - GABIN
1.1 Assessoria
1.2 Ouvidoria
2-Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário- SECAT
3-Serviço de Despacho Aduaneiro- SEDAD
4-Serviço de Vigilância e Controle Aduaneiro - SEVIG
4.1-Grupo de Análise de Risco
4.2-Grupo de Perdimento
4.3-Grupo de constituição de Autos de Infração
5-Serviço de Orientação e Análise Tributária -SAORT
6-Seção de Programação e Logística- SAPOL
6.1 Protocolo
7-Secção de Tecnologia da Informação -SATEC
8-Equipe de Fiscalização Aduaneira- EQFIS
9-Núcleo de Pesquisa e Seleção e Gerenciamento de Risco- NUPEL
10-Equipe de Controle de Internações de Mercadorias- EQINT
11-Secção de Procedimentos Especiais Aduaneiros- SAPEA
12-Equipes Aduaneiras de Despacho- EDA
13-Equipe de Habilitação e Credenciamento - EQHAC
14 - Núcleo de Repressão ao Contrabando e ao Descaminho - NUREP

CAPÍTULO I

DAS ATRIBUIÇÕES DOS ASSISTENTES E CHEFES

Seção I

Gerais

Art. 6º -- Aos Assistentes de Gabinete e aos Chefes de Serviço, Chefes de Seção, Chefes de Equipe Aduaneira e Chefes de Núcleos Aduaneiros em caráter geral, compete:

I - determinar, na sua área de competência, o arquivamento e o desarquivamento, no arquivo da Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Amazonas (GRA/MF/AM) e no Arquivo Digital da 2a RF, de processos administrativamente finalizados, observando a Tabela de Temporalidade do Ministério da Fazenda;

II - decidir sobre destruição de documentos não processuais, afetos a sua área, observados os prazos de pré-arquivamento fixados pela Resolução nº 14, de 24 de outubro de 2001, do Conselho Nacional de Arquivamento (Conarq), alterada pela Resolução n° 35, de 11 de dezembro de 2012;

III - expedir e assinar memorandos, de circulação interna na RFB, com numeração própria, sobre assuntos na sua área de competência, bem como se manifestar nos casos em que a decisão cabe ao titular da Unidade;

IV - requisitar de outros órgãos, entidades, tabelionatos e cartórios de registro, bem como quaisquer outras pessoas jurídicas ou físicas, documentos e informações de interesse da administração tributária, relacionados com os processos de sua competência originária ou delegada;

V - aplicar a legislação de pessoal aos servidores subordinados, inclusive no interesse da ética e da disciplina;

VI - controlar os bens móveis e bens materiais sob sua guarda;

VII - assessorar o superior hierárquico, gerenciar as atividades da subunidade, proceder à orientação técnica aos servidores subordinados e supervisionar o trabalho de outras equipes que lhes forem atribuídas;

VIII - expedir certidões relativas à situação fiscal e cadastral do contribuinte, na sua área de competência;

IX - definir rotinas de trabalho no âmbito de suas competências e zelar pela manutenção e atualização dos respectivos manuais de procedimentos.

Seção II

Específicas

Art. 7º Ao Inspetor-Chefe Adjunto da Receita Federal do Brasil da Alfândega do Porto de Manaus compete:

I - assistir ao Inspetor-Chefe da Receita Federal do Brasil da Alfândega do Porto de Manaus no desempenho das suas atribuições, substituindo-o quando das suas ausências e impedimentos.

Art 8º Ao Chefe do Serviço de Despacho Aduaneiro (SEDAD) compete:

I - decidir sobre a concessão dos regimes aduaneiros especiais, exceto trânsito aduaneiro, e aplicados em áreas especiais e, se for o caso, a prorrogação do respectivo prazo, bem como sobre a sua extinção em todas as modalidades, as relevações, quando couberem, de acordo com a norma específica e ainda, decidir sobre mudança de um regime aduaneiro especial ou aplicado em área especial para outro regime;

II - decidir sobre o direito de isenção, imunidade, não incidência e redução de tributos nos despachos aduaneiros de importação, nos termos, limites e condições fixados na legislação específica;

III - autorizar, conforme o caso, a baixa ou a execução de Termos de Responsabilidade referentes aos despachos aduaneiros de importação e aos regimes aduaneiros, na sua área de competência;

IV - decidir, nos pedidos de peritos e assistência técnica, quanto à sua oportunidade e conveniência, assim como designar técnicos credenciados na repartição para exame e emissão de laudos técnicos necessários à identificação e quantificação de mercadorias, de acordo com o previsto no art. 813 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009- Regulamento Aduaneiro (RA), e nos termos dos arts. 15,16 e 17 da Instrução Normativa RFB nº 1.020 de 31 de março de 2010;

V - autorizar, a conferência em zona secundária nos termos do art. 35 da Instrução Normativa SRF n.º 680 de 12 de outubro de 2006;

VI - decidir sobre pedidos de devolução de mercadoria estrangeira ao exterior, nos termos e condições estabelecidos no art. 65 da IN SRF nº 680 de 2006;

VII - autorizar o registro de uma única Declaração de Importação com mais de um conhecimento de carga, nos termos dos arts. 68 e 69 da IN SRF nº 680 de 2006;

VIII - autorizar, em casos excepcionais, o registro de mais de uma Declaração de Importação para o mesmo conhecimento de carga, conforme previsto no parágrafo único do art. 67 da Instrução Normativa SRF nº 680 de 2006, com redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 957 de 15 de julho de 2009;

IX - decidir sobre os casos de mercadorias objeto de reimportação, nos termos dos incisos I a V do art. 70 do Decreto nº 6.759 de 2009, (RA);

X - decidir sobre pedidos de devolução de mercadoria aos casos previstos no art. 71 do Decreto nº 6.759 de 2009 (RA), observadas as normas complementares;

XI - decidir sobre pedidos de relevação de irregularidade no desembaraço de bagagem de importação, conforme Portaria SRF nº 1.703, de 29 de julho de 1998;

XII - cancelar Declaração de Exportação e Declaração de Importação, completa e simplificada, nos termos limites e condições previstos na legislação de regência;

XIII - autorizar a liberação de mercadorias objeto de litígio, nos termos, limites e condições estabelecidos na Portaria MF nº 389, de 13 de outubro de 1976;

XIV - autorizar a aplicação de selo de controle nos produtos importados, sujeitos a tal procedimento, no estabelecimento do importador, nos termos da legislação vigente;

XV - exercer as prerrogativas a que se refere o art. 55 da Instrução Normativa SRF nº 28, de 27 de abril de 1994, relativamente aos recintos alfandegados;

XVI - decidir sobre pedidos para retomada do despacho aduaneiro de importação, nos termos, limites e condições estabelecidos pela Instrução Normativa SRF nº 69, de 16 de junho de 1999, e normas complementares, bem como declarar a insubsistência do auto de infração ou converter a pena de perdimento em multa, conforme o caso, nas referidas situações;

XVII - decidir sobre a prorrogação do regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, na importação de bens por estabelecimento situado na Zona Franca de Manaus de que trata o art. 12 da Instrução Normativa SRF nº 424, de 19 de maio de 2004;

XVIII - autorizar os procedimentos previstos na Portaria Conjunta SRF/SECEX n° 05 de 1993 e na Instrução Normativa SRF nº 84, de 30 de dezembro de 1996, em virtude de problemas de ordem técnica, em que não seja possível o acesso aos Sistemas Integrados de Comércio Exterior-Siscomex/Exportação e Siscomex/Importação;

XIX - autorizar o pedido de reposição de mercadoria importada, defeituosa ou imprestável, antes da exportação ou destruição da equivalente a ser restituída, nos termos e condições do item 4 da Portaria MF nº 150 de 26 de julho de 1982 .

Art 9º Ao Chefe do Serviço de Vigilância e Controle Aduaneiro (SEVIG) compete:

I - determinar a interrupção da operação de trânsito, na área de sua jurisdição, de acordo com o estabelecido no art. 341 do Decreto nº 6.759 de 2009, (RA);

II - autorizar a descarga de mercadoria em local diverso do indicado no manifesto, na forma do art. 52 do Decreto nº 6.759 de 2009 (RA);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - efetuar escalas de servidores para exercer atribuições nos recintos alfandegados e autorizados, conforme a necessidade de serviço;

IV - declarar a revelia nos processos submetidos ao rito do art. 76 da Lei nº 10.833 de 29 de dezembro de 2003;

V - decidir sobre pedidos para início do despacho aduaneiro de importação, nos termos, limites e condições estabelecidos pela IN SRF nº 69 de 1999 e normas complementares, bem como declarar a insubsistência do auto de infração ou converter a pena de perdimento em multa, conforme o caso, nas referidas situações;

VI - decidir quanto à aplicação de multa a transportador de passageiros ou de carga em viagem doméstica ou internacional que transportar mercadoria sujeita a pena de perdimento;

VII - autorizar, em caráter excepcional, a descarga direta de que trata a Instrução Normativa SRF n.º1.282 de 16 de julho de 2012;

VIII - decidir sobre pedidos de transbordo e baldeação, inclusive o previsto no art. 335 do Decreto nº 6.759 de 2009 (RA);

IX - coordenar as atividades relacionadas à conferência final e à baixa de manifesto de carga;

X - decidir sobre pedidos de autorização para funcionamento de recintos alfandegados em horários extraordinários, observando-se a Portaria desta alfândega que disciplina as rotinas operacionais nos Recintos Alfandegados;

XI - designar servidor para aplicar as penalidades pelo não cumprimento, no prazo e na forma, aos dispositivos da Instrução Normativa RFB nº 800 de 2007, que dispõe sobre o Siscomex Carga.

Art 10. Ao Chefe da Seção de Programação e Logística (SAPOL) compete:

I - expedir declaração sobre a situação funcional de servidor, para fins de prova junto a órgãos públicos, outras unidades e empresas privadas;

II - requisitar exame ocasional de sanidade e capacidade física dos servidores;

III - declarar revelia nos processos fiscais submetidos ao rito do art. 27 do Decreto-lei nº 1.455 de 1976.

Art 11. Ao Chefe da Seção de Tecnologia da Informação (SATEC) compete:

I - autorizar o fornecimento de cópia de Declaração de Importação, ao importador ou seu representante legal, mediante prévio ressarcimento das despesas incorridas com a reprodução de cópias, conforme previsto na Ordem de Serviço SRRF02 nº 01, de 30 de setembro de 1997, com observância da legislação referente ao sigilo fiscal e o acesso a informações.

II - atender às requisições do Poder Judiciário e do Ministério Público, referentes a cópias de declarações e informações cadastrais;

III - expedir certidões de inteiro teor de documentos instrutivos de Declaração de Importação.

Art 12. Ao Chefe da Equipe de Controle de Internações de Mercadorias (EQINT) compete:

I - autorizar a saída temporária dos bens de que trata a Instrução Normativa SRF nº 300, de 14 de fevereiro de 2003 e, quando couber, a prorrogação do prazo da respectiva autorização;

II - autorizar a baixa ou a execução, conforme o caso, de Termo de Responsabilidade referente à saída temporária de bens e ao despacho aduaneiro de internação;

III - autorizar a baixa ou a execução, conforme o caso, de Termo de Responsabilidade referente à saída temporária de veículos;

IV - decidir sobre o direito de isenção e redução de tributos nos despachos aduaneiros de internação, nos termos, condições e limites fixados na legislação específica;

V - autorizar a baixa da restrição tributária de veículos, ingressados na Zona Franca de Manaus (ZFM), com os benefícios de que trata o art. 81 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010-Regulamento do IPI (RIPI) e o Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967;

VI - autorizar a liberação de mercadoria armazenada, em recinto autorizado ou alfandegado, e declarada mediante procedimento ordinário de internação, nos termos e condições previstos na Instrução Normativa SRF nº 242, de 6 de novembro de 2002, nos casos em que o sistema Siscomex ZFM não o faça automaticamente;

VII - efetuar a distribuição da Declaração de Importação, nos casos que não seja possível o acesso ao SISCOMEX , em virtude de problemas de ordem técnica, prevista no art. 3º, § 2º, da Instrução Normativa SRF nº 84 de 30 de dezembro de 1996;

VIII - efetivar os procedimentos relativamente aos despachos realizados, nos casos de impossibilidade de acesso ao SISCOMEX, previstos no art. 8º da IN SRF nº 84 de 1996.

Art 13. Ao Chefe da Seção de Procedimentos Especiais Aduaneiro (SAPEA) compete:

I - determinar a realização de ação fiscal pertinente, estabelecendo procedimentos especiais de controle,na importação ou na exportação de bens e mercadorias, se tiver conhecimento de fato ou da existência de indícios que requeiram a necessidade de verificação, nos termos e condições previstas nos arts. 4º a 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.169 de 29 de junho de 2011 no âmbito de sua competência.

Art 14. Aos Chefes das Equipes Aduaneiras (EAD) compete:

I - determinar a realização de ação fiscal pertinente, se tiver conhecimento de fato ou da existência de indícios que requeiram a necessidade de verificação, nos termos e condições previstas no art. 49 da IN SRF nº 680 de 2006, redação dada pela IN RFB nº 957 de 2009 e o item 1.4 da NE COANA nº 01 de 1998;

II - executar, a pedido do depositário, em caráter excepcional, a retificação de declaração de importação direcionada para o canal verde de conferência aduaneira, quando a carga ainda estiver no terminal;

III - autorizar o retorno da zona primária para a zona secundária de mercadoria já desembaraçada para exportação, porém não embarcada por motivos alheios à vontade do exportador, após o cancelamento do despacho, por motivo justificado;

IV - autorizar o acesso ao recinto ou local de depósito da mercadoria, de servidor de órgão responsável pela inspeção da mercadoria, para cumprimento das exigências específicas a que se refere o art. 572 do Decreto nº 6.759 de 2009 (RA);

V - autorizar o embarque dos produtos indicados no parágrafo único do art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 28 de 1994, alterada pela Instrução Normativa SRF nº 510, de 14 de fevereiro de 2005, e pela Instrução Normativa RFB no 1.096 de 2010 observados os termos e condições do art. 55 daquela Instrução Normativa;

VI - solicitar designação de peritos e técnicos, credenciados na repartição, para exame e emissão de laudos técnicos necessários à identificação, quantificação e classificação de mercadorias, de acordo com o previsto no art. 813 do Decreto 6.759 de 2009 (RA) ;

VII - autorizar o desdobro de Conhecimento de Transporte quando no curso do despacho aduaneiro ficar evidenciada a necessidade de retificação da declaração de importação para inclusão de adição nos termos do inciso II do art. 67 da Instrução Normativa SRF nº 680 de 2006, com redação dada pela IN RFB n° 957 de 2009;

VIII - verificar o cumprimento dos requisitos para gozo da isenção de que trata o Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, nas importações realizadas por empresas instaladas na Amazônia Ocidental, quanto à regularidade das certidões negativas dos tributos e contribuições administradas pela RFB e quanto à observância da pauta de mercadorias constantes da Portaria Interministerial MF/MP nº 300, de 20 de dezembro de 1996, para fins de ratificação do benefício pleiteado,

IX - autorizar e proceder ao cancelamento de Declaração de Exportação (DE) ou Declaração Simplificada de Exportação (DSE), a pedido do exportador ou de ofício, nas hipóteses previstas em legislação específica, mesmo após o desembaraço aduaneiro, desde que não tenha ocorrido o embarque da mercadoria;

X - coordenar as atividades relacionadas ao regime especial de Trânsito Aduaneiro, nos termos da Instrução Normativa SRF nº 248, de 25 de novembro de 2002;

XI - indicar funcionário para acompanhamento fiscal de mercadoria em operação de trânsito aduaneiro, nos termos do art. 333, § 1º, inciso II, do Decreto nº 6.759 de 2009 (RA);

XII - autorizar o cancelamento de declaração de trânsito aduaneiro;

XIII - decidir sobre a interrupção da operação de trânsito aduaneiro nos casos previstos nos arts. 340 e 342 do Decreto nº 6.759 de 2009, (RA);

XIV - autorizar a baixa ou a execução, conforme o caso, de Termo de Responsabilidade referente ao Trânsito Aduaneiro no despacho de exportação prevista no art. 344 do Decreto 6.759 de 2009, (RA);

XV - expedir certidão de falta ou acréscimo de volume na descarga de veículos procedentes do exterior;

XVI - autorizar a adoção dos procedimentos especiais estabelecidos pela Instrução Normativa SRF nº 263, de 20 de dezembro de 2002, nos casos em que não seja possível o acesso ao Sistema Siscomex/Trânsito, em virtude de problemas de ordem técnica, por mais de quatro horas seguidas;

XVII - efetuar a distribuição da Declaração de Importação, nos casos que não seja possível o acesso ao SISCOMEX , em virtude de problemas de ordem técnica, prevista no art. 3º, § 2º, da Instrução Normativa SRF nº 84, de 30 de dezembro de 1996, para cumprimento da referida norma;

XVIII - decidir sobre a concessão do regime aduaneiro de Entreposto Internacional da Zona Franca de Manaus - Eizof, a prorrogação do respectivo prazo, em caráter excepcional, o Chefe de Equipe de Despacho Aduaneiro na Eadi/Porto Seco Graman e, em sua ausência ou impedimento, ao respectivo substituto, para, bem como sua extinção em todas as modalidades, nos termos definidos na Portaria Interministerial MEFP/SDR n° 2, de 21 de julho de 1992, acolhida nos arts. 520 a 523 do Decreto nº 6.759 de 2009 (RA);

XIX - declarar abandonadas, por decurso de prazo, as mercadorias ou bens, através de procedimento simplificado nos termos, limites e condições previstos no item II da Portaria MF nº159, de 3 de fevereiro de 2010;

XX - decidir sobre pedidos de devolução de mercadoria estrangeira ao exterior, nos termos e condições estabelecidos no art. 65 da IN SRF nº 680 de 2006.

Art 15. Ao Chefe da Equipe da Habilitação e Credenciamento (EQHAC) compete:

I - expedir certidões de inteiro teor de documentos probatórios do credenciamento de pessoas habilitadas a atuar no despacho aduaneiro.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DOS SETORES E EQUIPES

Seção I

Gerais

Art. 16. Os servidores lotados nos Setores, Equipes, Seções, Núcleos, têm as seguintes atribuições:

I - prestar informações processuais ou não processuais de interesse da Administração, inclusive fornecimento de cópias de documentos e fornecimento de mídia óptica, mediante prévio ressarcimento das despesas incorridas com a reprodução de cópias, conforme previsto na Ordem de Serviço SRRF02 nº 97 de 27 de fevereiro de 2013 e Portaria MF nº 3, de 30 de janeiro de 2013, com as cautelas devidas e observada a legislação referente ao sigilo fiscal e a Lei de Acesso à Informação ;

II - executar as diligências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento das suas atribuições;

III - proferir despachos interlocutórios, encaminhar, apensar, desapensar, anexar, desanexar e lavrar termos em processos administrativos, que tratem de assunto da competência da subunidade;

IV - intimar contribuintes em assuntos de sua competência regimental e/ou delegada, nos termos do art. 23 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, ou do art. 26 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

V - decidir sobre pedidos de prorrogação de prazo de intimações e convocações expedidas para prestação de esclarecimentos e/ou apresentação de documentos;

VI - realizar e processar lançamentos de ofício, imposição de multas, proposição de pena de perdimento de mercadorias e de valores, além da cominação de outras penalidades aplicáveis pela prática de infrações à legislação tributária ou aduaneira, no âmbito de suas competências. Elaborar representações fiscais para fins penais em relação às matérias de sua competência quando constatar, em tese, a prática de crime;

VII - lavrar os autos de infração de perdimento de bens e de crédito tributário, em suas áreas de competência.

Seção II

Específicas

Art. 17. O Gabinete tem as seguintes atribuições:

I - assistir ao Inspetor-Chefe e seu Adjunto no preparo e despacho do expediente, no encaminhamento de matérias e questões em geral que envolvam aspectos jurídicos e tributários, no exame e na elaboração de proposição de atos legais, regulamentares e administrativos, no âmbito de competência da Unidade;

II - receber, encaminhar e atender as demandas internas e externas, no que couber;

III- gerenciar e executar atividades de comunicação social interna e externa, no âmbito da Alfândega;

IV - executar atividades de planejamento estratégico, organização e modernização;

V - proceder à avaliação mensal de resultados e metas da Unidade;

VI - propor e promover atividades de capacitação e desenvolvimento do pessoal bem com gerenciar a programação e realização de treinamentos;

VII - promover e fomentar a educação fiscal;

VIII - definir procedimentos relativos a atos de delegação de competência;

IX- dirimir conflitos de competências entre as Seções;

X - proceder aos encaminhamentos ao Ministério Público Federal das representações fiscais para fins penais;

XI - executar os procedimentos necessários à requisição de passagens aéreas, rodoviárias ou fluviais para servidores da Alfândega e colaboradores eventuais que se deslocarem a serviço;

XII - auxiliar no acompanhamento da atualização das normas internas da ALF/MNS, diante da modificação da legislação tributária.

Art 18. O Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário (SECAT) tem as seguintes atribuições:

I - prestar assistência às Unidades Jurisdicionadas, quanto à matéria tratada no âmbito da Unidade, no que se refere a ações judiciais e acompanhar os respectivos processos administrativos;

II - controlar os créditos tributários com exigibilidade suspensa, inclusive a realização dos respectivos depósitos administrativos e judiciais;

III - preparar informações a serem prestadas aos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público da União, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Advocacia-Geral da União;

IV - encaminhar as decisões judiciais recebidas aos respectivos setores destinatários;

V - preparar os atos necessários à conversão de depósitos em rendas da União, bem assim à autorização para o levantamento de depósitos administrativos, após as decisões emanadas das autoridades competentes;

VI - elaborar minuta de cálculo de exigência tributária alterada por acórdãos dos Conselhos de Contribuintes e da Câmara Superior de Recursos Fiscais, bem assim por decisões do Poder Judiciário;

VII - desenvolver as atividades relativas à cobrança e ao recolhimento de créditos tributários, na área de sua competência;

VIII - controlar os valores relativos à constituição, suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários;

IX - encaminhar processos à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), para fins de inscrição de débitos em Dívida Ativa da União, na área de sua competência;

X - analisar os dados da arrecadação da Alfândega do Porto de Manaus e das Unidades Jurisdicionadas e participar da elaboração de sua previsão na região fiscal;

XI - manter os sistemas de registro dos créditos tributários, promovendo a suspensão, a reativação e a modificação de créditos, bem assim a realocação e o bloqueio de pagamentos, na área de sua competência;

XII - preparar, instruir, acompanhar e controlar os processos administrativos de contencioso fiscal, bem assim lavrar termo de revelia nos casos de falta de impugnação ou de sua apresentação fora do prazo;

XIII - prestar informação em processos administrativos quanto à existência de débitos fiscais de contribuintes;

XIV - executar os procedimentos necessários à suspensão da inscrição de contribuintes no CNPJ;

XV - elaborar parecer técnico em processos fiscais de aplicação de pena de perdimento de mercadorias;

XVI - prestar orientação e informação interna e às Unidades Jurisdicionadas sobre a interpretação e aplicação da legislação tributária e aduaneira;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

XVII - providenciar a formação de processo apartado para a imediata cobrança da parcela de exigência tributária não recolhida e que não tenha sido expressamente impugnada ou recorrida pelo contribuinte;

XVIII - preparar a comunicação prevista no §2º do art. 12 da Instrução Normativa SRF nº 228, de 21 de outubro de 2002, após a conclusão do procedimento em que foi afastada a hipótese de interposição fraudulenta e ocultação do sujeito passivo;

XIX - realizar as atividades de controle e cobrança do crédito tributário;

XX - manifestar-se em processos de representação para declaração de inaptidão de inscrição no CNPJ, quando acatada pelo titular da Alfândega;

XXI - manifestar-se em processos de aplicação de sanções a intervenientes nas operações de comércio exterior, nos termos do art. 76 da Lei nº 10.833 de 29 de dezembro de 2003, quando houver impugnação do autuado;

XXII - executar as atividades relacionadas à preparação de solicitação à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) de cancelamento de débito inscrito na Dívida Ativa da União, quando ficar demonstrada sua improcedência, a teor do que dispõe o art. 7º do Decreto-lei nº 1.737, de 20 de dezembro de 1979.

Art 19. O Serviço de Despacho Aduaneiro (SEDAD) tem as seguintes atribuições:

I - proceder ao despacho aduaneiro de importação e exportação de mercadorias e outros bens na entrada e saída do país;

II - administrar e distribuir selos de controle e outros instrumentos de controle fiscal, e fiscalizar sua utilização;

III - processar requerimentos de concessão de regimes aduaneiros especiais;

IV - solicitar, exame laboratorial e assistência técnica quando necessários à identificação e classificação de mercadorias;

V - designar perito nos casos em que sua especialidade não esteja contemplada em Portaria específica (perito ad-hoc).

Art 20. O Serviço de Vigilância e Controle Aduaneiro (SEVIG) tem as seguintes atribuições:

I - acompanhar os recolhimentos efetuados ao Fundaf, referentes às despesas administrativas decorrentes da fiscalização aduaneira, nos recintos alfandegados a título extraordinário, nos termos da Instrução Normativa SRF nº 48, de 23 de agosto de 1996;

II - realizar o preparo dos processos submetidos ao rito do art. 76 da Lei nº 10.833 de 2003;

III - proceder ao controle aduaneiro sobre locais e recintos aduaneiros e executar ações de vigilância aduaneira, investigação e repressão ao contrabando e descaminho, bem como as atividades de controle de bens que acompanham viajantes procedentes do exterior ou a ele destinados;

IV - controlar operações de movimentação de carga, veículos, unidades de carga, bagagens e operações de trânsito aduaneiro, bem como as atividades relacionadas à busca aduaneira em veículo procedente do exterior ou a ele destinado e proceder à conferência final de manifesto;

V - executar ações de repressão ao contrabando e descaminho sob coordenação da Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho (DIREP);

VI - executar o controle sobre as atividades dos transportadores, operadores portuários, agentes de carga, depositários, despachantes aduaneiros e outros intervenientes no comércio exterior;

VII - decidir sobre os pedidos não automáticos de correção de conhecimento de carga e manifesto eletrônicos , nos termos do art. 46 do Decreto nº 6.759 de 2009, (RA), com a observância dos prazos e das condições estabelecidos na IN SRF nº 680 de 2006;

VIII - exigir, em caráter excepcional, o Termo de Responsabilidade para a saída de navio, a que se refere o art. 64 do Decreto nº 6.759 de 2009, (RA);

IX - proceder, em caráter excepcional, à conferência final e à baixa de manifesto de carga;

X - expedir, em caráter excepcional, o passe de saída de navios, nos termos do art. 55, parágrafo único, do Decreto nº 6.759 de 2009, (RA);

XI - controlar o registro de atracações ou desatracações de embarcações na Alfândega do Porto de Manaus, bem como analisar solicitação de retificações de escala, manifesto ou conhecimento eletrônico (CE) no Siscomex Carga;

XII - analisar os pedidos de desbloqueio do bloqueio automático de escala, manifesto ou conhecimento eletrônico (CE) ou item de carga no Siscomex Carga, observando-se o disposto no art. 55 do Ato declaratório Executivo Corep nº 03, de 28 de março de 2008.

Art 21. A Seção de Orientação e Análise Tributária (SAORT) tem as seguintes atribuições:

I - executar atividades de orientação e análise tributária no que se refere às matérias de sua competência;

II - instruir e preparar processos de consulta relativos à interpretação da legislação tributária e aduaneira e à classificação de mercadorias;

III - executar as atividades relacionadas à restituição, compensação, reembolso, ressarcimento, suspensão e redução de tributos, inclusive decorrentes de crédito judicial no âmbito de sua competência;

IV - executar as atividades relacionadas à retificação pós-desembaraço de declaração de importação, a pedido do importador;

V - instruir processos de habilitação e inscrição de ajudantes de despachantes e de despachantes aduaneiros e de seus ajudantes.

Art 22. A Seção de Programação e Logística (SAPOL) tem as seguintes atribuições:

I - gerenciar a programação e execução orçamentária financeira especialmente: providenciar o preenchimento das planilhas que subsidiarão o relatório de gestão, elaborar e acompanhar a proposta orçamentária anual da Unidade e as reprogramações mensais, preparar anualmente informação fiscal para a Receita Federal -DIRF, efetuar a previsão e o empenho mensal das despesas, manter sob sua guarda os documentos de gestão orçamentária e financeira;

II - controlar as operações de logística, levantando as necessidades gerais de aquisições, serviços, manutenções. Gerir a frota de veículos da ALF/MNS em relação à manutenção e abastecimento. Realizar a distribuição de material da unidade da ALF/MNS e da Inspetoria de Tabatinga;

III - efetuar a comunicação administrativa, providenciar as publicações oficiais da Unidade no DOU-Diário Oficial da União, em Boletins de Serviço e jornais, elaborar ofícios, memorandos e portarias;

IV - elaborar expedientes e preparar atos relacionados com a aplicação da legislação de pessoal (posse, admissão, remoção, desligamento, exoneração, licença, folha de ponto, registros) e com os procedimentos necessários à operacionalização do SIAPE, SIAPECAD e SA3;

V - encaminhar ao SEGEP, da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Manaus (DRF/MNS), processos referentes a requerimentos de direitos e concessões da área de pessoal;

VI - dar ciência das decisões proferidas nos processos fiscais de apreensão de mercadorias por infrações mencionadas nos arts. 23, 24 e 26, do Decreto-Lei nº 1.455, de 1976, conforme previsto no art. 27, §§ 1º e 4º, do citado Decreto-Lei;

VII - executar os procedimentos relativos as cotações de preços das demandas para as licitações de serviços, compras e obras, bem como providenciar contratações diretas quando presente a situação de dispensa de licitação, reconhecida pelo Inspetor -Chefe;

VIII - manter fiscalização dos contratos, convênios , acordos e ajustes de interesse da RFB, celebrados pela Unidade;

IX - proceder ao controle da gestão de documentos realizando o recebimento, a expedição e protocolo de processos, encomendas, malotes e correspondências, administrar os arquivos e o protocolo;

X - gerir os recursos materiais e patrimoniais da unidade e da Inspetoria de Tabatinga com os procedimentos necessários à operacionalização do SIADS, SIAFI e SIASG;

XI - administrar serviços gerais da unidade;

XII - efetuar o controle físico e contábil das mercadorias apreendidas e abandonadas efetuando os registros no Sistema de mercadorias Apreendidas-CTMA e emitindo relatórios gerenciais de acompanhamento;

XIII - orientar e supervisionar a Inspetoria de Tabatinga acerca do controle contábil e destinação de mercadorias apreendidas e abandonadas;

XIV - controlar e avaliar os procedimentos necessários à execução das atividades de destinação por incorporação, leilão e destruição de mercadorias objeto de pena de perdimento.

Art 23. A Seção de Tecnologia da Informação (SATEC) tem as seguintes atribuições:

I - gerenciar o ambiente informatizado;

II - administrar a implantação e aplicação das políticas, normas e procedimentos de segurança da informação;

III - gerir as redes locais de comunicação de dados monitorando seu funcionamento, estabilidade e velocidade e supervisionar as atividades do prestador dos serviços contratados de rede (SERPRO);

IV - administrar os contratos firmados com os fornecedores de serviço de informática, seguindo as políticas, diretrizes, normas e recomendações dos órgãos centrais e setoriais do Sistema de Administração de Recursos da Informação e de Informática do Governo Federal;

V - prestar assistência aos usuários de equipamentos e programas de informação e informática no que se refere à utilização dos mesmos, de acordo com as necessidades de serviço;

VI - orientar a ALF/MNS e as unidades jurisdicionadas quanto às atividades relacionadas com a operação e o suporte tecnológicos;

VII - controlar as atividades relativas à administração e à operação de equipamentos e produtos de informação e de informática;

VIII - identificar as necessidades de implantações e alterações de produtos e serviços de informática e informá-las a DITEC da SRRF -2o RF;

IX - gerenciar e executar as atividades de Cadastrador em Nível Local da ALF/MNS; especialmente no que se refere à habilitação, desabilitação, bloqueio, desbloqueio e exclusão de contas de usuários aos sistemas de informação da RFB;

X - promover a certificação digital dos funcionários da ALF/MNS, por meio dos Agentes de Registro da RFB-AGR, e manter Posto da Autoridade de Registro-PAGR da unidade garantindo seu acesso restrito e a manutenção de todos os registros de acesso ao referido recinto;

XI - executar as atividades técnicas peculiares da administração dos ativos de informação do sistema de correio eletrônico, Lotus Notes, no âmbito da jurisdição (nível local);

XII - atualizar os dados cadastrais dos usuários assim como manter arquivo atualizado, organizado em pastas individuais por usuário, contendo documentação comprobatória das solicitações que forem emitidas em papel;

XIII - acompanhar e controlar a instalação e a manutenção de aplicativos e componentes de infraestrutura de informática, bem assim como a respectiva documentação técnica, sua distribuição, remanejamento e desativação;

XIV - executar atividades relativas à guarda , recuperação e disseminação de informações econômico-fiscais;

XV - realizar auditorias de segurança nas redes de dados sob jurisdição da Alfândega.

Art 24. A Equipe de Fiscalização Aduaneira (EQFIS) tem as seguintes atribuições:

I - proceder ao preparo de processos fiscais;

II - realizar os procedimentos de fiscalização dos tributos e direitos comerciais incidentes sobre o comércio exterior, inclusive valoração aduaneira, combate à interposição fraudulenta, perícias fiscais e, supletivamente, a conferência, controle e vigilância aduaneiros, bem como a gerência de outras equipes cuja supervisão lhe seja atribuída;

III - realizar o arrolamento de bens em decorrência de procedimentos fiscais, e a propositura de medida cautelar fiscal;

IV - realizar procedimentos de revisão de declarações, de diligência e de informação fiscal relativos à área de comércio exterior, no âmbito de suas competências;

V - adotar os procedimentos para conversão da pena de perdimento em pecúnia, nos termos do art. 41 do Decreto 7.574 de 29 de setembro de 2011 e art. 23 § 3º do Decreto-Lei nº 1.455 de 1976;

VI - executar as atividades relacionadas a concessão e monitoramento do Despacho Aduaneiro Expresso (Linha Azul) , nos termos da art. 25 da Instrução Normativa SRF nº 476 de 13 de dezembro de 2004 e ADE COANA nº 34 de 2009.

Art 25. O Núcleo de Pesquisa e Seleção e Gerenciamento de Risco Aduaneiro (NUPEL) tem as seguintes atribuições:

I - realizar atividades de pesquisa, seleção e gerenciamento de risco aduaneiro relativas aos sujeitos passivos com domicílio fiscal nos Estados do Amazonas, Rondônia e Roraima nos termos da Portaria SRRF02 nº 461 de 18 de agosto de 2011.

Art 26. A Equipe de Controle de Internações de Mercadoria (EQINT) tem as seguintes atribuições:

I - proceder ao despacho de internação de mercadorias da Zona Franca de Manaus, (ZFM) para o restante do país nos termos da Instrução Normativa SRF nº 611 de 18 de janeiro de 2006;

II - recepcionar a documentação vinda das diversas Inspetorias e/ou Agências da RFB do Estado do Amazonas para proceder ao despacho de internação de motocicletas da ZFM e, posterior retorno à origem;

III - processar os pedidos de saída temporária para o restante do território nacional de bens ingressados na ZFM com suspensão de tributos;

IV - Proceder ao desembaraço aduaneiro da Declaração de Saída Temporária de bens e de veículos - DST e DSTV, para o restante do território nacional;

V - controlar o retorno de bens e veículos saídos temporariamente da ZFM nos moldes da Instrução Normativa SRF nº 300, de 14 de fevereiro de 2003;

VI - processar cálculos e DARF à saída da ZFM de mercadorias nacionais e estrangeiras nela ingressadas, de carga e/ou bagagem de passageiros;

VII - orientar e supervisionar as rotinas e procedimentos inerentes ao controle de internação de mercadorias da Zona Franca de Manaus para o restante do território nacional no sistema Siscomex/Internação, e os créditos representados em termo de responsabilidade previstos nas Instruções Normativas SRF nº117 e 242, de 06 de novembro de 2002;

VIII - realizar, em caráter excepcional, as atribuições constantes do art. 12, incisos I a IV do Capítulo I, Seção II, desta portaria, a critério do Titular da Unidade ou, em suas ausências ou impedimentos, do respectivo substituto.

Art 27. A Seção de Procedimentos Especiais Aduaneiros (SAPEA) tem as seguintes atribuições:

I - proceder à análise da documentação apresentada pelo contribuinte quando houver exigência de garantia para desembaraço de mercadorias;

II - coordenar e orientar as atividades da prevenção e combate de fraudes em matéria aduaneira, realizadas com base em critério de análise de risco;

III - realizar os procedimentos especiais de controle aduaneiro e de fiscalização para verificar elementos indiciários de fraudes nos despachos parametrizados para quaisquer canais de conferência aduaneira, de que trata a IN SRF n° 1.169 de 2011, quando expressamente determinado pelo chefe do Sapea;

IV - redirecionar, quando for o caso, declarações de importação para canal diferente da parametrização original, procedendo a todas as etapas do Siscomex previstas para o canal do redirecionamento;

V - efetuar o bloqueio no Siscomex de declaração de importação para fins de análise fiscal, nos casos de suspeita de fraude.

Art 28. As Equipes Aduaneiras (EAD) têm as seguintes atribuições:

I - proceder ao despacho aduaneiro de mercadorias e bens;

II - realizar os procedimentos de conferência aduaneira e, supletivamente, a conferência, controle e vigilância aduaneiros, bem como a gerência de outras equipes cuja supervisão lhe seja atribuída;

III - executar as atividades de recepção, verificação, registro e preparo de declarações para processamento;

IV - exigir o Termo de Responsabilidade para a saída de navio, a que se refere o art. 64 do Decreto nº 6.759 de 2009, (RA);

V - proceder à conferência final e à baixa de manifesto de carga.

Art. 29. A Equipe de Habilitação e Credenciamento (EQHAC) tem as seguintes atribuições:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

I - conceder ou indeferir os requerimentos de habilitação de responsável legal por pessoa jurídica importadora, exportadora ou internadora da Zona Franca de Manaus (ZFM), assim como de pessoa física, no caso de habilitação do próprio interessado, para prática de atos no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) e credenciar e descredenciar os respectivos representantes para a prática de atividades relacionadas ao despacho aduaneiro, nos termos da IN SRF nº1.288 de 2012;

II - credenciar representantes legais de depositários, agências marítimas, agentes consolidadores e desconsolidadores de carga, e de outras pessoas jurídicas não sujeitas às normas de credenciamento constantes da IN SRF nº 1.288 de 2012;

III - conceder ou indeferir habilitação do responsável legal das empresas interessadas em transportar mercadorias sob o regime de trânsito aduaneiro para operação no sistema informatizado correspondente nos termos do art. 9 da Instrução Normativa RFB nº 248 de 25 de novembro de 2002;

IV - conceder ou indeferir os requerimentos de habilitação de intervenientes para operar os sistemas relacionados ao controle de carga, trânsito e despacho aduaneiro nos termos da IN RFB nº 248 de 2002;

V - habilitar empresas ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins-Importação) , na importação de bens por estabelecimento situado na Zona Franca de Manaus de que trata a Instrução Normativa SRF nº 424 de 19 de maio de 2004;

VI - suspender a habilitação do responsável pela pessoa jurídica e rever de ofício a habilitação do responsável por pessoa jurídica e o credenciamento de seus representantes, assim como de pessoa física, no caso de habilitação do próprio interessado, nos termos da IN 1.288 de 2012.

Art 30. O Núcleo de Repressão ao Contrabando e Descaminho (NUREP) tem as seguintes atribuições:

I - planejar as ações de repressão através das atividades de pesquisa, reconhecimento, diligências, coleta de dados , avaliação de riscos, estudo de cenários, definição de necessidades, abrangência e período de execução ;

II - executar os procedimentos operacionais das ações de repressão ao contrabando, descaminho, contrafação, pirataria e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, observada a competência específica de outros órgãos;

III - encerrar as ações de repressão através dos procedimentos de formalização de autos de infração, representações fiscais e demais termos cabíveis.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art 31. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 32. Fica revogada a Portaria ALF/MNS nº 197 de 15 de agosto de 2007.

OSMAR FELIX DE CARVALHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO Nº 237, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

Habilita a pessoa jurídica que menciona ao REGIME ESPECIAL DE AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL PARA EMPRESAS EXPORTADORAS (RECAP).

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17.5.2012, e considerando o disposto Lei nº 11.196, de 21/11/2005, no Decreto nº 5.649, de 29/12/2005, no Decreto nº 5.788, de 25/05/2006, e na Instrução Normativa (IN) SRF nº 605, de 04/01/2006, declara:

Art. 1º. HABILITADA ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP), a pessoa jurídica ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL S/A - CNPJ nº 07.699.082/0001-53, com endereço à Ilha de Tatuoca - Distrito Industrial de Suape - Ipojuca (PE) - CEP 55.590-000, na condição de Estaleiro Naval brasileiro a que se refere o inciso II do § 3º do art. 13 da Lei nº 11.196, de 21/11/2005, e na forma da Instrução Normativa SRF nº 605, de 04/01/2006, e ainda pelo que consta do processo administrativo fiscal nº 10480.732299/2013-96.

Art. 2º. O prazo para fruição do beneficio de suspensão da exigibilidade das contribuições de que trata o art. 1° do Decreto nº 5.649, de 29/12/2005, extingue-se após decorridos 3 (três) anos contados da data da habilitação ao Recap. (§ 2º, art. 13, IN/SRF nº 605/2006).

Art. 3º. Os bens de capital sujeitos ao benefício ora reconhecido encontram-se listados no decreto 5.788, de 25/05/2006.

Art. 4º. Demais critérios, condições e procedimentos, deverão obedecer ao disposto na legislação de regência em especial na Instrução Normativa(IN) SRF nº 605, de 04/01/2006.

Art. 5º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIO GERMANI JUNIOR

SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 238, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

A Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal - SAPAC, Matrícula Siapecad nº 1220854, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 030, de 30 de janeiro de 2012, publicada no DOU de 31 de janeiro de 2012 e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005, e o que consta do processo nº 10480.730185/2014-92, resolve:

1. Autorizar o fornecimento de 7440 (sete mil, quatrocentos e quarenta) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, a empresa BACARDI - MARTINI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 59.104.737/0009-54, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04105/004, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
DEWAR´S SPECIAL RESERVE SCOTCH WHISKY	Caixas de 6 garrafas de 1000 ml, 40 GL, idade até 12 anos	2.400
WILLIAM LAWSON'S	Caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 GL, idade até 4 anos	5.040

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 239, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

A Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal - SAPAC, Matrícula Siapecad nº 1220854, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 030, de 30 de janeiro de 2012, publicada no DOU de 31 de janeiro de 2012 e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005, e o que consta do processo nº 10480.731028/2014-02, resolve:

1. Autorizar o fornecimento de 2.400 (dois mil e quatrocentos) selos de controle, tipo Bebida Alcoólica, cor vermelha, para selagem no exterior, a empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
BEEFEATER 24	Caixas de 6 garrafas de 750 ml, 45 %	2400

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 240, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

A Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal - SAPAC, Matrícula Siapecad nº 1220854, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 030, de 30 de janeiro de 2012, publicada no DOU de 31 de janeiro de 2012 e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005, e o que consta do processo nº 10480.731031/2014-18, resolve:

1. Autorizar o fornecimento de 57.120 (cinqüenta e sete mil, cento e vinte) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, a empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
WHISKY BALLANTINES FINEST	Caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 %, idade 3 anos.	57120

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 241, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

A Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal - SAPAC, Matrícula Siapecad nº 1220854, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 030, de 30 de janeiro de 2012, publicada no DOU de 31 de janeiro de 2012 e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005, e o que consta do processo nº 10480.731032/2014-62, resolve:

1. Autorizar o fornecimento de 16.968 (dezesseis mil, novecentos e sessenta e oito) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, a empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
CHIVAS EXTRA	Caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 %, idade 18 anos.	16968

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 242, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

A Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal - SAPAC, Matrícula Siapecad nº 1220854, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 030, de 30 de janeiro de 2012, publicada no DOU de 31 de janeiro de 2012 e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005, e o que consta do processo nº 10480.731033/2014-15, resolve:

1. Autorizar o fornecimento de 21.060 (vinte e um mil e sessenta) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, a empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
CHIVAS EXTRA	Caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 %, idade 18 anos.	21060

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 243, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

A Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal - SAPAC, Matrícula Siapecad nº 1220854, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 030, de 30 de janeiro de 2012, publicada no DOU de 31 de janeiro de 2012 e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005, e o que consta do processo nº 10480.731034/2014-51, resolve:

1. Autorizar o fornecimento de 34.080 (trinta e quatro mil e oitenta) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, a empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
BALLANTINES FINEST	Caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 %, idade 3 anos.	34.080

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 244, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

A Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal - SAPAC, Matrícula Siapecad nº 1220854, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 030, de 30 de janeiro de 2012, publicada no DOU de 31 de janeiro de 2012 e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005, e o que consta do processo nº 10480.731035/2014-04, resolve:

1. Autorizar o fornecimento de 34.560 (trinta e quatro mil, quinhentas e sessenta) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, a empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
BALLANTINES FINEST	Caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 %, idade 3 anos.	34.560

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 245, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

A Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal - SAPAC, Matrícula Siapecad nº 1220854, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 030, de 30 de janeiro de 2012, publicada no DOU de 31 de janeiro de 2012 e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005, e o que consta do processo nº 10480.731036/2014-41, resolve:

1. Autorizar o fornecimento de 34.560 (trinta e quatro mil, quinhentas e sessenta) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, a empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
BALLANTINES FINEST	Caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 %, idade 3 anos.	34.560

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 246, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

A Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal - SAPAC, Matrícula Siapecad nº 1220854, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 030, de 30 de janeiro de 2012, publicada no DOU de 31 de janeiro de 2012 e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005, e o que consta do processo nº 10480.731037/2014-95, resolve:

1. Autorizar o fornecimento de 57.600 (cinqüenta e sete mile seiscentos) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, a empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
BALLANTINES FINEST	Caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 %, idade 3 anos.	57.600

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 247, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

A Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal - SAPAC, Matrícula Siapecad nº 1220854, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 030, de 30 de janeiro de 2012, publicada no DOU de 31 de janeiro de 2012 e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005, e o que consta do processo nº 10480.731038/2014-30, resolve:

1. Autorizar o fornecimento de 57.600 (cinqüenta e sete mil e seiscentos) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, a empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
BALLANTINES FINEST	Caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 %, idade 3 anos.	57.600

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 248, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

A Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal - SAPAC, Matrícula Siapecad nº 1220854, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 030, de 30 de janeiro de 2012, publicada no DOU de 31 de janeiro de 2012 e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005, e o que consta do processo nº 10480.731039/2014-84, resolve:

1. Autorizar o fornecimento de 9.000 (nove mil) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, a empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
BALLANTINES 12YO	Caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 %, idade 12 anos.	9.000

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 249, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

A Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal - SAPAC, Matrícula Siapecad nº 1220854, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 030, de 30 de janeiro de 2012, publicada no DOU de 31 de janeiro de 2012 e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005, e o que consta do processo nº 10480.731040/2014-17, resolve:

1. Autorizar o fornecimento de 57.600 (cinqüenta e sete mil e seiscentos) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, a empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
BALLANTINES FINEST	Caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 %, idade 3 anos.	57.600

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 250, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

A Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal - SAPAC, Matrícula Siapecad nº 1220854, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 030, de 30 de janeiro de 2012, publicada no DOU de 31 de janeiro de 2012 e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005, e o que consta do processo nº 10480.731041/2014-53, resolve:

1. Autorizar o fornecimento de 240 (duzentos e quarenta) selos de controle, tipo Bebida Alcoólica, cor vermelha, para selagem no exterior, a empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
BEEFEATER 24	Caixas de 6 garrafas de 750 ml, 45 %.	240

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 251, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

A Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal - SAPAC, Matrícula Siapecad nº 1220854, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 030, de 30 de janeiro de 2012, publicada no DOU de 31 de janeiro de 2012 e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005, e o que consta do processo nº 10480.731042/2014-06, resolve:

1 Autorizar o fornecimento de 600 (seiscentos) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, a empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
BALLANTINES 17YO	Caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 %, idade 17 anos	600

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 252, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

A Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal - SAPAC, Matrícula Siapecad nº 1220854, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 030, de 30 de janeiro de 2012, publicada no DOU de 31 de janeiro de 2012 e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005, e o que consta do processo nº 10480.731043/2014-42, resolve:

1. Autorizar o fornecimento de 240 (duzentos e quarenta) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, a empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
BALLANTINES 30YO	Caixas de 6 garrafas de 700 ml, 40 %, idade 30 anos	240

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 253, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

A Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal - SAPAC, Matrícula Siapecad nº 1220854, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 030, de 30 de janeiro de 2012, publicada no DOU de 31 de janeiro de 2012 e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005, e o que consta do processo nº 10480.731044/2014-97, resolve:

1. Autorizar o fornecimento de 9.000 (nove mil) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, a empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
BALLANTINES FINEST	Caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 %, idade 3 anos	9000

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 254, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

A Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal - SAPAC, Matrícula Siapecad nº 1220854, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 030, de 30 de janeiro de 2012, publicada no DOU de 31 de janeiro de 2012 e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005, e o que consta do processo nº 10480.731045/2014-31, resolve:

1.Autorizar o fornecimento de 120 (cento e vinte) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, a empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
BALLANTINES 17 YO	Caixas de 12 garrafas de 700 ml, 40 %, idade 21 anos	120

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 255, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

A Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal - SAPAC, Matrícula Siapecad nº 1220854, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 030, de 30 de janeiro de 2012, publicada no DOU de 31 de janeiro de 2012 e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005, e o que consta do processo nº 10480.731046/2014-86, resolve:

1. Autorizar o fornecimento de 2.880 (dois mil, oitocentos e oitenta) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, a empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
ROYAL SALUTE 21 YO	Caixas de 6 garrafas de 700 ml, 40 %, idade 21 anos	2880

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 256, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

A Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal - SAPAC, Matrícula Siapecad nº 1220854, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 030, de 30 de janeiro de 2012, publicada no DOU de 31 de janeiro de 2012 e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005, e o que consta do processo nº 10480.731027/2014-50, resolve:

1. Autorizar o fornecimento de 60.480 (sessenta mil, quatrocentos e oitenta) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, a empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
CHIVAS REGAL 12 YO	Caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 %, idade 12 anos	60.480

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 57, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 302 e 303 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2012, com base no Art. 33, inciso II, da IN 1.470 de 30 de maio de 2014, declara:

- Nulidade dos estabelecimentos abaixo, em razão de vício verificado nos seus documentos de constituição:

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	PROCESSO
01.195.324/0001-95	NOSSO COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	10580.720895/2011-33
12.470.534/0001-60	FABIO MAURO DE MEDEIROS E ALBUQUERQUE 74222317691	12965.001612/2010-81

RAIMUNDO PIRES DE SANTANA FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 58, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE SALVADOR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 e 303 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2012, com base nos artigos n° 37, inciso II, e 39, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

- Inaptidão dos cadastros abaixo, em razão de as Pessoas Jurídicas não terem sido localizadas nos endereços informados no CNPJ:

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	PROCESSO
11.206.187/0001-09	MP DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	10580.725145/2013-10
08.228.773/0001-31	SERVPRINT-SERVIÇOS DE PINTURAS LTDA - ME	10580.726772/2014-59

RAIMUNDO PIRES DE SANTANA FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

Cancelamento no Registro de Despachante Aduaneiro.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE VITÓRIA-ES NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, com a redação que lhe foi dada pelo art. 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e nos termos do art. 12 e parágrafo único da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Cancelar no Registro de Despachantes Aduaneiros, A PEDIDO, a seguinte inscrição:

Nº REGISTRO	NOME	CPF	PROCESSO
7D/01.472	THIAGO DE SOUZA CARDOSO	051.837.177-88	10120.004359/1014-01

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO JOSÉ PASSOS COELHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

Aplica penalidade de cassação do registro como técnico certificante.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE VITÓRIA-ES NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203 de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, com base no art. 12 da IN RFB nº 1020, de 31/03/2010, e no ADE nº 20, de 14 de junho de 2012, publicado no DOU de 15 de junho de 2012, e tendo em vista o que consta nos processos administrativos n°s 12466.001827/2009-99/12466.723441/2013-18 e 12466.723425/2013-25, resolve:

Art. 1° Aplicar a penalidade de cassação do registro como técnico certificante da Alfândega do Porto de Vitória ao perito de arqueação Marcus Vinicius Campos Rodrigues Coelho, CPF nº 482.836.576-15.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLAVIO JOSE PASSOS COELHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 71, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014

Comunicação de Inaptidão. Contribuinte: THALHIDDY DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA. CNPJ: 06.958.618/0001-45. Processo: 15563.000771/2009-45.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 37, inciso II, 39, inciso II, parágrafo 2º e 43, parágrafo 3º, inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 maio de 2014, declara:

Art. 1º. O contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelo motivo infraposto:

I - No curso dos trabalhos de ação fiscal, amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal nº 0710300.2014.00530-0, por não haver sido localizada no endereço informado à RFB, caracterizando a situação cadastral inapta da referida sociedade, a teor do inciso II do artigo 37 da IN RFB nº 1.470/2014.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 77, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

Comunicação de Inaptidão. Contribuinte: GERIATRIC'S COM SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 05.488.767/0001-25. Processo: 15563.720315/2014-82.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 37, inciso II, 39, inciso II, parágrafo 2º e 43, parágrafo 3º, inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 maio de 2014, declara:

Art. 1º. O contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelo motivo infraposto:

I - No curso dos trabalhos de ação fiscal, amparada pelo Mandado de Procedimento Fiscal no 0710300.2014-00488-6, por não haver sido localizada no endereço informado à RFB, caracterizando a situação cadastral inapta da referida sociedade, a teor do inciso II do artigo 37 da IN RFB nº 1.470/2014.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE MAIORES CONTRIBUINTES NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes - instituído pela Lei n.º 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O Delegado Adjunto da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - Demac/RJO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 303, combinado com o inciso VI do artigo 302 e o inciso VI do artigo 314, todos do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, com fundamento nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 e nos arts. 10 e 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 05 de maio de 2013, tendo em vista o que consta do processo administrativo nº. 16682.720674/2014-46, declara:

Art. 1° Fica habilitada ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes - de que trata o art. 2° da Instrução Normativa RFB n° 1.355, de 05 de maio 2013, a pessoa jurídica Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - Embratel, CNPJ n° 33.530.486/0001-29.

Art. 2° O presente ato aplica-se exclusivamente à implantação do projeto de acesso óptico GPON - Embratel - Goiania, aprovado pela Portaria n.º 591, de 18 de agosto de 2014, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, com vigência entre a publicação deste ato e o dia 30/12/2016, conforme o art. 4º da IN RFB nº 1.355/2014.

Art. 3° A presente habilitação poderá ser cancelada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime.

Art.4° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE HILDEBRANDT PISCITELLI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes - instituído pela Lei n.º 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O Delegado Adjunto da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - Demac/RJO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 303, combinado com o inciso VI do artigo 302 e o inciso VI do artigo 314, todos do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, com fundamento nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 e nos arts. 10 e 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 05 de maio de 2013, tendo em vista o que consta do processo administrativo nº. 16682.720675/2014-91, declara:

Art. 1° Fica habilitada ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes - de que trata o art. 2° da Instrução Normativa RFB n° 1.355, de 05 de maio 2013, a pessoa jurídica Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - Embratel, CNPJ n° 33.530.486/0001-29.

Art. 2° O presente ato aplica-se exclusivamente à implantação do projeto de acesso óptico GPON - Embratel - Maceió, aprovado pela Portaria n.º 584, de 18 de agosto de 2014, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, com vigência entre a publicação deste ato e o dia 30/12/2016, conforme o art. 4º da IN RFB nº 1.355/2014.

Art. 3° A presente habilitação poderá ser cancelada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime.

Art.4° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE HILDEBRANDT PISCITELLI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes - instituído pela Lei n.º 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O Delegado Adjunto da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - Demac/RJO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 303, combinado com o inciso VI do artigo 302 e o inciso VI do artigo 314, todos do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, com fundamento nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 e nos arts. 10 e 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 05 de maio de 2013, tendo em vista o que consta do processo administrativo nº. 16682.720810/2014-06, declara:

Art. 1° Fica habilitada ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes - de que trata o art. 2° da Instrução Normativa RFB n° 1.355, de 05 de maio 2013, a pessoa jurídica Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - Embratel, CNPJ n° 33.530.486/0001-29.

Art. 2° O presente ato aplica-se exclusivamente à implantação do projeto de acesso óptico GPON - Embratel - Campinas, aprovado pela Portaria n.º 1.639 de 29 de setembro de 2014, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações.

Art. 3° A presente habilitação poderá ser cancelada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime.

Art.4° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE HILDEBRANDT PISCITELLI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 70, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Cancela o Registro Especial dos estabelecimentos produtores, engarrafadores, cooperativos de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 333 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi), bem como a Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º - Cancelado o Registro Especial, na atividade de ENGARRAFADOR sob Nº 08125/008, nos termos dos incisos I e II do art. 8º, da IN RFB nº 1.432/2013, de CANINHA RIO DAS PEDRAS 1 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME, CNPJ nº 47.952.262/0001-10, conforme consta no processo administrativo nº 10865.001245/97-43.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - O presente ADE revoga integralmente o ADE nº 11 de 07 de janeiro de 2000.

LUIZ ANTONIO ARTHUSO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Declara nula a inscrição no CPF.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO-SP, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no D.O.U. de 17/05/2012, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, e com fundamento nos dispositivos dos Arts. 30, I e 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, resolve:

Art.1º Declarar nula a inscrição do Cadastro da Pessoa Física, abaixo relacionada, de Ofício, em conformidade com os dados constantes do respectivo processo administrativo:

CPF Nº	CONTRIBUINTE	PROCESSO Nº
237.570.068-60	JOÃO PEDRO BORGES	10840.723255/2014-10

Art. 2º: Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CÉSAR A. COSTA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara inscrita no Registro Para Pessoa Jurídica Preponderantemente Exportadora - Regime de Suspensão do IPI, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ-SP, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302, 303, 307 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto no artigo 17, da Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009; e fundamentado no § 3º, artigo 29, da Lei 10.637/2002; e ainda em face do que consta no processo nº 10805.723139/2012-65, declara:

Art. 1º Fica concedido à pessoa jurídica a seguir identificada, Registro Para Pessoa Jurídica Preponderantemente Exportadora, com o fim de Regime de Suspensão do IPI.

INTERESSADO:WILLY INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO E CONTROLE LTDA
CPF/CNPJ:07.645.541/0001-16
ENDEREÇO:Rua João Pessoa, 620 - Centro
CEP: 95200-000 - SÃO CAETANO - SP

Art. 2º O estabelecimento está obrigado ao cumprimento das normas previstas na Lei 10.637/2002 e Instrução Normativa RFB nº 948/2009, com todas as suas alterações, e demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do registro, na forma do art. 18 da referida IN-RFB 948/2009.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS FERNANDO RIBAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 44, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara habilitada no Regime de Suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, como Pessoa Jurídica Preponderantemente Exportadora, para aquisição de Matérias-Primas, Produtos Intermediários e Materiais de Embalagem.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ-SP, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302, 303, 307 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto no artigo 6º, da Instrução Normativa SRF nº 595, de 27 de dezembro de 2005; e fundamentado no artigo 40, da Lei 10.865/2004; e ainda em face do que consta no processo nº 10805.723140/2012-90, declara:

Art. 1º Fica concedido à pessoa jurídica a seguir identificada Habilitação ao Regime de Suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, como Preponderantemente Exportadora, visando aquisição de Matérias-Primas, Produtos Intermediários e Materiais de Embalagem.

INTERESSADO:WILLY INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO E CONTROLE LTDA
CPF/CNPJ:07.645.541/0001-16
ENDEREÇO:Rua João Pessoa, 620 - Centro
CEP: 95200-000 - SÃO CAETANO - SP

Art. 2º O estabelecimento está obrigado ao cumprimento das normas previstas na Lei 10.865/2004 e Instrução Normativa SRF nº 595/2005, com todas as suas alterações, e demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do registro, na forma do art. 7º da referida IN-SRF 595/2005.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS FERNANDO RIBAS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 65, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

Declaração de cancelamento de inscrição no CPF, com fundamento em decisão administrativa.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 publicado no DOU de 17 de maio de 2012, com base no disposto nos artigos 24, 26, II, 30, III e 31, da Instrução Normativa - IN RFB nº 1042, de 10 de junho de 2010 e considerando o que consta no processo nº 10880.722456/2013-42, declara:

Art. 1º - Fica CANCELADA a inscrição no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, CPF nº 436.316.798-06, em nome de Josué Morais Teixeira, por decisão administrativa.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARIA TERESA CAMARGO BARBOSA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 66, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara nula a inscrição no CNPJ por decisão administrativa.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, com base no artigo 33, I, da IN 1.470/2014 e considerando o que consta do processo nº 10860.721337/2014-91, declara:

Art. 1º - NULA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ nº 03.479.191/0001-04, em nome de EUGENIO G. DE OLIVEIRA PORTES, com efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral por multiplicidade de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARIA TERESA CAMARGO BARBOSA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 274, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Anular inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

A DELEGADA DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, com fundamento no artigo 33, parágrafo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.470 de 30 de maio de 2014, resolve:

Anular a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do contribuinte descrito abaixo. A anulação da inscrição é motivada pelo vício na inscrição, conforme previsto no inciso II do art.. 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.470 de 30 de maio de 2014.

PROCESSO: 10880.720078/2014-43

CONTRIBUINTE: KILQUER COMERCIAL LTDA - ME

CNPJ: 04.866.609/0001-07

Data de cancelamento: efeitos a partir da data de abertura da inscrição

REGINA COELI ALVES DE MELLO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, declara:

Art. 1º Fica inscrita no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, com fundamento no art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, a seguinte pessoa física:

NOME	CPF	PROCESSO
TATHIANIZE SILVA BONFIM	021.674.019-30	10921.720617/2014-11

Art. 2º A Ajudante de Despachante Aduaneiro acima mencionada, deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, de acordo com a IN RFB nº 1.273, de 6 de junho de 2012.

Art. 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

TSUYOSHI UEDA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE PARANAGUÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Declara inapta inscrição, no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), de pessoa jurídica.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE PARANAGUÁ no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 37, III, no art. 40, § 2º, e no art. 43, § 3º, II, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 2014, e as considerações do Processo Administrativo nº 10907.721523/2013-66, declara:

Art. 1° Inapta a inscrição CNPJ nº 13.992.290/0001-49, no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, da empresa DOCAX COMERCIAL EXPORTADORA E IMPORTADORA DE MERCADORIAS EM GERAL LTDA, por falta de comprovação da origem lícita, da disponibilidade e da efetiva transferência dos recursos empregados nas operações de comércio exterior da empresa, caracterizando a hipótese do artigo 81, §1º, da Lei nº 9.430/96, incluído pela Lei nº 10.637/02.

Art. 2° Os documentos emitidos pela empresa são considerados tributariamente ineficazes a partir de 1º de outubro de 2011.

Art. 3° Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

GERSON ZANETTI FAUCZ

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 297, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Autoriza o empenho e a transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Nova Belém - Estado de Minas Gerais.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no D.O.U., de 06 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recurso ao Município de Nova Belém - MG, no valor de R$ 1.750.000,00 (um milhão e setecentos e cinquenta mil reais), para a execução de obras de reconstrução de danos causados por chuvas intensas, descrita no Plano de Trabalho juntado ao processo n° 59050.000144/2014-27.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, Classificação orçamentária; PT: 06.182.2040.22BO.6501; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0388; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação do recurso em 02 (duas) parcelas.

Art. 4° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

N. da Coejo: Torna sem efeito a publicação da Portaria nº 1.733, de 30 de outubro de 2014, ocorrida na edição do DOU nº 213, de 4/11/2014, Seção 1, página 111.

PORTARIA Nº 1.747, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, Interino, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição; o art. 1°, inciso VII, do Anexo I do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007; e tendo em vista o disposto nos arts. 26, 27, 58 a 61 do Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, e no Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul - Mercosul, Bolívia e Chile, promulgado pelo Decreto nº 6.975, de 7 de outubro de 2009, resolve:

Art. 1º Prorrogar por mais 90 (noventa) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos de que trata o art. 9º da Portaria n° 1.351, de 8 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

COORDENAÇÃO-GERAL PROCESSUAL

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
52ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO

REQUERIMENTO Nº 08700.007946/2014-25

Requerentes: Associação Brasileira de Produção de Obras Audiovisuais, Leyla Fernandes e Sonia Regina Piassa

Advogados: Caio Mário da Silva Pereira Neto, Paulo Leonardo Casagrande e outros

Decisão: O Plenário, por unanimidade, homologou a proposta de Termo de Compromisso de Cessação, nos termos do Despacho nº 299/ PRES/2014.

Brasília-DF, 4 de novembro de 2014.
PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 3 de novembro de 2014

Nº 1.373 - Ato de Concentração nº 08700.005719/2014-65. Requerentes: Rumo Logística Operadora Multimodal S/A e ALL - América Latina Logística S/A. Advogados: Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, Tamara Dumoncel Hoff, Fernanda Schmidt, Bruna de Bem Esteves, Barbara Rosenberg, Amanda Fabbri Barelli, Daniela C.A.F. de Vasconcelos e outros. Acolho a Nota Técnica de nº 352, de 31 de outubro de 2014, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação, para, nos termos do artigo 56 da Lei 12.529/11 e do artigo 120 do Regimento Interno do CADE, declarar o Ato de Concentração nº 08700.005719/2014-65 complexo, e determinar a realização das seguintes diligências, sem prejuízo de outras: (i) aprofundamento da análise das condições competitivas nos mercados envolvidos (ii) solicitar manifestação da ANTT sobre questões pertinentes a regulação e dados de mercado e (iii) requerer apresentação das eficiências decorrentes da operação. Esta Superintendência resguarda a sua faculdade de posteriormente, se for o caso, requerer a dilação do prazo de que trata os artigos 56, parágrafo único, 88, §§ 2º e 9º da Lei nº 12.529/2011 e artigo 120, parágrafo único, do Regimento Interno do CADE.

Em 4 de novembro de 2014

Nº 1.388 - Processo Administrativo n.º 08700.010847/2013-40. Representante: Associação Brasileira de Anunciantes - ABA. Advs.: Gabriel Nogueira Dias, Raquel Bezerra Cândido e outros. Representado: Associação Brasileira de Produção de Obras Audiovisuais -APRO. Advs.: Caio Mário da Silva Pereira Neto, Paulo Leonardo Casagrande e outros. Considerando que o Termo de Compromisso de Cessação homologado pelo Tribunal do Cade abrange todos os Representados deste Processo Administrativo, decido pela suspensão do mesmo nos termos do art. 194 do Regimento Interno do Cade. Determino, ainda, a remessa destes autos à Procuradoria do Cade para que adote as providências que entender cabíveis. Ao Setor Processual.

Nº 1.387 - Processo Administrativo nº 08012.009248/2010-99. Representante: Ministério Público do Estado de São Paulo. Representado: Luiz Antônio Martinelli Mello. Advogados: Vicente Bagnoli; Alexandre Augusto Reis Bastos e Amanda Renata Enéas Navas. Considerando que o Termo de Compromisso de Cessação homologado pelo Tribunal do Cade abrange o único Representado deste Processo Administrativo, decido pela suspensão do mesmo nos termos do art. 194 do Regimento Interno do Cade. Determino, ainda, a remessa destes autos à Procuradoria do Cade para que adote as providências que entender cabíveis. Ao Setor Processual.

Nº 1.386 - Processo Administrativo nº 08012.001600/2006-61. Representante: Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda - SEAE/MF. Representados: 1) Sinto Brasil Prods. Ltda.; 2) IKK do Brasil Indústria e Comércio Ltda.; 3) Tupy Fundições Ltda.; 4) Granasa Minas Ind. E Com. Ltda.; 5) Vitor Luís Falcão Azevedo; 6) Francisco Eduardo Buffolo; 7) Amauri Baggenstoss; e 8) Claudmir Amádio. Advogados: Fabio Francisco Beraldi; André Alencar Porto; Karina Schulte; Érica Sumie Yamashita; Carolina Maria Matos Vieira; Tito Amaral de Andrade; Heloisa Helena Monteiro de Lima; Maria Eugênia Novis; Victor Borges Cherulli; Luiz Gonzaga Peçanha Moraes; Camila B. Bueno de Moraes; Ana Cistina Pedroso Teodosio; Natalia Luciana Imparato, Michelle Reicher; Juliana Lourenço Mancini; Cristiana Taylor Martins; Fernanda Tribst Penteado; Aline Figueiredo Thomé; Fábio Alessandro Malatesta dos Santos; Mauro Grinberg; Patricia Avigni; Carolina Saito da Costa; Carlos Amadeu B. P. de Barros; Beatriz Malerba Cravo; Alberto de Madeiros Filho; Leopoldo Ubiratan Carreiro Pagotto e outros. Diante do pedido formulado pelo Sr. Perito às fls., decido pela prorrogação do prazo para a conclusão do laudo pericial em mais 90 (noventa) dias, contados a partir do término do prazo previamente estabelecido na Nota Técnica nº 186/2014. Ficam todos os Representados intimados. Ao Setor Processual. .

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 1.389 - Ato de Concentração nº nº 08700.008655/2014-54. Requerentes: WF Leblon Participações Ltda e Simarida Comercial de Modas Ltda. Advogados: Fabio Amaral Figueira, Mariana Villela Corrêa, Olavo Zago Chinaglia e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.390 - Ato de Concentração nº 08700.008867/2014-31. Requerentes: Sapucaí Rio LLC e REC Sapucaí S.A.. Advogados: Barbara Rosenberg, José Carlos da Matta Berardo, André Macedo de Oliveira e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

EDUARDO FRADE RODRIGUES
Interino

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL
DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 3.818, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/12419 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIACAO CIVIL MELVILLE I, CNPJ nº 96.499.520/0001-60 para atuar em São Paulo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.873, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/11315 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOCIEDADE ALPHAVILLE RESIDENCIAL 5, CNPJ nº 51.244.861/0001-56 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2130/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.905, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8785 - DPF/VRA/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN, CNPJ nº 33.042.730/0017-71 para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1841/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.934, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/11851 - DPF/FIG/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa LOPAO CURSOS E FORMAÇAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 02.833.764/0001-93, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
9430 (nove mil e quatrocentas e trinta) Espoletas calibre 38
2000 (dois mil) Gramas de pólvora
8430 (oito mil e quatrocentos e trinta) Projéteis calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.967, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/11505 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARJO SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 01.404.040/0001-61, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2172/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.971, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/13605 - DPF/MBA/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES DE MARABA LTDA ME, CNPJ nº 07.853.178/0002-05, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Carabinas calibre 38
578 (quinhentas e setenta e oito) Munições calibre 12
38960 (trinta e oito mil e novecentas e sessenta) Espoletas calibre 38
38960 (trinta e oito mil e novecentos e sessenta) Estojos calibre 38
10420 (dez mil e quatrocentos e vinte) Gramas de pólvora
38960 (trinta e oito mil e novecentos e sessenta) Projéteis calibre 38
1242 (uma mil e duzentas e quarenta e duas) Espoletas calibre .380
1242 (um mil e duzentos e quarenta e dois) Estojos calibre .380
1242 (um mil e duzentos e quarenta e dois) Projéteis calibre .380

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.985, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/13690 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CLUBE DE CAMPO ALVORADA, CNPJ nº 10.578.169/0001-87 para atuar em Pernambuco.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.070, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/13768 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CLAM CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 13.391.095/0001-63, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10000 (dez mil) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.092, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/11845 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO ARUJAZINHO IV, CNPJ nº 54.782.792/0001-22 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2217/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.094, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/12205 - DELESP/DREX/SR/DPF/MS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SEVITEL SEGURANÇA E VIGILANCIA TRES LAGOAS LTDA ME, CNPJ nº 13.244.070/0001-37, sediada no Mato Grosso do Sul, para adquirir:

Da empresa cedente F&V VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 04.605.096/0001-72:
9 (nove) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (dois) Revólveres calibre 38
198 (cento e noventa e oito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.101, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/14029 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CERTA SEGURANÇA LTDA-ME, CNPJ nº 19.458.286/0001-81, sediada no Rio Grande do Norte, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
6 (seis) Revólveres calibre 38
108 (cento e oito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.104, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/10673 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GARDINER MG SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 08.562.228/0001-87, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 1973/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.105, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/10968 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TKS SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 07.774.050/0002-56, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 2091/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.107, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/11054 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MR.GUN CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEICOAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 03.485.700/0001-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 2076/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ALVARÁ Nº 4.110, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/11479 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SAVANA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 08.782.239/0001-72, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 2200/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.111, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/11670 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DIAMANTE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA ESPECIAL LTDA, CNPJ nº 03.333.584/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2174/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

DESPACHO DO DIRETOR ADJUNTO

Compulsando-se os autos, verifica-se que o Conselho Nacional de Imigração, com fundamento na sua Resolução Recomendada nº 08, de 19 de dezembro de 2006, c/c a Resolução Normativa nº 27, de 25 de janeiro de 1998, autorizou a concessão de permanência no País, conforme se verifica na publicação de Diário Oficial da União de 16 de junho de 2014, Seção 1, págs 138 e 139 Em face do exposto, concedo a permanência no Território Nacional aos estrangeiros

Processo Nº 08280.020646/2013-49 - BENSON CLEMANT PITCHAI PALAM

Processo Nº 08388.012018/2013-91 - FAHAD UDDIN

Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO dos despachos deferitórios, publicados no Diário Oficial da União de 01/10/2012 abaixo relacionados, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos:

Processo Nº 08221.002678/2011-03 - MARLY BIEN-AIME

Processo Nº 08221.000198/2012-81 - MARIE KETTIA BONHEUR

Processo Nº 08241.000513/2010-70 - JEAN WADNER CONSTANT

Processo Nº 08241.000866/2010-70 - SAMUEL POLYNICE

Processo Nº 08221.000262/2012-23 - NORCIUS CLERVIUS

Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO dos despachos deferitórios, publicados no Diário Oficial da União de 05/09/2012 abaixo relacionados, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos:

Processo Nº 08241.001895/2012-11 - JEAN MARIE FELIX

Processo Nº 08241.001898/2012-54 - RICHARD CINADAT

Processo Nº 08241.001904/2012-73 - ISLANDE VINCENT

Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO dos despachos deferitórios, publicados no Diário Oficial da União de 28/09/2012 abaixo relacionados, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos:

Processo Nº 08241.001220/2012-71 - VLANIDE JOSEPH

Processo Nº 08241.001399/2012-67 - EVELINE JEAN

Processo Nº 08241.000579/2012-21 - ELDOVIC JEAN JACQUES

Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO dos despachos deferitórios, publicados no Diário Oficial da União de 29/06/2012 abaixo relacionados, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos:

Processo Nº 08221.002577/2011-24 - WILDA DOMINIQUE

Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO dos despachos deferitórios, publicados no Diário Oficial da União de 03/09/2012 abaixo relacionados, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos:

Processo Nº 08221.000219/2011-87 - BEATRICE DENIVAL

VIRGINIUS JOSE LIANZA DA FRANCA

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS DA CHEFE

No uso das atribuições a mim conferidas, decido:

Determino o arquivamento do pedido de Naturalização Ordinária, formulado por GEORGES FOUAD ZANKOUL, processo n.º 08709.005359/2013-31, tendo em vista que o naturalizando não foi localizado ou não mais reside no endereço declarado nos autos, o que impossibilita a correta instrução do feito nos termos do art. 118, parágrafo único, da Lei nº 6.815/80 c/c art. 40 da Lei nº 9.784/99.

Determino o arquivamento do pedido de transformação de Naturalização Extraordinária para Ordinária, formulado por TSAI WU LI YANG, processo n.º 08505.13615/2013-18, tendo em vista que o naturalizando contraria as condições dispostas no inciso IV do art. 112, da Lei nº 6.815/80.

Determino o arquivamento do pedido de Naturalização Ordinária, formulado por KRASIMIRA DIMITROVA PILEVA, processo n.º 08286.001826/2013-71, tendo em vista que a naturalizanda contraria as condições dispostas nos incisos III e VI do art. 112, da Lei nº 6.815/80.

Determino o arquivamento do pedido de Naturalização Ordinária, formulado por RAÚL BONNE HERNANDEZ, processo n.º 08505.058157/2013-88, tendo em vista que o naturalizando não foi localizado ou não mais reside no endereço declarado nos autos, o que impossibilita a correta instrução do feito nos termos do art. 118, parágrafo único, da Lei nº 6.815/80 c/c art. 40 da Lei nº 9.784/99.

Determino o arquivamento do pedido de Naturalização Extraordinária, formulado por ELIZABETH DEL SOCORRO RUANO IBARRA, processo n.º 08280.00221/2014-71, tendo em vista que a naturalizanda contraria as condições dispostas no inciso III do art. 112, da Lei nº 6.815/80.

Tendo em vista a falta de interesse, bem como pela falta de cumprimento de exigências do naturalizando determino o arquivamento do pedido de Naturalização Ordinária, formulado por IBRAHIM ALI EL KADI processo n.º 08295.035088/2010-12.

Determino o arquivamento do pedido de Naturalização Extraordinária, formulado por ALDO DAL BIANCO, processo n.º 08458.004176/2012-16, tendo em vista que o naturalizando não foi localizado ou não mais reside no endereço declarado nos autos, o que impossibilita a correta instrução do feito nos termos do art. 118, parágrafo único, da Lei nº 6.815/80 c/c art. 40 da Lei nº 9.784/99.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

Determino o ARQUIVAMENTO dos pedidos de prorrogação de prazo, abaixo relacionados, por já ter decorrido prazo(s) superior (es) ao da(s) estada(s) solicitada(s):

Processo Nº 08000.000679/2014-52 - CRYSTOPHER DEEPAK SAVIO PAIS

Processo Nº 08000.011497/2013-26 - GLENN MORRISON

Processo Nº 08000.016720/2013-21 - JAMES ROBERT SHANNON

Processo Nº 08000.019116/2013-57 - RAMAN JAMWAL

Processo Nº 08000.019122/2013-12 - SATYAVEER SINGH

Processo Nº 08000.019591/2013-23 - VINCENT BALDAZOTES QUIDLAT

Processo Nº 08000.020382/2013-22 - CATALINO JR GEALON SARSABA

Processo Nº 08000.020396/2013-46 - CHRISTINA TZOUGANATOU

Processo Nº 08000.020399/2013-80 - DOMINADOR NICOL MACANDOG

Processo Nº 08000.021389/2013-61 - JAIRO ARMANDO OJEDA TORRES

Processo Nº 08000.021502/2013-17 - JOHN JAIRO IBAGON PLAZAS

Processo Nº 08000.021974/2013-61 - VICENTE JR NARCISO QUIDLAT

Processo Nº 08000.022066/2013-95 - HIROKI SUZUKI

Processo Nº 08000.022068/2013-84 - KAI THOMAS PORWOLL

Processo Nº 08000.025012/2013-81 - SIDDHARTH MISHRA

Processo Nº 08000.022017/2013-52 - ZHENG ZUBO

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário Oficial da União de 26/08/2014, Seção 1, pág. 33, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009, prazo de estada Até: 07/02/2015.

Processo Nº 08270.024160/2013-07 - INACIA MENDES

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Transformação de Visto item V em Permanente abaixo relacionado(s);

Processo Nº 08070.009917/2013-81 - GARY KIM IVANY

Processo Nº 08354.001413/2014-17 - NATHAN OLIVER RASMUSSEN

Processo Nº 08460.008505/2014-11 - HELENE HAFSLUND

Processo Nº 08505.030838/2014-62 - WOO SEOG JANG

Processo Nº 08505.036480/2014-81 - HUGO FERNANDO LOZA DIAZ , ALEJANDRA PAOLA LOZA FLORES e ROSARIO DEL CARMEN FLORES DIAZ DE LOZA

Processo Nº 08505.036368/2014-41 - CARLA LUNA TREJO e ANGEL VICTORIA LAZARO.

Processo Nº 08000.002283/2013-69 - GERNER STEINSBOE

Processo Nº 08000.005820/2013-22 - ISRAEL FRANCISCO PLACER MORILLO

Processo Nº 08461.004647/2014-07 - VICTORIA EUGENIA UPEGUI VELEZ

Processo Nº 08461.004937/2014-42 - RALSTON HORACE MOORE e BEVERLY EARLE MOORE

Processo Nº 08461.005089/2014-99 - SONIA LILIANA CASTELLANOS RODRIGUEZ, ANNA VICTORIA SUAREZ CASTELLANOS e JUAN DIEGO SUAREZ CASTELLANOS

Processo Nº 08461.005092/2014-11 - MARCO ALBERTO SUAREZ RAMIREZ

Processo Nº 08505.019500/2014-50 - YONG ZHU e FEIFEI QIN

Processo Nº 08505.019869/2014-62 - PIERRE-EMMANUEL MARCEL ROBERT JAMES BEAU

Processo Nº 08505.030287/2014-37 - ALBERTO PISANI

Processo Nº 08505.030745/2014-38 - ZHIHUA LIU, SIKE LIU, SIQI LIU e ZHIJUAN SHI

Processo Nº 08461.004383/2014-83 - MURAT KILIC, ALIRIZA KILIC, GOKCEN KILIC e OZGUL KILIC

Processo Nº 08461.004461/2014-40 - ELMIRA VALIYANOVA

Processo Nº 08461.004462/2014-94 - BADREDDINE HALHALI, ISAAC AMIR HALHALI, NARIMANE KAMELIA AKKOUCHE HALHALI, SAMI YACINE HALHALI e SARAH MYRIEM HALHALI

Processo Nº 08505.036308/2014-28 - YUBIN XIE

Processo Nº 08506.003957/2014-32 - YOSHIHIKO SATO, MASAKI SATO, MIYAKO SATO e YOSHIFUMI SATO

Processo Nº 08506.005279/2014-42 - LUIS FERNANDO MUÑOZ LOVERA e ELIANA MARIA LOAIZA RESTREPO

Processo Nº 08702.001820/2014-27 - KAZUHIKO NAKATA

Processo Nº 08505.030417/2014-31 - TAKEHIKO YAZWA, AIRI YAZAWA, MASAKO YZAWA e MIYUKA YAZAWA

Processo Nº 08505.036481/2014-26 - YEMEL MAYO ORTEGA, CAMILA ORTEGA e EVELYN JOSEFINA ORTEGA

Processo Nº 08505.030896/2014-96 - RUBEN GOMEZ MARANON

Processo Nº 08505.036632/2014-46 - TOMOTAKA ISHIKAWA e REIKO ISHIKAWA

Processo Nº 08505.036479/2014-57 - WENLI LIU e RUI WANG

Processo Nº 08505.036043/2014-68 - KAHLIE CATHERINE GRAVES

Processo Nº 08505.036430/2014-02 - JOAQUIM JOSE GARCIA MATOS

Processo Nº 08505.036309/2014-72 - JAN STEFAN GIJBELS

Processo Nº 08505.036642/2014-81 - ELENA CAROLINA ALTUVE AVILEZ e EDUARDO ENRIQUE CHONG GARCIA

Processo Nº 08505.036659/2014-39 - ALEXANDER VINCENT OROURKE

Processo Nº 08505.065901/2014-81 - OSAMU GOKITA

Processo Nº 08793.003831/2013-99 - ANTONIO MORENO MARTINEZ

Processo Nº 08506.006280/2014-94 - RUI YE

Processo Nº 08240.010812/2014-56 - JOSE ROBERTO SANCHENZ CALDERON

Processo Nº 08460.008275/2014-90 - ALEXANDRE JOKE JOS VASTENAVOND

Processo Nº 08460.008279/2014-78 - STEFANIO MALVESTIO

Processo Nº 08460.011393/2014-85 - JOÃO DIRETINHO VIANA FESTAS

Processo Nº 08070.000281/2014-92 - JOÃO RICARDO TELES ALVES

Processo Nº 08212.001871/2014-71 - YOUNGJIN WON, JOONHO WON e YOUNG SEO

Processo Nº 08460.008428/2014-07 - STALE RAUNHOLM

Processo Nº 08505.036075/2014-63 - MATHIEU PICCIN

Processo Nº 08505.036296/2014-31 - EDIGLO ANTONIO URRIBARRI CASTILLO

Processo Nº 08505.036334/2014-56 - JAN FELIX ZAMINER

Processo Nº 08505.065653/2014-79 - XIAOTONG LEI

Processo Nº 08506.006279/2014-60 - HIROSHI KOIDE, HINATA KOIDE, KANTA KOIDE e KAZUKO KOIDE

Processo Nº 08709.007078/2014-01 - MARISA MARTINS FERREIRA

Processo Nº 08460.008224/2014-68 - LUÍS MIGUEL CAPITÃO GOMES

Processo Nº 08514.005153/2013-98 - JESUS TIRADO MEDINA

Processo Nº 08505.083759/2013-73 - KOHEI OSHITA

Processo Nº 08505.067357/2013-21 - DOMINIQUE JEAN DANIEL DIEUZAIDE, BAPTISTE JEAN EMILE DIEUZAIDE, LEONARDO ADRIEN AUGUSTE DIEUZAIDE e MAXIME PIERRE LOUIS DIEUZAIDE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08505.082920/2013-91 - LAUREN ROSE BENNETT
Processo Nº 08505.082972/2013-68 - PEDRO FOLQUE DE MENDOCA PATRICIO
Processo Nº 08505.083268/2013-22 - ANTONIO MANUEL VEIGAS REI, ARTHUR REI, ESTEBAN REI e MAITE JOURNET EP VEIGAS REI
Processo Nº 08460.024679/2013-40 - NATHALIE FRANCOISE ISABELLE NIFLE
Processo Nº 08460.024721/2013-22 - SERGIO GARCIA ORTIZ e SONIA FERNANDEZ DE LARA VILLALPANDO
Processo Nº 08460.028193/2013-81 - GILDAS FLORENT ERIC EPAUD e KATHERINE ANN LARSEN EPAUD
Processo Nº 08460.028266/2013-34 - LUIS ALFREDO ONTIVEROS GONZALEZ, CHRISTIAN ALEJANDRO ONTIVEROS PEINADO, ERIKA PEINADO e PAULA ANTONIETA ONTIVEROS MENDEZ
Processo Nº 08212.007284/2013-12 - REBECCA KRISTINE CLINE
Processo Nº 08460.007828/2013-14 - HU YU
Processo Nº 08461.006375/2013-91 - ARTURO GALICIA CHAVARRIA, ANGELICA ABRIL GALICIA REYES, ANGELICA REYES ARCE e ARTURO GALICIA REYES

LEONARDO SILVA TORRES
p/Delegação de Competência

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 225, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: PLAYDATE, AMIZADES PERIGOSAS (PLAYDATE, Estados Unidos da América - 2012)
Produtor(es): Disney
Diretor(es): Andrew C. Erin
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001430/2014-85
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

Filme: UM PRESENTE ESPECIAL (FOSTER, Inglaterra - 2011)
Produtor(es): Global Media Holdings
Diretor(es): Jonathan Newman
Distribuidor(es): GLOBAL MEDIA HOLDINGS
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Comédia
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.002429/2014-78
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

Filme: MULHERES QUE CUIDAM DE MULHERES (Brasil - 2011)
Produtor(es): BSB Serviços Cine Vídeo Ltda.
Diretor(es): Otávio Chamorro Mendoza
Distribuidor(es): BSB Serviços Cine Vídeo Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.003170/2014-82
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: LOS NOBLES: QUANDO OS RICOS QUEBRAM A CARA (NOSOTROS LOS NOBLES, México - 2013)
Produtor(es): Gary Alazraki
Diretor(es): Gary Alazraki
Distribuidor(es): TUCUMÁN DISTRIBUIDORA DE FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.003496/2014-18
Requerente: TUCUMÁN DISTRIBUIDORA DE FILMES

Filme: APNEIA (Brasil - 2014)
Produtor(es): Mauricio Eça (Juba Filmes)
Diretor(es): Mauricio Eça
Distribuidor(es): ELO AUDIOVISUAL SERVIÇOS LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Drogas , Violência e Sexo
Processo: 08017.003750/2014-70
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: UMA VIAGEM EXTRAORDINÁRIA (L`EXTRAVAGANT VOYAGE DU JEUNE ET PRODIGIEUX T.S. SPIVET, Canadá / França - 2013)
Produtor(es): Epithete Films
Diretor(es): Jean-Pierre Jeunet
Distribuidor(es): ANTONIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFORNIA FILMES
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Aventura
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08017.003767/2014-27
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: MADE IN CHINA (Brasil - 2014)
Produtor(es): Pindorama Filmes/Conspiração Filmes
Diretor(es): Estevão Ciavatta
Distribuidor(es): H2O DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.003769/2014-16
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

Ministério da Pesca e Aquicultura

SECRETARIA DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA

PORTARIA Nº 68, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Portaria nº 257, de 10 de abril de 2014, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e de acordo com o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na Instrução Normativa MPA nº 6, de 29 de junho de 2012, na Instrução Normativa MPA nº 13, de 21 de dezembro de 2012, na Instrução Normativa MPA nº 12, de 22 de julho de 2013, na Instrução Normativa MPA nº15, de 22 de outubro de 2013, na Portaria SEMOC/MPA nº 32, de 09 de abril de 2014, e do que consta do processo nº 00350.004565/2014-08, resolve:

Art. 1º Cancelar, com fundamento no art. 2º da Instrução Normativa MPA nº 13, de 21 de dezembro de 2012 e na Portaria SEMOC/MPA nº 32, de 09 de abril de 2014, as licenças de Pescadores Profissionais inscritos no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, que não apresentaram recurso administrativo no âmbito do procedimento de atualização e substituição das licenças no mês de novembro de 2013, em conformidade com os prazos estabelecidos nas normas.

Art. 2º A relação nominal, com o respectivo motivo do cancelamento, será divulgada no sítio eletrônico do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA (www.mpa.gov.br), assim como será afixada nas sedes das Superintendências Federais de Pesca e Aquicultura.

Art. 3º Nos casos em que o interessado comprove que estava limitado de exercer seus direitos civis, o cancelamento poderá ser revogado, mediante apresentação de recurso administrativo com provas documentais e justificativa chancelada por órgão público ou entidade representativa de classe.

Parágrafo único. Fica estabelecido o prazo de 30(trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, para o interessado protocolizar o recurso de que trata o caput deste artigo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIO DE CASTRO PATRICIO

PORTARIA Nº 69, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Portaria nº 257, de 10 de abril de 2014, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e de acordo com o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na Instrução Normativa SEAP nº 3, de 12 de maio de 2004, e o que consta do processo nº 00350.004715-2014-75, resolve:

Art. 1º Convocar os proprietários das embarcações de pesca relacionadas no Anexo desta Portaria, com autorização de pesca para captura de peixes ornamentais, para que apresentem as justificativas necessárias, tendo em vista as irregularidades constatadas em vistoria técnica realizada pelo MPA no período de 5 a 10 de outubro de 2014.

Parágrafo único. As justificativas deverão ser encaminhadas mediante recurso administrativo a ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de publicação desta Portaria, no qual deverá ser informada os motivos da embarcação não se encontrar em porto na data da vistoria, assim como a comprovação, por meio de nota fiscal, de que comercializou organismos aquáticos com fins ornamentais e de aquariofilia.

Art. 2º O recurso administrativo apresentado intempestivamente ou julgado indeferido implicará no cancelamento definitivo da autorização de pesca.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

	Nome da Embarcação:	Número do RGP:	Responsável legal:	Irregularidade constatada:
1	BM Pesca IV	CE- Emb 004068	Aurilene de Oliveira Alves	Embarcação não localizada.
2	José Marques I	CE- Emb 003213	Francisco das Chagas da Silva	Embarcação não localizada.
3	Amanda MC	CE- Emb 003677	Marcilio da Costa Uchoa	Não realiza a pesca com finalidade ornamental.
4	Carlos	CE- Emb 0039164	Enoque Crispim Braga	A embarcação foi vendida e não comunicou-se ao MPA.
5	Amanda I	CE- Emb 003677	Jaide Sabino de Souza	A embarcação foi vendida e não comunicou-se ao MPA.
6	Barbara	CE- Emb 003939	Geova Nunes da Silva	Embarcação não localizada.
7	Rio Solimões II	CE- Emb 001785	Aldeiza Moreira Lopes	Não realiza a pesca com finalidade ornamental.
8	Topa Tudo II		Francisco Alvaro Alves Garcez	Embarcação não localizada.
9	Papillon	CE- Emb 003051	José Roberto de Carvalho Filho	Embarcação sem condições de operar.
10	Itaeté	CE- Emb 001930	Regina Celia Praxedes de Salles	Embarcação inoperante.

FABIO DE CASTRO PATRICIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Previdência Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 500, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 25 da Portaria nº 6.209, de 16 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de outubro de 2014, o valor médio da renda mensal do total de benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é de R$ 931,71 (novecentos trinta e um Reais e setenta e um centavos).

Art. 2º O INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GARIBALDI ALVES FILHO

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 449, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre localização de Agência da Previdência Social.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011;
Portaria MPS nº 16, de 20 de janeiro de 2009;
Portaria MPS nº 547, de 9 de setembro de 2011; e
Resolução nº 173/INSS/PRES, de 19 de janeiro de 2012.

A PRESIDENTE SUBSTITUTA DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, e considerando o Projeto de Expansão da Rede de Atendimento da Previdência Social, bem como a necessidade de sua adequação, resolve:

Art. 1º Ficam localizadas as seguintes Agências da Previdência Social - APS, do Projeto de Expansão da Rede de Atendimento:

I - Agência da Previdência Social Cidade Ocidental - APS-CIT, tipo D, código 23.001.23.0, vinculada à Gerência-Executiva Distrito Federal; e

II - Agência da Previdência Social Álvares Machado - AP-SALM, tipo D, código 21.030.12.0, vinculada à Gerência-Executiva Presidente Prudente, Estado de São Paulo.

Art. 2º Caberá aos Órgãos Seccionais, Órgãos Específicos, Órgãos Descentralizados e à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, adotar as providências de caráter técnico e administrativo para a concretização deste Ato.

Art. 3º Esta Resolução altera o Anexo III da Resolução nº 173/INSS/PRES, de 19 de janeiro de 2012, e entra em vigor na data de sua publicação.

CINARA WAGNER FREDO

RESOLUÇÃO Nº 450, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre as competências técnicas específicas da área de Benefícios.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006;
Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011;
Resolução nº 111/INSS/PRES, de 15 de outubro de 2010; e
Resolução nº 272/PRES/INSS, de 31 de janeiro de 2013.

A PRESIDENTE SUBSTITUTA DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, e considerando:

a) as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal, estabelecida pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006;

b) a missão, a visão e os valores institucionais, assim como os direcionadores e objetivos constantes do Planejamento Estratégico do INSS;

c) o disposto na Carta de Princípios de Gestão e Governança do INSS, aprovada pela Resolução nº 111/INSS/PRES, de 15 de outubro de 2010; e

d) a importância da valorização dos princípios organizacionais e profissionais da Instituição, resolve:

Art. 1° Ficam definidas as competências técnicas específicas da área de Benefícios, na forma dos Anexos I, II e III desta Resolução.

§ 1º As competências técnicas específicas da área de Benefícios se referem ao conjunto de elementos essenciais, determinantes para garantir a excelência do desempenho institucional relativo aos segurados e beneficiários do Regime Geral de Previdência Social e são compostas dos seguintes papéis-chave, observando as especificidades das seguintes unidades de atendimento:

I - Agência da Previdência Social - APS:

a) gerenciamento do cadastro de informações sociais;

b) reconhecimento de direitos;

c) atualização e pagamento de benefícios; e

d) monitoramento operacional de benefícios;

II - Agência da Previdência Social de Acordos Internacionais - APSAI:

a) atendimento aos usuários e países acordantes;

b) reconhecimento de direitos requeridos no Brasil;

c) reconhecimento de direitos requeridos no exterior;

d) informações ao Organismo de Ligação Estrangeiro; e

e) análise, comunicação e emissão de certificado de deslocamento temporário;

III - Agência da Previdência Social de Atendimento a Demandas Judiciais - APSADJ:

a) atualização do cadastro de informações sociais; e

b) cumprimento de demandas judiciais.

§ 2º Cada papel-chave se subdivide em unidades de competências, as quais, por sua vez, se desdobram em desempenhos competentes.

Art. 2º O Plano de Desenvolvimento para os servidores das carreiras do INSS que atuam na área de Benefícios, contemplará o desenvolvimento dos papéis-chave definidos no § 1º do art. 1º desta Resolução.

Art. 3º Compete à Diretoria de Gestão de Pessoas adotar os procedimentos necessários à disseminação e à implementação do disposto nesta Resolução.

Art. 4º Os Anexos desta Resolução serão publicados no Portal do INSS.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CINARA WAGNER FREDO

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 2.121/GM/MS, de 24 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 186, de 25 de setembro de 2013, Seção 1, página 126,

Onde se lê:

Município	Código IBGE	Porte UPA 24	CNES
Ananindeua (PA) Dom Helder Câmara	1500800	III	2328690

Leia-se:

UF	Município	Código IBGE	UPA 24h	CNES
PA	Ananindeua	1500800	Porte III Dom Helder Câmara	7112831

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.721, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

Dispõe sobre a instauração do regime de direção técnica na operadora UNIMED DAS ESTÂNCIAS PAULISTAS OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE, SOCIEDADE COOPERATIVA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa RN nº. 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº. 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº. 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária, de 07 de outubro de 2014, considerando as anormalidades administrativas e assistenciais graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde dos beneficiários, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº. 33902.378749/2013-88, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, na forma do disposto nos incisos I e III, do art. 82, da RN nº. 197, de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o Regime de Direção Técnica na operadora UNIMED DAS ESTÂNCIAS PAULISTAS OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE, SOCIEDADE COOPERATIVA, registro ANS nº. 34.806-6, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.029.782/0001-54.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

RETIFICAÇÃO

Na Decisão de 29 de setembro de 2014, processo n.º 33902.126806/2010-01, publicada no DOU nº 202, em 20 de outubro de 2014, Seção 1, página 40: onde se lê: "Protocolo ANS n° 33902.126809/2010-01...". leia-se: "Protocolo ANS n° 33902.126806/2010-01 ".

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 34, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

A DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO da Agência Nacional de Saúde Suplementar, tendo em vista o disposto nos Arts. 12 e 13 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, nos Arts. 53, V, 54 e 55 da Resolução Normativa (RN) nº 197, de 16 de julho de 2009, no parágrafo único do Art. 22 da RN nº 48, de 19 de setembro de 2003, resolve:

Art. 1º Delegar a competência prevista no Art. 22, caput da Resolução Normativa (RN) nº 48, de 19 de setembro de 2003, ao Gerente responsável pela Gerência-Geral de Fiscalização (GGFIS) para julgamento em primeira instância administrativa dos processos administrativos sancionadores, bem como para processos decorrentes de fiscalização pró-ativa.

Parágrafo único. A delegação prevista no caput desse artigo não alcança os juízos de admissibilidade do recurso e de reconsideração previstos no art. 27, caput, da RN nº 48, de 2003, que permanecem com o Diretor da DIFIS.

Art. 2º A competência delegada nesta Portaria não poderá ser objeto de nova delegação.

Art. 3º As decisões tomadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade.

Art. 4º Da decisão proferida por delegação caberá recurso à Diretoria Colegiada, conforme Arts. 26, caput, da RN nº 48, de 2003.

Art. 5º A delegação prevista nesta Portaria terá duração por prazo indeterminado, podendo ser revogada a qualquer momento.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE SANCHES FREIRE

PORTARIA Nº 35, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

A DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO da Agência Nacional de Saúde Suplementar, tendo em vista o disposto nos Arts. 12 e 13 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, nos Arts. 53, V, 54 e 55 da Resolução Normativa (RN) nº 197, de 16 de julho de 2009, no parágrafo único do Art. 22 da RN nº 48, de 19 de setembro de 2003, resolve:

Art. 1º Delegar a competência prevista no Art. 22, caput da Resolução Normativa (RN) nº 48, de 19 de setembro de 2003, ao Gerente responsável pela Gerência de Supervisão dos Núcleos da ANS (GESUP) para julgamento em primeira instância administrativa dos processos administrativos sancionadores sob sua competência, salvo os oriundos da representação prevista no Art. 8º da Resolução Normativa - RN nº 48, de 19 de setembro de 2003, e da fiscalização pró-ativa.

Parágrafo único. A delegação prevista no caput desse artigo não alcança os juízos de admissibilidade do recurso e de reconsideração previstos no art. 27, caput, da RN nº 48, de 2003, que permanecem com o Diretor da DIFIS.

Art. 2º A competência delegada nesta Portaria não poderá ser objeto de nova delegação.

Art. 3º As decisões tomadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade.

Art. 4º Da decisão proferida por delegação caberá recurso à Diretoria Colegiada, conforme Arts. 26, caput, da RN nº 48, de 2003.

Art. 5º A delegação prevista nesta Portaria terá duração por prazo indeterminado, podendo ser revogada a qualquer momento.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE SANCHES FREIRE

PORTARIA Nº 36, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

A DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO da Agência Nacional de Saúde Suplementar, tendo em vista o disposto nos Arts. 12 e 13 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, nos Arts. 53, V, 54 e 55 da Resolução Normativa (RN) nº 197, de 16 de julho de 2009, no parágrafo único do Art. 22 da RN nº 48, de 19 de setembro de 2003, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Delegar a competência prevista no Art. 22, caput da Resolução Normativa (RN) nº 48, de 19 de setembro de 2003, ao Coordenador responsável pela Coordenadoria de Processos Sancionadores (COPS) para julgamento em primeira instância administrativa dos processos administrativos sancionadores, decorrentes de comunicações encaminhadas pelas áreas técnicas da ANS para apuração das infrações de natureza regulatória.

Parágrafo único. A delegação prevista no caput desse artigo não alcança os juízos de admissibilidade do recurso e de reconsideração previstos no art. 27, caput, da RN nº 48, de 2003, que permanecem com o Diretor da DIFIS.

Art. 2º A competência delegada nesta Portaria não poderá ser objeto de nova delegação.

Art. 3º As decisões tomadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade.

Art. 4º Da decisão proferida por delegação caberá recurso à Diretoria Colegiada, conforme Arts. 26, caput, da RN nº 48, de 2003.

Art. 5º A delegação prevista nesta Portaria terá duração por prazo indeterminado, podendo ser revogada a qualquer momento.

Art. 6 º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE SANCHES FREIRE

NÚCLEO NO PARÁ

DECISÃO DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Uender Soares Xavier - Chefe do Núcleo Pará - NUCLEO DA ANS PARA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 331 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

UENDER SOARES XAVIER

ANEXO

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25780.003980/2014-05	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de gar. em 29/01/14, o proc. Cirurgia Esterilizadora Masculina ao benef. SRS.Infr. art. 12 da Lei 9656/98.	80000 (OITENTA MIL REAIS)
25780.001508/2014-20	ODONTOVIDA LTDA ME	418200.	83.335.596/0001-08	Deixar de gar. em nov/13, à benef. BST, cópia do contrato e do regulamento. Infr. art. 16,§único da Lei 9656/98.	2000 (DOIS MIL REAIS)
25780.000638/2014-45	UNIMED FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS DO CENTRO-OESTE E TOCANTINS	347361.	01.409.581/0001-82	Deixar de gar. cob. de retossigmoidectomia abdominal por videolaparoscopia e linfadenectomia pélvica laparoscópica solic. em nov/13 à benef. ECF.Infr. art. 12 da Lei 9656/98.	32000 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)
25780.004916/2013-52	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Operar o produto de forma diversa do registrado em 21/02/11 e aplicar, em maio/13, reajuste por mudança de faixa etária da benef. NHML sem previsão contratual. Infr. art. 9º e 15, respectivamente, da Lei nº 9.656/1998	95000 (NOVENTA E CINCO MIL REAIS)

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO REGULATÓRIA

DECISÃO DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

O Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 6.368 de 26/06/2014, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003 e alterações, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.295186/2012-11	INSTITUTO ASSISTENCIAL MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA.	414883	05.923.989/0001-29	Cancelamento da autorização de funcionamento ou do registro provisório da operadora. Pendência de decisão de primeira instância. Pela anulação da Representação e pelo arquivamento dos autos com fundamento no art. 26-D, § 3º, da RN nº 85/2004.	ARQUIVAMENTO

MARCUS TEIXEIRA BRAZ

DECISÃO DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

O Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 6.368 de 26/06/2014, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003 e alterações, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.500282/2011-05	PONTUAL SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.	413411	04.113.414/ 0001-88	Indicação do Coordenador TISS, do respectivo suplente e descrição completa do endereço eletrônico na internet do Portal Corporativo da operadora. Art. 10, da RN nº 190/2009. Conduta tipificada no art. 34, da RN 124/06. Infração configurada.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
33902.489584/2011-15	SAMOC S.A. - SOCIEDADE ASSISTENCIAL MEDICA E ODONTO CIRURGICA	343676.	33.721.226/0001-30	Indicação do Coordenador TISS, do respectivo suplente e descrição completa do endereço eletrônico na internet do Portal Corporativo da operadora. Art. 10, da RN nº 190/2009. Conduta tipificada no art. 34, da RN 124/06. Infração configurada.	10.000,00 (DEZ MIL REAIS).
33902.493767/2011-27	UNIÃO PLANOS DE SAÚDE LTDA	409707.	03.417.964/0001-28	Indicação do Coordenador TISS, do respectivo suplente e descrição completa do endereço eletrônico na internet do Portal Corporativo da operadora. Art. 10, da RN nº 190/2009. Conduta tipificada no art. 34, da RN 124/06. Infração configurada.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
33902.494450/2011-16	GREEN LIFE SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA LTDA.	410471.	03.571.385/0001-35	Indicação do Coordenador TISS, do respectivo suplente e descrição completa do endereço eletrônico na internet do Portal Corporativo da operadora. Art. 10, da RN nº 190/2009. Conduta tipificada no art. 34, da RN 124/06. Infração configurada.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
33902.492066/2011-71	ODONTOBET LTDA	402214.	01.293.923/0001-41	Indicação do Coordenador TISS, do respectivo suplente e descrição completa do endereço eletrônico na internet do Portal Corporativo da operadora. Art. 10, da RN nº 190/2009. Conduta tipificada no art. 34, da RN 124/06. Infração configurada.	5.000,00 (CINCO MIL REAIS)
33902.502314/2011-07	SESI-RJ FIRJAN CIRJ SAÚDE	415359.	07.578.281/0001-03	Indicação do Coordenador TISS, do respectivo suplente e descrição completa do endereço eletrônico na internet do Portal Corporativo da operadora. Art. 10, da RN nº 190/2009. Conduta tipificada no art. 34, da RN 124/06. Infração configurada.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
33902.500173/2011-80	GLOBAL UBERABA EMPREENDIMENTOS LTDA	412848.	04.101.252/0001-68	Indicação do Coordenador TISS, do respectivo suplente e descrição completa do endereço eletrônico na internet do Portal Corporativo da operadora. Art. 10, da RN nº 190/2009. Conduta tipificada no art. 34, da RN 124/06. Infração configurada.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
33902.008156/2013-57	SERVIÇO SOCIAL DAS ESTRADAS DE FERRO - SESEF	312304.	33.909.540/0001-41	Indicação do Coordenador TISS, do respectivo suplente e descrição completa do endereço eletrônico na internet do Portal Corporativo da operadora. Art. 10, da RN nº 190/2009. Conduta tipificada no art. 34, da RN 124/06. Infração configurada.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

33902.503929/2011-42	INSTITUTO DE SAÚDE ASCADE	415634.	07.804.117/0001-77	Indicação do Coordenador TISS, do respectivo suplente e descrição completa do endereço eletrônico na internet do Portal Corporativo da operadora. Art. 10, da RN nº 190/2009. Conduta tipificada no art. 34, da RN 124/06. Infração configurada.	5.000,00 (CINCO MIL REAIS)
33902.006958/2013-22	STYLLUS-MEDICLIN BENEFÍCIOS E SERVIÇOS LTDA	412414.	03.308.346/0001-40	Indicação do Coordenador TISS, do respectivo suplente e descrição completa do endereço eletrônico na internet do Portal Corporativo da operadora. Art. 10, da RN nº 190/2009. Conduta tipificada no art. 34, da RN 124/06. Infração configurada.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
33902.008057/2013-75	POLYMED - POLYCLÍNICA MEDICA E OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE S/S LTDA	332291.	85.137.891/0001-85	Indicação do Coordenador TISS, do respectivo suplente e descrição completa do endereço eletrônico na internet do Portal Corporativo da operadora. Art. 10, da RN nº 190/2009. Conduta tipificada no art. 34, da RN 124/06. Infração configurada.	10.000,00 (DEZ MIL REAIS)
33902.494442/2011-61	CAIXA BENEFICENTE DOS AUXILIARES DO COM. CAFEEIRO DE SANTOS	410225.	58.197.922/0001-10	Indicação do Coordenador TISS, do respectivo suplente e descrição completa do endereço eletrônico na internet do Portal Corporativo da operadora. Art. 10, da RN nº 190/2009. Conduta tipificada no art. 34, da RN 124/06. Infração configurada.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
33902.006575/2013-54	PORTO DIAS SAUDE LTDA.	415081.	06.145.428/0001-09	Indicação do Coordenador TISS, do respectivo suplente e descrição completa do endereço eletrônico na internet do Portal Corporativo da operadora. Art. 10, da RN nº 190/2009. Conduta tipificada no art. 34, da RN 124/06. Infração configurada.	5.000,00 (CINCO MIL REAIS)
33902.006901/2013-23	UNIODONTO PIRAQUEACU - COOPERATIVA ODONTOLOGICA PIRAQUEAÇU	412601.	03.397.228/0001-55	Indicação do Coordenador TISS, do respectivo suplente e descrição completa do endereço eletrônico na internet do Portal Corporativo da operadora. Art. 10, da RN nº 190/2009. Conduta tipificada no art. 34, da RN 124/06. Infração configurada.	5.000,00 (CINCO MIL REAIS)
33902.007839/2013-97	CEORP - CENTRO ODONTOLOGICO LTDA	401871.	64.928.609/0001-08	Indicação do Coordenador TISS, do respectivo suplente e descrição completa do endereço eletrônico na internet do Portal Corporativo da operadora. Art. 10, da RN nº 190/2009. Conduta tipificada no art. 34, da RN 124/06. Infração configurada.	10.000,00 (DEZ MIL REAIS)
33902.488753/2011-91	SULCLINICA LTDA	338206.	87.446.993/0001-08	Indicação do Coordenador TISS, do respectivo suplente e descrição completa do endereço eletrônico na internet do Portal Corporativo da operadora. Art. 10, da RN nº 190/2009. Conduta tipificada no art. 34, da RN 124/06. Infração configurada.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
33902.491367/2011-87	PRÓ ODONTO ASSISTENCIA ODONTOLOGICA LTDA	400106.	01.451.680/0001-22	Indicação do Coordenador TISS, do respectivo suplente e descrição completa do endereço eletrônico na internet do Portal Corporativo da operadora. Art. 10, da RN nº 190/2009. Conduta tipificada no art. 34, da RN 124/06. Infração configurada.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)

MARCUS TEIXEIRA BRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO N° 327, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VII e no § 1º do art. 5º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidir os recursos, a seguir especificados, conforme relação anexa, em conformidade com as deliberações aprovadas pela Diretoria Colegiada em Reunião Ordinária Interna realizada em 30 de Outubro de 2014.

IVO BUCARESKY
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

Empresa: Cienlabor Indústria e Comércio Ltda.
CNPJ: 02.814.280/0001-05
Processo nº: 25351.750829/2013-87
Expediente do Recurso nº: 0333266/14-7
Decisão: Por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer Corca/Suali 49/2014 e os Despachos 054 e 055/2014 GEMAT/GGTPS.

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 4 de novembro de 2014

N° 78 - A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem os inciso III e IV, do art. 15, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, bem como o disposto no inciso IX e nos §§ 1º e 3º do art. 5º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 da Anvisa, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U de 02 de junho de 2014, considerando o disposto no art. 29 do Decreto 3.029, de 16 de abril de 1999, e o Programa de Melhoria do Processo de Regulamentação da Agência, instituído por meio da Portaria nº 422, de 16 de abril de 2008, resolve aprovar proposta de iniciativa em Anexo bem como dar conhecimento e publicidade ao processo de elaboração de proposta de atuação regulatória da Agência, conforme deliberado em reunião realizada em 30 de outubro de 2014, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

IVO BUCARESKY
Substituto

ANEXO

Processo nº: 25351115630/2009-12
Agenda Regulatória 2013-2014: Não é tema da Agenda
Assunto: Proposta de Iniciativa para elaboração de Resolução de Diretoria Colegiada com o objetivo de prorrogar os prazos de adequação à RDC nº 64/2009, que dispõe sobre o Registro de Radiofármacos.
Área responsável: Gerência de Produtos Biológicos - GPBIO/GGPBS/SUMED
Regime de Tramitação: Especial
Diretor Relator: Renato Alencar Porto

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução-RE n° 4.115, de 21 de outubro de 2014, publicada no D.O.U. nº 204, de 22 de outubro de 2014, Seção 1, pág. 40,
Onde se lê:
"MuscleMeds Performance Technologies"
Leia-se:
"Maximum Human Performance Inc"

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NO MARANHÃO

PORTARIA Nº 251, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE NO ESTADO DO MARANHÃO, nomeado pela Portaria n.º 972 de 10 de setembro de 2008, publicada no DOU n.º 176 de 11 de setembro de 2008, no uso das suas atribuições que lhe confere a Portaria n.º 930 de 10 de julho de 2013, publicada no DOU n.º 134 de 15 de julho de 2013, resolve:

Art. 1º- Prorrogar pela segunda vez, até o dia 20/11/2014 o prazo previsto no art. 3º da Portaria nº 208, de 12/09/2014, do Superintendente Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Maranhão, publicada no DOU nº 22.09.2014, seção 1, pág. 56, para que os proponentes/municípios manifestem interesse, mediante encaminhamento do anexo II, de aludida portaria, devidamente preenchido, em candidatarem-se a serem capacitados no Programa de Cooperação Técnica, celebrado entre a FUNASA e a Universidade Federal Fluminense para elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIR VIERA TANNÚS JUNIOR

PORTARIA Nº 254, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE NO ESTADO DO MARANHÃO, nomeado pela Portaria n.º 972 de 10 de setembro de 2008, publicada no DOU n.º 176 de 11 de setembro de 2008, no uso das suas atribuições que lhe confere a Portaria n.º 930 de 10 de julho de 2013, publicada no DOU n.º 134 de 15 de julho de 2013, resolve:

Art. 1º- APROVAR, com base no Parecer Técnico do NICT-MA, os pleitos dos municípios abaixo relacionados, por atenderem aos requisitos de elegibilidade previstos na Portaria nº 208/2014, de 12/09/2014, publicada no DOU nº 182, de 22/09/2014 que regulamenta os critérios de seleção referente ao TED 01/2014.

Nº	MUNICÍPIOS		Nº	MUNICÍPIO
01	Agua Doce do Maranhão		25	João Lisboa
02	Alcântara		26	Junco do Maranhão
03	Altamira do Maranhão		27	Lagoa Grande do Maranhão
04	Alto Alegre do Maranhão		28	Lima Campos
05	Anajatuba		29	Loreto
06	Araguanã		30	Maranhãozinho
07	Arame		31	Matinha
08	Bequimão		32	Miranda do Norte
09	Boa Vista do Gurupi		33	Mirinzal
10	Bom Jardim		34	Nova Olinda do Maranhão
11	Bom Lugar		35	Olinda Nova do Maranhão
12	Brejo de Areia		36	Pedreiras
13	Buriti		37	Peritoró
14	Cachoeira Grande		38	Pio XII
15	Cajari		39	Raposa
16	Cândido Mendes		40	Riachão
17	Cantanhêde		41	Rosário
18	Centro do Guilherme		42	Santa Luzia do Paruá
19	Feira Nova do Maranhão		43	Satubina
20	Formosa da Serra Negra		44	Tasso Fragoso
21	Godofredo Viana		45	Tibiras
22	Governador Nunes Freire		46	Trizidela do Vale
23	Guimarães		47	Turiaçu
24	Igarapé Grande		48	Turilândia

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIR VIERA TANNÚS JUNIOR

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.202, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera a habilitação do Hospital das Clínicas de Uberlândia de Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Neurocirurgia ara Centro de Referência de Alta Complexidade em Neurologia.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº. 1.161/GM/MS, de 7 de julho de 2005, que institui a Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Neurológica, no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº. 756/SAS/MS, de 27 de dezembro de 2005, que regulamenta e define as Redes Estaduais e/ou Regionais de Assistência ao Paciente Neurológico na Alta Complexidade;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando a Portaria nº. 646/SAS/MS, de 10 de novembro de 2008, que trata dos atributos dos procedimentos relacionados à neurocirurgia na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS e da habilitação dos estabelecimentos nas Redes de Assistência ao Paciente Neurológico;

Considerando a manifestação da Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais, bem como a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite, por meio da Deliberação 089/2011 de 18 de julho de 2011; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral da Média e Alta Complexidade, resolve:

Art. 1º Fica alterada a habilitação do estabelecimento de saúde abaixo relacionado, de Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Neurocirurgia - código 16.01 para Centro de Referência de Alta Complexidade em Neurologia - código 16.02, para realização dos procedimentos nos códigos de serviço/classificação - 105/001, 105/002, 105/003, 105/004, 105/005 e 105/007:

CNPJ	CNES	Serviço/ Classificação	Estabelecimento
25648387/0001-18	2146355	105/001, 105/002, 105/003, 105/004, 105/005, 105/07	Hospital das Clínicas de Uberlândia

Art. 2º O custeio da referida mudança de habilitação correrá por conta do orçamento da Secretaria Municipal de Saúde de Uberlândia, considerando o Ofício.SUB.SPAS nº 0244/2013, Secretária de Estado da Saúde de Minas Gerais, de 25/07/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

APARECIDA LINHARES PIMENTA

PORTARIA Nº 1.203, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Transtorno Esquizoafetivo.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso das atribuições,

Considerando a necessidade de se estabelecerem os parâmetros sobre o transtorno esquizoafetivo no Brasil e de diretrizes nacionais para o diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos indivíduos com esta doença;

Considerando que os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) são resultado de consenso técnico-científico e são formulados dentro de rigorosos parâmetros de qualidade e precisão de indicação;

Considerando as sugestões dadas à Consulta Pública nº 5/SAS/MS, de 14 de junho de 2012, para um PCDT único de esquizofrenia e transtorno esquizoafetivo e a necessidade de se dispor de protocolos específicos para cada uma destas doenças; e

Considerando a avaliação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias do SUS (CONITEC), do Departamento de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - DAF/SCTIE/MS e das área de Saúde Mental e Assessoria Técnica da Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/MS, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados, na forma do Anexo desta Portaria, disponível no sitio: ww.saude.gov.br/sas, o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Transtorno Esquizoafetivo.

Parágrafo único. O Protocolo objeto deste Artigo, que contém o conceito geral do transtorno esquizoafetivo, critérios de diagnóstico, critérios de inclusão e de exclusão, tratamento e mecanismos de regulação, controle e avaliação, é de caráter nacional e deve ser utilizado pelas Secretarias de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios na regulação do acesso assistencial, autorização, registro e ressarcimento dos procedimentos correspondentes.

Art. 2º É obrigatória a cientificação do paciente, ou do seu responsável legal, dos potenciais riscos e efeitos colaterais relacionados ao uso de medicamento preconizado para o tratamento do transtorno esquizoafetivo.

Art. 3º Os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, conforme a sua competência e pactuações, deverão estruturar a rede assistencial, definir os serviços referenciais e estabelecer os fluxos para o atendimento dos indivíduos com essa doença em todas as etapas descritas no Anexo desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APARECIDA LINHARES PIMENTA

PORTARIA Nº 1.204, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Artrite Psoríaca.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso das atribuições,

Considerando a necessidade de se estabelecerem parâmetros sobre a artrite psoríaca no Brasil e de diretrizes nacionais para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos indivíduos com esta doença;

Considerando que os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) são resultado de consenso técnico-científico e são formulados dentro de rigorosos parâmetros de qualidade e precisão de indicação;

Considerando as sugestões dadas à Consulta Pública nº 2/SAS/MS, de 04 de fevereiro de 2014; e

Considerando a avaliação técnica da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS - CONITEC, do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos - DAF/SCTIE/MS e da Assessoria Técnica da /MS, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados, na forma do Anexo desta Portaria, disponível no sitio: www.saude.gov.br/sas, o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Artrite Psoríaca.

Parágrafo único. O Protocolo objeto deste Artigo, que contém o conceito geral da artrite psoríaca, critérios de diagnóstico, critérios de inclusão e de exclusão, tratamento e mecanismos de regulação, controle e avaliação, é de caráter nacional e deve ser utilizado pelas Secretarias de Saúde dos Estados e dos Municípios na regulação do acesso assistencial, autorização, registro e ressarcimento dos procedimentos correspondentes.

Art. 2º É obrigatória a cientificação do paciente, ou do seu responsável legal, dos potenciais riscos e efeitos colaterais relacionados ao uso de medicamento preconizado para o tratamento da artrite psoríaca.

Art. 3º Os gestores estaduais e municipais do SUS, conforme a sua competência e pactuações, deverão estruturar a rede assistencial, definir os serviços referenciais e estabelecer os fluxos para o atendimento dos indivíduos com a doença em todas as etapas descritas no Anexo desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APARECIDA LINHARES PIMENTA

PORTARIA N° 1.205, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico e alogênico aparentado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 21 14 SP 09
II - denominação: Hospital Inglês;
III - CNPJ: 08.604.105/0001-61;
IV - CNES: 5710979;
V- endereço: Rua Silvia, Nº. 193, Bairro: Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01.331-010.

Art. 2° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

RIM: 24.08

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 01 02 MG 30
II - denominação: Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros - Hospital Santa Casa de Montes Claros;
III - CNPJ: 22.669.931/0001-10;
IV - CNES: 2149990;
V- endereço: Praça Honorato Alves, Nº. 22, Bairro: Centro, Montes Claros/MG, CEP: 39.400-103.

I - Nº do SNT: 2 01 06 MG 07
II - denominação: Hospital Universitário São José - Fundação Educacional Lucas Machado;
III - CNPJ: 17.178.203/0006-80;
IV - CNES: 4034236;
V- endereço: Rua Aimorés, Nº. 2896, Bairro: Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.170-043.

Art. 3° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 11 02 MG 22
II - denominação: Hospital de Olhos de Governador Valadares SC Ltda;
III - CNPJ: 02.753.750/0001-60;
IV - CNES: 3004376;
V- endereço: Rua Olegário Maciel, Nº. 915, Bairro: Centro, Governador Valadares/MG, CEP: 35.010-200.

I - Nº do SNT: 2 11 00 MG 02
II - denominação: Hospital de Olhos de Minas Gerais SC Ltda;
III - CNPJ: 65.279.663/0001-32;
IV - CNES: 3030733;
V- endereço: Rua da Paisagem, Nº. 220, Bairro: Vila da Serra, Nova Lima/MG, CEP: 34.000-000.

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT: 2 11 08 RJ 02
II - denominação: Ofatlmoclinica São Gonçalo LTDA;
III - CNPJ: 39.522.404/0001-80;
IV - CNES: 2291525;
V- endereço: Rua Salvatori, Nº. 99, Bairro: Centro, São Gonçalo/RJ, CEP: 24.421-005.

I - Nº do SNT: 2 11 00 RJ 17
II - denominação: Hospital Federal de Ipanema;
III - CNPJ: 00.394.544/0210-00;
IV - CNES: 2269775;
V- endereço: Rua Antonio Parreiras, Nº. 67-69, Bairro: Ipanema, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.411-020.

Art. 4° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico e alogênico aparentado à equipe de saúde a seguir identificada:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 1 21 14 SP 55
II - responsável técnico: Rosaura Saboya, hematologista e hemoterapeuta, CRM 62627;
III - membro: Frederico Luiz Dulley, hematologista e hemoterapeuta, CRM 33842.

Art. 5° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim às equipes de saúde a seguir identificadas:

RIM: 24.08

DISTRITO FEDERAL

I - Nº do SNT 1 01 99 DF 05
II - responsável técnico: Maria Cristina Santos de Gusmão Lobo, nefrologista, CRM 4318;
III - membro: Eugênia Aparecida Gonçalves Tonin, nefrologista, CRM 5568;
IV - membro: Marcelo Antônio Martins Almeida, nefrologista, CRM 4303;
V - membro: Ruth Bittar Souto, nefrologista, CRM 8028;
VI - membro: Marcelo Pereira Lodônio, nefrologista, CRM 10184;
VII - membro: Fernando Cabral de Paiva Schroeder, nefrologista, CRM 10845;
VIII - membro: Viviane Brandão Bandeira de Mello Santana, nefrologista, CRM 13803;
IX - membro: Simone da Mota Calazans, nefrologista, CRM 9795;
X - membro: Roberta Casanovas Tavares Bello, nefrologista, CRM 12684;
XI - membro: Odimary Araújo Costa Reis Silva, nefrologista, CRM 3097;
XII - membro: Maria da Penha Almeida Batista, nefrologista, CRM 5591;
XIII - membro: Joanny Araujo da Silva, nefrologista, CRM 13863;
XIV - membro: Tânia Maria de Souza Fontes, nefrologista, CRM 9501;
XV - membro: Hilton Carlos Rocha Dias, nefrologista, CRM 4355;
XVI - membro: Tiago Furtado Ferreira, nefrologista, CRM 15108;
XVII - membro: Guilherme Antonio Veloso Coaracy, urologista, CRM 12124;
XVIII - membro: João Emerson Alencar Santos, urologista, CRM 10932;
XIX - membro: João Ricardo Alves, urologista, CRM 12109;
XX - membro: Wallace Guedes Borges, urologista, CRM 11530;
XXI - membro: Flávio Henrique Frederico Guimarães, urologista, CRM 8114;
XXII - membro: Elson Roberto Ribeiro Faria, urologista, CRM 4560;
XXIII - membro: Francisco Diogo Rios Mendes, urologista, CRM 6439;
XXIV - membro: Marshal Araújo Vilar, nefrologista, CRM 12289;
XXV - membro: Ana Paula Pereira Santana Lemes Canuto, nefrologista, CRM 17825;
XXVI - membro: Flavia Lara Barcelos, nefrologista, CRM 14457;
XXVII - membro: Gustavo João Sebba, nefrologista, CRM 15824;
XXVIII - membro: Gabriela Di Guida, nefrologista, CRM 14930.

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 01 02 MG 51
II - responsável técnico: Geraldo Sérgio Gonçalves Meira, nefrologista, CRM 17602;
III - membro: José Carlos Barbosa, nefrologista, CRM 9326;
IV - membro: Marilda Soares Lopes Veloso, nefrologista, CRM 15280;
V - membro: Fernando Santos da Silva, anestesiologista, CRM 36197;
VI - membro: Christiano Simões de Oliveira, urologista, CRM 30381;
VII - membro: Maria Inez Bicalho Tanure, anestesiologista, CRM 5232;
VIII - membro: Evaldo Jener, urologista, CRM 36221;
IX - membro: Luiz Fernando Veloso, cirurgião geral, CRM 31968;
X - membro: Waldyr Nascimento Bessa Filho, anestesiologista, CRM 12500;
XI - membro: Erickson Miranda Dourado, anestesiologista, CRM 35878;
XII - membro: Conrado Leonel Menezes, urologista, CRM 42201;
XIII - membro: Sérgio Santos Rametta, urologista, CRM 41424;
XIV - membro: Walfredo Gonçalves de Quadros Júnior, cirurgião geral, CRM 42945;
XV - membro: Marília Guimarães Heyden Barbosa, anestesiologista, CRM 12543;
XVI - membro: Ítalo Lopes e Carvalho, anestesiologista, CRM 42197;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

XVII - membro: Adriana Rodrigues Cunha Drumond, anestesiologista, CRM 24048;
XVIII - membro: Lázaro de Carvalho Oliveira Neto, anestesiologista, CRM 43483;
XIX - membro: Margarida Batista de Souza, anestesiologista, CRM 12334;
XX - membro: Torquato Gonçalves da Fonseca, anestesiologista, CRM 8770;
XXI - membro: Divino Urias Mendonça, nefrologista, CRM 18448;
XXII - membro: Catarina Ferreira Veloso de Abreu Silva,
nefrologista, CRM 16412;
XXIII - membro: Fernanda Lopes Morais Machado, anestesiologista, CRM 45686;
XXIV - membro: Larissa Lafetá Nascimento, anestesiologista, CRM
47767;
XXV - membro: Juan Carlo Godinho Alves Tonoco, anestesiologista, CRM 47110;
XXVI - membro: Gilberto Pedro Rodrigues, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 43743;
XXVII - membro: Edvard Tadeu Mota Nobre, anestesiologista, CRM
13456.

Art. 6° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado à equipe de saúde a seguir identificada:

FÍGADO: 24.09

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 02 04 SP 39
II - responsável técnico: José Ben-Hur de Escobar Ferraz Neto, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 60455;
III - membro: Rogério Carballo Afonso, cirurgião do aparelho
digestivo, CRM 70533;
IV - membro: Maria Paula Villela Coelho, cirurgiã geral, CRM 98555;
V - membro: Renato Hidalgo, cirurgião do aparelho digestivo l, CRM
105540;
VI - membro: Enis Donizetti Silva, anestesiologista, CRM 58650;
VII - membro: Fernando David Goehler, anestesiologista, CRM 66291;
VIII - membro: André Luis Ottoboni, anestesiologista, CRM 79870;
IX - membro: Cássio Campello de Menezes, anestesiologista, CRM
94469;
X - membro: Adávio de Oliveira e Silva, gastroenterologista e hepatologista, CRM 13739.

Art. 7° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

BAHIA

I - Nº do SNT 1 11 12 BA 05
II - responsável técnico: Patrícia Maria Fernandes Marback, oftalmologista, CRM 12299.

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT 1 11 00 RJ 32
II - responsável técnico: Eduardo Laboissiere da Silva, oftalmologista, CRM 52320560.

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 11 02 MG 19
II - responsável técnico: Dayana Kneipp Bartels, oftalmologista, CRM 45146;
III - membro: Dilourdes Eclair Silva Magalhães, oftalmologista, CRM
9979;
IV - membro: Gislaine Sanglard da Silva, oftalmologista, CRM 23907;
V - membro: Rafael Vidal Mérula, oftalmologista, CRM 36879;
VI - membro: Gustavo Gouvea Sotto Maior, oftalmologista, CRM
36902;
VII - membro: Fabricio Rodrigues Tassi, oftalmologista, CRM 44041;
VIII - membro: Mônica Passos Chagas, oftalmologista, CRM 31419.

Art. 8° As renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, terão validade pelo prazo de dois anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 5º, 6º, 7º e 8º do art. 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009.

Art. 9° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APARECIDA LINHARES PIMENTA

PORTARIA N° 1.206, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede a classificação de acordo com a complexidade tecnológica ao estabelecimento de saúde.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e na Portaria nº 845/GM/MS, de 2 de maio de 2012, que estabelece estratégia de qualificação e ampliação do acesso aos transplantes de órgãos e de medula óssea por meio da criação de novos procedimentos e de custeio diferenciado para a realização de procedimentos de transplantes e processo de doação de órgãos; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram os estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida a reclassificação de acordo com a complexidade tecnológica aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CLASSIFICAÇÃO: NÍVEL D

PERNAMBUCO

I - denominação: Organização Hospitalar de Pernambuco LTDA - Hospital Jayme da Fonte;
II - CNPJ: 11.452.240/0001-43;
III - CNES: 2352516;
IV- endereço: Rua das Pernambucanas, N°: 167, Bairro: Graças, Recife/PE, CEP: 52.010-011.

Art. 2º As classificações concedidas para estabelecimento de saúde por meio desta Portaria, em conformidade com o art. 2º da Portaria nº 845/2012, terão validade pelo período de dois anos a contar desta publicação, de acordo com o estabelecido no § 3º do art. 3º da Portaria nº 845/2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APARECIDA LINHARES PIMENTA

PORTARIA N° 1.207, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede renovação de autorização ao Banco de Tecido Musculo Esquelético.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009;

Considerando a Resolução - RDC Nº 220, de 27 de dezembro de 2006;

Considerando a avaliação da Secretaria de Estado da Saúde;

Considerando a licença de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária Local; e

Considerando a análise técnica da Secretaria de atenção à Saúde - Departamento de Atenção Hospitalar e Urgência/Coordenação Geral do Sistema Nacional de Transplantes, resolve:

Art. 1° Fica concedida renovação de autorização ao Banco de tecido músculo esquelético do estabelecimento de saúde a seguir identificado:

BANCO DE TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.15

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT 3 52 04 RJ 13
II - denominação: Banco de tecidos musculoesquelético do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia - Jamil Haddad;
III - CGC: 00.394.544/0212-63;
IV - CNES: 2273276;
V- endereço: Avenida Brasil, Nº. 500, Bairro: São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.940-070.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APARECIDA LINHARES PIMENTA

PORTARIA N° 1.208, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Inclui membro na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 830/SAS/MS, de 25 de julho de 2013.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 830/SAS/MS, de 25 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 143, de 26 de julho de 2013, Seção 1, página 33, o membro a seguir conforme nº do SNT 1 01 01 ES 02:

RIM: 24.08

ESPÍRITO SANTO

I - Nº do SNT 1 01 01 ES 02
II - membro: Fabricio Davel Torres, nefrologista, CRM 8767.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APARECIDA LINHARES PIMENTA

PORTARIA N° 1.209, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Exclui membro da equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 830/SAS/MS, de 25 de julho de 2013.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica excluído da equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 830/SAS/MS, de 25 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 143, de 26 de julho de 2013, Seção 1, página 33, o membro a seguir conforme nº do SNT 1 01 01 ES 02:

RIM: 24.08

ESPÍRITO SANTO

I - Nº do SNT 1 01 01 ES 02
II - membro: Hiram Ferreira de Abreu, nefrologista, CRM 5395.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APARECIDA LINHARES PIMENTA

RETIFICAÇÃO

No art. 5º da Portaria nº 1.081/SAS/MS, de 16 de outubro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 201, de 17 de outubro de 2014, Seção 1, página 77,

Onde se lê:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 2 21 00 SC 07
II - denominação: Fundação de Apoio ao Hemosc e Cepon;
.....
IV - CNES: 4059956;

Leia-se:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 2 21 00 SC 07
II - denominação: Fundação de Apoio ao Hemosc e Cepon;
.....
IV - CNES: 0019445;

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 701, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Divulga a seleção de propostas do Município de Goiânia/GO no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Pacto da Mobilidade.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem: o inciso I do art 1º do Decreto nº 6.532, de 5 de agosto de 2008; os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal; o inciso III do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; e o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003,

considerando a inclusão dos empreendimentos, no PAC, pelo Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento (CGPAC), conforme lavrado em ata de 27 de fevereiro de 2014;

considerando o Decreto nº 8.227, de 22 de abril de 2014, que discrimina as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) a serem executadas por meio de transferência obrigatória, Ação 10SS - Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano do Programa 2048 Mobilidade Urbana e Trânsito; e

considerando a Portaria nº 164, de 12 de abril de 2013, que aprova o Manual de Instruções para Aprovação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades, resolve:

Art. 1º Tornar pública a seleção de propostas apresentadas pela Prefeitura do Município de Goiânia/GO ao Ministério das Cidades, inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Pacto da Mobilidade, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANTONIO VIEIRA FERNANDES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

SELEÇÃO DE PROPOSTAS INSERIDAS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) - PACTO DA MOBILIDADE

UF	Proponente	Empreendimento	Fonte de Recursos	Código do empreendimento
GO	Prefeitura do Município de Goiânia	Elaboração de projetos para os corredores: 3ª Radial/Pq. Atheneu, Castelo/Mutirão, Consolação, Pio XII, São Francisco, T-10, 115, Bernardo Sayão, Marechal Rondon, Aderup, Fort Ville, Fued Sebba, Leste/Oeste, Mangalô, Mangalô - Ramal, São Francisco - Ramal 1, São Francisco - Ramal 2, BR-060 e do Manto	OGU	MCID.02929
		Elaboração de projetos para três terminais de integração de ônibus urbano e uma estação de conexão na cidade de Goiânia: Terminais Santa Rita, Campus Samambaia e Guanabara; e Estação de Conexão Parque das Laranjeiras		

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

RESOLUÇÃO N° 504, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

Dispõe sobre a utilização obrigatória de espelhos retrovisores, equipamento do tipo câmera-monitor ou outro dispositivo equivalente, a ser instalado nos veículos destinados ao transporte coletivo de escolares.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), usando da competência que lhe confere o inciso I do art. 12 da Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e conforme o Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), e

Considerando a necessidade de garantir ao condutor de veículos escolares a completa visão da área adjacente ao veículo durante o embarque e o desembarque de passageiros;

Considerando que os dispositivos para visão indireta destinam-se a possibilitar a observação da área de circulação de trânsito adjacente ao veículo que pode não ser observada por visão direta;

Considerando o Processo Administrativo n° 80000.022200/2009-07, instaurado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, e o Inquérito Civil n° 1.34.001.0009378/2009-71, resolve:

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a utilização obrigatória de espelhos retrovisores, equipamento do tipo câmera-monitor ou outro dispositivo equivalente, a ser instalado nos veículos destinados ao transporte coletivo de escolares.

Art. 2º Os campos de visão de que dispõe esta Resolução deverão ser obtidos por meio de espelhos retrovisores, equipamentos do tipo câmera-monitor, pela combinação desses equipamentos ou por outros dispositivos com comprovada eficiência técnica.

§ 1º Entende-se por outros dispositivos com comprovada eficiência técnica, aqueles resultantes da inovação tecnológica, capazes de substituir os equipamentos previstos nesta Resolução.

§ 2º As especificações técnicas necessárias para o cumprimento dos requisitos desta Resolução quanto à aplicação, à fabricação e à instalação dos dispositivos para visão indireta estão dispostas nos Anexos I, II e III.

Art. 3º A partir de 1º de janeiro de 2016 todos os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares, das categorias M1, M2 e M3, fabricados no país ou importados devem atender aos requisitos constantes desta Resolução.

Art. 4º Os veículos fabricados ou importados antes de 1º de janeiro de 2016 devem atender os requisitos dispostos nesta Resolução até de 1º de janeiro de 2018.

Art. 5º Fica facultada a antecipação dos prazos previstos nesta Resolução.

Art. 6º As modificações realizadas nos veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares, a fim de atender aos requisitos previstos nesta Resolução, não serão consideradas alterações de características.

Art. 7º A não observância do disposto nesta Resolução, sujeitará o infrator à penalidade prevista no artigo 230, incisos IX e X, do CTB.

Art. 8º Os anexos desta Resolução encontram-se disponíveis no sitio eletrônico do www.denatran.gov.br.

Art. 9º Fica revogada a Resolução CONTRAN nº 439, de 17 de abril de 2013.

Art. 10 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MORVAM COTRIM DUARTE
Presidente do Conselho

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
p/Ministério Dos Transportes

JOSÉ MARIA RODRIGUES DE SOUZA
p/Ministério da Educação

PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO
p/Ministério das Cidades

JOSÉ ANTÔNIO SILVÉRIO
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

PAULO CESAR DE MACEDO
p/Ministério do Meio Ambiente

NAUBER NUNES DO NASCIMENTO
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

PAULO SÉRGIO COELHO BEDRAN
p/Ministério do Desenvolvimento Indústria Comércio Exterior

RESOLUÇÃO Nº 506, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

Dispõe sobre a Estrutura de Proteção Contra Impactos de Capotagem (ROPS) para cabine de caminhonetes utilizadas nas atividades de mineração subterrânea e a céu aberto, em garimpos, beneficiamento e pesquisa mineral.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso I do Art. 12 da Lei 9503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e conforme o Decreto 4711 de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT);

Considerando a necessidade de regulamentar o uso e instalação de Estrutura de Proteção Contra Impactos de Capotagem - ROPS;

Considerando a necessidade de melhorar a segurança dos veículos com foco na segurança do trabalho;

Considerando o que consta do processo 80000.045867/2012-75; resolve:

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a Estrutura de Proteção Contra Impactos de Capotagem (ROPS) para cabine de caminhonetes utilizadas nas atividades de mineração subterrânea e a céu aberto, em garimpos, beneficiamento e pesquisa mineral.

Paragrafo Único. O presente equipamento é de uso facultativo e exclusivo para a atividade de mineração.

Art.2º A ROPS trata do reforço do sistema estrutural da cabine de caminhonetes e tem como finalidade absorver e dissipar a energia gerada em caso de tombamento ou capotagem do veículo, sem comprometer seu desempenho, diminuindo os ricos aos ocupantes.

Art. 3º As ROPS são classificadas de duas formas:

I. Estrutura interna: estrutura com resistência compatível a que se destina, montada no interior da cabine do veículo, podendo ser aparente ou estar coberta pela forração do teto do veículo, tendo como apoio principal o assoalho deste (fig. 1).



Fig. 1 Modelo Ilustrativo

II. Estrutura externa: estrutura com resistência compatível a que se destina, montada externamente ao veículo tendo, como apoio principal o assoalho da caçamba deste (fig.2).



Fig. 2 Modelo Ilustrativo

Parágrafo Único. Outras estruturas externas comumente chamadas de "Santo Antônio", utilizadas em caminhonetes, não são objeto desta Resolução.

Art. 4º A instalação da ROPS, conforme especificado nesta Resolução, constitui transformação do veículo, devendo este atender aos dispositivos legais em vigor para circular em vias públicas.

§ 1º Para o atendimento do disposto no caput deste Artigo, deverão ser observados os procedimentos para a concessão do código de marca/modelo/versão do Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM) e da emissão do Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito (CAT) em vigor;

§ 2º O requerente deverá comprovar que o veículo será utilizado nas atividades previstas no item 22.2.1 da Norma Regulamentadora nº 22, aprovada pela Portaria nº 3214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e suas atualizações;

§ 3º Caberá ao Órgão Máximo Executivo de Trânsito da União avaliar a aplicabilidade da ROPS em outras atividades de alto risco de tombamento e capotagem do veículo previstas nas Normas Regulamentadoras do MTE.

Art. 5º A ROPS deverá atender aos requisitos do Anexo desta Resolução.

Art. 6º A Estrutura de Proteção Contra Impactos de Capotagem - ROPS deverá ser projetada e fabricada especificamente para cada modelo de caminhonete, sendo vedada sua utilização em furgões.

Art. 7º Deverá ser fixada na ROPS, em lugar de fácil visualização, por meio de rebites, plaqueta de alumínio que apresente de forma legível as seguintes informações:

I. Identificação do fabricante,

II. CNPJ do fabricante,

III. Marca e modelo do veículo a que se destina a estrutura,

IV. Número do CAT.

Art. 8º Em caso de danificação o equipamento deverá ser substituído. Não será admitida reforma ou recuperação, em Estruturas de Proteção Contra Impactos de Capotagem - ROPS danificadas por qualquer razão.

Art. 9º A partir de um ano da publicação desta Resolução, seus requisitos serão obrigatórios para o licenciamento de veículos equipados com Estrutura de Proteção Contra Impactos de Capotagem - ROPS, sendo facultada sua antecipação para os veículos regularizados antes do prazo previsto.

Art. 10. Os veículos em desacordo com esta Resolução terão o Certificado de Licenciamento Anual retido para regularização, sendo aplicáveis as penalidades previstas no Artigo 230, incisos VII e XII e, Artigo 237, do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MORVAM COTRIM DUARTE
Presidente do Conselho

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
p/Ministério Dos Transportes

JOSÉ MARIA RODRIGUES DE SOUZA
p/Ministério da Educação

PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO
p/Ministério das Cidades

JOSÉ ANTÔNIO SILVÉRIO
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

PAULO CESAR DE MACEDO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

p/Ministério do Meio Ambiente

NAUBER NUNES DO NASCIMENTO
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

PAULO SÉRGIO COELHO BEDRAN
p/Ministério do Desenvolvimento Indústria Comércio Exterior

ANEXO

Este anexo estabelece os requisitos técnicos que a Estrutura de Proteção Contra Impactos de Capotagem - ROPS devem atender para as caminhonetes.

1. Para o dimensionamento da ROPS interna, deve levar em conta as questões ergonômicas de cada modelo de veículo.

2. Os pontos de fixação da ROPS no veículo, devem ter elevada rigidez, porém não deverão estar localizados no chassi do mesmo de modo a permitir a dissipação de energia pela deformação em caso de impacto.

2.1 Para estruturas internas preferencialmente os pontos de fixação principais devem, preferencialmente, estar localizados no assoalho próximo às bases das colunas do veículo.

2.2 Para estruturas externas preferencialmente os pontos de fixação principais devem, preferencialmente, estar localizados na caçamba do veículo próximo a caixa de rodas e na lateral da mesma.

3. As ROPS devem suportar cargas aplicadas (carregamento) em três direções: vertical, lateral e frontal, calculadas em tonelada força, em função do peso bruto total (PBT) do veículo (m). (Tabela 1)

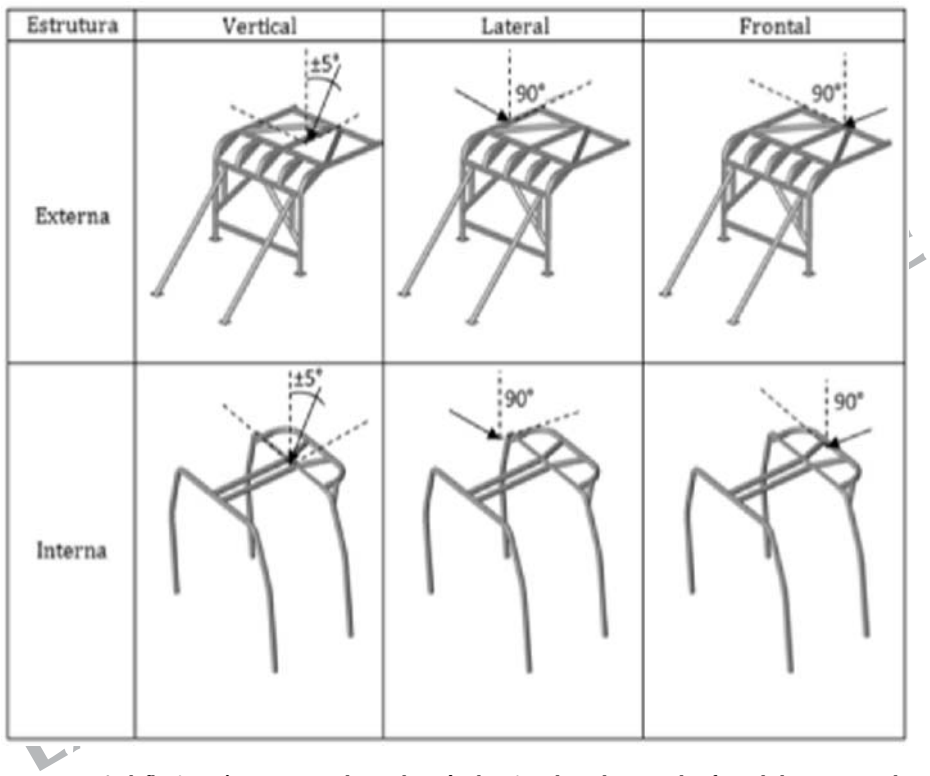
Tabela 1

Carregamento	Vertical (tf)	Lateral (tf)	Frontal (tf)
Carga	(4,0 x *g* x *m*)/10	(1,5 x *g* x *m*)/10	(1,0 x g x m)/10

Sendo:
g - aceleração da gravidade (9,8 m/s²)
m - PBT do veículo (t)

4. Ilustração para aplicação do carregamento - (Tabela 2)

Tabela 2



5. A deflexão máxima em qualquer das três direções, lateral, vertical e frontal da Estrutura de Proteção Contra Impactos de Capotagem interna, deve ser no máximo100 mm (cem milímetros).

6. A deflexão máxima em qualquer das três direções, lateral, vertical e frontal da ROPS externa, deve ser no máximo 160 mm (cento e sessenta milímetros).

7. Os valores de deflexão devem ser obtidos com o carregamento da ROPS em um dispositivo de ensaio estático com atuadores hidráulicos rastreados e calibrados pela Rede Brasileira de Calibração.

8. O ensaio deve ser realizado aplicando os carregamentos na seguinte ordem:

8.1 Lateral

8.2 Vertical

8.3 Frontal

9. As ROPS podem ser constituídas de material tubular ou outros tipos de perfis, respeitando os parâmetros técnicos de corte, dobra e solda do material.

10.Os materiais de fixação parafusos e porcas, deverão ser compatíveis com os níveis de esforços a que serão submetidas as estruturas.

11.As ROPS internas poderão ser protegidas pela própria forração do teto do veículo ou, se expostas no interior do mesmo, por material que proteja os ocupantes contra impactos na própria estrutura. Neste caso, a proteção deve ser removível para fins de vistoria e avaliação da estrutura.

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

Nº 577/2013-CD - Processo nº 53500.001489/2009

Conselheiro Relator: Rodrigo Zerbone Loureiro. Fórum Deliberativo: Reunião nº 720, de 7 de novembro de 2013. Recorrente/Interessado: FIRST MILE INTERNET SERVICE LTDA. (CNPJ/MF nº 03.533.923/0001-05)

EMENTA: TRIBUTÁRIO. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PAF. RECURSO DE OFÍCIO. SAF. EXERCÍCIO 2004. PELA DECADÊNCIA. RECURSO CONHECIDO. NÃO PROVIDO. 1. Trata-se de processo administrativo fiscal que tem por objeto o recolhimento de valores devidos ao Fust referentes ao exercício de 2004. 2. A empresa foi notificada dos lançamentos. 3. A Procuradoria Federal da Anatel opinou pela desnecessidade de sua manifestação haja vista a edição da Portaria nº 612/2013, de 26 de julho de 2013, a qual estabelece como sendo obrigatória a manifestação deste Órgão nos casos em que o valor lançado seja igual ou superior a R$ 200.000,00 (duzentos mil reais). 4. Recurso não provido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 434/2013-GCRZ, de 1º de novembro de 2013, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso de ofício interposto para, no mérito, negar-lhe provimento.

Participaram da deliberação o Presidente Substituto Jarbas José Valente e os Conselheiros Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Marcus Vinícius Paolucci.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 8.670, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) FUNDACAO PADRE ANCHIETA CENTRO PAULISTA DE RADIO E TVS EDUCATIVAS, CNPJ nº 61.914.891/0001-86 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

EVERALDO GOMES FERREIRA
Gerente

ATO Nº 8.672, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) MUNICIPIO DE CONCHAL, CNPJ nº 45.331.188/0001-99 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

EVERALDO GOMES FERREIRA
Gerente

ATO Nº 8.673, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Expede autorização à "CONDOMINIO SHOPPING PARQUE D. PEDRO", CNPJ nº 04.895.134/0001-79 para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

EVERALDO GOMES FERREIRA
Gerente

ATO Nº 8.675, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Expede autorização à FABIO HENRIQUE TONDIN MATOS, CPF nº 099.472.978-29 para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

EVERALDO GOMES FERREIRA
Gerente

ATO Nº 8.676, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Expede autorização à ORSA INTERNATIONAL PAPER EMBALAGENS S/A, CNPJ nº 17.101.880/0003-57 para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

EVERALDO GOMES FERREIRA
Gerente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Nos termos do art. 82, inciso IX, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612 de 29/04/2013, publicam-se as decisões finais proferidas nos Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pado) relacionados:

N.º do Processo	Responsável	CPF/CNPJ	Enquadramento Legal	Decisão Final	Valor (R$)
530000475662010	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ITAIENSE	57.264.061/0001-83	Art 173, II da Lei 9.472/97	Multa	400,00
535040190992011	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SAIDE KASSIS	02.692.919/0001-19	Art 173, II da Lei 9.472/97	Multa	1.800,00
535040082862012	ELIANA DE SOUZA LEMES	12.418.575/0001-08	Art 131 da Lei 9.472/97 c/c Art 10 do Regulamento aprovado pela Resolução 272/2001 e c/c art 52 aprovado pela resolução n° 73/1998	Multa	3010,08
530000050712001	ASSOCIAÇÃO CULTURAL RENOVAÇÃO	01.877.552/0001-45	Art 173, II da Lei 9.472/97	Multa	200,00
535040120052012	EAS TIETE SA	02.998.609/0001-27		Arquivamento	
535040187292011	4I NET SOROCABA LTDA - EPP	05.644.383/0001-54	Art 173, II da Lei 9.472/97	Multa	5.010,89
535040077482011	RADIO VIP DE PIRAPOZINHO LTDA	02.216.440/0001-06		Arquivamento	
535040259182011	AXA NET TELECOMUNICAÇÕES LTDA	09.159.837/001-52	Art 173, II da Lei 9.472/97	Multa	3.000,00
535040115932011	ORLANDIA RADIO CLUBE	53.311.064/0001-70		Arquivamento	
535040059572012	ALVES E TRAJANO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA - ME	13.213.249/0001-27	Art 131 da Lei 9.472/97 c/c Art 10 do Regulamento aprovado pela Resolução 272/2001 e c/c art aprovado pela resolução n° 73/1998	Multa	3.010,08
5350401089220l2	AGRICOLA TATEZ SA	07.728.746/0001-65	Item 9.8 da Norma 13/97 e Art. 162 Lei 9.472/97 c/c Art 173, II da Lei 9.472/97	Multa	72.200,00
530000489842010	FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE	59.486.605/0001-87	Art 173, II da Lei 9.472/97	Multa	2.400,00
530000071032010	FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE	59.486.605/0001-87	Art 173, II da Lei 9.472/97	Multa	2.400,00
530000204782010	ASSOCIAÇÃO CULTURAL CAJURENSE BOCA DA MATA DE APOIO A COMUNIDADE	02.880.050/0001-36	Art 173, II da Lei 9.472/97	Multa	800,00
535040064652011	EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MIRACATU LTDA	02.420.525/0001-01		Arquivamento	
535040036682010	MARCOS AMADO DE ALVARENGA	205.994.138-59	Art 163 da Lei 9.472/97 Art 55, inciso V alínea b do Regulamento de Certificação e Homologação	Multa	3.850,00
535040125082011	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	61.413.092/0001-26	Art 173, II da Lei 9.472/97	Multa	6.000,00
535040137412012	SCORPION TELECOMUNICÇÕES DE RIBEIRÃO PRETO LTDA ME	11.705.603/0001-05	Art 131 e 162 da Lei 9.472/97 c/c art 10 resolução 272/2001	Multa	3.510,08
535040213602011	WELINGTON JOSE RONCHI	09.606.561/0001-03	Art 131 da Lei 9.472/97 c/c art 10 resolução 272/2001	Multa	3.010,08
535040048352012	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO	45.774.064/0001-88	Art 173, II da Lei 9.472/97	Multa	8.000,00
535040127092012	RADIO METROPOLITANA PAULISTA	60.457.561/0001-46	Art 173, II da Lei 9.472/97	Multa	2.400,00
530000489802010	FUNDAÇÃO SÉCULO VINTE E UM	59.016.873/0001-35	Item 34bn do art. 122 do RSR c/c item 2.5.2 portaria 38/74 ccc item 9.3.1. do RTTV	Multa	6.400,00
530000126892010	SISTEMA OPINIÃO DE COMUNICAÇÃO E COMERCIO LTDA	49.973.613/0001-02	Art 173, II da Lei 9.472/97	Multa	6.000,00
530000184872010	ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE GUARACI	02.262.565/0001-72	Art 40, XVIII do Regulamento de Serviços de radiodifusão Comunitária decreto n° 2.615 de 03/06/1998	Multa	1.320,00
530000126842010	PREFEITURA MUNICIPAL CATANDUVA	45.122.603/0001-02	Art 173, II da Lei 9.472/97	Multa	2.000,00
530000319802010	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SAIDE KASSIS	02.692.919/0001-19	Art 173, II da Lei 9.472/97	Multa	200,00
530000058792010	ASSOCIAÇÃO SÓCIO CULTURAL RIBEIRÃO BRANCO	02.990.154/0001-01	Art 173, II da Lei 9.472/97	Multa	600,00
530000264182010	FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE	59.486.605/0001-87	Art 173, II da Lei 9.472/97	Multa	1.200,00
535040078542011	A.B.G. COMUNICAÇÕES LTDA	03.886.692/0001-05		Arquivamento	
535040084932011	TV CARIOBA COMUNICAÇÕES LTDA	61.317.095/0001-66		Arquivamento	
535040135832011	RADIO VIDA FM LTDA	56.787.377/0001-97		Arquivamento	
535040255312012	EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO SA - EBC	09.168.704/0001-42		Arquivamento	
535040224272012	FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75		Arquivamento	
535040052022003	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA	72.130.818/0001-30		Arquivamento	
535040223102011	O DIÁRIO RADIO E TELEVISÃO LTDA	45.265.220/0001-85		Arquivamento	
535040167212011	EDVALDO LUIS DOS SANTOS	268.423.168-04	Art 173, II da Lei 9.472/97	Multa	2.038,00
535040259132011	JOSÉ ADAILSON CRUZ DA SILVA	315.822.458-51	Art 173, II da Lei 9.472/97 e art 55, inciso V alínea "b" do regulamento aprovado pela Resolução n° 242/2000	Multa	3.850,00
535040233362011	ASSOCIAÇÃO NEW LIFE	01.669.351/0001-52	Item 18.2.1 Norma Complementar MC n° 01/2004 e Art 173, II da Lei 9.472/97	Multa	400,00
535040255422011	ASSOCIAÇÃO DOS TAXISTAS DO PONTO DO SHOPPING IBIRAPUERA	02.100.754/0001-49	Art 173, II da Lei 9.472/97	Multa	200,00

EVERALDO GOMES FERREIRA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 8.715, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 530000195282007 - SECRETARIA DO GABINETE CIVIL - OM - Maceió/AL- Canal 960 kHz - Homologa a transferência do local do estúdio Principal.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

ATO Nº 8.716, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 530000195282007 - SECRETARIA DO GABINETE CIVIL - OM - Canal 960 kHz - Autoriza a mudança do Transmissor Principal e Auxiliar.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 8.469, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Processo n.º 53500.013644/2014. Declara extinta, por renúncia, a partir de 11 de agosto de 2014, a autorização outorgada à CORDIA COMUNICACOES S/A, CNPJ/MF n° 06.225.000/0001-76, por intermédio do Ato n° 6.400, de 20 de setembro de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2011, para explorar o Serviço Telefônico Fixo Comutado, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço às Regiões I, I e II do Plano Geral de Outorgas - PGO.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.521, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

Outorgar autorização para uso das radiofrequências, sem exclusividade, à TELEFÔNICA BRASIL S.A., CNPJ nº 02.558.157/0001-62 para a prestação do Serviço STFC/RADIOTELEFONICO - ESTACOES TERRESTRES destinado ao uso do público em geral (STFC).

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.571 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53500.005161/2014. Expede autorização à ODETE FATIMA DUTRA - ELETRONICA - ME, CNPJ/MF nº 13.590.250/0001-70, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.584, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

Processo n.º 53500.029052/2013 - Expede autorização à(ao) PAULO JUSTEN RAMBORGER - ME, CNPJ/CPF 14.912.473/0001-70, para explorar o Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, em âmbito nacional e internacional, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação do serviço o estado do Rio Grande do Sul. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s), à(ao) PAULO JUSTEN RAMBORGER - ME, CNPJ nº 14.912.473/0001-70, associada à autorização do Serviço Limitado Privado, na aplicação Supervisão e Controle, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, pelo prazo de 20 (vinte) anos, em caráter precário, prorrogável uma única vez, por igual período e de forma onerosa.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.641, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Processo no 53500.018881/2013. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à BD FIBRA TELECOM LTDA. - EPP, CNPJ no 16.824.029/0001-28, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 25 de Setembro de 2028, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, em caráter precário, referente(s) ao(s) radio enlace(s) ancilar(es).

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.649, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo no 53500.006286/2012. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à TERABYTE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM BANDA LARGA LTDA. -EPP, CNPJ no 11.080.925/0001-06, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es), em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.674, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Outorgar autorização para uso das radiofrequências, sem exclusividade, à OI S.A., CNPJ nº 76.535.764/0322-66 para a prestação do Serviço STFC/RADIOTELEFONICO - ESTACOES TERRESTRES destinado ao uso do público em geral (STFC).

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.666, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53740.000189/02. RÁDIO TIMBÓ LTDA. - FM - Rio dos Cedros/SC - Canal 234. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.667, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53740.000189/02. RÁDIO TIMBÓ LTDA. - FM - Rodeio/SC - Canal 260. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO Nº 8.668, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53740.000194/02.SOCIEDADE VALE DE COMUNICAÇÕES LTDA. - FM -Pomerode/SC - Canal 285. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.694, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53500.020518/13. ASSOCIAÇÃO COMUNIT. DE RADIODIFUSÃO E AÇÃO SOCIAL EL SHADAY - RADCOM - Ipirá/BA - Canal 290. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.695, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53500.025090/13. ASSOC.DOS PRODUTORES RURAIS DA QUADRA 10 DE SETEMBRO - RADCOM - Presidente Médici/MA - Canal 200. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.696, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53500.024927/13. ASSOC.CULT. COMUNIT.DE RADIODIFUSÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP - RADCOM - Presidente Prudente/SP - Canal 285. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.707, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53500.022733/14.RÁDIO E TELEV.RECORD S/A. -RTV -Franca/SP - Canal 47- - Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.710, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 29110.001182/91.RCR-REDE DE COMUNICAÇÃO REGIONAL LTDA. RTV-Altamira/PA - Canal 8+ - Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.711, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.043597/12. TV VALE DO ITAJAI LTDA - RTVD - Blumenau/SC - Canal 31. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.712, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.043604/12. TV O ESTADO FLORIANÓPOLIS LTDA - RTVD - Criciúma/SC - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.713, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.058248/12. TV O ESTADO FLORIANÓPOLIS LTDA - RTVD - Laguna/SC - Canal 30. Autoriza Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.714, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.043592/12. TV VALE DO ITAJAI LTDA - RTVD - São Bento do Sul/SC - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO DA SECRETÁRIA
Em 3 de novembro de 2014

Nº 72 - A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:
Dar publicidade ao recurso da entidade abaixo relacionada:

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Recurso
53000.068955/2010	Rede Sul Matogrossense de Emissoras Ltda	OM	Aparecida do Taboado	MS	Conhecido e não provido D

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 2.111, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar a Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53516.002332/2012	Estação Retransmissora de Televisão Sarandi Ltda	RTV	Sarandi	PR	Multa	1.088,43	Inciso V do art. 45 do Decreto nº 5.371, de 17/2/2005. Atribuir 8 pontos em razão da prática da citada infração	Portaria DEAA n° 2.111, de 24/10/2014 D	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013

JOÃO PAULO SARAIVA DE ANDRADE

PORTARIAS DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar as Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa, em função de processos administrativos instaurados pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53508.011323/2012	Fundação Cultural e de Radiodifusão Catedral São Sebastião do Rio de Janeiro	FME	São Gonçalo	RJ	Multa	2.513,12	Alínea "h" do item 12 do art. 28 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão. Atribuir 4 pontos em razão da prática da citada infração	Portaria DEAA n° 2140, de 27/10/2014 D	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53504.021992/2011	Associação e Rádio Comunitária Super	RADCOM	Sorocaba	SP	Multa	559,77	Incisos XV e XIX do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98. Atribuir 12 pontos em razão da prática da citada infração	Portaria DEAA n° 2132, de 27/10/2014 D	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013

JOÃO PAULO SARAIVA DE ANDRADE

PORTARIAS DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar as Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa, em função de processos administrativos instaurados pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53508.011319/2012	Fundação Universo	TVE	São Gonçalo	RJ	Multa	8.224,76	Alíneas "c", "i" e "j" do item 12 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e art. 13 do Decreto-Lei nº 236/67. Atribuir 20 pontos em razão da prática das citadas infrações	Portaria DEAA n° 2152, de 29/10/2014 D	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53504.025654/2012	Associação Clamor dos Pobres	RADCOM	Caiabu	SP	Multa	1.370,79	Incisos XV, XVII e XIX do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98. Atribuir 14 pontos em razão da prática da citada infração	Portaria DEAA n° 2161, de 29/10/2014 D	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013

JOÃO PAULO SARAIVA DE ANDRADE

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3.º da Portaria n.º 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve:

Conceder passaportes diplomáticos, com base no art. 6.º, § 3.º, do Decreto 5.978, de 04 de dezembro de 2006, a:

Nome	Expediente de solicitação	Órgão	Validade
Maria da Solidade de Oliveira Costa	Ofício nº 99/C-PR, de 30 de outubro de 2014	Presidência da República	5 anos

LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 590, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 7º, 43 e 47, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48421.803011/2008, resolve:

Art. 1º Outorgar à MT4 Participações e Empreendimentos S.A., concessão para lavrar Minério de Ferro, no Município de Simões, Estado do Piauí, numa área de 1.127,39 hectares, delimitada por um Polígono que tem seus Vértices coincidentes com os Pontos de Coordenadas Geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 07°52'48,950"S/40°38'55,532"W; 07°52'48,950"S/40°40'19,998"W; 07°52'17,999"S/40°40'19,999"W; 07°52'17,999"S/40°41'06,100"W; 07°51'39,698"S/40°41'06,100"W; 07°51'39,698"S/40°40'19,999"W; 07°50'48,027"S/40°40'19,999"W; 07°50'48,027"S/40°38'55,532"W; 07°52'48,950"S/40°38'55,532"W; em SAD 69 e em Coordenadas Cartesianas delimitada por um Polígono que tem um Vértice coincidente com o Ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 07°52'48,950"S e Long. 40°38'55,532"W e os lados a partir desse Vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 2587,5m-W; 950,8m-N; 1412,2m-W; 1176,6m-N; 1412,2m-E; 1587,4m-N; 2587,5m-E; 3714,9m-S.

Parágrafo único. A outorga objeto desta Portaria fica condicionada à anuência de seu Titular a Termo de Compromisso, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

TERMO DE COMPROMISSO

A Empresa MT4 Participações e Empreendimentos S.A., interessada na outorga da concessão para lavrar Minério de Ferro, no Município de Simões, Estado do Piauí, numa área de 1.127,39 hectares, delimitada por um Polígono que tem seus Vértices coincidentes com os Pontos de Coordenadas Geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 07°52'48,950"S/40°38'55,532"W; 07°52'48,950"S/40°40'19,998"W; 07°52'17,999"S/40°40'19,999"W; 07°52'17,999"S/40°41'06,100"W; 07°51'39,698"S/40°41'06,100"W; 07°51'39,698"S/40°40'19,999"W; 07°50'48,027"S/40°40'19,999"W; 07°50'48,027"S/40°38'55,532"W; 07°52'48,950"S/40°38'55,532"W; em SAD 69 e em Coordenadas Cartesianas delimitada por um Polígono que tem um Vértice coincidente com o Ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 07°52'48,950"S e Long. 40°38'55,532"W e os lados a partir desse Vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 2587,5m-W; 950,8m-N; 1412,2m-W; 1176,6m-N; 1412,2m-E; 1587,4m-N; 2587,5m-E; 3714,9m-S., conforme consta do Processo DNPM nº 48421.803011/2008, firma, como condição de eficácia para a outorga a ser concedida, o presente Termo de Compromisso no sentido de desempenhar suas atividades em conformidade com a legislação setorial, observando especialmente o seguinte:

I) a outorga de concessão de lavra fica condicionada à reserva medida de 43.664.000 toneladas de minério bruto (ROM), do Processo em questão, referente à aprovação do Relatório Final de Pesquisa, e a produção anual prevista de 42.995.300 toneladas para reserva lavrável integrada de 879.043.000 toneladas de minério bruto, do Plano de Aproveitamento Econômico Integrado, referente ao Processo em questão e aos Processos DNPM nºs 48421.803016/2007, 48421.803345/2007, 48421.803012/2008, 48421.803013/2008, 48421.803014/2008 e 48421.803322/2008, aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;

II) qualquer alteração de especificações e metas do Plano de Aproveitamento Econômico da Jazida ficarão submetidos à avaliação e à aprovação do DNPM, para, posteriormente, serem objeto de nova Portaria Ministerial autorizando sua efetiva implementação;

III) o Titular da outorga deve iniciar os trabalhos previstos no Plano de Lavra no prazo de seis meses, contados da data da publicação da Portaria Ministerial de Concessão, sob pena de caracterização de abandono formal da jazida. Após iniciados os trabalhos de lavra, estes não poderão ser interrompidos por mais de seis meses consecutivos, nos termos do art. 49 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967; e

IV) a outorga de concessão de lavra e sua exploração pelo respectivo Titular devem atender às condições estabelecidas por lei ou regulamentação setorial superveniente.

_____

Assinatura, Nome e CPF do Representante da Empresa

PORTARIA Nº 591, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 7º, 43 e 47, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48421.803013/2008, resolve:

Art. 1º Outorgar à MT4 Participações e Empreendimentos S.A., concessão para lavrar Minério de Ferro, no Município de Simões, Estado do Piauí, numa área de 1.371,48 hectares, delimitada por um Polígono que tem seus Vértices coincidentes com os Pontos de Coordenadas Geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 07°52'51,800"S/40°38'22,741"W; 07°54'42,462"S/40°38'22,741"W; 07°54'42,462"S/40°40'34,444"W; 07°52'51,800"S/40°40'34,444"W; 07°52'51,800"S/40°38'22,741"W; em SAD 69 e em Coordenadas Cartesianas delimitada por um Polígono que tem um Vértice coincidente com o Ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 07°52'51,800"S e Long. 40°38'22,741"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 3399,7m-S;4034,2m-W;3399,7m-N;4034,2m-E.

Parágrafo único. A outorga objeto desta Portaria fica condicionada à anuência de seu Titular a Termo de Compromisso, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

TERMO DE COMPROMISSO

A Empresa MT4 Participações e Empreendimentos S.A., interessada na outorga da concessão para lavrar Minério de Ferro, no Município de Simões, Estado do Piauí, numa área de 1.371,48 hectares, delimitada por um Polígono que tem seus Vértices coincidentes com os Pontos de Coordenadas Geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 07°52'51,800"S/40°38'22,741"W; 07°54'42,462"S/40°38'22,741"W; 07°54'42,462"S/40°40'34,444"W; 07°52'51,800"S/40°40'34,444"W; 07°52'51,800"S/40°38'22,741"W; em SAD 69 e em Coordenadas Cartesianas delimitada por um Polígono que tem um Vértice coincidente com o Ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 07°52'51,800"S e Long. 40°38'22,741"W e os lados a partir desse Vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 3399,7m-S;4034,2m-W;3399,7m-N;4034,2m-E, conforme consta do Processo DNPM nº 48421.803013/2008, firma, como condição de eficácia para a outorga a ser concedida, o presente Termo de Compromisso no sentido de desempenhar suas atividades em conformidade com a legislação setorial, observando especialmente o seguinte:

I) a outorga de concessão de lavra fica condicionada à reserva medida de 14.527.000 toneladas de minério bruto (ROM), do processo em questão, referente à aprovação do Relatório Final de Pesquisa, e a produção anual prevista de 42.995.300 toneladas para reserva lavrável integrada de 879.043.000 toneladas de minério bruto, do Plano de Aproveitamento Econômico Integrado, referente ao Processo em questão e aos Processos DNPM nºs 48421.803016/2007, 48421.803345/2007, 48421.803011/2008, 48421.803012/2008, 48421.803014/2008 e 48421.803322/2008, aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;

II) qualquer alteração de especificações e metas do Plano de Aproveitamento Econômico da Jazida ficarão submetidos à avaliação e à aprovação do DNPM, para, posteriormente, serem objeto de nova Portaria Ministerial autorizando sua efetiva implementação;

III) o Titular da outorga deve iniciar os trabalhos previstos no Plano de Lavra no prazo de seis meses, contados da data da publicação da Portaria Ministerial de Concessão, sob pena de caracterização de abandono formal da Jazida. Após iniciados os trabalhos de lavra, estes não poderão ser interrompidos por mais de seis meses consecutivos, nos termos do art. 49 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967; e

IV) a outorga de concessão de lavra e sua exploração pelo respectivo Titular devem atender às condições estabelecidas por lei ou regulamentação setorial superveniente.

_____

Assinatura, Nome e CPF do Representante da Empresa

PORTARIA Nº 592, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 7º, 43 e 47, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48421.803345/2007, resolve:

Art. 1º Outorgar à MT4 Participações e Empreendimentos S.A., concessão para lavrar Minério de Ferro, nos Municípios de Paulistana e Curral Novo do Piauí, Estado do Piauí, numa área de 1.899,78 hectares, delimitada por um Polígono que tem seus Vértices coincidentes com os Pontos de Coordenadas Geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 07°55'52,819"S/40°44'08,546"W; 07°55'52,823"S/40°43'45,692"W; 07°55'52,787"S/40°43'45,692"W; 07°55'52,787"S/40°43'45,674"W; 07°55'33,292"S/40°43'45,679"W; 07°55'33,294"S/40°43'21,682"W; 07°56'15,781"S/40°43'21,670"W; 07°56'15,800"S/40°44'43,295"W; 07°57'04,651"S/40°44'43,285"W; 07°57'04,651"S/40°46'19,399"W; 07°57'56,964"S/40°46'19,399"W; 07°57'56,964"S/40°49'26,041"W; 07°57'40,464"S/40°49'26,041"W; 07°57'40,466"S/40°50'00,000"W; 07°58'00,000"S/40°50'00,000"W; 07°57'59,999"S/40°50'58,774"W; 07°57'27,448"S/40°50'58,773"W; 07°57'27,449"S/40°49'37,144"W; 07°57'11,173"S/40°49'37,144"W; 07°57'11,167"S/40°47'42,865"W; 07°56'51,637"S/40°47'42,867"W; 07°56'51,616"S/40°45'15,938"W; 07°55'23,729"S/40°45'15,955"W; 07°55'23,714"S/40°44'08,542"W; 07°55'52,819"S/40°44'08,546"W; em SAD 69 e em Coordenadas Cartesianas delimitada por um Polígono que tem um Vértice coincidente com o Ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 07°55'52,819"S e Long. 40°44'08,546"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 700,0m-E; 1,1m-N; 0,6m-E; 598,9m-N; 735,0m-E; 1305,2m-S; 2500,1m-W; 1500,7m-S; 2943,7m-W; 1607,1m-S; 5716,2m-W; 506,9m-N; 1040,1m-W; 600,1m-S; 1800,0m-W; 1000,0m-N; 2500,0m-E; 500,0m-N; 3499,9m-E; 600,0m-N; 4499,9m-E; 2700,1m-N; 2064,8m-E; 894,1m-S, tendo em vista o englobamento de áreas de que trata o Processo DNPM nº 48421.803016/2008.

Parágrafo único. A outorga objeto desta Portaria fica condicionada à anuência de seu Titular a Termo de Compromisso, na forma do Anexo.

Art. 2º Ficam sem efeito os referidos diretos minerários incorporados no englobamento de que se trata o artigo anterior.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

TERMO DE COMPROMISSO

A Empresa MT4 Participações e Empreendimentos S.A., interessada na outorga da concessão para lavrar Minério de Ferro, nos Municípios de Paulistana e Curral Novo do Piauí, Estado do Piauí, numa área de 1.899,78 hectares, delimitada por um Polígono que tem

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

seus Vértices coincidentes com os Pontos de Coordenadas Geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 07°55'52,819"S/40°44'08,546"W; 07°55'52,823"S/40°43'45,692"W; 07°55'52,787"S/40°43'45,692"W; 07°55'52,787"S/40°43'45,674"W; 07°55'33,292"S/40°43'45,679"W; 07°55'33,294"S/40°43'21,682"W; 07°56'15,781"S/40°43'21,670"W; 07°56'15,800"S/40°44'43,295"W; 07°57'04,651"S/40°44'43,285"W; 07°57'04,651"S/40°46'19,399"W; 07°57'56,964"S/40°46'19,399"W; 07°57'56,964"S/40°49'26,041"W; 07°57'40,464"S/40°49'26,041"W; 07°57'40,466"S/40°50'00,000"W; 07°58'00,000"S/40°50'00,000"W; 07°57'59,999"S/40°50'58,774"W; 07°57'27,448"S/40°50'58,773"W; 07°57'27,449"S/40°49'37,144"W; 07°57'11,173"S/40°49'37,144"W; 07°57'11,167"S/40°47'42,865"W; 07°56'51,637"S/40°47'42,867"W; 07°56'51,616"S/40°45'15,938"W; 07°55'23,729"S/40°45'15,955"W; 07°55'23,714"S/40°44'08,542"W; 07°55'52,819"S/40°44'08,546"W; em SAD 69 e em Coordenadas Cartesianas delimitada por um Polígono que tem um Vértice coincidente com o Ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 07°55'52,819"S e Long. 40°44'08,546"W e os lados a partir desse Vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 700,0m-E; 1,1m-N; 0,6m-E; 598,9m-N; 735,0m-E; 1305,2m-S; 2500,1m-W; 1500,7m-S; 2943,7m-W; 1607,1m-S; 5716,2m-W; 506,9m-N; 1040,1m-W; 600,1m-S; 1800,0m-W; 1000,0m-N; 2500,0m-E; 500,0m-N; 3499,9m-E; 600,0m-N; 4499,9m-E; 2700,1m-N; 2064,8m-E; 894,1m-S, tendo em vista o englobamento de área de que trata o Processo DNPM nº 48421.803016/2008, conforme consta do Processo DNPM nº 48421.803345/2007, firma, como condição de eficácia para a outorga a ser concedida, o presente Termo de Compromisso no sentido de desempenhar suas atividades em conformidade com a legislação setorial, observando especialmente o seguinte:

I) a outorga de concessão de lavra fica condicionada à reserva medida de 128.224.000 toneladas de minério bruto (ROM), do Processo em questão, referente à aprovação do Relatório Final de Pesquisa, e a produção anual prevista de 42.995.300 toneladas para reserva lavrável integrada de 879.043.000 toneladas de minério bruto, do Plano de Aproveitamento Econômico Integrado, referente ao Processo em questão e aos Processos DNPM nºs 48421.803016/2007, 48421.803011/2008, 48421.803012/2008, 48421.803013/2008, 48421.803014/2008 e 48421.803322/2008, aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;

II) qualquer alteração de especificações e metas do Plano de Aproveitamento Econômico da Jazida ficarão submetidos à avaliação e à aprovação do DNPM, para, posteriormente, serem objeto de nova Portaria Ministerial autorizando sua efetiva implementação;

III) o Titular da outorga deve iniciar os trabalhos previstos no Plano de Lavra no prazo de seis meses, contados da data da publicação da Portaria Ministerial de Concessão, sob pena de caracterização de abandono formal da Jazida. Após iniciados os trabalhos de lavra, estes não poderão ser interrompidos por mais de seis meses consecutivos, nos termos do art. 49 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967; e

IV) a outorga de concessão de lavra e sua exploração pelo respectivo Titular devem atender às condições estabelecidas por lei ou regulamentação setorial superveniente.

Assinatura, Nome e CPF do Representante da Empresa

PORTARIA Nº 593, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 7º, 43 e 47, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48421.803012/2008, resolve:

Art. 1º Outorgar à MT4 Participações e Empreendimentos S.A., concessão para lavrar Minério de Ferro, no Município de Simões, Estado do Piauí, numa área de 1.165,00 hectares, delimitada por um Polígono que tem seus Vértices coincidentes com os Pontos de Coordenadas Geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 07°52'49,450"S/40°37'45,802"W; 07°52'49,450"S/40°38'55,500"W; 07°50'48,224"S/40°38'55,500"W; 07°50'48,224"S/40°38'05,026"W; 07°50'06,700"S/40°38'05,026"W; 07°50'06,700"S/40°36'51,385"W; 07°50'55,593"S/40°36'51,385"W; 07°50'55,593"S/40°36'53,804"W; 07°51'04,652"S/40°36'53,804"W; 07°51'04,652"S/40°37'45,802"W; 07°52'49,450"S/40°37'45,802"W; em SAD 69 e em Coordenadas Cartesianas delimitada por um Polígono que tem um Vértice coincidente com o Ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 07°52'49,450"S e Long. 40°37'45,802"W e os lados a partir desse Vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 2135,1m-W; 3724,2m-N; 1546,2m-E; 1275,7m-N; 2256,0m-E; 1502,0m-S; 74,1m-W; 278,3m-S; 1593,0m-W; 3219,5m-S.

Parágrafo único. A outorga objeto desta Portaria fica condicionada à anuência de seu Titular a Termo de Compromisso, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

TERMO DE COMPROMISSO

A Empresa MT4 Participações e Empreendimentos S.A., interessada na outorga da concessão para lavrar Minério de Ferro, no Município de Simões, Estado do Piauí, numa área de 1.165,00 hectares, delimitada por um Polígono que tem seus Vértices coincidentes com os Pontos de Coordenadas Geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 07°52'49,450"S/40°37'45,802"W; 07°52'49,450"S/40°38'55,500"W; 07°50'48,224"S/40°38'55,500"W; 07°50'48,224"S/40°38'05,026"W; 07°50'06,700"S/40°38'05,026"W; 07°50'06,700"S/40°36'51,385"W; 07°50'55,593"S/40°36'51,385"W; 07°50'55,593"S/40°36'53,804"W; 07°51'04,652"S/40°36'53,804"W; 07°51'04,652"S/40°37'45,802"W; 07°52'49,450"S/40°37'45,802"W; em SAD 69 e em Coordenadas Cartesianas delimitada por um Polígono que tem um Vértice coincidente com o Ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 07°52'49,450"S e Long. 40°37'45,802"W e os lados a partir desse Vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 2135,1m-W; 3724,2m-N; 1546,2m-E; 1275,7m-N; 2256,0m-E; 1502,0m-S; 74,1m-W; 278,3m-S; 1593,0m-W; 3219,5m-S, conforme consta do Processo DNPM nº 48421.803012/2008, firma, como condição de eficácia para a outorga a ser concedida, o presente Termo de Compromisso no sentido de desempenhar suas atividades em conformidade com a legislação setorial, observando especialmente o seguinte:

I) a outorga de concessão de lavra fica condicionada à reserva medida de 42.798.000 toneladas de minério bruto (ROM), do Processo em questão, referente à aprovação do Relatório Final de Pesquisa, e a produção anual prevista de 42.995.300 toneladas para reserva lavrável integrada de 879.043.000 toneladas de minério bruto, do Plano de Aproveitamento Econômico Integrado, referente ao Processo em questão e aos Processos DNPM nºs 48421.803016/2007, 48421.803345/2007, 48421.803011/2008, 48421.803013/2008, 48421.803014/2008 e 48421.803322/2008, aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;

II) qualquer alteração de especificações e metas do Plano de Aproveitamento Econômico da Jazida ficarão submetidos à avaliação e à aprovação do DNPM, para, posteriormente, serem objeto de nova Portaria Ministerial autorizando sua efetiva implementação;

III) o Titular da outorga deve iniciar os trabalhos previstos no Plano de Lavra no prazo de seis meses, contados da data da publicação da Portaria Ministerial de Concessão, sob pena de caracterização de abandono formal da Jazida. Após iniciados os trabalhos de lavra, estes não poderão ser interrompidos por mais de seis meses consecutivos, nos termos do art. 49 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967; e

IV) a outorga de concessão de lavra e sua exploração pelo respectivo Titular devem atender às condições estabelecidas por lei ou regulamentação setorial superveniente.

Assinatura, Nome e CPF do Representante da Empresa

PORTARIA Nº 594, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 7º, 43 e 47, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48421.803322/2008, resolve:

Art. 1º Outorgar à MT4 Participações e Empreendimentos S.A., concessão para lavrar Minério de Ferro, no Município de Paulistana, Estado do Piauí, numa área de 1.180,28 hectares, delimitada por um Polígono que tem seus Vértices coincidentes com os Pontos de Coordenadas Geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 07°57'59,991"S/40°50'58,774"W; 07°57'59,991"S/40°53'18,400"W; 07°56'38,438"S/40°53'18,400"W; 07°56'38,438"S/40°50'35,151"W; 07°57'27,438"S/40°50'35,151"W; 07°57'27,438"S/40°50'58,769"W; 07°57'27,448"S/40°50'58,769"W; 07°57'27,448"S/40°50'58,773"W; 07°57'59,991"S/40°50'58,774"W; em SAD 69 e em Coordenadas Cartesianas delimitada por um Polígono que tem um Vértice coincidente com o Ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 07°57'59,991"S e Long. 40°50'58,774"W e os lados a partir desse Vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 4276,3m-W; 2505,4m-N; 4999,7m-E; 1505,3m-S; 723,4m-W; 0,3m-S; 0,1m-W; 999,8m-S.

Parágrafo único. A outorga objeto desta Portaria fica condicionada à anuência de seu Titular a Termo de Compromisso, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

TERMO DE COMPROMISSO

A Empresa MT4 Participações e Empreendimentos S.A., interessada na outorga da concessão para lavrar Minério de Ferro, no Município de Paulistana, Estado do Piauí, numa área de 1.180,28 hectares, delimitada por um Polígono que tem seus Vértices coincidentes com os Pontos de Coordenadas Geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 07°57'59,991"S/40°50'58,774"W; 07°57'59,991"S/40°53'18,400"W; 07°56'38,438"S/40°53'18,400"W; 07°56'38,438"S/40°50'35,151"W; 07°57'27,438"S/40°50'35,151"W; 07°57'27,438"S/40°50'58,769"W; 07°57'27,448"S/40°50'58,769"W; 07°57'27,448"S/40°50'58,773"W; 07°57'59,991"S/40°50'58,774"W; em SAD 69 e em Coordenadas Cartesianas delimitada por um Polígono que tem um Vértice coincidente com o Ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 07°57'59,991"S e Long. 40°50'58,774"W e os lados a partir desse Vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 4276,3m-W; 2505,4m-N; 4999,7m-E; 1505,3m-S; 723,4m-W; 0,3m-S; 0,1m-W; 999,8m-S, conforme consta do Processo DNPM nº 48421.803322/2008, firma, como condição de eficácia para a outorga a ser concedida, o presente Termo de Compromisso no sentido de desempenhar suas atividades em conformidade com a legislação setorial, observando especialmente o seguinte:

I) a outorga de concessão de lavra fica condicionada à reserva medida de 3.604.000 toneladas de minério bruto (ROM), do Processo em questão, referente à aprovação do Relatório Final de Pesquisa, e a produção anual prevista de 42.995.300 toneladas para reserva lavrável integrada de 879.043.000 toneladas de minério bruto, do Plano de Aproveitamento Econômico Integrado, referente ao Processo em questão e aos processos DNPM nºs 48421.803016/2007, 48421.803345/2007, 48421.803011/2008, 48421.803012/2008, 48421.803013/2008 e 48421.803014/2008, aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;

II) qualquer alteração de especificações e metas do Plano de Aproveitamento Econômico da Jazida ficarão submetidos à avaliação e à aprovação do DNPM, para, posteriormente, serem objeto de nova Portaria Ministerial autorizando sua efetiva implementação;

III) o Titular da outorga deve iniciar os trabalhos previstos no Plano de Lavra no prazo de seis meses, contados da data da publicação da Portaria Ministerial de Concessão, sob pena de caracterização de abandono formal da Jazida. Após iniciados os trabalhos de lavra, estes não poderão ser interrompidos por mais de seis meses consecutivos, nos termos do art. 49 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967; e

IV) a outorga de concessão de lavra e sua exploração pelo respectivo Titular devem atender às condições estabelecidas por lei ou regulamentação setorial superveniente.

Assinatura, Nome e CPF do Representante da Empresa

PORTARIA Nº 595, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 7º, 43 e 47, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48421.803016/2007, resolve:

Art. 1º Outorgar à MT4 Participações e Empreendimentos S.A., concessão para lavrar Minério de Ferro, nos Municípios de Curral Novo do Piauí e Simões, Estado do Piauí, numa área de 1.967,74 hectares, delimitada por um Polígono que tem seus Vértices coincidentes com os Pontos de Coordenadas Geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 07°52'50,551"S/40°40'36,323"W; 07°54'44,480"S/40°40'36,324"W; 07°54'44,479"S/40°41'05,707"W; 07°55'17,030"S/40°41'05,708"W; 07°55'17,029"S/40°41'35,092"W; 07°55'33,304"S/40°41'35,093"W; 07°55'33,302"S/40°42'21,941"W; 07°56'04,189"S/40°42'21,941"W; 07°56'04,189"S/40°43'21,669"W; 07°55'33,299"S/40°43'21,669"W; 07°55'33,299"S/40°43'45,689"W; 07°55'52,823"S/40°43'45,692"W; 07°55'52,819"S/40°44'08,546"W; 07°55'10,503"S/40°44'08,540"W; 07°55'10,509"S/40°43'22,832"W; 07°54'37,958"S/40°43'22,828"W; 07°54'37,965"S/40°42'19,873"W; 07°54'10,064"S/40°42'19,873"W; 07°54'10,064"S/40°42'04,490"W; 07°54'08,640"S/40°42'04,490"W; 07°54'08,640"S/40°41'38,897"W; 07°53'08,396"S/40°41'38,897"W; 07°53'08,396"S/40°41'35,086"W; 07°52'17,998"S/40°41'35,083"W; 07°52'18,000"S/40°40'20,000"W; 07°52'50,551"S/40°40'20,000"W; 07°52'50,551"S/40°40'36,323"W; em SAD 69 e em Coordenadas Cartesianas delimitada por um Polígono que tem um Vértice coincidente com o Ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 07°52'50,551"S e Long. 40°40'36,323"W e os lados a partir desse Vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 3500,1m-S; 900,0m-W; 1000,0m-S; 900,0m-W; 500,0m-S; 1434,9m-W; 948,9m-S; 1829,4m-W; 949,0m-N; 735,7m-W; 599,8m-S; 700,0m-W; 1300,0m-N; 1400,0m-E; 1000,0m-N; 1928,3m-E; 857,1m-N; 471,2m-E; 43,7m-N; 783,9m-E; 1850,7m-N; 116,7m-E; 1548,3m-N; 2300,0m-E; 1000,0m-S; 500,0m-W, tendo em vista o englobamento de áreas de que tratam os Processos DNPM nºs 48421.803007/2008 e 48421.803135/2008.

Parágrafo único. A outorga objeto desta Portaria fica condicionada à anuência de seu Titular a Termo de Compromisso, na forma do Anexo.

Art. 2º Ficam sem efeito os referidos direitos minerários incorporados no englobamento de que se trata o artigo anterior.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

TERMO DE COMPROMISSO

A Empresa MT4 Participações e Empreendimentos S.A., interessada na outorga da concessão para lavrar Minério de Ferro, nos Municípios de Curral Novo do Piauí e Simões, Estado do Piauí, numa área de 1.967,74 hectares, delimitada por um Polígono que tem seus Vértices coincidentes com os Pontos de Coordenadas Geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 07°52'50,551"S/40°40'36,323"W; 07°54'44,480"S/40°40'36,324"W; 07°54'44,479"S/40°41'05,707"W; 07°55'17,030"S/40°41'05,708"W; 07°55'17,029"S/40°41'35,092"W; 07°55'33,304"S/40°41'35,093"W; 07°55'33,302"S/40°42'21,941"W; 07°56'04,189"S/40°42'21,941"W; 07°56'04,189"S/40°43'21,669"W; 07°55'33,299"S/40°43'21,669"W; 07°55'33,299"S/40°43'45,689"W; 07°55'52,823"S/40°43'45,692"W; 07°55'52,819"S/40°44'08,546"W; 07°55'10,503"S/40°44'08,540"W; 07°55'10,509"S/40°43'22,832"W; 07°54'37,958"S/40°43'22,828"W; 07°54'37,965"S/40°42'19,873"W; 07°54'10,064"S/40°42'19,873"W; 07°54'10,064"S/40°42'04,490"W; 07°54'08,640"S/40°42'04,490"W; 07°54'08,640"S/40°41'38,897"W; 07°53'08,396"S/40°41'38,897"W; 07°53'08,396"S/40°41'35,086"W; 07°52'17,998"S/40°41'35,083"W; 07°52'18,000"S/40°40'20,000"W; 07°52'50,551"S/40°40'20,000"W; 07°52'50,551"S/40°40'36,323"W; em SAD 69 e em Coordenadas Cartesianas delimitada por um Polígono que tem um Vértice coincidente com o Ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 07°52'50,551"S e Long. 40°40'36,323"W e os lados a partir desse Vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 3500,1m-S; 900,0m-W; 1000,0m-S; 900,0m-W; 500,0m-S; 1434,9m-W; 948,9m-S; 1829,4m-W; 949,0m-N; 735,7m-W; 599,8m-S; 700,0m-W; 1300,0m-N; 1400,0m-E; 1000,0m-N; 1928,3m-E; 857,1m-N; 471,2m-E; 43,7m-N; 783,9m-E; 1850,7m-N; 116,7m-E; 1548,3m-N; 2300,0m-E; 1000,0m-S; 500,0m-W, tendo em vista o englobamento de áreas de que tratam os Processos DNPM nºs

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

48421.803007/2008 e 48421.803135/2008, conforme consta do Processo DNPM nº 48421.803016/2007, firma, como condição de eficácia para a outorga a ser concedida, o presente Termo de Compromisso no sentido de desempenhar suas atividades em conformidade com a legislação setorial, observando especialmente o seguinte:

I) a outorga de concessão de lavra fica condicionada à reserva medida de 395.703.000 toneladas de minério bruto (ROM), do Processo em questão, referente à aprovação do Relatório Final de Pesquisa, e a produção anual prevista de 42.995.300 toneladas para reserva lavrável integrada de 879.043.000 toneladas de minério bruto, do Plano de Aproveitamento Econômico Integrado, referente ao Processo em questão e aos Processos DNPM nºs 48421.803345/2007, 48421.803011/2008, 48421.803012/2008, 48421.803013/2008, 48421.803014/2008 e 48421.803322/2008, aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;

II) qualquer alteração de especificações e metas do Plano de Aproveitamento Econômico da Jazida ficarão submetidos à avaliação e à aprovação do DNPM, para, posteriormente, serem objeto de nova Portaria Ministerial autorizando sua efetiva implementação;

III) o Titular da outorga deve iniciar os trabalhos previstos no Plano de Lavra no prazo de seis meses, contados da data da publicação da Portaria Ministerial de Concessão, sob pena de caracterização de abandono formal da Jazida. Após iniciados os trabalhos de lavra, estes não poderão ser interrompidos por mais de seis meses consecutivos, nos termos do art. 49 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967; e

IV) a outorga de concessão de lavra e sua exploração pelo respectivo Titular devem atender às condições estabelecidas por lei ou regulamentação setorial superveniente.

_____

Assinatura, Nome e CPF do Representante da Empresa

PORTARIA Nº 596, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 7º, 43 e 47, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48421.803014/2008, resolve:

Art. 1º Outorgar à MT4 Participações e Empreendimentos S.A., concessão para lavrar Minério de Ferro, no Município de Curral Novo do Piauí, Estado do Piauí, numa área de 1.565,99 hectares, delimitada por um Polígono que tem seus Vértices coincidentes com os Pontos de Coordenadas Geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 07°56'51,616"S/40°45'15,941"W; 07°56'51,633"S/40°47'13,127"W; 07°56'51,631"S/40°47'42,870"W; 07°57'02,353"S/40°47'42,871"W; 07°57'02,350"S/40°48'09,394"W; 07°55'18,187"S/40°48'09,380"W; 07°55'18,200"S/40°44'48,100"W; 07°55'23,723"S/40°44'48,100"W; 07°55'23,729"S/40°45'15,955"W; 07°56'37,086"S/40°45'15,941"W; 07°56'51,616"S/40°45'15,941"W; em SAD 69 e em Coordenadas Cartesianas delimitada por um Polígono que tem um Vértice coincidente com o Ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 07°56'51,616"S e Long. 40°45'15,941"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 3588,9m-W; 910,9m-W; 329,5m-S; 812,3m-W; 3199,5m-N; 6165,3m-E; 169,7m-S; 853,1m-W; 2254,0m-S; 446,4m-S.

Parágrafo único. A outorga objeto desta Portaria fica condicionada à anuência de seu Titular a Termo de Compromisso, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

TERMO DE COMPROMISSO

A Empresa MT4 Participações e Empreendimentos S.A., interessada na outorga da concessão para lavrar Minério de Ferro, no Município de Curral Novo do Piauí, Estado do Piauí, numa área de 1.565,99 hectares, delimitada por um Polígono que tem seus Vértices coincidentes com os Pontos de Coordenadas Geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 07°56'51,616"S/40°45'15,941"W; 07°56'51,633"S/40°47'13,127"W; 07°56'51,631"S/40°47'42,870"W; 07°57'02,353"S/40°47'42,871"W; 07°57'02,350"S/40°48'09,394"W; 07°55'18,187"S/40°48'09,380"W; 07°55'18,200"S/40°44'48,100"W; 07°55'23,723"S/40°44'48,100"W; 07°55'23,729"S/40°45'15,955"W; 07°56'37,086"S/40°45'15,941"W; 07°56'51,616"S/40°45'15,941"W; em SAD 69 e em Coordenadas Cartesianas delimitada por um Polígono que tem um Vértice coincidente com o Ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 07°56'51,616"S e Long. 40°45'15,941"W e os lados a partir desse Vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 3588,9m-W; 910,9m-W; 329,5m-S; 812,3m-W; 3199,5m-N; 6165,3m-E; 169,7m-S; 853,1m-W; 2254,0m-S; 446,4m-S, conforme consta do Processo DNPM nº 48421.803014/2008, firma, como condição de eficácia para a outorga a ser concedida, o presente Termo de Compromisso no sentido de desempenhar suas atividades em conformidade com a legislação setorial, observando especialmente o seguinte:

I) a outorga de concessão de lavra fica condicionada à reserva medida de 10.991.000 toneladas de minério bruto (ROM), do processo em questão, referente à aprovação do Relatório Final de Pesquisa, e a produção anual prevista de 42.995.300 toneladas para reserva lavrável integrada de 879.043.000 toneladas de minério bruto, do Plano de Aproveitamento Econômico Integrado, referente ao Processo em questão e aos Processos DNPM nºs 48421.803016/2007, 48421.803345/2007, 48421.803011/2008, 48421.803012/2008, 48421.803013/2008 e 48421.803322/2008, aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;

II) qualquer alteração de especificações e metas do Plano de Aproveitamento Econômico da Jazida ficarão submetidos à avaliação e à aprovação do DNPM, para, posteriormente, serem objeto de nova Portaria Ministerial autorizando sua efetiva implementação;

III) o Titular da outorga deve iniciar os trabalhos previstos no Plano de Lavra no prazo de seis meses, contados da data da publicação da Portaria Ministerial de Concessão, sob pena de caracterização de abandono formal da Jazida. Após iniciados os trabalhos de lavra, estes não poderão ser interrompidos por mais de seis meses consecutivos, nos termos do art. 49 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967; e

IV) a outorga de concessão de lavra e sua exploração pelo respectivo Titular devem atender às condições estabelecidas por lei ou regulamentação setorial superveniente.

_____

Assinatura, Nome e CPF do Representante da Empresa

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.890, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.002363/2014-89, 48500.002321/2014-48 e 48500.002405/2014-81. Concessionária: Companhia Paranaense de Energia - Copel - GT Objeto: (i) autorizar a Concessionária a realizar reforços nas seguintes instalações sob sua responsabilidade: Subestação Bateias; Subestação Guaíra; Subestação Ponta Grossa Norte; Linha de Transmissão 230 kV Figueira - Ponta Grossa Norte; (ii) estabelecer o valor da parcela adicional de Receita Anual Permitida - RAP correspondente, conforme Anexo I; e (iii) estabelecer o cronograma de execução, conforme Anexo II.

A íntegra desta Resolução (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 29 de outubro de 2014

Nº 4.257 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000521/2013-85, decide: i) por conhecer e dar provimento parcial ao Recurso Administrativo interposto pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, em face do Auto de Infração nº 040/2014-SFE, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE; e ii) cancelar a penalidade de Advertência, mantendo o valor da multa em R$ 20.813,88 (vinte mil, oitocentos e treze reais e oitenta e oito centavos), valor esse que deverá ser recolhido em conformidade com a legislação vigente.

Em 4 de novembro de 2014

Nº 4.323 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e nos arts. 43, §3º, 47, §1º, e 50 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, bem como no que consta do Processo nº 48500.004004/2014-66, decide não conhecer do recurso administrativo interposto pela Associação Brasileira de Fomento às Pequenas Centrais Hidrelétricas - ABRAPCH em face do Despacho nº 4.156, de 14 de outubro de 2014, dada a perda de objeto do pedido.

Nº 4.324 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e nos arts. 43, §3º, 47, §1º, e 50 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, bem como no que consta do Processo nº 48500.004004/2014-66, decide não conhecer do recurso administrativo interposto pela Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa - Abragel em face do Despacho nº 4.156, de 14 de outubro de 2014, dada a perda de objeto do pedido.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 4 de novembro de 2014

Nº 4.321 - Processos nº 48500.001421/2013-76, 48500.001483/2013-88 e 48500.001424/2013-18. Interessado: Flow Participações Societárias Ltda. Decisão: indeferir os pedidos de renovação dos Despachos de Recebimento de Requerimento de Outorga das EOL Braço dos Ventos I, Braço dos Ventos II e Braço dos Ventos III, todas com 30.000 kW de Potência Instalada, localizadas no município de São Bento do Norte, no estado do Rio Grande do Norte.

A íntegra deste Despacho consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 4 de novembro de 2014

Nº 4.318 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regulamentares, considerando o disposto no Decreto nº 7.891, de 23/01/2013, alterado pelo Decreto nº 8.272, de 26/06/2014, no Decreto publicado no DOU em 29/10/2014, as disposições da Resolução Normativa nº 625, de 23/09/2014, e o que consta do Processo nº 48500.007037/2013-87, decide: I - autorizar o repasse pela Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRAS, dos recursos específicos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, no valor de R$27.735.734,10 (vinte e sete milhões, setecentos e trinta e cinco mil, setecentos e trinta e quatro reais e dez centavos), em favor da Light Serviços de Eletricidade S.A., para efeito de implantação de obras de infraestrutura de energia elétrica em face do evento Olimpíadas 2016, no Rio de Janeiro, conforme detalhado no Ofício nº 0362/2014-SRD/ANEEL, de 12/09/2014 e Ofício nº 279/2014-SEE-MME, de 30/10/2014; II - que os prazos fixados para conclusão das obras constam do Anexo; e III - ressaltar que a distribuidora deverá adotar as providencias estabelecidas na mencionada Resolução Normativa nº 625/2014, para efeito das fiscalizações; IV - que o anexo citado neste Despacho, estará disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br.

Nº 4.319 - Processo nº 48500.002576/2011-68. Interessada: Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. Decisão: Anuir ao Termo Aditivo do Contrato Particular de Comodato de Imóvel não residencial, firmado entre a Interessada e a Cooperativa Educacional de Correntina - COOPEDUC, que tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do convênio até 20 de dezembro de 2017.

Nº 4.320 - Processo nº 48500.002475/2011-97. Interessada: Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. Decisão: Anuir ao Termo Aditivo do Contrato Particular de Comodato de Imóvel não residencial, firmado entre a Interessada e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Correntina - APAE, que tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do convênio até 16 de janeiro de 2018.
A íntegra destes Despachos consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 4 de novembro de 2014

Nº 4.316 - Processo nº 48500.000034/2014-01. Decisão: i) aceitar o Projeto Básico da PCH Mauá, com potência estimada nos estudos de inventário de 5,35 MW, às coordenadas 18º39'11" de Latitude Sul e 48º06'15" de Longitude Oeste, situada no Ribeirão Jordão, sub-bacia 60, bacia hidrográfica do Rio Paraná, no Estado de Minas Gerais, apresentado pela empresa AEL Atividade Empresarial Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 19.818.079/0001-90.

Nº 4.317 - Processo nº: 48500.003927/2010-77. Decisão: (i) facultar à empresa Electra Power Geração de Energia S.A. a reapresentação para fins de aprovação dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do lajeado Grande, localizado na sub-bacia 65, Bacia Hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Paraná; (ii) definir 04/05/2015 como prazo para a reapresentação dos estudos; (iii) informar que os estudos a serem reapresentados deverão atender aos tópicos que constam na nota técnica de análise da SGH/ANEEL; e (iv) informar que o interesse em reapresentar os estudos deverá ser manifestado no prazo de 30 dias contados da data de ciência desta decisão.

A íntegra destes Despachos (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DESPACHO DA DIRETORA-GERAL
Em 4 de novembro de 2014

Nº 1.627 - A DIRETORA-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, com base na Resolução ANP nº 38/2007, que aprovou o Regulamento ANP nº 08/2007, e tendo em vista a Resolução de Diretoria nº 1133, de 31 de outubro de 2014, torna público o seguinte ato:

Suspender a empresa ABS Group Service do Brasil Ltda., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob nº 42.174.805/0001-00, para executar atividades de Certificação de Conteúdo Local.

O objetivo da presente suspensão deverá ser executado em conformidade com o Regulamento ANP nº 8/2007, aprovado pela Resolução ANP nº 38/2007.

A empresa suspensa ficará impedida de exercer a atividade de certificação na área de atividade En001 - engenharia básica e de detalhamento para a qual está credenciada, ressalvados os contratos vigentes que deverão ser cumpridos.

A suspensão objeto deste despacho terá validade de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data de publicação, conforme estabelecido no item 7.16 do regulamento ANP nº 8/2007, aprovado pela Resolução ANP nº 38/2007.

MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 458, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 19 de agosto de 2011, e tendo em vista o que consta do processo ANP n.º 48610.005859/2013-86, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a CONSIGAZ DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA., CNPJ n.º 01.597.589/0002-09, habilitada na ANP como distribuidora de gás liquefeito de petróleo, autorizada a operar as instalações de armazenamento e distribuição de GLP, envasado e a granel, localizadas na Rua Vitória Perdão Petigrosso, 115 - Capuava - Mauá - SP - CEP 09380-000.

As instalações compreendem os vasos de pressão listados na tabela abaixo, perfazendo a capacidade total de 2.044,69 m³.

VASO	DIÂMETRO (m)	COMPRIMENTO (m)	VOLUME (m³)	TIPO Horizontal(H) Esfera (E)
1	2,76	19,63	114,17	H
2	2,75	19,67	113,42	H
3	2,76	19,63	114,08	H
4	2,75	19,68	113,14	H
5	2,74	19,66	112,28	H
6	2,74	19,67	112,41	H
7	2,74	19,67	112,78	H
8	2,77	19,63	114,62	H
9	2,77	19,79	115,26	H
10	2,76	19,51	113,47	H
11	2,76	19,65	114,46	H
12	2,77	19,53	113,83	H
13	2,74	19,67	113,26	H
14	2,75	19,69	113,41	H
15	2,75	19,67	113,15	H
16	2,74	19,68	112,85	H
17	2,75	19,67	113,16	H
18	2,77	19,74	114,94	H

Art. 2º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º A CONSIGAZ DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA., CNPJ n.º 01.597.589/0002-09, deverá encaminhar, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada da solicitação de renovação deste licenciamento, no prazo regulamentar, protocolizado junto ao órgão ambiental competente, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua emissão, sob pena de revogação desta Autorização.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

AUTORIZAÇÃO Nº 459, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pelas Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, e considerando as disposições da Resolução ANP n.° 17, de 18 de junho de 2009, torna público o seguinte ato:

Art. 1º - Fica a empresa Pizzani Lubrificantes Ltda - EPP com endereço na Rua Ilha do Sul, nº 36 - Sala 05 - Bairro Jardim Paraiso, Município São José dos Campos/SP, CEP: 12235-490, inscrita no CNPJ n.º 15.642.942/0001-40, autorizada a exercer a atividade de importação de óleos lubrificantes acabados industriais, conforme processo n.º 48610.010071/2014-72.

Art. 2º - Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de importação de óleos lubrificantes acabados industriais.

Art. 3º - Esta Autorização entra em vigor na data da sua publicação.

AURELIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

'

AUTORIZAÇÃO Nº 460, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 08, de 06 de março de 2007 e da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48300.026983/1996-27, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa FABIANDRA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA., CNPJ n.º 75.678.169/0001-02, habilitada na ANP como Transportador - Revendedor - Retalhista, autorizada a construir os tanques nº 06 e 07 nas instalações de armazenamento de combustíveis, localizadas na Rod. BR 020, km 312, Qd. 17 lotes 1 a 4 - Vila Rosário - Correntina - BA - CEP 47650-000.

O parque de tancagem de produtos será constituído dos seguintes tanques horizontais aéreos listados a seguir, perfazendo, após a ampliação, o total de 320,00 m³.

TANQUE N.º	DIÂMETRO (m)	COMPRIMENTO (m)	VOLUME (m³)	PRODUTO	SITUAÇÃO
01	2,55	8,25	40,00	ÓLEO DIESEL B S500	EM OPERAÇÃO
02	2,55	8,25	40,00	ÓLEO DIESEL B S500	EM OPERAÇÃO
03	2,55	8,25	40,00	ÓLEO DIESEL B S500	EM OPERAÇÃO
04	2,55	9,00	50,00	ÓLEO DIESEL B S500	EM OPERAÇÃO
05	2,55	9,00	50,00	ÓLEO DIESEL B S500	EM OPERAÇÃO
06	2,55	9,00	50,00	ÓLEO DIESEL B S10	A CONSTRUIR
07	2,55	9,00	50,00	ÓLEO DIESEL B S10	A CONSTRUIR

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 4 de novembro de 2014

Nº 1.644 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/MA0165542	AUTO POSTO ALDEIA LTDA - EPP.	20.595.373/0001-60	BALSAS	MA	48610.010112/2014-21
PR/PB0167366	AUTO POSTO DE GASOLINA SÃO JOSÉ LTDA.	08.503.413/0002-81	ESPERANCA	PB	48610.011689/2014-50
PR/PR0167384	AUTO POSTO FLORENSE LTDA	03.465.505/0003-81	PONTA GROSSA	PR	48610.011683/2014-82
PR/SC0167379	AUTO POSTO MEDITERRANEO LTDA.	03.455.338/0027-65	JOINVILLE	SC	48610.011422/2014-62
PR/MG0167381	AUTO POSTO SPLIT LTDA	20.884.231/0001-12	VARGINHA	MG	48610.011417/2014-50
PR/MG0164603	COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS IDEAL LTDA	16.876.266/0001-32	IPATINGA	MG	48610.009270/2014-38
PR/CE0167382	COMERCIAL DE PETROLEO SÃO MATHEUS LTDA - EPP	07.356.644/0001-66	LIMOEIRO DO NORTE	CE	48610.011420/2014-73
PR/MT0166283	ELLO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI - EPP.	19.244.494/0002-69	SAPEZAL	MT	48610.010663/2014-94
PR/PA0167383	F C SOUZA FREITAS & CIA LTDA ME	14.334.634/0001-95	ELDORADO DOS CARAJAS	PA	48610.011722/2014-41
PR/MA0166083	FR DE ARAUJO ALBUQUERQUE - ME	07.757.511/0002-82	CODO	MA	48610.009720/2014-92
PR/SP0114223	HELPJET COMERCIAL LTDA.	01.543.299/0004-36	ITANHAEM	SP	48610.005566/2012-18
PR/RO0166066	LARA COMBUSTIVEIS LTDA - ME	15.699.123/0001-30	ARIQUEMES	RO	48610.010048/2014-88
PR/MG0162562	MEGA POSTO EIRELI -ME	20.238.049/0001-94	ESPERA FELIZ	MG	48610.008185/2014-52
PR/GO0138743	PARANÃ DE DENTRO COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	18.183.805/0001-83	FORMOSA	GO	48610.006423/2013-12
PR/RS0167373	POSTO CARDOSO - EIRELI EPP.	20.862.226/0001-09	LAJEADO	RS	48610.011691/2014-29
PR/PA0167380	POSTO CASTANHAL LTDA	19.284.302/0001-67	CASTANHAL	PA	48610.011419/2014-49
PR/BA0147222	SANTA MARIA COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP	18.296.739/0001-58	FEIRA DE SANTANA	BA	48610.011393/2013-58
PR/MA0137203	WS COMBUSTIVEL LTDA	15.458.188/0001-93	DUQUE BACELAR	MA	48610.005651/2013-67

Nº 1.645 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/PI0227314	A. FERREIRA SOBRINHO	16.941.572/0001-05	BARRA D'ALCANTARA	PI	48610.011377/2014-46
GLP/SE0227315	ANTONIO MARQUES DE FREITAS SILVA - ME	20.607.505/0001-26	CANINDE DE SAO FRANCISCO	SE	48610.011306/2014-43
GLP/MA0227316	ANTONIO RIBEIRO DE SOUSA 40327434368	19.963.193/0001-04	IMPERATRIZ	MA	48610.011163/2014-70
GLP/PE0227317	ARMANDO GOMES FERREIRA - ME	13.016.538/0001-36	PETROLINA	PE	48610.010889/2014-95
GLP/BA0227318	CAIQUE SANTOS SOUZA - ME	20.551.965/0001-80	TEIXEIRA DE FREITAS	BA	48610.011123/2014-28
GLP/SP0227319	CRISTIANE FREITAS CAIRES ALVES - ME	20.749.345/0001-50	BEBEDOURO	SP	48610.011267/2014-84
GLP/MG0227320	DEPOSITO DE GAS SANTOS LTDA ME	20.359.925/0001-30	CONTAGEM	MG	48610.011374/2014-11
GLP/RS0227321	DIEGO OLIVEIRA DA SILVA GAS ME	19.617.993/0001-73	SAPUCAIA DO SUL	RS	48610.011309/2014-87
GLP/GO0227322	DISTRIBUIDORA DE GAS D¿KAZA LTDA - ME	20.062.266/0001-76	DAMIANOPOLIS	GO	48610.011277/2014-10
GLP/PR0227323	E. SANDRO DE SOUZA & CIA LTDA - ME	04.096.564/0001-20	PITANGUEIRAS	PR	48610.011115/2014-81
GLP/SP0227324	EDNA MONTE VERDE - ME	20.813.199/0001-84	JARDINOPOLIS	SP	48610.010807/2014-11
GLP/SC0227325	EVA ROCHA GONÇALVES - ME	10.734.447/0001-48	MARACAJA	SC	48610.010907/2014-39
GLP/MG0227326	EXTREMA GAS LTDA - ME	20.975.055/0001-24	EXTREMA	MG	48610.011302/2014-65
GLP/MG0227327	GAS 2U LTDA - ME	19.787.765/0001-41	CONTAGEM	MG	48610.011285/2014-66
GLP/AL0227328	GERSON FLORIANO DA SILVA 84267275491	13.910.944/0001-48	RIO LARGO	AL	48610.011313/2014-45
GLP/MG0227329	GILSON PEREIRA SOUZA JUNIOR - ME	20.155.392/0001-75	PIRAPORA	MG	48610.011280/2014-33
GLP/PA0227330	HERICK CICERO INRE DE SOUSA CAMARA 00809889200	20.785.038/0001-24	BRAGANCA	PA	48610.011300/2014-76
GLP/SP0227331	ILZA SANTOS DA MATTA OLIVEIRA - ME	20.343.101/0001-72	TRES FRONTEIRAS	SP	48610.011711/2014-61
GLP/SP0227332	J C DA SILVA GAS - ME	19.965.439/0001-87	SUMARE	SP	48610.011316/2014-89
GLP/PA0227333	J. M. COMERCIO DE GAS LTDA - ME	20.689.646/0001-35	SAO MIGUEL DO GUAMA	PA	48610.011122/2014-83
GLP/ES0227334	J. TOZZI COMÉRCIO DE GÁS LTDA - ME	20.967.128/0001-36	SAO GABRIEL DA PALHA	ES	48610.011375/2014-57
GLP/AC0227335	JANETE N SILVA - ME	19.789.401/0001-09	RIO BRANCO	AC	48610.011318/2014-78
GLP/CE0227336	JAQUELINE ANDRADE DA ROCHA - ME	18.065.930/0001-99	IGUATU	CE	48610.011307/2014-98
GLP/AM0227337	JOSE CARLOS DE LIMA FARIAS 59975105220	20.449.212/0001-68	MANAUS	AM	48610.011282/2014-22
GLP/MG0227338	JOSE DE ALMEIDA ARAUJO 55266061634	17.774.558/0001-27	SANTANA DO PARAISO	MG	48610.011319/2014-12
GLP/RO0227339	J.R SALVIANO E CASTRO LTDA- ME	11.460.009/0001-00	PRESIDENTE MEDICI	RO	48610.010891/2014-64
GLP/GO0227340	JT COMERCIO DE GAS LTDA - ME	19.577.427/0001-85	LUZIANIA	GO	48610.011312/2014-09

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GLP/BA0227341	JV COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA - ME	21.054.924/0001-40	ITAMARI	BA	48610.011286/2014-19
GLP/MA0227342	LUIZ CARLOS CABRAL DE MATOS	17.160.171/0001-80	IMPERATRIZ	MA	48610.011380/2014-60
GLP/SP0227343	MARILI & MAURO DEPOSITO DE GAS LTDA ME	20.739.639/0001-09	ARARAS	SP	48610.011322/2014-36
GLP/MS0227344	MERCADO AMERICA LTDA - ME	05.465.924/0001-87	PARANAIBA	MS	48610.011303/2014-18
GLP/PA0227345	NOSSO GAS COMERCIO VAREJISTA LTDA - ME	19.234.741/0001-65	PARAUAPEBAS	PA	48610.011311/2014-56
GLP/PR0227346	PEDRO KRUK SOBRINHO GAS E AGUA	19.961.509/0001-29	PONTA GROSSA	PR	48610.011171/2014-16
GLP/MA0227347	POSTO PARIS LTDA	20.333.203/0001-07	SAO LUIS	MA	48610.011305/2014-07
GLP/PA0227348	RODRIGO L DA SILVA COMERCIO - ME	19.458.859/0001-77	SANTAREM	PA	48610.010896/2014-97
GLP/GO0227349	ROSANA ALVES DE PAULA - ME	20.666.521/0001-90	CATALAO	GO	48610.009031/2014-88
GLP/SP0227350	ROSANGELA CRISTINA GARCIA CANDIDO GAS - ME	20.620.529/0001-15	LENCOIS PAULISTA	SP	48610.011324/2014-25
GLP/BA0227351	S & N REVENDEDORA DE GAS LTDA - ME	18.424.893/0001-68	CAMACARI	BA	48610.010818/2014-92
GLP/SC0227352	SANDRA ORACZ CORREIA DA SILVA 84271051934	20.940.346/0001-87	CANOINHAS	SC	48610.011284/2014-11
GLP/SP0227353	SAO LUIZ GAS E AGUA LTDA - ME	20.319.487/0001-87	SAO LUIZ DO PARAITINGA	SP	48610.011288/2014-08
GLP/MG0227354	TAILLISON JOSE SILVA 08627765626	19.073.958/0001-30	CAMPO DO MEIO	MG	48610.010789/2014-69
GLP/SP0227355	THIMOTEO WILLIAN DE JESUS FARIA	17.043.108/0001-64	CRUZEIRO	SP	48610.011054/2014-52
GLP/AM0227356	VALBERNEI MARTINS AQUINO 66850223291	19.302.321/0001-79	MANAUS	AM	48610.011323/2014-81
GLP/AM0227357	VALDIR AZEVEDO DE ALBUQUERQUE - ME	17.332.584/0001-03	LABREA	AM	48610.010899/2014-21
GLP/GO0227358	VALTENI PEREIRA MACHADO SUPERMERCADO - ME	19.177.770/0001-32	ARENOPOLIS	GO	48610.011170/2014-71
GLP/SE0227359	YESHUA REVENDEDORA DE GAS LTDA	12.481.774/0002-41	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	SE	48610.011167/2014-58

Nº 1.646 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n° 92, de 26 de maio de 2004, e considerando as disposições da Resolução ANP n.° 18/2009, bem como o que consta no processo administrativo n.º 48610.011602/2012-82, torna pública a revogação da Autorização n° 473 para o exercício da atividade de produção de óleo lubrificante acabado outorgada à MARCIO BENEDITO VECCHI - ME., inscrita no CNPJ sob o n.º 02.737.439/0001-27, em razão do não envio integral de documentação necessária para promover o seu recadastramento para o exercício da atividade retromencionada, com fulcro no art. 30, inciso II, alínea 'g' da Resolução ANP nº 18/2009.

AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
Em 4 de novembro de 2014

A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 90, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 22, de 11 de abril de 2014, publicada no DOU em 14 de abril de 2014, concede o registro dos produtos abaixo, às empresas relacionadas:

Nº 1628	CASTROL BRASIL LTDA - CNPJ nº 33.194.978/0001-90						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.002278/2014 - 92	EDGE A3/B4	SAE 0W40	API SN, ACEA A3/B3-10, A3/B4-10, BMW LONGLIFE-01, FORD WSS-M2C937-A, MB-APPROVAL 229.3/229.5, PORSCHE A40, VW 502 00/505 00.	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA MOTORES 4 TEMPOS A GASOLINA, ÁLCOOL OU GNV.	16442
Nº 1629	CHEMTURA INDUSTRIA QUIMICA DO BRASIL LTDA - CNPJ nº 68.392.844/0001-69						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.002343/2014 - 80	ROYCO 11 MS	NLGI 1	. NA	GRAXA LUBRIFICANTE	GRAXA PARA EQUIPAMENTOS COM ALTA CARGA EM AERONAVES.	4976
Nº 1630	DOOSAN INFRACORE SOUTH AMERICA IND. E COM. DE MÁQUINAS DE CONSTRUÇÃO LTDA. - CNPJ nº 08.753.222/0003-59						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.002455/2014 - 31	DOOSAN PREMIUM DIESEL ENGINE OIL	SAE 15W-40	API CI-4.	ÓLEO LUBRIFICANTE	MOTORES A DIESEL DA DOOSAN INFRACORE SOUTH AMERICA.	15373
Nº 1631	FUCHS DO BRASIL S.A - CNPJ nº 43.995.646/0001-69						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.002451/2014 - 52	TITAN ATF 5005	SAE N.A	ZF TE-ML 04D, 14B, 16L, 17C, MAN 339 TYPE V2/Z2, MB-APPROVAL 236.6 E VOITH 55.6336,XX.	ÓLEO LUBRIFICANTE	TRANSMISSÕES AUTOMÁTICAS	16450
	48600.002450/2014 - 16	TITAN ATF 7134 FE	SAE N.A	MB-APPROVAL 236.15	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE MINERAL PARA TRANSMISSÕES AUTOMÁTICAS.	16449
	48600.002452/2014 - 05	TITAN UNIMAX PLUS MC	SAE 10W40	CUMMINS CES 2007, DEUTZ DQC II-10, MAN M 3275-1, MB APPROVAL 228.3/229.1/235.27/, MTU DDC TYPE 2, RENAULT RD/RD-2, VOITH-RETARDER A, VOLVO VDS-2.	ÓLEO LUBRIFICANTE	VEÍCULOS COMERCIAIS E EQUIPAMENTOS FORA DA ESTRADA A DIESEL.	16447
Nº 1632	JOHN DEERE BRASIL LTDA - CNPJ nº 89.674.782/0001-58						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.002454/2014 - 96	JD PLUS 50 MOTOR OIL	SAE 15W-40	API CI-4, CH-4, CG-4, ACEA E7 (2012), MB 228.3, MAN M 3275-1, MTU TYPE 2, RENAULT TRUCK RLD-2, MACK EO-M / EO-M+, VOLVO VDS-3, CUMMINS CES 20076/77/78, JASO DH-1.	ÓLEO LUBRIFICANTE	MOTORES A DIESEL.	8407
Nº 1633	JTEKT AUTOMOTIVA BRASIL LTDA - CNPJ nº 02.638.940/0003-06						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.001926/2014 - 93	MULTEMP SL-V 2	NLGI 2	. NA	GRAXA LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA UNIÃO DA ENGRENAGEM DO REDUTOR COM O EIXO SEM FIM NO SISTEMA DE DIREÇÃO.	4965
	48600.001924/2014 - 02	SUNPAR 107	ISO 10	. NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA MONTAGEM DO COXIM DA CAIXA DE DIREÇÃO.	16444
	48600.001925/2014 - 49	SHELL SUNLIGHT 1.,2	NLGI 2	. NA	GRAXA LUBRIFICANTE	SISTEMA DE TRAVAMENTO DA JAQUETA DA COLUNA.	4964
	48600.001928/2014 - 82	CITRUS AC-F	NLGI 2	. NA	GRAXA LUBRIFICANTE	UNIÃO DA ENGRENAGEM DO REDUTOR COM O EIXO SEM FIM NO SISTEMA DE DIREÇÃO.	4966
Nº 1634	JX NIPPON OIL & ENERGY DO BRASIL COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA. - CNPJ nº 10.443.916/0001-70						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.002448/2014 - 39	ENEOS API SN / ILSAC GF-5	SAE 5W-30	API SN, ILSAC GF-5.	ÓLEO LUBRIFICANTE	MOTOR DE VEÍCULOS A GASOLINA E FLEX.	16445
Nº 1635	KLÜBER LUBRICATION LUBRIFICANTES ESPECIAIS LTDA - CNPJ nº 43.054.261/0001-05						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.002366/2014 - 94	PARALIQ P 40	ISO 68	. NSF H1.	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE INDUSTRIAL PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA.	16436
	48600.002365/2014 - 40	KLUBEROIL 4 UH1-100 N	ISO 100	. NSF H1.	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA ENGRENAGENS E MÚLTIPLOS USOS NA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E COSMÉTICA.	16437
Nº 1636	MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. - CNPJ nº 06.020.318/0001-10						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.002456/2014 - 85	ALMAX LUBRIFICANTE ORIGINAL	SAE 15W-40	API CI-4, ACEA E7 (2012), MAN M3275-1.	ÓLEO LUBRIFICANTE	MOTORES A DIESEL DA MAN LATIN AMERICA.	15810
Nº 1637	MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA - CNPJ nº 59.104.273/0001-29						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.002342/2014 - 35	FLUIDO PARA TRANSMISSÃO MB 236.7	SAE NA	. GM DEXRON IID, FORD MERCON, ALLISON C-4, CATERPILLAR TO-2, DENISON HF-0.	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÕES AUTOMOTIVAS.	16058
Nº 1638	PETRONAS LUBRIFICANTES S.A. - CNPJ nº 03.613.421/0001-86						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.002362/2014 - 14	ZEMA SUPER	SAE 20W50	API SL.	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA MOTORES A GASOLINA, ÁLCOOL E GNV.	16448
	48600.002361/2014 - 61	ZEMA SUPER	SAE 15W40	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA MOTORES A GASOLINA, ÁLCOOL E GNV.	16448
	48600.002359/2014 - 92	ZEMA ULTRA SN	SAE 5W40	API SN, ACEA A3/B4-12, A3/B3-12, MB APPROVAL 226.5/229.3/229.5, BMW LONGLIFE - 01, VW 501 01/502 00/505 00, RENAULT RN0700/RN0710, PORSCHE A40.	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA MOTORES A GASOLINA, ÁLCOOL E GNV.	16452
	48600.002360/2014 - 17	ZEMA SUPER MOTO 4T	SAE 20W50	API SL, JASO MA2.	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA MOTORES 4 TEMPOS MOVIDOS A GASOLINA E/OU ÁLCOOL.	16446
	48600.002363/2014 - 51	ZEMA HIDRA	ISO 68	. NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS.	16451
Nº 1639	POLY PETRO LUBRIFICANTES LTDA ME - CNPJ nº 11.378.430/0001-68						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.002367/2014 - 39	POLY MULTI LUB X	ISO 46	. NA.	ÓLEO LUBRIFICANTE	GERAL.	16443
	48600.002367/2014 - 39	POLY MULTI LUB X	ISO 68	. NA.	ÓLEO LUBRIFICANTE	GERAL.	16443
	48600.002367/2014 - 39	POLY MULTI LUB X	ISO 100	. NA.	ÓLEO LUBRIFICANTE	GERAL.	16443
	48600.002367/2014 - 39	POLY MULTI LUB X	ISO 150	. NA.	ÓLEO LUBRIFICANTE	GERAL.	16443
	48600.002367/2014 - 39	POLY MULTI LUB X	ISO 460	. NA.	ÓLEO LUBRIFICANTE	GERAL.	16443
	48600.002367/2014 - 39	POLY MULTI LUB X	ISO 15	. NA.	ÓLEO LUBRIFICANTE	GERAL.	16443
	48600.002367/2014 - 39	POLY MULTI LUB X	ISO 32	. NA.	ÓLEO LUBRIFICANTE	GERAL.	16443
	48600.002367/2014 - 39	POLY MULTI LUB X	ISO 10	. NA.	ÓLEO LUBRIFICANTE	GERAL.	16443
	48600.002367/2014 - 39	POLY MULTI LUB X	ISO 22	. NA.	ÓLEO LUBRIFICANTE	GERAL.	16443

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	48600.002367/2014 - 39	POLY MULTI LUB X	ISO 220	. NA.	ÓLEO LUBRIFICANTE	GERAL.	16443
	48600.002367/2014 - 39	POLY MULTI LUB X	ISO 320	. NA.	ÓLEO LUBRIFICANTE	GERAL.	16443

Nº 1640 POLY PETRO LUBRIFICANTES LTDA ME - CNPJ nº 11.378.430/0001-68

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.002369/2014 - 28	POLY SYN REDUTOR EP I	ISO 150	. AGMA 9005.E02, U.S. STEEL 224, DIN 51517 (PARTE 3).	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA REDUTORES E ENGRENAGENS.	16439
48600.002369/2014 - 28	POLY SYN REDUTOR EP I	ISO 68	. AGMA 9005.E02, U.S. STEEL 224, DIN 51517 (PARTE 3).	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA REDUTORES E ENGRENAGENS.	16439
48600.002369/2014 - 28	POLY SYN REDUTOR EP I	ISO 680	. AGMA 9005.E02, U.S. STEEL 224, DIN 51517 (PARTE 3).	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA REDUTORES E ENGRENAGENS.	16439
48600.002369/2014 - 28	POLY SYN REDUTOR EP I	ISO 220	. AGMA 9005.E02, U.S. STEEL 224, DIN 51517 (PARTE 3).	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA REDUTORES E ENGRENAGENS.	16439
48600.002369/2014 - 28	POLY SYN REDUTOR EP I	ISO 460	. AGMA 9005.E02, U.S. STEEL 224, DIN 51517 (PARTE 3).	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA REDUTORES E ENGRENAGENS.	16439
48600.002369/2014 - 28	POLY SYN REDUTOR EP I	ISO 320	. AGMA 9005.E02, U.S. STEEL 224, DIN 51517 (PARTE 3).	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA REDUTORES E ENGRENAGENS.	16439
48600.002370/2014 - 52	POLY PREMIUM TURBINE OIL I	ISO 32	. MAG P-38/P-54/P-55/P-57, SIEMENS TLV 9013 04, ALSTOM HTGD 90 117, SOLAR TURBINES ES9-224, DIN 51524-1 (PARTE 1), DIN 51515-1 (PARTE 1), PARKER DENISON HF-0 BENCH TESTS, AIST 125, ISO 8068, AGMA 9005 E02-RO, MIL-PRF-17672D, GENERAL ELECTRIC GEK 107395 E GEK 46506.	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA TURBINAS, REDUTORES, SISTEMAS CIRCULATÓRIOS E HIDRÁULICOS EM SERVIÇOS LEVES.	16440
48600.002370/2014 - 52	POLY PREMIUM TURBINE OIL I	ISO 100	. MAG P-38/P-54/P-55/P-57, SIEMENS TLV 9013 04, ALSTOM HTGD 90 117, SOLAR TURBINES ES9-224, DIN 51524-1 (PARTE 1), DIN 51515-1 (PARTE 1), PARKER DENISON HF-0 BENCH TESTS, AIST 125, ISO 8068, AGMA 9005 E02-RO, MIL-PRF-17672D, GENERAL ELECTRIC GEK 107395 E GEK 46506.	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA TURBINAS, REDUTORES, SISTEMAS CIRCULATÓRIOS E HIDRÁULICOS EM SERVIÇOS LEVES.	16440
48600.002370/2014 - 52	POLY PREMIUM TURBINE OIL I	ISO 68	. MAG P-38/P-54/P-55/P-57, SIEMENS TLV 9013 04, ALSTOM HTGD 90 117, SOLAR TURBINES ES9-224, DIN 51524-1 (PARTE 1), DIN 51515-1 (PARTE 1), PARKER DENISON HF-0 BENCH TESTS, AIST 125, ISO 8068, AGMA 9005 E02-RO, MIL-PRF-17672D, GENERAL ELECTRIC GEK 107395 E GEK 46506.	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA TURBINAS, REDUTORES, SISTEMAS CIRCULATÓRIOS E HIDRÁULICOS EM SERVIÇOS LEVES.	16440
48600.002370/2014 - 52	POLY PREMIUM TURBINE OIL I	ISO 46	. MAG P-38/P-54/P-55/P-57, SIEMENS TLV 9013 04, ALSTOM HTGD 90 117, SOLAR TURBINES ES9-224, DIN 51524-1 (PARTE 1), DIN 51515-1 (PARTE 1), PARKER DENISON HF-0 BENCH TESTS, AIST 125, ISO 8068, AGMA 9005 E02-RO, MIL-PRF-17672D, GENERAL ELECTRIC GEK 107395 E GEK 46506.	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA TURBINAS, REDUTORES, SISTEMAS CIRCULATÓRIOS E HIDRÁULICOS EM SERVIÇOS LEVES.	16440
48600.002370/2014 - 52	POLY PREMIUM TURBINE OIL I	ISO 150	. MAG P-38/P-54/P-55/P-57, SIEMENS TLV 9013 04, ALSTOM HTGD 90 117, SOLAR TURBINES ES9-224, DIN 51524-1 (PARTE 1), DIN 51515-1 (PARTE 1), PARKER DENISON HF-0 BENCH TESTS, AIST 125, ISO 8068, AGMA 9005 E02-RO, MIL-PRF-17672D, GENERAL ELECTRIC GEK 107395 E GEK 46506.	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA TURBINAS, REDUTORES, SISTEMAS CIRCULATÓRIOS E HIDRÁULICOS EM SERVIÇOS LEVES.	16440
48600.002371/2014 - 05	POLY HYDRA HP I	ISO 32	. DIN 51524 PARTE 3 (HVLP), DENISON HF-0/HF-1/HF-2, CINCINNATI MACHINE P-68/P-69/P-70, GM LS2, EATON BROCHURE 694 FOR 35VQ25A (M-2950-S E I-286-S), ISO 11158 HM E HV, ASTM D 6158 HM E HV, AFNOR NF E 48-603 HM E HV.	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS.	16441
48600.002371/2014 - 05	POLY HYDRA HP I	ISO 15	. DIN 51524 PARTE 3 (HVLP), DENISON HF-0/HF-1/HF-2, CINCINNATI MACHINE P-68/P-69/P-70, GM LS2, EATON BROCHURE 694 FOR 35VQ25A (M-2950-S E I-286-S), ISO 11158 HM E HV, ASTM D 6158 HM E HV, AFNOR NF E 48-603 HM E HV.	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS.	16441
48600.002371/2014 - 05	POLY HYDRA HP I	ISO 68	. DIN 51524 PARTE 3 (HVLP), DENISON HF-0/HF-1/HF-2, CINCINNATI MACHINE P-68/P-69/P-70, GM LS2, EATON BROCHURE 694 FOR 35VQ25A (M-2950-S E I-286-S), ISO 11158 HM E HV, ASTM D 6158 HM E HV, AFNOR NF E 48-603 HM E HV.	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS.	16441
48600.002371/2014 - 05	POLY HYDRA HP I	ISO 46	. DIN 51524 PARTE 3 (HVLP), DENISON HF-0/HF-1/HF-2, CINCINNATI MACHINE P-68/P-69/P-70, GM LS2, EATON BROCHURE 694 FOR 35VQ25A (M-2950-S E I-286-S), ISO 11158 HM E HV, ASTM D 6158 HM E HV, AFNOR NF E 48-603 HM E HV.	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS.	16441
48600.002371/2014 - 05	POLY HYDRA HP I	ISO 100	. DIN 51524 PARTE 3 (HVLP), DENISON HF-0/HF-1/HF-2, CINCINNATI MACHINE P-68/P-69/P-70, GM LS2, EATON BROCHURE 694 FOR 35VQ25A (M-2950-S E I-286-S), ISO 11158 HM E HV, ASTM D 6158 HM E HV, AFNOR NF E 48-603 HM E HV.	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS.	16441

Nº 1641 QUAKER CHEMICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A - CNPJ nº 00.999.042/0001-88

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.002495/2014 - 82	QUAKERTEK AX 2501-EPM	NLGI 1	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	APLICAÇÃO GERAL	4968
48600.002489/2014 - 25	QUAKERTEK BC 4602-EPM	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	APLICAÇÃO GERAL	4972
48600.002488/2014 - 81	QUAKERTEK LX 6801-EP	NLGI 1	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	APLICAÇÃO GERAL	4973
48600.002492/2014 - 49	QUAKERTEK CS 3201-EP	NLGI 1	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	APLICAÇÃO GERAL, EM ESPECIAL EM ÁREAS DE GRANDE HUMIDADE.	4971
48600.002487/2014 - 36	QUAKERTEK CS 3202-EP	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	APLICAÇÃO GERAL, EM ESPECIAL ÁREA COM GRANDE HUMIDADE	4970
48600.002491/2014 - 02	QUAKERTEK LX 6802-EP	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	APLICAÇÃO GERAL	4975
48600.002494/2014 - 38	QUAKERTEK AX 4601-EP	NLGI 1	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	APLICAÇÃO GERAL, EM ESPECIAL ÁREAS DE GRANDE HUMIDADE.	4967
48600.002493/2014 - 93	QUAKERTEK CS 4601-EP	NLGI 1	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	APLICAÇÃO GERAL, EM ESPECIAL PARA ÁREAS DE GRANDE HUMIDADE	4969
48600.002490/2014 - 50	QUAKERTEK LX 4601-EPB	NLGI 1	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	APLICAÇÃO GERAL	4974

Nº 1642 SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA. - CNPJ nº 10.456.016/0001-67

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.002446/2014 - 40	SHELL SPIRAX S2 GD	SAE 90	. MB 235.12.	ÓLEO LUBRIFICANTE	CAIXAS DE CÂMBIO MERCEDES BENZ.	16455

Nº 1643 SKF DO BRASIL LTDA - CNPJ nº 61.077.327/0001-56

Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
48600.002453/2014 - 41	LMCG	NLGI 1	N.A	GRAXA LUBRIFICANTE	GRAXA PARA ACOMPLAMENTOS DE ADERÊNCIA, ENGRENAGENS E ACOPLAMENTOS FLEXÍVEIS PARA SERVIÇO PESADO.	4963

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAUJO

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AUTORIZAÇÃO Nº 461, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 322, de 05 de novembro de 2012,

Considerando a Resolução ANP nº 33/2005 e o Regulamento Técnico ANP nº 05/2005, que dispõem sobre a admissibilidade de despesas qualificadas como Pesquisa e Desenvolvimento, visando o cumprimento da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural;

Considerando a Resolução ANP n.º 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP n.º 07/2012, que dispõem sobre o Credenciamento das Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento; e

Considerando o que consta no Processo nº 48610.011530/2014-35, torna público o seguinte ato:

Art. 1ºFica concedida autorização prévia para o concessionário BG E&P Brasil Ltda., CNPJ 02.681.185/0001-72, realizar investimentos em projetos no Programa Ciência sem Fronteiras - CsF, de iniciativa do Governo Federal. O projeto denomina-se BG-51, no valor de R$ 9.465.014,00 (nove milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil e quatorze reais), pelo período de 26 (vinte e seis) meses.

Art. 2ºA presente autorização prévia é concedida com base em valores estimados, cabendo ao concessionário verificar a coerência dos custos efetivamente incorridos, o que será avaliado pela ANP, por ocasião da análise técnica para efeito da aprovação ou não das despesas realizadas.

Art. 3ºCompete ao concessionário acompanhar, no desenvolvimento do programa, as condições contidas no Plano de Trabalho, em especial no que se refere aos objetivos, resultados esperados, prazos e valores totais estimados.

Art. 4ºNos termos do item 10 do Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, as despesas previstas nesta autorização, para efeito de cumprimento da Cláusula de Pesquisa e Desenvolvimento, estão sujeitas à análise técnica da ANP, quando da apresentação dos Relatórios Demonstrativos Anuais e da documentação de comprovação dos resultados obtidos.

Art. 5ºO concessionário deverá usar a logomarca da ANP, acompanhada da expressão "Compromisso com Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento", em todo o material de divulgação relacionado aos projetos objeto da presente autorização prévia.

Art. 6ºEsta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ELIAS RAMOS DE SOUZA

ANEXO

Nº do Projeto	*Título*	*Rede/Área/Programa/ Núcleo*	*Instituição*	*Valor (R$)*	*Item de Enquadramento*
BG-51	Desenvolvendo Capacitação para a Indústria de Óleo e Gás	Programa de Formação de Recursos Humanos - Ciência sem Fronteiras	CAPES/ CNPq	9.465.014,00	8.2.2

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL
SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 98/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito auto de infração - Início da pesquisa(1409)
880.280/2010-ALBERTO ALCEBIADES DE ALMEIDA PORTELLA NETTO-AI N°209/2014

RELAÇÃO Nº 99/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
Jose Fidelis Braga - 880391/11

FERNANDO LOPES BURGOS

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 98/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
870.157/2012-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
870.469/2012-ITAOESTE SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA,
870.476/2012-ITAOESTE SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA,
870.610/2012-CRS ALVES MINERAÇÃO ME
870.611/2012-CRS ALVES MINERAÇÃO ME
870.723/2012-CRS ALVES MINERAÇÃO ME
870.736/2012-CRS ALVES MINERAÇÃO ME
870.778/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
870.779/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
870.780/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
870.781/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
870.782/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
870.783/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
870.785/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
870.786/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
870.790/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
870.920/2012-ALLAN DELON SA ALVES
871.071/2012-MARCELO ALMEIDA NUNES
871.789/2012-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
872.122/2012-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA
872.144/2012-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA
872.166/2012-CRS ALVES MINERAÇÃO ME
870.001/2013-BERNARDO SIQUEIRA DOS SANTOS
870.149/2013-VOTORANTIM METAIS S.A
870.175/2013-VOTORANTIM METAIS S.A
870.191/2013-VOTORANTIM METAIS S.A
870.192/2013-VOTORANTIM METAIS S.A
870.219/2013-MINERAÇÃO BRASFERROS BAHIA LTDA
870.221/2013-MINERAÇÃO BRASFERROS BAHIA LTDA
870.222/2013-MINERAÇÃO BRASFERROS BAHIA LTDA
870.227/2013-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA
870.237/2013-MINERAÇÃO BRASFERROS BAHIA LTDA
870.248/2013-MINERAÇÃO BRASFERROS BAHIA LTDA
871.301/2013-ROBSON ANTÔNIO GUIMARÃES
872.329/2013-MINERAÇÃO VALLE GRANDE LTDA ME
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
870.928/2011-VELDO DA ANUNCIAÇÃO CORDEIRO - Alvará N°4249/2013
870.929/2011-VELDO DA ANUNCIAÇÃO CORDEIRO - Alvará N°4250/2013
Fase de Disponibilidade
Propostas desclassificadas para o procedimento de disponibilidade(1808)
872.493/2005-ZEUS MINERAÇÃO LTDA - EDITAL N° 94/2010 - Publicado DOU de 23/11/2010

RELAÇÃO Nº 133/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
875.375/2008-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
870.732/2014-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA.
870.733/2014-MARGRAMAR MINERAÇÃO LTDA.
870.739/2014-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.740/2014-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.742/2014-CRIS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA ME
870.747/2014-EDNAMARIAVIANADA SILVA
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
872.329/2012-TRANSPORTE E DEPÓSITO NOSSA SENHORA DA PENHA LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
872.852/2010-MATOS & SANTOS LTDA ME- Alvará n°5061/2010 - Cessionario:870.567/2014-ANTONIO LUCIO DE MATTOS & CIA LTDA- CPF ou CNPJ 11.825.238/0001-72
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
871.992/2011-F. B. L. AL BRITAS LTDA ME
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
870.714/2009-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA -Alvará N°12035/2010
873.891/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°18708/2011
874.328/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°3473/2012
874.334/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°3479/2012
874.338/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°3483/2012
874.339/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°3484/2012
874.341/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°3486/2012
874.342/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°3487/2012
874.343/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°3488/2012
874.344/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°3489/2012
874.345/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°3490/2012
874.347/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°3492/2012
874.362/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°3505/2012
874.658/2011-TOP ENGENHARIA LTDA -Alvará N°630/2012
874.785/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°1462/2012
874.786/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°1463/2012
874.789/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°1466/2012
874.790/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°1467/2012
874.797/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°1472/2012
874.800/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°3385/2012
874.816/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°648/2012
874.818/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°650/2012
874.819/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°651/2012
874.820/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°652/2012
874.823/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°655/2012
874.830/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°662/2012
874.833/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°664/2012
874.840/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°1478/2012
874.844/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°1481/2012
874.846/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°1483/2012
874.848/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°1485/2012
874.850/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°1487/2012
874.852/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°1489/2012
874.853/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°1490/2012
874.888/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°3395/2012
874.891/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°3398/2012
874.899/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°3406/2012
874.903/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°3073/2012
874.907/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°3413/2012
872.820/2012-CIA MINERADORA FOSFATO NORDESTE S. A. -Alvará N°4821/2013
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
870.131/2005-EMPREENDIMENTOS AREIA BRANCA LTDA-OF. N°308/2014
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(363)
871.175/2000-TOGNI MINERAÇÃO LTDA-OF. N°of.1378/2011 e 288/2013
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
870.130/2005-EMPREENDIMENTOS AREIA BRANCA LTDA-OF. N°310/2014
870.131/2005-EMPREENDIMENTOS AREIA BRANCA LTDA-OF. N°309/2014
Fase de Disponibilidade
Homologa desistência do requerimento de habilitação para área em disponibilidade(607)
871.452/2003-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO S/A
872.906/2009-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO S/A
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
870.118/2013-F. B. L. AL BRITAS LTDA ME
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
870.908/2014-MICAEL NUNES DE SOUZA ME

RELAÇÃO Nº 181/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
872.742/2013-CONSTANTINO JOSÉ DE MORAIS ME
870.145/2014-SELICLETON ALVES FERREIRA
870.154/2014-WEBSTER LIMA FIGUEREDO ME
870.204/2014-GGM GEOMÉTRICA DE GRANITOS E MINERAÇÃO LTDA
870.758/2014-ELIOMAR JOSÉ DE SOUSA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
872.690/2012-GD ENGENHARIA LTDA
870.042/2013-MARCIO ALVES CAIRES MINERAÇÃO ME
871.109/2013-JOSE ANTONIO GOMES DOS SANTOS ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
871.419/2011-GLAUDISTON FAUSTINI ZIMERER-OF. N°410/2014
870.831/2013-RODRIGO ANDRIOTTI GAMA-OF. N°402/2014
871.569/2013-TRANSLOC TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA EPP-OF. N°403/2014
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
872.042/2011-DACAZA COMÉRCIO E INDUSTRIA DE GRANITOS LTDA
872.730/2012-ILHÉUS MINERADORA LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
870.476/2011-JOSÉ LIBARINO DE BRITO
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
874.794/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°1471/2012
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
870.453/2013-ALPHA BARRA MINERAÇÃO LTDA ME
870.113/2014-MERCURIUS ENGENHARIA S A
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
872.512/2009-COOP MIX. DOS EXTRAT. DE MIN. DE QUAR. FELDSP. E ROC. ORNAM. DO EST. DA BA. LTDA
872.513/2009-COOP MIX. DOS EXTRAT. DE MIN. DE QUAR. FELDSP. E ROC. ORNAM. DO EST. DA BA. LTDA
872.514/2009-COOP MIX. DOS EXTRAT. DE MIN. DE QUAR. FELDSP. E ROC. ORNAM. DO EST. DA BA. LTDA
872.516/2009-COOP MIX. DOS EXTRAT. DE MIN. DE QUAR. FELDSP. E ROC. ORNAM. DO EST. DA BA. LTDA
871.069/2010-COOP MIX. DOS EXTRAT. DE MIN. DE QUAR. FELDSP. E ROC. ORNAM. DO EST. DA BA. LTDA
Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
870.625/2004-ORIUM MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA.-OF. N°407/2014-180 dias dias
872.858/2005-QUARTZOMIX MINERAIS LTDA-OF. N°408/2014-60 dias dias
Reitera exigência(366)
870.693/2001-PEDREIRAS PARAFUSO LTDA-OF. N°415/2014-180 dias dias
871.325/2003-MINERAÇÃO LUNA LTDA-OF. N°404/2014-180 dias dias
870.625/2004-ORIUM MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA.-OF. N°406/2014-60 dias dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

871.088/2002-INTERGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA-OF. N°414/2014

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

871.984/2012-J LIMA DE OLIVEIRA SOBRINHO & CIA LTDA-Registro de Licença N°70/2014 de 23/10/2014-Vencimento em indeterminado

871.043/2014-MERCURIUS ENGENHARIA S A-Registro de Licença N°67/2014 de 14/10/2014-Vencimento em 14/02/2017

871.240/2014-ALPHA BARRA MINERAÇÃO LTDA ME-Registro de Licença N°69/2014 de 14/10/2014-Vencimento em 15/07/2019

871.531/2014-CONSTRUTORA CENTRO LESTE ENGENHARIA LTDA-Registro de Licença N°68/2014 de 14/10/2014-Vencimento em 27/08/2018

Determina arquivamento definitivo do processo(1147)

870.701/2014-JOSÉ LIBARINO DE BRITO

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

870.117/2013-F. B. L. AL BRITAS LTDA ME-OF. N°409/2014

872.039/2013-V DOS SANTOS CERQUEIRA ME-OF. N°420/2014

870.743/2014-CERÂMICA CASTELO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°413/2014

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)

871.009/2014-CERÂMICA AMARAL CÔRTES LTDA-OF. N°418/2014

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

872.457/2003-MINERAÇÃO DOIS MIL LTDA EPP- Registro de Licença N°:007/2014 - Vencimento em 15/12/2023

872.495/2009-FABROLIM COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ESTRUTURA DE CIMENTO LTDA- Registro de Licença N°:34/2010 - Vencimento em 19/08/2017

OSMAR ALMEIDA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 128/2014

Fase de Autorização de Pesquisa

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

800.446/2013-CMN CENTRAL MINERAL DO NORDESTE LTDA- Cessionário:AD LION MINERAÇÃO S/A- CPF ou CNPJ 20.920.676/0001-00- Alvará n°10.132/2013

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)

800.127/2006-COREAÚ CALCÁRIO LTDA-CATUNDA/CE - Guia n° 29/2014-270.000TONELADAS-MINÉRIO DE FERRO- Validade:25/06/2015

Fase de Disponibilidade

Indefere requerimento de habilitação a área disponibilidade -Edital/Lavra(308)

800.389/2005-SM INDÚSTRIA DE MINÉRIOS DO BRASIL LTDA

800.131/2007-PYLA PEDREIRAS YOLITA LTDA E ICAL - INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.

800.132/2007-PYLA PEDREIRAS YOLITA LTDA E ICAL- INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA

800.500/2007-MINERAÇÃO AGRESTE LTDA, ANTOLINI EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA, VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPÓRTAÇÃO LTDA, GRANVAZ MINERAÇÃO LTDA, MILGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA E GRANITOS S.A.

Declara Prioritário, pretendente a área em disponibilidade pelo Edital/Lavra(309)

800.389/2005-CEFAS MINERAÇÃO LTDA-CALCÁRIO

800.131/2007-ERG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-GRANITO

800.132/2007-ERG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-GRANITO

800.500/2007-THOR GRANITOS E MÁRMORES LTDA-QUARTZITO

Homologa desistência do requerimento de habilitação para área em disponibilidade(607)

800.145/2007-SM INDÚSTRIA DE MINÉRIOS DO BRASIL LTDA

800.146/2007-SM INDÚSTRIA DE MINÉRIOS DO BRASIL LTDA

800.483/2008-RV FOSFATOS DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA

800.484/2008-B & A POTÁSSIO PESQUISA MINERAL LTDA

Não conhece proposta de habilitação protocolizado fora do prazo ou em desacordo com a legislação(1116)

800.644/2010-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.

800.645/2010-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.

800.646/2010-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.

No julgamento das habilitações para área em disponibilidade, DECLARO:(1803)

800.074/1999- HABILITADOS os proponentes: ALEXANDRE ESTRELA, P. W. VASCONCELOS, SM INDÚSTRIA DE MINÉRIOS DO BRSIL LTDA E ZGA CONSTRUÇÕES LTDA. e INABILITADOS os proponentes:

800.136/2007- HABILITADOS os proponentes: COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI E CONGONHAS MINÉRIOS S.A. e INABILITADOS os proponentes:

800.137/2007- HABILITADOS os proponentes: COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI E CONGONHAS MINÉRIOS S.A e INABILITADOS os proponentes:

800.138/2007- HABILITADOS os proponentes: COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI E CONGONHAS MINÉRIOS S.A e INABILITADOS os proponentes:

800.139/2007- HABILITADOS os proponentes: COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI E CONGONHAS MINÉRIOS S.A e INABILITADOS os proponentes:

800.140/2007- HABILITADOS os proponentes: COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI E CONGONHAS MINÉRIOS S.A. e INABILITADOS os proponentes:

800.141/2007- HABILITADOS os proponentes: COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI E CONGONHAS MINÉRIOS S.A. e INABILITADOS os proponentes:

800.145/2007- HABILITADOS os proponentes: COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI E CONGONHAS MINÉRIOS S.A. e INABILITADOS os proponentes:

800.146/2007- HABILITADOS os proponentes: COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI E CONGONHAS MINÉRIOS S.A e INABILITADOS os proponentes:

800.115/2008- HABILITADOS os proponentes: GEOBEM - CONSULTORIA E PROJETOS LTDA E P. W. VASCONCELOS e INABILITADOS os proponentes:

800.076/2009- HABILITADOS os proponentes: CENTRAL MINERAL DO NORDESTE E PADRECO GRANITOS LTDA - ME e INABILITADOS os proponentes:

800.083/2009- HABILITADOS os proponentes: CONGONHAS MINÉRIOS S.A E SM INDÚSTRIA DE MINÉRIOS DO BRASIL LTDA e INABILITADOS os proponentes:

800.084/2009- HABILITADOS os proponentes: CONGONHAS MINÉRIOS S.A E CAXITORÉ EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA - ME e INABILITADOS os proponentes:

800.643/2009- HABILITADOS os proponentes: CEARAGRAN MINERAÇÃO EXPOPRT LTDA, MONT GRANITOS S.A E MPP COMÉRCIO, SERVIÇOS E MINRAÇÃO e INABILITADOS os proponentes:

800.648/2009- HABILITADOS os proponentes: EVEREST MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA E MINERAÇÃO AGRESTE LTDA e INABILITADOS os proponentes:

800.732/2009- HABILITADOS os proponentes: MINERAÇÃO AGRESTE LTDA E VULCANO EXPORT MINERAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA e INABILITADOS os proponentes:

800.330/2010- HABILITADOS os proponentes: MILGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA E VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA e INABILITADOS os proponentes:

800.535/2010- HABILITADOS os proponentes: CEARAGRAN MINERAÇÃO EXPORT LTDA E ROYAL BRAZILIAN STONES LTDA - ME e INABILITADOS os proponentes:

800.553/2010- HABILITADOS os proponentes: MINERAÇÃO AGRESTE LTDA, MILKA MINERAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA - ME E VULCANO EXPORT MINERAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA e INABILITADOS os proponentes:

800.557/2010- HABILITADOS os proponentes: MINERAÇÃO AGRESTE LTDA E PADRECO GRANITOS LTDA - ME e INABILITADOS os proponentes:

800.700/2010- HABILITADOS os proponentes: CONGONHAS MINÉRIOS S.A., SM INDÚSTRIA DE MINÉRIOS DO BRASIL LTDA E SAN MARCOS REVEST CERÂMICOS LTDA e INABILITADOS os proponentes:

800.762/2010- HABILITADOS os proponentes: EVEREST MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA E MPP COMÉRCIO, SERVIÇOS E MINERAÇÃO e INABILITADOS os proponentes:

800.777/2010- HABILITADOS os proponentes: CONGONHAS MINÉRIOS S.A. E MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA - EPP e INABILITADOS os proponentes:

800.778/2010- HABILITADOS os proponentes: FERNANDO ANTÔNIO CASTELO BRANCO SALES E CONGONHAS MINÉRIOS S.A. e INABILITADOS os proponentes:

800.782/2010- HABILITADOS os proponentes: CONGONHAS MINÉRIOS S.A. E VOTORANTIM CIMENTO N E NE S.A. e INABILITADOS os proponentes:

800.785/2010- HABILITADOS os proponentes: CONGONHAS MINÉRIOS S.A. E MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA - EPP e INABILITADOS os proponentes:

300.552/2012- HABILITADOS os proponentes: F. MOTA FILHO - ME E JOSÉ CARNEIRO DE ANDRADE FILHO ENGENHARIA E CONSULTORIA - ME e INABILITADOS os proponentes:

300.374/2013- HABILITADOS os proponentes: COOBAM - COOPERATIVA DE BASE MINERAL DE RUSSAS E DO VALE JAGUARIBANO LTDA, FRANCISCO OSMAR DOS SANTOS ME, TAYNANA KELLY REBOUÇAS DA SILVA E VOTORANTIM CIMENTO N E NE S.A. e INABILITADOS os proponentes:

Fase de Concessão de Lavra

Multa aplicada /Prazo para pagamento 30 dias(460)

800.264/1999-MINERADORA DE ÁGUA LÍMPIDA LTDA- AI Nº 215/2014, 217/2014, 216/2014

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

800.264/1999-MINERADORA DE ÁGUA LÍMPIDA LTDA-OF. N°1404/2014,

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)

800.264/1999-MINERADORA DE ÁGUA LÍMPIDA LTDA-OF. N°1403/2014, 1402/2014, 1401/2014, 1400/2014, 1399/2014 e 1398/2014

FRANCISCO FEITOSA DE CARVALHO FREITAS

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 172/2014

Fase de Autorização de Pesquisa

Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)

896.283/2011-MINERAÇÃO STA LTDA .

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

896.106/1999-CREMILDO BADKE-OF. N°2485/2014-DNPM/ES.

896.310/1999-STONEGRAN MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2426/2014-SR/DNPM/ES.

896.433/2003-JACOB MINERAÇÃO DE GRANITOS LTDA-OF. N°2244/2014-DNPM/ES.

896.361/2004-ALAOR JOSÉ VENTURIM-OF. N°2453/2014-DNPM/ES.

896.309/2005-D'ANDREIA AGRO PASTORIL LTDA ME-OF. N°2393/2014-DNPM/ES

896.309/2005-D'ANDREIA AGRO PASTORIL LTDA ME-OF. N°2403/2014-SR/DNPM/ES

896.851/2008-MINERAÇÃO BREJETUBA LTDA ME-OF. N°2457/2014-SR/DNPM/ES.

896.413/2013-PROMINING PARTICIPACOES LTDA-OF. N°2411/2014-DNPM/ES.

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)

896.325/1996-MARCEL MINERAÇÃO LTDA-ECOPORANGA/ES - Guia n° 0043/2014-12.630t/ano-GRANITO- Validade:VINCULADA A L.O.

896.225/2007-BRASPEDRA LTDA ME-SANTA LEOPOLDINA/ES - Guia n° 0044/2007-15.120t/ano-GRANITO- Validade:VINCULADA A L.O.

Aprova o relatório de Pesquisa(317)

896.473/2000-CLAUDIA MINERAÇÃO LTDA-GRANITO

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

896.738/2002-GENERAL STONES GRANITOS DO BRASIL LTDA

896.596/2009-VERDE AREIA MINERAÇÕES LTDA ME.

896.597/2009-VERDE AREIA MINERAÇÕES LTDA ME.

896.598/2009-VERDE AREIA MINERAÇÕES LTDA ME.

896.599/2009-VERDE AREIA MINERAÇÕES LTDA ME.

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

896.086/2010-NAVIZIOSENIO PEREIRA LIMA-AI N°579/2014-SR/DNPM/ES.

Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)

896.669/2009-CERÂMICA FEREGUETTI LTDA - AI N°208/2012.

896.573/2011-ELISÂNGELA DE MORAES - AI N°500/2014

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

890.140/1989-HIPERLOGISTICA LTDA-OF. N°2436/2014-DNPM/ES.

896.041/1998-STONE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2401/2014-DNPM/ES.

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

896.386/2001-GRANVEL MINERACAO LTDA. ME-VENDA NOVA DO IMIGRANTE/ES - Guia n° 0046/2014-12.950t/ano-GRANITO- Validade:VINCULADA A L.O.

896.426/2002-EDES DAL COL ME-ARACRUZ/ES - Guia n° 0047/2014-50.000t/ano-AREIA- Validade:VINCULADA A L.O.

896.144/2008-MINERACAO NEMER LTDA-CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES - Guia n° 0045/2014-6.000t/ano-CALCITA- Validade:VINCULADA A L.O.

Fase de Concessão de Lavra

Determina a interdição da lavra(442)

806.575/1974-SOBRITA INDUSTRIAL S A- N° do Termo de Interdição:013/2014-DNPM/ES, de 19/09/2014- Lacre N°

Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)

806.575/1974-SOBRITA INDUSTRIAL S A- AI N° 0576/2014-DNPM/ES, 0577/2014-DNPM/ES e 0578/2014-DNPM/ES.

Multa aplicada /Prazo para pagamento 30 dias(460)

806.575/1974-SOBRITA INDUSTRIAL S A- AI Nº 0583/2011-DNPM/ES, 0585/2011-DNPM/ES, 0586/2011-DNPM/ES, 0587/2011-DNPM/ES, 0588/2011-DNPM/ES, 0589/2011-DNPM/ES, 0590/2011-DNPM/ES, 0591/2011-DNPM/ES, 0592/2011-DNPM/ES, 0593/2011-DNPM/ES, 0594/2011-DNPM/ES e 0595/2011-DNPM/ES.

Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)

806.575/1974-Sobrita Industrial S A- AI N° 0584/2014-DNPM/ES.

Aceita defesa apresentada(475)

806.575/1974-SOBRITA INDUSTRIAL S A

Nega provimento a defesa apresentada(476)

806.575/1974-SOBRITA INDUSTRIAL S A

Fase de Requerimento de Licenciamento

Nega provimento ao recurso interposto(1170)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

896.577/2009-TRANSKL COMÉRCIO DE IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA EPP
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
896.131/2013-RIO DOCE MINERAÇÃO LTDA

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 127/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Extracom Mineração Ltda - 806314/12 - Not.205/2014 - R$ 134,01
H2o Empresa de Mineracao Ltda - 806056/00 - Not.198/2014 - R$ 4.898,81, 806056/00 - Not.199/2014 - R$ 4.898,81, 806056/00 - Not.200/2014 - R$ 4.898,81, 806056/00 - Not.201/2014 - R$ 4.898,81, 806056/00 - Not.202/2014 - R$ 4.898,81
j Fernando Tajra Reis - 806194/09 - Not.203/2014 - R$ 2.260,93
João de Lima Rolim - 806224/11 - Not.206/2014 - R$ 243,39
Serrão e Moreira LTDA. - 806198/09 - Not.204/2014 - R$ 25,05

CLAUDINEI OLIVEIRA CRUZ
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 128/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
866.634/2014-EDVANILCE MARQUES GODINHO-OF. N°215/14
866.772/2014-PLATINUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°219/14-Cad
866.774/2014-PLATINUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°220/14-Cad
866.775/2014-PLATINUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°217/14-Cad
866.776/2014-PLATINUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°221/14-Cad
866.777/2014-PLATINUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°218/14-Cad
866.800/2014-MINERAÇÃO PIRINEUS LTDA-OF. N°216/14-Cad
866.806/2014-AGRO INDUSTRIAL TELES PIRES LTDA-OF. N°223/14
866.835/2014-EDNEY DA SILVA GASQUES-OF. N°222/14-Cad
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
866.328/2008-HERA MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:Cia Mineradora Ouro MT S/A- CPF ou CNPJ 16.382.326/0001-60- Alvará n°7600/2008
866.329/2008-HERA MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:Cia Mineradora Ouro MT S/A- CPF ou CNPJ 16.382.326/0001-60- Alvará n°7601/2008
866.341/2008-HERA MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:Cia Mineradora Ouro MT S/A- CPF ou CNPJ 16.382.326/0001-60- Alvará n°7613/2008
866.684/2012-JOÃO BROGGI JÚNIOR- Cessionário:Mineradora e Construtora Ouro Verde Ltda-ME- CPF ou CNPJ 13.044.478/0001-65- Alvará n°674/2013
866.698/2012-FILADELFO DOS REIS DIAS- Cessionário:Fatex Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 12.420.391/0001-82- Alvará n°1775/2014
866.699/2012-FILADELFO DOS REIS DIAS- Cessionário:Fatex Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 12.420.391/0001-82- Alvará n°1776/2014
866.700/2012-FILADELFO DOS REIS DIAS- Cessionário:Fatex Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 12.420.391/0001-82- Alvará n°1777/2014
866.701/2012-FILADELFO DOS REIS DIAS- Cessionário:Fatex Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 12.420.391/0001-82- Alvará n°1778/2014
866.976/2012-FABIO ALEX MONTEIRO RODER- Cessionário:Adriano Campos Cavalcante- CPF ou CNPJ 483.459.461-00- Alvará n°4925/2013
867.224/2013-FABILA ALLI DA SILVA 02198064111-Cessionário:Suprema Mineração Ltda-ME- CPF ou CNPJ 19.377.567/0001-00- Alvará n°510/2014
867.225/2013-FABILA ALLI DA SILVA 02198064111-Cessionário:Suprema Mineração Ltda-ME- CPF ou CNPJ 19.377.567/0001-00- Alvará n°511/2014
867.226/2013-FABILA ALLI DA SILVA 02198064111-Cessionário:Suprema Mineração Ltda-ME- CPF ou CNPJ 19.377.567/0001-00- Alvará n°512/2014
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
866.486/2004-PEDREIRA BASALTO LTDA-OF. N°258 - 259 - 260/14-Sup
866.274/2007-MINERAÇÃO PANAMERICANA LTDA ME-OF. N°247 - 248/14-Sup
866.321/2007-W A MINERADORA LTDA-OF. N°255 - 256 - 257/14-Sup
866.322/2007-W A MINERADORA LTDA-OF. N°252 - 253 - 254/14-Sup
866.318/2008-CALCÁRIO VALE DO ARAGUAIA S.A.-OF. N°249 - 250 - 251/14-Sup
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
866.641/2012-AGROPECUÁRIA ÁGUA VIVA LTDA.-Alvará n° 7406/2013 - Cessionário: Calcário Vale do Araguaia S/A-CNPJ 05.872.541/0001-23
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
805.414/1974-ÁGUAS LEBRINHA LTDA- AI N° 259/2014
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
805.414/1974-ÁGUAS LEBRINHA LTDA-OF. N°338/2014-Fis
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
(513)
867.004/2012-ELIO VALENTIN COLLA - PLG N°62/2014 de 20/10/2014 - Prazo 02 anos
867.005/2012-ELIO VALENTIN COLLA - PLG N°63/2014 de 20/10/2014 - Prazo 02 anos
Fase de Lavra Garimpeira
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(571)
866.590/2007-ATÍLIO MAGRINI NETO- Cessionário:Reginaldo Luiz de Almeida Ferreira-ME- CNPJ 08.838.089/0001-71-PLG n°50/2008
867.052/2012-SÉRGIO DE FRANÇA- Cessionário:Atilio Magrini Neto- CNPJ 14.145.004/0001-72- PLG n°86/2013
867.053/2012-SÉRGIO DE FRANÇA- Cessionário:Atilio Magrini Neto- CNPJ 14.145.004/0001-72- PLG n°83/2013

ELINA MARIA DE FIGUEIREDO ARAUJO

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 165/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
868.301/2007-INTTERPLAN EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°2020/14
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
868.078/2012-AGRÍCOLA E FLORESTAL SÃO FÉLIX LTDA- Substância Aprovada:BASALTO
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
868.013/1999-AGUAS FLORESTA LTDA- FONTE: AQUARELA 01 - MARCA: AQUARELA - EMBALAGENS: 5 L (sem gás), 10 L (sem gás) e 20 L (sem gás)- TRÊS LAGOAS/MS
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
868.104/1997-JONAS BARBOSA GARCIA & CIA LTDA-OF. N°2025/14 e 2026/14
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
866.989/1991-EXTRAÇÃO DE AREIA BERGAMO LTDA ME-OF. N°2030/14
866.990/1991-EXTRAÇÃO DE AREIA BERGAMO LTDA ME-OF. N°2030/14
868.046/2003-MINERADORA AREIA BRANCA LTDA ME-OF. N°2031/14
868.110/2005-DAVID CARLOS FERREIRA BONFIM ME-OF. N°221.44.711/14
868.072/2007-ELIANE MARQUES DA SILVA LOPES-OF. N°221.44.716/14
868.334/2009-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA.-OF. N°221.44.726/14
868.335/2009-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA.-OF. N°221.44.726/14
868.021/2010-ISRAEL DA SILVA VAREIRO ME-OF. N°221.44.709/14
868.130/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA.-OF. N°2057/14
868.131/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA.-OF. N°2057/14
868.132/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA.-OF. N°2057/14
868.133/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA.-OF. N°2057/14
868.160/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA.-OF. N°2057/14
868.161/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA.-OF. N°2057/14
868.162/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA.-OF. N°2057/14
868.163/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA.-OF. N°2057/14
868.164/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA.-OF. N°2057/14
868.165/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA.-OF. N°2057/14
868.167/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA.-OF. N°2057/14
868.168/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA.-OF. N°2057/14
868.169/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA.-OF. N°2057/14
868.182/2010-SERGIO ANTÔNIO VICARI-OF. N°221.44.719/14
868.272/2010-MINERADORA AREIA BRANCA LTDA ME-OF. N°2031/14
868.077/2011-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA - EPP-OF. N°221.44.721/14
868.122/2011-AREEIRO REZENDE DE OLIVEIRA LTDA ME-OF. N°221.44.723/14
868.139/2011-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA - EPP-OF. N°221.44.721/14
868.380/2011-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA - EPP-OF. N°221.44.721/14
868.406/2011-MINERADORA AREIA BRANCA LTDA ME-OF. N°2031/14
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
868.110/2005-DAVID CARLOS FERREIRA BONFIM ME- AI N°306/14
868.072/2007-ELIANE MARQUES DA SILVA LOPES- AI N°313/14
868.334/2009-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA- AI N°304/14
868.335/2009-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA- AI N°305/14
868.021/2010-ISRAEL DA SILVA VAREIRO ME- AI N°307/14
868.130/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA- AI N°303/14
868.131/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA- AI N°302/14
868.132/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA- AI N°301/14
868.133/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA- AI N°300/14
868.160/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA- AI N°299/14
868.161/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA- AI N°298/14
868.162/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA- AI N°297/14
868.163/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA- AI N°296/14
868.164/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA- AI N°295/14
868.165/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA- AI N°294/14
868.167/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA- AI N°293/14
868.168/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA- AI N°292/14
868.169/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA- AI N°291/14
868.182/2010-SERGIO ANTÔNIO VICARI- AI N°308/14
868.077/2011-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA - EPP- AI N°310/14
868.122/2011-AREEIRO REZENDE DE OLIVEIRA LTDA ME- AI N°309/14
868.139/2011-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA - EPP- AI N°311/14
868.380/2011-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA - EPP- AI N°312/14
Homologa renúncia do registro de Licença(784)
868.020/2012-WESLEY DA SILVA LOPES ME
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
868.347/2009-V. F. BARBOSA PRODUTOS ALIMENTICIOS ME-OF. N°221.44.041/14

RELAÇÃO Nº 166/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
868.453/2007-ARLINDA BARBOSA DE ARRUDA-AI N°320/14
868.122/2010-MINERAÇÃO GRANDES LAGOS LTDA.-AI N°319/14
868.149/2011-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA - EPP-AI N°314/14
868.152/2011-IRMÃOS BENZI LTDA EPP-AI N°318/14
868.212/2011-MINERADORA EVA LTDA-AI N°316/14

ANTONIO CARLOS NAVERRETE SANCHES

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 681/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
833.782/2006-RST RECURSOS MINERAIS LTDA.-OF. N°2.687/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

831.582/2007-AGENOR NARCIZO DRUMOND COSSO-LOSSO-OF. N°2881/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
833.838/2007-VALE S A-OF. N°2804/2014/DGTM/SU-PRIN/DNPM-MG
834.789/2008-EMPRESA DE MINERAÇÃO ESPERANÇA SA-OF. N°2821/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
834.864/2008-L & L DRAGAGEM LTDA. ME-OF. N°2822/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.197/2009-CEZA GONÇALVES VIDAL-OF. N°2823/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.692/2009-BRASROMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA-OF. N°2877/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.693/2009-BRASROMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA-OF. N°2818/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.848/2009-VALE S A-OF. N°2819/2014/DGTM/SU-PRIN/DNPM-MG
830.902/2009-VALE S A-OF. N°2820/2014/DGTM/SU-PRIN/DNPM-MG
831.546/2009-EDILSON CORRÊA MARIANI-OF. N°2881/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.605/2009-MARCO TULIO RIBEIRO DE MIRANDA-OF. N°2885/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
832.107/2009-JOÃO BATISTA VIEIRA-OF. N°2887/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
832.165/2009-ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LT-DA.-OF. N°2876/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
832.388/2009-ANDRÉ VAZ DE MELLO FERNANDES-OF. N°2886/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
832.400/2009-RECURSOS MINERAIS DO BRASIL S.A-OF. N°2883/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
832.401/2009-RECURSOS MINERAIS DO BRASIL S.A-OF. N°2882/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
832.402/2009-RECURSOS MINERAIS DO BRASIL S.A-OF. N°2884/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
832.446/2009-DUMARSE MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°2878/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.903/2010-SÍLVIA CRISTIANE MIRANDA VALADA-RES MORAIS-OF. N°2880/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.171/2010-BRAZMINCO LTDA-OF. N°2875/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.177/2012-DINARTE DE MATOS SEABRA JUNIOR ME-OF. N°2811/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.927/2012-GEOVANI ALVES PIMENTA-OF. N°2813/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
832.003/2012-ALEXANDRE PEREIRA DA ROSA-OF. N°2810/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
832.649/2012-CARLOS ROBERTO DA VISITAÇÃO-OF. N°2812/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
833.224/2012-ALDO DA SILVA SANTOS-OF. N°2879/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.546/2013-MINÉRIOS E JAZIDAS MINERAIS FME LTDA-OF. N°2815/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.851/2013-EXTRATORA DE AREIA PRIMO LTDA-OF. N°2809/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.854/2013-EXTRATORA DE AREIA PRIMO LTDA-OF. N°2809/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
830.924/2013-AREIAS DOCA MELGAÇO LTDA ME-OF. N°2817/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.339/2013-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LT-DA.-OF. N°2814/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.348/2013-F J SILVA ME-OF. N°2816/2014/DGTM/SU-PRIN/DNPM-MG
832.060/2013-MARIANGELA DE FATIMA REIS SAN-TOS ME-OF. N°2806/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
832.460/2013-CHAMONIX MIX LTDA-OF. N°2873/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.550/2001-PAULO DE VASCONCELOS ME-OF. N°111/2014/ESCGV/SUPERINTEMDÊNCIA/DNPM-MG
832.296/2005-GAR MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPOR-TAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°114/2014/CESD/SU-PRIN/DNPM/MG
833.677/2010-MANOEL MÁRCIO CAMPOLINA-OF. N°113/2014/CESD/SUPRIN/DNPM/MG
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.816/2002-IDELFONCIO DE OLIVEIRA-OF. N°2706/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.058/2006-AREAL DOIS IRMÃOS LTDA ME-OF. N°2704/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.501/2006-QUARTZBLUE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2707/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.501/2006-QUARTZBLUE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2707/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.013/2007-WESLEY SILVA GOMES-OF. N°2557/2014/FISCALIZAÇÃO
831.741/2014-MINERAÇÃO PEDRA AZUL LTDA ME-OF. N°2708/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
Reitera exigência(366)
830.937/1979-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-OF. N°2837/2014/DGTM/SU-PRIN/DNPM-MG-60 dias
830.650/2002-MINERAÇÃO RWM LTDA.-OF. N°2702/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG e 2703/2014/DGTM/SU-PRIN/DNPM-MG-60 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
830.937/1979-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-OF. N°2838/2014/DGTM/SU-PRIN/DNPM-MG
830.831/1981-RIMA INDUSTRIAL SA-OF. N°2705/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.173/2005-AREAL E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO SÃO JORGE LTDA-OF. N°2.922/2014/ANAPRO/GTM/SUPERIN-TEMDÊNCIA/DNPM-MG
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
000.135/1951-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS-OF. N°2.482/2014/FISCALI-ZAÇÃO/DNPM-MG
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
831.109/2003-PORTO CAMBUI EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°2843/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
832.526/2003-PAULO MATIAS DA SILVA-OF. N°2841/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
831.586/2009-MARCELO ABRÃO CARLONI EPP-OF. N°2840/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
832.102/2014-MUNICÍPIO DE ANGELÂNDIA-OF. N°2837/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
832.147/2014-MUNICIPIO DE SERRA DO SALITRE-OF. N°2836/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
832.148/2014-MUNICIPIO DE SERRA DO SALITRE-OF. N°2835/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
830.285/2014-CERUNI EXTRAÇÃO DE ARGILA LTDA-OF. N°2842/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM-MG

RELAÇÃO Nº 684/2014

Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)
832.538/2006-BEATRIZ LEVINA CABRAL- AI N°824/2009
Torna sem efeito a caducidade do alvará de pesquisa-TAH(651)
835.919/1994-NATALÍCIO SOUSA MENDES- Publicado DOU de 13/03/2009

RELAÇÃO Nº 686/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
832.112/2008-INGO GUSTAV WENDER
832.113/2008-INGO GUSTAV WENDER
831.689/2009-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
832.526/2009-CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LT-DA
832.527/2009-CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LT-DA
830.944/2010-KÉNTRON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
831.724/2012-JULIA CABRAL E SOUZA
832.644/2012-METAL DATA S.A. MINERAÇÃO E ME-TALURGIA
832.645/2012-METAL DATA S.A. MINERAÇÃO E ME-TALURGIA
832.646/2012-METAL DATA S.A. MINERAÇÃO E ME-TALURGIA
832.647/2012-METAL DATA S.A. MINERAÇÃO E ME-TALURGIA
833.328/2012-METAL DATA S.A. MINERAÇÃO E ME-TALURGIA
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
830.426/2008-ANDERSON FERNANDES

RELAÇÃO Nº 691/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência to-tal(121)
830.451/2009-TERRATIVA MINERAIS S.A.
831.694/2009-L & L DRAGAGEM LTDA. ME
831.173/2010-BRAZMINCO LTDA
831.523/2010-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.
832.709/2013-MINERAÇÃO LAGOA BRILHANTE LT-DA. ME
830.424/2014-MUMBACA MINERACAO
830.859/2014-MINERAÇÃO OURO BRANCO LTDA ME
Indefere de Plano o Requerimento de Autorização de Pes-quisa(166)
831.600/2009-JOSÉ MOREIRA FILHO
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área sem onera-ção/Port.266/2008(1281)
832.507/2014-AMILTON JOSÉ DE MELO
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
833.682/2013-EDSON CARLOS MENDES SILVA ME
830.190/2014-ANTONIO EUSTAQUIO MONTES ARAU-JO
Fase de Requerimento de Lavra
Determina o cancelamento da Guia de utilização(1778)
830.127/2007-SÃO GREGÓRIO AGROPECUÁRIA S.A-Guia de Utilização N°197/2012
831.013/2007-WESLEY SILVA GOMES- Guia de Utiliza-ção N°211/2012

RELAÇÃO Nº 692/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
832.985/2011-MILTON BRASIL CIRIBELLI JUNIOR- Al-vará n°1.820/2012 - Cessionario:832.865/2013-MINERAÇÃO PAN-CIERI LTDA- CPF ou CNPJ 04.445.994/0001-00
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
830.155/2011-IMPEC CONSTRUÇÕES E EMPREENDI-MENTOS LTDA- Cessionário:ESTRELA DO MAR PARTICIPA-ÇÕES E ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA- CPF ou CNPJ 01.799.262/0001-20- Alvará n°11.048/2011
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licen-ça(742)
830.736/2010-TRANSCOL TRANSPORTE E COMÉRCIO IRMÃOS OLIVEIRA LTDA EPP- Registro de Licença N°:3.743/DNPM/MG/2010 - Vencimento em 01/04/2020

CELSO LUIZ GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 211/2014

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
850.279/1994-CESAR PENA FERNANDES
850.280/1994-CESAR PENA FERNANDES
850.281/1994-CESAR PENA FERNANDES
850.282/1994-CESAR PENA FERNANDES
850.283/1994-CESAR PENA FERNANDES
850.284/1994-CESAR PENA FERNANDES
850.285/1994-CESAR PENA FERNANDES
850.286/1994-CESAR PENA FERNANDES
850.287/1994-CESAR PENA FERNANDES
850.288/1994-CESAR PENA FERNANDES
850.289/1994-CESAR PENA FERNANDES
850.290/1994-CESAR PENA FERNANDES
850.291/1994-CESAR PENA FERNANDES
850.292/1994-CESAR PENA FERNANDES
850.293/1994-CESAR PENA FERNANDES
850.294/1994-CESAR PENA FERNANDES
850.295/1994-CESAR PENA FERNANDES
850.882/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.883/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.887/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.888/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.889/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.890/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.892/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.895/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.896/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.897/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.899/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.900/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.901/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.902/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.903/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.904/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.905/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.906/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.907/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.908/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.909/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.910/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.912/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.913/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.914/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.915/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.916/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.917/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.918/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.919/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.920/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.921/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.922/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.923/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.924/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.928/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.930/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.931/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.935/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.936/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.937/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.938/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA
850.998/1994-VALDEMIR FERNADES DA SILVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RELAÇÃO Nº 258/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
850.660/2012-AGROINDUSTRIA NILSON PEREIRA LTDA EPP
850.791/2012-MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.
850.932/2013-LUZ MINERAÇÃO LTDA
850.938/2013-ARAGUAIA E TOCANTINS MINERAÇÃO LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Aceita defesa apresentada(241)
850.510/2003-IMPEX IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO COMÉRCIO REPRESENTAÇÃO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
850.238/2012-VEGAS MINERAÇAO LTDA-OF. N°1.964/2014
850.239/2012-VEGAS MINERAÇAO LTDA-OF. N°1.962/2014
850.827/2012-MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.-OF. N°1.967/2014
850.895/2012-AG DE SOUSA COMÉRCIO ME-OF. N°1.963/2014
850.414/2013-SUL PARÁ MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.961/2014
850.935/2013-LUZ MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.965/2014
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
850.540/2011-MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA-Cessionário:COOGER -COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO ESTADO DE RONDÔNIA LTDA.- CPF ou CNPJ 05.771.023/0001-13- Alvará n°979/2014
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
850.668/2008-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)
850.510/2003-IMPEX IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO COMÉRCIO REPRESENTAÇÃO LTDA-AI N°807/2013
850.668/2008-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A-AI N°196/2011
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
850.057/2005-RENATO INDEPENDÊNCIA CUNHA DE MACEDO
850.237/2011-COOPERMINERIOS COOPER. MISTA DE EXP. MINERAL E EXTRATIVISMO VEGETAL DE NOV. PROG
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
850.097/1999-SANTARÉM ÁGUAS LTDA- Fonte: Alter do Chão, Marca: Cristalina, Embalagens Retornáveis de 20 L-SANTARÉM/PA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
850.149/2014-CERIL CERÂMICA ITAPUAN LTDA EPP-Registro de Licença N°28/2014 de 20/05/2014-Vencimento em 05/02/2016
850.413/2014-CERAMICA RIO DO VALE LTDA-Registro de Licença N°72/2014 de 08/10/2014-Vencimento em 28/01/2015
850.414/2014-A.A COMERCIO E INDÚSTRIA DE CERAMICA LTDA EPP-Registro de Licença N°73/2014 de 08/10/2014-Vencimento em 28/01/2015
850.893/2014-INTEGRAL ENGENHARIA LTDA-Registro de Licença N°90/2014 de 29/102014-Vencimento em 15/09/2016
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
850.547/2012-LUIZ LÚCIO MACHADO
850.093/2014-ASSOCIAÇÃO DE EXTRAÇÃO MINERAL PARA CONTRUÇÃO CIVIL
850.199/2014-V PASSARELLI & SANTANA LTDA
850.200/2014-V PASSARELLI & SANTANA LTDA
850.291/2014-AGROPECUÁRIA MARTINS LTDA
850.311/2014-JOSÉ SANDES FERREIRA FILHO
850.518/2014-CERÂMICA MODELO LTDA - ME
850.603/2014-ATAIDE BARCELOS NETO
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
850.480/2009-BELTERRA TERRAPLENAGEM LTDA-Registro de Licença N°:022/2009 - Vencimento em 21/03/2015

THIAGO MARQUES DE ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 120/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
826.467/2012-MINERAÇÃO RIO DO MOURA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
826.367/2013-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.-OF. N°1689/2014/DGTM/DNPM/PR
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
826.791/2013-F. ZANCANARO TERRAPLENAGEM LTDA EPP
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
826.543/2010-LUCIO IRAJÁ FURTADO- Alvará n°5448/2014 - Cessionario:826.829/2014-INDUSTRIA DE CAL CORADASSI LTDA EPP- CPF ou CNPJ 14.101.044/0001-12
826.356/2012-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP- Alvará n°6992/2013 - Cessionario:826.788/2014; 826.789/2014; 826.790/2014; 826.791/2014; 826.792/2014-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME- CPF ou CNPJ 14.203.956/0001-03
826.145/2013-TEODORO DURAU (F.I.)- Alvará n°7005/2013 - Cessionario:826.809/2014; 826.810/2014-AREAL DURAL LTDA- CPF ou CNPJ 81.679.425/0001-70
827.113/2013-MARCOS DURAU- Alvará n°921/2014 - Cessionario:826.821/2014; 826.822/2014; 826.823/2014-AREAL DURAL LTDA- CPF ou CNPJ 81.679.425/0001-70
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
826.931/2011-DELTA SUL COMÉRCIO DE CONCRETO BRITA AREIA INDUSTRIAL E ASFALTO LTDA-OF. N°1122/2014
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
826.017/2006-ADIR JURANDIR COSTA- Cessionário:AREAL COSTA LTDA- CPF ou CNPJ 77.510.493/0001-34- Alvará n°15457/2010
826.745/2009-AREAL AGUA AZUL LTDA.- Cessionário:R. MINAS LTDA- CPF ou CNPJ 15.007.226/0001-91- Alvará n°5826/2011
826.219/2013-MINERAÇÃO PARANAGUÁ LTDA ME-Cessionário:EURO MINERIOS LTDA- CPF ou CNPJ 03.219.633/0001-83- Alvará n°8188/2013
826.254/2013-GIUSEPPE ALFONSO BRUNATI- Cessionário:MINERAÇÃO SANTA HELENA LTDA EPP- CPF ou CNPJ 14.533.523/0001-08- Alvará n°8197/2013
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
826.951/2013-TERRAPLENAGEM TIJUCAS LTDA ME - Alvará N°917/2014
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
826.751/2011-MINA MINERAÇÃO ADRIANÓPOLIS LTDA-Calcário
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
826.100/2006-YANG TOWER SONG
826.016/2007-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
826.480/2007-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
826.256/2008-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
826.374/2011-WADIR BRANDÃO
826.519/2011-SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA.
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
826.018/2013-J N B R EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
300.291/2011-HOBI & CIA LTDA- Substância Aprovada:AREIA, ARENITO, ARGILA E TURFA
Propostas desclassificadas para o procedimento de disponibilidade(1808)
300.291/2011-MINERADORA PORTO IGUAÇU LTDA; LUCIANE APARECIDA PEREIRA - EDITAL N° 35/2011 - Publicado DOU de 26/08/2011
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.340/2004-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1940/2014/DGTM/DNPM/PR
826.342/2008-CMIX MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°1124/2014
826.329/2009-EXTRABEL EXTRATIVA DE AREIA BETEL LTDA-OF. N°1941/2014/DGTM/DNPM/PR
826.560/2009-OIKAWA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA-OF. N°1123/2014
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
804.666/1975-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°1718/2008/DNPM/PR-180 dias
807.215/1976-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°717/2011/DNPM/PR-180 dias
807.216/1976-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°1414/2010/DNPM/PR-180 dias
805.676/1977-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°476/2012/DNPM/PR-180 dias
820.319/1984-MINERAÇÃO RIO BRANCO DO SUL LTDA.-OF. N°182/2012/DNPM/PR-180 dias
826.268/1995-AREIAL DO VALE LTDA-OF. N°1460/2014/DGTM/DNPM/PR-60 dias
826.436/1996-F.ANDREIS & CIA LTDA.-OF. N°1359/2008/DNPM/PR-180 dias
826.006/1997-MINERAÇÃO JUNDU LTDA.-OF. N°395/2007/DNPM/PR-180 dias
826.204/1997-MINERAÇÃO BRASBOL LTDA.-OF. N°892/2011/DNPM/PR-180 dias
826.267/1997-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°670/2009/13°DS-PR/DNPM-180 dias
826.358/1997-TONIAL EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA E TRANSPORTES DE CARGAS LTDA-OF. N°1383/2008/DNPM/PR-180 dias
826.359/1997-TONIAL EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA E TRANSPORTES DE CARGAS LTDA-OF. N°1383/2008/DNPM/PR-180 dias
826.016/2001-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°187/2012/DNPM/PR-180 dias
826.469/2002-AREIAL DO VALE LTDA-OF. N°512/2009/13°DS-PR/DNPM-180 dias
826.046/2003-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°1342/2010/DNPM/PR-180 dias
826.128/2007-ITAJARA MINÉRIOS LTDA-OF. N°234/2012/DNPM/PR-180 dias
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
811.240/1974-ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S A- ALVARÁ n° 1899/1979 - Cessionário: CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO S/A- CNPJ 27.184.936/0001-76
804.667/1975-ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S A- ALVARÁ n° 982/1980 - Cessionário: CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO S/A- CNPJ 27.184.936/0001-76
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
826.197/1997-MINERAÇÃO CAJUEL LTDA-OF. N°1932/2014/DGTM/DNPM/PR
826.102/1999-AREIAL ROGALSKI LTDA-OF. N°1942/2014/DGTM/DNPM/PR
826.091/2003-AREAL MORO LTDA. ME-OF. N°1947/2014/DGTM/DNPM/PR
826.155/2003-AREIAL ROGALSKI LTDA-OF. N°1946/2014/DGTM/DNPM/PR
826.156/2003-AREIAL ROGALSKI LTDA-OF. N°1945/2014/DGTM/DNPM/PR
826.157/2003-AREIAL ROGALSKI LTDA-OF. N°1944/2014/DGTM/DNPM/PR
826.158/2003-AREIAL ROGALSKI LTDA-OF. N°1943/2014/DGTM/DNPM/PR
826.340/2004-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1939/2014/DGTM/DNPM/PR
826.010/2010-POLICAL INDUSTRIAL DE CAL LTDA.EPP-OF. N°1928/2014/DGTM/DNPM/PR
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
826.083/1999-HOBI & CIA.LTDA.- AI N° 477/2014
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
826.099/1988-DIAMANTE INDÚSTRIA DE CAL LTDA.-OF. N°1934/2014/DGTM/DNPM/PR
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1799)
826.099/1988-DIAMANTE INDÚSTRIA DE CAL LTDA.-OF. N°1933/2014/DGTM/DNPM/PR
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
826.099/2014-MINERAÇÃO E TRANSPORTE ZUCCHI LTDA.-Registro de Licença N°37/2014 de 24/10/2014-Vencimento em 08/01/2019
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
826.820/2014-AREAL TRÊS IRMÃOS LTDA ME-OF. N°1929/2014/DGTM/DNPM/PR

HUDSON CALEFE

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 125/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
840.676/2012-CÉLIO JOSÉ DE SOUSA FIGUERÊDO-DOU de 02/12/2013
Torna sem efeito Multa Aplicada-REL. PESQ.(646)
840.504/2010-EDJANE PATRICIA JUSTINO VAZ- AI N°158/13
Retificação de despacho(1387)
840.259/2012-PEDRO PAULO DE OLIVEIRA NUNES - Publicado DOU de 09/09/2014, Relação n° 93, Seção 1, pág. 58-Onde se lê: "Fase de Autorização Pesquisa Concede Anuência e autoriza averbação total de direitos/Cessionário NE locações de Máquinas e Serviços Ltda. CNPJ 15.732.321/0001-67...Leia-se:" "Fase de Autorização Pesquisa Concede Anuência e autoriza averbação total de direitos/Cessionário NE locações de Máquinas e Serviços Ltda. CNPJ 15.732.231/0001-67"...
Fase de Concessão de Lavra
Retificação de despacho(1389)
809.415/1973-COMPANHIA INDUSTRIAL DE VIDROS CIV - Publicado DOU de 20/08/2014, Relação n° 90, Seção 1, pág. 77- Torna sem efeito publicação Cessão Total de Direitos de Concessão de Lavra por falta de competência.

RELAÇÃO Nº 126/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
841.055/2011-MARCUS ANTONIO DANTAS CARREIRO
840.824/2012-MINERAÇÃO DIAMANTINA LTDA
840.828/2012-MINERAÇÃO DIAMANTINA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
840.164/2014-MINERAÇÃO JÓIA RARA LTDA-OF. N°1385 e 1386/14

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

840.188/2014-FABIO MARCELO MORAIS-OF. N°1341/14
840.204/2014-ROMERO BRECKENFELD DA ROSA BORGES-OF. N°1384/14
840.245/2014-EDUARDO MIRANDA BRANDÃO-OF. N°1383/14
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
840.091/2011-MINERADORA NOSSO SENHOR DO BONFIM LTDA.-OF. N°1350/14
840.219/2011-FRANCISCO RAIMUNDO SANTIAGO BESSA-OF. N°1348/14
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
840.206/2008-UNIMIN DO BRASIL LTDA.-Calcário
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
840.412/2011-MINERAÇÃO FLORESTA SA-ALVARÁ N°14.950/2011
840.416/2011-MINERAÇÃO FLORESTA SA-ALVARÁ N°14.954/2011
840.892/2011-MINERAÇÃO FLORESTA SA-ALVARÁ N°17.710/2011
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
840.443/2010-MINERAÇÃO ALMEIDA LTDA ME-AI N°272/14
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
840.042/2007-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES - AI N°151/14
840.259/2007-PHYSICAL EXTRAÇÃO INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA. - AI N°093/14
840.475/2007-EDSON REGIS DE CARVALHO FILHO - AI N°149/14
840.510/2007-MINERAL SERVIÇOC GEOLOGICOS LTDA - AI N°05/14
840.223/2009-SIDNEY DINIZ DE ALMEIDA - AI N°134/14
840.260/2009-JOSÉ MARCELO ESPÍNDOLA ARAÚJO - AI N°99/13
840.343/2009-SIDNEY DINIZ DE ALMEIDA - AI N°289/13
840.344/2009-SIDNEY DINIZ DE ALMEIDA - AI N°290/13
840.402/2010-BS CONSTRUÇÕES - AI N°213/13
840.499/2010-BS CONSTRUÇÕES - AI N°228/13
840.528/2010-EGESA ENGENHARIA S.A. - AI N°333/13
840.017/2011-MARINEUSA HELENA DE ARAÚJO CAMPOS - AI N°269/13

RELAÇÃO Nº 127/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito exigência(137)
840.918/2011-TEREZA APARECIDA DE LIRA GALLINDO-OF. N°251/14-DOU de 25/03/2014
Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Auto de Infração - REL PESQ(639)
840.260/2009-JOSÉ MARCELO ESPÍNDOLA ARAUJO-AI N°225/13
840.063/2010-SEVERINO SEBASTIÃO DA SILVA- AI N°364/13
Torna sem efeito Multa Aplicada-REL. PESQ.(646)
840.063/2010-SEVERINO SEBASTIÃO DA SILVA- AI N°364/13
Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Auto de Infração.(1848)
840.179/2008-JOÃO JEAN COSTA DE ANDRADE- AI N°322/13

RELAÇÃO Nº 128/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
840.118/2012-FRANCISCO JOSE PEREIRA CAVALCANTE MATOS-OF. N°1368/14
840.561/2012-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.-OF. N°1375/14
840.168/2014-MARCOS ANTONIO DA SILVA MELO JUNIOR-OF. N°1366/14
840.174/2014-ANTÔNIO DE OLIVEIRA SOARES-OF. N°1373/14
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
840.359/2008-PRISCILA DE SOUZA GONZAGA-OF. N°1370/14
840.255/2009-MINERAÇÃO BRASIL AUSTRÁLIA LTDA.-OF. N°1344/14
840.218/2011-FRANCISCO RAIMUNDO SANTIAGO BESSA-OF. N°1347/14
840.220/2011-FRANCISCO RAIMUNDO SANTIAGO BESSA-OF. N°1367/14
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
840.010/2007-G.I. DOS SANTOS AREIAS - AI N°169/14
840.193/2007-LOGUIMINAS SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA - AI N°117/14
840.261/2009-ALEX LEVY CAVALCANTI DA SILVA - AI N°101/14
840.082/2010-SEVERINO MARQUES DOS PRAZERES - AI N°100/14
840.400/2010-BS CONSTRUÇÕES - AI N°211/13
840.446/2010-SEVERINO MENDES SOBRINHO ME - AI N°382/13
840.496/2010-BS CONSTRUÇÕES - AI N°226/13
840.497/2010-BS CONSTRUÇÕES - AI N°227/13
840.498/2010-BS CONSTRUÇÕES - AI N°209/13
840.538/2010-EGESA ENGENHARIA S.A. - AI N°334/13
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
840.120/2006-MARIO GUSTAVO ATAIDE LIMA-OF. N°221.44.020/2014

PAULO JAIME ALHEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 167/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Mineração Santa Maria Ltda - Epp - 868149/11 - A.I. 315/14
Mineradora Eva Ltda - 868212/11 - A.I. 317/14

ANTONIO CARLOS NAVARRETE SANCHES

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 179/2014

Fica o abaixo relacionado ciente que o recurso administrativo interposto foi julgado parcialmente procedente, restando-lhe pagar ou parcelar o débito apurado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 990.897/2009
Notificado: Olaria Fazenda das Palmas LTDA.
CNPJ/CPF: 28.867.729/0001-89
NFLDP nº 809/2009
Valor: R$ 810,13

JADIEL PIRES NOGUEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 90/2014

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: af Mineração Indústria e Comércio Ltda Epp Cpf/cnpj :02.029.142/0001-07 - Processo minerário: 886041/02 - Processo de cobrança: 986426/14 Valor: R$.49.144,54

Titular: Aspar - Cooperativa de Extração Mineral de ji - Paraná Cpf/cnpj :04.996.660/0001-25 - Processo minerário: 886113/99 - Processo de cobrança: 986448/14 Valor: R$.6.380,91, Processo minerário: 886113/99 - Processo de cobrança: 986450/14 Valor: R$.6.028,26, Processo minerário: 886072/10 - Processo de cobrança: 986451/14 Valor: R$.5.116,53, Processo minerário: 886072/10 - Processo de cobrança: 986452/14 Valor: R$.12.372,74, Processo minerário: 886632/08 - Processo de cobrança: 986453/14 Valor: R$.3.947,44, Processo minerário: 886632/08 - Processo de cobrança: 986454/14 Valor: R$.2.056,26

Titular: mz Construção Mineração Industria e Comercio Ltda Cpf/cnpj :01.671.341/0001-51 - Processo minerário: 886047/99 - Processo de cobrança: 986458/14 Valor: R$.19.807,78, Processo minerário: 880332/92 - Processo de cobrança: 986457/14 Valor: R$.142.729,69

DEOLINDO DE CARVALHO NETO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM RORAIMA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 38/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias(225)
884.087/2013-MANOEL CORDEIRO LEAL -AI N°20/2014
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
884.027/2010-M.J.M DA SILVA ME- Substância Aprovada:AREIA
884.023/2012-BOA VISTA MINERAÇÃO LTDA- Substância Aprovada:Granito (Revestimento)
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2113)
884.063/2013-COOPERATIVA DE EXTRATIVISMO MINERO ARTESANAL DE RORAIMA-OF. N°135/2014

EUGÊNIO PACELLI TAVARES

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 166/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
864.362/2012-HILDA MARIA GOMES DE SOUZA BARROS-Cálcario
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
864.141/2013-ALCYR VENCESLAU DE OLIVEIRA-ALVARÁ N°7.977/2013
Fase de Lavra Garimpeira
Auto de infração lavrado- Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(576)
864.342/2012-Celmo Geraldo Amorim- AI N°797/2014 - DNPM/TO
Determina a Interdição da Lavra(1247)
864.342/2012-CELMO GERALDO AMORIM- N° do Termo de Interdição:01-09/2014 - DNPM/TO, de 09/09/2014- Lacre N°
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
864.429/1997-EPENGE MINERADORA LTDA-OF. N°2571/2014 - DNPM/TO
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias(773)
864.429/1997-EPENGE MINERADORA LTDA -AI N°723/2014 - DNPM/TO

RELAÇÃO Nº 167/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Cerâmica Pai Eterno IND. Comércio Ltda - 864483/12
Cristiano Campos Souza - 864074/14, 864330/13
Lamartine Reginaldo Sebba - 864838/11
Manoel Edson Alves Guimaraes me - 864435/13

RÔMULO SOARES MARQUES

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 188, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 802.988/1971, resolve:

Art. 1º Fica retificada a concessão de lavra de Areia e Argila, outorgada pela Portaria nº 1.124, de 02/08/1985, publicada no D.O.U. de 07/08/1985, de que é titular Jco Mineração Ltda. EPP, tendo em vista o desmembramento que trata o processo DNPM nº 821.245/2009, passando a área remanescente ter a seguinte descrição: uma área de 442,91ha, no Município de Biritiba-Mirim, Estado de São Paulo, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 23°33'41,172"S / 45°58'55,379"W; 23°33'41,181"S / 45°59'50,740"W; 23°33'48,332"S / 45°59'50,739"W; 23°33'48,334"S / 46°00'06,607"W; 23°33'53,697"S / 46°00'06,606"W; 23°33'53,699"S / 46°00'32,242"W; 23°34'01,501"S / 46°00'32,242"W; 23°34'01,501"S / 46°00'44,619"W; 23°33'53,700"S / 46°00'44,619"W; 23°33'53,700"S / 46°00'59,500"W; 23°33'55,992"S / 46°00'59,500"W; 23°33'55,992"S / 46°00'58,143"W; 23°34'07,098"S / 46°00'58,143"W; 23°34'07,098"S / 46°00'55,422"W; 23°34'15,446"S / 46°00'55,422"W; 23°34'15,446"S / 46°00'57,113"W; 23°34'19,417"S / 46°00'57,113"W; 23°34'19,417"S / 46°00'58,860"W; 23°34'31,893"S / 46°00'58,860"W; 23°34'31,892"S / 46°00'19,121"W; 23°34'24,416"S / 46°00'19,122"W; 23°34'24,414"S / 46°00'00,960"W; 23°34'15,150"S / 46°00'00,962"W; 23°34'15,147"S / 45°59'32,927"W; 23°34'39,525"S / 45°59'32,922"W; 23°34'39,523"S / 45°59'18,639"W; 23°34'36,110"S / 45°59'18,640"W; 23°34'36,108"S / 45°59'07,708"W; 23°34'32,857"S / 45°59'07,709"W; 23°34'32,853"S / 45°58'47,607"W; 23°34'12,375"S / 45°58'47,613"W; 23°34'12,377"S / 45°58'55,371"W; 23°33'41,172"S / 45°58'55,379"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 23°33'41,172"S e Long. 45°58'55,379"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1570,0m-W; 220,0m-S; 450,0m-W; 165,0m-S; 727,0m-W; 240,0m-S; 351,0m-W; 240,0m-N; 422,0m-W; 70,5m-S; 38,5m-E; 341,7m-S; 77,2m-E; 256,8m-S; 48,0m-W; 122,2m-S; 49,5m-W; 383,8m-S; 1126,9m-E; 230,0m-N; 515,0m-E; 285,0m-N; 795,0m-E; 750,0m-S; 405,0m-E; 105,0m-N; 310,0m-E; 100,0m-N; 570,0m-E; 630,0m-N; 220,0m-W; 960,0m-N.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 5.06)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 195, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 820.198/1992, resolve:

Art. 1° Outorgar à CERÂMICA URUBI LTDA, concessão para lavrar ARGILA, no(s) Município(s) de PRESIDENTE EPITÁCIO/SP, numa área de 50,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 21°34'35,756"S/51°58'16,889"W; 21°34'32,505"S/51°58'16,889"W; 21°34'32,505"S/51°58'15,151"W; 21°34'11,046"S/51°58'15,151"W; 21°34'11,046"S/51°58'26,274"W; 21°33'19,025"S/51°58'26,273"W; 21°33'19,025"S/51°58'16,889"W; 21°33'14,473"S/51°58'16,889"W; 21°33'14,473"S/51°58'09,938"W; 21°33'17,725"S/51°58'09,938"W; 21°33'17,725"S/51°58'06,462"W; 21°33'20,976"S/51°58'06,462"W; 21°33'20,976"S/51°58'16,889"W; 21°33'27,479"S/51°58'16,889"W; 21°33'27,479"S/51°58'20,364"W; 21°33'35,607"S/51°58'20,364"W; 21°33'35,607"S/51°58'09,937"W; 21°33'43,735"S/51°58'09,937"W; 21°33'43,735"S/51°58'23,840"W; 21°34'06,494"S/51°58'23,840"W; 21°34'06,494"S/51°58'13,413"W; 21°34'11,046"S/51°58'13,413"W; 21°34'11,046"S/51°58'09,937"W; 21°34'35,756"S/51°58'09,937"W; 21°34'35,756"S/51°58'16,889"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 3637,0m, no rumo verdadeiro de 23°29'59"996 NE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 21°36'24,200"S e Long. 51°59'07,300"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 100,0m-N; 50,0m-E; 660,0m-N; 320,0m-W; 1600,0m-N; 270,0m-E; 140,0m-N; 200,0m-E; 100,0m-S; 100,0m-E; 100,0m-S; 300,0m-W; 200,0m-S; 100,0m-W; 250,0m-S; 300,0m-E; 250,0m-S; 400,0m-W; 700,0m-S; 300,0m-E; 140,0m-S; 100,0m-E; 760,0m-S;200,0m-W.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 196, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 821.900/1998, resolve:

Art. 1° Outorgar a UNIVERSO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA. EPP, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de TAUBATÉ/SP, numa área de 10,28ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 23°01'26,171"S/45°38'37,576"W; 23°01'26,171"S/45°38'34,766"W; 23°01'37,874"S/45°38'34,766"W; 23°01'37,874"S/45°38'37,225"W; 23°01'47,626"S/45°38'37,225"W; 23°01'47,626"S/45°38'49,869"W; 23°01'56,078"S/45°38'49,869"W; 23°01'56,077"S/45°38'58,649"W; 23°01'47,300"S/45°38'58,649"W; 23°01'47,301"S/45°38'37,576"W; 23°01'26,171"S/45°38'37,576"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 1352,0m, no rumo verdadeiro de 05°10'00"007 SW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 23°00'42,400"S e Long. 45°38'33,300"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 80,0m-E; 360,0m-S; 70,0m-W; 300,0m-S; 360,0m-W; 260,0m-S; 250,0m-W; 270,0m-N; 600,0m-E; 650,0m-N.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 197, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 815.297/2002, resolve:

Art. 1° Outorgar a CUBATÃO DRAGAGENS LTDA., concessão para lavrar CASCALHO, no(s) Município(s) de JOINVILLE/SC, numa área de 40,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 26°11'28,728"S/48°57'57,281"W; 26°11'32,790"S/48°57'57,281"W; 26°11'32,790"S/48°58'03,764"W; 26°11'44,969"S/48°58'03,764"W; 26°11'44,968"S/48°58'20,484"W; 26°11'44,022"S/48°58'20,484"W; 26°11'44,022"S/48°58'33,288"W; 26°11'43,450"S/48°58'33,288"W; 26°11'43,450"S/48°58'31,552"W; 26°11'28,727"S/48°58'31,551"W; 26°11'28,728"S/48°57'57,281"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 2267,0m, no rumo verdadeiro de 39°38'00"006 SW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 26°10'32,000"S e Long. 48°57'05,200"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 125,0m-S; 180,0m-W; 374,8m-S; 464,2m-W; 29,1m-N; 355,5m-W; 17,6m-N; 48,2m-E; 453,1m-N; 951,5m-E.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 198, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 848.043/1998, resolve:

Art. 1° Outorgar a CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA, concessão para lavrar FELDSPATO, no(s) Município(s) de LAJES PINTADAS/RN, numa área de 50,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 06°11'40,749"S/36°06'42,692"W; 06°11'27,728"S/36°06'42,692"W; 06°11'27,727"S/36°06'02,032"W; 06°11'40,749"S/36°06'02,032"W; 06°11'40,749"S/36°06'42,692"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 1600,0m, no rumo verdadeiro de 02°05'00"001 NW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 06°12'32,800"S e Long. 36°06'40,800"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 400,0m-N; 1250,0m-E; 400,0m-S; 1250,0m-W.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 199, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.304/2004, resolve:

Art. 1° Outorgar a CRISTALINA - EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA., concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de LAPA/PR, RIO NEGRO/PR, numa área de 10,16ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°57'44,703"S/49°49'15,897"W; 25°57'39,826"S/49°49'15,897"W; 25°57'39,826"S/49°49'14,100"W; 25°57'38,201"S/49°49'14,100"W; 25°57'38,201"S/49°49'13,201"W; 25°57'35,764"S/49°49'13,201"W; 25°57'35,764"S/49°49'11,404"W; 25°57'33,327"S/49°49'11,404"W; 25°57'33,327"S/49°49'13,201"W; 25°57'34,948"S/49°49'13,201"W; 25°57'34,948"S/49°49'17,695"W; 25°57'29,265"S/49°49'17,695"W; 25°57'29,265"S/49°49'18,593"W; 25°57'35,761"S/49°49'18,593"W; 25°57'35,761"S/49°49'20,656"W; 25°57'33,327"S/49°49'20,656"W; 25°57'33,327"S/49°49'20,390"W; 25°57'31,702"S/49°49'20,390"W; 25°57'31,702"S/49°49'20,656"W; 25°57'26,922"S/49°49'20,656"W; 25°57'26,922"S/49°49'14,999"W; 25°57'32,511"S/49°49'14,999"W; 25°57'32,511"S/49°49'14,100"W; 25°57'30,890"S/49°49'14,100"W; 25°57'30,890"S/49°49'09,607"W; 25°57'37,385"S/49°49'09,607"W; 25°57'37,386"S/49°49'10,505"W; 25°57'39,823"S/49°49'10,505"W; 25°57'39,823"S/49°49'12,303"W; 25°57'41,447"S/49°49'12,303"W; 25°57'41,447"S/49°49'13,201"W; 25°57'43,072"S/49°49'13,201"W; 25°57'43,072"S/49°49'12,303"W; 25°57'42,263"S/49°49'12,303"W; 25°57'42,263"S/49°49'10,505"W; 25°57'40,638"S/49°49'10,505"W; 25°57'40,638"S/49°49'09,607"W; 25°57'39,013"S/49°49'09,607"W; 25°57'39,013"S/49°49'07,810"W; 25°57'38,201"S/49°49'07,810"W; 25°57'38,201"S/49°49'06,911"W; 25°57'34,139"S/49°49'06,911"W; 25°57'34,139"S/49°49'04,600"W; 25°57'36,573"S/49°49'04,600"W; 25°57'36,573"S/49°49'05,114"W; 25°57'39,010"S/49°49'05,114"W; 25°57'39,010"S/49°49'06,012"W; 25°57'40,635"S/49°49'06,012"W; 25°57'40,635"S/49°49'07,810"W; 25°57'42,260"S/49°49'07,809"W; 25°57'42,260"S/49°49'08,708"W; 25°57'43,884"S/49°49'08,708"W; 25°57'43,884"S/49°49'10,505"W; 25°57'44,703"S/49°49'10,505"W; 25°57'44,703"S/49°49'15,897"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 50,0m, no rumo verdadeiro de 89°53'00"051 SW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°57'44,700"S e Long. 49°49'14,100"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 150,1m-N; 50,0m-E; 50,0m-N; 25,0m-E; 75,0m-N; 50,0m-E; 75,0m-N; 50,0m-W; 49,9m-S; 125,0m-W; 174,9m-N; 25,0m-W; 199,9m-S; 57,4m-W; 74,9m-N; 7,4m-E; 50,0m-N; 7,4m-W; 147,1m-N; 157,4m-E; 172,0m-S; 25,0m-E; 49,9m-N; 125,0m-E; 199,9m-S; 25,0m-W; 75,0m-S; 50,0m-W; 50,0m-S; 25,0m-W; 50,0m-S; 25,0m-E; 24,9m-N; 50,0m-E; 50,0m-N; 25,0m-E; 50,0m-N; 50,0m-E; 25,0m-N; 25,0m-E; 125,0m-N; 64,3m-E; 74,9m-S; 14,3m-W; 75,0m-S; 25,0m-W; 50,0m-S; 50,0m-W; 50,0m-S; 25,0m-W; 50,0m-S; 50,0m-W; 25,2m-S; 150,0m-W.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 200, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 846.082/2002, resolve:

Art. 1° Outorgar à MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, concessão para lavrar GRANITO, no(s) Município(s) de PICUÍ/PB, numa área de 119,41ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 06°34'16,250"S/36°25'28,205"W; 06°34'45,521"S/36°25'28,205"W; 06°34'45,521"S/36°26'11,434"W; 06°34'16,249"S/36°26'11,433"W; 06°34'16,250"S/36°25'28,205"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 3052,0m, no rumo verdadeiro de 78°38'59"999 SW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 06°33'56,700"S e Long. 36°23'50,800"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 899,2m-S;1328,0m-W;899,2m-N;1328,0m-E.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 201, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 860.961/1993, resolve:

Art. 1° Outorgar à CALCÁRIO DE PAULA LTDA., concessão para lavrar CALCÁRIO, no(s) Município(s) de CALDAS NOVAS/GO, numa área de 32,50ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 17°53'01,979"S/48°35'16,770"W; 17°53'01,979"S/48°34'52,991"W; 17°53'19,868"S/48°34'52,990"W; 17°53'19,868"S/48°35'09,976"W; 17°53'10,111"S/48°35'09,976"W; 17°53'10,111"S/48°35'16,770"W; 17°53'01,979"S/48°35'16,770"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 17°53'01,979"S e Long. 48°35'16,770"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 700,0m-E;550,0m-S;500,0m-W;300,0m-N;200,0m-W;250,0m-N.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 203, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 872.042/2003, resolve:

Art. 1° Outorgar à IRMÃOS PELEGRINE CONSTRUTORA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRÉ MOLDADOS LTDA., concessão para lavrar GNAISSE, no(s) Município(s) de SENHOR DO BONFIM/BA, numa área de 28,16ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 10°29'59,300"S/40°07'35,700"W; 10°29'59,300"S/40°07'42,935"W; 10°30'04,182"S/40°07'42,935"W; 10°30'04,182"S/40°07'26,492"W; 10°29'44,003"S/40°07'26,492"W; 10°29'44,003"S/40°07'43,921"W; 10°29'53,767"S/40°07'43,922"W; 10°29'53,767"S/40°07'35,700"W; 10°29'59,300"S/40°07'35,700"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 10°29'59,300"S e Long. 40°07'35,700"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 220,0m-W;150,0m-S;500,0m-E;620,0m-N;530,0m-W;300,0m-S;250,0m-E;170,0m-S.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 204, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 871.182/2006, resolve:

Art. 1° Outorgar à PEDREIRA RIO BRANCO LTDA, concessão para lavrar GRANULITO, no(s) Município(s) de FEIRA DE SANTANA/BA, numa área de 27,83ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 12°14'43,000"S/39°00'31,100"W; 12°14'43,000"S/39°00'10,000"W; 12°14'28,800"S/39°00'10,000"W; 12°14'28,800"S/39°00'31,100"W; 12°14'43,000"S/39°00'31,100"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 12°14'43,000"S e Long. 39°00'31,100"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 637,7m-E;436,4m-N;637,7m-W;436,4m-S.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

O Comitê de Decisão Regional - CDR da Superintendência Regional do INCRA no Distrito Federal e Entorno-DFE, constituído e organizado na forma do disposto no art. 7° da Estrutura Regimental, com competência e atribuições na forma do art. 9° da Estrutura Regimental, art. 13°, Inciso I, do Regimento Interno, e item IV, do Anexo I da INSTRUÇÃO NORMATIVA/Nº 62, de 21 de junho de 2010, publicado no D.O.U de 22 de junho de 2010 e tendo em vista a decisão adotada em sua reunião realizada em dia 30 de outubro de 2014, na sede Superintendência Regional do INCRA no Distrito Federal e Entorno; e,

Considerando proposta de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária referente ao imóvel rural denominado "Fazenda Malhadinha" (Processo Administrativo nº 54700.000391/2012-46), com área registrada de 719,8849 hectares e medida de 744,2174 hectares, de propriedade de Marcelo Ferreira Passos e Renato Ferreira Passos, localizado nos municípios de Vila Boa e Flores de Goiás, Estado de Goiás;

Considerando que imóvel foi ofertado primeiramente a esta Autarquia em 11 de março de 2008 pelos seus proprietários, conforme processos administrativos 54700.000459/2008-19 e 54700.000460/2008-35, cujos processos tramitaram até 4 de novembro de 2011, ocasião em que, atendendo determinação expressa no PARECER/CGA/PRCF/PFE/INCRA/Nº 314/2011, na qual, entendem que os imóveis, em razão do conceito de imóvel rural, devem ser considerados uma só propriedade, mesmo tendo matrículas e proprietários diferentes, pois se leva em consideração que a continuidade do empreendimento está relacionada a sua utilidade econômica e não o aspecto puramente físico, daí então, foi formalizado o presente processo de nº 54700.000391/2012-46;

Considerando ORDEM DE SERVIÇO/SR(28)DFE/G/Nº 12/2013 de 6 de maio de 2013 foi formado equipe técnica para proceder a vistoria para levantamento de dados e informações relativas à ocupação, exploração, atualização cadastral, avaliação da terra nua e das benfeitorias existentes no imóvel, bem como a elaboração do ECGR - Estudo acerca da Capacidade de Geração de Renda do imóvel, tudo conforme estabelecido pelo novo fluxo de obtenção de terras determinado pela Portaria nº 5, de 31 de janeiro de 2013;

Considerando que a presente proposta é reivindicada pela Associação dos Produtores Rurais do Acampamento Raio de Sol e que, alguns associados encontram-se acampadas dentro da propriedade com autorização dos proprietários, aguardando a presente desapropriação;

Considerando que o imóvel localiza-se na microrregião do Entorno do DF, região onde a agricultura familiar é favorecida pela maior facilidade de comercialização dos produtos agropecuários devido à proximidade com a capital federal, e que, segundo o Diagnóstico Regional desta SR(28)/DFE foi eleita como prioritária;

Considerando que a equipe técnica de vistoria constatou que esse imóvel apresenta características edafo-climáticas satisfatórias ao aproveitamento agropecuário, viabilizando a desapropriação para fins de reforma agrária, estimando a capacidade de assentamento de aproximadamente 22 famílias de agricultores rurais sem terra com a implantação de Projeto de Assentamento;

Considerando que, de acordo com o Laudo de Vistoria e Avaliação, o imóvel foi avaliado em R$ 2.237.401,61 (dois milhões, duzentos e trinta e sete mil, quatrocentos e um reais e sessenta e um centavos), sendo R$ 1.703.844,66 (um milhão setecentos e três mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e seis centavos) referente ao valor da terra nua e R$ 533.556,95 (quinhentos e trinta e três mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e noventa e cinco centavos) referente ao valor das benfeitorias, cujos valores foram submetidos à análise do Grupo Técnico de Vistoria e Avaliação, conforme itens constantes no § 2º do art. 4º da Instrução Normativa/INCRA/Nº 62 de 21 de junho de 2010, os quais concluíram em Ata de Mesa Técnica nº 4 de 11 de outubro de 2013 que os valores encontrados é o valor médio do campo de arbítrio e abaixo do valor máximo do VTI estimado na Planilha de Preços Referenciais de Terras e Imóveis Rurais elaborado em 6 de dezembro de 2010, e bem menores da Planilha atualizada em 16 de julho de 2014, e que, consoante inciso "j", item IV do Anexo I da Tabela de Competência e Alçada Decisórias da citada IN/62, dando competência ao CDR;

Considerando os pronunciamentos da Divisão Técnica e da Procuradoria Regional, órgãos técnico e jurídico desta Superintendência Regional do INCRA no Distrito Federal e Entorno, cujos pareceres foram favoráveis a desapropriação, e que a presente proposta encontra-se devidamente instruída em perfeita sintonia com os ditames da legislação e instrumentos normativos vigentes, resolve:

Art. 1º Aprovar a proposta de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária do imóvel denominado Fazenda Malhadinha, situado nos municípios de Vila Boa e Flores de Goiás, Estado de Goiás, com área registrada de 719,8849 hectares e medida de 744,2174 hectares, de propriedade de Marcelo Ferreira Passos e Renato Ferreira Passos, com capacidade de assentamento de aproximadamente 22 (vinte e duas) famílias, bem como os valores constante no Laudo de Vistoria e Avaliação.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO AURÉLIO BEZERRA DA ROCHA
Coordenador

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 51, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA- INCRA em MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 132, inciso VI, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA nº 20, de 8 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 9 de abril de 2009; pela Instrução Normativa n. 34, de 23 de maio de 2006; e pela Resolução Incra/CD n.º 01, de 29 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia 4 de abril de 2012, do Conselho Diretor desta Autarquia Federal, e tendo em vista a deliberação adotada pelo Comitê de Decisão Regional desta Superintendência em 12 de setembro de 2014, resolve:

Art. 1.º - Anuir à deliberação do Comitê de Decisão Regional que aprovou a proposta de acordo formalizada em juízo, mediante concordância do Ministério Público Federal, no bojo da ação de desapropriação proposta pela Autarquia, referente ao imóvel rural denominado Fazenda Monte Cristo, localizado no Município de Salto da Divisa, no Estado de Minas Gerais, com área de registro e georreferenciada/certificada pelo Incra de 1.348,1819 hectares e avaliada de 1.346,6819 hectares, com a exclusão de 1,50 hectares referentes a 1/3 da área de servidão da Cemig de 4,50 hectares. O acordo feito fundamentou-se no valor global de R$3.954.006,28 (três milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, seis reais e vinte e oito centavos), sendo R$ 3.839.615,20 (três milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e quinze reais e vinte centavos) em Títulos da Dívida Agrária - TDA's, para pagamento da terra nua e R$114.391,08 (cento e quatorze mil, trezentos e noventa e um reais e oito centavos) em espécie para pagamento das benfeitorias;

Art. 2. º - O valor da terra nua deverá ser pago pelo cancelamento e relançamento dos Títulos da Dívida Agrária- TDA, acrescidos do lançamento dos novos títulos correspondentes ao acréscimo de 2,67%, ou seja, R$ 100.000,00(cem mil reais) sobre o valor da oferta inicial para a terra nua de R$3.739.615,20 (três milhões, setecentos e trinta e nove mil, seiscentos e quinze reais e vinte centavos), perfazendo um novo montante de R$3.839.615,20(três milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e quinze reais e vinte centavos) . O relançamento dos títulos e sua complementação terão prazo de 150 dias a contar de 11/09/2014, nominativos aos expropriados Carlos José Carvalho Rangel - CPF n.º 370.166.017-49 e José Renato Gimenes de Paiva -CPF n.º 035.840.627-72, na proporção de 50% para cada expropriado, com prazo de resgate de dois a cinco anos em conformidade com o art. 5º, § 4º, §5º e §6º da Lei 8.629/93, alterada pela Medida Provisória 2.183-56/01, de 24 de agosto de 2001, com juros de 6% ao ano, e correção pela Taxa Referencial -TR, conforme autorizado pelo art. 5º, §3º, da Lei 8.177/91, alterada pela Medida Provisória n.º 2.183-56/01;

Art. 3.º - Solicitar a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento que autorize a Diretoria de Gestão Administrativa a adotar as providências necessárias ao cancelamento e relançamento dos TDA's originais, bem como o lançamento dos novos títulos, todos com o prazo reduzido, e a descentralização dos recursos financeiros para pagamento d'e verba de desmonte, até o limite de R$20.000,00, mediante comprovação das despesas em juízo.

Art. 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DANIEL PRADO ARAÚJO

COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA- INCRA em MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 13, inciso II, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA nº 20, de 8 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 9 de abril de 2009; com fundamento na Instrução Normativa/Incra/nº. 34, de 23 de maio de 2006, e pela Resolução Incra/CD n.º 01, de 29 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União no dia 4 de abril de 2012, do Conselho Diretor desta Autarquia Federal, e tendo em vista a deliberação adotada pelo Comitê de Decisão Regional desta Superintendência em 12 de setembro de 2014,

CONSIDERANDO o acordo homologado pela 12ª Vara Federal em Minas Gerais, em 11 de setembro de 2014, firmado entre Carlos José Carvalho Rangel e José Renato Gimenes Rangel, proprietários da Fazenda Monte Cristo e esta Autarquia , visando encerrar a ação de desapropriação;

CONSIDERANDO que o acordo homologado em juízo entre o Incra e os proprietários do imóvel expropriado fundamentou-se em acréscimo de R$ 100.000,00 (cem mil reais) sobre a oferta prévia para a terra nua de R$ R$3.739.615,20 (três milhões, setecentos e trinta e nove mil, seiscentos e quinze reais e vinte centavos), perfazendo um novo montante para a terra nua de R$3.839.615,20(três milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e quinze reais e vinte centavos) e R$114.391,08(cento e quatorze mil, trezentos e noventa e um reais e oito centavos)em espécie para indenização das benfeitorias, perfazendo um novo valor total para o imóvel de R$3.954.006,28 (três milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, seis reais e vinte e oito centavos).

CONSIDERANDO que o valor da terra nua deverá ser pago pelo cancelamento e relançamento dos Títulos da Dívida Agrária-TDA, acrescidos do lançamento dos novos títulos correspondentes ao acréscimo de 2,67%, ou seja, R$ 100.000,00(cem mil reais) sobre o valor da oferta inicial para a terra nua de R$3.739.615,20(três milhões, setecentos e trinta e nove mil, seiscentos e quinze reais e vinte centavos), perfazendo um novo montante de R$3.839.615,20(três milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e quinze reais e vinte centavos) e que o relançamento dos títulos e sua complementação terão prazo de 150 dias a contar de 11 de setembro de 2014, nominativos aos expropriados Carlos José Carvalho Rangel - CPF n.º 370.166.017-49 e José Renato Gimenes de Paiva -CPF n.º035.840.627-72, na proporção de 50% para cada expropriado, com prazo de resgate de dois a cinco anos em conformidade com o art. 5º, § 4º, §5º e §6º da Lei 8.629/93, alterada pela Medida Provisória 2.183-56/01, de 24 de agosto de 2001, com juros de 6% ao ano, e correção pela Taxa Referencial -TR, conforme autorizado pelo art. 5º, §3º, da Lei 8.177/91, alterada pela Medida Provisória n.º 2.183-56/01;

CONSIDERANDO que o INCRA concordou com o pagamento da verba de até R$ 20.000,00, 00 (vinte mil reais), em dinheiro, referente ao pagamento de desmonte e transporte das benfeitorias e semoventes não indenizáveis, pagamento este a ser feito mediante comprovação em juízo das despesas pelos expropriados e que os expropriados providenciarão a desocupação do imóvel no prazo de 60 dias;

CONSIDERANDO que os valores acordados se encontram dentro dos parâmetros da atual Planilha Referencial de Preços da microrregião em que está localizado o imóvel e dentro da alçada para acordos administrativos prevista na Resolução INCRA/CD/Nº 01/2012;

CONSIDERANDO que os argumentos constantes dos autos justificam econômica e financeiramente a conveniência da realização do acordo, bem como por atender ele aos princípios de oportunidade e conveniência administrativa;

CONSIDERANDO que o representante do Ministério Público Federal aquiesceu com o acordo;

CONSIDERANDO, finalmente, as manifestações da Procuradoria Regional e Divisão de Obtenção de Terras desta Superintendência Regional, resolve:

Art. 1.º Aprovar o ato do Comitê de Decisão Regional que aprovou a proposta de acordo formalizada em juízo, mediante concordância do Ministério Público Federal, no bojo da ação de desapropriação proposta pela Autarquia, referente ao imóvel rural denominado Fazenda Monte Cristo, localizado no Município de Salto da Divisa/MG, com área de registro e georreferenciada/certificada pelo Incra de 1.348,1819 hectares e avaliada de 1.346,6819 hectares, com a exclusão de 1,50 hectares referentes a 1/3 da área de servidão da Cemig de 4,50 hectares, e que se fundamentou no valor global de R$3.954.006,28 (três milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, seis reais e vinte e oito centavos), sendo R$3.839.615,20 (três milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e quinze reais e vinte centavos) em Títulos da Dívida Agrária - TDA's, para pagamento da terra nua e R$114.391,08 (cento e quatorze mil, trezentos e noventa e um reais e oito centavos) em dinheiro para pagamento das benfeitorias. O relançamento dos títulos e sua complementação deverão ser efetivados num prazo de 150 dias a contar de 11/09/2014 e seu prazo de resgate será de dois a cinco anos, nominativos aos expropriados Carlos José Carvalho Rangel - CPF n.º 370.166.017-49 José Renato Gimenes de Paiva -CPF n.º 035.840.627-72, em consonância com o art. 5º, § 4º, §5º e §6º da Lei 8.629/93, alterada pela Medida Provisória 2.183-56/01, de 24 de agosto de 2001, com juros de 6% ao ano, e correção pela Taxa Referencial- TR, conforme autorizado pelo art. 5º, §3º, da Lei 8.177/91, alterada pela Medida Provisória n.º 2.183-56/01;

Art. 2.º - Aprovar a proposta de acordo homologada em juízo, nos autos da ação de desapropriação proposta;

Art. 3.º - Autorizar o Superintendente Regional a encaminhar solicitação à Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento, visando a autorização da Diretoria de Gestão Administrativa para adoção das providências necessárias ao cancelamento e relançamento dos TDA's originais, bem como o lançamento dos novos títulos, todos com o prazo reduzido conforme o permissivo legal, e a descentralização dos recursos financeiros para pagamento de verba de desmonte, mediante comprovação das despesas em juízo

Art. 4.º - Autorizar o Superintendente Regional a baixar Portaria para a execução desta Resolução.

Art. 5.º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DANIEL PRADO ARAUJO
Coordenador

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

CONSELHO NACIONAL DAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Aprova o projeto industrial de instalação da empresa Agrocera Piauí Indústria, Comércio e Exportação de Cera Vegetal Ltda., na Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba, no Estado do Piauí.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO - CZPE, no exercício da atribuição que lhe confere o parágrafo 1º do art. 3º do Decreto nº 6.634, de 5 de novembro de 2008, e tendo em vista as competências previstas no inciso II do artigo 3º da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, bem como as disposições do Decreto nº 6.634, de 5 de novembro de 2008, do Decreto nº 6.814, de 6 de abril de 2009; da Resolução CZPE nº 1, de 15 de maio de 2009; da Resolução CZPE nº 1, de 26 de maio de 2010; da Resolução CZPE nº 5, de 28 de setembro de 2011; e considerando o que consta nos autos do Processo MDIC nº 52000.007444/2014-83, resolve, ad referendum do Conselho:

Art. 1º Aprovar o projeto industrial de instalação da empresa Agrocera Piauí Indústria, Comércio e Exportação de Cera Vegetal Ltda., CNPJ 08.699.104/0001-48, na Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba, no município de Parnaíba, no Estado do Piauí, concernente à unidade industrial destinada à produção e exportação de cera de carnaúba.

Parágrafo único. Fica assegurado o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, instituído pela Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, pelo prazo de 20 (vinte) anos, desde que cumpridas as determinações da referida Lei e suas alterações posteriores, bem como das regulamentações pertinentes.

Art. 2º Autorizar a empresa Agrocera Piauí Indústria, Comércio e Exportação de Cera Vegetal Ltda. produzir, na ZPE de Parnaíba, cera de carnaúba, mercadoria classificada no item 1521.10.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM.

Art. 3º A empresa Agrocera Piauí Indústria, Comércio e Exportação de Cera Vegetal Ltda. deverá observar as determinações tributárias e aduaneiras estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda, para usufruto dos benefícios do regime das Zonas de Processamento de Exportação.

Art. 4º A empresa Agrocera Piauí Indústria, Comércio e Exportação de Cera Vegetal Ltda. está sujeita as mesmas condições legais e regulamentares aplicáveis às demais empresas nacionais, ressalvadas as disposições contidas na Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e suas alterações posteriores.

Art. 5º A Secretaria Executiva do CZPE acompanhará a instalação e a operação da empresa Agrocera Piauí Indústria, Comércio e Exportação de Cera Vegetal Ltda., bem como avaliará seu desempenho, a fim de assegurar o cumprimento das normas e regulamentos pertinentes e das condições estabelecidas no projeto industrial da empresa.

Art. 6º Quaisquer alterações no projeto aprovado pela presente Resolução deverão ser submetidas à deliberação do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação - CZPE, no âmbito de suas competências.

Art. 7º O CZPE poderá cassar o presente Ato em caso de descumprimento das normas legais pertinentes ou das condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO BORGES LEMOS
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 420, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 203, 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 12, Inciso III, e os termos do Parecer Técnico de Projeto n.º 112/2014 - SPR/CGPRI/COAPI, de 16 de setembro de 2014, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO da empresa TAE YANG DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INJEÇÃO PLÁSTICA LTDA. (CNPJ Nº 14.675.968/0001-22 e Inscrição SUFRAMA: 20.1472.01-5) na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 112/2014 - SPR/CGPRI/COAPI, para produção de PEÇAS PLÁSTICAS MOLDADAS POR INJEÇÃO (Código SUFRAMA: 0008), para o gozo do incentivo previsto no artigo 9º do Decreto-Lei n.° 288, de 28 de fevereiro de 1967, e legislação posterior.

Art. 2º ESTABELECER para o produto PEÇAS PLÁSTICAS MOLDADAS POR INJEÇÃO, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
PEÇAS PLÁSTICAS MOLDADAS POR INJEÇÃO	4,548,744	5,686,952	5,755,581

Art. 3º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I- o cumprimento, quando da fabricação do produto constante do Art. 1? desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pelo Anexo VII do Decreto nº 783, de 25 de março de 1993;

II- o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

III- a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV- o cumprimento das exigências contidas na Resolução n.º 203, de 10 de dezembro de 2012, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.Art.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 656, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Dá publicidade ao projeto desportivo, relacionado no anexo I, aprovado na reunião ordinária realizada em 03/06/2014.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 267, de 24 de outubro de 2013, considerando:

a) a aprovação do projeto desportivo, relacionado no anexo I, aprovado na reunião ordinária realizada em 03/06/2014.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VIEIRA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.011160/2013-90
Proponente: Clube Atlético Ubirajá
Título: Bira - O Basquete do RS para o Brasil
Registro: 02RS083932011
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 88.662.515/0001-06
Cidade: Lajeado UF: RS
Valor aprovado para captação: R$ 783.912,44
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0139 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 65235-0
Período de Captação até: 25/01/2015

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 118, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN ANTENOR RIVAL CREMA. Processo n° 02070.000875/2012-36.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012;

Considerando o disposto no art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC; Regulamentado pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002;

Considerando o disposto no Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta a categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN; e na Instrução Normativa ICMBio nº 07, de 17 de dezembro de 2009; e,

Considerando as proposições apresentadas no Processo ICMBio/MMA n° 02070.000875/2012-36, resolve:

Art. 1º Fica criada a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN ANTENOR RIVAL CREMA, de interesse público e em caráter de perpetuidade, em parte do imóvel denominado Reserva Sítio Sossego, situado no Município de Bocaiúva do Sul, no Estado do Paraná, matriculada no Registro de Imóveis da Comarca de Bocaiúva do Sul/PR, sob a matrícula nº 4.126, registro número 1, livro de Registro Geral nº 2, de 20 de dezembro de 2006.

Art. 2º A RPPN Antenor Rival Crema tem área total de 133,17 ha (cento e trinta e três hectares e dezessete ares), dentro do imóvel referido no art. 1º.

Parágrafo único. A RPPN tem os limites definidos a partir do levantamento topográfico constante no processo citado acima, conforme descrito a seguir: Inicia-se no ponto 01 de coordenadas N 7214865,74 e E 709165,67, segue até o Ponto 2 de coordenadas N 7214505,37 e E 709460,01, segue até o Ponto 3 de coordenadas N 7214437,98 e E 709474,87, segue até o Ponto 4 de coordenadas N 7214347,23 e E 709508,25, segue o Ponto 5 de coordenadas N 7214250,21 e E 709530,36, segue até o Ponto 6 de coordenadas N 7214160,29 e E 709538,72, segue até o Ponto 7 de coordenadas N 7214122,71 e E 709599,42, segue até o Ponto 8 de coordenadas N 7214044,88 e E 709620,36, segue até o Ponto 9 de coordenadas N 7214026,74 e E 709609,38, segue até o Ponto 10 de coordenadas N 7213953,05 e E 709623,34, segue até o Ponto 11 de coordenadas N 7213914,40 e E 709637,03, segue até Ponto 12 de coordenadas N 7213887,69 e E 709645,43, segue até o Ponto 13 de coordenadas N 7213789,49 e E 709607,41, segue até o Ponto 14 de coordenadas N 7213683,96 e E 709601,45, segue até o Ponto 15 de coordenadas N 7213586,38 e E 709573,53, segue até o Ponto 16 de coordenadas N 7213596,20 e E 709581,65, segue até o Ponto 17 de coordenadas N 7213536,51 e E 709608,02, segue até o Ponto 18 de coordenadas N 7213495,51 e E 709664,50, segue até o Ponto 19 de coordenadas N 72113300,77 e E 709702,92, segue até o Ponto 20 de coordenadas N 7213277,42 e E 709681,62, segue até o Ponto 21 de coordenadas N 7213193,63 e E 709600,97, segue até o Ponto 22 de coordenadas N 7213144,61 e E 709551,42, segue até o Ponto 23 de coordenadas N 7212963,25 e E 709315,59, segue até o Ponto 24 de coordenadas N 7213188,41 e E 708965,56, segue até o Ponto 25 de coordenadas 7213248,85 e E 709004,09, segue até o Ponto 26 de coordenadas N 7213293,52 e E 709052,56, segue até o Ponto 27 de coordenadas N 7213256,69 e E 709097,44, segue até o Ponto 28 de coordenadas N 7213285,90 e E 709120,30, segue até o Ponto 29 de coordenadas N 7213328,02 e E 709081,77, segue até o Ponto 30 de coordenadas N 7213440,27 e E 709208,46, segue até o Ponto 31 de coordenadas N 7213483,45 e E 709239,25, segue até o Ponto 32 de coordenadas N 7213605,29 e E 709250,53, segue até o Ponto 33 de coordenadas N 7213605,29 e E 709320,53, segue até o Ponto 34 de coordenadas N 7213645,29 e E 709320,53, segue até o Ponto 35 de coordenadas N 7213714,43 e E 709234,15, segue até o Ponto 36 de coordenadas N 7213969,36 e E 709280,85, segue até o Ponto 37 de coordenadas N 7213984,71 e E 709225,28, segue até o Ponto 38 de coordenadas N 7213871,60 e E 709168,10 segue até o Ponto 39 de coordenadas N 7213632,28 e E 709136,91, segue até o Ponto 40 de coordenadas N 7213555,02 e E 709079,76, segue até o Ponto 41 de coordenadas N 7213438,19 e E 709114,13, segue até o Ponto 42 de coordenadas N 7213303,15 e E 709037,91, segue até o Ponto 43 de coordenadas N 7213263,04 e E 708990,97, segue até o Ponto 44 de coordenadas N 7213198,31 e E 708951,10, segue até o Ponto 45 de coordenadas N 7213205,28 e E 708941,03, segue até o Ponto 46 de coordenadas N 7213245,93 e E 708858,18, segue até o Ponto 47 de coordenadas N 7213281,55 e E 708764,21, segue até o Ponto 48 de coordenadas N 7213276,84 e E 708432,52, segue até o Ponto 49 de coordenadas N 7213261,57 e E 708717,49, segue até o Ponto 50 de coordenadas N 7213243,13 e E 708683,13, segue até o Ponto 51 de coordenadas N 7213234,55 e E 708647,80, segue até o Ponto 52 de coordenadas N 7213232,84 e E 708621,44, segue até o Ponto 53 de coordenadas N 7213235,04 e E 708588,43, segue até o Ponto 54 de coordenadas N 7213254,86 e E 708548,81, segue até o Ponto 55 de coordenadas N 7213284,87 e E 708539,07, segue até o Ponto 56 de coordenadas N 7213311,01 e E 708542,21, segue até o Ponto 57 de coordenadas N 7213333,03 e E 708542,21, segue até o Ponto 58 de coordenadas N

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

7213355,76 e E 708540,27, segue até o Ponto 59 de coordenadas N 7213382,32 e E 708528,02, segue até o Ponto 60 de coordenadas N 7213420,14 e E 708499,79, segue até o Ponto 61 de coordenadas N 7213475,82 e E 708501,98, segue até o Ponto 62 de coordenadas N 7213566,42 e E 708534,71, segue até o Ponto 63 de coordenadas N 7213602,45 e E 708530,35, segue até o Ponto 64 de coordenadas N 7213649,23 e E 708529,56, segue até o Ponto 65 de coordenadas N 7213697,42 e E 708527,07, segue até o Ponto 66 de coordenadas N 7213746,18 e E 708522,27, segue até o Ponto 67 de coordenadas N 7213775,99 e E 708499,35, segue até o Ponto 68 de coordenadas N 7213810,63 e E 708491,66, segue até o Ponto 69 de coordenadas N 7213842,05 e E 708496,47, segue até o Ponto 70 de coordenadas N 7213869,90 e E 708518,34, segue até o Ponto 71 de coordenadas N 7213915,75 e E 708554,35, segue até o Ponto 72 de coordenadas N 7213940,86 e E 708589,26, segue até o Ponto 73 de coordenadas N 7213988,68 e E 708626,14, segue até o Ponto 74 de coordenadas N 7214014,40 e E 708647,42, segue até o Ponto 75 de coordenadas N 7214050,09 e E 708689,77, segue até o Ponto 76 de coordenadas N 7214074,31 e E 708712,77, segue até o Ponto 77 de coordenadas N 7214122,74 e E 708734,55, segue até o Ponto 78 de coordenadas N 7214150,59 e E 708749,07, segue até o Ponto 79 de coordenadas N 7214188,12 e E 708761,18, segue até o Ponto 80 de coordenadas N 7214263,39 e E708768,08, segue até o Ponto 81 de coordenadas N 7214318,76 e E 708753,52, segue até o Ponto 82 de coordenadas N 7214379,77 e E 708718,89, segue até o Ponto 83 de coordenadas N 7214430,09 e E 708759,49 segue até o Ponto 84 de coordenadas N 7214453,37 e E 708769,91, segue até o Ponto 85 de coordenadas N 7214478,10 e E 708780,93, segue até o Ponto 86 de coordenadas N 7214466,87 e E 708872,65, segue até o Ponto 87 de coordenadas N 7214393,24 e E 709020,20, segue até o Ponto 88 de coordenadas N 7214598,43 e E 709065,03, segue até o Ponto 89 de coordenadas N 7214612,35 e E 7090980,46, segue até o Ponto 90 de coordenadas N 7214642,23 e E 709102,03, segue até o Ponto 91 de coordenadas N 7214688,71 e E 709113,64, segue até o Ponto 92 de coordenadas N 7214812,03 e E 709117,43, seguindo até o Ponto 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 3º A RPPN Antenor Rival Crema será administrada por José Orlando Crema, Ione Maria Crema e Rodrigo Gaertner Crema.

Parágrafo único. Os administradores referidos no caput serão responsável pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto n.º 5.746, de 05 de abril de 2006.

Art. 4º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN ANTENOR RIVAL CREMA sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto n° 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

PORTARIA Nº 119, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

Renovar o prazo de validade dos termos de autorização concedidos por meio da Portaria nº 119/2012 e definir critérios e procedimentos para concessão de novas autorizações precárias referentes ao surgimento das vagas residuais, para o Verão 2014/2015. Processo nº 02126.000113/2012-66

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012,

Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC;

Considerando que o SNUC prevê a visitação pública em Reservas Extrativistas;

Considerando que a Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo, criada por meio do Decreto s/nº, de 03 de janeiro de 1997, recebe grande fluxo turístico e possui um grande potencial para receber visitantes;

Considerando que a Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo não possui Plano de Manejo, e seu Plano de Utilização, homologado através da Portaria IBAMA nº 17-N, de 18 de fevereiro de 1999, não contem regras para o ordenamento do turismo;

Considerando que o Estudo de Capacidade de Carga Náutica realizado indicou a necessidade do estabelecimento de limites de visitantes por dia na Resex visando otimizar o potencial de visitação e minimizar os impactos socioambientais decorridos da visitação;

Considerando a necessidade de cessar a entrada de novas embarcações de prestadores de serviço de turismo náutico na Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo, mantendo o limite de embarcações autorizadas para evitar danos à UC e aos extrativistas e garantir a qualidade e segurança da visitação;

Considerando a necessidade de normatizar e estabelecer os procedimentos para a renovação da autorização emergencial Verão 2014/2015 para a prestação de serviços de turismo na Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo;

Considerando que o novo Acordo de Gestão ainda não foi homologado pelo Conselho Deliberativo, e a necessidade de renovar os Termos de Autorização Concedidos e atender a alta demanda de pedidos de autorização de novos prestadores, visto o surgimento de vagas com o cancelamento de autorizações;

Considerando que é apontado pelo conhecimento tradicional que a atividade de turismo náutico oferece interferência às atividades extrativistas e essa que tem na AREMAC a representante da população tradicional da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo, como concessionária de direito real de uso, e a necessidade de manifestação em relação ao processo de autorização;

Considerando a Portaria ICMBio nº 119, de 01 de novembro de 2012 que estabelece os critérios e procedimentos para autorização precária dos serviços de turismo náutico na Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo;

Considerando a Clausula Oitava do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, o ICMBio reconhece que para a concessão provisória, não onerosa, de uso da área da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo para as atividades de turismo náutico tradicionais do município de Arraial do Cabo deve salvaguardar a oitiva da AREMAC e do Conselho Deliberativo;

Considerando a Resolução n° 01 deliberada na Reunião do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo, realizada na cidade de Arraial do Cabo- RJ, no dia 14 de outubro de 2014, referente ao Turismo Náutico passa a vigorar em caráter emergencial no verão 2014/2015, RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Renovar o prazo de validade dos termos de autorização concedidos por meio da Portaria nº 119, de 01 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia 06 de novembro de 2012, seção 1, pág. 74, retificada em 08 de novembro de 2012, seção 1, pág. 69 e definir critérios e procedimentos para concessão de novas autorizações precárias referentes ao surgimento das vagas residuais, para o Verão 2014/2015.

Art. 2º Estão sujeitas a renovação ou obtenção de nova autorização precária para operar na atividade de Turismo Náutico no verão 2014/2015, as seguintes modalidades:

I - Mergulho Recreativo Autônomo;

II - Pesca Esportiva e Amadora;

III - Passeio Náutico;

IV - Brinquedos aquáticos;

V - Táxi (Praia do Forno e Prainhas do Atalaia).

§1º Para fins do disposto nesta Portaria, entende-se por Autorização o ato administrativo unilateral, precário, manejado no exercício da competência discricionária do ICMBio e que tenha por objeto atividades ou serviços de baixa complexidade e de interesse predominantemente privado, cuja outorga não possa, por impossibilidade ou inviabilidade material, ser precedida de licitação.

§2º A autorização que trata o caput definirá a área permitida para a realização da atividade autorizada.

§3º São definidos como brinquedos aquáticos ocorrentes na Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo as atividades de lazer do tipo Banana Boat, canoagem/caiaque, brinquedos infláveis infantis de pequeno porte, e aluguel de equipamentos de mergulho livre em praias.

§4º A autorização para a modalidade I - Mergulho Recreativo Autônomo apenas será concedida para pessoa jurídica.

CAPÍTULO II - DO CREDENCIAMENTO E DA AUTORIZAÇÃO

Art. 3º Fica delegada competência para a chefia da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo cadastrar e emitir os Termos de Autorização para os prestadores de turismo náutico para realizar visitação pública na Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo de acordo com os critérios estabelecidos nesta Portaria.

§1º Os termos de autorização concedidos em 2012/2013 serão renovados àqueles prestadores de serviço que cumpriram as obrigações estabelecidas no termo concedido, a partir da entrega de requerimento de renovação e demais documentações exigidas num prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação desta portaria.

§2º Serão canceladas as autorizações de prestadores de serviço que descumpriram quaisquer obrigações estabelecidas no Termo de Autorização.

§3º As embarcações vendidas a novos proprietários não constituem direito de renovação automática, devendo os novos proprietários, ao seu interesse, concorrer as vagas residuais das autorizações canceladas pelo ICMBio.

§4º A substituição de embarcação vinculada ao termo de autorização expedido ao prestador de serviço será possível desde que a nova embarcação tenha a mesma capacidade de passageiros ou inferior, não considerando aumento de frota ou aumento da capacidade de passageiros.

§5º As autorizações canceladas constituirão vagas residuais relacionadas às classes de capacidade de passageiros dispostas no Art. 5º, §3º.

§6º Serão concedidas autorizações para embarcações classificadas como "transporte de passageiros" ou "duplo-classificadas" (pesca e transporte de passageiro) de até 10m de comprimento para beneficiários das categorias "A" e "B" exercerem a modalidade "Taxi", como alternativa de renda aos pescadores beneficiários da Resex durante o verão.

Art. 4º Serão credenciados para renovação ou nova autorização todos prestadores de serviço que se apresentarem no ICMBio dentro do período estipulado nesta portaria, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - Para pessoas físicas:

.Requerimento de Autorização preenchido e assinado pelo prestador de serviço proprietário ou arrendatário da embarcação ou brinquedo, referente a uma das modalidades estabelecidas no Art. 2º.

ii.Fotocopia do RG e do CPF;

iii.Comprovante de residência;

iv.Formulário Anexo I preenchido e assinado, contendo os dados da embarcação a ser vinculada a autorização;

v.Título de inscrição da embarcação, classificada como "transporte de passageiros" ou duplo classificada, emitida pela autoridade marítima, de propriedade do requerente ou arrendador;

vi.Fotocópia do contrato de arrendamento para embarcações arrendadas, com firmas reconhecidas em cartório;

vii.Cartão de Tripulação de Segurança (CTS), para embarcações acima de 10AB e Cartão de Segurança de Navegação (CSN) para embarcações acima de 20AB;

viii.Seguro obrigatório da embarcação;

ix.Parecer favorável da Capitania dos Portos para o exercício da modalidade "brinquedos aquáticos", especificando a atividade e a localidade autorizada pela autoridade marítima;

x.Autorização do IEAPM para fundeio na Ilha do Farol, caso possua.

II - Para pessoas jurídicas:

i.Requerimento de Autorização preenchido e assinado pelo responsável legal da empresa, referente a uma das modalidades estabelecidas no Art. 2º;

ii.Fotocópia do CNPJ, RG e CPF do responsável legal (para pessoas jurídicas);

iii.Alvará de funcionamento;

iv.Última alteração do Contrato Social;

v.Fotocópia do Cadastur (Registro EMBRATUR/Ministério do Turismo), caso obrigatório;

vi.Formulário Anexo I preenchido e assinado, contendo os dados da embarcação a ser vinculada a autorização;

vii.Título de inscrição da embarcação, classificada como "transporte de passageiros" ou duplo classificada, emitida pela autoridade marítima, de propriedade do requerente ou arrendador;

viii.Fotocópia do contrato de arrendamento para embarcações arrendadas, com firmas reconhecidas em cartório;

ix.Cartão de Tripulação de Segurança (CTS), para embarcações acima de 10AB e Cartão de Segurança de Navegação (CSN) para embarcações acima de 20AB;

x.Seguro obrigatório da embarcação;

xi.Parecer favorável da Capitania dos Portos para o exercício da modalidade "brinquedos aquáticos", especificando a atividade e a localidade autorizada pela autoridade marítima;

xii.Autorização do IEAPM para fundeio na Ilha do Farol, caso possua (para empresas de turismo náutico);

xiii.Certificados de qualificação mínima do staff responsável pelas operações de mergulho recreativo autônomo (profissionais de mergulho recreativo norma aprovada pela ABNT), dentro do prazo de validade da Certificadora, para operadoras de mergulho.

§1º Deverão ser apresentados documentos originais para atesto das fotocópias no ato da entrega dos formulários.

§2º Apenas serão credenciados os prestadores de serviço que apresentarem os formulários preenchidos corretamente juntamente com os documentos exigidos no caput, seja para requerer renovação ou nova autorização concorrendo às vagas residuais, dentro do prazo estabelecido.

§3º O credenciamento não configura emissão de autorização, apenas habilita o prestador de serviço a concorrer às vagas disponíveis para concessão de Termos de Autorização de uso público na Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo.

Art. 5º A Autorização de que trata o artigo 2° será expedida em favor do prestador de serviço requerente (pessoa física ou jurídica) e sua embarcação vinculada, via processo administrativo junto à chefia do ICMBio na Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo.

§1º Serão concedidas um total de 198 (cento e noventa e oito) Termos de Autorização de uso público, sendo:

i. 181 (cento e oitenta e um) termos de autorização para visitação embarcada, dos quais:

a)13 termos de autorização para a modalidade I - Mergulho Recreativo Autônomo

b)50 termos de autorização para a modalidade II - Pesca Esportiva e Amadora

c)118 termos de autorização para a modalidade III - Passeio Náutico

ii. 17 (dezessete) termos de autorização para modalidade IV - Brinquedos Aquáticos.

§2º Serão concedidas ainda em caráter precário Termos de Autorização de uso público exclusivamente para a atividade "Taxi", destinadas aos beneficiários "A" ou "B" com embarcações transporte de passageiros ou duplo-classificadas de até 10m, para atendimento da alta demanda de visitantes à Praia do Forno e Prainhas como alternativa de renda aos pescadores beneficiários durante o verão. Serão priorizadas vagas aos pescadores beneficiários "A" requerentes.

§ 3º As 181 (cento e oitenta e uma) vagas descritas para a visitação embarcada descritas no § 1º, i, do caput, serão distribuídas da seguinte forma:

A1 - 109 vagas para embarcações de capacidade até 30 passageiros

A2 - 33 vagas para embarcações de capacidade de 31 a 50 passageiros

A3 - 21 vagas para embarcações de capacidade de 51 a 70 passageiros

A4 - 08 vagas para embarcações de capacidade de 71 a 90 passageiros

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A5 - 10 vagas para embarcações de capacidade de 91 a 130 passageiros

§4º Após a emissão dos Termos de Autorização dos prestadores de serviço aptos à renovação automática, serão concedidos novos termos de autorização conforme vagas residuais disponíveis em cada modalidade e classe de capacidade de passageiros, mediante priorização do atendimento aos seguintes critérios:

i.Prestador de serviço extrativista beneficiário das categorias A e B com cadastro homologado pelo Conselho Deliberativo, vinculada à embarcação de até 24 passageiros;

ii.Prestador de serviço extrativista beneficiário atuante na prestação de serviço de turismo náutico, comprovado através do Cadastro de Beneficiários homologado e demais documentos (Rol Portuário, registros na carteira MAC ou contrato de trabalho);

iii.Prestador de serviço extrativista beneficiário das categorias A e B com cadastro homologado pelo Conselho Deliberativo, com experiência na prestação de serviço de turismo náutico, priorizando aqueles que têm mais tempo de experiência;

iv.Prestador de serviço extrativista beneficiário com cadastro homologado pelo Conselho Deliberativo, com experiência de navegação na área da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo, priorizando aqueles que têm mais tempo de experiência, comprovado através do Cadastro de Beneficiários homologado e demais documentos (Rol Portuário, registros na carteira MAC ou POP);

v.Comprovação de experiência em prestação de serviços de turismo náutico, priorizando aqueles que têm mais tempo de experiência.

§5º Os prestadores credenciados e que não tiverem concedida autorização, permanecerão habilitados para concessão de autorização caso haja desistência ou perda de autorização por parte de prestador de servido autorizado, desde que se enquadre no quadro de vaga da modalidade requerida e da classe de capacidade de passageiros da embarcação.

Art. 6º Fica estipulado o prazo máximo de 20 (vinte) dias, a partir da publicação desta Portaria, para os interessados efetuarem o credenciamento estabelecido no Art. 8º e providenciarem a abertura do processo de obtenção da Autorização Precária junto ao ICMBio.

§1º Os termos de autorização renovados são ratificados e terão validade de sua expedição até 31 de julho de 2015 e as novas autorizações terão validade da data da publicação desta Portaria até 31 de julho de 2015, podendo ser cancelados a interesse da Administração quando da publicação de nova Portaria baseada em novos regramentos de uso público, quando da homologação do Acordo de Gestão da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo.

§2º A administração da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo abrirá um processo de autorização específico em nome de cada requisitante, contendo os documentos para credenciamento e via do termo de autorização emitido. Aos prestadores que tiverem autorização renovada, não será necessária abertura de novo processo administrativo.

§3º O transporte de passageiros com embarcação com fins turísticos na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo só será permitido após a emissão e entrega do termo de autorização.

CAPÍTULO III - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º O Instituto Chico Mendes dará ampla divulgação desta Portaria aos diversos setores interessados.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA Nº 22, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - DEST, considerando o disposto no art.1º inciso I e § 4º do Decreto nº 3.735, de 24 de janeiro de 2001, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria/MP nº 250, de 23 de agosto de 2005, resolve:

Art. 1º Fixar o limite máximo para o quadro de pessoal próprio da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH a ser lotado no Hospital Escola da Universidade Federal de São Carlos em 392 (trezentos e noventa e dois) empregados.

Art. 2º Para fins de controle do limite do quantitativo de pessoal próprio da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, ficam contabilizados, à exceção dos empregados aposentados por invalidez, os empregados efetivos ingressantes por intermédio de concursos públicos, os empregados que possuem cargos, empregos ou funções comissionadas, os empregados que estão cedidos a outros órgãos, os empregados requisitados de outros órgãos, os empregados que estão afastados por doença, por acidente de trabalho, ou por qualquer outra razão e os servidores estatutários que exerçam suas atividades no Hospital Universitário.

Art. 3º Fica a empresa autorizada a gerenciar o seu quadro de pessoal próprio, praticando atos de gestão para repor empregados desligados ou que vierem a se desligar do quadro funcional, desde que sejam observados o limite ora estabelecido e as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILO BARELLA

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 271, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no art. 5º, parágrafo único do Decreto-lei nº 2.398/87, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636/98 c/c art. 17, § 2º, Lei 9.636 de 15 de maio de 1998 c/c art. 2º, §2º, Decreto Lei 1.561, de 13 de julho de 1997, e de acordo com os elementos que integram o processo n° 04972.000603/2011-36, resolve:

Art. 1o Declarar de interesse do serviço público o terreno da União de 109.281,45m² , sito à Avenida das Torres, Bairro Jardim Cidade, no município de São José-SC, para a implantação do projeto de regularização fundiária de interesse social, provisão habitacional do programa MCMV, do Ministério das Cidades e desenvolvimento local, tais como: praça; áreas verde, lazer e preservação ambiental; base da guarda municipal ambiental, ruas; upa porte II; escola de ensino fundamental; creche; equipamento da assistência social e delegacia especializada da criança, adolescente, Mulher e do Idoso, classificado como terreno Nacional Interior, cadastrado no SPIUnet, sob o RIP 8027 00077.500-8, sob matrícula nº 40.747, de 25.168,00m², matrícula nº 40.748, de 23.129,4550m² e matrícula nº 40.749, de 60.984,00m², do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José/SC.

Parágrafo Único - As áreas acima apresentam características e confrontações descritas nas matrículas constantes dos registros de fls. 196/198 do processo em epigrafe.

Art. 2o As áreas das matrículas constantes no art. 1o desta Portaria é de interesse público na medida em que será destinada à execução de projeto de regularização fundiária/provisão habitacional de interesse social e desenvolvimento local, beneficiando aproximadamente 166 famílias do programa habitacional e 30 mil habitantes no seu em torno, com equipamentos públicos.

Art. 3o A SPU/SC remeterá ofício ao Cartório de Registro de Imóvel competente, para averbação da área na forma declarada, e enviará ao Município de São José/SC, cópia desta Portaria, para conhecimento e providências necessárias que o caso requer.

Art. 4o Fica revogada a Portaria nº 373, de 25/11/2013, publicada no DOU, de 24/12/2013, tendo em vista que o lote de 381,94m², está inserido na área em maior porção do objeto da matrícula nº 40.749, referenciado no art. 1º acima.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRYCK ARAÚJO CARVALHO

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

PORTARIA Nº 1, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO AMAZONAS, no uso da competência que lhe foi autorizada pela Portaria SPU nº 40, de 18.03.2009 publicada no Diário Oficial da União de 20.03.2009 alterada pela Portaria SPU n° 217, de 16/08/2013 publicado no Diário Oficial da União de 19.08.2013, e os elementos que integram o Processo nº 10283.001315/90-92, resolve:

Art. 1º Autorizar a Rerratificação da Escritura Pública de Compra e Venda, celebrada entre o Senhor Raimundo das Chagas da Silva e o Ministério da Marinha - Capitania dos Portos dos Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, do imóvel com área de 362,50m², perímetro de 83,00 metros e área construída de 120,00m², localizado na Rua de 21 de Setembro, nº 164, Centro, Município de Eirunepé, Estado do Amazonas, lavrada no Cartório do Judicial e Anexos da Comarca de Eirunepé/AM, em 29 de março de 1989, Livro nº 038, Fls. 12v, 1º Translado e Matriculado sob o nº R. 06-51, Flhas 049, Livro 2-A-B/Registro Geral no Cartório do Judicial e Anexos da Comarca de Eirunepé/AM.

Art. 2º O imóvel objeto desta Portaria após registrado em nome da União, destinar-se-á ao Ministério da Defesa/Comando da Marinha, para residência de militar em atividade na Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental/Agência Fluvial em Eirunepé.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

LUCIANA TRUNKL FERNANDES DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 93, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo artigo 2º, da Portaria SPU/MP nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, § 3º do art. 64 do Decreto-Lei nº 9760/46, inciso I do artigo 18 da Lei nº 9.636 de 15 de maio de 1998 e com base nos elementos que integram o processo nº 04926.000751/2012-97, resolve:

Art. 1º - Autorizar a cessão de uso gratuito ao Município de Maria da Fé/MG, do imóvel denominado Estação Ferroviária de Maria da Fé - NBP 2203611-0 com 167,77m² de área construída, uma caixa d'água S/NBP e o terreno do pátio - NBP 2006260-0, composto por área de 10.860,00m², situado no Município de Maria da Fé/MG.

Art. 2º - O imóvel objeto da presente cessão destina-se ao uso no interesse público, desenvolvimento de projetos culturais e preservação da memória ferroviária.

Art. 3º - O prazo desta cessão de uso gratuito será de 20 anos, prorrogável por iguais períodos, a critério da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, podendo ser rescindida, a qualquer momento, no caso de necessidade ou interesse público superveniente devidamente fundamentado pela União.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO VEIGA ARANHA

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

PORTARIA Nº 23, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO PIAUÍ, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, VIII da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, da Secretária do Patrimônio da União; com fundamento no artigo 183, § 1º, da Constituição Federal; no artigo 4º, V, "h" da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade; na Medida Provisória nº 2.220 de 2001; e no art. 22-A da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, bem como nos elementos que integram o Processo nº 04911.000649/2014-12 resolve:

Art. 1º. Autorizar a outorga de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, gratuitamente e por tempo indeterminado à senhora Cláudia Maria de Sousa Silva do imóvel conceituado como acrescido de marinha, com área de 125,86m², situado na Rua Vera Cruz, nº 128, Bairro São José, Município de Parnaíba/PI.

Parágrafo 1º. O mencionado imóvel assim se descreve e caracteriza: Frente ou Norte, 6,00m, confrontando-se com a Rua Vera Cruz; lado direito ou Leste, 20,61m, confrontando-se com a residência de Teresa da Silva Sales, lado esquerdo ou Oeste, 20,00m, confrontando-se com a residência de Benedito Sousa; Fundos ou Sul, 6,40m, confrontando-se com a residência de Dona Branca, perfazendo uma área total de 125,86m².

Parágrafo 2º. O imóvel descrito no parágrafo primeiro deste artigo está conceituado como terreno acrescido de marinha por força de LPM de 1831, aprovada em 06/10/1971, conforme Processo Administrativo 17339.000016/97-72, e está devidamente cadastrado nesta SPU/PI sob o Registro Imobiliário Patrimonial - RIP nº 1153.0002134-22.

Art. 2º O Imóvel a que se refere o art. 1º destina-se à moradia da concessionária e sua família.

Art. 3º A concessão descrita no art. 1º extingue-se de pleno direito se a concessionária:

I - der ao imóvel concedido destinação diversa da determinada pelo art. 2º;

II - der em locação total ou parcial a fração ideal do imóvel:

III - transferir a terceiros, a qualquer título, a fração ideal do imóvel concedida, sem a prévia e expressa autorização da SPU:

IV - adquirir a propriedade ou a concessão de uso de outro imóvel urbano ou rural, de acordo com o artigo 8º da Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001; ou

V - falecer sem deixar herdeiros, ou com herdeiros que sejam proprietários ou concessionários de outro imóvel urbano ou rural.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CÉLIA COELHO MADEIRA VERAS

PORTARIA Nº 24, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO PIAUÍ, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, VIII da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, da Secretária do Patrimônio da União; com fundamento no artigo 183, § 1º, da Constituição Federal; no artigo 4º, V, "h" da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade; na Medida Provisória nº 2.220 de 2001; e no art. 22-A da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, bem como nos elementos que integram o Processo nº 04911.000674/2014-04 resolve:

Art. 1º. Autorizar a outorga de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, gratuitamente e por tempo indeterminado à senhora Estela Maria Aguiar de Carvalho do imóvel conceituado como acrescido de marinha, com área de 166,60m², situado na Rua Vera Cruz, nº 146, Bairro São José, Município de Parnaíba/PI.

Parágrafo 1º. O mencionado imóvel assim se descreve e caracteriza: Frente ou Norte, 4,90m, confrontando-se com a Rua Vera Cruz; lado direito ou Leste, 34,00m, confrontando-se com a residência de Albertina Barroso Pereira - nº150, lado esquerdo ou Oeste, 34,00m, confrontando-se com a residência de Cilene Andrade de Sousa - nº 140; Fundos ou Sul, 4,90m, confrontando-se com ocupante desconhecido, perfazendo uma área total de 166,60m².

Parágrafo 2º. O imóvel descrito no parágrafo primeiro deste artigo está conceituado como terreno acrescido de marinha por força de LPM de 1831, aprovada em 06/10/1971, conforme Processo Administrativo 17339.000016/97-72, e está devidamente cadastrado nesta SPU/PI sob o Registro Imobiliário Patrimonial - RIP nº 1153.0101309-29.

Art. 2º O Imóvel a que se refere o art. 1º destina-se à moradia da concessionária e sua família.

Art. 3º A concessão descrita no art. 1º extingue-se de pleno direito se a concessionária:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

I - der ao imóvel concedido destinação diversa da determinada pelo art. 2º;

II - der em locação total ou parcial a fração ideal do imóvel:

III - transferir a terceiros, a qualquer título, a fração ideal do imóvel concedida, sem a prévia e expressa autorização da SPU:

IV - adquirir a propriedade ou a concessão de uso de outro imóvel urbano ou rural, de acordo com o artigo 8º da Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001; ou

V - falecer sem deixar herdeiros, ou com herdeiros que sejam proprietários ou concessionários de outro imóvel urbano ou rural.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CÉLIA COELHO MADEIRA VERAS

PORTARIA Nº 28, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO PIAUÍ, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, VIII da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, da Secretária do Patrimônio da União; com fundamento no artigo 183, § 1º, da Constituição Federal; no artigo 4º, V, "h" da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade; na Medida Provisória nº 2.220 de 2001; e no art. 22-A da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, bem como nos elementos que integram o Processo nº 04911.000154/2013-11 resolve:

Art. 1º. Autorizar a outorga de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia gratuitamente e por tempo indeterminado à senhora Rosália de Oliveira Cavalcante do imóvel conceituado como acrescido de marinha, com área de 93,58m², situado na Rua das Cajazeiras, nº 40, Bairro São José, Município de Parnaíba/PI.

Parágrafo 1º. O mencionado imóvel assim se descreve e caracteriza: Frente ou Oeste, 8,40m, confrontando-se com a Rua das Cajazeiras; lado direito ou Norte, 9,50m, confrontando-se com a residência de Maria José Cabral, lado esquerdo ou Sul, 4,20m+2,60+5,30m, confrontando-se com Travessa das Cajazeiras; Fundos ou Norte, 11,00m, confrontando-se com a residência de Bernadete, perfazendo uma área total de 93,58m².

Parágrafo 2º. O imóvel descrito no parágrafo primeiro deste artigo está conceituado como terreno acrescido de marinha por força de LPM de 1831, aprovada e homologada em 21/02/1972 e 28/12/1972, conforme Processo Administrativo 17339.000021/97-11, e está devidamente cadastrado nesta SPU/PI sob o Registro Imobiliário Patrimonial - RIP nº 1153.0101734-90.

Art. 2º O Imóvel a que se refere o art. 1º destina-se à moradia da concessionária e sua família.

Art. 3º a concessão descrita no art. 1º extingue-se de pleno direito se a concessionária:

I - der ao imóvel concedido destinação diversa da determinada pelo art. 2º;

II - der em locação total ou parcial a fração ideal do imóvel;

III - transferir a terceiros, a qualquer título, a fração ideal do imóvel concedida, sem a prévia e expressa autorização da SPU;

IV - adquirir a propriedade ou a concessão de uso de outro imóvel urbano ou rural, de acordo com o artigo 8º da Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001; ou

V - falecer sem deixar herdeiros, ou com herdeiros que sejam proprietários ou concessionários de outro imóvel urbano ou rural.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CÉLIA COELHO MADEIRA VERAS

PORTARIA Nº 30, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO PIAUÍ, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, VIII da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, da Secretária do Patrimônio da União; com fundamento no artigo 183, § 1º, da Constituição Federal; no artigo 4º, V, "h" da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade; na Medida Provisória nº 2.220 de 2001; e no art. 22-A da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, bem como nos elementos que integram o Processo nº 04911.000848/2012-69 resolve:

Art. 1º. Autorizar a outorga de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia gratuitamente e por tempo indeterminado do imóvel conceituado como acrescido de marinha, com área de 202,02m², situado na Rua Dr. João Goulart, nº 954, Bairro São José, Município de Parnaíba/PI à senhora Maria José Costa e Silva.

Parágrafo 1º. O mencionado imóvel assim se descreve e caracteriza: Frente ou Leste, 7,40m, confrontando-se com a Rua Dr. João Goulart; lado direito ou Sul, 27,30m, confrontando-se com a terreno ocupado por Marcos, lado esquerdo ou Norte, 27,30m, confrontando-se com terreno ocupado por Lizete; Fundos ou Oeste, 7,40m, confrontando-se com acesso ao Rio Igaraçu, perfazendo uma área total de 202,02m².

Parágrafo 2º. O imóvel descrito no parágrafo primeiro deste artigo está conceituado como terreno acrescido de marinha por força de LPM de 1831, aprovada e homologada em 06/10/71 e 04/04/73, conforme Processo Administrativo 17339.000016/97-72, cadastrado sob o Registro Imobiliário Patrimonial nº 1153.0101736-52, e está avaliado em R$ 19.964,70 (dezenove mil, novecentos e sessenta e quatro reais e setenta centavos).

Art. 2º O Imóvel a que se refere o art. 1º destina-se à moradia da concessionária e sua família.

Art. 3º a concessão descrita no art. 1º extingue-se de pleno direito se a concessionária:

I - der ao imóvel concedido destinação diversa da determinada pelo art. 2º;

II - der em locação total ou parcial a fração ideal do imóvel;

III - transferir a terceiros, a qualquer título, a fração ideal do imóvel concedida, sem a prévia e expressa autorização da SPU;

IV - adquirir a propriedade ou a concessão de uso de outro imóvel urbano ou rural, de acordo com o artigo 8º da Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001; ou

V - falecer sem deixar herdeiros, ou com herdeiros que sejam proprietários ou concessionários de outro imóvel urbano ou rural.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CÉLIA COELHO MADEIRA VERAS

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 53, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso III, do art. 2º, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no inciso I, do art. 18 da Lei 9.636, de 15 de maio de 1998, alterada pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, e inciso I, letra "a", do art. 2º da Portaria MP nº 144, de 09 de julho de 2001, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 05022.004535/2003-76, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso gratuito, ao Município de Florianópolis do imóvel de domínio da União, constituído por terreno de marinha, medindo 720,00m2, situado na Rodovia SC-401, Bairro Sanco Grande, Município de Florianópolis, neste Estado.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se à construção de via de acesso ao Shopping, de acordo com o Termo de Acordo Judicial, objeto da ACP nº 94.000476-1, da 6ª Vara Federal de Florianópolis/SC.

Art. 3º O prazo da cessão será de vinte anos, contados da data da assinatura do respectivo contrato de cessão, podendo ser prorrogado por iguais períodos e sucessivos períodos, a critério e conveniência desta Superintendência.

Art. 4º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 5º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito o outorgado cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel no todo ou em parte vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula constante do competente Contrato de Cessão de Uso, sob a Forma de Utilização Gratuita.

Art. 6º Fica o outorgado cessionário obrigado a manter no imóvel, em local visível, placa de publicidade, de acordo com os termos da Portaria SPU n º 122, de 13 de junho de 2000.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIA BEATRIZ RIZZIERI DE LUCA

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

PORTARIA Nº 10, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, NO ESTADO DE SERGIPE, no uso da atribuição que lhe confere o art.2 º, inciso VII, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º, do Decreto-Lei 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com redação que lhe foi conferida pelo art. 33, da Lei 9.636, de 15 de maio de 1998, resolve:

Art. 1º - Autorizar o Estado de Sergipe, através da Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas - CEHOP, a realizar as obras reforma do terminal hidroviário, localizado na Avenida Rio Branco, em frente a Praça General Valadão, na margem direita do Rio Sergipe, que integram o processo: 04906.002038/2010-54.

Art 2º - O início das obras está vinculado ao licenciamento ambiental, que será concedido pelo órgão ambiental competente.

Art.3º A obtenção de autorização junto aos Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, para realização das obras, será de inteira responsabilidade da Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas - CEHOP.

Art. 4º - Responderá o Estado de Sergipe, através da Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas - CEHOP, judicial e extrajudicialmente por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, órgãos públicos, entre outros, em decorrência da realização das obras de reforma do terminal hidroviário, situado na cidade de Aracaju/SE.

Art.5º Esta portaria não autoriza a ampliação da construção já existente.

Art 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TEÓFILO MELO DA SILVA

Ministério do Trabalho e Emprego

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 31 de outubro de 2014

Em cumprimento à decisão judicial prolatada nos autos do processo n.° 0001474-93.2014.5.10.0007, interposto na 7ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, do TRT da 10ª Região, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 27, inciso I, e art. 26, inciso I, da Portaria 326, publicada no DOU em 11 de março de 2013, e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR e INDEFERIR o pedido de registro do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46208.001488/2014-71
Entidade	SINEF-GO - Sindicato dos Trabalhadores e Servidores em Funerárias, Cemitérios, Crematórios, Empresas de Embalsamentos de Corpos e Tanatopraxia do Estado de Goiás
CNPJ	14.051.333/0001-54
Fundamento	NT 1406/2014/CGRS/SRT/MTE

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 5º da Portaria n.º 186, publicada no DOU em 14 de abril de 2008 c/c o art. 27 da Portaria n.º 326, publicada no DOU em 11 de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o Pedido de Registro do sindicato abaixo relacionado, em observância ao art. 51 da Portaria 326/2013:

Processo	46205.006430/2011-09
Entidade	SINDRENOVÁVEIS-SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS DO ESTADO DO CEARÁ
CNPJ	13.025.626/0001-02
Fundamento	NT 1410/2014/CGRS/SRT/MTE

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1411/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013, ARQUIVAR o processo de pedido de registro sindical 47516.000062/2011-36, referente ao SINCERVALE - Sindicato das Indústrias de Olaria e de Cerâmica para Construção do Vale do Rio Tijucas, CNPJ 13.462.586/0001-58, por não se adequar aos novos procedimentos estabelecidos pela Portaria vigente.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 5º da Portaria n.º 186, publicada em 14 de abril de 2008 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado, em observância ao disposto no art. 5º da Portaria n.º 186/2008:

Processo	46219.002487/2014-14
Entidade	FENAAC - FED NAC DOS AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE, COMB AS ENDEMIAS, PROT SOCIAL, PROM AMBIENTAL E ACOMPANHANTE COMUNITARIO DO BRASIL
CNPJ	18.803.682/0001-36
Fundamento	NT 1412/2014/CGRS/SRT/MTE

Em cumprimento à decisão judicial prolatada nos autos do processo n.° 0080971-44.2014.5.22.0001, interposto na 1ª Vara do Trabalho de Teresina/PI, do TRT da 22ª Região, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 26 da Portaria n.º 326, republicada em 11 de março de 2013, e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o processo do sindicato abaixo relacionado, em observância ao disposto no art. 26 da Portaria n.º 326/2013:

Processo	46214.006319/2013-67
Entidade	SINTFEPI - Sindicato dos Técnicos da Fazenda Estadual do Piauí
CNPJ	10.722.993/0001-69
Fundamento	NT 1405/2014/CGRS/SRT/MTE

Em cumprimento à decisão judicial prolatada nos autos do processo n.° 0000821-64.2014.5.10.0016, interposto na 16ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, do TRT da 10ª Região, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 26 da Portaria n.º 326, publicada no DOU em 11 de março de 2013, e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o processo do sindicato abaixo relacionado, em observância ao disposto no art. 26, incisos I e II, da Portaria n.º 326/2013:

Processo	46212.009060/2012-45
Entidade	SINDIREFRI - Sindicato Nacional das Indústrias Fabricantes de Refrigerantes
CNPJ	11.923.412/0001-10
Fundamento	NT 1416/2014/CGRS/SRT/MTE

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o Mandado de Segurança - Processo Judicial n.º 000125-70.2014.5.10.0002 e o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria n.° 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria n.° 326, publicada no DOU em 11 de março de 2013.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA CIDADÃ

Processo	46211.000035/2013-97
Denominação	Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais - SIND-SAUDE/MG
CNPJ	42.765.594/0001-71
Abrangência	Estadual
Sede	Belo Horizonte/MG
Base Territorial	Minas Gerais
Categoria Profissional	Trabalhadores Públicos da Saúde que atuam em todo Sistema Estadual de Saúde e em todo o Sistema Público de Saúde de seu território, com exceção da categoria profissional dos Servidores Públicos Municipais, ativos e inativos, da Administração Pública Direta, no Município de Camanducaia/MG e a categoria Profissional dos Servidores Públicos da Saúde municipal de Alvinópolis, Dom Silvério, João Monlevade e Nova Era

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria n.° 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria n.° 326, publicada no DOU em 11 de março de 2013.

Processo	46202.003749/2011-02
Entidade	SINDPESCA CAREIRO - AM - SINDICATO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS NO MUNICIPIO DO CAREIRO - AM
CNPJ	13.205.563/0001-68
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Amazonas: Careiro
Categoria Profissional	Categoria profissional dos pescadores e pescadoras artesanais que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar

O Secretário de Relações do Trabalho e Emprego, em cumprimento a Decisão Judicial prolatada nos autos do Processo Judicial n.º 000400-68.2009.5.10.0010, referente à Ação Ordinária c/c Pedido de Antecipação de Tutela tramitada perante a 10ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e com base na Nota Técnica nº 162/2014/AIP/SRT/MTE, bem como na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1428/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve ARQUIVAR a impugnação 46000.017321/2007-29, nos termos do Artigo 18, inciso III, da Portaria 326/2013 e DEFERIR o registro de alteração estatutária ao SIEMACO ITANHAÉM E REGIÃO - Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação, Limpeza Urbana e Manutenção de Áreas Verdes Públicas e Privadas de Itanhém, Mongaguá, Peruíbe, Cananéia, Registro, Juquitiba, Juquiá, Miracatú, Eldorado, Iguapé, Itarari, Jacupiranga, Cajati, Pariquera-Açu e Sete Barras - SP, Processo 46000.007590/2007-87, CNPJ 04.877.637/0001-11, para representar Todos os trabalhadores em empresas de asseio e conservação; higiene; limpeza pública urbana, prestação de serviços a terceiros de limpeza e conservação ambiental; limpeza de fossas e caixas d'água; manutenção predial; pintura, restauração e limpeza de fachadas; dedetização; lavagem de carpetes; coleta de lixo domiciliar, industrial, hospitalar, seletiva e de entulhos; serviços em destino final de lixo (usinas de reciclagem, compostagem, incineradores e aterros sanitários); varrição de vias públicas; complementares de limpeza urbana; jardinagem e paisagismo, execução e manutenção de áreas verdes públicas e privadas (poda de árvores, capinação e limpeza de córregos, canais e sistemas de drenagens, pintura de postes e meio fio); prestação de serviços de terceiros de portaria, recepção e copa; inclusive os trabalhadores administrativos das referidas empresas nos municípios de Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Itanhaém, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Miracatu, Mongaguá, Pariquera-Açu, Peruíbe, Registro e Sete Barras, estado de São Paulo, nos termos do Artigo 25, inciso II c/c Artigo 51 da Portaria 326/2013.

Com fundamento previsto no art. 53 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aprovo a Nota Técnica 1403/2014/CGRS/SRT/MTE, com adoção da seguinte medida: ANULAR a publicação do Diário Oficial da União - D.O.U - Seção I, pág. 696, n.º 197, de 13 de outubro de 2014, que suspendeu o Registro Sindical, e RESTABELECER o Registro Sindical referente ao SECOVI - PE - Sindicato da Habitação, CNPJ 24.566.663/0001-36.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 53 e 54 da Lei 9.784/99 e na Nota Técnica 1407/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve RETIFICAR o despacho publicado no Diário Oficial da União de 06/06/2014, na Seção I, pág. 81, n.° 107, referente ao STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Horizonte, Processo 46268.000804/2012-11, CNPJ 45.151.008/0001-97, para que onde se lê: categoria Trabalhadores da categoria profissional rural, integrantes do plano da CONTAG, assalariados e assalariadas rurais, empregados permanentes, safristas e eventuais na agricultura, criação de animais, silvicultura e extrativismo rural; agricultores e agricultoras que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários, extrativistas e aposentados rurais, os aplicadores de defensivos agrícolas, e todos assim definidos nos termos do art. 2 da lei 5.899/73 combinado com o art. 1º decreto lei 1166/71 e da convenção 141 da OIT, leia-se: Categoria Profissional dos Trabalhadores e Trabalhadoras rural: assalariados e assalariadas rurais, permanentes, safristas, e eventuais que exerçam suas atividades na agricultura, criação de animais, silvicultura e extrativismo rural; agricultores e agricultoras que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários, extrativistas; operadores e aplicadores de defensivos agrícolas, tratoristas, operadores de máquinas e administradores de propriedades rurais todos assim definidos nos termos do art. 2 da lei 5.889/73 combinado com o art. 1º, inciso I decreto lei 1166/71 e da convenção 141 da OIT.

Com fundamento no artigo 53 da Lei nº 9.784, de 29 de Janeiro de 1999, aprovo a Nota Técnica 1408/2014/CGRS/SRT/MTE, com a adoção das seguintes medidas: retificar o ato de publicação ocorrida no DOU de 19/12/2013, Seção I, pág. 359, n.º 246, de registro sindical, Processo 46000.012461/2002-04, de interesse do SINTRATEL - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telemarketing, Operadores de Telemarketing, Trabalhadores em Empresas de Rádio Chamada e Operadores de Rádio Chamada de Campinas e Região, CNPJ 04.553.934/0001-01, para que ONDE SE LÊ: com fundamento no art. 25, II, da Portaria n° 326/13 DEFERIR o registro de alteração estatutária ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telemarketing, Operadores de Telemarketing, Trabalhadores em Empresas de Rádio Chamada e Operadores de Rádio Chamada de Campinas e Região - SINTRATEL, processo n° 46000.012461/2002-04, CNPJ 04.553.934/0001-01, para representar a categoria dos trabalhadores em telemarketing e rádio chamada, que compreende os que utilizam de equipamento e tecnologia de telecomunicações, de forma planejada e dirigida a serviço do marketing, realizando chamadas, bem como atendendo ligações, com intuito de agenciamento, assistência, pesquisas, vendas, cobrança, atendimento ao cliente, entretenimento e conversação, arrecadação, informação, programação, opinião, serviços de rádio chamada, na base territorial de Águas de Lindóia, Águas de São Pedro, Americana, Amparo, Analândia, Anhembi, Aguaí, Araras, Artur Nogueira, Capivari, Campinas, Charqueada, Conchal, Cordeirópolis, Corumbataí, Cosmópolis, Elias Fausto, Engenheiro Coelho, Espírito Santo do Pinhal, Estiva Gerbi, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Ipeúna, Iracemápolis, Itapira, Itirapina, Jaguariúna, Leme, Limeira, Lindóia, Mogi Guaçu, Moji Mirim, Mombuca, Monte Alegre do Sul, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedra Bela, Pedreira, Piracicaba, Rafard, Rio Claro, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Bárbara d'Oeste, Santa Gertrudes, Santo Antônio de Posse, Santo Antônio do Jardim, São Pedro, Serra Negra, Sumaré, Socorro, Valinhos e Vinhedo, no Estado de São Paulo. EXCETO a categoria dos empregados de agentes autônomos do comércio, empresas de assessoramento, perícias, informações e pesquisas e de empresas de serviços contábeis dos municípios de Aguaí, Águas de São Pedro, Americana, Araras, Capivari, Charqueada, Conchal, Cordeirópolis, Espírito Santo do Pinhal, Hortolândia, Ipeúna, Iracemápolis, Leme, Limeira, Mombuca, Nova Odessa, Piracicaba, Rafard, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio do Jardim, São Pedro e Sumaré; EXCETO a categoria dos empregados do comércio dos municípios de Elias Fausto, Mombuca, Monte Mor, Rafard e Santa Bárbara d'Oeste. EXCETO a categoria dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio no Estado de São Paulo. LEIA-SE: com fundamento no art. 25, II, da Portaria n° 326/13 DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telemarketing, Operadores de Telemarketing, Trabalhadores em Empresas de Rádio Chamada e Operadores de Rádio Chamada de Campinas e Região - SINTRATEL, processo n° 46000.012461/2002-04, CNPJ 04.553.934/0001-01, para representar a categoria dos trabalhadores em telemarketing e rádio chamada, que compreende os que utilizam de equipamento e tecnologia de telecomunicações, de forma planejada e dirigida a serviço do marketing, realizando chamadas, bem como atendendo ligações, com intuito de agenciamento, assistência, pesquisas, vendas, cobrança, atendimento ao cliente, entretenimento e conversação, arrecadação, informação, programação, opinião, serviços de rádio chamada, na base territorial de Águas de Lindóia, Águas de São Pedro, Americana, Amparo, Analândia, Anhembi, Aguaí, Araras, Artur Nogueira, Capivari, Campinas, Charqueada, Conchal, Cordeirópolis, Corumbataí, Cosmópolis, Elias Fausto, Engenheiro Coelho, Espírito Santo do Pinhal, Estiva Gerbi, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Ipeúna, Iracemápolis, Itapira, Itirapina, Jaguariúna, Leme, Limeira, Lindóia, Mogi Guaçu, Moji Mirim, Mombuca, Monte Alegre do Sul, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedra Bela, Pedreira, Piracicaba, Rafard, Rio Claro, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Bárbara d'Oeste, Santa Gertrudes, Santo Antônio de Posse, Santo Antônio do Jardim, São Pedro, Serra Negra, Sumaré, Socorro, Valinhos e Vinhedo, no Estado de São Paulo. EXCETO a categoria dos empregados de agentes autônomos do comércio, empresas de assessoramento, perícias, informações e pesquisas e de empresas de serviços contábeis dos municípios de Aguaí, Águas de São Pedro, Americana, Araras, Capivari, Charqueada, Conchal, Cordeirópolis, Espírito Santo do Pinhal, Hortolândia, Ipeúna, Iracemápolis, Leme, Limeira, Mombuca, Nova Odessa, Piracicaba, Rafard, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio do Jardim, São Pedro e Sumaré; EXCETO a categoria dos empregados do comércio dos municípios de Elias Fausto, Mombuca, Monte Mor, Rafard e Santa Bárbara d'Oeste. EXCETO a categoria dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio no Estado de São Paulo.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, e na Nota Técnica 1409/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve RETIFICAR o Despacho de Publicação referente à Retificação de Anulação de Ato Administrativo e Registro de Alteração Estatutária por Decisão Judicial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Santa Cruz do Sul - RS, Processo 46218.000362/2011-17, CNPJ 95.439.774/0001-20, ocorrido no Oficial da União - DOU, Seção I, página 97, n.º 181, para que onde se lê: e, em seguida, a PUBLICAÇÃO da Concessão da Alteração Estatutária, para representação da categoria profissional dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil (pedreiros, carpinteiros, pintores, estucadores, bombeiros, hidráulicos, e trabalhadores em geral, de estradas, pontes, portos, canais, montagens industriais, e engenharia consultivas) trabalhadores na indústria de olaria, trabalhadores nas indústrias de cimento e gesso; trabalhadores na indústria de ladrilhos, hidráulicos e produtos de cimento; trabalhadores na indústria de cerâmica para construção; trabalhadores na indústria de mármores e granitos, trabalhadores na indústria de pintura, decorações, estuques e ornatos; trabalhadores na indústria de serrarias, carpintarias, tanoarias, madeiras, compensados e laminados, aglomerados e chapas de fibra de madeira; oficiais marceneiros e trabalhadores na industria de moveis de junco e vime, e de vassouras; trabalhadores na industria de cortinados e estofados, trabalhadores na industria de escova e pinceis, trabalhadores na industria de cimento armado, oficiais eletricistas e trabalhadores na industria de instalações elétricas, gás, hidráulicas, sanitárias, trabalhadores nas industrias na construção de estradas, pavimentação, obras de terraplanagem em geral (barragens, aeroportos, canais e engenharia consultiva); trabalhadores na industria de refratários; tratoristas, (excetuados os rurais); trabalhadores nas industrias de poços artesianos, trabalhadores na industria de cal, calcário e pedreiras, trabalhadores nas industrias extrativas de madeira; trabalhadores nas industrias extrativas de lenhas; trabalhadores nas industrias extrativas de concreto armado e pré-moldados e pré- mistura de concreto, trabalhadores nas industrias de mármores e granitos; trabalhadores nas industrias extrativas de cal, calcário, trabalhadores nas industrias de esquadrilhas; trabalhadores nas industrias de carrocerias de madeiras,. Leia-se: e, em seguida, a PUBLICAÇÃO da Concessão da Alteração Estatutária, para representação da categoria profissional dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil (pedreiros, carpinteiros, pintores, estucadores, bombeiros, hidráulicos, e trabalhadores em geral, de estradas, pontes, portos, canais, montagens industriais, e engenharia consultivas) trabalhadores na indústria de olaria, trabalhadores nas indústrias de cimento e gesso; trabalhadores na indústria de ladrilhos, hidráulicos e produtos de cimento; trabalhadores na indústria de cerâmica para construção; trabalhadores na indústria de mármores e granitos, trabalhadores na indústria de pintura, decorações, estuques e ornatos; trabalhadores na indústria de serrarias, carpintarias, tanoarias, madeiras, compensados e laminados, aglomerados e chapas de fibra de madeira; oficiais marceneiros e trabalhadores na industria de moveis de junco e vime, e de vassouras; trabalhadores na industria de cortinados e estofados, trabalhadores na industria de escova e pinceis, trabalhadores na industria de cimento armado, oficiais eletricistas e trabalhadores na industria de instalações elétricas, gás, hidráulicas, sanitárias, trabalhadores nas industrias na construção de estradas, pavimentação, obras de terraplanagem em geral (barragens, aeroportos, canais e engenharia consultiva); trabalhadores na industria de refratários; tratoristas, (excetuados os rurais); trabalhadores nas industrias de poços artesianos, trabalhadores na industria de cal, calcário e pedreiras, trabalhadores nas industrias extrativas de madeira; trabalhadores nas industrias extrativas de lenhas; trabalhadores nas industrias extrativas de concreto armado e pré-moldados e pré- mistura de concreto, trabalhadores nas industrias de mármores e granitos; trabalhadores nas industrias extrativas de cal, calcário, trabalhadores nas industrias de esquadrilhas; trabalhadores nas industrias de carrocerias de madeiras nos Municípios de Cerro Brando, Estrela Velha, Gramado Xavier, Herveiras, Jacuizinho, Lagoa Bonita do Sul, Lagoão, Mato Leitão, Novo Cabrais, Paraíso do Sul, Passa Sete, Salto do Jucuí, Sinimbu, Tunas, Vale do Sol e Vale Verde, situados no Estado do Rio Grande do Sul, devendo as referidas anotações serem publicadas no DOU para fins de atendimento aos termos da Portaria 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 326, de 11 de março de 2013.

Em 3 de novembro de 2014

O Secretário de Relações do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 53 e 54 da Lei n.º 9.784/99, no art. 5º, II, da Portaria n.º 186/2008 c/c art. 27, I, da Portaria n.º 326/2013 e na Nota Técnica 75/2014/GAB/SRT/MTE, resolve ANULAR a publicação de pedido de alteração estatutária n.º 46211.005074/2010-38, exarada no DOU de 21/06/2011, Seção I, pág. 83, n.º 118, de interesse do SINDALEX - Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação e Panificação de Extrema e Região; ARQUIVAR o processo de pedido de alteração estatutária n.º 46211.005074/2010-38 do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Panificação de Extrema e Região - SINDALEX, CNPJ 09.326.248/0001-11; e ANULAR a ANOTAÇÃO realizada no CNES que excluiu da representação dos sindicatos abaixo: A-) do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Pouso Alegre e Região, CNPJ 19.071.133/0001-87, a categoria profissional dos trabalhadores nas indústrias de: carnes e derivados, frigoríficos, açougue, produtos alimentares congelados, supercongelados, sorvetes, concentrados e liofilizados, cerveja e bebidas em geral, águas minerais, doces e conservas, sucos, beneficiadoras de produtos alimentícios, massa alimentícias e biscoitos, moageiras de trigo, rações balanceadas, torrefação e moagem de café, laticínios, cacau e balas, frios, panificação, padarias, confeitarias, docerias, padarias, confeitarias e docerias de supermercados, cozinha industrial. Compreendem-se na representação do sindicato os trabalhadores nas indústrias de alimentação e panificação de extrema (e região) os seguintes trabalhadores: I- Da agroindústria da alimentação, trabalhadores em frigoríficos, beneficiadoras, destilarias, cooperativas e empresas de terceirização de serviços e mão-de-obra no setor de alimentação; II- Das indústrias de alimentos preparados, semi-preparados e congelados; III- Carnes e derivados, sorvetes, concentrados e liofilizados; IV- Cervejas e bebidas em geral (água mineral, suco, refrigerante); V- Doces e conservas; VI- Beneficiadora de produtos alimentícios, moageiras de trigo, rações balanceadas, torrefação e moagem de café; VII- Laticínios, cacau e balas; VIII- Padarias, confeitarias, docerias de supermercados e cozinha industrial, nos municípios de Camanducaia, Cambuí, Extrema e Itapeva, Estado de Minas Gerais/MG; e B) Sindicato dos Empregados na Indústria da Alimentação de Curvelo e Região - SINDEPAN/MG, CNPJ 05.654.631/0001-48; a categoria profissional dos Trabalhadores na indústria do trigo, na indústria de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

torrefação, moagem e beneficiamento de café; na indústria de café solúvel; na indústria de panificação e confeitaria; na indústria de produtos de cacau, balas e goma mascar; na indústria de laticínios e seus produtos derivados; na indústria de massas alimentícias e biscoitos; na indústria de águas minerais, cervejas, refrigerantes, vinhos, destilados e bebidas em geral; na indústria de doces e conservas alimentícias; na indústria da carne e seus derivados; na indústria do frio; na indústria de rações balanceadas e demais alimentação animal; na indústria de congelados, supermercados, sorvetes, concentrados e liofilizados, no município de Estiva, estado de Minas Gerais/MG; nos termos do artigo 30 da Portaria 326/2013.

Com fulcro na Decisão Judicial da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF - Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - Mandado de Segurança, Processo n.º 0001125-05.2014.5.10.0003, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, e na Nota Técnica 1417/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR o registro sindical ao SINFRETTUSC - Sindicato das Empresas de Transporte Turístico e de Fretamento Eventual e Contínuo de Santa Catarina, Processo 46220.000193/2013-38, CNPJ 17.405.737/0001-97, para representar a categoria Econômica das Empresas de Transportes Turísticos e de Fretamento Eventual e Contínuo, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios:

Grande Florianópolis: Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São João Batista, São José, São Pedro de Alcântara e Tijucas.

Norte Catarinense: Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Santa Terezinha, Timbó Grande, Três Barras, Araquari, Balneário Barra do Sul, Garuva, Guaramirim, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Massaranduba, São Francisco do Sul, Schroeder, Campo Alegre, Rio Negrinho e São Bento do Sul.

Planalto Serrano: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Celso Ramos, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Painel, Palmeira, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici e Urupema.

Meio Oeste: Abdon Batista, Brunópolis, Campos Novos, Curitibanos, Frei Rogério, Monte Carlo, Ponte Alta, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília, São Cristovão do Sul, Vargem, Zortéa, Água Doce, Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Erval Velho, Herval d'Oeste, Ibiam, Ibicaré, Iomerê, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Lebon Régis, Luzerna, Macieira, Matos Costa, Ouro, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Treze Tílias, Vargem Bonita, Videira, Alto Bela Vista, Ipira, Peritiba, Piratuba e Presidente Castello Branco.

Sul Catarinense: Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul, Turvo, Cocal do Sul, Criciúma, Forquilhinha, Içara, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Siderópolis, Treviso, Urussanga, Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Garopaba, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Orleans, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Tubarão e Treze de Maio.

Vale do Itajaí: Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Luiz Alves, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio, Timbó, Agrolândia, Atalanta, Chapadão do Lageado, Imbuia, Ituporanga, Petrolândia, Vidal Ramos, Agronômica, Aurora, Braço do Trombudo, Dona Emma, Ibirama, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Mirim Doce, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Taió, Trombudo Central, Vitor Meireles e Witmarsum.

Foz do Itajaí: Balneário Camboriú, Barra Velha, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Navegantes, Penha, Piçarras, Porto Belo e São João do Itaperiú, no Estado de Santa Catarina. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve ainda DETERMINAR a exclusão da Categoria Econômica das Empresas de Transportes Turísticos e de Fretamento Eventual e Contínuo da representação SINTROESTE - Sindicato de transporte de passageiros do oeste catarinense, Processo 46010.002738/93-57, CNPJ 80.637.200/0001-99, no município de Campos Novos; e também a exclusão da Categoria Econômica das Empresas de Transportes Turísticos e de Fretamento Eventual e Contínuo da representação do SETPESC - Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros no Estado de Santa Catarina, Carta Sindical L036 P001 A1963, CNPJ 83.714.899/0001-31, nos municípios de: Grande Florianópolis: Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São João Batista, São José, São Pedro de Alcântara e Tijucas.

Norte Catarinense: Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Santa Terezinha, Timbó Grande, Três Barras, Araquari, Balneário Barra do Sul, Garuva, Guaramirim, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Massaranduba, São Francisco do Sul, Schroeder, Campo Alegre, Rio Negrinho e São Bento do Sul.

Planalto Serrano: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Celso Ramos, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Painel, Palmeira, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici e Urupema.

Meio Oeste: Abdon Batista, Brunópolis, Campos Novos, Curitibanos, Frei Rogério, Monte Carlo, Ponte Alta, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília, São Cristovão do Sul, Vargem, Zortéa, Água Doce, Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Erval Velho, Herval d'Oeste, Ibiam, Ibicaré, Iomerê, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Lebon Régis, Luzerna, Macieira, Matos Costa, Ouro, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Treze Tílias, Vargem Bonita, Videira, Alto Bela Vista, Ipira, Peritiba, Piratuba e Presidente Castello Branco.

Sul Catarinense: Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul, Turvo, Cocal do Sul, Criciúma, Forquilhinha, Içara, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Siderópolis, Treviso, Urussanga, Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Garopaba, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Orleans, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Tubarão e Treze de Maio.

Vale do Itajaí: Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Luiz Alves, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio, Timbó, Agrolândia, Atalanta, Chapadão do Lageado, Imbuia, Ituporanga, Petrolândia, Vidal Ramos, Agronômica, Aurora, Braço do Trombudo, Dona Emma, Ibirama, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Mirim Doce, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Taió, Trombudo Central, Vitor Meireles e Witmarsum.

Foz do Itajaí: Balneário Camboriú, Barra Velha, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Navegantes, Penha, Piçarras, Porto Belo e São João do Itaperiú, no Estado de Santa Catarina.

Resolve ainda DETERMINAR a exclusão da Categoria Econômica das Empresas de Transportes Turísticos e de Fretamento Eventual e Contínuo da representação SINTROESTE - Sindicato de transporte de passageiros do oeste catarinense, Processo 46010.002738/93-57, CNPJ 80.637.200/0001-99, no município de Campos Novos; e também a exclusão da Categoria Econômica das Empresas de Transportes Turísticos e de Fretamento Eventual e Contínuo da representação do SETPESC - Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros no Estado de Santa Catarina, Carta Sindical: L036 P001 A1963, CNPJ 83.714.899/0001-31, conforme determina o art. 30 da Portaria 326/2013, tendo as entidades Anotadas o prazo de 60 dias para apresentarem um novo estatuto social contendo as exclusões acima, sob pena de suspensão dos seus registros, conforme disposto no art. 33 da Portaria em vigor.

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 30 de outubro de 2014

Nº 21 - O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, tendo em vista o que consta no processo n.º 46246.003328/2014-18 e os termos do despacho exarado no processo supracitado e usando da competência delegada pela Portaria da SRT/MTE n.º 02, de 25 de maio de 2006, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União n.º 102, de 30 de maio de 2006.

Homologa o Plano de Cargos e Salários da ESURB - Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização, inscrita no CNPJ 21.022.694/0001-38, situada na Avenida Norival Guilherme Vieira, 165, Ibituruna, CEP. 39.401-289, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no Quadro dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

HELI SIQUEIRA DE AZEVEDO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 30 de outubro de 2014

Processo Nº 46215.018611/2014-01 - À vista do Despacho da Seção de Relações do Trabalho, às fls. 71, e usando da competência que me foi delegada no Artigo 1° da Portaria SRT/MTE N° 2, de 25 de maio de 2006, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União, de 30 de maio de 2006, Homologo o plano de cargos e salários da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

ANTÔNIO HENRIQUE DE ALBUQUERQUE FILHO

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA

RESOLUÇÃO Nº 4.480, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

Aprova a operação de Incorporação das Ações de Emissão da ALL - América Latina Logística S.A. pela Rumo Logística Operadora Multimodal S.A

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DCN - 167, de 30 de outubro de 2014, e no que consta nos Processos nº 50500.071059/2014-23 e nº 50500.081062/2014-55, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a operação de Incorporação das Ações de Emissão da ALL - América Latina Logística S.A. pela Rumo Logística Operadora Multimodal S.A nos termos em que foi apresentada.

Art. 2º Aprovar os Acordos de Acionistas, nos termos apresentados à ANTT, a serem firmados entre a Cosan Infraestrutura e o BNDESPAR; e a Cosan Infraestrutura, GIF RUMO FIP e TPG VI FIP.

Art. 3º Dispensar a América Latina Logística S.A.:

I - da limitação, direta ou indireta, de participação máxima de 20% no seu capital votante;

II - da obrigação de manter registro de companhia aberta; e

III - da obrigação de submeter à prévia anuência qualquer alteração em seu Estatuto Social.

Art. 4º Autorizar a extinção do 8º Acordo de Acionistas da América Latina Logística S.A.

Art. 5º Estabelecer para a Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. a obrigação de submeter à anuência prévia qualquer alteração ou celebração de Acordos de Acionistas.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Resolução ANTT nº 3.563, de 12 de agosto de 2010.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 212, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo n.º 50535.004095/2014-84, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica na faixa de domínio do Anel Viário de Vitória da Conquista/BA, por meio de subtrechos de ocupações longitudinais e travessias, no trecho entre o km 024+700m e o km 029+420m, em Vitória da Conquista/BA, de interesse da COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia.

§ 1º As ocupações longitudinais serão implantadas nos seguintes subtrechos:

I.Do km 024+700m ao km 029+400m, na Pista Externa; e

II.Do km 026+836m ao km 029+400m, na Pista Interna.

§ 2º As travessias serão implantadas nos seguintes locais:

I.No km 029+400m; e

II.No km 029+420m.

Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de distribuição de energia elétrica, a COELBA deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela ViaBahia Concessionária de Rodovias S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A COELBA não poderá iniciar a implantação da rede de distribuição de energia elétrica objeto desta Portaria antes de assinar, com a ViaBahia, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A ViaBahia deverá encaminhar, à Unidade Regional da Bahia - URBA, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A COELBA assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de distribuição de energia elétrica, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A COELBA deverá concluir a obra de implantação da rede de distribuição de energia elétrica no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a COELBA verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da rede de distribuição de energia elétrica no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à ViaBahia sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à ViaBahia acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à rede de distribuição de energia elétrica.

Art. 8º A COELBA deverá apresentar, à URBA e à ViaBahia, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Parágrafo único. A COELBA abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIVIANE ESSE

PORTARIA Nº 213, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo n.º 50500.108940/2013-14, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de viaduto de linha férrea na faixa de domínio da Rodovia Presidente Dutra, BR-116/SP, no km 219+000m, em Guarulhos/SP, de interesse da CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos.

Art. 2º Na implantação e conservação do referido viaduto de linha férrea, a CPTM deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela NovaDutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A CPTM não poderá iniciar a implantação do viaduto de linha férrea objeto desta Portaria antes de assinar, com a NovaDutra, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A NovaDutra deverá encaminhar, à Unidade Regional de São Paulo - URSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A CPTM assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento desse viaduto de linha férrea, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes do mesmo e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A CPTM deverá concluir a obra de implantação do viaduto de linha férrea no prazo de 90 (noventa) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a CPTM verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação do viaduto de linha férrea no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à NovaDutra sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à NovaDutra acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente ao viaduto de linha férrea.

Art. 8º A CPTM deverá apresentar, à URSP e à NovaDutra, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A CPTM abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIVIANE ESSE

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 553, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no inciso I, art. 1º, da Deliberação nº 159, de 12 de maio de 2010, e fundamentada no Processo nº 50500.145117/2014-62, resolve:

Art. 1º Deferir o requerimento da Viação Santa Clara Ltda. para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros Nanuque (MG) - Teixeira de Freitas (BA), prefixo nº 06-1002-00, para 12 (doze) horários semanais por sentido todos os meses do ano.

Art. 2º Determinar à autorizatária sob regime especial de operação que comunique aos usuários do serviço acerca da redução da frequência mínima, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias de sua efetiva implantação, conforme o art. 8º da Resolução nº 597, de 2004.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARLA CAMPOS DO CARMO
Substituta

PORTARIA Nº 554, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no inciso I, art. 1º, da Deliberação nº 159, de 12 de maio de 2010, e fundamentada no Processo nº 50500.115023/2014-69, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da empresa Viação Nova Integracao Ltda, para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros Cascavel (PR) - Sinop (MT) Via Primavera, prefixo 09-1561-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARLA CAMPOS DO CARMO
Substituta

PORTARIA Nº 555, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no inciso I, art. 1º, da Deliberação nº 159, de 12 de maio de 2010, e fundamentada no Processo nº 50500.115020/2014-25, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da Viação Nova Integração LTDA. para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros Cascavel (PR) - Cuiaba (MT), prefixo 09-1476-00, de 01 (um) horário diário, por sentido, todos os meses do ano, para 1 (um) horário semanal, por sentido, a ser realizado nos meses de janeiro, fevereiro, julho e dezembro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARLA CAMPOS DO CARMO
Substituta

PORTARIA Nº 556, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no inciso I, art. 1º, da Deliberação nº 159, de 12 de maio de 2010, e fundamentada no Processo nº 50500.116478/2014-00, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da Expresso Guanabara S/A. para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros Campina Grande (PB) - Brasília (DF), prefixo nº13-0890-00, de 03 (três) horários semanais, por sentido todos os meses do ano para 1 (um) horário mensal, por sentido, nos meses de janeiro, julho e dezembro, conforme Aviso nº 99/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARLA CAMPOS DO CARMO
Substituta

PORTARIA Nº 557, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no inciso I, art. 1º, da Deliberação nº 159, de 12 de maio de 2010, e fundamentada no Processo nº 50500.099543/2014-17, resolve:

Art. 1º Deferir o requerimento da empresa Reunidas S.A Transportes Coletivos para redução de freqüência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros Maravilha (SC) - Iraí (RS), prefixo nº 16-0411-00, de 01 (um) horário semanal, por sentido, todos os meses do ano, 01 (um) horário mensal, por sentido, todos os meses do ano.

Art. 2º Determinar à permissionária que comunique aos usuários do serviço acerca da redução da frequência mínima, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias de sua efetiva implantação, conforme o art. 8º da Resolução nº 597, de 2004.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARLA CAMPOS DO CARMO
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 102, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, com fulcro no Decreto nº 4.130/2002, Anexo I, art. 4º, §1º; na Deliberação DG/ANTT nº 158/2010, art. 1º, inc. IV, alterada pela Deliberação nº 38, de 22/02/2013; no Contrato de Arrendamento nº 072/96, Cláusula Quarta, Item XII, e no respectivo Contrato de Concessão, Cláusula Nona, Subcláusula 9.1, Item X; bem como no Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e a ANTT em 20/07/2009, Cláusula Terceira, Item 3.12; e no que consta no Processo Administrativo ANTT nº 50500.119516/2012-14, resolve:

Art. 1ºAutorizar a substituição de 75 (setenta e cinco) vagões, integrantes do Contrato de Arrendamento nº 072/96, firmado entre a extinta Rede Ferroviária Federal S.A. e a concessionária MRS Logística S.A. em 28/11/1996, por outros 75 (setenta e cinco) vagões de propriedade da MRS.

Art. 2° A substituição se efetivará mediante celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 072/96, a ser celebrado entre a ANTT, o DNIT e a MRS, promovendo a desincorporação dos 75 vagões até então arrendados, relacionados no Anexo A desta Portaria, e, simultaneamente, a incorporação dos 75 vagões ofertados pela concessionária, arrolados no Anexo B.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

ANEXO A

RELAÇÃO DOS VAGÕES A SEREM SUBSTITUÍDOS

	SÉRIE	NBP
1	GDT	611366
2	GDT	611466
3	GDT	611495
4	GDT	611511
5	GDT	611561
6	GDT	611578
7	GDT	611600
8	GDT	611653
9	GDT	611663
10	GDT	611793
11	GDT	611817
12	GDT	611878
13	GDT	611906
14	GDT	612022
15	GDT	612028
16	GDT	612049
17	GDT	612052
18	GDT	612055
19	GDT	612083
20	GDT	612235
21	GDT	612254
22	GDT	612339
23	GDT	612349
24	GDT	612524
25	GDT	612535
	SÉRIE	NBP
26	GDT	612537
27	GDT	612550
28	GDT	612593
29	GDT	612637
30	GDT	612746
31	GDT	612756
32	GDT	612787
33	GDT	612804
34	GDT	612812
35	GDT	612832
36	GDT	612936
37	GDT	612957
38	GDT	612989
39	GDT	613004
40	GDT	613010
41	GDT	613033
42	GDT	613049
43	GDT	613055
44	GDT	613164
45	GDT	613168
46	GDT	613197
47	GDT	613222
48	GDT	613271
49	GDT	613354
50	GDT	613357
	SÉRIE	NBP
51	GDT	613445
52	GDT	613454
53	GDT	613499
54	GDT	613521
55	GDT	613531
56	GDT	613532
57	GDT	613540
58	GDT	613574
59	GDT	641745
60	GDT	641776
61	GDT	641790
62	GDT	641791
63	GDT	641829
64	GDT	641842
65	GDT	641852
66	GDT	641893
67	GDT	642488
68	GDT	642583
69	GDT	642612
70	GDT	645464
71	GDT	611959
72	GDT	644945
73	GDT	612206
74	GDT	612297
75	GDT	641870

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO B

RELAÇÃO DOS VAGÕES OFERTADOS PELA MRS

	SÉRIE	NBP
1	GDT	728061
2	GDT	728062
3	GDT	728063
4	GDT	728064
5	GDT	728065
6	GDT	728066
7	GDT	728067
8	GDT	728068
9	GDT	728069
10	GDT	728070
11	GDT	728071
12	GDT	728072
13	GDT	728073
14	GDT	728074
15	GDT	728075
16	GDT	728076
17	GDT	728077
18	GDT	728078
19	GDT	728081
20	GDT	728082
21	GDT	728083
22	GDT	728084
23	GDT	728085
24	GDT	728086
25	GDT	728099
	SÉRIE	NBP
26	GDT	728100
27	GDT	728101
28	GDT	728102
29	GDT	728103
30	GDT	728104
31	GDT	728105
32	GDT	728106
33	GDT	728107
34	GDT	728108
35	GDT	728109
36	GDT	728110
37	GDT	728111
38	GDT	728112
39	GDT	728113
40	GDT	728114
41	GDT	728115
42	GDT	728116
43	GDT	728117
44	GDT	728118
45	GDT	728119
46	GDT	728120
47	GDT	728121
48	GDT	728122
49	GDT	728123
50	GDT	728124
	SÉRIE	NBP
51	GDT	728125
52	GDT	728126
53	GDT	728127
54	GDT	728128
55	GDT	728129
56	GDT	728130
57	GDT	728131
58	GDT	728132
59	GDT	728133
60	GDT	728134
61	GDT	728135
62	GDT	728136
63	GDT	728137
64	GDT	728138
65	GDT	728139
66	GDT	728140
67	GDT	728141
68	GDT	728142
69	GDT	728143
70	GDT	728144
71	GDT	728145
72	GDT	728146
73	GDT	728147
74	GDT	728148
75	GDT	728149

Conselho Nacional do Ministério Público

PLENÁRIO

ACÓRDÃOS DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

PAD N° 0.00.000.001151/2014-99
REQUERENTE: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
REQUERIDO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
RELATOR: WALTER DE AGRA JÚNIOR
EMENTA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. NECESSIDADE EM RAZÃO DO PROCESSO ENCONTRAR-SE EM FASE DE DILIGÊNCIAS. PROCEDÊNCIA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, à unanimidade, em prorrogar o presente procedimento por mais 90 (noventa) dias, nos termos do voto do Relator.

WALTER DE AGRA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

PP Nº 0.00.000.001755/2013-54
RECORRENTE: GILMAR AUGUSTO DE VASCONCELOS
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RELATOR:CONSELHEIRO WALTER DE AGRA JÚNIOR
EMENTA RECURSO INTERNO. PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. SUPOSTA IRREGULARIDADE NA INSTALÇÃO DE UM CANIL. ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA NO ÂMBITO DO MPRJ. ARQUIVAMENTO MONOCRÁTICO PELA PRESIDÊNCIA DO CNMP. NÃO CONSTATADA IRREGULARIDADE, INÉRCIA OU FALTA FUNCIONAL. INCOMPETÊNCIA DO CNMP PARA FISCALIZAR ATIVIDADE-FIM. RECURSO TEMPESTIVO. IMPROCEDÊNCIA.

1. Recurso interno contra decisão monocrática de arquivamento prolatada pela Presidência do CNMP, na qual não se reconheceu nenhuma ilegalidade ou falta funcional por parte de membro do Parquet, bem como ressalvou impossibilidade de ingerência do CNMP na atividade-fim dos membros do Ministério Público.

2. Voto no mesmo sentido do arquivamento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, à unanimidade, em conhecer do presente Recurso Interno, mas para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

WALTER DE AGRA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

PAVOC N° 0.00.000.001690/2013-47
REQUERENTE: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CNMP
REQUERIDO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
RELATOR: CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
EMENTA PROCEDIMENTO AVOCADO. MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. NECESSIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PAD. NECESSIDADE DE PRORROGAÇÃO DO AFASTAMENTO CAUTELAR. REFERENDO DO PLENÁRIO.

1. No caso em questão, a comissão processante já ouviu quase todas as testemunhas arroladas, estando a instrução chegando ao seu fim, com o interrogatório do requerido agendado para o dia 04.11.2014. Não há dúvidas quanto à necessidade da prorrogação do prazo de conclusão do processo, por mais 90 (noventa) dias.

2. Foram juntados aos autos documentos que indicam o cometimento de supostas novas infrações disciplinares por parte do requerido. A presença do membro amedronta os membros e servidores da instituição, gera prejuízo ao regular exercício do múnus ministerial e descrédito à imagem do Ministério Público do Estado do Maranhão.

4. Prorrogação do PAD e prorrogação do afastamento cautelar.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, à unanimidade, em prorrogar o PAD e o afastamento cautelar de membro do Ministério Público do Estado do Maranhão, por 90 (noventa) dias, nos termos do voto do Relator.

CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
Conselheiro-Relator

PAVOC N°0.00.000.000294/2014-83
REQUERENTE: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CNMP
REQUERIDO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
RELATOR: CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
EMENTA PROCEDIMENTO AVOCADO. MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. NECESSIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PAD. NECESSIDADE DE PRORROGAÇÃO DO AFASTAMENTO CAUTELAR. REFERENDO DO PLENÁRIO.

1. No caso em questão, a comissão processante já ouviu quase todas as testemunhas arroladas, estando a instrução chegando ao seu fim, com o interrogatório do requerido agendado para o dia 04.11.2014. Não há dúvidas quanto à necessidade da prorrogação do prazo de conclusão do processo, por mais 90 (noventa) dias.

2. Foram juntados aos autos documentos que indicam o cometimento de supostas novas infrações disciplinares por parte do requerido. A presença do membro amedronta os membros e servidores da instituição, gera prejuízo ao regular exercício do múnus ministerial e descrédito à imagem do Ministério Público do Estado do Maranhão.

4. Prorrogação do PAD e prorrogação do afastamento cautelar.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, à unanimidade, em prorrogar o PAD e o afastamento cautelar de membro do Ministério Público do Estado do Maranhão, por 90 (noventa) dias, nos termos do voto do Relator.

CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃOS DE 6 DE OUTUBRO DE 2014

REPRESENTAÇÃO POR INÉRCIA OU POR EXCESSO DE PRAZO - RIEP N.º 0.00.000.000129/2014-21
RELATOR: CONSELHEIRO JARBAS SOARES JÚNIOR
REQUERENTE: CLAYTON JOSÉ FRANCO BRANDÃO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
EMENTA REPRESENTAÇÃO POR INÉRCIA OU POR EXCESSO DE PRAZO. NOTÍCIA DE INÉRCIA DO MP/RS EM APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NA EFETIVAÇÃO, POR FORÇA DE LEI E SEM A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, DE SERVIDORES COMISSIONADOS NO QUADRO DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. IMPROCEDÊNCIA. DEMONSTRAÇÃO DE ATUAÇÃO NA APURAÇÃO DOS FATOS E REGLUAR DECISÃO DO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. PROCEDIMENTOS INTERNOS INSTAURADOS E ARQUIVADOS. INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL DO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. REPRESENTAÇÃO ARQUIVADA.

1. Pretendia-se, in casu, a averiguação de possível inércia do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul em apurar notícia de que cargos comissionados do quadro da Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre/RJ teriam sido transformados, por força de lei e sem a realização de concurso público, em cargos efetivos de Procurador Municipal.

2. Os documentos carreados aos autos demonstram a atuação satisfatória do órgão do Ministério Público estadual, que instaurou não apenas procedimento interno para a analisar a constitucionalidade da lei municipal transformadora dos cargos, como também dois Inquéritos Civis. Embora todos eles tenham sido arquivados, com regular homologação pelo Conselho Superior daquele Parquet, tal entendimento está albergado pela independência funcional de que goza o Órgão ministerial, não cabendo a este Órgão de Controle adentrar no mérito de decisões desse calibre. Precedentes.

3. Atos relativos à atividade-fim do Ministério Público, desde que não incorram em inércia ou excesso de prazo, são, em tese, insuscetíveis de desconstituição ou revisão pelo Conselho Nacional do Ministério Público, em razão do Princípio da Independência Funcional.

4. Representação improcedente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em conhecer da presente Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo para julgá-la improcedente, nos termos do voto do relator.

JARBAS SOARES JÚNIOR
Conselheiro-Relator

RECURSO INTERNO NA RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR N.º 0.00.000.001674/2013-54
RELATOR: CONSELHEIRO JARBAS SOARES JÚNIOR
RECORRENTE: ÁLVARO BENTO DOS SANTOS
RECORRIDO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
EMENTA RECURSO INTERNO. RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR ARQUIVADA PELA CORREGEDORIA NACIONAL. PRELIMINAR. CONHECIMENTO. HOMENAGEM AO DIREITO DE PETIÇÃO. POSSIBILIDADE. MÉRITO. DECISÃO DE ARQUIVAMENTO COM ESPEQUE NA INEXISTENCIA DE INDICIOS DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR OU ILICITO PENAL POR MEMBRO DO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SERGIPE, ALÉM DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. DECISÃO MANTIDA.

1. Embora não se vislumbre restrição de direito ou prerrogativa, determinação de conduta ou anulação de ato ou decisão, nos termos do Regimento Interno deste Órgão de Controle, em prestígio ao direito de petição, admite-se o conhecimento de recurso interno interposto contra a decisão do Corregedor Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar, sob o fundamento de inexistência de indícios mínimos de infração disciplinar ou ilícito penal e porque, ainda que configurada a falta funcional, estaria a pretensão punitiva disciplinar fulminada pela prescrição, conforme prazo estabelecido na Lei Orgânica do Parquet estadual.

2. Ao reexame dos autos, constatou-se, como já amplamente rechaçado pelo pelos órgãos judiciais, que o recorrido foi regularmente designado pelo Procurador-Geral de Justiça para compor força-tarefa e atuar também perante a Justiça Eleitoral no Município de Canindé de São Francisco/SE, não estando eivada de nulidade a denúncia que formulara em desfavor do recorrente pela prática de crimes previstos nos Códigos Penal e Eleitoral e pelos quais restara condenado posteriormente.

3. A designação sucessiva e alternada de Promotores de Justiça para atuar em determinada Comarca durante certo período, assim como a criação de força-tarefa, é perfeitamente razoável e plausível na dinâmica do Ministério Público, não ferindo o princípio do Promotor Natural, quando notório que a reiteração de crimes contra a vida e a administração pública na Região demonstram existir ali uma complexa organização criminosa, que não respeita os poderes instituídos, demandando ação especializada do Ministério Público, garantida a incolumidade de seus membros.

4. Assim, os fatos não constituem descumprimento dos deveres funcionais pelo recorrido nem merecem maiores esclarecimentos. Caso, em tese, isso fosse sustentável, ainda assim, eventual consequência da ilegalidade no ato designatório recairia a quem designou, não ao designado, que, por questões óbvias, do ato de designação não participou.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5. Ademais, ainda que comprovada a prática das infrações disciplinares imputadas ao recorrido no exercício de funções eleitorais, o que não é o caso, estaria a pretensão punitiva fulminada pela prescrição, a teor do disposto no art. 135, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Sergipe.

6. Recurso Interno conhecido e improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em conhecer do presente Recurso Interno, para desprovê-lo, nos termos do voto do relator.

JARBAS SOARES JÚNIOR
Conselheiro-Relator

DECISÕES DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

PROCESSO Nº 0.00.000.000769/2011-99 (PIC)
REQUERENTE: COMISSÃO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

DECISÃO

Acolho o parecer exarado pelo membro auxiliar da CIJ-Comissão da Infância e Juventude de fls. 1156, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 43, "b", do RICNMP. Publique-se.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Presidente da Comissão de Infância e Juventude

PROCESSO: RIEP Nº 0.00.000.001457/2014-45
RELATOR: Conselheiro Antônio Pereira Duarte
REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público
REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Pernambuco

DECISÃO

(...)

Diante do exposto, constatada a regularidade da atuação da Promotora de Justiça Isabela Rodrigues Bandeira Carneiro Leão e diante da comprovada movimentação dos procedimentos objeto da presente RIEP, determino o arquivamento dos autos pela perda de seu objeto, com fundamento no art. 43, inciso IX, alínea "b", do RICNMP.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
Conselheiro-Relator

REPRESENTAÇÃO POR INÉRCIA OU POR EXCESSO DE PRAZO Nº 0.00.000.000327/2014-95
RELATOR: CONSELHEIRO LEONARDO DE FARIAS DUARTE
REQUERENTE: CLÓVIS LUIZ MINIGORI
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE TOCANTINS

DECISÃO

(...)

Por todas essas razões, julgo improcedente o pedido, dada a sua manifesta improcedência, com fundamento no art. 43, IX, "b", do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

Fluído in albis o prazo recursal, arquivem-se os autos.

LEONARDO DE FARIAS DUARTE
Conselheiro-Relator

CONS Nº 0.00.000.001431/2014-05
CONSULENTE: JOSÉ GILDERLAN LINS
RELATOR: CONSELHEIRO WALTER DE AGRA JÚNIOR

DECISÃO

(...)

Pelo exposto, ausente a legitimidade do requerente para formular a presente consulta, determino o arquivamento deste procedimento, fundamentado no art. 43, IX, "b", do RICNMP.

Intime-se o requerente, nos termos do art. 41, §1º, inc. III, do RICNMP. Publique-se e, após o trânsito em julgado, arquive-se.

WALTER DE AGRA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

RIEP Nº 0.00.000.001508/2014-39
REQUERENTE: SERVIDORES
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
RELATOR: WALTER AGRA

DECISÃO

(...) Diante do exposto, não conheço da presente Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo, nos termos do artigo 43, IX, "a"1, do RICNMP, com seu consequente arquivamento.

Publique-se.

WALTER DE AGRA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

ACD Nº 0.00.000.001093/2012-31
REQUERENTE: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
RELATOR: CONSELHEIRO WALTER DE AGRA JÚNIOR

DECISÃO

(...)

Pelo exposto, considerando-se as informações prestadas pelo Ministério Público do Trabalho, determino o arquivamento do presente pedido de providências, nos termos do art. 43, IX, "b", do RICNMP, sem prejuízo de eventual reanálise do caso, se necessário.

Intimem-se as partes, nos termos do art. 41, § 1º, incisos III1, do RICNMP.

WALTER DE AGRA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

DESPACHO DO CONSELHEIRO-RELATOR
Em 3 de novembro de 2014

PP Nº 0.00.000.000962/2014-72
REQUERENTE: MARCELO MANOEL DOS SANTOS
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATOR: CONSELHEIRO WALTER DE AGRA JÚNIOR

DESPACHO

(...)

Ante o exposto, exaurida a competência deste Conselho decorrente do trânsito em julgado do presente procedimento, encaminhe os autos à COAD para intimação do requerente, nos termos do art. 41, §1º, inc. III1, do RICNMP e, após, arquivamento definitivo do feito, SEM POSSIBILIDADE DE RETORNO A ESTE RELATOR OU A QUALQUER OUTRO, EM SE TRATANDO DOS MESMOS FATOS.

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 686, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, em conformidade com as disposições do Art. 91, inciso XXI, da Lei Complementar n° 75/93, e com a competência delegada pela Portaria PGR n° 308, de 28.5.1996, publicada na Seção 2 do DOU de 30.5.1996, resolve:

Alterar a Portaria nº 559, de 30.11.2007, publicada no DOU nº 232, de 4.12.2007, Seção 1, página 108, no que se refere à Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região, que passará a ter a seguinte redação:

Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região - Rio Grande do Sul

Sede	Ofícios	Área de Abrangência
Porto Alegre		Porto Alegre e municípios não abrangidos pelos Ofícios de Passo Fundo, Santa Maria, Pelotas, Santo Ângelo, Uruguaiana, Caxias do Sul, Santa Cruz do Sul e Novo Hamburgo
	Caxias do Sul	André da Rocha, Antônio Prado, Barracão, Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul, Bom Jesus, Cacique Doble, Cambará do Sul, Campestre da Serra, Canela, Capão Bonito do Sul, Carlos Barbosa, Caseiros, Caxias do Sul, Ciríaco, Coronel Pilar, Cotiporã, David Canabarro, Dois Lajeados, Esmeralda, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Guabiju, Ibiaçá, Ibiraiaras, Ipê, Jaquirana, Lagoa Vermelha, Machadinho, Maximiliano de Almeida, Monte Belo do Sul, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Muliterno, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Parai, Paim Filho, Pinhal da Serra, Pinto Bandeira, Protásio Alves, Sananduva, Santa Tereza, Santo Expedito do Sul, São Francisco de Paula, São Jorge, São João da Urtiga, São José dos Ausentes, São José do Ouro, São Marcos, São Valentim do Sul, Tupanci do Sul, Vacaria, Veranópolis, Vila Flores, Vista Alegre do Prata
	Novo Hamburgo	Alto Feliz, Araricá, Bom Princípio, Campo Bom, Capela de Santana, Dois Irmãos, Estância Velha, Feliz, Igrejinha, Ivoti, Lindolfo Collor, Linha Nova, Morro Reuter, Novo Hamburgo, Novo Hartz, Parobé, Picada Café, Portão, Presidente Lucena, Riozinho, Rolante, Santa Maria do Herval, São José do Hortêncio, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Sapiranga, Taquara, Três Coroas, Tupandi, Vale Real
	Passo Fundo	Almirante Tamandaré do Sul, Água Santa, Alpestre, Alto Alegre, Ametista do Sul, Aratiba, Arvorezinha, Áurea, Barão do Cotegipe, Barra do Rio Azul, Barra Funda, Barros Cassal, Benjamin Constant do Sul, Boa Vista das Missões, Caiçara, Camargo, Campinas do Sul, Campos Borges, Carazinho, Carlos Gomes, Casca, Centenário, Cerro Grande, Chapada, Charrua, Colorado, Constantina, Coqueiros do Sul, Coxilha, Cristal do Sul, Cruzaltense, Dois Irmãos das Missões, Engenho Velho, Entre Rios do Sul, Erebango, Ernestina, Erechim, Erval Grande, Erval Seco, Espumoso, Estação, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Fontoura Xavier, Frederico Westphalen, Gaurama, Gentil, Getúlio Vargas, Gramado dos Loureiros, Gramado Xavier, Ibirapuitã, Ipiranga do Sul, Irai, Itapuca, Itatiba do Sul, Jaboticaba, Jacuizinho, Jacutinga, Lagoa dos Três Cantos, Lagoão, Lajeado do Bugre, Liberato Salzano, Marau, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Mato
		Castelhano, Montauri, Mormaço, Não-Me-Toque, Nicolau Vergueiro, Nonoai, Nova Alvorada, Nova Boa Vista, Novo Barreiro, Novo Tiradentes, Novo Xingu, Palmeira das Missões, Palmitinho, Passo Fundo, Paulo Bento, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Planalto, Ponte Preta, Pontão, Pouso Novo, Quatro Irmãos, Rio dos Índios, Rodeio Bonito, Ronda Alta, Rondinha, Sagrada Família, Salto do Jacuí, Santa Cecília do Sul, Santo Antônio do Palma, Santo Antônio do Planalto, São Domingos do Sul, São José das Missões, São José do Herval, São Pedro das Missões, São Valentim, Sarandi, Seberi, Selbach, Serafina Corrêa, Sertão, Severiano de Almeida, Soledade, Tapejara, Tapera, Taquaruçu do Sul, Tio Hugo, Três Arroios, Três Palmeiras, Trindade do Sul, Tunas, Vanini, Viadutos, Vicente Dutra, Vila Lângaro, Vila Maria, Vista Alegre, Victor Graeff
	Pelotas	Aceguá, Amaral Ferrador, Arambaré, Arroio do Padre, Arroio Grande, Bagé, Camaquã, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Cerro Grande do Sul, Chuí, Chuvisca, Cristal, Dom Feliciano, Dom Pedrito, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Lavras do Sul, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Sentinela do Sul, Tapes, Turuçu
	Santa Cruz do Sul	Anta Gorda, Arroio do Meio, Arroio do Tigre, Arroio dos Ratos, Barão, Barão do Triunfo, Bom Retiro do Sul, Boqueirão do Leão, Brochier, Butiá, Candelária, Canudos do Vale, Capitão, Charqueadas, Colinas, Coqueiro Baixo, Cruzeiro do Sul, Doutor Ricardo, Encantado, Encruzilhada do Sul, Estrela, Estrela Velha, Fazenda Vilanova, Forquetinha, General Câmara, Guaporé, Harmonia, Herveiras, Ibarama, Ilópolis, Imigrante, Lagoa Bonita do Sul, Lajeado, Maratá, Marques de Souza, Mato Leitão, Minas do Leão, Montenegro, Muçum, Nova Bréscia, Pantano Grande, Pareci Novo, Passa Sete, Passo do Sobrado, Paverama, Poço das Antas, Progresso, Putinga, Relvado, Rio Pardo, Roca
		Sales, Salvador do Sul, Santa Clara do Sul, Santa Cruz do Sul, São Jerônimo, São José do Sul, São Pedro da Serra, Segredo, Sério, Sinimbu, Sobradinho, Tabaí, Taquari, Teutônia, Travesseiro, Triunfo, União da Serra, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires, Vera Cruz, Vespasiano Corrêa, Westfalia
	Santa Maria	Agudo, Bossoroca, Caçapava do Sul, Cacequi, Cachoeira do Sul, Capão do Cipó, Cerro Branco, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Itacurubi, Ivorá, Jaguari, Jarí, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Novo Cabrais, Paraíso do Sul, Pinhal Grande, Quevedos, Restinga Seca, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santa Maria, Santana da Boa Vista, Santiago, São Francisco de Assis, São Gabriel, São João do Polésine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Silveira Martins, Toropi, Unistalda, Vila Nova do Sul
	Santo Ângelo	Ajuricaba, Alecrim, Alegria, Augusto Pestana, Barra do Guarita, Boa Vista do Buricá, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Bom Progresso, Bozano, Braga, Caibaté, Campinas das Missões, Campo Novo, Cândido Godoi, Catuípe, Cerro Largo, Chiapeta, Condor, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Criciumal, Cruz Alta, Derrubadas, Dezesseis de Novembro, Doutor Maurício Cardoso, Entre Ijuís, Esperança do Sul, Eugênio de Castro, Fortaleza dos Valos, Giruá, Guarani das Missões, Horizontina, Humaitá, Ibirubá, Ijuí, Independência, Inhacora, Jóia, Mato Queimado, Miraguai, Nova Candelária, Nova Ramada, Novo Machado, Panambi, Pejuçara, Pirapó, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Porto
		Xavier, Quinze de Novembro, Redentora, Rolador, Roque González, Saldanha Marinho, Salvador das Missões, Santa Bárbara do Sul, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Augusto, Santo Cristo, São José do Inhacorá, São Luiz Gonzaga, São Martinho, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, São Valério do Sul, Sede Nova, Senador Salgado Filho, Sete de Setembro, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três de Maio, Três Passos, Tucunduva, Tupanciretã, Tuparendi, Ubiretama, Vista Gaúcha, Vitória das Missões
	Uruguaiana	Alegrete, Barra do Quaraí, Garruchos, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Sant'Ana do Livramento, Santo Antônio das Missões, São Borja, Uruguaiana

LUÍS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 687, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, em conformidade com as disposições do Art. 91, inciso XXI, da Lei Complementar n° 75/93, e com a competência delegada pela Portaria PGR n° 308, de 28.5.1996, publicada na Seção 2 do DOU de 30.5.1996, RESOLVE:

Alterar a Portaria nº 351, de 10.9.2009, publicada no DOU nº 175, de 14.9.2009, Seção 1, página 69, no que se refere à Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região, que passará a ter a seguinte redação:

Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região - Pernambuco

Sede	PTMs	Área de Abrangência
Recife		Recife e municípios não abrangidos pelas Procuradorias do Trabalho nos Municípios de Petrolina e Caruaru
	Petrolina	Afrânio Araripina, Belém de São Francisco, Bodocó, Cabrobó, Carnaubeira da Penha, Cedro, Dormentes, Exu, Floresta, Granito, Inajá, Ipubi, Itacuruba, Jatobá, Lagoa Grande, Manari, Mirandiba, Moreilândia, Ouricuri, Orocó, Parnamirim, Petrolândia, Petrolina, Salgueiro, Santa Cruz, Santa Filomena, Santa Maria da Boa Vista, São José do Belmonte, Serrita, Tacaratu, Terra Nova, Trindade, Verdejante
	Caruaru	Afogados da Ingazeira, Agrestina, Águas Belas, Alagoinha, Altinho, Angelim, Arcoverde, Barra de Guabiraba, Belo Jardim, Belém de Maria, Betânia, Bezerros, Bom Conselho, Bom Jardim, Bonito, Brejão, Brejinho, Brejo da Madre de Deus, Buíque, Cachoeirinha, Caetés, Calçado, Calumbi, Camocim de São Félix, Carnaíba, Caruaru, Catende, Canhotinho, Capoeiras, Casinhas, Correntes, Cumaru, Cupira, Custódia, Feira Nova, Flores, Frei Miguelinho, Garanhuns, Iati, Ibimirim, Ibirajuba, Iguaraci, Ingazeira, Itaíba, Itapetim, Jataúba, João Alfredo, Jucati, Jaqueira, Jupi, Jurema, Lagoa do Ouro, Lagoa dos Gatos, Lajedo, Limoeiro, Machados, Maraial, Orobó, Palmerina, Panelas, Paranatama, Passira, Pedra, Pesqueira, Poção, Quipapá, Quixaba, Riacho das Almas, Sairé, Salgadinho, Saloá, Sanharó, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Cruz do Capibaribe, Santa Maria do Cambucá, Santa Terezinha, São Benedito do Sul, São Bento do Una, São Caetano, São João, São Joaquim do Monte, São José do Egito, Serra Talhada, Sertânia, Solidão, Surubim, Tabira, Tacaimbó, Taquaritinga do Norte, Terezinha, Toritama, Triunfo, Tupanatinga, Tuparetama, Venturosa, Vertente do Lério, Vertentes

LUÍS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 229, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, através da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE NITERÓI, situado na Rua Visconde do Uruguai nº 535 / 8º Andar, Centro, no município de Niterói/RJ, CEP 24.030-077, com fulcro no artigo 127 e artigo 129, inciso III e VI da Constituição Federal c/c artigo 6º, inciso VII, artigo 8º e artigo 84, inciso II da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 c/c Resolução nº 69, de 12 de dezembro de 2007, VEM INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, pelos fatos e fundamentos a seguir expendidos:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 127, caput, estabelece que "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 129, inciso III, estabelece que é função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 estabelece que "O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícia, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis";

CONSIDERANDO que o artigo 83, inciso III da Lei Complementar nº 75/93 declara a legitimidade do Ministério Público, para "promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos";

CONSIDERANDO que o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93 estabelece que "Incumbe ao Ministério Público do Trabalho, no âmbito das suas atribuições, exercer as funções institucionais previstas nos Capítulos I, II, III e IV do Título I, especialmente instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores";

CONSIDERANDO que o artigo 6º, inciso VII Lei Complementar nº 75/93 estabelece que compete ao Ministério Público da União "promover o inquérito civil e a ação civil pública";

CONSIDERANDO que o Ministério Público é órgão de natureza constitucional que tem por missão institucional assegurar a efetividade dos direitos humanos fundamentais;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO tem por missão defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e para a concretização dos ideais democráticos e da cidadania;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO foi concebido constitucionalmente como instituição indispensável para a garantia dos interesses sociais, da cidadania e do regime democrático;

CONSIDERANDO que ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO incumbe a defesa da ordem jurídica trabalhista e dos direitos sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO tem a atribuição institucional de promover a defesa social dos direitos fundamentais da pessoa humana do trabalhador;

CONSIDERANDO que o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana está consagrado em nosso ordenamento jurídico constitucional como fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do artigo 1º, inciso III da Carta Política, fazendo da pessoa fundamento e fim da sociedade e do Estado;

CONSIDERANDO que os fatos relatados no bojo do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 000247.2014.01.006/3-602 ensejaram a instauração do presente procedimento investigatório em face da empresa ORGANIZAÇÃO REDE ELÉTRICA ITAÚNA LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 02.890.979/0001-46, com a finalidade de apurar irregularidades atinentes ao descumprindo de normas trabalhistas relacionadas a fraudes para descaracterizar a relação de emprego (03.01.02. desvirtuamento da condição de autônomo);

CONSIDERANDO que versando a matéria tratada nos presentes autos sobre o descumprimento de normas trabalhistas que asseguram patamar civilizatório mínimo ao indivíduo que labora, revestidas de indisponibilidade absoluta, imperiosa se revela realização de ação fiscal no âmbito da investigada pelo Ministério do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro, a fim de averiguar o grau de observância da legislação trabalhista pela empregadora quanto ao fiel cumprimento dos atributos relacionados a fraudes para descaracterizar a relação de emprego (03.01.02. desvirtuamento da condição de autônomo);

CONSIDERANDO que o artigo 21, inciso XXIV da Lei Fundamental da República estabelece que a União é competente para "organizar, manter e executar a inspeção do trabalho";

CONSIDERANDO que o artigo 626 da Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que "incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, ou àqueles que exercem funções delegadas, a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho";

CONSIDERANDO que a fiscalização já foi solicitada por este MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no caso dos autos, conforme se infere da documentação de fls. 20;

CONSIDERANDO que a Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Niterói ainda não deu atendimento à requisição ministerial consubstanciada no OFÍCIO/PRT1ª REGIÃO/PTM NITERÓI 602/Nº 6455/2014, de 07/08/2014, no qual foi solicitada "prioridade na realização de inspeção do trabalho no âmbito das empresas indicadas na planilha em anexo, com a posterior remessa de Relatório de Fiscalização, bem como de Autos de Infração, se houver, tudo visando o cumprimento dos prazos previstos na Resolução nº 23, de 17/09/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e da Resolução nº 69, de 12/12/2007, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho", às fls. 28/29;

CONSIDERANDO que as dificuldades e a escassez de recursos humanos na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro prejudicam, como sabido, o pronto atendimento das requisições de ação fiscal emanadas deste Parquet laboral;

CONSIDERANDO que diante desta situação fática o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO deve levar em conta o bom senso e a discricionariedade na tratativa das prioridades do órgão administrativo encarregado dessa tarefa valorosa que é a inspeção do trabalho;

CONSIDERANDO que a empresa que descumpre a legislação trabalhista pode vir a ser autuada pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, bem como, se persistir na irregularidade, ser demandada judicialmente pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO;

CONSIDERANDO que incumbe ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, nos termos do artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que no caso tratado nos presentes autos há necessidade de continuação e aprofundamento das investigações pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO para apuração mais pormenorizada dos atos ilegítimos e irregulares denunciados por ofensa ao ordenamento jurídico pátrio; resolve:

Com espeque no artigo 8º, § 1º da Lei Complementar nº 75/93 e no artigo 9º da Resolução nº 69, de 12 de dezembro de 2007, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, INSTAURAR O INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 000247.2014.01.006/3-602 em face da empresa ORGANIZAÇÃO REDE ELÉTRICA ITAÚNA LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 02.890.979/0001-46, adotando-se para tanto as seguintes providências:

A designação da servidora Susana da Silveira Mulin, ocupante do cargo de Analista Processual, lotada na Procuradoria do Trabalho no Município de Niterói, para funcionar como secretária do presente inquérito civil

ÉRICA BONFANTE DE ALMEIDA TESSAROLLO
Procuradora do Trabalho

PORTARIA Nº 230, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, através da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE NITERÓI, situado na Rua Visconde do Uruguai nº 353 / 8º Andar, Centro, no município de Niterói/RJ, CEP 24.030-077, com fulcro no artigo 127 e artigo 129, inciso III e VI da Constituição Federal c/c artigo 6º, inciso VII, artigo 8º e artigo 84, inciso II da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 c/c Resolução nº 69, de 12 de dezembro de 2007, VEM INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, pelos fatos e fundamentos a seguir expendidos:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 127, caput, estabelece que "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 129, inciso III, estabelece que é função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 estabelece que "O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícia, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis";

CONSIDERANDO que o artigo 83, inciso III da Lei Complementar nº 75/93 declara a legitimidade do Ministério Público, para "promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos";

CONSIDERANDO que o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93 estabelece que "Incumbe ao Ministério Público do Trabalho, no âmbito das suas atribuições, exercer as funções institucionais previstas nos Capítulos I, II, III e IV do Título I, especialmente instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores";

CONSIDERANDO que o artigo 6º, inciso VII Lei Complementar nº 75/93 estabelece que compete ao Ministério Público da União "promover o inquérito civil e a ação civil pública";

CONSIDERANDO que o Ministério Público é órgão de natureza constitucional que tem por missão institucional assegurar a efetividade dos direitos humanos fundamentais;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO tem por missão defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e para a concretização dos ideais democráticos e da cidadania;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO foi concebido constitucionalmente como instituição indispensável para a garantia dos interesses sociais, da cidadania e do regime democrático;

CONSIDERANDO que ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO incumbe a defesa da ordem jurídica trabalhista e dos direitos sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO tem a atribuição institucional de promover a defesa social dos direitos fundamentais da pessoa humana do trabalhador;

CONSIDERANDO que o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana está consagrado em nosso ordenamento jurídico constitucional como fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do artigo 1º, inciso III da Carta Política, fazendo da pessoa fundamento e fim da sociedade e do Estado;

CONSIDERANDO que os fatos relatados no bojo da Notícia de Fato nº 000257.2014.01.006/0-602 ensejaram a instauração do presente procedimento investigatório em face da empresa POSTO MAC - HERO LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 04.761.642/0001-64, com a finalidade de apurar irregularidades atinentes ao descumprimento de normas trabalhistas de proteção à pessoa humana do indivíduo que labora relacionadas aos atributos: "Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho"; "EPI e EPC - Equipamentos de Proteção Individual ou Coletiva"; "PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional"; "PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais" e "Embaraço à Fisca-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL
IMPRENSA NACIONAL

lização do Trabalho";

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO objetiva no caso em tela o restabelecimento da ordem jurídica violada, mediante o cumprimento de normas mínimas revestidas de indisponibilidade absoluta, relacionadas aos atributos: "Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho"; "EPI e EPC - Equipamentos de Proteção Individual ou Coletiva"; "PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional"; "PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais" e "Embaraço à Fiscalização do Trabalho";

CONSIDERANDO que a empresa que descumpre a legislação trabalhista pode vir a ser autuada pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, bem como, se persistir na irregularidade, ser demandada judicialmente pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO;

CONSIDERANDO que o artigo 21, inciso XXIV da Lei Fundamental da República estabelece que a União é competente para "organizar, manter e executar a inspeção do trabalho";

CONSIDERANDO que o artigo 626 da Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que "incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, ou àqueles que exercem funções delegadas, a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho";

CONSIDERANDO que a GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM NITERÓI deu atendimento à requisição ministerial consubstanciada no OFÍCIO PRT 1ª REGIÃO/PTM NITERÓI 602/nº 3320/2014, de fls. 24, expedido em atendimento ao item "1" da Apreciação Prévia de fls.15/23, através do SEINT/GRTE/Niterói/OFÍCIO Nº 194, de fls. 38, do qual se extrai que foi empreendida ação fiscal no âmbito da empresa investigada - POSTO MAC - HERO LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 04.761.642/0001-64, oportunidade em que foram lavrados 05 (cinco) Autos de Infração pela autoridade fiscal por "Deixar de garantir a elaboração e efetiva implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional" (Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 7.3.1, alínea "a", da NR-7, com redação da Portaria nº 24/1994); por "Utilizar equipamento de proteção individual no âmbito do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais sem efetuar a seleção do equipamento adequado tecnicamente ao risco a que o trabalhador está exposto e à atividade exercida e/ou desconsiderando a eficiência necessária para o controle da exposição ao risco e o conforto oferecido segundo avaliação do trabalhador usuário" (Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 9.3.5.5, alínea "a", da NR-9, com redação da Portaria nº 25/1994); por "Deixar de fornecer água potável em todos os locais de trabalho ou fornecer água potável em condições não higiênicas ou permitir o que de recipientes coletivos para o consumo de água ou deixar de disponibilizar bebedouros de jato inclinado e guarda protetora ou manter dispositivo de fornecimento de água potável em pias ou lavatórios ou fornecer bebedouros em proporção inferior a uma unidade para cada 50 empregados" (Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 24.7.1 da NR-24, com redação da Portaria nº 3.214/1978); por "Deixar de oferecer aos empregados condições de conforto e higiene que garantam refeições adequadas por ocasião dos intervalos previstos na jornada de trabalho" (Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 24.6.1 da NR-24, com redação da Portaria nº 13/1993) e por "Deixar de prestar ao AFT os esclarecimentos necessários ao desempenho de suas atribuições legais" (Art. 630, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho)conforme se infere dos documentos de fls. 39/44.

CONSIDERANDO que houve a designação de Audiência Administrativa para o dia 15/01/2015 às 15:00 horas, para firmar Termo de Ajustamento de Conduta perante a Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região - Procuradoria do Trabalho no Município de Niterói, visando à composição extrajudicial da controvérsia travada nos presentes autos, conforme Despachos de fls. 46/55 e de fls. 58;

CONSIDERANDO que incumbe ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, nos termos do artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que no caso tratado nos presentes autos há necessidade de continuação e aprofundamento das investigações pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO para apuração mais pormenorizada dos atos ilegítimos e irregulares denunciados por ofensa ao ordenamento jurídico pátrio; resolve:

Com espeque no artigo 8º, § 1º da Lei Complementar nº 75/93 e no artigo 9º da Resolução nº 69, de 12 de dezembro de 2007, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, INSTAURAR O INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 000257.2014.01.006/0-602 em face da empresa POSTO MAC - HERO LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 04.761.642/0001-64, adotando-se para tanto as seguintes providências

A designação da servidora Susana da Silveira Mulin, ocupante do cargo de Analista Processual, lotada na Procuradoria do Trabalho no Município de Niterói, para funcionar como secretária do presente inquérito civil;

ÉRICA BONFANTE DE ALMEIDA TESSAROLLO
Procuradora do Trabalho

PORTARIA Nº 231, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, por intermédio da Procuradora do Trabalho que subscreve este ato, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o teor dos fatos relatados no(a) Notícia de Fato nº 000731.2014.01.006/9 - 602, autuado(a) com a finalidade de apurar irregularidades quanto ao(s) seguinte(s) objeto(s): Temas: 01. - Meio Ambiente do Trabalho,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

I- Instaurar o Inquérito Civil nº 000731.2014.01.006/9 - 602, em face de COLÔNIA DE PESCADORES Z-8/RJ (NITERÓI E SÃO GONÇALO), CPF/CNPJ nº 30.169.783/0001-00 ;

II - Presidirá o inquérito a Procuradora do Trabalho, Erica Bonfante de Almeida Tessarollo, que poderá ser secretariada pela servidora Susana da Silveira Mulin .

ERICA BONFANTE DE ALMEIDA TESSAROLLO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 626, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1º) a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2º) os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3º) os direitos e garantias fundamentais previstos no Titulo II da CF;

4º) a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdade regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5º) a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6º) o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7º) notícia de fato apresentada na PRT20/SE pelo SINDICATO UNIFICADO DOS TRABALHADORES PETROLEIROS, PETROQUÍMICOS, QUÍMICOS E PLÁSTICOS DOS ESTADOS DE ALAGOAS E SERGIPE - SINDIPETRO AL/SE (CNPJ 12.318.549/0001-08), autuada sob o número 000174.2014.20.000/4, bem como as peças de informação que a acompanham;

8º) o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a IRREGULARIDADES NA JORNADA DE TRABALHO e IRREGULARIDADES REMUNERATÓRIAS; e, por fim,

9º) ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127),

resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de BORETS-WEATHERFORD DO BRASIL LTDA. (CNPJ 07.035.044/0004-49, localizada na Avenida dos Petroleiros, s/n, Galpão 1, Bairro Santa Bárbara II, Carmópolis/SE, CEP 49740-000). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume. Publique-se.

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

PORTARIA Nº 11, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 2ª PROREG, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Instaurar Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.212947/14-81, que tem como interessados a Administração Regional de Taguatinga-DF, Móveis German Indústria e Comércio Hotéis e Turismo, Gaba Incorporadora, MG Construtora, Casa Forte Construções e Transportes e Multiwork Construtora, a fim da apurar possíveis ilegalidades em procedimento licitatório da Administração Regional de Taguatinga para contratação de empresa para realização de obra de execução de meios-fios nos Setores M Norte, Sagoca, F Sul e QS 03 Sul em Taguatinga, DF.

JULIANA FERRAZ DA ROCHA SANTILLI

PORTARIA Nº 12, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 2ª PROREG, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Instaurar Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.212948/14-24, que tem como interessados a Administração Regional de Taguatinga-DF, HR Engenharia e Empreendimentos Imobiliários, BSK Engenharia, Fontenele Construtora e Comércio de Materiais para Construção e ITA Construtora, a fim da apurar possíveis ilegalidades em procedimento licitatório da Administração Regional de Taguatinga para contratação de empresa para realização de obra de construção de quadra de esportes e parque infantil na Praça 310-A, QS 05 em Taguatinga, DF.

JULIANA FERRAZ DA ROCHA SANTILLI

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 40, DE 15 DE OUTUBRO DE 2014
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Augusto Nardes
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretária do Plenário: AUFC Marcia Paula Sartori

À hora regimental, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas, dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir a Ministra Ana Arraes), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira e do Representante do Ministério Público, Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin. Ausentes a Ministra Ana Arraes, para tratamento de saúde, e o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata nº 39, referente à sessão ordinária realizada em 8 de outubro de 2014.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos desta ata, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet (www.tcu.gov.br).

COMUNICAÇÕES

Da Presidência:

Apresentação do programa comemorativo do aniversário de 124 anos do TCU; e

Eleição do TCU como a Melhor Instituição Pública Para Trabalhar, pela 18ª edição do "Guia Você S/A - As Melhores Empresas Para Você Trabalhar 2014", da Editora Abril. (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Os Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz externaram sua satisfação com a premiação e parabenizaram a Presidência pelo êxito.

Do Ministro Aroldo Cedraz: (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Apresentação da segunda edição da Cartilha "O TCU e as Olimpíadas de 2016";

Jornada a instituições dos Estados Unidos a fim de identificar boas práticas aplicáveis ao controle externo e ao esforço de melhoria dos serviços públicos, responsabilidades essenciais deste Tribunal.

Do Ministro-Substituto Weder de Oliveira:

Participação da conferência técnica do Centro Interamericano de Administrações Tributárias - CIAT, dedicada ao tema "Otimização de recursos e processos nas administrações tributárias".

MEDIDAS CAUTELARES CONCEDIDAS (v. inteiro teor no Anexo II a esta Ata)

O Plenário referendou, nos termos do disposto no § 1º do art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal, a concessão de medidas cautelares exaradas nos autos dos processos nºs:

TC-025.822/2014-4, pelo Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, e comunicada pelo Presidente Augusto Nardes, para que o Sesi/SP se abstenha de executar o contrato destinado à construção de Escola Sesi em padrão vertical e teatro no Centro de Atividades Senador José Ermírio de Morais; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014110500066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Comercialização proibida por terceiros

TC-025.700/2014-6, pelo Ministro Benjamin Zymler, para que a Coordenadoria Estadual do Dnocs na Paraíba suspenda a execução do contrato relativo aos serviços de "Leiloeiro Oficial", para preparar, organizar e conduzir leilões públicos destinados à alienação de bens móveis inservíveis.

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência nº 9/2011, entre os dias 8 e 15 de outubro, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Recurso: 010.603/2003-3/R001
Recorrente: Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: JOSÉ JORGE

Recurso: 022.419/2005-1/R001
Recorrente: JANITO FLORES
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 001.331/2006-7/R001
Recorrente: Geraldo Antônio de Magalhães
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 021.881/2007-1/R003
Recorrente: Raul Zucatto
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 010.349/2009-5/R001
Recorrente: José Francisco da Silva
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: JOSÉ JORGE

Recurso: 019.101/2009-1/R002
Recorrente: Paulo Fernando Rodrigues de Souza
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 027.359/2009-7/R001
Recorrente: MARCOS ELAN ALVES DE ARAUJO
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 027.359/2009-7/R002
Recorrente: ALIANÇA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E TURISMO LTDA.
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 028.434/2010-2/R001
Recorrente: PAULO SOARES BUGARIN - Procurador-Geral
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 032.252/2010-2/R001
Recorrente: Martins Dias de Oliveira
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ JORGE

Recurso: 004.998/2011-1/R005
Recorrente: Célio Roberto Turino de Miranda
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 005.902/2011-8/R001
Recorrente: João Andrea Molinero Júnior
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 017.877/2011-3/R001
Recorrente: Zorbba Baependi da Rocha Igreja
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 017.877/2011-3/R002
Recorrente: Antonio José Castelo Branco Medeiros
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 017.877/2011-3/R003
Recorrente: Viviane Fernandes Faria
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 017.877/2011-3/R004
Recorrente: Maria Pereira da Silva Xavier
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 017.877/2011-3/R005
Recorrente: Wilson Gondim Cavalcanti Filho/Edson Alves de Andrade Filho
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 017.877/2011-3/R006
Recorrente: INSTITUTO CIVITAS - CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 036.754/2011-0/R001
Recorrente: EURIPEDES DE LIMA VIEIRA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 008.381/2012-7/R001
Recorrente: SUEO NUMAZAWA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 008.381/2012-7/R002
Recorrente: VP CONSTRUÇÕES LTDA. EPP
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 008.381/2012-7/R003
Recorrente: ANTONIO CARLOS NUNES GOUVEA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 017.375/2012-6/R002
Recorrente: IRAN ATAÍDE DE LIMA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ JORGE

Recurso: 032.980/2012-4/R001
Recorrente: JOANA SANDES BASTOS
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 036.410/2012-8/R002
Recorrente: Alexandre Rocha da Silva/Marcia Aparecida da Silva Prado
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 002.757/2013-3/R001
Recorrente: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 009.330/2013-5/R001
Recorrente: Marco Antônio Lacerda Brito
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 010.900/2013-6/R001
Recorrente: MINISTÉRIO DAS CIDADES (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 022.612/2013-0/R001
Recorrente: ILSON MEDEIROS DA NOBREGA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 029.387/2013-2/R001
Recorrente: AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 034.097/2013-9/R001
Recorrente: SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 000.665/2014-2/R001
Recorrente: Marinez Rodrigues de Oliveira
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ JORGE

Recurso: 001.197/2014-2/R001
Recorrente: LOKAL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 001.375/2014-8/R001
Recorrente: SERGIO VICTOR MENDES DE ALCANTARA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 006.667/2014-7/R001
Recorrente: VERA LUCIA DUARTE DO VALLE PEREIRA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 009.811/2014-1/R001
Recorrente: MARIA ROSA DE SOUZA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 016.759/2014-1/R001
Recorrente: INBRATERRESTRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE SEGURANÇA LTDA.
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Processo: 021.678/2014-6
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Conflito de Competência
Tipo do sorteio: Sorteio por Conflito de Competência
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 021.717/2013-3
Interessado: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A./CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A., CONSTRUTORA OAS LTDA/CONSTRUTORA OAS LTDA
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº TC-010.357/2011-4, relatado pelo Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, produziram sustentação oral os servidores Emerson Douglas Bonfim Macedo, em seu próprio nome, e Lucieni Pereira, em nome da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil, e o Dr. Rafaelo Abritta, em nome da União. O servidor Mauricio Ramos e Silva declinou de produzir sustentação oral em nome da Auditar.

Na apreciação do processo nº TC-018.099/2010-6, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, o Dr. Murilo Fraçari Roberto produziu sustentação oral em nome da Caixa Econômica Federal.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo nº TC-016.386/2001-0 (Ata nº 27/2014) e o Tribunal aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 2738.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo nº TC-006.981/2014-3, cujo relator é o Ministro José Jorge, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Bruno Dantas. Já votou o relator, no sentido de promover a oitiva da Petrobras, fixar prazo para que a empresa remeta informações sobre investimentos no Comperj, classificar peças como sigilosas e determinar a realização de fiscalizações com vistas a aprofundar o exame dos indícios de irregularidades. O relatório, o voto e a minuta de Acórdão constam do Anexo V desta Ata.

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº TC-025.242/2008-7, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Aroldo Cedraz.

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo nº TC-032.570/2013-9, relatado pelo Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição à Ministra Ana Arraes, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, convocado para substituir o Ministro Walton Alencar Rodrigues durante a sessão por conta do quórum exigido para apreciação deste processo. Já votou o relator, no sentido de conhecer da consulta e responder à autoridade consulente que é juridicamente possível a suplementação, por meio da lei orçamentária anual, das necessidades de despesa que eventualmente superem os limites previamente autorizados em tratado internacional, desde que, cumulativamente: o acordo tenha constituído obrigações de prestações recíprocas entre os partícipes; os recursos para realização das atividades a cargo do Brasil sejam integralmente orçamentários; os valores pactuados não sejam o principal do objeto avençado e constituam apenas meio para alcançar as finalidades pactuadas; a alteração orçamentária não importe em modificação do rol de atividades e nem dos produtos finais acertados; sejam observados, em qualquer caso, os princípios da razoabilidade, da motivação e do interesse público. O relatório, o voto e a minuta de Acórdão constam do Anexo V desta Ata.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-011.062/2014-2, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

TC-003.957/2014-4, TC-003.993/2014-0, TC-003.997/2013-8, TC-010.227/2013-0, TC-023.912/2014-6, TC-026.974/2011-8 e TC-046.949/2012-7, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-026.742/2011-0, cujo relator é o Ministro José Jorge;

TC-006.694/2013-6 e TC-034.062/2011-4, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

ATOS NORMATIVOS APROVADOS (Anexo III)

INSTRUÇÃO NORMATIVA TCU Nº 73 - "Altera a Instrução Normativa nº 59, de 12 de agosto de 2009."

DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 140 - "Dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão as contas de 2014 julgadas pelo Tribunal, especificando a forma, os prazos de entrega e os conteúdos das peças complementares que comporão os processos de contas desse exercício, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa TCU 63, de 1º de setembro de 2010."

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 2694 a 2727.

RELAÇÃO Nº 50/2014 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 2694/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o subitem 9.3 do Acórdão 2.146/2014-TCU - Plenário, onde se lê "*Fundo Nacional de Saúde*", leia-se "*Fundação Nacional de Saúde (Funasa)*", mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.797/2013-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 012.118/2010-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.2. Responsáveis: DJ Construções Ltda (03.592.746/0001-20); Fabiano Ribeiro dos Santos (012.726.174-59); José Antônio Vasconcelos da Costa (436.941.444-04); João Freitas de Souza (376.955.174-53); Robério Saraiva Grangeiro (040.131.404-97)
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada - PB
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 40/2014 - Plenário
Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária
RELAÇÃO Nº 49/2014 - Plenário
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 2695/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas do Sr. Marcos Bezerra Abbott Galvão (CPF 221.191.831-04), dando-lhe quitação plena; em mandar fazer a determinação especificada a seguir; e em encerrar o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.077/2013-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)
1.1. Responsável: Marcos Bezerra Abbott Galvão (221.191.831-04)
1.2. Entidade: Embaixada do Brasil Em Tóquio - MRE
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar à Secretaria de Controle Interno do MRE que, nos termos da Portaria-TCU 488/1998, encaminhe cópia do inteiro teor da decisão à Embaixada do Brasil em Tóquio.

ACÓRDÃO Nº 2696/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em dar quitação aos Srs. José Guimarães Cavalcante (CPF 064.284.012-15) e Marco Antônio Palha Palheta (CPF 168.131.702-87), ante o recolhimento integral da multa que lhes foi imputada por meio do Acórdão 100/2008-TCU-Plenário, Sessão de 30/1/2008, Ata nº 02/2008, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.746/2006-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsáveis: Alfredo Façanha de Oliveira (029.312.902-97); Ediléia Soares Pires (170.062.442-34); Edmilson Paulino de Lima (030.317.642-34); Jose Guimaraes Cavalcante (064.284.012-15); José Eduardo Brito Façanha (066.820.062-68); Marco Antonio Palha Palheta (168.131.702-87); Maria de Lourdes Santos da Silva (106.203.892-49)
1.2. Interessado: Secretaria de Contr. Externo No Amapá (00.414.607/0025-95)
1.3. Órgão/Entidade: 16º Distrito do Dnpm/ap - Mme
1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (SECEX-AP).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2697/2014 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, com fundamento nos artigos 1º, inciso XXIV, 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, em indeferir o requerimento de medida cautelar *inaudita altera pars* formulado pela representante, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para adoção da referida medida, e em considerar improcedente esta representação, dando-se ciência desta deliberação ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e à empresa representante, de acordo com os pareceres emitidos nos presentes autos.

1. Processo TC-025.386/2014-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2698/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerar prejudicado seu exame de mérito, por perda de objeto, e denegar, em consequência, a medida cautelar requerida, dando ciência a respeito à representante e autorizando o oportuno arquivamento dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no âmbito da unidade técnica competente:

1. Processo TC-025.911/2014-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessada: Autovel Serviços Automotivos Ltda. - ME (09.156.679/0001-87)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Diretoria Regional do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).
1.6. Advogada constituída nos autos: Paloma de Souza Sicsu, OAB/AM 7.186.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2699/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão PLENÁRIA, tendo em vista estes autos de processo de Representação formulada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

Considerando que, por meio do Acórdão 837/2014-TCU-Plenário, esta Corte proferiu decisão dirigida ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região;

Considerando-se que a relação processual estabeleceu-se com o órgão e não com seus servidores;

Considerando que não foram examinadas situações individuais, mas apenas irregularidade, em tese, de atos administrativos;

Considerando o posicionamento do Supremo Tribunal Federal na Reclamação 7000/DF, DJe nº 21, divulgado em 30/1/2009, rel. Ministra Ellen Gracie; na Reclamação 7096/MC-RJ, DJe nº 22, divulgado em 2/2/2009, rel. Ministro Celso de Mello e no MS 32540 MC/DF, julgado em 8.12.2013, rel. Ministro Marco Aurélio;

Considerando que, previamente à adoção das medidas corretivas determinadas, deverá ser instaurado processo administrativo no qual será assegurado aos servidores o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos do subitem 9.2.1 do Acórdão 837/2014-TCU-Plenário;

Considerando o posicionamento uniforme da Secretaria de Recursos e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União pelo não conhecimento do presente recurso;

Considerando, pois, a falta de legitimidade dos recorrentes;

Considerando que o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região já havia tomado ciência do Acórdão 837-Plenário, de 2.4.2014, em 9.5.2014 (ofício de peça 20);

Considerando que os recursos foram interpostos em 18.7.2014;

Considerando que, ainda que fosse reconhecida a condição de "interessado" dos servidores, os recursos seriam intempestivos, a teor do disposto no parágrafo único do art. 50 da Lei 5.869/1973 (Código de Processo Civil);

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso IV, alínea "b", do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer dos pedidos de reexame interpostos por Benedicta Savi e Marisa Aparecida Capriotti de Melo:

1. Processo TC-043.051/2012-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Recorrentes: Benedicta Savi (039.691.428-49); Marisa Aparecida Capriotti de Melo (009.225.038-69)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
1.7. Advogado constituído nos autos: César Rodolfo Sasso Lignelli (OAB 207.804).
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.8.1. dar ciência desta deliberação aos recorrentes, por meio de seu representante legal, e ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Ata n° 40/2014 - Plenário
Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária
RELAÇÃO Nº 26/2014 - Plenário
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 2700/2014 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 725/2014 - TCU - Plenário, prolatado na sessão de 26/3/2014, Ata 9/2014, relativamente ao item "3", de modo que onde se lê: "Silvany Borges Rib" e "Amynthas Machado Azevedo Filho", leia-se: "Silvany Borges Ribeiro" e "Amynthas Machado de Azevedo Filho"; bem como o item "9.1", de modo que onde se lê: "Amynthias Machado Azevedo Filho", leia-se: "Amynthas Machado de Azevedo Filho", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.858/2013-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Amynthas Machado de Azevedo Filho (015.319.878-85); Bruno Scaranni Filho (530.798.848-68); Silvany Borges Ribeiro (889.839.788-72); Vilson Roberto do Amaral (073.755.248-40)
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Sorocaba/SP
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
1.6. Advogado constituído nos autos: Alberto Alves Pacheco (OAB/SP 108.743) e Antonio Jamil Cury Junior (OAB/SP 212.706).

ACÓRDÃO Nº 2701/2014 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 3481/2012 - TCU - Plenário, prolatado na sessão de 10/12/2012, Ata 51/2012, relativamente ao item "3", de modo que onde se lê: "3. Responsáveis: ...e Maria Gabriela Cabral Monteiro de Azevedo Berger Filho (CPF 192.961.857-34), representante do Espólio de Ruy Leite Berger (CPF 154.908.747-91).", leia-se: "3. Responsáveis: ...e Maria Gabriela Cabral Monteiro de Azevedo Berger (CPF 192.961.857-34), representante do Espólio de Ruy Leite Berger Filho (CPF 154.908.747-91).", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-028.453/2009-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Maria Auxiliadora Souza dos Anjos (037.565.562-04); Maria Francisca Tereza Martins de Souza (155.291.692-87); Maria Gabriela Cabral Monteiro de Azevedo Berger (192.961.857-34), representante do espólio de Ruy Leite Berger Filho (154.908.747-91); Sérgio Cabeça Braz (025.383.502-04)

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 2702/2014 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 261/2014 - TCU - Plenário, prolatado na sessão de 12/2/2014, Ata 4/2014, relativamente aos itens "3" e "9.1", de modo que onde se lê: "Simone Valêncio Kochanowiski", leia-se: "Simone Valêncio Kochanowski", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.087/2010-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Grupo Dignidade pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Transgêneros do Paraná (68.604.560/0001-99); Simone Valencio Kochanowski (015.920.269-82)

1.2. Recorrentes: Grupo Dignidade pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Transgêneros do Paraná (68.604.560/0001-99); Simone Valencio Kochanowski (015.920.269-82)

1.3. Entidade: Grupo Dignidade pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Transgêneros do Paraná

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.6. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Valmir Campelo

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).

1.8. Advogado constituído nos autos: Rafael Wobeto de Araujo (OAB/PR 31.038) e Umberto Giotto Neto (OAB/PR 22.946).

ACÓRDÃO Nº 2703/2014 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 1º, inciso XVII, da Lei 8.443/92; c/c os artigos 15, inciso I, alínea "o", 143, inciso, V, alínea "a", 264 e 265, todos do Regimento Interno, em não conhecer da consulta adiante relacionada, por não atender aos requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie, fazendo-se as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.009/2014-1 (CONSULTA)

1.1. Interessada: Ohara Costa Fernandes, Delegada de Polícia Federal.

1.2. Entidade: Prefeitura de Lajes Pintadas - RN

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (SECEX-RN).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência da presente deliberação à consulente, enviando, a título de colaboração, cópias das Decisões 52/2002-Plenário (TC 009.511/2001-0) e 53/2002- Plenário (TC 009.513/2001-5) e dos Acórdão 2368/2008-2ªC (TC 009.638/2004-4) e 1789/2008-TCU-Plenário (TC 019.085/2008-8); e

1.7.2. determinar o arquivamento dos autos.

ACÓRDÃO Nº 2704/2014 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 1872/2013 - TCU - Plenário, prolatado na sessão de 24/7/2013, Ata 27/2013, relativamente ao preâmbulo, de modo que onde se lê: "determinar o arquivamento do processo a seguir indicado", leia-se: "determinar o arquivamento do recurso de reexame (peça R001), interposto contra o Acórdão 2.573/2013 - TCU - Plenário, no processo a seguir indicado", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.499/2011-1 (DESESTATIZAÇÃO)

1.1. Apensos: 005.238/2011-0 (ACOMPANHAMENTO)

1.2. Responsável: Alfredo Pereira do Nascimento (057.276.004-30)

1.3. Recorrente: Consórcio Rodovia Capixaba (14.554.290/0001-20)

1.4. Interessado: Agência Nacional de Transportes Terrestres (04.898.488/0001-77)

1.5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.7. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Transportes (SefidTrans).

1.9. Advogado constituído nos autos: : Walter Costa Porto (OAB/DF 6.098); Antônio Perilo Teixeira (OAB/DF 21.359); Guilherme Augusto (OAB/DF 34.406); Juarez Freitas (OAB/RS 52.563); Alexandre Pasqualini (OAB/RS 17.315); Ricardo Vaze Pinto (OAB/MG 73.786); José Vicente Santini (OAB/DF 36.184).

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.10.1. determinar o encaminhamento dos autos ao gabinete do Ministro Raimundo Carreiro, para apreciação das medidas sugeridas na peça 164 dos autos.

ACÓRDÃO Nº 2705/2014 - TCU - Plenário

Trata-se de pedido de reexame interposto pelo Sr. José Inácio Sodré Rodrigues contra os termos do Acórdão 935/2014 - TCU - Plenário, prolatado na sessão de 9/4/2014 (Ata 11/2014 - Plenáiro).

considerando que o interessado acima nominado foi notificado da deliberação recorrida na data de 19/5/2014, e somente compareceu ao Tribunal para apresentar recurso em 1/7/2014;

considerando que o prazo para a interposição de pedido de reexame é de quinze dias, nos termos do art. 48, parágrafo único, c/c o art. 33, da Lei 8.443/92;

considerando, que a peça recursal não apresenta fatos novos supervenientes, para que venha a ser admitida nos termos do parágrafo único do art. 32 da Lei 8.443/92, c/c o art. 285, § 2º, e 286 do Regimento Interno;

considerando, ainda, os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público junto ao TCU, no sentido do não-conhecimento do presente recurso, ante a intempestividade verificada;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, 33 e 48 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, em não conhecer do pedido de reexame interposto por José Inácio Sodré Rodrigues, e enviar ao recorrente cópia desta deliberação, bem como do exame de admissibilidade efetuado pela Secretaria de Recursos.

1. Processo TC-007.141/2012-2 (MONITORAMENTO)

1.1. Responsável: José Inácio Sodré Rodrigues (475.545.093-49)

1.2. Recorrente: José Inácio Sodré Rodrigues (475.545.093-49)

1.3. Interessado: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-74)

1.4. Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Maranhão

1.5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.7. Relatora da deliberacao recorrida: Ministra Ana Arraes

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.9. Advogado constituído nos autos: Rafael Klautau Borba Costa (OAB/DF 38.871).

ACÓRDÃO Nº 2706/2014 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso I, do Regimento Interno; c/c os artigos 34 e 36 da Resolução TCU 191/2006, em: a) considerar parcialmente cumprida a determinação constante do item 9.1.2 do Acórdão 594/2011-TCU-Plenário; b) considerar cumpridas as determinações constantes nos itens 9.1.1, 9.1.3.1, 9.1.3.2, 9.4.1, 9.4.2, 9.4.3, 9.4.4, 9.4.5, 9.4.6 e 9.4.7, do Acórdão 594/2011-TCU-Plenário; c) encerrar o ciclo de monitoramento do Acórdão 594/2011-TCU-Plenário; d) apensar os presentes autos ao TC-022.488/2010-3; e f) encaminhar cópia da presente deliberação, bem como da peça 10 dos autos, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.665/2011-8 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto.

1.2. Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 2707/2014 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso II, 17, inciso VI, 143, inciso III, 230 e 250, inciso II, do Regimento Interno, em considerar cumpridas as determinações contidas nos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 1.150/2013-TCU-Plenário, e determinar o arquivamento dos autos, nos termos dos pareceres emitidos.

1. Processo TC-015.886/2013-1 (MONITORAMENTO)

1.1. Entidade: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - Secom/PR.

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. determinar à EBC que, no prazo de 30 (trinta) dias, aperfeiçoe as normas procedimentais previstas no normativo NOR 607, destinadas à aplicação do instituto do credenciamento, tomando por base as orientações contidas nas instruções à peça 12 e 19 dos presentes autos, em especial as transcritas a seguir:

1.6.1.1. revisar e dar maior clareza à redação do item 1 da NOR 607, que apresenta uma falha aparentemente redacional, ao dar a entender que todos os objetos ali enumerados seriam "serviços afetos à atividade fim" da empresa, sendo que vários serviços ali listados obviamente não o são;

1.6.1.2. reexaminar a inclusão de serviços de tecnologia da informação (TI) na NOR 607, apresentando motivação explícita, clara e congruente para a eventual manutenção desses serviços, uma vez que, geralmente, a contratação de serviços de TI implica não só a entrega de soluções com requisitos técnicos que garantam uniformidade, padronização, integração e compatibilidade com as demais soluções de TI existentes, o que não é possível assegurar por meio do credenciamento, como também a prestação de serviços de natureza contínua, o que não se coaduna com o instituto do credenciamento;

1.6.1.3. definir as competências específicas relacionadas ao sistema de credenciamento de todos os atores da entidade potencialmente envolvidos no procedimento, desde o início do planejamento até a finalização da execução contratual (parágrafo 6.3.2 da instrução à peça 19);

1.6.1.4. inserir a previsão de que as melhores práticas extraídas da Lei 8.666/1993, principalmente as mencionadas neste parecer, constem nos editais de credenciamento e, conforme o caso, nas minutas dos instrumentos contratuais;

1.6.1.5. fazer constar a descrição detalhada das etapas de processamento do credenciamento, a exemplo do art. 43 da Lei 8.666/1993 e do art. 4º da Lei 10.520/2002, bem como das especificidades relativas a recursos, descredenciamentos, pagamentos, sanções e rescisões, por terem maior impacto na observância dos princípios do devido processo legal e seus corolários;

1.6.1.6. estipular expressamente que as tabelas referenciais de valores serão fixadas levando em consideração os preços de mercado e as pesquisas feitas preliminarmente na fase interna do procedimento, devidamente demonstrado no âmbito do processo, e que serão divulgadas no instrumento convocatório, além de vedar expressamente o pagamento de sobretaxas ou valores além do previsto nas tabelas adotadas;

1.6.1.7. retirar a previsão de que o período de inscrição poderá ter termo definido, uma vez que a jurisprudência do TCU e a doutrina apontam no sentido de que a inscrição para credenciamento deverá estar permanentemente aberta aos interessados, obrigando-se a entidade realizar, em periodicidade definida, através da imprensa oficial, chamamento público para a atualização dos registros existentes e para o ingresso de novos interessados;

1.6.1.8. revisar a utilização do fator urgência, considerando a possibilidade de utilizá-lo não como um critério de distribuição, mas sim como um regime de execução dos serviços, com impacto na fixação dos preços;

1.6.1.9. reexaminar a inclusão de critério para distribuição dos serviços com base na capacidade apurada, uma vez que não foi possível encontrar qualquer precedente do TCU que convalidasse tal critério para o instituto do credenciamento, apresentando motivação explícita, clara e congruente para sua eventual manutenção e, nesse caso, descrevendo detalhadamente como ocorreria a distribuição dos serviços;

1.6.1.10. estampar no normativo a essência das prescrições contidas na Decisão 656/1995-P para o credenciamento de prestadores de serviços médicos e odontológicos para atendimento aos interesses dos seus empregados, bem como explicitar que a distribuição das demandas para prestadores de serviços jurídicos/advocatícios para atendimento aos interesses da empresa não ocorrerá por livre escolha, mas sim por meio de critério previamente definido;

1.6.2. determinar o encaminhamento de cópia da presente deliberação, acompanhada de reprodução das peças 12, 19 e 28 dos autos, à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR) e à Empresa Brasil de Comunicação.

ACÓRDÃO Nº 2708/2014 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso II, 17, inciso VI, 143, inciso III, 230 e 250, inciso II, do Regimento Interno, em:

1. Processo TC-007.082/2012-6 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Anselmo de Miranda (233.480.892-04); Emylson Farias da Silva (412.613.482-49); Karina Morelli (258.426.298-36); Katia Maria Guimaraes de Andrade (631.060.277-20); Suely de Souza Melo da Costa (079.243.212-68)

1.2. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre - Secex/AC/TCU

1.3. Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Acre

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (SECEX-AC).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.8.1. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Emylson Farias da Silva, em relação ao descumprimento do cronograma de execução referente às metas 13 e 14 do plano de trabalho do Convênio 278/2009, assim como as apresentadas pela Sra. Katia Maria Guimarães de Andrade, em relação à liberação indevida da segunda e da terceira parcelas do repasse federal referente ao Convênio 278/2009 (Siconv 703308/2009);
1.8.2. acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Anselmo de Miranda (CPF 233.480.892-04), bem assim as apresentadas pelo Sr. Emylson Farias da Silva (CPF 412.613.482-49) e pela Sra. Katia Maria Guimarães de Andrade (CPF 631.060.277-20) para as demais irregularidades notificadas;
1.8.3. dar ciência à Secretaria Adjunta de Compras e Licitações do Estado do Acre acerca da seguinte impropriedade verificada no Pregão Presencial 69/2010, com objetivo de que oriente os membros de comissão de licitação e pregoeiros dos órgãos e entidades estaduais: adoção, como critério de adjudicação, do menor preço global por grupo/lote, concomitantemente com disputa por itens, sem que estivessem demonstradas nos autos as razões pelas quais tal critério, conjuntamente com os que presidiram a formação dos grupos, conduziria à contratação mais vantajosa comparativamente ao critério usualmente requerido de adjudicação por menor preço por item, devendo ainda restar demonstrada nos autos a compatibilidade entre essa modelagem e a modalidade pregão, quando a Administração não estiver obrigada a proceder a aquisições por grupo, em afronta ao disposto nos arts. 15, inciso IV, e 23, § 1º, da Lei 8.666/1993, bem assim à jurisprudência consolidada deste Tribunal, expressa na Súmula 247;
1.8.4. dar ciência à Secretaria de Estado de Polícia Civil do Estado do Acre - SEPC/AC acerca das seguintes ocorrências verificadas na execução do Convênio 278/2010:
1.8.4.1. descumprimento do cronograma de execução referente às metas 13 e 14 do plano de trabalho do Convênio 278/2009, resultando em inexecução total das referidas metas, o que vai de encontro ao preconizado nos arts. 39 e 54, inciso IV, da Portaria Interministerial 127/2008, e com o acordado no plano de trabalho do ajuste e em sua Cláusula Segunda, II, alínea "d";
1.8.4.2. ausência dos documentos exigidos nos arts. 27, inciso IV e 29, incisos III e IV, c/c
art. 55, inciso XIII, da Lei 8666/1993, nos processos licitatórios e de inexigibilidade a seguir relacionados: Processo Licitatório 0016740-0/2010 (publicação dos extratos dos contratos); Processo de Inexigibilidade 2010064.001532-0/2010 (certidões negativas de débito válidas, tanto da Receita Estadual quanto do FGTS, na data da assinatura do contrato);
1.8.4.3. realização de pagamento sem observar a regularidade fiscal da empresa contratada, conforme preceituam os arts. 27, inciso IV e 29, incisos III e IV, c/c art. 55, inciso XIII, da Lei 8666/1993, constatado em análise do pagamento referente à nota fiscal 6018 (Processo Licitatório 0016740-0/2010);
1.8.4.4. realização de processo licitatório na modalidade pregão presencial em detrimento ao pregão eletrônico, com ausência de justificativa para não utilização do pregão eletrônico, na execução do objeto do Convênio 278/2009 (Siconv 703308/2009), em desacordo com o que estabelece o art. 1º, § 2º, do Decreto 5.504/2005, c/c o disposto no art. 49, §1º, da Portaria Interministerial 127/2008;
1.8.4.5. necessidade de identificação do convênio nos documentos fiscais de pagamento, conforme estabelece a jurisprudência do TCU (Acórdãos TCU 2.936/2011-Plenário, 276/2010-Plenário e 7.012/2010 - 2ª Câmara);
1.8.5. dar ciência à Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM/PR acerca da seguinte ocorrência verificada na execução do Convênio 278/2010: liberação indevida da segunda e da terceira parcelas do repasse federal referente ao Convênio 278/2009 (Siconv 703308/2009), tendo em vista que esses desembolsos foram realizados sem que a SPM/PR tenha identificado o descumprimento, por parte do convenente, do cronograma físico-financeiro estabelecido no plano de trabalho do ajuste quanto às metas 13 e 14, fato que vai de encontro ao que estabelecem os arts. 42, caput, e 43, inciso IV, da Portaria Interministerial 127/2008;
1.8.6. dar ciência à Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM/PR acerca do comprometimento do gestor da SEPC em alocar a ferramenta adquirida (Sistema de Análise Investigativa de Combate à Fraude e ao Crime Organizado - Sistema i2) nas respectivas unidades policiais, de forma que tal ação deve ser monitorada pelo órgão concedente a fim de evitar-se desvio de finalidade na realização do convênio.
1.8.7. determinar o arquivamento dos autos.

ACÓRDÃO Nº 2709/2014 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 1351/2014 - TCU - Plenário, que considerou prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito da representação ofertada pela ora recorrente, tendo em vista que o Tribunal Regional Federal da 3ª Região declarou a nulidade do procedimento licitatório inquinado, com a expedição de ciência das falhas identificadas ao órgão jurisdicionado.
Considerando que a deliberação recorrida não impôs sanção, prejuízo ou gravame à recorrente;
Considerando os pareceres uniformes da Serur e do Ministério Público junto ao TCU, pelo não conhecimento do recurso, por ausência de legitimidade e de interesse recursal;
Considerando, ainda, a informação de que existe recurso administrativo interposto no âmbito do órgão jurisdicionado pela recorrente, contra o ato que declarou a nulidade do Pregão Eletrônico 69/2013-RP.
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, 33 e 48 da Lei 8.443/92; c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; 285 e 286, do Regimento Interno do TCU, em não conhecer do pedido de reexame a seguir relacionado, e em determinar o arquivamento do processo, após enviar ao recorrente cópia desta deliberação, bem como do exame de admissibilidade constante da peça 52 dos autos.

1. Processo TC-002.161/2014-1 (PEDIDO DE REEXAME EM REPRESENTAÇÃO)
1.1. Recorrente: RJR Comércio e Serviços de Informática Ltda. (11.508.825/0001-38)
1.2. Interessado: RJR Comércio e Serviços de Informática Ltda. (11.508.825/0001-38)
1.3. Órgão: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.6. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Raimundo Carreiro
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
1.8. Advogado constituído nos autos: Gabriela Fregni (OAB/SP 146.721), Guilherme Tadeu Pontes Birello (OAB/SP 285.662), Luís Henrique Dias Araújo (OAB/MG 103.179), Mariana Naddeo Lopes da Cruz Casartelli (OAB/SP 233.644).
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.9.1. determinar à Secex/SP que, caso entenda necessário, acompanhe os desdobramentos do recurso administrativo interposto pelo recorrente junto ao TRF - 3ª Região.

ACÓRDÃO Nº 2710/2014 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, incisos I e II; e 47 da Lei 8.443/92, de 16 de Julho de 1992, c/c os artigos 1º, incisos I e II; 143, inciso V, alínea "g"; e 252 do Regimento Interno, em determinar a conversão do processo adiante relacionado em tomada de contas especial, bem como autorizar a realização das pertinentes citações, conforme sugeridas no parecer de peça 53, sem prejuízo de o Tribunal cientificar, conforme o disposto no artigo 198, parágrafo único, do Regimento Interno, o ministro de Estado supervisor da área ou a autoridade equivalente.

1. Processo TC-015.786/2013-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo no Rio de Janeiro.
1.2. Responsável: Wadson Nathaniel Ribeiro (CPF 033.330.476-40).
1.3. Órgão: Ministério do Esporte (vinculador)
1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 2711/2014 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso II, e 38 da Lei 8.443/92, c/c os artigos 143, incisos III e V, alínea "a", e 232, § 2º, do Regimento Interno, em não conhecer da solicitação de fiscalização a seguir relacionada, por ausência de legitimidade do peticionário, bem como determinar o seu arquivamento após as comunicações processuais devidas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.620/2014-4 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Interessado: Gino Augusto de O. Liccione, Procurador da República.
1.2. Entidade: Fundação Instituto de Administração - FIA.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

Ata n° 40/2014 - Plenário
Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 42/2014 - Plenário
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 2712/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, que trata de solicitação formulada pelo Procurador da República Deltan Martinazzo Dallagnol, do Ministério Público Federal no Paraná, por meio do Ofício 5816/2014-PRPR, de 25/7/2014, cujo escopo compreende o requerimento de cópia integral de todos os processos concernentes às fiscalizações na Rnest, na Repar e no Comperj, com fundamento no arts. 1º, 143, III e 159, do RI/TCU, ACORDAM em apensar a presente Solicitação ao processo TC-020.912/2014-5, com fundamento no art. 61, parágrafo único, da Resolução 259, de 7/5/2014.

1. Processo TC-019.707/2014-2 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Interessado: Procuradoria da República do Paraná MPF/MPU (26.989.715/0023-18)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras de Energia e Aeroportos (SecobEnerg).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

Ata n° 40/2014 - Plenário
Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 47/2014 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ JORGE

ACÓRDÃO Nº 2713/2014 - TCU - Plenário

Considerando que o Acórdão nº 2631/2013-TCU-2ª Câmara julgou irregulares as contas dos responsáveis Darli Ancelme, Santa Maria Comércio e Representações Ltda. e Luiz Antônio Trevisan Vedoin, condenando-os solidariamente ao pagamento do débito, e aplicou-lhes, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, entre outras deliberações;
Considerando que o Sr. Darli Ancelme interpôs recurso de reconsideração contra o Acórdão nº 2631/2013-TCU-2ª Câmara, que foi conhecido e negado provimento, conforme o Acórdão nº 1021/2014-TCU-2ª Câmara;
Considerando a interposição de recurso de revisão por Darli Ancelme contra o Acórdão nº 2631/2013-TCU-2ª Câmara;
Considerando que o recurso de revisão requer o atendimento dos requisitos específicos indicados nos incisos do art. 35 da Lei nº 8.443/1992: I - erro de cálculo nas contas; II - falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida; III - superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida;
Considerando que o recorrente se limita a invocar a hipótese legal compatível com o recurso de revisão, sem contudo, satisfazê-la materialmente;
Considerando que meros argumentos e teses jurídicas representam elementos ordinários que somente justificariam o seu exame em sede de recurso de reconsideração, espécie recursal já utilizada pelo recorrente;
Considerando que os elementos apresentados no expediente recursal não atendem aos requisitos específicos de admissibilidade do recurso de revisão;
Considerando que não se verificam as condições de admissibilidade para conhecer o recurso interposto, não há que se falar em concessão de efeito suspensivo com base em *fumus boni iuris* e *periculum in mora;*
Considerando que não há como conferir efeito suspensivo ao recurso de revisão;
Considerando os pareceres da Secretaria de Recursos e do Ministério Público pelo não conhecimento do recurso, por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade, nos termos do art. 35 da Lei nº 8.443/1992 e do art. 288 do Regimento Interno:
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, diante das razões expostas pelo Relator, em não conhecer do presente recurso de revisão, por não preencher os requisitos específicos de admissibilidade, manter a deliberação recorrida e dar ciência ao recorrente:

1. Processo TC-007.422/2010-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL) - Apenso: 019.514/2008-3 (Representação)
1.1. Responsáveis: Darli Ancelme (050.084.337-68); Luiz Antônio Trevisan Vedoin (594.563.531-68); Santa Maria Comércio e Representação Ltda. (03.737.267/0001-54); Wedersander de Paiva (405.845.261-72)
1.2. Recorrente: Darli Ancelme (050.084.337-68)
1.3. Entidade: Município de Italva/RJ
1.4. Relator: Ministro José Jorge
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SecexRJ).
1.8. Advogado constituído nos autos: Válber da Silva Melo (OAB/MT: 8.927) e outros.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2714/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 43, inciso I, 143, incisos III e V, alínea *d*, 243, do Regimento Interno, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, em:
a) retificar, por inexatidão material, o Acórdão 1668/2014-TCU-Plenário, prolatado na Sessão de 25/06/2014 - Ordinária, Ata nº 23/2014-Plenário, relativamente aos subitens 9.3 e 9.4, respectivamente, mantendo-se os demais temos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Onde se lê:
"9.3. (?) multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais); e"

Leia-se:
"9.3. (?) multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor; e";
Onde se lê:
"9.4. apensar os presentes autos ao TC 029.171/2013-0."

Leia-se:
"9.4. apensar os presentes autos ao TC 020.271/2014-0."
b) considerar cumpridas ou implementadas os subitens 9.1.4, 9.2.1, 9.2.23, letra *b*, 9.3.2, 9.3.7, e 9.3.10 do Acórdão 402/2009-TCU-Plenário;
c) prosseguir ao monitoramento dos subitens 9.1.6, 9.2.4, 9.2.5, 9.2.20, 9.3.1, 9.3.3, 9.3.4, 9.3.6, 9.3.8, 9.4.3, 9.4.4, 9.4.10, 9.4.14 do Acórdão 402/2009-TCU-Plenário.
1. Processo TC-010.132/2009-7 (MONITORAMENTO) - Apensos: TC 017.238/2009-8 (Representação); TC 013.233/2008-5 (Relatório de Auditoria); TC 007.950/2013-6 (Solicitação); TC 009.299/2009-9 (Representação)
1.1. Responsáveis: Alexandre Rocha Santos Padilha (131.926.798-08); Francisco Batista Júnior (566.787.034-72) e Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli (059.857.811-00).
1.2. Entidade: Conselho Nacional de Saúde; Fundação Nacional de Saúde; Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro José Jorge.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso (Secex-MT).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2715/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, 243, 250, inciso III, do Regimento Interno, e no art. 40, inciso I, da Resolução-TCU nº 259/2014, em considerar cumprida a determinação constante no subitem 9.5.2 e parcialmente cumprida a determinação constante do subitem 9.5.1 do Acórdão nº 1160/2013 - TCU - Plenário, e determinar o apensamento dos presentes autos ao TC 009.378/2012-0 (Relatório de Auditoria), após fazer a recomendação e a comunicação abaixo transcritas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.070/2013-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU.
1.2. Entidade: Hospital Universitário Clementino Fraga Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (HUCFF/UFRJ).
1.3. Relator: Ministro José Jorge.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Dar ciência ao HUCFF/UFRJ sobre as seguintes impropriedades constatadas:
1.7.1. a ausência de realização do inventário anual dos almoxarifados nos exercícios de 2011, 2012 e 2013, destinado a comprovar a quantidade e o valor dos bens patrimoniais do acervo do HUCFF/UFRJ, existente em 31 de dezembro, constituído do inventário anterior e das variações patrimoniais ocorridas durante o exercício, identificadas no Memorando 01/2013 da Pró Reitoria de Gestão e Governança/PR-6, de 04/01/2013, e na Informação 4035, de 28/11/2013, do Chefe da Seção de Acompanhamento de Unidades ao Contador Geral da UFRJ, afronta o art. 8.1, alínea *a*, da Instrução Normativa SEDAP/PR nº 205/88;
1.7.2. a ausência de registros informatizados do Setor de Controle de Estoques dos almoxarifados concomitante com a movimentação física do material de consumo, principal causa das constatações de ausência física de 428 itens num universo de mil do estoque constante do sistema do Almoxarifado Central (saldo negativo de R$ 339.289,73) e de 239 itens num universo de seiscentos do estoque do Almoxarifado da Central de Abastecimento Farmacêutico (saldo negativo de R$ 267.320,90), consoante relatório da Comissão de Inventário de itens de consumo do HUCFF/UFRRJ-2012, afronta o item 6.1 c/c 7.3.1, alíneas *b* e *c*, da Instrução Normativa SEDAP/PR nº 205/88;
1.7.3. a inadequação de lançamentos contábeis pelo Setor Financeiro, referentes as entradas de material de consumo nos almoxarifados e as saídas para os centros consumidores, desrespeita os arts. 86, 89 e 100, da Lei nº 4.320/1967, c/c as orientações constantes da Tabela de Eventos 51.1.003 e 54.0.445 da Secretaria do Tesouro Nacional.
1.8. Recomendar ao HUCFF/UFRJ que estude a conveniência e a oportunidade, com vista a maior economicidade e melhor controle de estoque, de centralizar as aquisições de material de consumo em um único almoxarifado, providenciando ainda, consoante o Decreto-Lei nº 200/67 c/c os itens 6.1 e 6.5, da Instrução Normativa SEDAP/PR, 205/88, o registro contábil, concomitante, de entrada e saída nesse almoxarifado, de todos os itens, mesmo que fisicamente tenham sido entregues pelo fornecedor, diretamente a outras subunidades ou aos centros consumidores.

ACÓRDÃO Nº 2716/2014 - TCU - Plenário

Considerando que o presente processo cuida de auditoria realizada para fiscalizar as obras de construção das vilas olímpicas dos Jogos Mundiais Militares no Rio de Janeiro, em cumprimento à determinação contida no Acórdão nº 442/2010-TCU-Plenário;
Considerando que o Acórdão nº 280/2014-TCU-Plenário rejeitou as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Eduardo Ruffo Monteiro Nunes, Chefe da Comissão Regional de Obras da 1ª Região Militar do Exército, e pelo Sr. Luís Alfredo Venturini, Chefe da Seção de Orçamentos e Custos/DOM/Exército, converteu os presentes autos em Tomada de Contas Especial, e determinou a citação dos responsáveis Luis Alfredo Venturini, Vladimir Borges Araujo, Eduardo Ruffo Monteiro Nunes, solidariamente com a Construtora Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A, entre outras deliberações;
Considerando que o Sr. Eduardo Ruffo Monteiro Nunes e a empresa Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S/A interpuseram embargos de declaração contra o Acórdão nº 280/2014-TCU-Plenário, que foram conhecidos e, no mérito, rejeitados, conforme o Acórdão nº 1384/2014-TCU-Plenário;
Considerando que o Sr. Eduardo Ruffo Monteiro Nunes e a empresa Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S/A ingressaram com recurso de reconsideração e pedido de reexame, respectivamente, contra o Acórdão nº 280/2014-TCU-Plenário, que determinou a conversão do processo em tomada de contas especial;
Considerando o estabelecido no art. 279, parágrafo único, do Regimento Interno, *verbis*:

"Art. 279. Ressalvada a hipótese de embargos de declaração, não cabe recurso de decisão que rejeitar alegações de defesa, converter processo em tomada de contas especial ou determinar sua instauração, ou ainda que determinar a realização de citação, audiência, diligência ou fiscalização.
Parágrafo único. Se a parte intentar o recurso, a documentação encaminhada será aproveitada como defesa, sempre que possível, sem prejuízo da realização da citação ou da audiência, quando for obrigatória."

Considerando que a conversão do processo em tomada de contas especial, que tem natureza de decisão preliminar, não gera sucumbência, inexistindo, portanto, interesse recursal;
Considerando que o art. 201, §§ 1º, 2º, do Regimento Interno, estabelecem, *verbis*:

"Art. 201. A decisão em processo de prestação ou de tomada de contas, mesmo especial, pode ser preliminar, definitiva ou terminativa.
§1º Preliminar é a decisão pela qual o relator ou o Tribunal, antes de pronunciar-se quanto ao mérito das contas, resolve sobrestar o julgamento, ordenar a citação ou a audiência dos responsáveis, rejeitar as alegações de defesa e fixar novo e improrrogável prazo para recolhimento do débito ou, ainda, determinar outras diligências necessárias ao saneamento do processo.
§2º definitiva é a decisão pela qual o Tribunal julga as contas regulares, regulares com ressalva ou irregulares";

Considerando que este Tribunal não apreciou o mérito do presente processo e que não há julgamento das contas dos atos de gestão dos recorrentes;
Considerando que os documentos apresentados não se caracterizam como recurso, em razão da inadequação recursal e ante a ausência de decisão definitiva de mérito, devendo ser recebidos como petição de novos elementos de defesa, conforme o disposto no art. 50, §3º, da Resolução - TCU nº 259/2014, no art. 23 da Resolução-TCU nº 36/95 e nos arts. 201, §1º, e 279, parágrafo único, do Regimento Interno;
Considerando os pareceres uniformes da Unidade Técnica e do Ministério Público, pelo recebimento dos expedientes como petição de novos elementos de defesa;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, diante das razões expostas pelo Relator, em receber os expedientes encaminhados pelo Sr. Eduardo Ruffo Monteiro Nunes e pela empresa Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S/A como petição de novos elementos de defesa a serem examinados quando do julgamento das presentes contas e dar ciência aos recorrentes desta deliberação:

1. Processo TC-015.931/2010-2 (RELATÓRIO DE AUDITORIA) - Apensos: TC 029.481/2011-2 (Solicitação); TC 036.172/2011-1 (Solicitação); TC 002.369/2012-5 (Solicitação)
1.1. Responsáveis: Carioca Christiani Nielsen Engenharia S/A (40.450.769/0001-79); Carlos Eduardo Barroso Franco (017.056.868-77); Eduardo Ruffo Monteiro Nunes (760.040.157-68); Luís Alfredo Ventorini (481.129.410-68); Sérgio Roberto Fernandes dos Santos (347.549.897-91); Vladimir Borges de Araújo (790.392.351-04); Washington Gomes da Luz Filho (465.053.007-59).
1.2. Recorrentes: Carioca Christiani Nielsen Engenharia S/A (40.450.769/0001-79); Eduardo Ruffo Monteiro Nunes (760.040.157-68).
1.3. Órgão/Entidade: Comando do Material de Fuzileiros Navais; Comissão Regional de Obras da 1ª Região Militar; Ministério da Defesa (vinculador); 3º Comando Aéreo Regional.
1.4. Relator: Ministro José Jorge.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Obras de Infraestrutura Urbana (SecobEdificação).
1.8. Advogado constituído nos autos: não há.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 40/2014 - Plenário
Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 38/2014 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 2717/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, incisos II e IV; 11 e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em encaminhar cópia do relatório de fiscalização elaborado pela SecexFazenda às unidades jurisdicionadas indicadas no item 1.1 e apensar definitivamente este feito ao TC-037.775/2012-0 (prestação de contas da PGFN relativa ao exercício de 2011), conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.860/2014-1 (AUDITORIA)
1.1. Unidades: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)
1.2. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: SecexFazenda
1.5. Advogado constituído nos autos: não há
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 2718/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, sem prejuízo de adotar as seguintes providências, encaminhando cópia deste acórdão e da instrução da unidade técnica à representante e à Gerência de Filial Logística em Salvador da Caixa Econômica Federal, conforme pareceres emitidos nos autos, e arquivando estes em seguida.

1. Processo TC-019.061/2014-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: VVR do Brasil Indústria e Comércio Ltda.
1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Recomendar à Gerência de Filial Logística em Salvador da Caixa Econômica Federal que avalie a efetiva necessidade de se adquirir o equipamento com a especificação constante do termo de referência, sendo que outras gerências adquiriram máquinas a preços bem inferiores ao ofertado no Pregão Eletrônico 057/7075-2014, podendo, inclusive, caso seja possível, aderir às atas dos pregões realizados por outras unidades da empresa;
1.8. Dar ciência à Gerência de Filial Logística em Salvador da Caixa Econômica Federal da necessidade de:
1.8.1. reavaliar, na fase de planejamento da licitação, as especificações técnicas dos equipamentos a serem adquiridos e verificar se existem modelos no mercado que atendam às exigências com um preço adequado às suas necessidades e que lhe sejam vantajosos, tendo em mente que a AD 143 010, a teor do subitem 3.4, apenas fornece elementos básicos para a aquisição dos equipamentos, devendo cada gestor local ajustá-la segundo as reais exigências de sua unidade, inclusive no que tange ao custo/benefício da aquisição;
1.8.2. aprimorar a metodologia de pesquisa de preços de mercado, atentando, entre outros aspectos, para a necessidade de definir precisamente as características do objeto a ser licitado, de modo a obter preços estimados próximos à realidade de mercado, evitando discrepâncias significativas entre o valor orçado e o efetivamente licitado.

ACÓRDÃO Nº 2719/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; 237 e 250 a 252 e 276 do Regimento Interno/TCU, bem como no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, ACORDAM em conhecer da representação para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferindo o pedido de cautelar, bem como arquivá-la, dando ciência à representante e à unidade jurisdicionada, conforme proposta da unidade técnica.

1. Processo TC-025.319/2014-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Sansim Serviços Médicos Ltda. (73.887.424/0001-93)
1.2. Unidade: Casa da Moeda do Brasil
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ata n° 40/2014 - Plenário
Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 7/2014 - Plenário
Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 2720/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c a Súmula 145 do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o item 9.4 do Acórdão 2498/2014-TCU-Plenário, de forma a vigorar a parte final com a seguinte redação:

"9.4. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que o responsável comprove perante o Tribunal o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor, nos termos dos arts. 214, inciso III, alínea "a", e 269 do Regimento Interno/TCU."

1. Processo TC-003.540/2011-1 (MONITORAMENTO)
1.1. Responsável: Valdir Mendes Barranco (616.746.301-82)
1.2. Interessados: Controladoria Geral da União - CGU (05.914.685/0001-03); Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso (00.375.972/0016-47)
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso (SECEX-MT).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2721/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "a" e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em considerar cumprida a determinação contida no item 9.2 do Acórdão 924/2013-TCU-Plenário e determinar o apensamento definitivo dos presentes autos ao processo original (TC-034.576/2011-8), dando ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.059/2014-3 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2722/2014 - TCU - Plenário

Considerando que a jurisprudência desta Casa é no sentido de que a sanção prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002 produz efeitos em relação a toda Administração, aplicando-se, na espécie, apenas subsidiariamente as disposições da Lei 8.666/1993;

Considerando que, embora redigido de forma sucinta, o subitem 4.2.1 do edital não conflita com a legislação vigente, tampouco com a interpretação dada por esta Corte de Contas;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir o requerimento da medida cautelar e dar ciência desta deliberação à Coordenadoria Administrativa, Divisão de Gestão de Materiais e Compras da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e à representante, com cópia da instrução da unidade técnica (peça 5), promovendo-se, em seguida, o arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.392/2014-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
1.5. Advogado constituído nos autos: Caio Costa e Paula, OAB/SP 234.329
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 40/2014 - Plenário
Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 36/2014 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 2723/2014 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 243 do Regimento Interno, em considerar cumprida pelo município de Cruzeiro do Iguaçu/PR a determinação do subitem 9.9 do acórdão 2.162/2013-Plenário; em encaminhar o processo à Segecex, para as providências previstas na Portaria Conjunta Segecex-Segedam 01, de 18/3/2010, visando à restituição ao município de Cruzeiro do Iguaçu/PR do montante de R$ 2.937,79 (dois mil, novecentos e trinta e sete reais e setenta e nove centavos), referente ao recolhimento a maior do saldo dos recursos transferidos àquela municipalidade pelo Ministério da Saúde, em cumprimento ao subitem 9.9 do acórdão 2162/2013-Plenário; e em arquivar o presente processo.

1. Processo TC-024.833/2013-4 (MONITORAMENTO)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná.
1.3. Unidade: município de Cruzeiro do Iguaçu - PR.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 40/2014 - Plenário
Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 35/2014 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 2724/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 47 da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, "g", e 252, caput, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em converter os presentes autos em tomada de contas especial e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.680/2006-7 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsáveis: DM Construtora de Obras Ltda. (CNPJ 76.483.726/0001-94); José Edimar Brito Miranda (CPF 011.030.161-72) e Luiz Antônio Flores Resteel (CPF 177.447.681-91).
1.2. Órgão/Entidade: Secretaria de Segurança Pública do Estado de Tocantins - SSP/TO e Secretaria de Infraestrutura do Estado de Tocantins - Seinfra/TO.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras de Infraestrutura Urbana (SecobInfraurbana).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinar à SecobInfraurbana que promova a citação, nos termos dos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 202, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, dos responsáveis a seguir listados, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem alegações de defesa e/ou recolham, solidariamente, aos cofres do Tesouro Nacional a quantia abaixo indicada, atualizada monetariamente a partir da respectiva data até o efetivo recolhimento, abatendo-se na oportunidade a quantia eventualmente já ressarcida, na forma da legislação em vigor, em decorrência de superfaturamento na execução do Contrato nº 183/2003, ocasionado pela inclusão de serviços com preços excessivos frente ao mercado, com infração ao princípio da economicidade (art. 70 da Constituição Federal de 1988), ao art. 6º, inciso VIII, alínea "a", ao art. 25, § 2º c/c o art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 8.666/1993, além do art. 43, inciso IV, também da Lei nº 8.666/1993:
1.7.1. Sr. José Edimar Brito Miranda (CPF 011.030.161-72), Secretário de Infraestrutura do Estado de Tocantins, na condição de responsável e supervisor das obras do Contrato nº 183/2003;
1.7.2. Sr. Luiz Antônio Flores Resteel (CPF 177.447.681-91), Coordenador de Orçamentos da Seinfra/TO, na condição de responsável pela elaboração da planilha orçamentária (do processo de dispensa de licitação) com sobrepreço;
1.7.3. DM Construtora de Obras Ltda. (CNPJ 76.483.726/0001-94), na condição de contratada para executar o Contrato nº 183/2003 e beneficiária do superfaturamento:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
R$ 1.072.882,08	27/01/2004

ACÓRDÃO Nº 2725/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "c", e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.460/2010-3 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsáveis: Ana Lúcia Filgueira Rocha (CPF 241.993.893-34); Antônio Herlom Marques Ursulino (CPF 624.611.923-91); Jerônimo Neto Brandão (CPF 285.199.493-04); Maria Stela Ires Brandão (CPF 889.965.733-53); Maria Vanda do Carmo (CPF 671.449.773-34); Maria Vera Vasconcelos (CPF 719.158.003-82); Rafael Vasconcelos Silveira (CPF 027.142.853-84) e Raimundo Nonato de Freitas (CPF 359.246.163-04).
1.2. Órgão/Entidade: Município de Morrinhos - CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).
1.6. Advogados constituídos nos autos: Wilson da Silva Vicentino (OAB/CE 12.844) e outros.
1.7. Determinar:
1.7.1. ao município de Morrinhos que, em novo e improrrogável prazo de 90 (noventa dias), dê cumprimento ao disposto nos itens 9.8.1 e 9.8.8 do Acórdão 2.093/2012-TCU-Plenário, encaminhando à Secex-CE, ao final desse mesmo prazo, informações e documentos que comprovem o efetivo cumprimento das determinações, alertando ainda que o descumprimento da determinação imposta por este Tribunal poderá ensejar a aplicação da multa do art. 58, § 1º, da Lei nº 8.443/1992; e
1.7.2. à Secex/CE que envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia da instrução técnica acostada à Peça nº 124, ao Ministério da Saúde e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, haja vista que as determinações 9.8.1 e 9.8.8 do Acórdão 2.093/2012-TCU-Plenário, ora reiteradas, dizem respeito a irregularidades relacionadas com o Programa Saúde da Família e Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - Pnate.

ACÓRDÃO Nº 2726/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em:

a) considerar cumpridas as determinações expedidas à Financiadora de Estudos e Projetos - Finep por meio dos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.5 e 9.1.6 do Acórdão 910/2011-TCU-Plenário, quando da apreciação do TC 004.992/2010-5;

b) considerar cumprida a determinação expedida ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e à Financiadora de Estudos e Projetos - Finep por meio do item 9.5 do Acórdão 910/2011-TCU-Plenário, quando da apreciação do TC 004.992/2010-5;

c) considerar implementadas as recomendações expedidas à Financiadora de Estudos e Projetos - Finep por meio dos itens 9.2.1.1, 9.2.1.2, 9.2.1.3, 9.2.2, 9.2.5, 9.2.6, 9.2.8, 9.2.9 e 9.3 do Acórdão 910/2011-TCU-Plenário, quando da apreciação do TC 004.992/2010-5;

d) considerar parcialmente implementadas as recomendações expedidas à Financiadora de Estudos e Projetos - Finep por meio dos itens 9.2.3, 9.2.4, 9.2.7 e 9.4 do Acórdão 910/2011-TCU-Plenário, quando da apreciação do TC 004.992/2010-5; e

e) fazer as determinações abaixo indicadas:

1. Processo TC-017.993/2014-8 (RELATÓRIO DE MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.
1.2. Órgão/Entidade: Financiadora de Estudos e Projetos - Finep.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinar:
1.7.1. ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI que encaminhe ao TCU o resultado final do trabalho a cargo do Grupo de Trabalho de Assessoramento Interno de Propriedade Intelectual - GTA-PI, tão logo suas conclusões estejam prontas;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.7.2. à Financiadora de Estudos e Projetos - Finep que encaminhe ao TCU o resultado final do Plano de Trabalho destinado a estabelecer o entendimento institucional acerca dos temas sensíveis relacionados com os Acórdãos 393/2010, 910/2011 e 2334/2012 (todos do Plenário), a cargo do Grupo de Trabalho criado por Ato da Diretoria Executiva da Finep, tão logo suas conclusões estejam prontas;

1.7.3. à Secex/RJ que:

1.7.3.1. encaminhe cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, à Financiadora de Estudos e Projetos - Finep e ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI; e

1.7.3.2. apense os presentes autos ao TC 004.992/2010-5, em obediência aos arts. 36 e 37 da Resolução TCU nº 259/2014, sem prejuízo de monitorar o atendimento às deliberações consideradas não integralmente cumpridas/implementadas no presente monitoramento.

Ata n° 40/2014 - Plenário
Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 26/2014 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 2727/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ACORDAM, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, 8º, 41, inciso II, 47, da Lei nº 8.443/1992, combinado com o art. 143, inciso V, alínea "g", do Regimento Interno do TCU, em converter o presente processo em tomada de contas especial com o fito de quantificar o débito e identificar os responsáveis pelo superfaturamento nos serviços já executados do contrato 19/2011, firmado entre o Estado de Pernambuco e o Ministério da Integração Nacional.

1. Processo TC-006.253/2012-1 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Diorgenes Batista Gonçalves (428.378.393-53); Ivan Fredovino Ramos Júnior (976.213.584-91); José Almir Cirilo (126.199.654-20); João Bosco de Almeida (059.132.414-87); Luiz Carlos Silva Fernandes (015.785.024-20); Maria Lorenzza Pinheiro Leite (215.014.085-53); Novatec Construcoes e Empreendimentos Ltda (00.338.885/0001-33); Raimundo Patriota de Almeida Filho (032.154.084-06)

1.2. Interessado: Congresso Nacional (vinculador).

1.3. Órgão: Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos do Estado de Pernambuco; Ministério da Integração Nacional (vinculador).

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Portuárias, Hídricas e Ferroviárias (SecobHidro).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

1.8. Determinações:

1.8.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Obras Portuárias, Hídricas e Ferroviárias que, por ocasião das citações dos responsáveis, requeira esclarecimentos para a realização dos orçamentos utilizando-se areia e brita comerciais em detrimento da utilização de areia e brita extraídas;

1.8.2. cientificar, com base no art. 198, parágrafo único, do RI/TCU, o Ministro dos Transportes, acerca da medida adotada neste acórdão.

Ata n° 40/2014 - Plenário
Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 2728 a 2779, a seguir transcritos e incluídos no Anexo IV desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 2728/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.643/2005-4

1.1. Apensos: 000.053/2006-3 e 008.465/2006-2

2. Grupo I - Classe I - Agravo (em Relatório de Auditoria)

3. Agravante: Luiz Fernando Silva de Magalhães Couto (CPF 098.637.967-00, ex-Chefe da Consultoria Jurídica)

4. Unidade: Furnas Centrais Elétricas S.A.

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidades Técnicas: Secex/RJ e Serur

8. Advogados constituídos nos autos: não atuaram na presente fase

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam, na presente fase processual, de agravo impetrado por Luiz Fernando Silva de Magalhães Couto, ex-Chefe da Consultoria Jurídica de Furnas Centrais Elétricas S.A., buscando modificar o despacho deste Relator, que não conheceu de seu pedido de reexame contra o Acórdão nº 100/2013-TCU-Plenário, ante a intempestividade e ausência de fatos novos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 289 do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 52, § 2º, da Resolução TCU nº 259/2014 em:

9.1. conhecer do presente agravo para, no mérito, rejeitá-lo;

9.2. dar ciência desta deliberação ao agravante.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2728-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2729/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.599/2010-1

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Recorrentes: Cairo Alberto de Freitas (CPF 216.542.981-15), ex-Secretário de Estado da Saúde de Goiás, Antônio Durval de Oliveira Borges (CPF 194.347.401-00), ex-Superintendente de Administração e Finanças de Goiás, e Medcomerce Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda. (CNPJ 37.396.017/0001-10)

4. Unidade: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás - SES/GO

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidades Técnicas: Secex/GO e Serur

8. Advogado constituído nos autos: Marlus Vinícius Siqueira (OAB/GO 32.670)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam, nesta fase, de recursos de reconsideração interpostos por Cairo Alberto de Freitas, ex-Secretário de Estado da Saúde de Goiás, Antônio Durval de Oliveira Borges, ex-Superintendente de Administração e Finanças do Estado de Goiás, e Medcomerce Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda. contra o Acórdão 1.226/2014 - Plenário, exarado em sede de tomada de contas especial, que julgou irregulares suas contas, condenando-os em débito solidário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento com nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos presentes recursos de reconsideração, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. notificar os recorrentes.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2729-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2730/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.202/2011-0

2. Grupo I, Classe de Assunto IV - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Humberto Ivar Araujo Coutinho (ex-Prefeito, CPF 027.657.483-49); Alexandre Henrique Pereira da Silva (ex-Presidente da CPL, CPF 530.620.353-15); Arnaldo Benvindo Macedo Lima (ex-membro da CPL, CPF 282.935.843-00); Neuzelina Compasso da Silva (ex-membro da CPL, CPF 127.993.003-91); Vinícius Leitão Machado (ex-Secretário de Infraestrutura, CPF 062.679.553-20); Tayanne Mayara Mendes Barros (ex-sócia da empresa Barros Construções e Empreendimentos Ltda., CPF 016.782.183- 08); Ítalo Anderson Mendes Barros (ex-sócio da empresa Barros Construções e Empreendimentos Ltda., CPF 027.967.443-02); Sampaio Oliveira Construções e Empreendimentos Ltda. (antiga Barros Construções e Empreendimentos Ltda., CNPJ 05.027.998/0001-31); e Santos Correia Construção e Empreendimento Ltda. (CNPJ 05.255.469/0001-95)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Caxias/MA

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Secex/MA

8. Advogados constituídos nos autos: Álvaro Luiz Miranda Costa Junior (OAB 29.760/DF), James Lobo de Oliveira Lima (OAB 6.679/MA) e Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB 6.546/DF)

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial convertida, por força do item 9.2.2 do Acórdão 2678/2010-TCU-Plenário, da representação TC 013.939/2009-5, apartada do processo de Solicitação do Congresso Nacional, em razão do prejuízo ao erário causado pela Prefeitura de Caxias/MA na aplicação dos recursos do Contrato de Repasse nº 0192808-99/2006 - Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "c"; 19, caput; 23, inciso III, alíneas "a" e "b"; 28, inciso II; 46, 57 e 58, inciso II da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 209, § 7º; 214, inciso III, alíneas "a" e "b"; 268 e 271 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Humberto Ivar Araújo Coutinho, Vinícius Leitão Machado, Italo Anderson Mendes Barros, Tayanne Mayara Mendes Barros e da empresa Sampaio Oliveira Construções e Empreendimentos Ltda. e condená-los, em solidariedade, quando for o caso, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores eventualmente já ressarcidos;

9.1.1. responsáveis solidários: Humberto Ivar Araújo Coutinho, Vinícius Leitão Machado, Italo Anderson Mendes Barros, Tayanne Mayara Mendes Barros e a empresa Sampaio Oliveira Construções e Empreendimentos Ltda.

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
732.220,05	8/2/2007
539.876,88	31/5/2007
667.834,20	31/7/2007
77.462,88	7/2/2008

9.1.2. responsável: Humberto Ivar Araújo Coutinho

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
213.099,24	19/12/2006

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.2. aplicar a Humberto Ivar Araújo Coutinho a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais);

9.3. aplicar a Vinícius Leitão Machado, Italo Anderson Mendes Barros, Tayanne Mayara Mendes Barros e à empresa Sampaio Oliveira Construções e Empreendimentos Ltda., individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais);

9.4. aplicar a Humberto Ivar Araújo Coutinho, Arnaldo Benvindo Macedo Lima, Neuzelina Compasso da Silva e Alexandre Henrique Pereira da Silva, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais);

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. declarar a inidoneidade das empresas Sampaio Oliveira Construções e Empreendimentos Ltda. e Santos Correia Construção e Empreendimento Ltda., para participarem de licitação na Administração Pública Federal, pelo prazo de três anos;

9.7. remeter cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, à Secretaria de Logística da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Controladoria-Geral da União, para que promovam as medidas necessárias em relação à declaração de inidoneidade das empresas;

9.8. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, à Procuradoria da República no Maranhão; e

9.9. dar ciência do inteiro teor desta deliberação à Caixa Econômica Federal e à Presidência da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2730-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2731/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-023.754/2013-3

2. Grupo II - Classe VII - Representação

3. Representante: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional - SecexFazenda

4. Unidade: Banco Central do Brasil - Bacen

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: SecexFazenda

8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação sobre a legalidade dos procedimentos que têm sido adotados pelo Banco Central do Brasil para a transferência ao Tesouro Nacional do resultado positivo oriundo da operação de equalização cambial, de que trata a Lei 11.803/2008.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 237, inciso VI, e parágrafo único do Regimento Interno/TCU, em:

9.1 conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2 dar ciência desta deliberação ao Banco Central do Brasil e à representante;

9.3 arquivar o processo.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2731-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2732/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.697/2014-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame(Representação)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Recorrente: Procomp Amazônia Indústria Eletrônica Ltda. (84.107.697/0001-94).

4. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Advogado constituído nos autos: Antônio Carlos Guimarães Gonçalves (OAB/DF 33.766)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto por Procomp Amazônia Indústria Eletrônica Ltda. contra o Acórdão 477/2014 - Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer do presente pedido de reexame, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 286 do RITCU, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2 dar ciência desta deliberação à recorrente e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2732-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2733/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.122/2006-9.

1.1. Apensos: 007.790/2009-1; 000.401/2011-0; 006.925/2008-1; 005.543/2011-8; 016.172/2013-2; 014.814/2007-9; 006.980/2012-0; 023.537/2009-2

2. Grupo I - Classe de Assunto: Pedido de Reexame (Relatório de Levantamento)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (02.003.575/0001-93)

3.2. Responsáveis: Ana Lourdes Teixeira de Miranda (059.685.933-34); Anneliete Maria Chagas Silva Gouveia (121.580.623-04); Antonio Chalita de Figueiredo (373.161.684-04); Antônio Alberto Rocha Aguiar (400.391.537-20); Bombardier Transportation Brasil Ltda (00.811.185/0001-14); Clovis de Lima Picanço (060.224.303-30); Companhia Brasileira de Trens Urbanos (42.357.483/0001-26); Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (02.003.575/0001-93); Concremat Engenharia e Tecnologia S.a. (33.146.648/0001-20); Construcões e Comercio Camargo Correa (61.552.512/0001-02); Construtora Queiroz Galvão S/a (33.412.792/0001-60); Consulfer - Projetos e Consultoria Ltda (37.113.172/0001-81); Diogo Vital de Siqueira Cruz (139.393.273-87); Edilson Rocha Portírio (002.264.163-72); Frederico Pires da Silva (663.602.507-72); Germano Sanford Diógenes (410.266.833-00); Jefferson Vasconcelos Santos (524.849.473-72); Joao Luiz da Silva Dias (011.089.806-00); José Aurilo Cavalcante Lima (013.369.243-49); José Fontenelle Barros (020.390.603-91); José Marques Feitosa Neto (092.108.903-10); Júlio César Fontes Monnerat (422.392.737-04); Kely Regina da Silva Oliveira (741.317.533-91); Leão Humberto Montezuma Santiago Filho (163.353.683-15); Luciana Albuquerque Guimarães (440.572.453-91); Luiz Alfredo Campos Quintanilha (341.754.907-87); Luiz Eduardo Barbosa de Moraes (230.278.003-53); Lyttelton Rebelo Fortes (000.298.233-15); Lúcio de Castro Bomfim Júnior (162.729.513-53); Marcio Ferreira Victorino (748.842.637-15); Montini Silva Maranhão (230.294.803-30); Mwh Brasil Engenharia e Projetos Ltda (01.483.360/0001-54); Newton Braga Quental (021.137.674-49); Octávio Pontes Júnior (036.881.943-49); Plínio Pompeu de Saboya Magalhães Neto (384.773.356-72); Raimundo Helder de Girão e Silva (020.833.963-91); Rômulo dos Santos Fortes (639.369.333-91); Sérgio Machado Nogueira (222.104.663-34).

3.3. Recorrente: Consórcio Queiroz Galvão/ Camargo Corrêa/ Alstom/ Bombardier/ Balfour Beatty/Siemens.

4. Órgãos/Entidades: Companhia Brasileira de Trens Urbanos e Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - Metrofor.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Portuárias, Hídricas e Ferroviárias (SecobHidro) e Serur.

8. Advogados constituídos nos autos: Tathiane Vieira Viggianno Fernandes OAB/DF 27154 e outros.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de pedido de reexame interposto pelo Consórcio Queiroz Galvão/Camargo Corrêa/Alstom/Bombardier/Balfour Beatty/Siemens, em face do Acórdão 2.450/2009 - Plenário.

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/92, conhecer o presente pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o Acórdão 2.450/2009 - Plenário;

9.2. encaminhar cópia da presente deliberação:

9.2.1. à Presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional informando-a de que, com relação ao Contrato 014/Metrofor/1998, respectivo à implantação do trecho sul do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza/CE, as obras foram concluídas;

9.2.2. ao Ministério das Cidades, à Companhia Brasileira de Trens Urbanos e ao Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão no Ceará;

9.2.3. à Advocacia-Geral da União e à Consultoria Jurídica do TCU, juntamente com cópia dos elementos de fls. 2.676/2.697 do vol. 13, para que adotem as medidas que julgarem necessárias em relação à matéria tratada nos itens 9.5.7 e 9.5.8 deste decisum;

9.3. dar ciência da presente deliberação aos recorrentes e aos demais interessados;

9.4. juntar cópia da presente deliberação ao TC 008.523/2012-6, que trata de tomada de contas especial formalizada em cumprimento ao item 9.6 do Acórdão 2450/2009-Plenário;

9.5. encaminhar os autos ao Relator *a quo* para a adoção das medidas que entender pertinentes em relação às peças 576/578 dos autos.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2733-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2734/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 926.323/1998-9

1.1. Apensos: 014.027/1997-6; 017.538/1995-5; 015.449/1997-1; 275.584/1996-8; 009.876/1997-9; 012.083/1997-6; 003.546/1997-7; 275.245/1997-7; 275.615/1996-0

2. Grupo I - Classe de Assunto - I: Recurso de Revisão (em Prestação de Contas)

3. Interessados: Byron Costa de Queiroz (CPF 004.112.213-53), Ernani José Varela de Melo (CPF 003.209.944-49), Osmundo Evangelista Rebouças (CPF 015.814.738-34) e Raimundo Nonato Carneiro Sobrinho (CPF 001.773.773-72)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4. Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB)

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Serur

8. Advogado constituído nos autos: José Diógenes Rocha Silva (OAB/CE 6.702)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto pelos Srs. Byron Costa de Queiroz, Ernani José Varela de Melo, Osmundo Evangelista Rebouças e Raimundo Nonato Carneiro Sobrinho em relação ao Acórdão nº 165/2007-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 277 e 288 do Regimento Interno, conhecer do presente recurso de revisão para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta decisão aos interessados, ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. e à Procuradoria da República no Estado do Ceará.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2734-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2735/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 010.357/2011-4.

2. Grupo II - Classe I - Recurso Administrativo.

3. Recorrentes: Ricardo Broegaard Jonas (CPF 442.807.775-00), Rúbia Marchetti Trevizani Almeida (CPF 083.179.877-79), Criscie Lizita Lobo Silveira (CPF 859.123.441-34), Cíntia Caldas Barcelar de Lima (CPF 957.805.301-06), Luciana Alves Manrique Pinto (CPF 895.961.611-72), Alan Rodrigues da Silva (CPF 710.543.401-53) e Emerson Douglas Bonfim Macedo (CPF 646.045.781-68).

3.1. Interessados: Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil - ANTC (CNPJ 016.812.795/0001-72) e União dos Auditores Federais de Controle Externo - Auditar (CNPJ 03.636.008/0001-37).

4. Unidade: Tribunal de Contas da União - TCU.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Consultoria Jurídica - Conjur.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso administrativo interposto por servidores ocupantes do cargo de Auditor Federal de Controle Externo, área Apoio Técnico e Administrativo, especialidade Apoio Técnico e Administrativo - AUFC-ATA/ATA, contra decisão da Presidência do Tribunal de Contas da União que acolheu entendimento da Comissão de Coordenação Geral - CCG - Manifestação CCG 9/2012 - e limitou a movimentação interna desses servidores.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fulcro nos arts. 9º, 56 e 58 da Lei 9.784/1999, em:

9.1. conhecer do recurso dos servidores, dar-lhe provimento, tornar insubsistentes os itens "b" e "c" da Manifestação CCG 9/2012 e permitir a mobilidade dos AUFC- ATA/ATA, observado o interesse da administração, para atuar na área para qual fez o concurso, assim como em qualquer outra área que forneça o suporte administrativo e logístico necessário ao funcionamento do Tribunal de Contas da União, nos termos dos arts. 5º da Lei 10.356/2001, e 21-A e 21-B da Resolução TCU 154/2002;

9.2. conhecer do recurso interposto pela União dos Auditores Federais de Controle Externo - Auditar e dar-lhe provimento no tocante à parte relativa à matéria originalmente decidida, nos termos do item 9.1 acima;

9.3. conhecer das contrarrazões da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil - ANTC e considerá-las prejudicadas por extrapolarem o limite da matéria deliberada originalmente;

9.4. quanto à alegação de violação de sigilo dos autos, formulada pela Auditar, esclarecer que não existem normas internas que prevejam apuração ou punição pela divulgação, pelas partes, de peças processuais por elas regularmente obtidas, e que nessa hipótese, cabe àqueles que se sentirem ofendidos ou afetados pelo ato buscar as medidas que entender cabíveis, nas esferas competentes;

9.5. dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentaram, aos recorrentes, aos interessados e à Secretaria-Geral de Administração deste Tribunal.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2735-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros que votaram com ressalva: Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.4. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2736/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC-018.099/2010-6.

2. Grupo: I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Adilson Ribeiro Moraes, CPF 662.175.204-00; Antônio Leonardo Sá Bitencourt, CPF 018.063.434-87; Carlos Augusto Calheiros Martins, CPF 133.798.874-04; Elaine Cristina de Melo Ramalho, CPF 000.979.134-56; Francisco de Assis Medeiros, CPF 095.375.624-68; Isabel Cristina Rezende Pereira, CPF 520.013.509-53; José Alberto Maia Paiva, CPF 376.986.724-68; José Railton da Silva, CPF 068.478.384-34; Luiz Eduardo Duarte Ribeiro, CPF 130.290.885-53; Marco Antônio de Araújo Fireman, CPF 410.988.204-44; Marcos Tibério de Siqueira, CPF 403.083.595-34; Sandro Pepe, CPF 139.265.978-79, e Sílvia Valéria Lima Medeiros Vasconcelos Godoi, CPF 240.759.304-91.

4. Órgão e Entidades: Ministério das Cidades, Secretaria de Infraestrutura do Governo do Estado de Alagoas e Caixa Econômica Federal - CAIXA.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação - SecobEdif.

8. Advogados constituídos nos autos: Jamile Duarte Coelho, OAB/AL 5.868; José de Barros Lima Neto, OAB/AL 7.274 e Ricardo Antonio de Barros Wanderley, OAB/AL 5.106).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada em decorrência do Acórdão 1.463/2010 - Plenário, prolatado nos autos do TC-000.290/2010-6, o qual cuidou de Fiscalização de Orientação Centralizada - FOC sobre obras de habitação e saneamento.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. retornar estes autos à situação original de Relatório de Auditoria;

9.2. aplicar aos Srs. Antônio Leonardo de Sá Bitencourt, Francisco de Assis Medeiros e Marco Antônio de Araújo Fireman, de forma individual, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, com fundamento no art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU, o recolhimento da referida importância aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.4. determinar à Secretaria de Infraestrutura de Alagoas que, no que tange às obras de urbanização do Vale do Reginaldo, objeto do Contrato de Repasse 218.696-13/2007, adote as seguintes providências, cujo cumprimento será condicionante para a liberação, por parte da Caixa Econômica Federal, dos recursos financeiros daquele ajuste, encaminhando àquela entidade, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste Acórdão, relatório a respeito do andamento destas ações, acompanhado dos devidos documentos comprobatórios:

9.4.1. revise o orçamento do Contrato de Repasse 218.696-13/2007, contemplando os custos com desapropriação, aluguel social e execução das obras, considerando-se, inclusive, os serviços de reboco externo e medição individual de água para os apartamentos, atendendo, em todo o processo, ao preconizado no manual de instruções do Programa Projetos Prioritários de Investimentos - PPI Intervenções em Favelas Período 2007 a 2010;

9.4.2. comprove a disponibilidade de previsão orçamentária para o término da obra em sua totalidade;

9.4.3. revise o planejamento das ações do Contrato de Repasse 218.696-13/2007, de tal forma que o cronograma das obras esteja condizente com o prazo das desapropriações, bem como o Projeto Básico do empreendimento, a fim de adequá-lo à realidade encontrada na área;

9.4.4. apure, em função da paralisação da obra por possível abandono da empresa contratada, a adequação de aplicar as sanções previstas no Contrato n. 15/2008 e no art. 87 da Lei 8.666/1993 à firma Construtora Marquise S.A.;

9.5. determinar à Caixa Econômica Federal que, quanto ao Contrato de Repasse 218.696-13/2007:

9.5.1. efetue, quando da prestação de contas final relativa à rescisão do Contrato 15/2008 entabulado com a empresa Construtora Marquise S.A., o encontro de contas considerando os preços de referência apresentados a seguir:

Serviço	Preço de referência
Alvenaria de bloco de concreto estrutural 4,5 Mpa	R$ 35,85
Alvenaria de bloco de concreto estrutural 5,5 Mpa	R$ 47,16
Radier protendido	R$ 103,36
Groute 12 Mpa	R$ 333,22

9.5.2. considerando os preços supra, bem como a necessidade de manutenção do desconto inicialmente ofertado pela Construtora Marquise S.A. no patamar de 23,2%, confronte-os com os valores medidos e pagos pela Seinfra/AL, a fim de aferir a existência de eventuais débitos incorridos ao longo da execução do contrato;

9.5.3. caso exista débito, efetue glosa de igual valor, de modo a evitar o aporte de recursos federais para o respectivo pagamento à Construtora Marquise S.A.;

9.5.4. condicione a liberação de recursos financeiros do Contrato de Repasse 218.696-13/2007 para a conclusão das obras remanescentes da urbanização do Vale do Reginaldo ao cumprimento, por parte da Seinfra/AL, das medidas constantes dos subitens 9.4.1, 9.4.2 e 9.4.3 supra;

9.5.5. informe ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da ciência deste Acórdão, as medidas adotadas em cumprimento ao disposto nos subitens anteriores;

9.6 . determinar à SecobEdif que monitore, em autos apartados, o cumprimento, por parte da Secretaria de Infraestrutura de Alagoas e da Caixa Econômica Federal das medidas constantes dos subitens 9.4 e 9.5 supra;

9.7. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, às Presidências do Congresso Nacional e da sua Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMPOF.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2736-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 2737/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 024.543/2014-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessado: CBEMI Construtora Brasileira e Mineradora Ltda.
4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes-Dnit.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Rodoviárias (SecobRodov).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, com pedido de medida cautelar, em face de possíveis irregularidades ocorridas em licitação conduzida sob o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC Eletrônico 612/2013), pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes-Dnit,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fulcro no art. 237, inciso VII, c/c o art. 235 do Regimento Interno do TCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, com base no art. 113, § 1°, da Lei 8.666/93, c/c art. 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam à representante e ao DNIT, para as providências pertinentes;

9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2737-40/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2738/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 016.386/2001-0.
2. Grupo II - Classe I - Recurso (Administrativo).
3. Recorrente: Marcelo Moraes Rodrigues (CPF 024.430.397-57).
4. Unidade: Tribunal de Contas da União - TCU.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso interposto por Marcelo Moraes Rodrigues, auditor federal de controle externo, contra decisão do presidente deste Tribunal em processo de seu interesse, relacionada à denegação de contagem do tempo de serviço prestado às Forças Armadas para fins de percepção de anuênios após a extinção daquela vantagem no regime da Lei 8.112/1990.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 107, inciso II e § 1°, da Lei 8.112/1990, c/c o art. 30 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do recurso e negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2738-40/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro que não participou da votação: Aroldo Cedraz.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho (Revisor) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2739/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.524/2010-2
1.1. Apensos: TCs 013.598/2011-2, 016.279/2011-5, 033.375/2011-9, 004.852/2013-3, 012.044/2013-0, 014.596/2014-8
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Levantamento de Auditoria.
3. Interessado: TCU
4. Entidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - Trensurb
4.1. Vinculação: Ministério das Cidades - Mici
4.2. Responsáveis: Marco Arildo Prates Cunha, Diretor-Presidente da Trensurb (CPF 263.031.320-49); Humberto Kasper (CPF 334.129.440-68)), Diretor-Presidente da Trensurb a partir de 31/5/2011; Lino Sérgio do Lago Fantuzzi (CPF 081.231.950-87), Gerente de Projetos e Obras da Trensurb; Consórcio Novavia (CNO - Construtora Norberto Odebrecht S/A (CNPJ 15.102.288/0001-82); Toniolo Busnelo S/A (CNPJ 89.723.977/0001-40); Construtora Andrade Gutierrez S/A (CNPJ 17.262.213/0001-94); Balfour Beatty Rail Power Systems Brazil Ltda. (CNPJ 04.129.328/0001-63); Trans Sistemas de Transporte S/A (CNPJ 02.249.216/0001-10)
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: extinta Secob-2 e SecobHidro
8. Advogado constituído nos autos: Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108) e outros

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Relatório de Levantamento que trata fiscalização da execução do Contrato 080.70.037/2007 - Trensurb, cujo objeto são as obras da expansão do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre, trecho São Leopoldo/Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul,

Acórdão os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Humberto Kasper;

9.2. rejeitar as razões de justificativa do Sr. Lino Sérgio do Lago Fantuzzi, CPF 081.231.950-87, por aprovar Boletins de Medição contendo serviços não previstos contratualmente, em desacordo com o art. 66 da Lei 8.666/1993, com o item 9.2 do acórdão 2.450/2007 - Plenário e com a cláusula 5, parágrafo 13, do Contrato 080.70.037/2007 - Trensurb;

9.4. aplicar ao Sr. Lino Sérgio do Lago Fantuzzi a multa prevista no art. 58, incisos II e IV da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprove perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno) o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo fixado até a data do efetivo pagamento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, com fundamento no artigo 26 da Lei nº 8.443/1992 c/c o artigo 217 do Regimento Interno do TCU, caso seja do interesse do responsável, o parcelamento da multa em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo sobre cada uma, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, sem prejuízo de alertá-lo de que, caso opte por essa forma de pagamento, a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, caso não atendida a notificação;

9.7. dispensar a realização da inspeção determinada no item 9.4 do Acórdão 2.161/2011-Plenário por perda de objeto;

9.8. encaminhar deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Secretaria de Controle Externo no Rio Grande do Sul, à Trensurb - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A., à Procuradoria da República no Rio Grande do Sul e ao Consórcio Novavia.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2739-40/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2740/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.090/2014-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto:
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Entidade: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (SEMAG).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Monitoramento de determinações contidas no Acórdão nº 1.665/2014 - Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar cumpridas as determinações constantes dos subitens 9.7.1 e 9.7.2 do Acórdão 1.665/2014-TCU-Plenário;

9.2. considerar em cumprimento as determinações constantes dos subitens 9.3.1 e 9.3.2 do Acórdão 482/2012-TCU-Plenário;

9.3. determinar à Secretaria do Tesouro Nacional que informe, nas próximas contas anuais ordinárias a serem prestadas ao TCU, as medidas adotadas com vistas ao cumprimento das determinações contidas nos subitens 9.3.1 e 9.3.2 do Acórdão nº 482/2012 - Plenário;

9.4. encaminhar cópias do acórdão que vier a ser proferido nestes autos, bem como do relatório e do voto que o fundamentarem, à Advocacia-Geral da União, à Secretaria do Tesouro Nacional e à Controladoria-Geral da União;

9.5. apensar os presentes autos ao processo TC 029.692/2013-0.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2740-40/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2741/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 024.933/2012-0
1.1. Apenso: 014.558/2012-2
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Interessado: Ministério Público do Estado de São Paulo - Promotoria de Justiça de Várzea Paulista (SP)
4. Entidade: Município de Várzea Paulista (SP)
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secex/SP
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação acerca do termo de parceria firmado entre o Município de Várzea Paulista (SP) e o Instituto Brasileiro de Saúde, Tecnologia e Cidadania (Ibrastec), cujo objeto é a co-gestão do Hospital de Várzea Paulista (SP),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso I e parágrafo único, do Regimento Interno para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Alessandra Cristina Girotto Rodrigues (CPF 303.000.328-03) e Carlos Fernando Bulhões Maldonado de Oliveira (CPF 746.653.247-00);

9.3. considerar revéis os Srs. Eduardo Tadeu Pereira (CPF 052.134.788-24) e Luiz Antonio Raniero (CPF 120.863.658-88), dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/1992;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.4. dar ciência à Prefeitura Municipal de Várzea Paulista (SP) das seguintes ocorrências, identificadas na seleção do Ibrastec para a co-gestão do Hospital de Várzea Paulista:

9.4.1. prazo exíguo para a apresentação das propostas no Concurso de Projetos nº 1/2011, considerando a natureza e complexidade do objeto, o que pode ter comprometido a competitividade do certame;

9.4.2. ausência, no Concurso de Projetos nº 1/2011, de orçamento detalhado nas especificações técnicas do objeto do a que se refere o art. 25, inciso II, do Decreto nº 3.100/1999, dificultando à Administração avaliar possível desequilíbrio econômico-financeiro durante a avença, bem como uma análise de sua vantajosidade e necessidade de eventuais termos aditivos;

9.4.3. ausência de comprovação da razoabilidade e economicidade do Termo de Parceria nº 1/2011, que estipulou gastos mensais na Fase I 22,4% superiores ao gasto médio no exercício de 2010 para os mesmos serviços, bem como decorreu de processo que impossibilita aferir a adequabilidade dos preços orçados e contratados para as Fases I e II;

9.4.4. ausência de comprovação da razoabilidade e economicidade do Termo de Aditamento ao Termo de Parceria nº 1/2011, celebrado em 9/11/2012, que prorrogou a vigência do ajuste por 12 meses e reajustou os preços da Fase I em 10,4% e da Fase II em 9,4%, índices superiores à inflação no período;

9.5. dar ciência do presente acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Prefeitura Municipal de Várzea Paulista (SP) e ao Ministério Público do Estado de São Paulo, representado por sua Promotoria de Justiça de Várzea Paulista, na pessoa do Dr. Alberto Cerqueira Freitas Filho.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2741-40/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2742/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.578/2014-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador).
4. Órgãos/Entidades: Companhia Pernambucana de Saneamento; Ministério da Integração Nacional (vinculador); Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos de Pernambuco.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Portuárias, Hídricas e Ferroviárias (SecobHidro).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria, realizada nas obras de implantação da Adutora do Agreste, no estado de Pernambuco, no âmbito de Fiscalização Temática dos Subsistemas do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. notificar o Ministério da Integração Nacional, a Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos de Pernambuco e a Companhia Pernambucana de Saneamento acerca da irregularidade de execução de obras complementares não previstas no plano de trabalho que fundamentou e celebração do Termo de Compromisso 239/2011, antes da aprovação das alterações pretendidas;

9.2. juntar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que a fundamentaram, ao TC 033.511/2012-8, para subsidiar a análise da unidade técnica quanto ao achado relativo à funcionalidade do objeto, levando em conta as ponderações constantes do voto precedente;

9.3. apensar o presente processo ao TC 002.200/2014-7, que consolidará os trabalhos da Fiscalização Temática; e

9.4. remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao Ministério da Integração Nacional, à Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos de Pernambuco, à Companhia Pernambucana de Saneamento e à Secretaria de Controle Externo no estado de Pernambuco.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2742-40/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2743/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.536/2013-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em processo de Representação)
3. Embargantes: Call Tecnologia e Serviços Ltda. (05.003.257/0001-10); Comunix Tecnologia e Soluções Corporativas Ltda. (11.387.411/0001-06).
4. Órgão: Ministério da Saúde (vinculador).
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Advogados constituídos nos autos: André Puppin Macedo, OAB/DF 12.004, e outros (int.: Call Tecnologia e Serviços Ltda.); Fábio Augusto de Mesquita Porto, OAB/DF 26.567 (int.: Comunix Tecnologia e Soluções Corporativas Ltda.).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração, interpostos contra o Acórdão 2.297/2014-TCU-Plenário, alusivo a representação envolvendo possíveis irregularidades na contratação de serviços de teleatendimento pelo Ministério da Saúde,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer dos embargos de declaração apresentados pelas empresas Call Tecnologia e Serviços Ltda. e Comunix Tecnologia e Soluções Corporativas Ltda.;

9.2. dar ciência desta deliberação às embargantes e ao Ministério da Saúde.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2743-40/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2744/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.683/2004-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (em pedido de reexame)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Associação dos Juízes Classistas da Justiça do Trabalho da 15ª Região (58.390.501/0001-01); Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP (03.773.524/0001-03)
3.2. Responsável: Carlos Alberto Moreira Xavier (006.853.216-49)
3.3. Recorrente: Associação dos Juízes Classistas da Justiça do Trabalho da 15ª Região (58.390.501/0001-01).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogados constituídos nos autos: Christiane Patoja (OAB/DF 15.372), Ibaneis Rocha Barros Júnior (OAB/DF 11.555) e outros

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos contra os termos do Acórdão 1090/2014-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32 e 34 da Lei 8.442/1992 em:

9.1. conhecer dos presentes embargos declaratórios para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação à Associação dos Juízes Classistas da Justiça do Trabalho da 15ª Região, por meio de seus representantes legais, e ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2744-40/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2745/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.387/2012-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Jair Gonçalves de Almeida Filho (710.295.087-04); Maria do Carmo Batista de Almeida (304.397.797-15)
4. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (Rio de Janeiro-Centro)
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão de fraudes na concessão de benefícios previdenciários,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar os Srs. Maria do Carmo Batista de Almeida e Jair Gonçalves de Almeida Filho revéis para todos os efeitos, dando-se seguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas dos Srs. Maria do Carmo Batista de Almeida e Jair Gonçalves de Almeida Filho, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias abaixo relacionadas, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir da data correspondente até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, em razão dos pagamentos irregulares aos seguintes segurados do INSS:

LUIZA MARIA DE SOUZA PEÇANHA (CPF 316.313.127-15)

Data do lançamento	Tipo	Valor
15/10/1996	Débito	2.830,84
04/11/1996	Débito	816,59
04/12/1996	Débito	1.224,88
03/01/1997	Débito	816,59
04/02/1997	Débito	818,22
03/03/1997	Débito	818,22
02/04/1997	Débito	818,22
02/05/1997	Débito	818,22

LUZIA ARRUDA SILVA (CPF 599.343.447-34)

Data do lançamento	Tipo	Valor
15/10/1996	Débito	2.588,20
11/11/1996	Débito	712,35
10/12/1996	Débito	1.127,88
10/01/1997	Débito	712,35
13/02/1997	Débito	713,77
11/03/1997	Débito	713,77
09/04/1997	Débito	713,77
12/05/1997	Débito	713,77
10/06/1997	Débito	713,77
10/07/1997	Débito	764,73
11/08/1997	Débito	764,73

MANOEL ALMEIDA DOS SANTOS (CPF 218.823.477-49)

Data do lançamento	Tipo	Valor
18/11/1996	Débito	3.537,4
13/12/1996	Débito	1.326,54
16/01/1997	Débito	884,36
18/02/1997	Débito	886,13
14/03/1997	Débito	886,13
14/04/1997	Débito	886,13
15/05/1997	Débito	886,13
13/06/1997	Débito	886,13
13/03/1998	Débito	6.563,22
17/04/1998	Débito	943,96
15/05/1998	Débito	943,96
15/06/1998	Débito	943,96
15/07/1998	Débito	989,35
14/08/1998	Débito	989,37

MARIA ADALBERTA CARDOSO MAIO (CPF 051.403.887-07)

Data do lançamento	Tipo	Valor
19/11/1996	Débito	3.503,83
04/12/1996	Débito	1.303,08
06/01/1997	Débito	868,72
05/02/1997	Débito	870,46
05/03/1997	Débito	870,46
03/04/1997	Débito	870,46
06/05/1997	Débito	870,46

MARIA BERNARDETE GOMES (CPF 745.766.237-53)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Data do lançamento	Tipo	Valor
07/11/1996	Débito	2.888,90
02/12/1996	Débito	1.252,84
02/01/1997	Débito	884,36
03/02/1997	Débito	886,13
03/03/1997	Débito	886,13
02/04/1997	Débito	886,13
01/07/1997	Débito	943,97
06/08/1997	Débito	943,97
03/09/1997	Débito	943,97
02/10/1997	Débito	943,97
03/11/1997	Débito	943,97
02/12/1997	Débito	1.884,18
02/01/1998	Débito	947,74
02/02/1998	Débito	943,97
03/03/1998	Débito	943,97
01/04/1998	Débito	943,97

MARIA DAS GRAÇAS COUTINHO PINTO (CPF 782.606.637-91)

Data do lançamento	Tipo	Valor
11/11/1996	Débito	2.829,95
06/12/1996	Débito	1.252,84
08/01/1997	Débito	884,36
07/02/1997	Débito	886,13
07/03/1997	Débito	886,13
07/04/1997	Débito	886,13
08/05/1997	Débito	886,13
06/06/1997	Débito	886,13
07/07/1997	Débito	943,97
07/08/1997	Débito	943,97
05/09/1997	Débito	943,97
07/10/1997	Débito	943,97
07/11/1997	Débito	943,97
05/12/1997	Débito	1.884,20
08/01/1998	Débito	947,72
09/02/1998	Débito	943,97
06/03/1998	Débito	943,97
07/04/1998	Débito	943,97
08/05/1998	Débito	943,97
05/06/1998	Débito	943,97
07/07/1998	Débito	989,36
07/08/1998	Débito	989,38
08/09/1998	Débito	989,38
07/10/1998	Débito	989,36
09/11/1998	Débito	989,36
07/12/1998	Débito	1.978,72
08/01/1999	Débito	989,36
05/03/1999	Débito	987,41
08/03/1999	Débito	987,41
09/04/1999	Débito	987,41
07/05/1999	Débito	987,41
08/06/1999	Débito	987,41
07/07/1999	Débito	1.036,7
06/08/1999	Débito	1.036,78
08/09/1999	Débito	1.036,78
07/10/1999	Débito	1.036,78
08/11/1999	Débito	1.036,78
07/12/1999	Débito	2.073,56
07/01/2000	Débito	1.036,78
07/02/2000	Débito	1.036,78
09/03/2000	Débito	1.036,78
07/04/2000	Débito	1.036,78
08/05/2000	Débito	1.036,78
07/06/2000	Débito	1.036,78
07/07/2000	Débito	1.096,13
07/08/2000	Débito	1.096,13
08/09/2000	Débito	1.096,13
06/10/2000	Débito	1.096,13
08/11/2000	Débito	1.096,13
07/12/2000	Débito	2.192,26
11/01/2001	Débito	1.096,13
07/02/2001	Débito	1.096,13
08/03/2001	Débito	1.096,13
06/04/2001	Débito	1.096,98
09/05/2001	Débito	1.096,98
07/06/2001	Débito	1.096,98
06/07/2001	Débito	1.180,97
07/08/2001	Débito	1.180,97
10/09/2001	Débito	1.180,97
05/10/2001	Débito	1.180,97
08/11/2001	Débito	1.180,97
10/12/2001	Débito	2.361,92
08/01/2002	Débito	1.180,97
07/02/2002	Débito	1.180,97
08/03/2002	Débito	1.181,24
05/04/2002	Débito	1.181,06
08/05/2002	Débito	1.181,06
07/06/2002	Débito	1.181,06
05/07/2002	Débito	1.289,66
07/08/2002	Débito	1.289,66
09/09/2002	Débito	1.289,66
07/10/2002	Débito	1.289,66
08/11/2002	Débito	1.289,66
11/12/2002	Débito	2.579,30
10/02/2003	Débito	1.289,66
11/02/2003	Débito	1.289,66
12/03/2003	Débito	1.289,66
07/04/2003	Débito	1.289,66
08/05/2003	Débito	1.289,66
06/06/2003	Débito	1.289,66
07/07/2003	Débito	1.543,73
07/08/2003	Débito	1.543,73
05/09/2003	Débito	1.543,73
07/10/2003	Débito	1.543,73
07/11/2003	Débito	1.543,73
05/12/2003	Débito	3.087,44
08/01/2004	Débito	1.543,73
06/02/2004	Débito	1.543,73
05/03/2004	Débito	1.543,73
07/04/2004	Débito	1.543,73
07/05/2004	Débito	1.543,73
07/06/2004	Débito	1.613,62
07/07/2004	Débito	1.613,62
06/08/2004	Débito	1.613,62
08/09/2004	Débito	1.614,45

MARIA SÔNIA DE ALMEIDA (CPF 409.237.707-04)

Data do lançamento	Tipo	Valor
06/11/1996	Débito	510,61
02/12/1996	Débito	1.126,35
02/01/1997	Débito	901,08
03/02/1997	Débito	902,88
03/03/1997	Débito	902,88
01/04/1997	Débito	902,88
02/05/1997	Débito	902,88
02/06/1997	Débito	902,88
01/07/1997	Débito	945,39
01/08/1997	Débito	945,39

MARLENE DA CONCEIÇÃO CARDOSO (CPF 449.837.867-91)

Data do lançamento	Tipo	Valor
21/11/1996	Débito	2.206,74
04/12/1996	Débito	1.042,07
06/01/1997	Débito	735,58
05/02/1997	Débito	737,05
05/03/1997	Débito	737,05
03/04/1997	Débito	737,05
06/05/1997	Débito	737,05

MIRIAN BATISTA (CPF 790.942.447-72)

Data do lançamento	Tipo	Valor
12/11/1996	Débito	3.065,78
11/12/1996	Débito	1.252,84
14/01/1997	Débito	884,36
17/02/1997	Débito	886,13
12/03/1997	Débito	886,13
10/04/1997	Débito	886,13
15/05/1997	Débito	886,13
11/06/1997	Débito	886,13
10/07/1997	Débito	943,97
12/08/1997	Débito	943,97
11/09/1997	Débito	943,97
13/05/2003	Débito	1.289,64
20/05/2003	Débito	11.949,29
11/06/2003	Débito	1.289,64
10/07/2003	Débito	1.543,70
12/08/2003	Débito	1.543,70
11/09/2003	Débito	1.543,70
10/10/2003	Débito	1.543,70
12/11/2003	Débito	1.546,72

PANAGIOTIS ALEXANDROS KATSIVALIS (CPF 374.833.587-34)

Data do lançamento	Tipo	Valor
08/11/1996	Débito	660,79
09/12/1996	Débito	1.126,35
10/01/1997	Débito	901,08
13/02/1997	Débito	902,88
10/03/1997	Débito	902,88
08/04/1997	Débito	902,88
09/05/1997	Débito	902,88
09/06/1997	Débito	902,88
08/07/1997	Débito	945,39
12/08/1997	Débito	945,39
08/09/1997	Débito	945,39
08/10/1997	Débito	945,39
10/11/1997	Débito	945,39
08/12/1997	Débito	1.887,04
09/01/1998	Débito	949,14
09/02/1998	Débito	945,39
09/03/1998	Débito	945,39
08/04/1998	Débito	945,39
11/05/1998	Débito	945,39
08/06/1998	Débito	945,39
08/07/1998	Débito	990,85
10/08/1998	Débito	990,88
09/09/1998	Débito	990,88
08/10/1998	Débito	990,85
10/11/1998	Débito	990,85
08/12/1998	Débito	1.980,90
12/01/1999	Débito	990,85
08/02/1999	Débito	988,90
08/03/1999	Débito	988,90
12/04/1999	Débito	988,90
10/05/1999	Débito	988,90
09/06/1999	Débito	988,90
08/07/1999	Débito	1.038,34
09/08/1999	Débito	1.038,35
09/09/1999	Débito	1.038,34
08/10/1999	Débito	1.038,34
09/11/1999	Débito	1.038,34
08/12/1999	Débito	2.076,69
10/01/2000	Débito	1.038,34
08/02/2000	Débito	1.038,34
10/03/2000	Débito	1.038,34
10/04/2000	Débito	1.038,34
09/05/2000	Débito	1.038,34
08/06/2000	Débito	1.038,34
10/07/2000	Débito	1.097,78
08/08/2000	Débito	1.097,78
11/09/2000	Débito	1.097,78
09/10/2000	Débito	1.097,78
09/11/2000	Débito	1.097,78
08/12/2000	Débito	2.195,57
09/01/2001	Débito	1.097,78
08/02/2001	Débito	1.097,78
08/03/2001	Débito	1.097,78
09/04/2001	Débito	1.098,64
09/05/2001	Débito	1.098,64
08/06/2001	Débito	1.098,64
09/07/2001	Débito	1.182,75
08/08/2001	Débito	1.182,75
11/09/2001	Débito	1.182,75
08/10/2001	Débito	1.182,75
09/11/2001	Débito	1.182,75
10/12/2001	Débito	2.365,49
09/01/2002	Débito	1.182,75
08/02/2002	Débito	1.182,75
08/03/2002	Débito	1.183,02
08/04/2002	Débito	1.182,84
09/05/2002	Débito	1.182,84
10/06/2002	Débito	1.182,84
08/07/2002	Débito	1.291,60
08/08/2002	Débito	1.291,60
09/09/2002	Débito	1.291,60
08/10/2002	Débito	1.291,60
08/11/2002	Débito	1.291,60
10/12/2002	Débito	1.291,60
10/01/2003	Débito	2.583,19
11/02/2003	Débito	1.291,60
13/03/2003	Débito	1.291,60
08/04/2003	Débito	1.291,60
09/05/2003	Débito	1.291,60
09/06/2003	Débito	1.291,60
08/07/2003	Débito	1.546,06
08/08/2003	Débito	1.546,06
08/09/2003	Débito	1.546,06
09/10/2003	Débito	1.546,06
10/11/2003	Débito	1.546,05
08/12/2003	Débito	3.092,09
09/01/2004	Débito	1.546,05
09/02/2004	Débito	1.546,33
08/03/2004	Débito	1.546,33
01/04/2004	Débito	1.546,33
03/05/2004	Débito	1.546,33
01/06/2004	Débito	1.616,38
07/07/2004	Débito	1.616,38

PAULO CESAR DE SOUZA (CPF 051.711.337-60)

Data do lançamento	Tipo	Valor
22/11/1996	Débito	2.691,15
03/12/1996	Débito	1.270,82
09/01/1997	Débito	897,05
04/02/1997	Débito	898,84
04/03/1997	Débito	898,84
02/04/1997	Débito	898,84
09/05/1997	Débito	898,84

RAIMUNDO ELFÉRIO MENDES (CPF 360.011.807-25)

Data do lançamento	Tipo	Valor
23/12/1996	Débito	2.123,01
14/01/1997	Débito	897,05
17/02/1997	Débito	898,84
14/03/1997	Débito	898,84
11/04/1997	Débito	898,84
14/05/1997	Débito	898,84
15/10/1999	Débito	1.045,58
16/11/1999	Débito	1.045,58
14/12/1999	Débito	2.091,16
14/01/2000	Débito	1.045,58
05/02/2002	Débito	1.475,03
06/02/2002	Débito	29.114,42
15/02/2002	Débito	1.190,99
15/03/2002	Débito	1.191,17
12/04/2002	Débito	1.191,08
15/05/2002	Débito	1.191,08
03/06/2002	Débito	1.191,08
11/07/2002	Débito	1.300,59
13/08/2002	Débito	1.300,59
12/09/2002	Débito	1.300,59
11/10/2002	Débito	1.300,59
13/11/2002	Débito	1.300,59
12/12/2002	Débito	2.601,16
14/01/2003	Débito	1.300,59
13/02/2003	Débito	1.300,59

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

14/03/2003	Débito	1.300,59
11/04/2003	Débito	1.300,59
14/05/2003	Débito	1.300,59
12/06/2003	Débito	1.300,59
11/07/2003	Débito	1.556,82
13/08/2003	Débito	1.556,82
11/09/2003	Débito	1.556,82
13/10/2003	Débito	1.556,82
13/11/2003	Débito	1.556,82
11/12/2003	Débito	3.113,61
14/01/2004	Débito	1.556,82
12/02/2004	Débito	1.556,82
11/03/2004	Débito	1.556,82
06/04/2004	Débito	1.556,82
06/05/2004	Débito	1.556,82
04/06/2004	Débito	1.627,31
06/07/2004	Débito	1.627,31
05/08/2004	Débito	1.632,20

RAYMUNDO RANGEL DA SILVEIRA (CPF 029.554.317-53)

Data do lançamento	Tipo	Valor
11/11/1996	Débito	605,63
12/11/1996	Débito	586,09
11/12/1996	Débito	781,45
13/01/1997	Débito	586,09
14/02/1997	Débito	586,09
12/03/1997	Débito	586,09
10/04/1997	Débito	586,09
13/05/1997	Débito	586,09
02/06/1997	Débito	586,09
14/08/1997	Débito	1.241,50
10/09/1997	Débito	620,75
10/10/1997	Débito	620,75
12/11/1997	Débito	620,75
10/12/1997	Débito	1.241,50
13/01/1998	Débito	620,75
11/02/1998	Débito	620,75
11/03/1998	Débito	620,75
14/04/1998	Débito	620,75
13/05/1998	Débito	620,75
10/06/1998	Débito	620,75
10/07/1998	Débito	650,61
12/08/1998	Débito	650,61
11/09/1998	Crédito	104,56
13/10/1998	Crédito	104,56

RAQUEL BERNARDES DÓRIA (CPF 025.145.647-19)

Data do lançamento	Tipo	Valor
09/10/1996	Débito	2.573,71
11/11/1996	Débito	764,47
09/12/1996	Débito	1.146,70
09/01/1997	Débito	764,47
17/02/1997	Débito	766,00
10/03/1997	Débito	766,00
09/04/1997	Débito	766,00

RENATA MANTUANO (CPF 051.698.867-05)

Data do lançamento	Tipo	Valor
19/11/1996	Débito	2.691,15
12/12/1996	Débito	1.270,82
14/01/1997	Débito	897,05
14/02/1997	Débito	898,84
12/03/1997	Débito	898,84
10/04/1997	Débito	898,84

ROGÉLIO PAZOS BUGARIN (CPF 271.228.837-87)

Data do lançamento	Tipo	Valor
15/10/1996	Débito	2.966,94
12/11/1996	Débito	816,59
11/12/1996	Débito	1.292,93
13/01/1997	Débito	816,59
14/02/1997	Débito	818,22
12/03/1997	Débito	818,22
10/04/1997	Débito	818,22
01/07/1998	Débito	876,52
10/07/1998	Débito	918,67
23/07/1998	Débito	12.130,20
12/08/1998	Débito	918,67

ROSALINDA DA GLÓRIA RODRIGUES FERNANDES (CPF 051.514.847-45)

Data do lançamento	Tipo	Valor
01/11/1996	Débito	3.272,13
02/12/1996	Débito	1.326,54
02/01/1997	Débito	884,36
03/02/1997	Débito	886,13
03/03/1997	Débito	886,13
01/04/1997	Débito	886,13
02/05/1997	Débito	886,13
02/06/1997	Débito	886,13
01/07/1997	Débito	943,97
01/08/1997	Débito	943,97

VALDIR SOUZA DOS ANJOS (CPF 203.892.997-15)

Data do lançamento	Tipo	Valor
14/11/1996	Débito	2.682,55
12/12/1996	Débito	1.252,84
22/01/1997	Débito	884,36
25/02/1997	Débito	886,13
17/03/1997	Débito	886,13
16/04/1997	Débito	886,13
15/04/1998	Débito	943,96
15/05/1998	Débito	943,96
12/06/1998	Débito	943,96
13/07/1998	Débito	989,35
13/08/1998	Débito	989,37
14/09/1998	Débito	989,37
14/10/1998	Débito	989,35
13/11/1998	Débito	989,35
11/12/1998	Débito	1.978,70
14/01/1999	Débito	989,35
11/02/1999	Débito	987,40
12/03/1999	Débito	987,40
15/04/1999	Débito	987,40
13/05/1999	Débito	987,40
15/06/1999	Débito	987,40
13/07/1999	Débito	1.036,76
12/08/1999	Débito	1.036,77
14/09/1999	Débito	1.036,77
14/10/1999	Débito	1.036,77
12/11/1999	Débito	1.036,77
14/12/1999	Débito	2.073,54
13/01/2000	Débito	1.036,77
11/02/2000	Débito	1.036,77
16/03/2000	Débito	1.036,77
13/04/2000	Débito	1.036,77
12/05/2000	Débito	1.036,77
13/06/2000	Débito	1.036,77
13/07/2000	Débito	1.096,12
11/08/2000	Débito	1.096,12
18/09/2000	Débito	1.096,12
16/10/2000	Débito	1.096,12
14/11/2000	Débito	1.096,12
13/12/2000	Débito	2.192,24
19/02/2001	Débito	2.192,24
21/03/2001	Débito	1.096,12
12/04/2001	Débito	1.096,97
14/05/2001	Débito	1.096,97
13/06/2001	Débito	1.096,97
12/07/2001	Débito	1.180,96
13/08/2001	Débito	1.180,96
14/09/2001	Débito	1.180,96
11/10/2001	Débito	1.180,96
14/11/2001	Débito	1.180,96
13/12/2001	Débito	2.361,90
14/01/2002	Débito	1.180,96
20/02/2002	Débito	1.180,96
14/03/2002	Débito	1.181,23
11/04/2002	Débito	1.181,05
14/05/2002	Débito	1.181,05
13/06/2002	Débito	1.181,05
11/07/2002	Débito	1.289,64
13/08/2002	Débito	1.289,64
12/09/2002	Débito	1.289,64
11/10/2002	Débito	1.289,64
13/11/2002	Débito	1.289,64
12/12/2002	Débito	2.579,26
14/01/2003	Débito	1.289,64
13/02/2003	Débito	1.289,64
17/03/2003	Débito	1.289,64
11/04/2003	Débito	1.289,64
15/05/2003	Débito	1.289,64
12/06/2003	Débito	1.289,64
11/07/2003	Débito	1.543,70
13/08/2003	Débito	1.543,70
11/09/2003	Débito	1.543,70
14/10/2003	Débito	1.543,70
13/11/2003	Débito	1.543,70
11/12/2003	Débito	3.087,38
14/01/2004	Débito	1.543,70
12/02/2004	Débito	1.543,70
11/03/2004	Débito	1.543,70
06/04/2004	Débito	1.543,70
06/05/2004	Débito	1.543,70
04/06/2004	Débito	1.613,60
06/07/2004	Débito	1.619,87

VERA LÚCIA PEREZ (CPF 259.942.397-04)

Data do lançamento	Tipo	Valor
15/10/1996	Débito	3.156,34
05/11/1996	Débito	868,72
03/12/1996	Débito	1.375,47
03/01/1997	Débito	868,72
04/02/1997	Débito	870,46
04/03/1997	Débito	870,46
02/04/1997	Débito	870,46

WALTER MARTINS (CPF 128.460.906-53)

Data do lançamento	Tipo	Valor
13/11/1996	Débito	2.731,47
04/02/1997	Débito	725,17
18/02/1997	Débito	726,62
13/03/1997	Débito	726,62
11/04/1997	Débito	726,62

WANDERLEY VICENTE (CPF 100.314.487-04)

Data do lançamento	Tipo	Valor
06/11/1996	Débito	11.000,29
11/11/1996	Débito	654,52
04/12/1996	Débito	1.309,04
07/01/1997	Débito	654,52
06/02/1997	Débito	655,83
05/03/1997	Débito	655,83
03/04/1997	Débito	655,83
06/05/1997	Débito	655,83
04/06/1997	Débito	655,83
03/07/1997	Débito	706,72
05/08/1997	Débito	706,72
06/04/2000	Débito	1.552,40
04/05/2000	Débito	776,2
05/06/2000	Débito	776,2
05/07/2000	Débito	820,64
21/07/2000	Débito	1.421,79
03/08/2000	Débito	820,64
05/09/2000	Débito	820,64
04/10/2000	Débito	820,64
06/11/2000	Débito	820,64
05/12/2000	Débito	1.641,28
04/01/2001	Débito	820,64
05/02/2001	Débito	820,64
05/03/2001	Débito	820,64
04/04/2001	Débito	821,3
04/05/2001	Débito	821,3
05/06/2001	Débito	821,3
04/07/2001	Débito	884,2
03/08/2001	Débito	884,2
05/09/2001	Débito	884,2
03/10/2001	Débito	884,2
06/11/2001	Débito	884,2
05/12/2001	Débito	1.768,41
04/01/2002	Débito	884,2
05/02/2002	Débito	884,2
05/03/2002	Débito	884,2
03/04/2002	Débito	884,2
06/05/2002	Débito	884,2
05/06/2002	Débito	884,2
03/07/2002	Débito	965,54
05/08/2002	Débito	965,54
04/09/2002	Débito	965,54
03/10/2002	Débito	965,54
05/11/2002	Débito	965,54
04/12/2002	Débito	1.931,09
06/01/2003	Débito	965,54
05/02/2003	Débito	965,54
06/03/2003	Débito	965,54
03/04/2003	Débito	965,54
06/05/2003	Débito	965,54
04/06/2003	Débito	965,54
03/07/2003	Débito	1.155,79
05/08/2003	Débito	1.155,79
03/09/2003	Débito	1.155,79
03/10/2003	Débito	1.155,79
05/11/2003	Débito	1.155,79
03/12/2003	Débito	2.311,59
06/01/2004	Débito	1.155,79
04/02/2004	Débito	1.155,79
03/03/2004	Débito	1.155,79

WILMA BALTHAR CABRAL (CPF 484.395.927-87)

Data do lançamento	Tipo	Valor
11/11/1996	Débito	2.489,91
24/12/1996	Débito	1.641,70
06/01/1997	Débito	820,85
12/02/1997	Débito	822,49
04/03/1997	Débito	822,49
01/04/1997	Débito	822,49

9.3. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que os responsáveis de que trata o subitem anterior comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);

9.4. aplicar, individualmente, aos Srs. Maria do Carmo Batista de Almeida e Jair Gonçalves de Almeida Filho a pena de multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.5. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que os responsáveis de que trata o subitem anterior comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", e 269 do RI/TCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada, quando paga após seu vencimento, monetariamente desde a data de prolação deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.7. autorizar, desde já, caso venha a ser solicitado, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, nos termos do art. 217 do RI/TCU, com a incidência sobre cada parcela dos devidos encargos legais até o efetivo pagamento, esclarecendo que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do RI/TCU);

9.8 declarar os Srs. Maria do Carmo Batista de Almeida e Jair Gonçalves de Almeida Filho inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública pelo período de oito anos, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992;

9.9. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2745-40/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2746/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC nº 015.494/2014-4.
1.1. Apenso: TC nº 010.943/2014-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Administrativo.
3. Interessada: Secretaria Geral de Controle Externo (CNPJ nº 00.414.600/1000-70).
4. Órgão: não há.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Apoio à Gestão do Controle Externo (Segest).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que versam sobre projeto de decisão normativa que define as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão as contas de 2014 julgadas pelo tribunal e disciplina os procedimentos complementares para compor e apresentar os processos de contas, nos termos do art. 4º da IN TCU nº 63/2010.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. aprovar o projeto em anexo;

9.2. encaminhar à Segecex cópia do Relatório, Voto e Acórdão, com vistas à atender, no prazo de 60 (sessenta) dias, ao tópico descrito no item 16.1 do Voto apresentado nesta oportunidade; e

9.3. arquivar os autos.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2746-40/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2747/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.626/2004-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Administrativo (Recurso)
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Estevão dos Santos Cunha (991.660.627-72).
4. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não há.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso em matéria administrativa interposto pelo Sr. Estevão dos Santos Cunha contra decisão da Presidência do Tribunal de Contas da União, que negou provimento a recurso anteriormente interposto, visando o reconhecimento da decadência administrativa prevista no art. 54 da Lei nº 9.784/19999 em relação ao ato administrativo que lhe reconheceu o direito a anuênios no percentual de 13% referente a tempo de serviço prestado sob a égide do Estatuto dos Militares,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer o presente recurso administrativo e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência deste Acórdão, assim como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao recorrente;

9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2747-40/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2748/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 043.840/2012-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Monitoramento
3. Interessadas: Agência Nacional de Transportes Aquaviários (04.903.587/0001-08); Companhia Docas do Espírito Santo (27.316.538/0001-66).
4. Entidades: Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Companhia Docas do Espírito Santo.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Transportes (SefidTrans).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do item 9.4 do Acórdão 2.380/2011-Plenário, que fez determinações à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), e do item 1.7 do Acórdão 1.661/2012-Plenário, que fez determinações Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar cumprida a determinação relativa ao item 9.4.2 do Acórdão 2.380/2011-TCU-Plenário;

9.2. considerar parcialmente cumprida a determinação relativa ao item 9.4.1 do Acórdão 2.380/2011-TCU-Plenário, tendo em vista que se encontra pendente a manifestação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) quanto à repactuação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de arrendamento firmados entre a Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e a Flexibrás, objetos do Termo de Unificação Contratual PE 1097/2005;

9.3. considerar parcialmente cumprida a determinação relativa ao item 1.7 do Acórdão 1.661/2012-TCU-Plenário, tendo em vista que até o momento a Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) não adotou as medidas sob sua responsabilidade para dar cumprimento ao deliberado pelo art. 4° da Resolução Antaq 3.437/2014, que se refere à adequação da Resolução Codesa 45/2011 aos termos da Resolução Antaq 2.240/2011;

9.4. dar ciência à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) acerca da necessidade de, quando da celebração de Contrato de Uso Temporário, realizar a respectiva avaliação, com enfoque especial, mas não restrito, ao termo final previsto para vigência do ajuste, o qual, no caso da Flexibrás, deverá estar limitado ao vencimento do contrato da empresa com a Petrobrás, e observar o disposto no art. 44 da Resolução Antaq 2.240/2011 como condição prévia à autorização a ser concedida, sob pena de infringir o princípio da supremacia do interesse público;

9.5. dar ciência à Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) acerca da necessidade de observar, para a assinatura do Contrato de Uso Temporário com a Flexibrás em decorrência da autorização prevista nos arts. 3° e 4º da Resolução Antaq 3.437/2014, a data final prevista para vigência do ajuste, que deverá estar limitada ao vencimento do contrato da empresa com a Petrobrás e observar o disposto no art. 44 da Resolução Antaq 2.240/2011, sob pena de infringir o princípio da supremacia do interesse público;

9.6. determinar à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal que, no prazo de 90 (noventa) dias, encaminhe a este Tribunal a manifestação que vier a pronunciar quanto à repactuação do equilíbrio econômico-financeiro referente aos contratos de arrendamento firmados entre a Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e a Flexibrás objetos do Termo de Unificação Contratual PE 1097/2005;

9.7. determinar à Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal (RITCU), que, no prazo de 90 (noventa) dias, encaminhe a este Tribunal o Contrato de Uso Temporário firmado com a Flexibrás em decorrência da autorização prevista nos arts. 3° e 4º da Resolução Antaq 3.437/2014;

9.8. encaminhar cópia desta deliberação à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), à Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e à Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR);

9.9. restituir os autos à SefidTransporte para continuidade do monitoramento.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2748-40/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2749/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.980/2011-2.
2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional
3.2. Responsável: Jorge Antônio Mesquita Pereira de Almeida (CPF 341.332.917-00).
4. Unidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Portuárias, Hídricas e Ferroviárias (SecobHidro).
8. Advogados constituídos nos autos: José Maurício Balbi Sollero, OAB/MG 30.851; Alexandre Aroeira Salles, OAB/DF 28.108; Renata Aparecida Ribeiro Felipe, OAB/MG 97.826; José Luiz Ataíde, OAB/DF 38.717 e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Relatório de Auditoria realizada no âmbito do Fiscobras/2011, tendo por objeto as obras de construção da Ferrovia Norte-Sul, no Estado de Goiás, no trecho entre Anápolis e Uruaçu.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Jorge Antônio Mesquita Pereira de Almeida, nos termos do art. 250, §1º, do Regimento Interno/TCU;

9.2 encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, à Valec Engenharia, Cons-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

truções e Ferrovias S.A, ao Sr. Jorge Antônio Mesquita e às empresas Andrade Gutierrez S/A e Construtora Queiroz Galvão S/A;

9.3 encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, nos termos do item 9.3 do Acórdão 268/2014-Plenário;

9.4 arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2749-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2750/2014 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 007.872/2013-5

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Carla Magalhães Caparica (CPF 632.140.407-15), Jorge Luis da Silva Rodrigues (CPF 546.424.697-53), Ivonete Silva Baldez (CPF 738.783.677-91), Cremilda Secreto Novoa (falecida; CPF não informado/não localizado), Dulcinea Netto Pereira (CPF 048.281.337-71), Edenir Baptista Carvalho (CPF 267.618.827-53), Gerse Evaristo de Azevedo (CPF 555.906.407-68), José de Freitas Neves (CPF 662.718.517-20), José Soares Peixoto (CPF 428.398.747-68), Olavo Piazenski (CPF 359.584.567-68), Wagner Ferreira Loureiro (CPF 031.345.207-53), Luiz Carlos Schuab (CPF 438.935.627-53), Marcio Cavalieri (falecido; CPF 312.177.967-20), Isaura Pereira Dias Alves (falecida; CPF 021.054.257-80).

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representantes do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

8. Advogados constituído nos autos: Murilo Correia Sampaio (OAB/RJ 19.221), Solanger do Nascimento Cavalcante (OAB/RJ 66.675)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em razão do prejuízo causado pelos ex-servidores Carla Magalhães Caparica, Jorge Luis da Silva Rodrigues e Ivonete Silva Baldez, referente à concessão irregular de aposentadorias a segurados. Os fatos ocorreram na agência da Previdência Social localizada no Bairro da Tijuca, no Município do Rio de Janeiro (Peça 5, p. 142).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea d; 19, caput; 23, inciso III; e 57 da Lei 8.443/1992, em:

9.1 excluir da presente relação processual os segurados Cremilda Secreto Novoa (falecida), Dulcinea Netto Pereira, Edenir Baptista Carvalho, Gerse Evaristo de Azevedo), José de Freitas Neves, José Soares Peixoto, Olavo Piazenski, Wagner Ferreira Loureiro, Luiz Carlos Schuab, Marcio Cavalieri (falecido), Isaura Pereira Dias Alves (falecida);

9.2. julgar irregulares as contas da Srªs Carla Magalhães Caparica e Ivonete Silva Baldez e do Sr. Jorge Luis da Silva Rodrigues condenando-os ao pagamento das importâncias a seguir indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento dos débitos aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários, ocasionando prejuízo aos cofres públicos, segundo os pagamentos efetuados ao seguinte segurado:

9.2.1. Devedor: Carla Magalhães Caparica (CPF: 632.140.407-15), em razão de concessão irregular de aposentadorias, ocasionando prejuízo aos cofres públicos, segundo os pagamentos efetuados aos seguintes segurados:

9.2.1.1. Cremilda Secreto Novoa (falecida; CPF não informado/não localizado):

Data	Valor	Tipo
8/7/1994	541,45	D
4/8/1994	541,45	D
8/9/1994	541,45	D
10/10/1994	541,45	D
7/11/1994	541,45	D
6/12/1994	1.082,90	D
14/6/1999	5.023,25	D
6/7/1999	1.050,96	D
5/8/1999	1.050,96	D
6/9/1999	6.073,96	D
6/10/1999	1.050,96	D
5/11/1999	1.050,96	D
6/12/1999	2.101,92	D
6/1/2000	1.050,96	D
4/2/2000	1.050,96	D
8/3/2000	1.050,96	D
6/4/2000	1.050,96	D
31/5/2000	1.050,96	D
6/6/2000	1.050,96	D
13/7/2000	1.112,02	D
4/8/2000	1.112,02	D
6/9/2000	1.112,02	D
5/10/2000	1.112,02	D
7/11/2000	1.112,02	D
6/12/2000	2.224,04	D

9.2.1.2. Dulcinea Netto Pereira (CPF 048.281.337-71):

Data	Valor	Tipo
4/12/1997	3.564,16	D
6/1/1998	963,29	D
4/2/1998	963,29	D
4/3/1998	963,29	D
3/4/1998	963,29	D
6/5/1998	963,29	D
3/6/1998	963,29	D
18/5/1999	2.003,34	D
4/6/1999	1.001,67	D
6/7/1999	1.047,84	D
4/8/1999	1.047,84	D
3/9/1999	1.047,84	D
5/10/1999	2.352,46	D
4/11/1999	1.047,84	D
3/12/1999	2.095,68	D
7/1/2000	1.047,84	D
4/2/2000	1.047,84	D
31/3/2000	1.047,84	D
5/4/2000	1.047,84	D
4/5/2000	1.047,84	D
5/6/2000	1.047,84	D
5/7/2000	1.108,71	D
3/8/2000	1.108,71	D
5/9/2000	1.108,71	D
4/10/2000	1.108,71	D
6/11/2000	1.108,71	D
5/12/2000	2.217,42	D
4/1/2001	1.108,71	D
5/2/2001	1.108,71	D
5/3/2001	1.108,71	D
6/4/2001	1.108,71	D
7/5/2001	1.108,71	D
6/6/2001	1.108,71	D
4/7/2001	1.193,63	D
6/8/2001	1.193,63	D
6/9/2001	1.193,63	D
3/10/2001	1.193,63	D
6/11/2001	1.193,63	D
5/12/2001	2.387,26	D
7/1/2002	1.193,63	D
6/2/2002	1.193,63	D
5/3/2002	1.193,63	D
3/4/2002	1.193,63	D
7/5/2002	1.193,63	D
5/6/2002	1.193,63	D
5/7/2002	1.303,44	D
5/8/2002	1.303,44	D
6/9/2002	1.303,44	D
4/10/2002	1.303,44	D
5/11/2002	1.303,44	D
4/12/2002	2.606,88	D
6/1/2003	1.303,44	D
5/2/2003	1.303,44	D
7/3/2003	1.303,44	D
7/4/2003	1.303,44	D
31/5/2003	1.303,44	D
31/6/2003	1.303,44	D
3/7/2003	1.560,34	D
5/8/2003	1.560,34	D
4/9/2003	1.560,34	D
3/10/2003	1.560,34	D
5/11/2003	1.560,34	D
4/12/2003	3.120,68	D
6/1/2004	1.560,34	D
4/2/2004	1.560,34	D
8/3/2004	1.560,34	D
6/4/2004	1.560,34	D
6/5/2004	1.560,34	D
7/6/2004	1.631,02	D
6/7/2004	1.631,02	D
6/8/2004	1.631,02	D
3/9/2004	1.631,02	D
6/10/2004	1.631,02	D
5/11/2004	1.631,02	D
31/12/2004	3.262,04	D
31/1/2005	1.631,02	D
3/2/2005	1.631,02	D
4/3/2005	1.631,02	D
7/4/2005	1.631,02	D
4/5/2005	1.631,02	D
6/6/2005	1.734,67	D
7/7/2005	1.734,67	D
5/8/2005	1.734,67	D
8/9/2005	1.734,67	D
10/10/2005	1.734,67	D
8/11/2005	1.734,67	D
5/12/2005	3.469,34	D
4/1/2006	1.734,67	D
7/2/2006	1.734,67	D
3/3/2006	1.734,67	D
5/4/2006	1.734,67	D
5/5/2006	1.821,40	D
8/6/2006	1.821,40	D
7/7/2006	1.821,40	D
7/8/2006	1.821,40	D
5/9/2006	2.732,10	D
4/10/2006	1.821,74	D
9/11/2006	1.821,57	D
6/12/2006	2.732,44	D

9.2.1.3. Edenir Baptista Carvalho (CPF 267.618.827-53)

Data	Valor	Tipo
8/12/1997	1.223,70	D
11/12/1997	1.207,60	D
14/1/1998	966,08	D
12/2/1998	966,08	D
12/3/1998	966,08	D
15/4/1998	966,08	D
14/5/1998	966,08	D
12/6/1998	966,08	D
13/3/2001	1.107,61	D
12/4/2001	1.107,61	D
14/5/2001	1.107,61	D
28/5/2001	27.880,16	D
13/6/2001	1.107,61	D
12/7/2001	1.192,45	D
13/8/2001	1.192,45	D
14/9/2001	1.192,45	D
11/10/2001	1.192,45	D
31/11/2001	1.192,45	D
13/12/2001	2.384,90	D
14/1/2002	1.192,45	D
15/2/2002	1.192,45	D
13/3/2002	1.192,45	D
11/4/2002	1.192,45	D
14/5/2002	1.192,45	D
13/6/2002	1.192,45	D
11/7/2002	1.302,15	D
13/8/2002	1.302,15	D
12/9/2002	1.302,15	D
11/10/2002	1.302,15	D
13/11/2002	1.302,15	D
12/12/2002	2.604,30	D
14/1/2003	1.302,15	D

9.2.1.4. Gerse Evaristo de Azevedo (CPF 555.906.407-68):

Data	Valor	Tipo
15/12/1997	783,38	D
7/1/1998	979,24	D
5/2/1998	979,24	D
6/3/1998	979,24	D
7/4/1998	979,24	D
8/5/1998	979,24	D
5/6/1998	979,24	D
10/11/1999	1.052,81	D
16/11/1999	1.086,78	D
6/12/1999	2.105,62	D
6/1/2000	1.052,81	D
7/2/2000	1.052,81	D
9/3/2000	1.052,81	D
7/4/2000	1.052,81	D
5/5/2000	1.052,81	D
6/6/2000	1.052,81	D
6/7/2000	1.113,97	D
31/8/2000	1.113,97	D
6/9/2000	1.113,97	D
5/10/2000	1.113,97	D
7/11/2000	1.113,97	D
6/12/2000	2.227,94	D
5/1/2001	1.113,97	D
6/2/2001	1.113,97	D
6/3/2001	1.113,97	D
5/4/2001	1.113,97	D
7/5/2001	1.113,97	D
6/6/2001	1.113,97	D
5/7/2001	1.199,30	D
6/8/2001	1.199,30	D
6/9/2001	1.199,30	D
4/10/2001	1.199,30	D
7/11/2001	1.199,30	D
6/12/2001	2.398,60	D
7/1/2002	1.199,30	D
6/2/2002	1.199,30	D
6/3/2002	1.199,30	D
4/4/2002	1.199,30	D
7/5/2002	1.199,30	D
6/6/2002	1.199,30	D
4/7/2002	1.309,63	D
6/8/2002	1.309,63	D
5/9/2002	1.309,63	D
4/10/2002	1.309,63	D
6/11/2002	1.309,63	D
5/12/2002	2.619,26	D
7/1/2003	1.309,63	D
6/2/2003	1.309,63	D
10/3/2003	1.309,63	D
4/4/2003	1.309,63	D
7/5/2003	1.309,63	D
5/6/2003	1.309,63	D
4/7/2003	1.567,75	D
6/8/2003	1.567,75	D

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.2.1.5. José de Freitas Neves (CPF 662.718.517-20):

Data	Valor	Tipo
14/11/1997	2.006,19	D
9/12/1997	1.130,25	D
12/1/1998	847,69	D
16/2/1998	847,69	D
16/3/1998	847,69	D
13/4/1998	847,69	D
15/5/1998	847,69	D
12/6/1998	847,69	D
19/4/2002	27.005,79	D
13/5/2002	1.050,43	D
13/6/2002	1.050,43	D
9/7/2002	1.147,06	D
9/8/2002	1.147,06	D
10/9/2002	1.147,06	D
9/10/2002	1.147,06	D
11/11/2002	1.147,06	D
10/12/2002	2.294,12	D
31/1/2003	1.147,06	D
11/2/2003	1.147,06	D
12/3/2003	1.147,06	D
9/4/2003	1.147,06	D
12/5/2003	1.147,06	D
10/6/2003	1.147,06	D
9/7/2003	1.373,14	D
11/8/2003	1.373,14	D
9/9/2003	1.373,14	D
9/10/2003	1.373,14	D
11/11/2003	1.373,14	D
9/12/2003	2.746,28	D
12/1/2004	1.373,14	D
10/2/2004	1.373,14	D
9/3/2004	1.373,14	D
2/4/2004	1.373,14	D
4/5/2004	1.373,14	D
2/6/2004	1.435,34	D
2/7/2004	1.435,34	D
3/8/2004	1.435,34	D
2/9/2004	1.435,34	D
4/10/2004	1.435,34	D
3/11/2004	1.435,34	D
2/12/2004	2.870,68	D
4/1/2005	1.435,34	D
2/2/2005	1.435,34	D
2/3/2005	1.435,34	D
4/4/2005	1.435,34	D
3/5/2005	1.435,34	D
2/6/2005	1.526,55	D
4/7/2005	1.526,55	D
2/8/2005	1.526,55	D
2/9/2005	1.526,55	D
4/10/2005	1.526,55	D
3/11/2005	1.526,55	D
2/12/2005	3.053,10	D
3/1/2006	1.526,55	D
2/2/2006	1.526,55	D
31/3/2006	1.526,55	D
31/4/2006	1.526,55	D
3/5/2006	1.602,87	D
2/6/2006	1.602,87	D
4/7/2006	1.602,87	D
2/8/2006	1.602,87	D
4/9/2006	2.404,30	D

9.2.1.6. José Soares Peixoto (CPF 428.398.747-68):

Data	Valor	Tipo
12/11/1997	2.440,33	D
4/12/1997	1.364,66	D
7/1/1998	966,00	D
5/2/1998	963,29	D
5/3/1998	963,29	D
6/4/1998	963,29	D
7/5/1998	963,29	D
4/6/1998	963,29	D

9.2.1.7. Olavo Piazensk (CPF 359.584.567-68):

Data	Valor	Tipo
1/12/1997	2.296,26	D
8/12/1997	1.284,09	D
12/1/1998	906,42	D
6/2/1998	906,42	D
6/3/1998	906,42	D
7/4/1998	906,42	D
11/5/1998	906,42	D
5/6/1998	906,42	D

9.2.1.8. Wagner Ferreira Loureiro (CPF 031.345.207-53):

Data	Valor	Tipo
8/12/1997	2.164,32	D
6/1/1998	908,11	D
4/2/1998	908,11	D
4/3/1998	908,11	D
3/4/1998	908,11	D
6/5/1998	908,11	D
3/6/1998	908,11	D
11/5/1999	1.661,77	D
4/6/1999	940,63	D
5/7/1999	983,99	D
4/8/1999	983,99	D
3/9/1999	989,99	D
5/10/1999	983,99	D
4/11/1999	983,99	D
3/12/1999	1.967,98	D
6/1/2000	983,99	D
3/2/2000	983,99	D
31/3/2000	983,99	D
5/4/2000	983,99	D
4/5/2000	983,99	D
5/6/2000	983,99	D
5/7/2000	1.041,15	D
3/8/2000	1.041,15	D
5/9/2000	1.041,15	D
5/10/2000	1.041,15	D
6/11/2000	1.041,15	D
10/11/2000	1.869,19	D
5/12/2000	2.082,30	D
4/1/2001	1.041,15	D
5/2/2001	1.041,15	D
5/3/2001	1.041,15	D
4/4/2001	1.041,15	D
4/5/2001	1.041,15	D
5/6/2001	1.041,15	D
4/7/2001	1.120,90	D
3/8/2001	1.120,90	D
5/9/2001	1.120,90	D
3/10/2001	1.120,90	D
6/11/2001	1.120,90	D
5/12/2001	2.241,80	D
4/1/2002	1.120,90	D
5/2/2002	1.120,90	D
5/3/2002	1.120,90	D
3/4/2002	1.120,90	D
6/5/2002	1.120,90	D
5/6/2002	1.120,90	D
3/7/2002	1.224,02	D
5/8/2002	1.224,02	D
4/9/2002	1.224,02	D
3/10/2002	1.224,02	D
5/11/2002	1.224,02	D
4/12/2002	2.448,04	D
6/1/2003	1.224,02	D
5/2/2003	1.224,02	D
6/3/2003	1.224,02	D
31/4/2003	1.224,02	D
31/5/2003	1.224,02	D
4/6/2003	1.224,02	D
3/7/2003	1.465,27	D
5/8/2003	1.465,27	D
3/9/2003	1.465,27	D
3/10/2003	1.465,27	D
5/11/2003	1.465,27	D
3/12/2003	2.930,54	D
6/1/2004	1.465,27	D
4/2/2004	1.465,27	D
3/3/2004	1.465,27	D
5/4/2004	1.465,27	D
5/5/2004	1.465,27	D
3/6/2004	1.531,64	D
5/7/2004	1.531,64	D
4/8/2004	1.531,64	D
3/9/2004	1.531,64	D
5/10/2004	1.531,64	D
31/11/2004	1.531,64	D
31/12/2004	3.063,28	D
5/1/2005	1.531,64	D
3/2/2005	1.531,64	D
3/3/2005	1.531,64	D
5/4/2005	1.531,64	D
4/5/2005	1.531,64	D
3/6/2005	1.628,97	D
5/7/2005	1.628,97	D
3/8/2005	1.628,97	D
5/9/2005	1.628,97	D
5/10/2005	1.628,97	D
4/11/2005	1.628,97	D
5/12/2005	3.257,94	D
4/1/2006	1.628,97	D
3/2/2006	1.628,97	D
3/3/2006	1.628,97	D
5/4/2006	1.628,97	D
4/5/2006	1.710,41	D
5/6/2006	1.710,41	D
5/7/2006	1.710,41	D

9.2.2. Devedores solidários: Carla Magalhães Caparica (CPF: 632.140.407-15) e Ivonete Silva Baldez (CPF: 738.783.677-91), em razão de concessão irregular de aposentadorias, ocasionando prejuízo aos cofres públicos, segundo os pagamentos efetuados aos seguintes segurados:

9.2.2.1) Luiz Carlos Schuab (CPF 438.935.627-53):

Data	Valor	Tipo
1/12/1997	22,77	D
11/12/1997	797,00	D
12/1/1998	683,15	D
17/2/1998	683,15	D
19/3/1998	683,15	D
13/4/1998	683,15	D
13/5/1998	683,15	D
9/6/1998	683,15	D
17/9/1999	2.211,72	D
11/10/1999	737,24	D
10/11/1999	737,24	D
9/12/1999	1.474,48	D
14/1/2000	737,24	D
9/2/2000	737,24	D
13/3/2000	737,24	D
11/4/2000	737,24	D
10/5/2000	737,24	D
31/6/2000	737,24	D
11/7/2000	780,07	D
9/8/2000	780,07	D
12/9/2000	780,07	D
10/10/2000	780,07	D
10/11/2000	780,07	D
11/12/2000	1.560,14	D
10/1/2001	780,07	D
9/2/2001	780,07	D
9/3/2001	780,07	D
10/4/2001	780,07	D
10/5/2001	780,07	D
11/6/2001	780,07	D
10/7/2001	839,82	D
9/8/2001	839,82	D
12/9/2001	839,82	D
9/10/2001	839,82	D
12/11/2001	839,82	D
11/12/2001	1.679,64	D
10/1/2002	839,82	D
13/2/2002	839,82	D
11/3/2002	839,82	D
9/4/2002	839,82	D
10/5/2002	839,82	D
11/6/2002	839,82	D
9/7/2002	917,08	D
9/8/2002	917,08	D
10/9/2002	917,08	D
9/10/2002	917,08	D
11/11/2002	917,08	D
10/12/2002	1.834,16	D
10/1/2003	917,08	D
11/2/2003	917,08	D
12/3/2003	917,08	D
9/4/2003	917,08	D
12/5/2003	917,08	D
10/6/2003	917,08	D
9/7/2003	1.097,83	D
31/8/2003	1.097,83	D
31/9/2003	1.097,83	D
9/10/2003	1.097,83	D
11/11/2003	1.097,83	D
9/12/2003	2.195,66	D
12/1/2004	1.097,83	D
10/2/2004	1.097,83	D
9/3/2004	1.097,83	D
2/4/2004	1.097,83	D
4/5/2004	1.097,83	D
2/6/2004	1.147,56	D
2/7/2004	1.147,56	D
3/8/2004	1.147,56	D
2/9/2004	1.147,56	D
4/10/2004	1.147,56	D
3/11/2004	1.147,56	D
2/12/2004	2.295,12	D
4/1/2005	1.147,56	D
2/2/2005	1.147,56	D
31/3/2005	1.147,56	D
31/4/2005	1.147,56	D
3/5/2005	1.147,56	D
2/6/2005	1.220,48	D
4/7/2005	1.220,48	D
2/8/2005	1.220,48	D
2/9/2005	1.220,48	D
4/10/2005	1.220,48	D
3/11/2005	1.220,48	D
2/12/2005	2.440,96	D
3/1/2006	1.220,48	D
2/2/2006	1.220,48	D
2/3/2006	1.220,48	D
4/4/2006	1.220,48	D
3/5/2006	1.281,50	D
2/6/2006	1.281,50	D
4/7/2006	1.281,50	D
2/8/2006	1.281,50	D
4/9/2006	1.922,25	D
3/10/2006	1.281,74	D
3/11/2006	1.281,62	D
4/12/2006	1.922,49	D
3/1/2007	1.281,62	D
2/2/2007	1.281,62	D
2/3/2007	1.281,62	D
3/4/2007	1.281,62	D
3/5/2007	1.323,91	D
4/6/2007	1.323,91	D
3/7/2007	1.323,91	D
2/8/2007	1.323,91	D
4/9/2007	1.985,86	D
2/10/2007	1.323,91	D
5/11/2007	1.323,91	D
4/12/2007	1.985,87	D
3/1/2008	1.323,91	D
7/2/2008	1.323,91	D
4/3/2008	1.323,91	D
2/4/2008	1.390,10	D
31/5/2008	1.390,10	D
31/6/2008	1.390,10	D
2/7/2008	1.390,10	D
4/8/2008	1.390,10	D
2/9/2008	2.085,15	D
2/10/2008	1.390,10	D

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4/11/2008	1.390,10	D
2/12/2008	2.085,15	D
5/1/2009	1.390,10	D
3/2/2009	1.390,10	D
3/3/2009	1.472,39	D
2/4/2009	1.472,39	D
5/5/2009	1.472,39	D
2/6/2009	1.472,39	D
2/7/2009	1.472,39	D
4/8/2009	1.472,39	D
2/9/2009	2.208,58	D
2/10/2009	1.472,39	D
4/11/2009	1.472,39	D
31/12/2009	2.208,59	D

9.2.2.2. Marcio Cavalieri (falecido; CPF 312.177.967-20):

Data	Valor	Tipo
21/10/1997	1.368,08	D
14/11/1997	672,83	D
10/12/1997	953,17	D
13/1/1998	672,83	D
11/2/1998	672,83	D
11/3/1998	672,83	D
14/4/1998	672,83	D
13/5/1998	672,83	D
10/6/1998	672,83	D
24/3/2000	734,68	D
12/4/2000	734,68	D
18/4/2000	2.497,92	D
12/5/2000	734,68	D
12/6/2000	734,68	D
12/7/2000	777,36	D
10/8/2000	777,36	D
13/9/2000	777,36	D
31/10/2000	777,36	D
13/11/2000	777,36	D
12/12/2000	1.554,72	D
11/1/2001	777,36	D
12/2/2001	777,36	D
12/3/2001	777,36	D
17/4/2001	777,36	D
11/5/2001	777,36	D
12/6/2001	777,36	D
11/7/2001	836,90	D
10/8/2001	836,90	D
13/9/2001	836,90	D
10/10/2001	836,90	D

9.2.3. Devedores solidários: Carla Magalhães Caparica (CPF: 632.140.407-15) e Jorge Luís da Silva Rodrigues (CPF: 546.424.697-53), em razão de concessão irregular de aposentadoria, ocasionando prejuízo aos cofres públicos, segundo os pagamentos efetuados à seguinte segurada:

9.2.3.1. Isaura Pereira Dias Alves (falecida; CPF 021.054.257-80):

Data	Valor	Tipo
10/12/1997	819,67	D
9/1/1998	983,61	D
9/2/1998	983,61	D
9/3/1998	983,61	D
7/4/1998	983,61	D
8/5/1998	983,61	D
5/6/1998	983,61	D
8/1/1999	1.010,86	D
5/2/1999	1.010,86	D
5/3/1999	1.010,86	D
9/4/1999	1.010,86	D
7/5/1999	1.010,86	D
8/6/1999	1.010,86	D
7/7/1999	1.057,46	D
6/8/1999	1.057,46	D
8/9/1999	1.057,46	D

9.3. aplicar, individualmente, às Srªs Carla Magalhães Caparica e Ivonete Silva Baldez e ao Sr. Jorge Luis da Silva Rodrigues Rezende Reis a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, nos valores de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), R$ 30.000,00 (trinta mil reais) e R$ 4.000,00 (quatro mil reais), respectivamente, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data de prolação deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. inabilitar as Srªs Carla Magalhães Caparica e Ivonete Silva Baldez e o Sr. Jorge Luis da Silva Rodrigues, por 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, consoante o art. 60 da Lei 8.443/1992;

9.7. encaminhar cópia do presente acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao INSS e à Procuradoria-Geral Federal (PGF), comunicando-os que a decisão de excluir os beneficiários não impede a adoção de providências administrativas e/ou judiciais, com vistas a reaver valores que eventualmente foram pagos a estes, em virtude da concessão indevida de benefício previdenciário (aposentadoria por tempo de serviço).

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2750-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2751/2014 - TCU - Plenário

1. TC 009.850/2014-7

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Yara Rodrigues da Silva Ribeiro (CPF 643.595.227-20); Antônio Pascoal da Silva (CPF 630.287.357-68); Carlos de Oliveira (CPF 209.808.096-49); Emir Alves Mediria (CPF 116.802.376-91); Joel Santos do Nascimento (CPF 636.742.977-87); Maria Elisabete Kalili Nunes (CPF 631.830.567-04); Paulo Roberto Araújo (CPF 354.061.437-00); Sandra Cristina Ritter Vieira (CPF 608.907.707-00); Vilmar de Oliveira Leite (CPF 402.076.927-34).

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representantes do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

8. Advogados constituído nos autos: Enock Marques Evangelista (OAB/RJ 89.643) e Zilda Lisboa Soares (OAB/RJ 57.687).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em razão do prejuízo causado pela ex-servidora Yara Rodrigues da Silva Ribeiro, referente à concessão irregular de benefícios de aposentadoria, por meio da inserção de tempo de serviço militar fictício, utilização do tempo de contribuição incorporado pela Lei 8.112/90, majoração de salários de contribuição no período básico de cálculo, inserção de salários de contribuição fictícios, conversão de tempo de atividade fictícia em tempo de atividade comum, e inserção de tempo de contribuição fictícia. Os fatos ocorreram na agência da Previdência Social localizada no município de Volta Redonda.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea d; 19, caput; 23, inciso III; e 57 da Lei 8.443/1992, em:

9.1 excluir da presente relação processual os Sres Antônio Pascoal da Silva, Carlos de Oliveira, Emir Alves Mediria Joel Santos do Nascimento, Maria Elisabete Kalili Nunes, Paulo Roberto Araújo, Sandra Cristina Ritter Vieira, Vilmar de Oliveira Leite;

9.2. julgar irregulares as contas da Srª Yara Rodrigues da Silva Ribeiro, condenando-a ao pagamento das importâncias a seguir indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento dos débitos aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários, ocasionando prejuízo aos cofres públicos, segundo os pagamentos efetuados ao seguinte segurado:

9.2.1. Antônio Pascoal da Silva (CPF 630.287.357-68)

Data	Valor	Tipo
11/6/2001	515,07	D
11/6/2001	1.188,64	D
10/7/2001	1.279,68	D
7/8/2001	1.279,68	D
6/9/2001	1.279,68	D
4/10/2001	1.279,68	D
9/11/2001	1.279,68	D
5/12/2001	1.279,68	D
4/1/2002	1.279,68	D
6/2/2002	1.279,68	D
5/3/2002	1.279,68	D
5/4/2002	1.279,68	D
6/5/2002	1.279,68	D
5/6/2002	1.279,68	D
30/6/2002	1.379,41	D
5/8/2002	1.379,41	D
5/9/2002	1.397,41	D
4/10/2002	1.397,41	D
31/1/2012	853,12	D
3/5/2001	1.427,00	D
4/6/2001	738,00	D
3/7/2001	752,00	D
3/8/2001	752,00	D
4/9/2001	752,00	D
2/10/2001	752,00	D
5/11/2001	752,00	D

9.2.2. Carlos de Oliveira (CPF 209.808.096-49)

Data	Valor	Tipo
27/7/2001	1.556,15	D
27/7/2001	909,81	D
1/8/2001	909,81	D
3/9/2001	909,81	D
1/10/2001	909,81	D
1/11/2001	909,81	D
3/12/2001	909,81	D
2/1/2002	909,81	D
31/1/2002	682,35	D
1/2/2002	909,81	D
1/3/2002	909,81	D
1/4/2002	909,81	D
2/5/2002	909,81	D
3/6/2002	909,81	D
1/7/2002	993,51	D
1/8/2002	993,51	D
3/9/2002	993,51	D
27/4/2001	1.107,00	D
11/5/2001	1.186,00	D
12/6/2001	1.186,00	D
11/7/2001	1.208,00	D
10/8/2001	1.208,00	D
13/9/2001	1.208,00	D
10/10/2001	1.208,00	D

9.2.3. Emir Alves Mediria (CPF 116.802.376-91)

Data	Valor	Tipo
5/7/2001	676,36	D
5/8/2001	1.127,25	D
6/9/2001	1.127,25	D
4/10/2001	1.127,25	D
7/11/2001	1.127,25	D
6/12/2001	1.127,25	D
7/1/2002	1.127,25	D
31/1/2002	657,56	D
6/3/2002	1.127,25	D
17/7/2001	1.112,00	D
2/8/2001	561,00	D
4/9/2001	561,00	D
2/10/2001	561,00	D
5/11/2001	561,00	D

9.2.4. Joel Santos do Nascimento (CPF 636.742.977-87)

Data	Valor	Tipo
12/6/2001	1.195,42	D
12/6/2001	1.075,85	D
4/7/2001	1.292,60	D
3/8/2001	1.292,60	D
5/9/2001	1.292,60	D
4/10/2001	1.292,60	D
5/12/2001	1.292,60	D
31/1/2002	969,45	D
6/2/2002	1.292,60	D
28/2/2002	1.292,60	D
6/11/2011	1.292,60	D
31/8/2000	1.472,89	D
12/9/2000	775,21	D
9/10/2000	775,21	D
9/11/2000	775,21	D
8/12/2000	1.227,41	D
9/1/2001	775,21	D

9.2.5. Maria Elisabete Kalili Nunes (CPF 631.830.567-04)

Data	Valor	Tipo
17/8/2001	1.055,34	D
10/9/2001	1.172,60	D
5/10/2001	1.172,60	D

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8/11/2001	1.172,60	D
7/12/2001	1.172,60	D
31/1/2002	586,30	D
7/2/2002	1.172,60	D
7/3/2002	1.172,60	D
30/4/2001	772,00	D
9/5/2001	827,00	D
8/6/2001	827,00	D
9/7/2001	842,00	D
8/8/2001	842,00	D
11/9/2001	842,00	D
8/10/2001	842,00	D
9/11/2001	842,00	D
10/12/2001	1.542,33	D

9.2.6. Paulo Roberto Araújo (CPF 354.061.437-00)

Data	Valor	Tipo
6/9/2001	834,16	D
11/10/2001	1.001,00	D
8/11/2001	1.001,00	D
5/12/2001	1.001,00	D
5/12/2001	417,08	D
7/2/2002	1.001,00	D
8/3/2002	1.001,00	D

9.2.7. Sandra Cristina Ritter Vieira (CPF 608.907.707-00)

Data	Valor	Tipo
16/4/2001	340,91	D
3/5/2001	929,71	D
4/6/2001	929,77	D
2/7/2001	996,96	D
1/8/2001	996,96	D
3/9/2001	996,96	D
1/10/2001	996,96	D
1/11/2001	996,96	D
3/12/2001	906,96	D
2/1/2002	996,96	D
31/1/2002	747,72	D
1/2/2002	996,96	D
1/3/2002	996,96	D
7/7/2008	1.650,21	D
1/8/2008	1.650,21	D
5/9/2008	1.650,21	D
2/10/2008	1.650,21	D
31/10/2008	825,10	D
3/11/2008	1.650,21	D
2/12/2008	1.650,21	D
2/1/2009	1.650,21	D
31/1/2009	1.650,21	D
2/2/2009	1.650,21	D
2/3/2009	1.747,90	D
1/4/2009	1.747,90	D
4/5/2009	1.747,90	D
1/6/2009	1.747,90	D
1/7/2009	1.747,90	D
5/8/2009	1.747,90	D
3/9/2009	1.747,90	D
1/10/2009	1.747,90	D
31/10/2009	873,95	D
3/11/2009	1.747,90	D
1/12/2009	1.747,90	D
4/1/2010	1.747,90	D
1/2/2010	1.855,22	D
1/2/2010	1.747,90	D
1/3/2010	1.855,22	D
1/4/2010	1.855,22	D
3/5/2010	1.855,22	D
1/6/2010	1.855,22	D
1/7/2010	1.855,22	D
2/8/2010	1.882,83	D
1/9/2010	1.882,83	D
2/10/2010	165,66	D

9.2.8. Vilmar de Oliveira Leite (CPF 402.076.927-34)

Data	Valor	Tipo
14/2/2001	859,30	D
19/6/2001	1.763,45	D
19/6/2001	839,74	D
10/7/2001	859,30	D
10/8/2001	859,30	D
13/9/2001	859,30	D
10/10/2001	859,30	D
12/11/2001	859,30	D
18/12/2001	859,30	D
31/1/2002	716,08	D
15/3/2002	859,30	D

9.5 aplicar à Srª Yara Rodrigues da Silva Ribeiro a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data de prolação deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6 autorizar, caso requerido pela responsável, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.7. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.8 inabilitar a Srª Yara Rodrigues da Silva Ribeiro, por 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, consoante o art. 60 da Lei 8.443/1992;

9.9 encaminhar cópia do presente acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao INSS e à Procuradoria-Geral Federal (PGF), comunicando-os que a decisão de excluir os beneficiários não impede a adoção de providências administrativas e/ou judiciais, com vistas a reaver valores que eventualmente foram pagos a estes, em virtude da concessão indevida de benefício previdenciário (aposentadoria por tempo de serviço).

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2751-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2752/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.863/2013-3.

2. Grupo I - Classe IV - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Carla Magalhães Caparica (CPF 632.140.407-15), Carlos Moreira da Silva (CPF 196.596.957-72), Georgina Lucia de Lacerda (CPF 530.547.927-49), Jorge Jackson da Cruz (CPF 289.535.097-34), Jorge Luis da Silva Rodrigues (CPF 546.424.697-53), José Fernando da Costa (CPF 338.820.027-00), Marlene Mariani de Barros (CPF 263.892.587-04) e Waldir Santana (CPF 487.011.147-00).

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - Agência Tijuca (RJ).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

8. Advogados constituídos nos autos: Murilo Correia Sampaio (OAB/RJ 19.221) e Solanger do Nascimento Cavalcante, OAB/RJ 66.675.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Tomada de Contas Especial instaurada em função da constatação de irregularidades na concessão de benefícios previdenciários na Agência da Tijuca, Rio de Janeiro.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 excluir da presente relação processual os Sres Carlos Moreira da Silva, Georgina Lucia de Lacerda, José Fernando da Costa, Marlene Marieni de Barros e Waldir Santana;

9.2 rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela Srª Carla Magalhães Caparica;

9.3 considerar revel os Sres Jorge Jackson da Cruz e Jorge Luis da Silva Rodrigues, nos termos do art. 12, §3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.3 com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'd', e §§ 1º e 2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso IV, e §§ 1º e 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas da Srª Carla Magalhães Caparica e dos Sres Jorge Luis da Silva Rodrigues e Jorge Jackson da Cruz, condenando-os ao pagamento das quantias a seguir especificadas, referentes aos segurados também indicados, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários, ocasionando prejuízo aos cofres públicos:

9.3.1 responsabilidade individual de Carla Magalhães Caparica

9.3.1.1 segurado Waldir Santana

Data	Valor
27/10/1997	561,61
11/11/1997	543,50
10/12/1997	724,66
8/1/1998	543,50
6/2/1998	543,50
6/3/1998	543,50
8/4/1998	543,50
12/5/1998	543,50
5/6/1998	543,50
7/12/1999	1.182,42
7/1/2000	591,21
9/2/2000	591,21
10/3/2000	591,21
7/4/2000	591,21
10/5/2000	591,21
9/6/2000	591,21
31/7/2000	625,55
31/8/2000	625,55
8/9/2000	625,55
6/10/2000	625,55
8/11/2000	625,55
8/12/2000	1.251,10
9/1/2001	625,55
8/2/2001	625,55
7/3/2001	625,55
10/4/2001	625,55
9/5/2001	625,55
7/6/2001	625,55
10/7/2001	673,46
7/8/2001	673,46
11/9/2001	673,46
5/10/2001	673,46
8/11/2001	673,46
7/12/2001	1.346,92
8/1/2002	673,46
7/2/2002	673,46
11/3/2002	673,46
5/4/2002	673,46
8/5/2002	673,46
7/6/2002	673,46
5/7/2002	735,41
7/8/2002	735,41
6/9/2002	735,41
8/10/2002	735,41
7/11/2002	735,41
6/12/2002	1.470,82
8/1/2003	735,41
7/2/2003	735,41
11/3/2003	735,41
8/4/2003	735,41
9/5/2003	735,41
6/6/2003	735,41
8/7/2003	880,35
7/8/2003	880,35
6/9/2003	880,35
31/10/2003	880,35
10/11/2003	880,35
5/12/2003	1.760,70
8/1/2004	880,35
6/2/2004	880,35
5/3/2004	880,35
7/4/2004	880,35
7/5/2004	880,35
8/6/2004	920,22
7/7/2004	920,22
9/8/2004	920,22
8/9/2004	920,22
7/10/2004	920,22
9/11/2004	920,22
7/12/2004	1.840,44
7/1/2005	920,22
10/2/2005	920,22
8/3/2005	920,22
7/4/2005	920,22
31/5/2005	920,22
7/6/2005	978,69
7/7/2005	978,69
9/8/2005	978,69
8/9/2005	978,69
10/10/2005	978,69
9/11/2005	978,69
7/12/2005	1.957,38
6/1/2006	978,69
8/2/2006	978,69
7/3/2006	978,69
7/4/2006	978,69
9/5/2006	1.027,62
7/6/2006	1.027,62

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

7/7/2006	1.027,62
7/8/2006	1.027,62
8/9/2006	1.541,43
6/10/2006	1.027,80
8/11/2006	1.027,71
7/12/2006	1.541,61
8/1/2007	1.027,71
7/2/2007	1.027,71
7/3/2007	1.027,71
9/4/2007	1.027,71
8/5/2007	1.061,62
8/6/2007	1.061,62
6/7/2007	1.061,62
7/8/2007	1.061,62
10/9/2007	1.592,43
5/10/2007	1.061,62
8/11/2007	1.061,62
7/12/2007	1.592,43
8/1/2008	1.061,62
12/2/2008	1.061,62
7/3/2008	1.061,62
7/4/2008	1.114,70
8/5/2008	1.114,70
6/6/2008	1.114,70
31/7/2008	1.114,70
7/8/2008	1.114,70
9/9/2008	1.672,05
7/10/2008	1.114,70
7/11/2008	1.114,70
5/12/2008	1.672,05
8/1/2009	1.114,70
6/2/2009	1.114,70
9/3/2009	1.180,69
7/4/2009	1.180,69
8/5/2009	1.180,69
5/6/2009	1.180,69
7/7/2009	1.180,69
7/8/2009	1.180,69
8/9/2009	1.771,03
7/10/2009	1.180,69
10/11/2009	1.180,69
7/12/2009	1.771,04
8/1/2010	1.180,69
31/2/2010	1.253,18

9.3.2 responsabilidade individual de Jorge Luis da Silva Rodrigues

9.3.2.1 segurado Carlos Moreira da Silva

Data	Valor
5/1/1998	984,25
2/2/1998	747,54
2/3/1998	747,54
1/4/1998	747,54
4/5/1998	747,54
3/7/2000	850,35
14/7/2000	401,83
1/8/2000	850,35
1/9/2000	850,35
2/10/2000	850,35
1/11/2000	850,35
1/12/2000	1.700,70
2/1/2001	850,35
1/2/2001	850,35
1/3/2001	850,35
2/4/2001	850,35
31/5/2001	850,35
31/6/2001	850,35
2/7/2001	915,48
1/8/2001	915,48
3/9/2001	915,48
1/10/2001	915,48
1/11/2001	915,48
3/12/2001	1.830,96
2/1/2002	915,48
1/2/2002	915,48
1/3/2002	915,48
1/4/2002	915,48
2/5/2002	915,48
3/6/2002	915,48
1/7/2002	999,70
1/8/2002	999,70
2/9/2002	999,70
1/10/2002	999,70
1/11/2002	999,70
2/12/2002	1.999,40
2/1/2003	999,70
3/2/2003	999,70
5/3/2003	999,70
1/4/2003	999,70
2/5/2003	999,70
2/6/2003	999,70
1/7/2003	1.196,74
1/8/2003	1.196,74
1/9/2003	1.196,74
1/10/2003	1.196,74
3/11/2003	1.196,74
1/12/2003	2.393,48
2/1/2004	1.196,74
2/2/2004	1.196,74
1/3/2004	1.196,74
1/4/2004	1.196,74
3/5/2004	1.196,74

9.3.2.2 segurado Georgina Lúcia de Lacerda

Data	Valor
22/12/1997	2.602,11
12/1/1998	716,18
10/2/1998	716,18
10/3/1998	716,18
13/4/1998	716,18
13/5/1998	716,18
24/8/1999	779,06
26/8/1999	26,07
10/9/1999	779,06
11/10/1999	779,06
10/11/1999	779,06
9/12/1999	1.558,12
11/1/2000	779,06
9/2/2000	779,06
13/3/2000	779,06
12/4/2000	779,06
31/5/2000	779,06
9/6/2000	779,06
11/7/2000	824,32
9/8/2000	824,32
13/9/2000	824,32
11/10/2000	824,32
10/11/2000	824,32

9.3.2.3 segurado José Fernando da Costa

Data	Valor
23/12/1997	290,25
13/1/1998	696,61
9/2/1998	696,61
6/3/1998	696,61
7/4/1998	696,61
8/5/1998	696,61
5/6/1998	696,61

9.3.2.4 segurado Marlene Marieni de Barros

Data	Valor
5/1/1998	322,62
14/1/1998	873,77
12/2/1998	806,56
12/3/1998	806,56
15/4/1998	806,56
14/5/1998	806,56

9.3.3 responsabilidade solidária de Jorge Luís da Silva Rodrigues e de Jorge Jackson da Cruz

9.3.3.1 segurado Jorge Jackson da Cruz

Data	Valor
23/12/1997	3.243,06
6/1/1998	963,29
9/2/1998	963,29
4/3/1998	963,29
3/4/1998	963,29
6/5/1998	963,29
8/11/1999	1.047,84
12/11/1999	1.081,65
3/12/1999	2.095,68
5/1/2000	1.047,84
3/2/2000	1.047,84
8/3/2000	1.047,84
5/4/2000	1.047,84
4/5/2000	1.047,84
5/6/2000	1.047,84
5/7/2000	1.108,71
31/8/2000	1.108,71
31/9/2000	1.108,71
4/10/2000	1.108,71
6/11/2000	1.108,71
5/12/2000	2.217,42
4/1/2001	1.108,71
5/2/2001	1.108,71
5/3/2001	1.108,71
4/4/2001	1.108,71
4/5/2001	1.108,71
5/6/2001	1.108,71
4/7/2001	1.193,63
3/8/2001	1.193,63
5/9/2001	1.193,63
3/10/2001	1.193,63
7/11/2001	1.193,63
6/12/2001	2.387,26
7/1/2002	1.193,63
7/2/2002	1.193,63
7/3/2002	1.193,63
3/4/2002	1.193,63
7/5/2002	1.193,63
5/6/2002	1.193,63
4/7/2002	1.303,44
5/8/2002	1.303,44
4/9/2002	1.303,44
3/10/2002	1.303,44
5/11/2002	1.303,44
4/12/2002	2.606,88
6/1/2003	1.303,44
5/2/2003	1.303,44
10/3/2003	1.303,44
3/4/2003	1.303,44
6/5/2003	1.303,44
4/6/2003	1.303,44
3/7/2003	1.560,34
7/8/2003	1.560,34
3/9/2003	1.560,34
7/10/2003	1.560,34

9.4 aplicar à Srª Carla Magalhães Caparica, ao Sr. Jorge Luis da Silva Rodrigues e ao Sr. Jorge Jackson da Cruz, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, individualmente, nos valores de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), R$ 30.000,00 (trinta mil reais) e R$ 10.000,00 (dez mil reais), respectivamente, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6 autorizar, caso requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.7 inabilitar a Srª Carla Magalhães Caparica e os Srᵉˢ Jorge Luis da Silva Rodrigues e Jorge Jackson da Cruz, por 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, consoante o art. 60 da Lei 8.443/1992;

9.8 encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2752-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2753/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 009.966/2013-7

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Aloísio Mário de Melo Mamede (CPF 067.549.023-53); Antônio Edson Araújo Bezerra (CPF 037.100.413-68); Antônio Valdeci Lesso de Mesquita (CPF 046.166.933-15); Francisco Cláudio da Silva Mota (CPF 143.815.911-00); José Valdecy da Silva (CPF 143.936.623-34); e Wilson Genfiefer Nógimo (CPF 228.426.593-68).

4. Unidade: Gerência Executiva do INSS - Fortaleza/CE (CNPJ 29.979.036/0042-19).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representantes do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

8. Advogados constituído nos autos: Francisco Eduval Alves de Hollanda (OAB/CE 8136).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em razão do prejuízo causado pelos ex-servidores Aloísio Mário de Melo Mamede e Wilson Genfiefer Nógimo, referente à concessão irregular de benefícios previdenciários, conforme apurado no âmbito do Processo Administrativo Disciplinar

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

35204.000021/2006-17, por atos originários da Gerência Executiva do INSS de Fortaleza/CE - Gexfor.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea d; 19, caput; 23, inciso III; e 57 da Lei 8.443/1992, em:

9.1 excluir da presente relação processual os Sr[es] Antônio Edson Araújo Bezerra, Antônio Valdeci Lesso de Mesquita, Francisco Cláudio da Silva Mota e José Valdecy da Silva;

9.2. julgar irregulares as contas dos Sr[es] Aloísio Mário de Melo Mamede e Wilson Genfiefer Nógimo, condenando-os ao pagamento das importâncias a seguir indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento dos débitos aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários, ocasionando prejuízo aos cofres públicos, segundo os pagamentos efetuados ao seguinte segurado:

9.2.1. Responsáveis solidários: Aluízio Mário de Melo Mamede (CPF 067.549.023-53), servidor do INSS, Matrícula Siape 885372; e José Valdecy da Silva (CPF 143.936.623-34), beneficiário:

Data do lançamento	Valor (R$)
02/05/2002	756,85
06/05/2002	756,85
05/06/2002	756,85
02/07/2002	756,85
06/08/2002	756,85
04/09/2002	756,85
02/10/2002	756,85
05/11/2002	756,85
03/12/2002	1409,19
03/01/2003	756,85
04/02/2003	756,85
06/03/2003	756,85
02/04/2003	756,85
05/05/2003	756,85
03/06/2003	756,85
02/07/2003	920,15
02/08/2003	920,15
02/09/2003	920,15
02/10/2003	920,15
04/11/2003	920,15
02/12/2003	1840,30
05/01/2004	920,15
03/02/2004	920,15
02/03/2004	920,15
02/04/2004	920,15
04/05/2004	920,15
02/06/2004	961,83
02/07/2004	961,83
03/08/2004	961,83
02/09/2004	961,83
04/10/2004	961,83
03/11/2004	961,83
02/12/2004	1923,66
04/01/2005	961,83
02/02/2005	961,83
02/03/2005	961,83
04/04/2005	961,83
03/05/2005	961,83
02/06/2005	1022,95
04/07/2005	1022,95
02/08/2005	1022,95
02/09/2005	1022,95
04/10/2005	1022,95
03/11/2005	1022,95
25/05/2006	2369,82
02/06/2006	1074,09
04/07/2006	1074,09
02/08/2006	1074,09
04/09/2006	1611,13
03/10/2006	1074,09
03/11/2006	1074,09
04/12/2006	1611,34
03/01/2007	1074,09
02/02/2007	1074,09
02/03/2007	1074,09
02/04/2007	1074,09
03/05/2007	1109,63
04/06/2007	1109,63
03/07/2007	1109,63
02/08/2007	1109,63
04/09/2007	1664,44
02/10/2007	1109,63
05/11/2007	1109,63
04/12/2007	1665,44
03/01/2008	1109,63
07/02/2008	1109,63
04/03/2008	1109,63
02/04/2008	1165,11
05/05/2008	1165,11
03/06/2008	1165,11
02/07/2008	1165,11
04/08/2008	1165,11
02/09/2008	1747,66
02/10/2008	1165,11
02/11/2008	1165,11
02/12/2008	1747,67

9.2.2. Responsáveis solidários: Wilson Genfiefer Nógimo (CPF 228.426.593-68), servidor do INSS, Matrícula Siape 249967; e Antônio Edson Araújo Bezerra (CPF 037.100.413-68), beneficiário.

Data do lançamento	Valor
24/04/2002	396,46
06/05/2002	1189,40
06/06/2002	1189,40
04/07/2002	1207,95
05/08/2002	1207,95
04/09/2002	1207,95
03/10/2002	1207,95
05/11/2002	1207,95
04/12/2002	2113,91
06/01/2003	1207,95
05/02/2003	1207,95
07/03/2003	1207,95
03/04/2003	1207,95
06/05/2003	1207,95
04/06/2003	1207,95
04/07/2003	1446,03
04/08/2003	1446,03
05/09/2003	1446,03
03/10/2003	1446,03
05/11/2003	1446,03
03/12/2003	2892,06
06/01/2004	1446,03
04/02/2004	1446,03
03/03/2004	1446,03
05/04/2004	1446,03
05/05/2004	1446,03
03/06/2004	1511,53
05/07/2004	1511,53
04/08/2004	1511,53
03/09/2004	1511,53
05/10/2004	1511,53
04/11/2004	1511,53
03/12/2004	3023,06
05/01/2005	1511,53
03/02/2005	1511,53
03/03/2005	1511,53
03/04/2005	1511,53
04/05/2005	1511,53
03/06/2005	1607,58
05/07/2005	1607,58
03/08/2005	1607,58
05/09/2005	1607,58
05/10/2005	1607,58
03/03/2006	5626,53
05/04/2006	1607,58
04/05/2006	1687,95
05/06/2006	1687,95
05/07/2006	1687,95
03/08/2006	1687,95
05/09/2006	2531,92
04/10/2006	1688,11
05/11/2006	1688,11

9.2.3. Responsáveis solidários: Wilson Genfiefer Nógimo (CPF 228.426.593-68), servidor do INSS, Matrícula Siape 249967; e Antônio Valdeci Lesso de Mesquita (CPF 046.166.933-15), beneficiário.

Data do lançamento	Valor
08/06/2002	3998,22
01/07/2002	1353,53
01/08/2002	1353,53
03/09/2002	1353,53
03/10/2002	1353,53
06/11/2002	1353,53
04/12/2002	2481,47
03/01/2003	1353,53
05/02/2003	1353,53
05/03/2003	1353,53
02/04/2003	1353,53
05/05/2003	1353,53
02/06/2003	1353,53
01/07/2003	1620,31
01/08/2003	1620,31
01/09/2003	1620,31
01/10/2003	1620,31
01/11/2003	1620,31
01/12/2003	3240,62
02/01/2004	1620,31
02/02/2004	1620,31
01/03/2004	1620,31
01/04/2004	1620,31
03/05/2004	1620,31
01/06/2004	1693,71
01/07/2004	1693,71
02/08/2004	1693,71
01/09/2004	1693,71
01/10/2004	1693,71
01/11/2004	1693,71
01/12/2004	3387,42
03/01/2005	1693,71
01/02/2005	1693,71
01/03/2005	1693,71
01/04/2005	1693,71
02/05/2005	1693,71
01/06/2005	1801,34
01/07/2005	1801,34
01/08/2005	1801,34
01/09/2005	1801,34
03/10/2005	1801,34
01/11/2005	1801,34
17/03/2006	1260,93
03/04/2006	1801,34
02/05/2006	1891,40
01/06/2006	1891,40
03/07/2006	1891,40
01/08/2006	1891,40
01/09/2006	2837,10
02/10/2006	1891,58
01/11/2006	1891,58
01/12/2006	2837,46
03/01/2007	1891,58
01/02/2007	1891,58
01/03/2007	1891,58
01/04/2007	1891,58
02/05/2007	1954,00
01/06/2007	1954,00
02/07/2007	1954,00
01/08/2007	1954,00
03/09/2007	2931,00
01/10/2007	1954,00

9.2.4. Responsáveis solidários: Wilson Genfiefer Nógimo (CPF 228.426.593-68), servidor do INSS, Matrícula Siape 249967; e Francisco Cláudio da Silva Mota (CPF 143.815.911-00), beneficiário.

Data do lançamento	Valor
18/02/2002	266,93
14/03/2002	1001,00
15/04/2002	1001,00
15/05/2002	1001,00
14/06/2002	1001,00
15/07/2002	1113,59
14/08/2002	1113,59
13/09/2002	1113,59
14/10/2002	1113,59
14/11/2002	1113,59
13/12/2002	2134,38
15/01/2003	1113,59
14/02/2003	1113,59
17/03/2003	1113,59
14/04/2003	1113,59
15/05/2003	1113,59
14/06/2003	1113,59
14/07/2003	1333,07
14/08/2003	1333,07
12/09/2003	1333,07
14/10/2003	1333,07
14/11/2003	1333,07
12/12/2003	2666,14
15/01/2004	1333,07
13/02/2004	1333,07
12/03/2004	1333,07
07/04/2004	1333,07
07/05/2004	1333,07
07/06/2004	1393,45
07/07/2004	1393,45
06/08/2004	1393,45
08/09/2004	1393,45
07/10/2004	1393,45
08/11/2004	1393,45
07/12/2004	2786,90
07/01/2005	1393,45
09/02/2005	1393,45
07/03/2005	1393,45
07/04/2005	1393,45
06/05/2005	1393,45
07/06/2005	1482,00
07/07/2005	1482,00
05/08/2005	1482,00
08/09/2005	1482,00
07/10/2005	1482,00
08/11/2005	1482,00
07/03/2006	5187,00
07/04/2006	1482,00
08/05/2006	1556,10
07/06/2006	1556,10
07/07/2006	1556,10
07/08/2006	1556,10
08/09/2006	2334,15
06/10/2006	1556,24
07/11/2006	1556,24
07/12/2006	2334,43
08/01/2007	1556,24
07/02/2007	1556,24
07/03/2007	1556,24
09/04/2007	1556,24
08/05/2007	1607,59
08/06/2007	1607,59
06/07/2007	1607,59
07/08/2007	1607,59
10/09/2007	2411,38
05/10/2007	1607,59
08/11/2007	1607,59
07/12/2007	2411,39
08/01/2008	1607,59
12/02/2008	1607,59
07/03/2008	1607,59

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

07/04/2008	1687,96
08/05/2008	1687,96
07/06/2008	1687,96
07/07/2008	1687,96
07/08/2008	1687,96
05/09/2008	2531,94
07/10/2008	1687,96
07/11/2008	1687,96
05/12/2008	2531,94
08/01/2009	1687,96
06/02/2009	1687,96
06/03/2009	1787,88
07/04/2009	1787,88
08/05/2009	1787,88

9.3 aplicar, individualmente, aos Srᵉˢ Aloísio Mário de Melo Mamede e Wilson Genfiefer Nógimo, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, nos valores de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) e R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), respectivamente, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data de prolação deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4 autorizar, caso requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6 inabilitar os Srᵉˢ Aloísio Mário de Melo Mamede e Wilson Genfiefer Nógimo, por 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, consoante o art. 60 da Lei 8.443/1992;

9.7 encaminhar cópia do presente acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao INSS e à Procuradoria Geral Federal (PGF), comunicando-os que a decisão de excluir os beneficiários não impede a adoção de providências administrativas e/ou judiciais, com vistas a reaver valores que eventualmente foram pagos a estes, em virtude da concessão indevida de benefício previdenciário (aposentadoria por tempo de serviço).

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2753-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2754/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 012.075/2014-0

2. Grupo I - Classe V - Monitoramento.

3. Unidades: Ministério da Saúde e Fundo Nacional de Saúde - FNS.

4. Interessado: Tribunal de Contas da União.

5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog.

6. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

7. Representante do Ministério Público: não atuou.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Monitoramento, com vistas a dar cumprimento à determinação contida no subitem 9.6 do Acórdão 585/2013-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar cumprido o subitem 9.6 do Acórdão 585/2013-TCU-Plenário;

9.2. determinar ao Ministério da Saúde, com fundamento no art. 150, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal, que:

9.2.1. estabeleça os indicadores de desempenho de que trata o art. 90 da Portaria - MP/MF/CGU 507/2011, a serem utilizados como critério de seleção das entidades privadas sem fins lucrativos para celebração de convênios, ou outro instrumento congênere, apresentando ainda os estudos técnicos que os fundamentarem;

9.2.2. faça constar, em todos os termos de convênio ou instrumento congênere cujo objeto seja a aquisição de Unidades Móveis de Saúde, cláusula no sentido de ser obrigatório que o número do chassi ou da placa do veículo adquirido conste dos documentos fiscais correspondentes, alertando-o que, na ausência dessa informação, o convenente poderá ter de restituir integralmente os valores transferidos;

9.2.3. no âmbito dos convênios e demais ajustes vinculados a emendas parlamentares, mantenha os mesmos requisitos exigidos para as demais transferências voluntárias, previamente à liberação dos valores pactuados e por ocasião da prestação de contas, abstendo-se, por exemplo, de firmar convênios ou instrumentos congêneres e de repassar recursos sem a prévia e necessária aprovação dos respectivos planos de trabalho ou projetos;

9.3. recomendar ao Ministério da Saúde, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal, que:

9.3.1. intensifique a fiscalização in loco dos convênios ou instrumentos congêneres, estabelecendo, para tanto, critérios de seleção que levem em consideração a materialidade, o risco e a relevância do objeto celebrado, ou na forma prevista no regulamento a que se refere o art. 58 da Lei 13.019/2014;

9.3.2. realize ações visando ao aprimoramento dos controles internos, com a devida avaliação de riscos, para a adoção de procedimentos, de forma a minimizar os problemas enfrentados pelo Ministério nas análises das prestações de contas dos convênios, cujo objeto era a aquisição de Unidades Móveis de Saúde, utilizando como referência modelos consagrados, a exemplo do Coso II, com vistas a mitigar o impacto negativo de eventos potencialmente danosos à sua gestão, podendo-se, ainda, utilizar, a título exemplificativo, o documento "Riscos e Controles nas Aquisições", disponível no Portal do TCU, no seguinte endereço eletrônico:

<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/logistica/atuacao/riscos_controles>

9.3.3. utilize o Sistema DW Convênios para criar um cadastro de informações sobre as licitações realizadas pelos convenentes, contemplando, por exemplo, a identificação das empresas vencedoras dos certames, os tipos de objetos licitados, os locais de execução dos convênios e os valores das adjudicações, entre outros critérios que facilitem a identificação de eventuais irregularidades na execução dos planos de trabalho;

9.4. determinar ao Ministério da Saúde que informe a este Tribunal, e encaminhe a documentação comprobatória, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, acerca das providências adotadas, os estudos realizados e os resultados obtidos em relação às determinações e às recomendações constantes dos subitens anteriores;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à SecexSaúde, para que essa unidade técnica avalie a conformidade legal e a pertinência das aludidas transferências fundo a fundo feitas pelo MS/FNS a estados e municípios, sob o amparo da Portaria MS 2.198/2009, com o objetivo de adquirir Unidades Móveis de Saúde e equipamentos médico-hospitalares, para que seja eventualmente levada à consideração do Relator, em cuja Lita de Unidades Jurisdicionadas se encontra o MS/FNS, proposta quanto às medidas pertinentes, inclusive determinações corretivas e recomendações para o aperfeiçoamento de procedimentos daquele órgão relativamente a essa questão.

9.6. apensar os presentes autos ao TC 018.701/2004-9, como forma de subsidiar o monitoramento a ser realizado naquele processo;

9.7. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, ao Ministério da Saúde, ao Fundo Nacional de Saúde, ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS e à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2754-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2755/2014 - TCU - Plenário

11. Processo: TC 012.375/2013-6

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Alberto Alexandre Dias Ribeiro (CPF 784.297.307-53); Jacira de Oliveira Rezende Reis (CPF 359.625.697-68); José Luciano dos Santos (CPF 158.491.047-04); Geraldo de Oliveira Rosa (CPF 272.581.736-68); Maria Fernanda Martins Pacheco (CPF 630.110.007-78); Adelanir Pereira de Souza Júnior (CPF 424.799.327-53); Dijones Reis Alves (CPF 591.124.257-53); Edimar Fleming Almeida (CPF 115.243.911-15); Epaminondas José da Rocha (CPF 995.587.858-49); Jorge da Silva Oliveira (falecido, CPF 395.731.927-72); Jorge Fernando Nunes (CPF 321.127.507-04); José Carlos de Jesus Balão (CPF 399.092.557-15); Osmar Faber (falecido, CPF 245.936.727-91); Paulo César dos Santos (CPF 467.375.457-34); Rafi dos Santos Mafra (CPF 483.743.777-04).

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representantes do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

8. Advogados constituído nos autos: Enock Marques Evangelista (OAB/RJ 89.643) e Zilda Lisboa Soares (OAB/RJ 57.687).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em virtude de prejuízo causado pelos ex-servidores Alberto Alexandre Dias Ribeiro e Jacira de Oliveira Rezende Reis, referente à concessão irregular de benefícios previdenciários. Os atos irregulares ocorreram na agência Bangu, na cidade do Rio de Janeiro-RJ.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea d; 19, caput; 23, inciso III; e 57 da Lei 8.443/1992, em:

9.1 excluir da presente relação processual os Srᵉˢ José Luciano dos Santos, Geraldo de Oliveira Rosa, Maria Fernanda Martins Pacheco, Adelanir Pereira de Souza Júnior, Dijones Reis Alves, Edimar Fleming Almeida, Epaminondas José da Rocha, Jorge da Silva Oliveira, Jorge Fernando Nunes José Carlos de Jesus Balão, Osmar Faber, Paulo César dos Santos e Rafi dos Santos Mafra;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Alberto Alexandre Dias Ribeiro, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento dos débitos aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários, ocasionando prejuízo aos cofres públicos, segundo os pagamentos efetuados ao seguinte segurado:

9.2.1. José Luciano dos Santos (CPF 158.491.047-04)

Data	Valor (R$)	Tipo
5/8/2002	925,00	D
5/8/2002	927,00	D
20/8/2002	927,00	D
16/9/2002	927,00	D
16/10/2002	927,00	D
18/11/2002	927,00	D
16/12/2002	1.545,09	D

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Alberto Alexandre Dias Ribeiro e da Srª Jacira de Oliveira Rezende Reis, condenando-os ao pagamento das importâncias a seguir indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento dos débitos aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários, ocasionando prejuízo aos cofres públicos, segundo os pagamentos efetuados aos seguintes segurados:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.3.1. Geraldo de Oliveira Rosa (CPF 272.581.736-68)

Data	Valor (R$)	Tipo
10/7/2002	1.130,78	D
12/8/2002	1.413,15	D
13/9/2002	1.413,15	D
11/10/2002	1.413,15	D
12/11/2002	1.413,15	D
11/12/2002	2.232,15	D
4/6/2004	1.767,39	D

5/7/2004	1.767,39	D
30/7/2004	24.714,00	D
4/8/2004	1.767,39	D
8/9/2004	1.767,39	D
7/10/2004	1.767,39	D
4/11/2004	1.767,39	D
3/12/2004	3.534,78	D
10/1/2005	1.767,39	D
4/2/2005	1.767,59	D
7/3/2005	1.767,49	D
7/4/2005	1.767,49	D
5/5/2005	1.767,49	D
3/6/2005	1.880,34	D
5/7/2005	1.880,34	D
3/8/2005	1.880,34	D
5/9/2005	1.880,34	D
5/10/2005	1.880,34	D
4/11/2005	1.880,34	D
5/12/2005	3.753,68	D
5/1/2006	1.880,34	D
16/2/2006	1.880,34	D
6/3/2006	1.880,34	D
6/4/2006	1.880,43	D
4/5/2006	1.974,46	D
6/6/2006	1.974,46	D
5/7/2006	1.974,46	D
4/8/2006	1.974,46	D
6/9/2006	2.960,46	D
5/10/2006	1.974,52	D
6/11/2006	1.974,49	D
5/12/2006	2.952,49	D
5/1/2007	1.974,49	D
6/2/2007	1.974,01	D
5/3/2007	1.974,01	D
4/4/2007	1.973,77	D
4/5/2007	2.038,90	D
5/6/2007	2.038,90	D
4/7/2007	2.038,90	D
3/8/2007	2.038,90	D
5/9/2007	3.058,35	D
3/10/2007	2.038,90	D
6/11/2007	2.038,90	D
5/12/2007	3.056,92	D

9.3.2. Maria Fernanda Martins Pacheco (CPF 630.110.007-78)

Data	Valor (R$)	Tipo
15/8/2002	330,00	D
15/8/2002	330,00	D
4/9/2002	330,00	D
3/10/2002	330,00	D
5/11/2002	330,00	D
4/12/2002	520,00	D

9.4 julgar irregulares as contas da Srª Jacira de Oliveira Rezende Reis, condenando-a ao pagamento das importâncias a seguir indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento dos débitos aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários, ocasionando prejuízo aos cofres públicos, segundo os pagamentos efetuados ao seguintes segurados:

9.4.1. Adelanir Pereira de Souza Júnior (CPF 424.799.327-53)

Data	Valor (R$)	Tipo
28/6/2002	1.657,92	D
28/6/2002	1.275,55	D
3/7/2002	1.295,42	D
1/8/2002	1.294,91	D
2/9/2002	1.294,91	D
1/10/2002	1.294,91	D
1/11/2002	1.294,91	D
2/12/2002	2.264,65	D

9.4.2. Dijones Reis Alves (CPF 591.124.257-53)

Data	Valor (R$)	Tipo
16/7/2002	56,00	D
13/8/2002	418,00	D
12/9/2002	418,00	D
11/10/2002	418,00	D
13/11/2002	418,00	D
12/12/2002	622,00	D

9.4.3. Edimar Fleming Almeida (CPF 115.243.911-15)

Data	Valor (R$)	Tipo
2/1/2002	858,00	D
1/2/2002	1.196,37	D
1/3/2002	1.195,97	D
1/4/2002	1.196,67	D
2/5/2002	1.196,67	D
3/6/2002	1.196,67	D
1/7/2002	1.240,34	D
1/8/2002	1.240,34	D
2/9/2002	1.240,34	D
1/10/2002	1.240,34	D
1/11/2002	1.240,34	D
2/12/2002	2.476,68	D
2/1/2003	1.240,32	D
3/2/2003	1.240,32	D
5/3/2003	1.240,32	D
1/4/2003	1.240,32	D

9.4.4. Epaminondas José da Rocha (CPF 995.587.858-49)

Data	Valor (R$)	Tipo
9/1/2002	620,00	D
1/2/2002	1.430,50	D
1/3/2002	1.430,10	D
2/4/2002	1.430,80	D
2/5/2002	1.430,80	D
5/6/2002	1.430,80	D
2/7/2002	1.562,53	D
5/8/2002	1.562,53	D
3/9/2002	1.562,53	D
1/10/2002	1.562,53	D
1/11/2002	1.562,53	D
5/12/2002	3.115,06	D

9.4.5. Jorge da Silva Oliveira (CPF 395.731.927-72)

Data	Valor (R$)	Tipo
15/7/2002	1.249,68	D
14/8/2002	1.562,53	D
13/9/2002	1.562,53	D
14/10/2002	1.562,53	D
14/11/2002	1.562,53	D
13/12/2002	2.468,53	D

9.4.6. Jorge Fernando Nunes (CPF 321.127.507-04)

Data	Valor (R$)	Tipo
17/1/2002	130,00	D
1/2/2002	1.301,01	D
4/3/2002	1.300,61	D
1/4/2002	1.300,31	D
2/5/2002	1.300,31	D
3/6/2002	1.300,31	D
1/7/2002	1.348,56	D
2/8/2002	1.348,56	D
2/9/2002	1.348,56	D
2/10/2002	1.348,56	D
1/11/2002	1.348,56	D
2/12/2002	2.696,97	D
3/1/2003	1.348,56	D
3/2/2003	1.348,56	D
5/3/2003	1.348,56	D
1/4/2003	1.348,56	D
2/5/2003	1.348,56	D

9.4.7. José Carlos de Jesus Balão (CPF 399.092.557-15)

Data	Valor (R$)	Tipo
16/7/2002	110,00	D
5/8/2002	1.093,26	D
4/9/2002	1.093,26	D
3/10/2002	1.093,26	D
5/11/2002	1.093,26	D
6/12/2002	1.638,26	D

9.4.8. Osmar Faber (falecido, CPF 245.936.727-91)

Data	Valor (R$)	Tipo
11/07/2002	1.457,91	D
13/08/2002	1.562,53	D
12/09/2002	1.562,53	D
11/10/2002	1.562,53	D
13/11/2002	1.562,53	D
12/12/2002	2.468,53	D
14/01/2003	1.562,53	D
13/02/2003	1.562,53	D
17/03/2003	1.562,53	D
11/04/2003	1.562,53	D
14/05/2003	1.562,53	D

9.4.9. Paulo César dos Santos (CPF 467.375.457-34)

Data	Valor (R$)	Tipo
18/06/2002	1.312,06	D
02/07/2002	1.315,55	D
05/08/2002	1.315,55	D
03/09/2002	1.315,55	D
03/10/2002	1.315,55	D
04/11/2002	1.315,55	D
03/12/2002	2.189,55	D
03/01/2003	1.315,55	D
04/02/2003	1.315,55	D
05/03/2003	1.315,55	D
02/04/2003	1.315,55	D
05/05/2003	1.315,55	D
03/06/2003	1.315,55	D
02/07/2003	1.574,42	D

9.4.10. Rafi dos Santos Mafra (CPF 483.743.777-04)

Data	Valor (R$)	Tipo
03/07/2002	1.150,92	D
06/08/2002	1.328,48	D
06/09/2002	1.328,48	D
04/10/2002	1.328,48	D
04/11/2002	1.328,48	D
06/12/2002	2.100,48	D
06/01/2003	1.328,48	D

9.5 aplicar, individualmente, ao Sr. Alberto Alexandre Dias Ribeiro e à Srª Jacira de Oliveira Rezende Reis a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data de prolação deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6 autorizar, caso requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.7. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.8 inabilitar o Sr. Alberto Alexandre Dias Ribeiro e a Srª Jacira de Oliveira Rezende Reis, por 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, consoante o art. 60 da Lei 8.443/1992;

9.9 encaminhar cópia do presente acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao INSS e à Procuradoria Geral Federal (PGF), comunicando-os que a decisão de excluir os beneficiários não impede a adoção de providências administrativas e/ou judiciais, com vistas a reaver valores que eventualmente foram pagos a estes, em virtude da concessão indevida de benefício previdenciário (aposentadoria por tempo de serviço).

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2755-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2756/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.558/2013-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Angelina Aparecida de Albuquerque (869.017.378-15); Anides Augusto de Jesus (222.741.658-07); Arlindo Gomes Pereira (720.587.068-20); Cleide Folk Angelo (349.446.378-61); Cláudio Edson Polizio (966.857.518-00); Diego de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Angelo Polizio (335.981.978-02); Edna das Graças de Sousa (227.438.548-39); Eutelino Vital da Silva (720.667.178-00); Ivan José de Lima (016.927.628-77); José de Anchieta Alves Batista (021.872.598-11); Maria Barbosa Pereira (309.508.358-03); Maria do Carmo Lopes Ferrari (255.443.168-05); Mercedes Blumlein Carvalho (096.970.458-52); Moacir Chiquetto (554.310.208-97); Nenilda Aparecida Liverato Lemos (105.357.818-06); Paulo Pereira da Silva (731.353.568-68); Sandra Regina Aparecida Sartorado (005.691.728-70) e Walter Luiz Sims (309.853.258-01).

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP).

8. Advogados constituídos nos autos: Carolina Vinagre Carpes Cardoso (OAB/SP 279.926), Cássio Alcântara Cardoso (OAB/SP 184.300), Susana Aparecida Credendio (OAB/SP 213.812-D), Milton Carlos Cerqueira (OAB/SP 107.992-D), Eutelino Vital da Silva (OAB/SP 205.299), Thiago D'Aguiar Mataveli (OAB/SP 254.596), Cláudio José Ferrari (OAB/SP 109.683) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Tomada de Contas Especial instaurada pela Gerência Executiva do INSS em Campinas/SP, em função da constatação de irregularidades na concessão de benefícios previdenciários na Agência da Previdência Social Carlos Gomes.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 excluir da presente relação processual os Sres Angelina Aparecida de Albuquerque, Anides Augusto de Jesus, Arlindo Gomes Pereira, Cleide Folk Angelo, Edna das Graças de Sousa, Eutelino Vital da Silva, Ivan José de Lima, José de Anchieta Alves Batista, Maria Barbosa Pereira, Maria do Carmo Lopes Ferrari, Mercedes Blumlein Carvalho, Moacir Chiquetto, Nenilda Aparecida Liverato Lemos, Paulo Pereira da Silva e Sandra Regina Aparecida Sartorado;

9.2 considerar revel o Sr. Walter Luiz Sims, nos termos do art. 12, §3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.3 rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Diego de Angelo Polizio;

9.4 com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'd', e §§ 1º e 2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso IV, e §§ 1º e 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas dos Sres Walter Luiz Sims, Diego de Angelo Polizio e Cláudio Edson Polizio;

9.5 condenar o Sr. Walter Luiz Sims ao pagamento das quantias a seguir especificadas, referentes aos segurados também indicados, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários, ocasionando prejuízo aos cofres públicos:

9.5.1 Angelina Aparecida de Albuquerque

Data do pagamento	Valor original do débito (R$)
10/10/2006	373,33
08/11/2006	350,00
07/12/2006	466,66
08/01/2007	350,00
07/02/2007	350,00
08/03/2007	350,00
09/04/2007	350,00
08/05/2007	380,00
08/06/2007	380,00
06/07/2007	380,00
07/08/2007	380,00
10/09/2007	570,00
05/10/2007	380,00
10/10/2006	373,33
08/11/2006	350,00
07/12/2006	466,66
08/01/2007	350,00

9.5.2 Anides Augusto de Jesus

Data do pagamento	Valor original do débito (R$)
07/12/2006	233,33
08/01/2007	350,00
02/02/2007	350,00
02/03/2007	350,00
03/04/2007	350,00
03/05/2007	380,00
06/06/2007	380,00
03/07/2007	380,00
02/08/2007	380,00
05/09/2007	570,00
03/10/2007	380,00
05/11/2007	380,00
05/12/2007	570,00
03/01/2008	380,00
06/02/2008	380,00
05/03/2008	380,00
02/04/2008	415,00
05/05/2008	415,00
03/06/2008	415,00
02/07/2008	415,00
04/08/2008	415,00
03/09/2008	622,50
03/10/2008	415,00
04/11/2008	415,00
02/12/2008	622,50
05/01/2009	415,00
04/02/2009	415,00
03/03/2009	465,00
03/04/2009	465,00
05/05/2009	465,00
03/06/2009	465,00
03/07/2009	465,00
05/08/2009	465,00
03/09/2009	697,50
02/10/2009	465,00
04/11/2009	465,00
02/12/2009	697,50

9.5.3 Arlindo Gomes Pereira

Data do pagamento	Valor original do débito (R$)
22/08/2006	951,46
01/09/2006	1.982,21
04/10/2006	1.585,77
01/11/2006	1.585,77
01/12/2006	1.982,21
02/01/2007	1.585,77
01/02/2007	1.585,77
01/03/2007	1.585,77
02/04/2007	1.585,77
02/05/2007	1.635,08
01/06/2007	1.635,08
02/07/2007	1.635,08
01/08/2007	1.635,08
03/09/2007	2.452,62
07/11/2007	3.270,16
03/12/2007	2.452,62
02/01/2008	1.635,08
01/02/2008	1.635,08

9.5.4 Edna das Graças de Sousa

Data do pagamento	Valor original do débito (R$)
15/03/2007	849,76
09/04/2007	266,95
06/06/2007	551,52
05/07/2007	275,76
06/08/2007	275,76
06/08/2007	275,76
06/09/2007	413,64
08/10/2007	275,76
08/11/2007	275,76
07/12/2007	413,64
25/01/2008	275,76
07/02/2008	275,76
06/03/2008	275,76
07/04/2008	289,55
06/05/2008	289,55
06/06/2008	289,55
07/07/2008	289,55
06/08/2008	289,55
05/09/2008	434,32
06/10/2008	289,55
05/11/2008	289,55
05/12/2008	572,68
05/01/2009	386,07
05/02/2009	386,07
05/03/2009	408,92
07/04/2009	408,92
05/05/2009	408,92
05/06/2009	408,92
06/07/2009	408,92
29/07/2009	408,92
27/08/2009	613,38
28/09/2009	408,92
28/10/2009	408,92
26/11/2009	613,38
28/12/2009	408,92

9.5.5 Eutelino Vital da Silva

Data do pagamento	Valor original do débito (R$)
05/09/2006	1.754,75
03/10/2006	1.096,72
03/11/2006	1.096,72
04/12/2006	1.645,08
03/01/2007	1.096,72
02/02/2007	1.096,72
02/03/2007	1.096,72
03/04/2007	1.096,72
03/05/2007	1.130,82
04/06/2007	1.130,82
03/07/2007	1.130,82
02/08/2007	1.130,82
04/09/2007	1.696,23
02/10/2007	1.130,82
05/11/2007	1.130,82
04/12/2007	1.696,23
03/01/2008	1.130,82
07/02/2008	1.130,82
04/03/2008	1.130,82
02/04/2008	1.187,36
05/05/2008	1.187,36
03/06/2008	1.187,36
02/07/2008	1.187,36
02/07/2008	1.187,36
04/08/2008	1.187,36
02/09/2008	1.781,04
02/10/2008	1.187,36
04/11/2008	1.187,36
02/12/2008	1.781,04
05/01/2009	1.187,36
03/02/2009	1.187,36
03/03/2009	1.257,65
02/04/2009	1.257,65
05/05/2009	1.257,65
02/06/2009	1.257,65
02/07/2009	1.257,65
04/08/2009	1.257,65
02/09/2009	1.886,47
02/10/2009	1.257,65
04/11/2009	1.257,65
02/12/2009	1.886,47
05/01/2010	1.257,65

9.5.6 Ivan José de Lima

Data do pagamento	Valor original do débito (R$)
08/09/2006	3.454,69
05/10/2006	1.867,40
10/11/2006	1.867,40
10/11/2006	1.867,40
07/12/2006	2.334,25
05/01/2007	1.867,40
06/02/2007	1.867,40
07/03/2007	1.867,40
05/04/2007	1.867,40
07/05/2007	1.925,47
06/06/2007	1.925,47
05/07/2007	1.925,47
06/08/2007	1.925,47
06/09/2007	2.888,20
09/10/2007	1.925,47

9.5.7 José de Anchieta Alves Batista

Data do pagamento	Valor original do débito (R$)
07/11/2006	1.216,51
11/12/2006	1.035,33
06/01/2007	776,50
06/02/2007	776,50
06/03/2007	776,50
05/04/2007	776,50
07/05/2007	799,95
06/06/2007	799,95
05/07/2007	799,95
06/08/2007	799,95
06/09/2007	1.199,92
04/10/2007	799,95
07/11/2007	799,95
06/12/2007	1.199,92
24/01/2008	426,64

9.5.8 Maria Barbosa Pereira.

Data do pagamento	Valor original do débito (R$)
09/01/2007	268,33
06/02/2007	350,00
06/03/2007	350,00
05/04/2007	350,00
07/05/2007	380,00
06/06/2007	380,00
05/07/2007	380,00
06/08/2007	380,00
06/09/2007	570,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.5.9 Maria do Carmo Lopes Ferrari

Data do pagamento	Valor original do débito (R$)
10/01/2007	280,00
07/02/2007	350,00
02/03/2007	350,00
04/04/2007	350,00
03/05/2007	380,00
04/06/2007	380,00
03/07/2007	380,00
02/08/2007	380,00
04/09/2007	570,00
02/10/2007	380,00
05/11/2007	380,00
04/12/2007	570,00
03/01/2008	380,00
07/02/2008	380,00
04/03/2008	380,00
02/04/2008	415,00
05/05/2008	415,00
03/06/2008	415,00
02/07/2008	415,00
04/08/2008	415,00
02/09/2008	622,50
02/10/2008	415,00
04/11/2008	415,00
02/12/2008	622,50
05/01/2009	415,00
03/02/2009	415,00
03/03/2009	465,00
02/04/2009	465,00
05/05/2009	465,00
02/06/2009	465,00
02/07/2009	465,00
04/08/2009	465,00
02/09/2009	697,50
02/10/2009	465,00
04/11/2009	465,00

9.5.10 Mercedes Blumlein Carvalho

Data do pagamento	Valor original do débito (R$)
22/08/2006	210,00
06/09/2006	437,50
16/10/2006	350,00
08/11/2006	350,00
12/12/2006	525,00
10/01/2007	350,00
12/02/2007	350,00
07/03/2007	350,00
10/04/2007	350,00
08/05/2007	380,00
06/06/2007	380,00
05/07/2007	380,00
06/08/2007	380,00
06/09/2007	570,00
04/10/2007	380,00
08/11/2007	380,00
06/12/2007	570,00
07/01/2008	380,00
12/02/2008	380,00
06/03/2008	380,00
04/04/2008	415,00
07/05/2008	415,00
07/05/2008	415,00
06/06/2008	415,00
08/07/2008	415,00
29/08/2008	622,50
30/09/2008	415,00
31/10/2008	415,00
28/11/2008	622,50
06/01/2009	415,00
30/01/2009	415,00
03/03/2009	465,00
30/04/2009	465,00
01/06/2009	465,00
04/08/2009	465,00
31/08/2009	697,50
05/10/2009	465,00
30/10/2009	465,00

9.5.11 Moacir Chiquetto

Data do pagamento	Valor original do débito (R$)
30/10/2006	758,21
03/11/2006	1.338,02
04/12/2006	1.784,02
02/01/2007	1.338,02
01/03/2007	1.338,02
02/04/2007	1.338,02
03/05/2007	1.378,42
01/06/2007	1.378,42
03/07/2007	1.378,42
01/08/2007	1.378,42
03/09/2007	2.067,63
01/10/2007	1.378,42
01/11/2007	1.378,42
03/12/2007	2.067,63
02/01/2008	1.378,42
01/02/2008	1.378,42
03/03/2008	1.378,42
01/04/2008	1.447,34
02/05/2008	1.447,34
02/06/2008	1.447,34
01/07/2008	1.447,34
01/08/2008	1.447,34
01/09/2008	2.171,01
01/10/2008	1.447,34
03/11/2008	1.447,34
01/12/2008	2.171,01
02/01/2009	1.447,34
02/02/2009	1.447,34
02/03/2009	1.533,02
01/04/2009	1.533,02
04/05/2009	1.533,02
01/06/2009	1.533,02
01/07/2009	1.533,02
03/08/2009	1.533,02
01/09/2009	2.299,53
03/11/2009	1.533,02
01/12/2009	2.299,53
04/01/2010	1.533,02
01/10/2010	1.533,02

9.5.12 Nenilda Aparecida Liberato Lemos

Data do pagamento	Valor original do débito (R$)
24/01/2007	956,66
21/02/2007	350,00
02/03/2007	350,00
04/04/2007	350,00
03/05/2007	380,00
08/06/2007	380,00
03/07/2007	380,00
06/08/2007	380,00
04/09/2007	570,00
08/10/2007	380,00
05/11/2007	380,00
07/12/2007	570,00
05/01/2008	380,00

9.5.13 Sr. Paulo Pereira da Silva

Data do pagamento	Valor original do débito (R$)
03/10/2006	2.442,21
06/11/2006	823,22
04/12/2006	1.243,83
04/01/2007	823,22
02/02/2007	823,22
02/03/2007	823,22
03/04/2007	823,22
04/05/2007	848,82
05/06/2007	848,82
05/06/2007	848,82
03/07/2007	848,82
06/08/2007	848,82
01/10/2007	1.273,23
08/10/2007	848,82
06/11/2007	848,82
04/12/2007	1.273,23
07/01/2008	848,82
07/02/2008	848,82

9.5.14 Sandra Regina Aparecida Sartorado.

Data do pagamento	Valor original do débito (R$)
19/12/2006	3.659,01
04/01/2007	1.035,57
05/02/2007	1.035,57
02/03/2007	1.035,57
03/04/2007	1.035,57
03/05/2007	1.066,63
04/06/2007	1.066,63
03/07/2007	1.066,63
02/08/2007	1.066,63
04/09/2007	1.599,94
02/10/2007	1.066,63
05/11/2007	1.066,63
04/12/2007	1.599,94
03/01/2008	1.066,63
07/02/2008	1.066,63
04/03/2008	1.066,63
02/04/2008	1.119,96
05/05/2008	1.119,96
03/06/2008	1.119,96
02/07/2008	1.119,96
04/08/2008	1.119,96
02/09/2008	1.679,94
02/10/2008	1.119,96
04/11/2008	1.119,96
02/12/2008	1.679,94
05/01/2009	1.119,96
03/02/2009	1.119,96
03/03/2009	1.186,26
02/04/2009	1.186,26
05/05/2009	1.186,26
02/06/2009	1.186,26
02/07/2009	1.186,26
04/08/2009	1.186,26
02/09/2009	1.779,39
02/10/2009	1.186,26

9.6 condenar o Sr. Diego de Angelo Polizio ao pagamento das quantias a seguir especificadas, referentes à segurada Cleide Folk Angelo, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular de aposentadoria por tempo de contribuição, ocasionando prejuízo aos cofres públicos:

Data do pagamento	Valor original do débito (R$)
09/01/2007	6.807,18
19/01/2007	613,26
07/02/2007	1.839,78
07/03/2007	1.839,78
09/04/2007	1.839,78
08/05/2007	1.895,34
08/06/2007	1.895,34
06/07/2007	1.895,34
07/08/2007	1.895,34
10/09/2007	2.843,01
05/10/2007	1.895,34
08/11/2007	1.895,34
10/12/2007	2.843,01

9.7 condenar o Sr[es] Diego de Angelo Polizio e Cláudio Edson Polizio, de forma solidária, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, referentes ao segurado Cláudio Edson Polizio, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular de aposentadoria por tempo de contribuição, ocasionando prejuízo aos cofres públicos:

Data do pagamento	Valor original do débito (R$)
07/12/2006	980,83
03/01/2007	1.279,35
02/02/2007	1.279,35
02/03/2007	1.279,35
03/04/2007	1.279,35
03/05/2007	1.310,18
04/06/2007	1.310,18
03/07/2007	1.310,18
02/08/2007	1.310,18
04/09/2007	1.965,27
02/10/2007	1.310,18
05/11/2007	1.310,18
04/12/2007	1.965,27

9.8 aplicar aos Sr[es] Walter Luiz Sims e Diego de Angelo Polizio, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, nos valores de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) e 7.000,00 (sete mil reais), respectivamente, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data de prolação deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.9 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.10 autorizar, caso requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.11 inabilitar os Sr[es] Walter Luiz Sims e Diego de Angelo Polizio, por 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, consoante o art. 60 da Lei 8.443/1992;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.12 encaminhar cópia da deliberação que vier a ser proferida, bem como do relatório e do voto que a fundamentarem, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2756-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2757/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.493/2013-0.

2. Grupo II - Classe IV - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Dulcinéia Aparecida Rigatto (CPF 002.182.118-64), Helena Rady de Magalhães (CPF 190.388.968-59), Heni Doroti Cecarelli (CPF 776.921.528-53), Marcos Antonio Rozin (CPF 850.216.878 -91), Regina Maura de Almeida da Fonseca (CPF 067.729.508-10) e Silvia Regina Nativio Antonio (CPF 017.203.888-06).

4. Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Piracicaba/SP.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secex/SP.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Tomada de Contas Especial instaurada em função da constatação de irregularidades na concessão de benefícios previdenciários no âmbito da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Piracicaba/SP.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 considerar revéis, para todos os efeitos, a ex-servidora Heni Doroti Cecarelli e os segurados Marcos Antonio Rozin e Helena Rady de Magalhães, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. acatar as alegações de defesa apresentadas pela segurada Dulcinéia Aparecida Rigatto e excluí-la, por conseguinte, da presente relação processual, adotando-se o mesmo desfecho em relação à servidora Silvia Regina Natívio Antonio e, não obstante estarem sendo declarados revéis, ao Sr. Marcos Antonio Rozin e à Srª Helena Rady de Magalhães;

9.3. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela ex-servidora Regina Maura de Almeida da Fonseca e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas c e d e § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso IV e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, julgar irregulares as contas dessa responsável, assim como as da Srª Heni Doroti Cecarelli, condenando-as ao pagamento das quantias a seguir especificadas, acrescida dos encargos legais calculados a partir das respectivas datas, fixando-se-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste acórdão, para que comprovem perante o Tribunal o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social, nos termos do art. 23, inciso III, alínea a, da Lei Orgânica do TCU c/c o art. 214, inciso III, alínea a, de seu Regimento Interno:

9.3.1 Heni Doroti Cecarelli, em razão de irregularidades constatadas na concessão de benefício identificado pelo número 42/109.119.298-4:

Data do pagamento	Valor original do débito (R$)	Data do pagamento	Valor original do débito (R$)
13/05/1998	378,00	13/05/1998	378,00
12/06/1998	708,76	12/06/1998	708,76
15/07/1998	714,35	15/07/1998	714,35
13/08/1998	714,35	13/08/1998	714,35
14/09/1998	714,35	14/09/1998	714,35
13/10/1998	714,35	13/10/1998	714,35
13/11/1998	714,35	13/11/1998	714,35
10/12/1998	1.250,12	10/12/1998	1.250,12
13/01/1999	714,35	13/01/1999	714,35
10/02/1999	712,93	10/02/1999	712,93
10/03/1999	712,93	10/03/1999	712,93
15/04/1999	712,93	15/04/1999	712,93
12/05/1999	712,93	12/05/1999	712,93
11/06/1999	712,93	11/06/1999	712,93
12/07/1999	748,62	12/07/1999	748,62
11/08/1999	748,62	11/08/1999	748,62
13/09/1999	748,62	13/09/1999	748,62
13/10/1999	748,62	13/10/1999	748,62
11/11/1999	748,62	11/11/1999	748,62
10/12/1999	1.497,26	10/12/1999	1.497,26
12/01/2000	748,62	12/01/2000	748,62
10/02/2000	748,62	10/02/2000	748,62

9.3.2 Heni Doroti Cecarelli solidariamente com Regina Maura de Almeida da Fonseca, em razão de irregularidades constatadas na concessão de benefício identificado pelo número 42/109.986.604-6:

Data do pagamento	Valor original do débito (R$)	Data do pagamento	Valor original do débito (R$)
17/09/1998	575,33	06/04/2000	750,86
17/09/1998	719,16	05/05/2000	750,86
23/10/1998	719,16	05/05/2000	750,86
06/11/1998	719,16	06/06/2000	750,86
04/12/1998	1.078,74	10/07/2000	793,84
13/01/1999	719,16	04/08/2000	793,84
04/02/1999	717,73	06/09/2000	793,84
04/03/1999	717,73	05/10/2000	793,84
04/03/1999	717,73	07/11/2000	793,84
08/04/1999	717,73	06/12/2000	1.587,68
06/05/1999	717,73	05/01/2001	793,84
07/06/1999	717,73	06/02/2001	793,84
06/07/1999	750,86	06/03/2001	793,84
05/08/1999	750,86	05/04/2001	794,47
06/09/1999	750,86	07/05/2001	794,47
06/10/1999	750,86	06/06/2001	794,47
05/11/1999	750,86	05/07/2001	855,32
06/12/1999	1.501,72	06/08/2001	855,32
06/01/2000	750,86	06/09/2001	855,32
04/02/2000	750,86	04/10/2001	855,32
08/03/2000	750,86	07/11/2001	855,32
		06/12/2001	1.710,65

9.3.3 Regina Maura de Almeida da Fonseca, em razão de irregularidades constatadas na concessão de benefício identificado pelo número 42/119.935.499-3:

Data do pagamento	Valor original do débito (R$)
10/04/2001	444,68
12/04/2001	1.269,82
14/05/2001	1.269,82
13/06/2001	1.269,82
13/07/2001	1.356,15
13/08/2001	1.356,15
14/09/2001	1.356,15
11/10/2001	1.356,15

9.4 aplicar às Srªs Heni Doroti Cecarelli e Regina Maura de Almeida da Fonseca a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor individual de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e R$ 30.000,00 (trinta mil reais), respectivamente, fixando-se-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea a, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, acrescida dos encargos legais devidos a contar da data deste acórdão, caso não venha a ser paga dentro do prazo ora estipulado;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.5.1. o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado por qualquer das responsáveis, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

9.5.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. com base no art. 60 da Lei 8.443/1992, inabilitar as Srªs Heni Doroti Cecarelli e Regina Maura de Almeida da Fonseca, pelo prazo de 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal;

9.7. determinar à Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Piracicaba/SP que adote as medidas cabíveis, se ainda não o fez, com vistas ao cancelamento ou regularização dos benefícios previdenciários indevidamente autorizados, no âmbito daquela unidade, com a participação das Srªs Heni Doroti Cecarelli e Regina Maura de Almeida da Fonseca;

9.8. encaminhar cópia dos presentes autos à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2757-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2758/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.898/2014-8.

2. Grupo I - Classe VII - Relatório de Acompanhamento

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Entidades: Autoridade Pública Olímpica; Ministério do Esporte (vinculador); Secretaria Executiva do Ministério dos Esportes.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Dr. Paulo Soares Bugarin - manifestação oral.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Relatório de Acompanhamento da evolução dos trabalhos inerentes aos Grupo de Trabalho Legado Estratégico e Legado Educacional esportivo, bem com acerca da formalização de documentos que estabeleçam direitos e obrigações dos atores envolvidos na governança dos Jogos, em relação a seu legado.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 determinar, com fundamento no Decreto s/nº da Presidente da República, de 13/9/2012, ao Ministério do Esporte (ME) que, como coordenador do CGOlimpíadas e do GEOlimpíadas, encaminhe, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, à apreciação do GEOlimpíadas, considerando a competência do grupo de aprovar e coordenar as atividades dos Jogos custeadas com recursos federais, documento específico de planejamento do legado relativamente aos equipamentos esportivos construídos com recursos federais, identificando o ente público ou privado responsável pela destinação de cada empreendimento, seus custos previstos de manutenção, sua finalidade após a realização das competições e os benefícios esperados. Caso entenda necessário, o grupo deverá submeter o documento à aprovação do CGOlimpíadas, a quem compete definir as diretrizes e ações do Governo Federal para a realização dos Jogos."

9.2 recomendar ao Ministério do Esporte (ME) que:

9.2.1 na qualidade de coordenador do Grupo de Trabalho Legado Estratégico, avalie o emprego, pelo grupo, de sistema informatizado de acompanhamento dos processos para a consecução dos projetos relacionados ao legado dos Jogos, considerando, inclusive, a possibilidade de utilizar o sistema desenvolvido pela Autoridade Pública Olímpica;

9.2.2 deixe claro e transparente, para todos os atores envolvidos na organização dos Jogos e para a própria sociedade, o referencial que está sendo utilizado para tratamento do legado olímpico, incluindo o seu conceito, sua tipologia, sua visão estratégica, as ações a serem desenvolvidas e demais informações consideradas pertinentes relativamente ao legado;

9.3 determinar à Secretaria de Fiscalização de Obras de Infraestrutura Urbana que inclua, em suas futuras fiscalizações nas obras de construção de equipamentos para os Jogos Olímpicos de 2016, custeadas com recursos federais, questão de auditoria destinada a avaliar em que medida essas obras estão incorporando aspectos de sustentabilidade.

9.4 determinar à Segecex que:

9.4.1 com base no Protocolo de Intenções celebrado entre o TCU, o TCE-RJ e o TCM-RJ, em 17/9/2013, estabeleça contatos com esses tribunais com o objetivo de viabilizar a realização de auditoria conjunta para avaliar as ações ligadas à sustentabilidade que vêm sendo implementadas pelos órgãos e entidades envolvidos na organização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016;

9.4.2 por ocasião da elaboração do próximo relatório consolidador das ações de controle do TCU em relação aos Jogos, seja incluído capítulo que aborde a questão da inclusão de aspectos de sustentabilidade nas obras custeadas com recursos federais, a partir das constatações feitas em cada uma das fiscalizações individuais nesses empreendimentos;

9.5 determinar à Secex/RJ que monitore o cumprimento dos itens 9.1 e 9.2 deste acórdão;

9.6 dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério do Esporte, à Autoridade Pública Olímpica ao TCE-RJ e ao TCM-RJ.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2758-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2759/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.204/2014-0.

2. Grupo II - Classe V - Monitoramento

3. Interessado: Congresso Nacional.

4. Unidade: Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Portuárias, Hídricas e Ferroviárias (SecobHidro).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de monitoramento autuado para atualização de informações ao Congresso Nacional acerca da Ferrovia Norte Sul (FNS) em Goiás, trecho situado entre Uruaçu/GO e Anápolis/GO, para fins de cumprimento do art. 100, inciso II, da Lei 12.919, de 24 de dezembro de 2013 (LDO 2014).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 informar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, em atendimento ao que determina o art. 100, inciso II, da Lei 12.919/2013, que foram constatadas irregularidades graves nos Contratos Valec 014/06 (lote 1), 021/01 (lote S/N), 015/06 e 058/09 (lote 2), 016/06 (lote 3), 013/06 e 060/09 (lote 4), relativos aos serviços de construção da Ferrovia Norte Sul em Goiás, que motivaram a aplicação de multas a gestores da Valec à época das contratações e a instauração de tomadas de contas especiais em razão de superfaturamento detectado em cada um desses contratos, conforme julgamento realizado por meio do Acórdão 2.447/2014-Plenário;

9.2 informar à Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A que:

9.2.1 as apólices de seguro-garantia apresentadas em substituição às retenções devem possuir prazo de validade vinculado à decisão definitiva do TCU sobre o mérito das irregularidades que ensejaram a retenção parcial de valores; e

9.2.2 os valores segurados por meio de apólice devem ser reajustados mensalmente, com respeito à sistemática de atualização aplicável aos débitos apurados nos processos do TCU, que se encontra definida por meio do Acórdão 1.603/2011-TCU-Plenário, com nova redação dada pelo Acórdão 1.247/2012-TCU-Plenário.

9.3 encaminhar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional cópia desta deliberação e do Acórdão 2.447/2014-Plenário, bem como dos relatórios e votos que fundamentam ambas as decisões;

9.4 apensar este processo ao TC 021.283/2008-1.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2759-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2760/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 024.308/2014-5

2. Grupo I - Classe VII - Administrativo

3. Interessado: Tribunal de Contas da União

4. Órgãos: Tribunal de Contas da União

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag)

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de proposta de alteração da Instrução Normativa - TCU 59/2009, que estabelece normas de tramitação e de acompanhamento das solicitações do Senado Federal acerca das resoluções de autorização das operações de crédito externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com garantia da União.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 79 do Regimento Interno, em:

9.1. aprovar o Projeto de alteração da Instrução Normativa-TCU 59, de 12/8/2009, na forma do texto em anexo;

9.2. determinar o arquivamento do processo.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2760-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2761/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 028.752/2012-0.

2. Grupo I - Classe V - Embargos de Declaração (Pedido de Reexame)

3. Interessado: Escribrasil Comercial de Equipamentos Ltda. (CNPJ 11.983.207/0001-40).

4. Unidade: Universidade Federal de Goiás - UFGO.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da Deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Advogados constituídos nos autos: Guaraci de Melo Maciel (OAB/PR 37.975)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela empresa Escribrasil Comercial de Equipamentos Ltda., em face Acórdão 1.797/2014 - TCU - Plenário, que conheceu do pedido de reexame interposto pelo responsável para, no mérito, conceder a ele provimento parcial, para, alterando o subitem 9.4 do Acórdão 1.776/2013 - Plenário, reduzir o prazo da penalidade aplicada à empresa para 3 (três) meses.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos empresa Escribrasil Comercial de Equipamentos Ltda., para, no mérito, conceder a eles provimento parcial; para, retificar o item 3 do Voto condutor do Acórdão 1797/2014 - TCU - Plenário, dando-lhe a redação a seguir:

"[...] 3. Como visto no relatório precedente, a razão que levou esta Corte de Contas a aplicar sanção à empresa Escribrasil Comercial de Equipamentos Ltda., foi a comprovação, no âmbito de Representação, do cometimento de fraude à licitação por ter referida empresa apresentado declaração inverídica no sentido de que atendia às condições para usufruir das vantagens previstas na Lei Complementar 123/2006, beneficiando-se de tratamento diferenciado destinado a ME/EPP, indevidamente. [...]".

9.2. manter, em seus exatos termos o Acórdão 1797/2014 - TCU - Plenário;

9.3. dar conhecimento da presente deliberação ao interessado.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2761-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 2762/2014 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 034.288/2013-9

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Sérgio Barroso Leopoldino (CPF 074.429.368-57); Alaídio Carvalho Teixeira (CPF 420.820.567-91); Alberto Lopes (CPF 274.949.937-20); Antônio César da Rocha Martins (CPF 438.006.537-53); Evaldo Gomes Pina (CPF 304.287.777-91); Georgete de Oliveira Pinheiro (CPF 824.322.447-04); Ignácio Loiola de Oliveira (CPF 308.841.447-04); Isaac de Oliveira Emerick (CPF 172.090.727-72), Ivanete Gomes Sischini (CPF 042.431.947-00); José Fabiano dos Santos (CPF 738.120.808-34); Keni Caetano Antunes Malaquias (CPF 632.151.367-91); Leone Luiz Coutinho (CPF 321.899.407-10); Liete Marques de Moraes (CPF 624.658.647-34); Maria Ita Alves Pereira (CPF 474.510.927-04); Martinho Marreiro Filho (CPF 593.243.847-91); Nir Paulo e Silva (CPF 386.353.487-53); Paulo Roberto Ferreira (CPF 371.226.307-49); Redorval Belarmino dos Santos (CPF 529.326.487-72); Valdir Francisco de Paula (CPF 308.995.597-00); Wilson Benedito de Jesus Júnior (CPF 983.943.128-53); Wilson Guimarães Clarence (CPF 562.703.307-00).

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representantes do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

8. Advogados constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em razão do prejuízo causado pelo ex-servidor Sérgio Barroso Leopoldino, referente a concessões irregulares de aposentadoria, por meio de inserções de recolhimentos e vínculos empregatícios não comprovados. Os fatos ocorreram na agência de Bangu, no município do Rio de Janeiro (Peça 5, p. 385).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea d; 19, caput; 23, inciso III; e 57 da Lei 8.443/1992, em:

9.1 excluir da presente relação processual os segurados Alaídio Carvalho Teixeira, Alberto Lopes, Antônio César da Rocha Martins, Evaldo Gomes Pina, Georgete de Oliveira Pinheiro, Ignácio Loiola de Oliveira, Isaac de Oliveira Emerick, Ivanete Gomes Sischini, José Fabiano dos Santos, Keni Caetano Antunes Malaquias, Leone Luiz Coutinho, Liete Marques de Moraes Maria Ita Alves Pereira, Martinho Marreiro Filho, Nir Paulo e Silva, Paulo Roberto, Redorval Belarmino dos Santos,Valdir Francisco de Paula, Wilson Benedito de Jesus Júnior, Wilson Guimarães Clarence;

9.2. julgar irregulares as contas do Sérgio Barroso Leopoldino, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento dos débitos aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários, ocasionando prejuízo aos cofres públicos, segundo os pagamentos efetuados ao seguinte segurado:

9.2.1. Alaídio Carvalho Teixeira (CPF: 420.820.567-91; peça 2, p. 78)

Data do lançamento	Tipo	Valor
17/4/2002	Débito	184,96
15/5/2002	Débito	924,81
14/6/2002	Débito	924,81
12/7/2002	Débito	939,23
14/8/2002	Débito	939,23
13/9/2002	Débito	939,23
15/10/2002	Débito	939,23
14/11/2002	Débito	939,23
13/12/2002	Débito	1.643,65
15/1/2003	Débito	939,23
14/2/2003	Débito	939,23
17/3/2003	Débito	939,23
14/4/2003	Débito	939,23
15/5/2003	Débito	939,23
15/6/2003	Débito	939,23
4/7/2003	Débito	1.124,32

9.2.2. Alberto Lopes (CPF: 274.949.937-20; peça 2, p. 94)

Data do lançamento	Tipo	Valor
25/6/2002	Débito	2.678,18
8/7/2002	Débito	1.352,53
8/8/2002	Débito	1.342,62
9/9/2002	Débito	1.342,62
8/10/2002	Débito	1.342,62
8/11/2002	Débito	1.342,62
9/12/2002	Débito	2.349,69

9.2.3. Antônio César da Rocha Martins (CPF: 438.006.537-53; peça 2, p. 102)

Data do lançamento	Tipo	Valor
2/7/2002	Débito	1.142,17
2/8/2002	Débito	1.269,02
3/9/2002	Débito	1.269,02
2/10/2002	Débito	1.269,02
4/11/2002	Débito	1.269,02
3/12/2002	Débito	2.009,34
6/1/2003	Débito	1.269,02
3/2/2003	Débito	1.269,02
5/3/2003	Débito	1.269,02
1/4/2003	Débito	1.269,02
2/5/2003	Débito	1.269,02
2/6/2003	Débito	1.269,02
1/7/2003	Débito	1.519,02

9.2.4. Evaldo Gomes Pina (CPF: 304.287.777-91; peça 2, p. 116-118)

Data do lançamento	Tipo	Valor
15/1/2002	Débito	122,80
5/2/2002	Débito	1.227,93
4/3/2002	Débito	1.228,11
2/4/2002	Débito	1.228,02
3/5/2002	Débito	1.228,02
4/6/2002	Débito	1.228,02
2/7/2002	Débito	1.273,67
2/8/2002	Débito	1.273,67
3/9/2002	Débito	1.273,67
2/10/2002	Débito	1.273,67
4/11/2002	Débito	1.273,67
3/12/2002	Débito	2.547,35
3/1/2003	Débito	1.273,67
4/2/2003	Débito	1.273,67
5/3/2003	Débito	1.273,67
2/4/2003	Débito	1.273,67
5/5/2003	Débito	1.273,67
3/6/2003	Débito	1.273,67
2/7/2003	Débito	1.524,59
4/8/2003	Débito	1.524,59
5/1/2004	Débito	8.461,67
3/2/2004	Débito	1.524,59
2/3/2004	Débito	1.524,59
2/4/2004	Débito	1.524,59
4/5/2004	Débito	1.524,59
2/6/2004	Débito	1.593,63
2/7/2004	Débito	1.593,63
3/8/2004	Débito	1.593,63
2/9/2004	Débito	1.593,63
4/10/2004	Débito	1.593,80
3/11/2004	Débito	1.593,69
2/12/2004	Débito	3.187,38
4/1/2005	Débito	1.593,69
2/2/2005	Débito	1.593,69
2/3/2005	Débito	1.593,69
4/4/2005	Débito	1.593,69
3/5/2005	Débito	1.593,69
2/6/2005	Débito	1.694,92
4/7/2005	Débito	1.694,92
2/8/2005	Débito	1.694,92
2/9/2005	Débito	1.694,92
4/10/2005	Débito	1.694,92
3/11/2005	Débito	1.694,92
2/12/2005	Débito	3.389,84
3/1/2006	Débito	1.694,92
2/2/2006	Débito	1.694,92
2/3/2006	Débito	1.694,92
4/4/2006	Débito	1.695,08
3/5/2006	Débito	1.779,67
2/6/2006	Débito	1.779,67
4/7/2006	Débito	1.779,67
2/8/2006	Débito	1.779,67
4/9/2006	Débito	2.669,65
3/10/2006	Débito	1.780,01
3/11/2006	Débito	1.779,84
4/12/2006	Débito	2.670,01
3/1/2007	Débito	1.779,84
2/2/2007	Débito	1.779,88
2/3/2007	Débito	1.779,88
3/4/2007	Débito	1.779,88
3/5/2007	Débito	1.838,32
4/6/2007	Débito	1.838,59
3/7/2007	Débito	1.838,59
2/8/2007	Débito	1.838,59
4/9/2007	Débito	2.758,03
2/10/2007	Débito	1.838,59
5/11/2007	Débito	1.838,59
4/12/2007	Débito	2.757,73
3/1/2008	Débito	1.838,62
7/2/2008	Débito	1.831,90
4/3/2008	Débito	1.831,90
2/4/2008	Débito	1.923,49
5/5/2008	Débito	1.923,49
3/6/2008	Débito	1.923,49
2/7/2008	Débito	1.923,49
4/8/2008	Débito	1.923,49
2/9/2008	Débito	2.885,23
2/10/2008	Débito	1.923,49
4/11/2008	Débito	1.923,49
2/12/2008	Débito	2.885,24
5/1/2009	Débito	1.923,49
3/2/2009	Débito	1.923,49
3/3/2009	Débito	2.037,36
2/4/2009	Débito	2.037,36
5/5/2009	Débito	2.037,36
2/6/2009	Débito	2.037,36
2/7/2009	Débito	2.037,36
4/8/2009	Débito	2.037,36
3/9/2009	Débito	1.256,37

9.2.5. Georgete de Oliveira Pinheiro (CPF: 824.322.447-04; peça 2, p. 194)

Data do lançamento	Tipo	Valor
15/1/2002	Débito	225,45
8/2/2002	Débito	1.352,48
7/3/2002	Débito	1.352,66
9/4/2002	Débito	1.352,57
8/5/2002	Débito	1.352,57
11/6/2002	Débito	1.352,57
9/7/2002	Débito	1.402,86
9/8/2002	Débito	1.402,86
9/9/2002	Débito	1.402,86
4/10/2002	Débito	1.402,86
6/11/2002	Débito	1.402,86
5/12/2002	Débito	2.805,71

9.2.6. Ignácio Loiola de Oliveira (CPF: 308.841.447-04; peça 2, p. 206)

Data do lançamento	Tipo	Valor
14/5/2002	Débito	881,36
13/6/2002	Débito	911,75
11/7/2002	Débito	920,22
14/8/2002	Débito	920,22
16/9/2002	Débito	920,22
14/10/2002	Débito	920,22
13/11/2002	Débito	920,22
13/12/2002	Débito	1.610,38
14/1/2003	Débito	920,22
13/2/2003	Débito	920,22
14/3/2003	Débito	920,22
11/4/2003	Débito	920,22
15/5/2003	Débito	920,22
16/6/2003	Débito	920,22
1/7/2003	Débito	1.101,57

9.2.7. Isaac de Oliveira Emerick (CPF: 172.090.727-72; peça 2, p. 222)

Data do lançamento	Tipo	Valor
14/6/2002	Débito	2.774,12
17/7/2002	Débito	1.399,95
15/8/2002	Débito	1.399,95
13/9/2002	Débito	1.399,95
16/10/2002	Débito	1.399,95
13/12/2002	Débito	2.450,04
27/12/2002	Débito	1.399,95

9.2.8. Ivanete Gomes Sischini (CPF: 042.431.947-00; peça 2, p. 230-232)

Data do lançamento	Tipo	Valor
28/3/2002	Débito	430,52
9/4/2002	Débito	1.174,09
10/5/2002	Débito	1.174,09
11/6/2002	Débito	1.174,09
10/7/2002	Débito	1.196,04
8/8/2002	Débito	1.196,04
10/9/2002	Débito	1.196,04
9/10/2002	Débito	1.196,04
7/11/2002	Débito	1.196,04
6/12/2002	Débito	2.192,78
8/1/2003	Débito	1.196,04
7/2/2003	Débito	1.196,04
10/3/2003	Débito	1.196,04
7/4/2003	Débito	1.196,04
9/5/2003	Débito	1.196,04
4/6/2003	Débito	1.196,04
9/7/2003	Débito	1.431,65
19/7/2004	Débito	2.992,94
6/8/2004	Débito	1.496,47
8/9/2004	Débito	1.496,47
7/10/2004	Débito	1.496,64
8/11/2004	Débito	1.496,52
8/12/2004	Débito	2.993,01
14/1/2005	Débito	1.496,52
11/2/2005	Débito	1.496,53
10/3/2005	Débito	1.496,52
8/4/2005	Débito	1.496,52
10/5/2005	Débito	1.496,52
15/6/2005	Débito	1.591,58
8/7/2005	Débito	1.591,58
8/8/2005	Débito	1.591,58
15/9/2005	Débito	1.591,58
10/10/2005	Débito	1.591,58
11/11/2005	Débito	1.591,58
9/12/2005	Débito	3.183,15

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6/1/2006	Débito	1.591,58
20/2/2006	Débito	1.591,58
20/3/2006	Débito	1.591,58
10/4/2006	Débito	1.591,74
8/5/2006	Débito	1.671,17
16/6/2006	Débito	1.671,17
17/7/2006	Débito	1.671,17
13/9/2006	Débito	4.178,05
10/10/2006	Débito	1.671,48
13/11/2006	Débito	1.671,32
8/12/2006	Débito	2.507,16
8/1/2007	Débito	1.671,32
12/2/2007	Débito	1.671,36
8/3/2007	Débito	1.671,36

9.2.9. José Fabiano dos Santos (CPF: 738.120.808-34; peça 2, p. 274)

Data do lançamento	Tipo	Valor
11/7/2002	Débito	1.416,26
13/8/2002	Débito	709,01
12/9/2002	Débito	709,01
14/10/2002	Débito	709,01
13/11/2002	Débito	709,01
12/12/2002	Débito	1.181,68

9.2.10. Keni Caetano Antunes Malaquias (CPF: 632.151.367-91; peça 2, p. 282)

Data do lançamento	Tipo	Valor
14/6/2002	Débito	3.006,81
12/8/2002	Débito	1.108,32
20/8/2002	Débito	1.108,32
11/9/2002	Débito	1.108,32
10/10/2002	Débito	1.108,32
12/11/2002	Débito	1.108,32
11/12/2002	Débito	2.031,94
13/1/2003	Débito	1.108,32
12/2/2003	Débito	1.108,32
13/3/2003	Débito	1.108,32
10/4/2003	Débito	1.108,32
13/5/2003	Débito	1.108,32

9.2.11. Leone Luiz Coutinho (CPF: 321.899.407-10; peça 2, p. 294)

Data do lançamento	Tipo	Valor
15/5/2002	Débito	472,73
14/6/2002	Débito	1.090,93
12/7/2002	Débito	1.192,39
14/8/2002	Débito	1.192,39
16/9/2002	Débito	1.192,39
14/10/2002	Débito	1.192,39
14/11/2002	Débito	1.192,39
13/12/2002	Débito	1.987,36

9.2.12. Liete Marques de Moraes (CPF: 624.658.647-34; peça 2, p. 304)

Data do lançamento	Tipo	Valor
12/3/2002	Débito	224,53
3/4/2002	Débito	673,60
6/5/2002	Débito	673,60
5/6/2002	Débito	673,60
3/7/2002	Débito	686,18
5/8/2002	Débito	686,18
4/9/2002	Débito	686,18
3/10/2002	Débito	686,18
6/11/2002	Débito	686,18
4/12/2002	Débito	1.257,98

9.2.13. Maria Ita Alves Pereira (CPF: 474.510.927-04; peça 2, p. 314)

Data do lançamento	Tipo	Valor
22/5/2002	Débito	1.153,81
27/6/2002	Débito	1.281,95
15/7/2002	Débito	1.293,86
14/8/2002	Débito	1.293,86
16/9/2002	Débito	1.293,86
16/10/2002	Débito	1.293,86
18/11/2002	Débito	1.293,86
16/12/2002	Débito	2.264,34
16/1/2003	Débito	1.293,86
17/2/2003	Débito	1.293,86
17/3/2003	Débito	1.293,86

9.2.14. Martinho Marreiro Filho (CPF: 593.243.847-91; peça 2, p. 326)

Data do lançamento	Tipo	Valor
14/5/2002	Débito	879,81
25/6/2002	Débito	977,57
11/7/2002	Débito	986,65
14/8/2002	Débito	986,65
11/9/2002	Débito	986,65
11/10/2002	Débito	986,65
13/11/2002	Débito	986,65
11/12/2002	Débito	1.726,64
14/1/2003	Débito	986,65
14/2/2003	Débito	986,65
14/3/2003	Débito	986,65
11/4/2003	Débito	986,65
13/5/2003	Débito	986,65
11/6/2003	Débito	986,65
10/7/2003	Débito	1.181,06

9.2.15. Nir Paulo e Silva (CPF: 386.353.487-53; peça 2, p. 342)

Data do lançamento	Tipo	Valor
6/3/2002	Débito	803,85
12/4/2002	Débito	1.004,81
13/5/2002	Débito	1.004,81
12/6/2002	Débito	1.004,81
3/7/2002	Débito	1.040,90
5/8/2002	Débito	1.040,90
5/9/2002	Débito	1.040,90
4/10/2002	Débito	1.040,90
5/11/2002	Débito	1.040,90
4/12/2002	Débito	1.995,06
6/1/2003	Débito	1.040,90
5/2/2003	Débito	1.040,90
10/3/2003	Débito	1.040,90
4/4/2003	Débito	1.040,90
7/5/2003	Débito	1.040,90
5/6/2003	Débito	1.040,90
3/7/2003	Débito	1.245,96
5/8/2003	Débito	1.245,96

9.2.16. Paulo Roberto Ferreira (CPF: 371.226.307-49; peça 2, p. 360)

Data do lançamento	Tipo	Valor
14/6/2002	Débito	3.006,81
11/7/2002	Débito	1.032,93
13/8/2002	Débito	1.032,93
12/9/2002	Débito	1.032,93
11/10/2002	Débito	1.032,93
13/11/2002	Débito	1.032,93
12/12/2002	Débito	1.893,68
14/1/2003	Débito	1.032,93
13/2/2003	Débito	1.032,93
17/3/2003	Débito	1.032,93
11/4/2003	Débito	1.032,93

9.2.17. Redorval Belarmino dos Santos (CPF: 529.326.487-72; peça 2, p. 372)

Data do lançamento	Tipo	Valor
9/4/2002	Débito	250,67
9/5/2002	Débito	626,69
10/6/2002	Débito	626,69
8/7/2002	Débito	636,46
8/8/2002	Débito	636,46
9/9/2002	Débito	636,46
8/10/2002	Débito	636,46
8/11/2002	Débito	636,46
9/12/2002	Débito	1.113,78
9/1/2003	Débito	636,46
12/2/2003	Débito	636,46
12/3/2003	Débito	636,46
8/4/2003	Débito	636,45
8/3/2004	Débito	7.804,23
1/4/2004	Débito	761,89
3/5/2004	Débito	761,89
1/6/2004	Débito	796,40
1/7/2004	Débito	796,40
2/8/2004	Débito	796,40
1/9/2004	Débito	796,40
1/10/2004	Débito	796,40
1/11/2004	Débito	796,40

9.2.18. Valdir Francisco de Paula (CPF: 308.995.597-00; peça 3, p. 18)

Data do lançamento	Tipo	Valor
13/5/2002	Débito	613,92
3/6/2002	Débito	1.151,06
1/7/2002	Débito	1.161,75
1/8/2002	Débito	1.161,75
3/9/2002	Débito	1.161,75
2/10/2002	Débito	1.161,75
1/11/2002	Débito	1.161,75
2/12/2002	Débito	2.033,10

9.2.19. Wilson Benedito de Jesus Júnior (CPF: 983.943.128-53; peça 3, p. 28)

Data do lançamento	Tipo	Valor
14/6/2002	Débito	394,82
9/7/2002	Débito	202,63
19/8/2002	Débito	202,63
13/9/2002	Débito	202,63
7/10/2002	Débito	202,63
8/11/2002	Débito	202,63
9/12/2002	Débito	354,59

9.2.20. Wilson Guimarães Clarence (CPF: 562.703.307-00; peça 3, p. 36)

Data do lançamento	Tipo	Valor
10/5/2002	Débito	914,36
12/6/2002	Débito	945,89
10/7/2002	Débito	954,69
9/8/2002	Débito	954,69
12/9/2002	Débito	954,69
10/10/2002	Débito	954,69
11/11/2002	Débito	954,69
10/12/2002	Débito	1.670,67

9.3. aplicar ao Sr. Sérgio Barroso Leopoldino a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, nos valores de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data de prolação deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido pelo responsável, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. inabilitar o Sr. Sérgio Barroso Leopoldino, por 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, consoante o art. 60 da Lei 8.443/1992;

9.7. encaminhar cópia do presente acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao INSS e à Procuradoria-Geral Federal (PGF), comunicando-os que a decisão de excluir os beneficiários não impede a adoção de providências administrativas e/ou judiciais, com vistas a reaver valores que eventualmente foram pagos a estes, em virtude da concessão indevida de benefício previdenciário (aposentadoria por tempo de serviço).

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2762-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2763/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.313/2014-3.

1.1. Apenso: TC 005.346/2014-2

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Representação)

3. Interessados/Recorrentes:

3.1. Interessados: Edge Technology Ltda. (05.378.180/0001-63);

3.2. Recorrente: Level 3 Comunicações do Brasil Ltda (72.843.212/0001-41).

4. Órgão: Ministério de Minas e Energia (vinculador).

5. Relator: Ministro José Jorge

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI).

8. Advogado constituído nos autos: Thiago Lucas Gordo de Sousa (OAB/DF 17.749); Mariana Mello Ottoni (OAB/DF 33.989/DF); André Puppin Macedo (OAB/DF 12.004).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos esses autos de representação, nos quais foram opostos embargos de declaração pela empresa Level 3 Comunicações do Brasil Ltda. em face do Acórdão 2.312/2014-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer dos presentes embargos de declaração, porquanto não preenchidos os pressupostos de admissibilidade contidos no §1º do art. 34 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o §1º do art. 287 do Regimento Interno, concernentes à legitimidade recursal;

9.2. dar ciência deste deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, à recorrente.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2763-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2764/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.927/2014-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessado: Senado Federal.

4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional alusiva ao Ofício nº 376 (SF), de 19/3/2014 (peça 1), por meio do qual o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, encaminha a este Tribunal o Requerimento de nº 1.074, de 2011, de autoria do Senador Álvaro Dias, aprovado pelo Plenário do Senado Federal, na sessão realizada no dia 18/3/2014.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 38, inciso I, da Lei 8.443/1992, 232, inciso I, do Regimento Interno do TCU e 4º, inciso I, alínea "a", da Resolução-TCU nº 215/2008;

9.2. encaminhar ao Exmo. Sr. Senador Álvaro Dias, por intermédio da Presidência do Senado Federal, a informação de que não se faz necessária a realização de auditoria para os fins propostos no Requerimento 1.074/2011, uma vez que não foram encontrados indícios de: (i) superfaturamento, (ii) irregularidades na aplicação dos valores gastos ou (iii) graves problemas técnicos, em relação à construção do navio petroleiro João Cândido (da classe Suezmax), em fiscalizações anteriores realizadas por esta Corte de Contas (TC 015.257/2005-1; TC 019.596/2006-2; TC 029.215/2008-8; TC 001.994/2010-7; TC 004.877/2011-0; e TC 025.692/2013-5);

9.3. encaminhar aos solicitantes, em complemento às informações acima descritas, cópia da decisão que vier a ser proferida, acompanhada de cópia desta Instrução e de cópia da peça 4 deste processo (SIGILOSA);

9.4. dar ciência da presidente deliberação à Presidência do Senado Federal;

9.5. alertar a Presidência do Senado Federal e o Exmo. Sr. Senador Álvaro Dias, em face dos regramentos contidos nas Resoluções TCU 254/2013 e 259/2014, sobre o caráter sigiloso da peça 4 do processo, com a consequente necessidade de se manter a confidencialidade das informações disponibilizadas; e

9.6. considerar a solicitação integralmente atendida e arquivar o presente processo, nos termos dos arts. 169, inciso II, do Regimento Interno do TCU e 17, inciso I, da Resolução-TCU 215/2008.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2764-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2765/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.061/2009-7.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Levantamento de Auditoria

3. Responsáveis: Gilberto Câmara Neto (019.351.598-95), Carlos Alberto Villarta Fuliene (929.038.278-34) e Carlos Eduardo A. Lemonge (294.428.368-54)

4. Entidade: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação - SecobEdificação.

8. Advogados: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Levantamento de Auditoria relativo às obras de implementação do Centro Regional da Amazônia, unidade do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, em Belém/PA.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Srs. Carlos Alberto Villarta Fuliene (929.038.278-34) e Carlos Eduardo Andrade Lemonge (294.428.368-54), em virtude da aprovação e elaboração do projeto básico do prédio do Centro Regional da Amazônia, do INPE, em Belém/PA, cujo orçamento contemplava quantitativos incompatíveis com o projeto da obra, contrariando o art. 7º, §2º, inciso II, da Lei 8.666/1993;

9.2. aplicar individualmente, aos Srs Carlos Alberto Villarta Fuliene (929.038.278-34) e Carlos Eduardo Andrade Lemonge (294.428.368-54), a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do Acórdão até a do efetivo recolhimento;

9.3. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. autorizar, desde logo, caso solicitado, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos do art. 217 do Regimento Interno/TCU;

9.5. determinar ao INPE que, em futuras obras, elabore cronograma com definição clara das etapas a serem concluídas, especificando, com precisão, o percentual, ou estágio, a ser atingido e não autorize pagamento antecipado de qualquer parcela.

9.6. encaminhar cópia do presente Acórdão, assim como Relatório e Voto que o fundamentam, ao INPE e aos indicados no item 9.2 deste Acórdão;

9.7. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2765-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2766/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.279/2009-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.

3. Embargante: Fernando Antonio Rodovalho (279.457.238-53).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes - PE.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração interpostos por Fernando Antônio Rodovalho contra o acórdão 2.245/2014- Plenário;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8443/1992:

9.1. conhecer dos embargos e negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2766-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2767/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.128/2011-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Responsáveis: Antonio de Melo Santos (342.768.901-87); Denio Menezes da Silva (601.851.477-04); GEAP - Fundação de Seguridade Social (03.658.432/0001-82); Silverio Morais da Cruz (285.865.491-34); Valéria Grilanda Rodrigues Paiva Dantas (480.221.791-91).

4. Órgãos: Secretaria Executiva do Ministério da Educação; Subsecretaria de Assuntos Administrativos - MEC.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos esses autos de representação, por meio da qual são trazidos ao conhecimento do Tribunal indícios de irregularidade no Termo Aditivo 5/2001, celebrado entre o Ministério da Educação (MEC) e a Fundação de Seguridade Social (Geap), com o objetivo de prorrogar, até 30/3/2012, a vigência do Convênio 1/2007.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, porquanto preenchidos os requisitos de admissibilidade contidos no artigo 237, VI, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.2. acatar as razões de justificativas apresentadas pelos senhores Denio Menezes da Silva (601.851.477-04), Valéria Grilanda Rodrigues Paiva (480.221.791-91), Silvério Morais da Cruz (285.865.491-34) e Antônio de Melo Santos (342.768.901-87).

9.3. alertar à Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Educação (SAA/MEC) de que a inobservância da Lei nº 8.666, de 1993, se firmado novo ajuste com a Geap-Fundação de Seguridade Social, sujeita o responsável às sanções previstas nas normas cabíveis, tendo em consideração à jurisprudência vigente;

9.4. enviar cópia deste Acórdão, acompanhado do voto e relatório que o fundamentam, aos responsáveis, à GEAP- Fundação de Seguridade Social e à Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Educação (SAA/MEC);e

9.5. arquivar os presentes autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2767-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2768/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 027.986/2013-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Francisco da Conceição Ferreira (280.906.673-68); José Ribamar Aguiar Medeiros (660.669.303-97); José Wallas Lisboa Sousa (785.785.583-91); Marlene Serra Coelho (124.888.103-63).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Matões do Norte - MA.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex/MA).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação acerca de possíveis irregularidades em licitação associada Convênio 702.245/2010, celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e a prefeitura de Matões do Norte/MA;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 235 c/c art. 237, parágrafo único, e 250, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer da presente representação, para considerá-la improcedente;

9.2. considerar atendida a determinação constante do item 9.8. do Acórdão 1040/2012- TCU-Plenário;

9.3. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, aos responsáveis;

9.4. arquivar este processo.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2768-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2769/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.550/2014-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Representante: Ciência e Natureza Alimentação Corporativa Ltda. (02.263.522/0001-01)

4. Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo (32.479.123/0001-43).

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (SECEX-ES).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação em vista de possíveis irregularidades no pregão eletrônico 6/2014 da Universidade Federal do Espírito Santo,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer o presente processo como representação, nos termos do art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c art. 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. com fulcro no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, c/c art. 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, assinar prazo de 15 (quinze) dias para que a Universidade Federal do Espírito Santo adote as providências necessárias no sentido de anular o pregão eletrônico 6/2014, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/1993, c/c art. 29 do Decreto 5.450/2005, em razão da identificação do seguinte vício no certame, a comprometer definitivamente sua isonomia e vantajosidade:

9.2.1. restrição indevida à competitividade decorrente de exigências de habilitação impertinentes ou irrelevantes para o objeto a ser contratado, constantes dos itens 18.4.1, 18.5.1 e 18.5.1.1 do edital sob exame, em afronta ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, c/c art. 3º, *caput* e § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993, considerando que a jurisprudência do TCU se consolidou no sentido de que o registro ou inscrição na entidade profissional competente, previsto no art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993, deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação;

9.3. dar ciência do inteiro teor desta deliberação à Universidade Federal do Espírito Santo e à empresa Ciência e Natureza Alimentação Corporativa Ltda.;

9.4. com fundamento no art. 169, inciso II, do Regimento Interno do TCU, determinar o arquivamento do processo após efetuadas as comunicações pertinentes e expirados os prazos dos recursos cabíveis dotados de efeito suspensivo.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2769-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2770/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 005.928/2014-1.

2. Grupo I - Classe II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessado: Senado Federal.

4. Unidade: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - Secom/PR.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria realizada em contratos de publicidade da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - Secom/PR em atendimento a solicitação encaminhada pelo presidente do Senado Federal, por meio do ofício 377, de 19/3/2014, nos termos do requerimento 954, de 2012, de autoria do senador Álvaro dias, aprovado pelo Plenário do órgão na sessão de 18/3/2014.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento nos artigos 71, inciso IV, da Constituição Federal; 1º, inciso II, e 38, inciso I, 43, inciso I, da Lei 8.443/1992; 1º, inciso II, 231, 232, 250, inciso II, do Regimento Interno; e 3º, inciso I, 4º, inciso I, alínea "a", 5º e 17, inciso II, da Resolução TCU 215/2008, em:

9.1. determinar à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência desta deliberação:

9.1.1. edite regras objetivas, transparentes e impessoais destinadas a ampliar e detalhar os critérios a serem observados na definição dos veículos de divulgação em cada ação publicitária, em observância aos princípios da eficiência e eficácia;

9.1.2. elabore estudo para definição do tamanho ideal da amostra de fotos exigida para comprovação da veiculação de peça publicitária em mídias exteriores *Digital Out Off Home*;

9.2. dar ciência à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República quanto às seguintes impropriedades identificadas no presente trabalho:

9.2.1. deficiências nas defesas de mídias das ações de publicidade 20110035, 20110047, 20110093 e 20120002, por não apresentarem detalhadamente a estratégia e a tática de mídia adotadas em cada ação, em desacordo com o art. 6°, inciso III, alíneas "b" e "c", da Instrução Normativa Secom/PR 2, de 16/12/2009;

9.2.2. ausência de consolidação dos dados (defesas de mídia e planilhas anexas, planos de mídia e planilhas de autorização de veiculação) após a conclusão da fase de planejamento de mídia na ação de publicidade 20110035, contrariando o disposto no subitem 9.3 do Manual de Procedimentos das Ações de Publicidade;

9.2.3. inconsistências na comprovação de serviços, materializadas no remanejamento de programação na ação de publicidade 20120048 sem informação quanto à permanência de atendimento ao público-alvo e aos objetivos da companha, bem como na ausência de relatório de checagem emitido pela empresa Crowley em processo referente à ação de publicidade 20110047;

9.3. considerar integralmente atendido o objetivo deste processo de interesse do Congresso Nacional;

9.4. encaminhar à Presidência do Senado Federal e ao senador Álvaro Dias cópia deste acórdão, do relatório e do voto que o fundamentaram, assim como do inteiro teor dos acórdãos 822/2014 - Plenário e 3.680/2014 - 2ª Câmara;

9.5. enviar, ainda, cópia desta deliberação à Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado - SecexAdministração, para conhecimento.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2770-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2771/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 010.705/2014-7.

2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria.

3. Responsável: Luiza Helena de Bairros (CPF 237.846.100-30).

4. Unidade: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - Seppir/PR.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado - SecexAdministração.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria de natureza operacional no Programa Brasil Quilombola - PBQ.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no inciso III do art. 250 do Regimento Interno do Tribunal, em:

9.1. recomendar à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - Seppir/PR que:

9.1.1. publique os dados relativos à execução orçamentária de todas as ações, específicas e de caráter universal, no âmbito da Agenda Social Quilombola - ASQ no Sistema de Monitoramento do Programa Brasil Quilombola - PBQ;

9.1.2. elabore e divulgue relação das ações orçamentárias, previstas no PPA 2012-2015, que beneficiem comunidades quilombolas, de modo a contribuir para melhoria da transparência, do acesso e controle social da Agenda Social Quilombola - ASQ;

9.2. recomendar aos órgãos integrantes do Comitê Gestor da Agenda Social Quilombola - ASQ que:

9.2.1. estabeleçam mecanismos que assegurem apresentação dos dados orçamentários e financeiros pelos órgãos executores para todas as ações, específicas e de caráter universal, da agenda quilombola;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.2.2. adotem mecanismos e instrumentos institucionalizados de coordenação, com vistas a formulação, implementação e monitoramento da Agenda Social Quilombola - ASQ, que possibilitem a atuação conjunta das partes interessadas no desenvolvimento das ações integrantes dessa política pública transversal;

9.3. determinar à Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado - SecexAdministração que monitore o cumprimento das recomendações dos subitens 9.1 e 9.2 acima;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - Seppir/PR e aos órgãos integrantes do Comitê Gestor da Agenda Social Quilombola - ASQ; e

9.5. arquivar os autos.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2771-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2772/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 011.740/2010-8.

2. Grupo II - Classe I - Pedido de Reexame.

3. Recorrente: Paulo Roberto Ienzura Adriano (CPF 366.978.269-91).

4. Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto por Paulo Roberto Ienzura Adriano, então pró-reitor de Planejamento e Administração da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, contra o acórdão 721/2014-Plenário, que lhe aplicou multa de R$10.000,00 em razão de ter dado andamento à obra de implantação da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina/MS, com descumprimento ao bloqueio comandado nos anexos VI das Leis 11.897/2008 (LOA/2009) e 12.214/2010 (LOA/2010).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1 conhecer do pedido de reexame, dar-lhe provimento e tornar sem efeito a multa objeto do item 9.1 do acórdão recorrido;

9.2 dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao recorrente e à Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2772-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2773/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 013.534/2013-0.

2. Grupo I - Classe II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessado: Senado Federal.

4. Unidades: Secretaria do Tesouro Nacional - STN e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação do Congresso Nacional que trata da liquidação antecipada da dívida da República do Gabão com o Brasil, aprovada pela Resolução 15/2013 do Senado Federal, encaminhada pelo presidente daquela Casa, senador Renan Calheiros, por intermédio do ofício 1.198 (SF), de 15/5/2013.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no inciso I do art. 38 da Lei 8.443/1992 e no art. 232, inciso I, do Regimento Interno, c/c os arts. 4º, inciso I, "a", e 17 da Resolução TCU 215/2008, em:

9.1. conhecer da solicitação;

9.2. informar ao presidente do Senado Federal que, conforme apurado junto ao Ministério da Fazenda, os recursos financeiros referentes à liquidação antecipada da dívida da República do Gabão foram depositados na conta única do Tesouro Nacional, nos termos da Resolução 15/2013 (SF);

9.3. considerar a presente solicitação integralmente atendida;

9.4. arquivar os autos.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2773-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2774/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 015.969/2005-0.

1.1.Apensos: TC 008.235/2013-9 e TC 008.236/2013-5.

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração.

3. Embargante: José Aparecido dos Santos (CPF 459.977.991-15).

4. Unidade: Município de Nova Marilândia/MT.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

5.1.Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Advogado: Flamínio Maurício Neto (OAB/SP 55.119).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de embargos de declaração opostos por José Aparecido dos Santos contra o acórdão 1.291/2014 - Plenário, que não conheceu de recurso de revisão por ele interposto contra o acórdão 7.684/2010 - 1ª Câmara, em face da ausência dos requisitos de admissibilidade exigidos para a espécie.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2774-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2775/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 016.141/2002-6.

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração.

3. Embargante: Caixa Econômica Federal - CEF.

4. Unidade: Caixa Econômica Federal - CEF.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Advogados: Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261 e OAB/SP 241.701), Salvador Congentino Neto (OAB/DF 42.168 e OAB/SP 158.736) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela Caixa Econômica Federal contra o acórdão 697/2014-Plenário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34, da Lei 8.443/1992, e §2º do art. 2º da Resolução TCU 36/1995, em:

9.1. reconhecer a Caixa Econômica Federal como interessada neste processo;

9.2. receber como embargos de declaração o expediente à peça 170, apresentado pela Caixa Econômica Federal;

9.3. dar a seguinte redação ao subitem 9.5.3, do acórdão 697/2014-Plenário:

"9.5.3. solicitar à Advocacia-Geral da União e à Caixa Econômica Federal a adoção das medidas necessárias ao arresto dos bens dos responsáveis julgados em débito indicados no subitem 9.2";

9.4. dar ciência desta decisão, bem como do relatório e voto que a fundamentaram, à embargante.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2775-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2776/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 025.461/2013-3.

2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria.

3. Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU.

4. Unidade: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado - SecexAdministração.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em cumprimento ao acórdão 2.161/2013 - Plenário, com o objetivo de aferir a efetividade da determinação contida no item 1.7.2 do acórdão 810/2010 - 2ª Câmara, bem como a conveniência ou não de sua reformulação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. alterar a redação do subitem 1.7.2 do acórdão 810/2010 - 2ª Câmara, que passa a ser:

"1.7.2. abstenha-se de celebrar transferências voluntárias de recursos procedentes de fundo de cujo conselho gestor participe, como membro titular ou suplente, dirigente da entidade privada beneficiada, sempre que for competência daquele conselho deliberar sobre a gestão e os critérios para aplicação de recursos do respectivo fundo, em respeito aos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade."

9.2. recomendar à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República que:

9.2.1. ao designar membros para compor seus conselhos institucionais, faça constar os respectivos CPFs no ato de designação;

9.2.2. comunique tempestivamente às suas áreas acerca de eventuais deliberações do TCU dirigidas ao órgão;

9.3. dar ciência deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentaram, à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; e

9.4. arquivar os autos.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2776-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2777/2014 - TCU - Plenário

1. Processo n. TC 024.939/2013-7

2. Grupo: II; Classe de Assunto: VII - Representação.

3.1. Interessada: Secretaria de Fiscalização de Obras Rodoviárias - SecobRodov.

3.2. Responsáveis: Eloi Ângelo Palma Filho, CPF 968.369.540-04, e Roger da Silva Pêgas, CPF 410.106.550-00.

4. Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: SecobRodov.

8. Advogados constituídos nos autos: Cristiano Nascimento e Figueiredo, OAB/MG 101.334.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Representação autuada pela Secretaria de Fiscalização de Obras Rodoviárias - SecobRodov acerca de possíveis irregularidades no anteprojeto de engenharia que serviu de referência para a licitação promovida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC (Edital 128/13-00).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator em:

9.1. conhecer desta Representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade estabelecidos nos arts. 235 e 237, inciso VI, do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, que informe, em sua próxima prestação de contas anual, o resultado das medidas administrativas adotadas em função dos desdobramentos ocorridos no Processo Administrativo 50600.074028/2013-15, aberto para apuração de responsabilidade do Consórcio Consulplan/Planep na elaboração do anteprojeto que fundamentou o Edital 128/2013;

9.3. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Controladoria Geral da União - CGU, ao DNIT, ao Consórcio Consulplan/Planep e ao Consórcio Torc/Convap;

9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2777-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2778/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 032.311/2013-3.

2. Grupo II - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Cassio Ramon Pereira Fontes (907.241.355-53); Francisco Airton Felix (095.031.615-68); Jorge José Durval (400.690.105-44); Oscip Tercon Brasil (05.138.035/0001-05).

4. Entidade: Oscip Tercon Brasil (05.138.035/0001-05).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secex/CE.

8. Advogados constituídos nos autos: Max Alves Carvalho, OAB/SP nº 238.869; e outra.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo - MTur em desfavor da Oscip Tercon Brasil e do Sr. Cássio Ramon Pereira Fontes, diretor presidente da entidade, em razão da impugnação total das despesas atinentes ao Convênio CV nº 1362/2010, celebrado em 5/8/2010, destinado ao incentivo ao turismo, por meio da implementação do Projeto intitulado "Realização de Cursos de Qualificação Para a Cadeia Produtiva do Turismo no Ceará".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. declarar revéis os Srs. Cássio Ramon Pereira Fontes e Jorge José Durval e a empresa Oscip Tercon Brasil, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, e no art. 202, § 8º, do Regimento Interno do TCU (RITCU);

9.2. acolher parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Francisco Airton Félix;

9.3. julgar irregulares as contas dos Srs. Cassio Ramon Pereira Fontes, Francisco Airton Felix e Jorge José Durval, bem como da Oscip Tercon Brasil, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei nº 8.443, de 1992, para condenálos, solidariamente, na forma a seguir especificada, ao pagamento das quantias a seguir apresentadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados desde as datas indicadas até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.443, de 1992, atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor;

9.3.1. responsáveis solidários: Cássio Ramon Pereira Fontes, Francisco Airton Félix, Jorge José Durval e Oscip Tercon Brasil:

Data	Valor
26/11/2010	R$ 350.000,00

9.3.2. responsáveis solidários: Cássio Ramon Pereira Fontes, Jorge José Durval e Oscip Tercon Brasil:

Data	Valor
8/7/2011	R$ 350.000,00

9.4. aplicar, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), aos Srs. Cássio Ramon Pereira Fontes e Jorge José Durval, bem como à Oscip Tercon Brasil, e, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), ao Sr. Francisco Airton Félix, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se refere este Acórdão, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.6. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas constante deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.7. considerar grave a infração cometida e, com fundamento no art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, inabilitar os Srs. Cassio Ramon Pereira Fontes, Francisco Airton Felix e Jorge José Durval para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, pelo período de 8 (oito) anos;

9.8. solicitar à Advocacia-Geral da União, por intermédio do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, as medidas necessárias ao arresto dos bens dos responsáveis julgados em débito, nos termos do art. 61 da Lei nº 8.443, de 1992, caso não haja, dentro do prazo estabelecido, o recolhimento do débito;

9.9. determinar ao Ministério do Turismo que conclua, se a ainda não o fez, a tomada de contas especial relativa à omissão no dever de prestar contas dos recursos do Convênio Siafi/Siconv nº 723.876/2009, celebrado com a Oscip Tercon Brasil, que tinha por objeto a qualificação na cadeia produtiva do turismo nos municípios no estado da Bahia, encaminhando-a ao TCU, via controle interno, no prazo de até 60 (sessenta) dias;

9.10. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta:

9.10.1 à Procuradoria da República no Estado do Ceará, com fundamento no § 3º, do art. 16, da Lei nº 8.443, de 1992, e no § 7º, do art. 209, do RITCU, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, inclusive, diante da possível prática de crime de falsidade ideológica por parte do Sr. Cássio Ramon Pereira Fontes, que subscreveu o termo do Convênio nº 744.042/2010 na data de 5/8/2010 (Peça nº 1, fls. 93/129), quando não mais presidia a entidade convenente - Oscip Tercon Brasil (Peça nº 22, fls. 37/42);

9.10.2. ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as providências cabíveis em relação ao item 9.7 deste Acórdão;

9.11. juntar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, aos autos do TC 018.254/2013-6, do TC 019.649/2013-4 e do TC 012.420/2014-0, em trâmite nesta Corte de Contas.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2778-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2779/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.013/2014-8.

2. Grupo I - Classe VII -Assunto: Representação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Espírito Santo (00.414.607/0005-41).

3.2. Responsável: Tereza Maria Sepulcri Netto Casotti (707.568.057-91).

4. Entidades: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo; Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Espírito Santo.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Espírito Santo (Secex-ES).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Secretaria de Controle Externo no Espírito Santo em virtude de indícios de irregularidades no edital de RDC presencial 1/2013, no regime de contratação integrada, do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo (DER/ES) tendo por objeto a contratação de empresas para elaboração dos projetos básico e executivo e execução das obras de execução das obras de implantação e pavimentação da Variante do Mestre Álvaro (Contorno Rodoviário de Serra) na rodovia BR-101/ES.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, VI, do RI/TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. Declarar sem efeito a decisão exarada no despacho de 1/8/2014, que determinou a suspensão cautelar do processo licitatório RDC presencial 1/2013 e a execução do termo de compromisso 891/2013-00;

9.3. dar ciência ao Departamento de Estradas e Rodagem do Espírito Santo que, no regime de contratação integrada, deve ser justificado, no âmbito do processo licitatório, o balanceamento conferido para as notas técnicas dos licitantes, como também a distribuição dos pesos para as parcelas de preço e técnica, em termos da

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

obtenção da melhor proposta, buscando, em razão do que dispõe o §3º, do art. 9º, da Lei 12.462/2011, a valoração da metodologia ou técnica construtiva a ser empregada e não somente a pontuação individual decorrente da experiência profissional das contratadas ou de seus responsáveis técnicos;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo e à Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;

9.5. com supedâneo no art. 2º, XV c/c o art. 34 da Resolução TCU 191/2006, apensar o presente processo ao TC 006.948/2014-6.

10. Ata n° 40/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2779-40/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ENCERRAMENTO

Às 18 horas e 21 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 4 de novembro de 2014.

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente

ATA Nº 41, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretária do Plenário, em substituição: Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

À hora regimental, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro e dos Ministros-Substitutos André Luís de Carvalho (convocado para substituir o Ministro Aroldo Cedraz) e Weder de Oliveira (convocado para substituir a Ministra Ana Arraes) e do Representante do Ministério Público, Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin. Ausentes, em missão oficial, o Presidente, Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, os Ministros Aroldo Cedraz, Bruno Dantas e o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa; em licença médica, a Ministra Ana Arraes; e, em férias, o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos desta ata, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet (www.tcu.gov.br).

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Da Presidência:

Instauração de processo administrativo no âmbito deste Tribunal com vistas à apuração de incidente de segurança da informação envolvendo possível falsificação de documento público relativo ao processo TC-033.342/2011-3.

Presença, em Plenário, de alunos do curso de Direito da Faculdade Projeção.

Do Ministro José Jorge:

Considerações acerca da possibilidade de ser adotada medida cautelar sugerida pelo Ministro-Substituto André Luís de Carvalho na realização das obras da Central de Desenvolvimento de Plantas e Utilidades - CDPU, pactuada pela Petrobrás com Consórcio TUC Construções, integrado pelas empresas Construtora Norberto Odebrecht, UTC engenharia e PPI Plantas Industriais.

Do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho

Proposta, aprovada pelo Plenário, no sentido de determinar à Segecex que, com a urgência que o caso requer, promova fiscalização no Ministério do Meio Ambiente e na Agência Nacional de Águas, entre outros órgãos, com vistas a identificar, sobretudo, as medidas preventivas e os planos de contingência que foram ou que já deveriam ter sido adotados para evitar ou mesmo para reduzir os efeitos da atual crise hídrica que assola o País.

MEDIDA CAUTELAR CONCEDIDA (v. inteiro teor no Anexo II a esta Ata)

O Plenário referendou, nos termos do disposto no § 1º do art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal, a concessão de medida cautelar, apresentada pelo Presidente, Ministro Walton Alencar Rodrigues, exarada nos autos do processo nº TC-021.676/2014-3, pelo Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, para que a Codevasf, suspenda os procedimentos referentes à Concorrência nº 22/2014 e dos atos dela decorrentes, até que este Tribunal se manifeste conclusivamente a respeito das questões tratadas no bojo deste feito.

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência nº 9/2011, entre os dias 16 a 22 de outubro, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Recurso: 002.860/2001-0/R001
Recorrente: Carlos Augusto Moreira Junior
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 009.248/2010-2/R001
Recorrente: Universidade Federal da Bahia
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 028.196/2010-4/R001
Recorrente: Maria do Perpétuo Socorro Adusumilli
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 028.196/2010-4/R002
Recorrente: ACHILES YAMAGUCHI
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 000.572/2011-0/R001
Recorrente: Orlando Gonçalves Pamplano
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 016.209/2011-7/R001
Recorrente: Maria Rosa Reis Lago
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 027.799/2011-5/R001
Recorrente: Antonio Carlos Godinho Fonseca
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 027.799/2011-5/R002
Recorrente: Joao Alziro Herz da Jornada
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 031.317/2011-1/R001
Recorrente: INSTITUTO DE HEMATOLOGIA DO NORDESTE - IHENE
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 031.317/2011-1/R002
Recorrente: Clemente Tagliari
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 007.343/2012-4/R001
Recorrente: Ana Catarina Peixoto de Brito
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 007.343/2012-4/R002
Recorrente: Suleima Fraiha Pegado
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 007.343/2012-4/R003
Recorrente: EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER - PA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 017.392/2012-8/R001
Recorrente: José Alfredo Volpi
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 008.639/2013-2/R001
Recorrente: JOSE FARIAS LOBO
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 026.016/2013-3/R001
Recorrente: Anna Elizabeth de Arruda Salgueiro, CENTRAL DO BRASIL CULTURAL E MEIO AMBIENTE LTDA e Francisco Bonfim Salgueiro Feyer
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 001.439/2014-6/R001
Recorrente: ALUISIO BORGES DE SOUSA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ JORGE

Recurso: 003.622/2014-2/R001
Recorrente: WILLIAM BEZERRA SOARES
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 006.615/2014-7/R001
Recorrente: CICILIA MACCARINI
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 017.633/2009-3
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Revisão de ofício - questão de ordem - Ata 33/2006-P
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Processo: 028.355/2014-8
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Assunto fora de LUJ
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro BRUNO DANTAS

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº TC-015.707/2013-0, cujo relator é o Ministro José Jorge, a Dra. Tatiana Muniz Silva Alves - OAB/DF nº 28.310, não compareceu para realizar a sustentação oral que havia requerido em nome da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Na apreciação do processo nº TC-030.504/2010-4, cujo relator é o Ministro José Jorge, produziu sustentação oral o Dr. Tiago Cardoso da Silva - OAB/DF nº 22.834, em nome de Livian Lima do Carmo.

PROCESSO TRANSFERIDO PARA A SESSÃO EXTRAORDINÁRIA RESERVADA

Foi transferido para a pauta da sessão extraordinária de caráter reservado realizada nesta data o processo nº TC-014.192/2011-0, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro.

ROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta os processos de nºs:

TC-032.449/2011-9, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

TC-019.483/2010-4 e TC-024.144/2006-6, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;

TC-006.542/2013-1 e TC-008.521/2009-8, cujo relator é o Ministro José Jorge;

TC-000.345/2010-5, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa;

TC-006.694/2013-6, TC-013.758/2011-0 e TC-034.062/2011-4, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho; e

TC-013.774/2012-3, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 2790 a 2804.

RELAÇÃO Nº 51/2014 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 2790/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, oitem 9.1 do Acórdão 2.221/2012-TCU - Plenário, nos seguintes termos:

- onde se lê:

"9.1. com fulcro no art. 43, inciso II, da Lei 8.443/92, rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Alberto Beltrame, Cloer Vescia Alves e Emival Gonçalves de Sousa, e aplicar-lhes, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/92, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), notificando-os para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuarem e comprovarem perante o Tribunal o pagamento da dívida."

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

- leia-se:

"9.1. com fulcro no art. 43, inciso II, da Lei 8.443/92, rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Alberto Beltrame, Cloer Vescia Alves e Emival Gonçalves de Sousa, e aplicar-lhes, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/92, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), notificando-os para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuarem e comprovarem perante o Tribunal o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, o valor da referida multa, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo pagamento, caso quitada após o vencimento, na forma da legislação em vigor."

E mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.756/2011-5 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)

1.1. Responsáveis: Alberto Beltrame (308.910.510-15); Cloer Vescia Alves (390.161.960-72); Emival Gonçalves de Sousa (409.916.601-53)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador); Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 41/2014 - Plenário
Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 51/2014 - Plenário
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 2791/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas de Marco Farani (CPF 184.326.201-06), Cônsul Geral do Brasil em Tóquio de 28/6/2012 a 31/12/2012, e Carlos Alberto Lamback (CPF 703.006.588-34), Cônsul Geral Adjunto de 1/1/2012 a 31/12/2012, dando-lhes quitação plena; em mandar fazer a determinação especificada a seguir; e em encerrar o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.066/2013-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)

1.1. Responsáveis: Carlos Alberto Lamback (703.006.588-34) e Marcos Farani (184.326.201-06)

1.2. Entidade: Consulado-geral do Brasil Em Tóquio - MRE

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Secretaria de Controle Interno do MRE (Ciset/MRE) que, nos termos da Portaria-TCU 488/98, dê ciência da deliberação que vier a ser adotada aos responsáveis.

ACÓRDÃO Nº 2792/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, e no art. 54 da Resolução TCU 164/2003 c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, **em retificar, por inexatidão material,** o Acórdão 1657/2014-TCU - Plenário, prolatado na Sessão de 25/6/2014, inserido na Ata 23/2014 - Plenário, promovendo-se as seguintes alterações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Onde se lê:

"9.3. julgar irregulares as contas de Luiz Carlos Silva Liz, CPF 345.207.329-72, Rita de Cássia Garbelotto de Athayde, CPF 440.581.609-34, e Carlos Evaldo Branco de Athayde (CPF 348.077.809-72), condenando-os ao pagamento das quantias abaixo relacionadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos, calculados a partir da correspondente data até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, nos termos dos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "d"; 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992:"

Leia-se:

"9.3. julgar irregulares as contas de Luiz Carlos Silva Liz, CPF 345.207.329-72, Rita de Cássia Garbelotto de Athayde, CPF 440.581.609-34, e Carlos Evaldo Branco de Athayde (CPF 348.077.809-72), condenando-os ao pagamento das quantias a seguir relacionadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos, calculados a partir da correspondente data até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem perante o Tribunal o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, nos termos dos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "d"; 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992: ..."

1. Processo TC-009.929/2012-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Alcides Assink da Silva (347.800.259-15); Armando Fávero (295.649.729-49); Carlos Evaldo Branco de Athayde (348.077.809-72); José Juvenil de Avila Macedo (348.154.229-15); Luiz Carlos Silva Liz (345.207.329-72); Moacir Ramos de Farias (345.240.459-53); Osny Zanghelini (032.396.169-04); Rita de Cássia Garbelotto de Athayde (440.581.609-34)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC).

1.6. Advogado constituído nos autos: Vilson Laudelino Pedrosa (OAB/SC nº 16.092) e Sergio Renato de Mello (OAB/SC nº 15.582).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2793/2014 - TCU - Plenário

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de relatório de auditoria realizado nas obras de construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST), no período compreendido entre 11/3/2013 e 19/4/2013;

Considerando o pedido da sociedade empresária Construtora Andrade Gutierrez S.A para que fosse corrigido erro identificado no relatório condutor do Acórdão 1.771/2013-Plenário, no qual consta menção a seu nome como empresa integrante do consórcio contratado para a execução das obras de terraplanagem da refinaria; e, em seguida, para que fosse emitida nota pública corretiva, esclarecendo de forma expressa o erro material;

Considerando os pronunciamentos unânimes da SecobEnerg no sentido de que houve, de fato, o erro suscitado pela interessada e que cabe a correção pleiteada;

Considerando o parecer favorável do Ministério Público junto ao TCU;

Considerando que são partes essenciais da sentença o relatório, os fundamentos e o dispositivo, a teor do art. 458 do Código de Processo Civil, de aplicação analógica aos processos desta Corte; e

Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça favorável ao saneamento de erros materiais identificados em relatórios de acórdãos (EDcl no AgRg nos EDcl no AREsp 242.543/MG, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, DJe 06/03/2014 e AgRg no REsp 1410789/PR, Rel. Ministro Sidnei Beneti, DJe 06/12/2013).

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do TCU e com os arts. 458 e 463, inciso I, do Código de Processo Civil, em autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a apostilar o Acórdão 1.771/2013-Plenário, proferido no processo a seguir relacionado, para fins de correção de erro material, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, mantendo-se os demais termos da deliberação; e em negar o pedido para que seja emitida nota pública a respeito da correção ora efetuada, por falta de amparo regimental:

1. Processo TC-006.285/2013-9 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Marcelino Guedes Ferreira Mosqueira Gomes (793.109.077-20); Maria das Graças Silva Foster (694.772.727-87)

1.2. Interessados: Congresso Nacional (vinculador) e Construtora Andrade Gutierrez S.A (17.262.213/0001-94)

1.3. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras de Energia e Aeroportos (SecobEnerg).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1 retificar:

1.8.1.1. o parágrafo 8º do relatório (peça 64, p. 21), de modo que onde se lê "[...] as construtoras Queiroz Galvão, Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez e Camargo Correa, quatro das maiores empresas de construção do País, constituíram consórcio único para a execução das obras de terraplanagem da Refinaria, no valor de R$ 534 milhões.", leia-se "[...] as construtoras Queiroz Galvão, Norberto Odebrecht, Galvão Engenharia e Camargo Correa, quatro das maiores empresas de construção do País, constituíram consórcio único para a execução das obras de terraplanagem da Refinaria, no valor de R$ 534 milhões.";

1.8.1.2. o parágrafo 9º do relatório (peça 64, p. 21), de forma que onde se lê "[...] essas mesmas empresas foram contratadas separadamente, em consórcios firmados com outras construtoras de menor porte, para a execução das obras da UDA/UHDT (Norberto Odebrecht), UCR (Camargo Correa), Tubovias (Queiroz Galvão) e Dutovias (Andrade Gutierrez). Estes contratos, por sua vez, somaram a quantia de R$ 4,675 bilhões, R$ 3,411 bilhões, R$ 2,695 bilhões e R$ 659 milhões, respectivamente", leia-se "[...] essas mesmas empresas foram contratadas separadamente, em consórcios firmados com outras construtoras de menor porte, para a execução das obras da UDA/UHDT (Norberto Odebrecht), UCR (Camargo Correa), Tubovias (Queiroz Galvão) e Tanques - Lote II (Galvão Engenharia). Estes contratos, por sua vez, somaram a quantia de R$ 4,675 bilhões, R$ 3,411 bilhões, R$ 2,695 bilhões e R$ 730,8 milhões, respectivamente. ";

1.9. dar ciência desta deliberação à Construtora Andrade Gutierrez S.A.

ACÓRDÃO Nº 2794/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, 169, inciso III, 235, parágrafo único, e 237, **caput**, do Regimento Interno do TCU, em não conhecer da representação, haja vista a falta de legitimidade do representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos; em encerrar o presente processo; e em dar ciência da deliberação ao autor da representação, acompanhada de cópia da instrução da unidade técnica:

1. Processo TC-024.901/2014-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Catia Mantini (054.335.036-31) e Flavia Cristina Cordeiro Biesbroeck (080.282.087-54)

1.2. Entidade: Agência Nacional de Saúde Suplementar

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 41/2014 - Plenário
Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 48/2014 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ JORGE

ACÓRDÃO Nº 2795/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os art. 143, inciso III, 243, do Regimento Interno, e nos arts. 36 a 40, da Resolução-TCU nº 259/2014, em considerar cumpridas as determinações constantes nos subitens 9.2.2.1 e 9.2.2.2 do Acórdão 2870/2010-TCU-Plenário, considerar não cumprida a determinação constante do subitem 9.2.6 do Acórdão 2870/2010-TCU-Plenário, fazer a determinação e a comunicação abaixo transcritas, dar ciência desta deliberação ao Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, e apensar este processo ao TC-023.857/2008-3 (Relatório de Auditoria), de acordo como os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.461/2014-8 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU

1.2. Órgão/Entidades: Ministério da Educação (MEC), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) Ministério da Educação (vinculador)

1.2. Relator: Ministro José Jorge

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinar ao FNDE que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe a este Tribunal as providências tomadas em relação ao Convênio 806001/2007, no sentido de apurar o seu fiel cumprimento e, se for o caso, instaure a respectiva Tomada de Contas Especial sob pena de responsabilização dos gestores da autarquia.

ACÓRDÃO Nº 2796/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 243, e 250, inciso I, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em considerar cumpridas as determinações contidas no Acórdão nº 1453/2013-TCU-Plenário, e arquivar o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.906/2012-5 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU

1.2. Entidades: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC); Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex-SC).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2797/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno, em dar quitação ao responsável Sr. Ivan Santos Leite, diante do recolhimento integral da multa que lhe foi cominada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Unidade Técnica:

1. Processo TC-026.742/2011-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Ivan Santos Leite (155.420.925-00) e outros

1.2. Entidades: Municípios de Estância/SE e de Lagarto/SE

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (Secex-SE).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

1.8. Quitação relativamente ao subitem 9.4 do Acórdão nº 1628/2012, proferido pelo Plenário, em sessão de 27/6/20 12 - Ordinária, Ata nº 24/2012 - Plenário:

Responsável: Ivan Santos Leite (155.420.925-00)

Data de origem da multa	Valor original da multa1.
27/6/2012	R$ 3.000,002.
Data do recolhimento	Valor recolhido3.
24/7/2012	R$ 3.000,004.
Total do recolhimento	**R$ 3.000,005.**

ACÓRDÃO Nº 2798/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, §1º, da Lei nº 8.666/1993, c/c os arts. 1º, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, arts. 1º, inciso XXVI, 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, 237, inciso VII, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno, em conhecer da representação adiante relacionada, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela empresa Latina Motors Comércio Exportação e Importação Ltda., tendo em vista a ausência dos pressupostos necessários à sua concessão, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução da Unidade Técnica à representante e à Furnas Centrais Elétricas S.A. e arquivar o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.088/2014-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Empresa Latina Motors Comércio Exportação e Importação Ltda. (CNPJ 13.151.411/0001-20)

1.2. Entidade: Furnas Centrais Elétricas S.A.

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 41/2014 - Plenário

Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 39/2014 - Plenário

Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 2799/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 1º, incisos II e IV, e 43 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", 169 e 250, incisos I e II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em determinar o arquivamento deste acompanhamento, uma vez que ainda não há operações de crédito efetivamente firmadas pela Caixa Econômica Federal para a organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, havendo, apenas, uma negociação em curso, sem prejuízo de fazer a determinação abaixo:

1. Processo TC-031.560/2013-0 (ACOMPANHAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal (Caixa)

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: SecexFazenda

1.6. Advogado constituído nos autos: não há

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que encaminhe a esta Corte de Contas, para autuação, pela SecexFazenda, do respectivo processo de acompanhamento, cópias dos contratos e/ou demais instrumentos congêneres que vierem a ser celebrados para concessão de recursos aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, em até 15 (quinze) dias após a assinatura de cada instrumento, destacando se se trata de projeto essencial à realização dos eventos e se consta na matriz de responsabilidades, acompanhados dos pareceres técnicos e jurídicos que subsidiaram sua aprovação, bem como da legislação que regula a atuação da Caixa no âmbito dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, incluindo normativos internos relacionados às linhas de financiamento contratadas.

ACÓRDÃO Nº 2800/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 1º, incisos II e IV, e 43 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", 169 e 250, incisos I e II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em determinar o arquivamento deste acompanhamento, uma vez que ainda não há operações de crédito efetivamente firmadas pelo Banco do Brasil para a organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, sem prejuízo de fazer a determinação abaixo.

1. Processo TC-031.563/2013-9 (ACOMPANHAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União

1.2. Unidade: Banco do Brasil S.A.

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: SecexFazenda

1.6. Advogado constituído nos autos: não há

1.7. Determinar ao Banco do Brasil que encaminhe a esta Corte de Contas, para autuação, pela SecexFazenda, do respectivo processo de acompanhamento, cópias dos contratos e/ou demais instrumentos congêneres que vierem a ser celebrados para concessão de recursos aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, em até 15 (quinze) dias após a assinatura de cada instrumento, destacando se se trata de projeto essencial à realização dos eventos e se consta na matriz de responsabilidades, acompanhados dos pareceres técnicos e jurídicos que subsidiaram sua aprovação, bem como da legislação que regula a atuação do Banco no âmbito dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, incluindo normativos internos relacionados às linhas de financiamento contratadas.

ACÓRDÃO Nº 2801/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, considerando a solicitação de parcelamento da multa cominada, feita pelo responsável Jorge Targa Juni, ACORDAM, por unanimidade, em adotar as seguintes providências:

1. Processo TC-016.425/2009-6 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)

1.1. Apenso: 024.784/2007-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Jorge Targa Juni (203.557.934-15); Construtora Gautama Ltda. (00.725.347/0001-00); Ivo Almeida Costa (139.250.676-04)

1.3. Interessado: Tribunal de Contas da União

1.4. Unidade: Companhia Energética do Piauí

1.5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

1.8. Advogados constituídos nos autos: Ricardo Ilton Correia dos Santos (OAB/PI 3.047) e Eduardo Antônio Lucho Ferrão (OAB/DF 9.378)

1.9. Providências:

1.7.1. autorizar o pagamento da dívida de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze dias), a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais;

1.7.2. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

1.7.3. determinar à SECEX/PI que, concluído o recolhimento com a observância das datas aprazadas, promova a reinstrução do processo com vistas à expedição de quitação;

1.7.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial da dívida remanescente, caso não cumprida integralmente a obrigação assumida pelo responsável.

Ata n° 41/2014 - Plenário

Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 27/2014 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 2802/2014 - TCU - Plenário

VISTOS, relatados e relacionados estes autos, que cuidam da possível revisão de ofício do acórdão 4.386/2008 - 1ª Câmara, ata 42/2008, relação 45/2008 - gabinete do ministro Marcos Vinicios Vilaça;

considerando que, por meio do referido acórdão, o Tribunal considerou legal a pensão concedida a Rubens Mendes Cardoso Filho na condição de companheiro de Hena Gonçalves, ex-servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região;

considerando que a possibilidade de revisão de ofício foi motivada pela existência de ação penal acerca de indícios de fraude na comprovação de união estável entre o beneficiário e a instituidora ação penal 0806749-45.2011.4.02-5101 - 10ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro - Justiça Federal do Rio de Janeiro;

considerando que, conforme documentos juntados ao autos peça 31, a referida ação foi julgada improcedente, o que afastou a suspeita de fraude na concessão;

considerando, ainda, que a juíza da 9ª Vara de Família da Comarca do Rio de Janeiro, Regina Helena Fábregas Ferreira, havia declarado a união estável entre a instituidora da pensão, Hena Gonçalves, e o beneficiário, Rubens Mendes Cardoso Filho peça 10;

considerando que, afastadas as suspeitas de fraude, não mais se justifica a revisão de ofício da deliberação que considerou legal a concessão;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, de acordo com o relator e com os pareceres emitidos nos autos, em arquivar os autos, com fundamento no art. 169, inciso V do Regimento Interno.

1. Processo TC-016.453/2008-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Apenso: TC 009.405/2012-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Classe de Assunto: VI.

1.3. Interessados: Guilherme de Oliveira Elizeu (CPF 112.993.547-77); Inês de Oliveira Elizeu (CPF 494.353.457-00); Iracema da Graça Neves (CPF 016.782.967-08); Jorge Luis Almeida Crespo (CPF 118.601.337-03); José Amorim Caridade (CPF 265.196.077-20); João Francisco Almeida Crespo (CPF 113.919.647-21); Luana Almeida de Souza (CPF 110.725.777 -80); Marcos Antonio da Silva Elizeu (CPF 157.809.137-30); Maria Helena de Faro Vidal (CPF 667.244.147-68); Maria José de Azevedo Dias (CPF 017.747.747-47); Milena Maria Araújo (CPF 071.213.607-05); Regina Helena Neves Ignacio (CPF 036.167.977-72); Rosane Neves e Silva (CPF 825.893.057-53); Rubens Mendes Cardoso Filho (CPF 023.161.291-53); Sonia Maria Araújo (CPF 532.622.477-15); Vanilva Almeida de Souza Crespo (CPF 987.552.937-00); Victor Dias Glória (CPF 056.587.887-57)

1.4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ

1.5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.8. Advogado: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2803/2014 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com o relator e com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c a súmula TCU 145, em retificar, por inexatidão material, o subitem 3 do acórdão 1.217/2014-Plenário, para que, **onde se lê**: "Eleuza Teresinha Manzoni dos Santos Lores", **leia-se**: "Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores"; e em enviar os autos à Serur para análise do mérito do recurso à peça 64, mantendo-se os demais termos da deliberação ora retificada.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-005.590/2011-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Classe de Assunto: II.

1.2. Responsáveis: Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lore (CPF 369.876.387-72); Geosolo Engenharia Planejamento e Consultoria Ltda. (CNPJ 01.898.295/0001-28); Marco Antônio Marques de Oliveira (CPF 069.304.507-82); Paulo Dietzsch Neto (CPF 143.617.951-34).

1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Aeroporto de São Paulo.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso (Secex-MT).

1.7. Advogados: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB 6.546/DF), Renata Arnaut Araujo Lepsch (OAB 18.641/DF), Paulo Sérgio Belizário (OAB 293.614/SP), Rômulo Fontenelle Morbach (OAB 1.963/PA) e outros.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2804/2014 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 243, do Regimento Interno, em considerar cumpridas as determinações dos itens 1.5.3.1 e 1.5.3.3 do acórdão 886/2009-Plenário, modificado pelos acórdãos 115/2012-Plenário e 2.071/2013-Plenário; em considerar parcialmente cumpridas as determinações dos itens 1.5.3.2, 1.5.3.4 e 1.5.3.5 do acórdão 886/2009-Plenário, modificado pelos acórdãos 115/2012-Plenário e 2.071/2013-Plenário; em dar ciência desta deliberação à Fundação Banco do Brasil; e em apensar este processo ao TC 012.773/2006-7, nos termos do art. 5º, II c/c art. 4º, III da Portaria Segecex 27/2009, de acordo com o relator e com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.051/2014-2 (MONITORAMENTO)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Unidade: Fundação Banco do Brasil.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).

1.6. Advogado: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 41/2014 - Plenário

Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 2805 a 2832, a seguir transcritos e incluídos no Anexo III desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 2805/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.707/2013-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Representação)

3. Recorrentes: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (00.394.700/0001-08); Metalúrgica Valença Indústria e Comércio Ltda. (10.560.694/0001-75).

4. Entidade: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

5. Relator: Ministro José Jorge

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Advogado constituído nos autos: Murilo Cezar Reis Baptista (OAB/RJ 57.446).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos pela Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal - SES/DF e pela Metalúrgica Valença Indústria e Comércio Ltda. contra o acórdão 2.470/2013 - TCU - Plenário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32, 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame e negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e à Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde - PROSUS.

10. Ata n° 41/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2805-41/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2806/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 030.504/2010-4.

1.1. Apenso: 046.085/2012-2.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Pedido de reexame (Representação)

3. Recorrentes: Frederico Silva da Costa (776.889.701-30); Livian Lima do Carmo Souza (024.920.031-75); Eugênio da Costa Arsky (483.204.551-20).

4. Órgão: Ministério do Turismo (Mtur).

5. Relator: Ministro José Jorge.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR).

8. Advogados constituídos nos autos: Flávio Schegerin Ribeiro (OAB/DF nº 21.451); Vadim da Costa Arsky (OAB/DF nº 13.738); Guilherme Loureiro Perecco (OAB/DF nº 21.311); Tiago Cardozo da Silva (OAB/DF nº 22.824).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedidos de reexame interpostos por Eugênio da Costa Arsky, Lívian Lima do Carmo Souza e Frederico Silva da Costa contra o Acórdão 2.218/2013 - Plenário, proferido em sede de representação formulada pela Secex/PR acerca de irregularidades no Convênio 734064/2010, firmado entre o Ministério do Turismo e o Instituto Origem, no valor total de R$ 111.111,11 (cento e onze mil, cento e onze reais e onze centavos), dos quais R$ 100.000,00 (cem mil reais) foram à conta dos cofres federais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 48 da Lei n. 8.443, de 1992, conhecer dos recursos interpostos por Eugênio da Costa Arsky e Frederico Silva da Costa, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. com fundamento no art. 48 da Lei n. 8.443, de 1992, conhecer do recurso interposto por Lívian Lima do Carmo Souza, para, no mérito, dar-lhe provimento;

9.3. alterar os subitens 9.1 e 9.3 do Acórdão 2.218/2013 - Plenário, conferindo-lhes a seguinte redação:

"9.1. rejeitar as razões de justificativas apresentadas pelos Srs. Frederico Silva da Costa (776.889.701-30) e Eugênio da Costa Arsky (483.204.551-20) e aplicar-lhes, individualmente, a multa a que se refere o art. 58, inciso II da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), fixando prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até o efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;"

9.3. determinar ao Ministério do Turismo, com base no art. 28, inciso I, da Lei 8.443/1992, que, caso não atendidas as notificações dispostas nos itens 9.1 e 9.2 deste acórdão, providencie o desconto, integral ou parcelado, da remuneração dos Srs. Frederico Silva da Costa e Eugênio da Costa Arsky, porventura ainda estejam exercício no âmbito do órgão, observado o limite previsto no art. 46, §1º, da lei 8.112/1990;"

9.5. dar ciência do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, aos recorrentes e ao Ministério do Turismo.

10. Ata n° 41/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2806-41/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2807/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.960/2014-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.

3. Responsável: Valdson Dias de Souza (Secretário Estadual de Saúde da Paraíba).

4. Órgãos/Entidades: Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba, Centro Especializado de Dispensação de Medicamentos Excepcionais (Cedmex) e Ministério da Saúde.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (SECEX-RN).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada, no âmbito de uma Fiscalização de Orientação Centralizada, com o objetivo de avaliar a aderência da atuação dos gestores estaduais aos normativos que regulam os processos e as atividades atinentes às etapas de armazenagem, distribuição e dispensação dos medicamentos integrantes do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) no Estado da Paraíba.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba e ao Centro Especializado de Dispensação de Medicamentos Excepcionais (Cedmex) que, no prazo de 60 dias, apresentem à Secex-RN um plano de ação, elencando atividades, prazos e responsáveis, visando regularizar as ocorrências indicadas a seguir:

9.1.1. não implantação do sistema Hórus nos Cedmex de Guarabira (PB) e Patos (PB), em conformidade com o art. 74 da Portaria nº 1.554/2013 do Ministério da Saúde;

9.1.2. ausência de certificados do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária referentes às instalações do Cedmex de João Pessoa (PB), o que viola o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei Estadual nº 9.625/2011, no art. 1º da Resolução nº 50/2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e no art. 1º da Resolução nº 189/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

9.1.3. a unidade de armazenagem e dispensação para doentes renais e transplantados, que funciona nas instalações do Ipep, possui uma estrutura física inadequada, tendo em vista o disposto no art. 5º da Resolução nº 44/2009 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e no art. 1º da Resolução nº 44/2009 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

9.1.4. ausência de designação de responsáveis pela coordenação de unidades descentralizadas do Cedmex, nos termos do art. 8º, § 1º, do Decreto Lei nº 200/1967;

9.1.5. ausência ou deficiência de controle do estoque, o que afronta o disposto nos arts. 6º, V, e 13 do Decreto Lei nº 200/1967;

9.1.6. ausência ou deficiência de controle dos prazos de validade dos medicamentos, o que afronta o disposto nos arts. 54 e 55 da Portaria nº 1.554/2013 do Ministério da Saúde e viola o estabelecido nos arts. 34 e 46 da Resolução nº 44/2009 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e no art. 1º da Resolução nº 50/2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

9.1.7. ausência ou falha de controle da temperatura e da umidade nos locais de estocagem dos medicamentos, o que vai de encontro ao disposto nos arts. 54 e 55 da Portaria nº 1.554/2013 do Ministério da Saúde e viola o estabelecido no art. 35 da Resolução nº 44/2009 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e no art. 1º da Resolução nº 50/2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.1.8. falhas no abastecimento dos medicamentos dos grupos 1A, 1B e 2 em Cedmex regionais, violando o disposto no art. 54 da Portaria nº 1.554/2013 do Ministério da Saúde;

9.1.9. ausência de cursos ou treinamentos periódicos, em afronta ao disposto no art. 14, parágrafo único, da Lei nº 8.080/1990;

9.1.10. procedimentos operacionais de armazenagem, transporte e dispensação desatualizados e não divulgados, o que vai de encontro ao disposto nos arts. 54 e 55 da Portaria nº 1.554/2013 do Ministério da Saúde;

9.1.11. ausência de garantias de que o representante tenha sido designado pelo paciente para receber medicamentos, o que afronta o disposto nos arts. 37, I, e 38 da Portaria nº 1.554/2013 do Ministério da Saúde;

9.1.12. medicamentos dos grupos 1A, 1B e 2 não estão sendo ofertados, o que viola o estabelecido nos arts. 2º, parágrafo único, 3º, alínea "a", I, alínea "b", II; 54 e 55 da Portaria nº 1.554/2013 do Ministério da Saúde;

9.1.13. dispensação de medicamentos com prazo de validade vencido, o que afronta o disposto nos arts. 34, § 1º e 2º, e 46 da Resolução nº 44/2009 da Agência Nacional da Vigilância Sanitária e nos arts. 54 e 55 da Portaria nº 1.554/2013 do Ministério da Saúde;

9.1.14. dispensação por prazo superior a três meses sem a apresentação de novo laudo médico, o que viola o estabelecido no art. 1º, item 15.2 e 22, do Anexo da Portaria nº 2.577/2006 do Ministério da Saúde;

9.1.15. ausência de inventário periódico e controle de estoques de medicamentos, o que vai de encontro ao disposto nos arts. 87 e 88 do Decreto Lei nº 200/1967;

9.1.16. centralização excessiva de pacientes no Cedmex de João Pessoa (PB), que atende mais de 65% dos 24.000 usuários da Paraíba. Deve ser avaliada a viabilidade da descentralização desse público para outro município da área metropolitana ou outro ponto da capital, de modo a otimizar os trabalhos de armazenagem, distribuição e dispensação;

9.2. determinar à Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba e ao Centro Especializado de Dispensação de Medicamentos Excepcionais (Cedmex) que, no prazo de 240 dias, informem à Secex-RN quais foram os resultados obtidos a partir da implementação das medidas determinadas no item 9.1. e respectivos subitens deste Acórdão;

9.3. determinar à Secex-RN que monitore o cumprimento das determinações contidas no item 9.1 e respectivos subitens deste Acórdão;

9.4. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, ao Ministério da Saúde, à Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba, ao Conselho Estadual de Saúde da Paraíba, ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS, ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e à Secretaria de Controle Externo da Saúde;

9.5. autorizar o arquivamento dos presentes autos, após o recebimento do plano de ação que será elaborado pela Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba.

10. Ata n° 41/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2807-41/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2808/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.062/2014-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.

3. Responsável: Sandra Maria Sales Fagundes (Secretária Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul).

4. Órgãos: Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul e Ministério da Saúde.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada, no âmbito de uma Fiscalização de Orientação Centralizada, com o objetivo de avaliar a aderência da atuação dos gestores estaduais aos normativos que regulam os processos e as atividades atinentes às etapas de armazenagem, distribuição e dispensação dos medicamentos integrantes do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) no Estado do Rio Grande do Sul.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul que:

9.1.1. regularize a situação das instalações físicas do almoxarifado central de medicamentos, mediante o cumprimento das seguintes exigências legais para funcionamento:

9.1.1.1. aprovação do projeto arquitetônico e do memorial descritivo (construção ou reforma) pela ANVISA, na forma definida nas Resoluções ANVISA nº 50/2002 e nº 189/2003;

9.1.1.2. obtenção do alvará sanitário junto ao órgão competente da Secretaria da Saúde, na forma do art. 43 da Lei Estadual nº 6.503/1972 e do art. 6º, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 23.430/1974;

9.1.1.3. obtenção do Certificado de Regularidade e apresentação do Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI) perante o Corpo de Bombeiros, na forma da Lei Estadual nº 14.376/2013;

9.1.2. adeque e redimensione as instalações físicas destinadas à armazenagem de medicamentos termolábeis e controlados, de forma a assegurar a qualificação do processo de estocagem dos medicamentos;

9.1.3. adeque as instalações físicas do almoxarifado central de medicamentos, de forma a assegurar a conservação e a qualidade dos medicamentos, em razão da existência de goteiras, de cobertura de zinco sem a proteção de forro, de aberturas que permitem o ingresso de pássaros e da ausência de sistema de climatização (temperatura e umidade);

9.1.4. agilize a contratação de empresa prestadora dos serviços de dedetização, desratização, limpeza e desinfecção da caixa d'água, para o almoxarifado central, conforme consta do expediente nº 77.687/13-8, com vistas a garantir a proteção dos medicamentos estocados contra pragas;

9.1.5. adote providências com vistas a mitigar os riscos decorrentes das fragilidades identificadas no controle do acesso e da circulação de pessoas no Almoxarifado Central de Medicamentos e nos containers de armazenamento de medicamentos termolábeis;

9.1.6. exija da empresa encarregada dos serviços de vigilância e segurança patrimonial o cumprimento das cláusulas contratuais relativas à revista de pessoas e veículos no momento da saída das dependências do almoxarifado central;

9.1.7. estabeleça rotinas formais para identificação, registro, apuração, homologação pela autoridade superior e reposição, quando houver sido identificada a responsabilidade, de diferenças de estoque de medicamentos no almoxarifado central e nas unidades descentralizadas, antes de efetuar os ajustes correspondentes nos sistemas de controle de estoque (AES e AME);9.1.8. adote medidas visando aperfeiçoar o processo de operacionalização do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF, especialmente no que diz respeito à programação e à distribuição dos medicamentos, com vistas a minimizar as perdas em razão do vencimento do prazo de validade;

9.1.9. diferencie as rotinas de armazenamento dos medicamentos do CEAF daquelas relativas aos remédios cuja aquisição e dispensação foi judicializada e destine espaços físicos distintos para guardar tais fármacos, abstendo-se de realizar movimentações entre os dois estoques sob comento;

9.1.10. elabore e atualize os Procedimentos Operacionais Padrão relativos às atividades de armazenamento e transporte de medicamentos, promovendo a sua ampla divulgação junto às unidades descentralizadas dessa Secretaria e às Secretarias Municipais de Saúde, com vistas a garantir a segurança e a qualidade dos medicamentos, durante todo processo de execução do CEAF, desde o recebimento até a dispensação, atentando para as condições sanitárias dos veículos utilizados no transporte;

9.1.11. assegure-se de que o elenco de medicamentos oferecidos aos pacientes sejam suficientes para garantir as linhas de cuidado definidas nos Protocolos Clínicos e nas Diretrizes Terapêuticas publicados pelo Ministério da Saúde, na forma definida na Portaria MS nº 1.544/2013;

9.1.12. intensifique as ações de responsabilidade do estado na execução do CEAF e da Política Nacional de Medicamentos, instituída pela Portaria MS nº 3.916/1998, especialmente no que diz respeito à infraestrutura física e de pessoal das unidades descentralizadas, inclusive no âmbito dos municípios, no que couber, visando garantir a qualidade dos produtos até a sua distribuição e qualificar a assistência farmacêutica prestada à população;

9.1.13. regularize a situação das unidades descentralizadas quanto à designação de responsável técnico, bem como oriente as Prefeituras Municipais acerca da exigência dessa designação, em decorrência da execução de atividades de armazenagem e dispensação de medicamentos, na forma definida nos arts. 2º e 53 da Lei nº 6.360/1973 e no art. 6º do anexo II da Portaria SVS/MS nº 802/1998;

9.1.14. adeque as rotinas de renovação da continuidade dos tratamentos do componente especializado, de forma que a dispensação somente ocorra após terem sido cumpridas as etapas de avaliação e autorização, conforme definido na Portaria nº 1.554/2013;

9.1.15. adeque as rotinas de renovação da continuidade dos tratamentos do componente especializado no âmbito dos Centros de Aplicação e Monitorização de Medicamentos Injetáveis - CAMMI, de modo a não permitir a execução das etapas de solicitação e avaliação pelo mesmo profissional, providenciando, ainda, a designação formal dos responsáveis pelas etapas de avaliação e autorização, na forma definida nos arts. 22, 31 e 34 da Portaria MS nº 1.554/2013;

9.1.16. limite a vigência dos Laudos de Solicitação, Avaliação e Autorização de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - LME ao prazo de 3 (três) meses, atentando para que cada LME corresponda a uma única APAC, conforme definido nos arts. 41 e 48, § 1º, da Portaria MS nº 1.554/2013;

9.1.17. providencie o cumprimento da etapa de autorização das solicitações de medicamentos do CEAF, conforme disposto nos arts. 22 e 33 da Portaria MS nº 1.554/2013;

9.1.18. atente para a adequada formalização dos processos administrativos de concessão de medicamentos do CEAF, com vistas a assegurar a fidedignidade e a confiabilidade da atividade administrativa, bem como viabilizar a fiscalização e o controle da legalidade dos procedimentos;

9.1.19. institua mecanismos de atuação sistemática, coordenação e supervisão, junto às unidades municipais que atuam na dispensação de medicamentos do CEAF, na forma definida na Lei nº 8.080/1990 e na Portaria MS nº 3.916/1998, com vistas a garantir que as ações executadas em âmbito municipal estejam alinhadas com a Política Nacional de Medicamentos e com as normas que regulam a execução do CEAF, atentando, em especial, para as seguintes atribuições do gestor estadual:

a) coordenar o processo de articulação intersetorial no seu âmbito, tendo em vista a implementação dessa Política;

b) prestar cooperação técnica e financeira aos municípios no desenvolvimento das suas atividades e ações relativas à assistência farmacêutica;

c) promover o uso racional de medicamentos junto à população, aos prescritores e aos dispensadores;

d) assegurar a adequada dispensação dos medicamentos, promovendo o treinamento dos recursos humanos e a aplicação das normas pertinentes;

e) investir na infraestrutura das centrais farmacêuticas, visando garantir a qualidade dos produtos até sua distribuição;

f) receber, armazenar e distribuir adequadamente os medicamentos sob sua guarda;

9.1.20. remeta a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, plano de ação contendo o cronograma para a adoção das medidas necessárias à implementação das determinações constantes dos itens acima, com indicação das ações a serem tomadas, dos responsáveis pela sua implementação e dos respectivos prazos;

9.2. determinar à Secex-RS que monitore o cumprimento das determinações acima transcritas;

9.3. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, ao Ministério da Saúde, à Secretaria Estadual da Saúde do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, ao Conselho Estadual de Saúde/RS, ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e à Secretaria de Controle Externo da Saúde;

9.4. autorizar o arquivamento dos presentes autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 41/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2808-41/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2809/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 022.855/2012-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto IV - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Almogênio Fagundes de Almeida (165.403.870-91); Danilo Silveira Silva (224.547.210-15); Harri Niesvald (211.148.970-00); Jairo Viana da Silveira (165.544.500-68); Joaquim de Brum Ribas (227.237.650-91); Lauro Garcia Leal (256.084.280-72); Luiza Vannis Guedes da Silveira (252.150.600-10); Mario Carvalho (199.514.420-72); Olga Nicolow (219.430.520-34); Valdir Muck (232.108.500-20).

4. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - Santa Maria/RS - INSS/MPS.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

8. Advogados constituídos nos autos: Diogo Júnior Maia (OAB/RS nº 74.169), Janice Ribeiro Bicca (OAB/RS nº 40.508), Cristiano Padilha (OAB/RS nº 66.695) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Santa Maria/RS em razão de concessão fraudulenta de benefícios a nove segurados,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir da presente relação processual os Srs. Almogenio Fagundes de Almeida, Danilo Silveira Silva, Harri Niesvald, Joaquim de Brum Ribas, Lauro Garcia Leal, Mario Carvalho e Valdir Muck;

9.2. considerar a Sra. Luiza Vanis Guedes da Silveira e o Sr. Jairo Viana da Silveira revéis para todos os efeitos, dando-se seguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/1992;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "d"; 19 e 23, inciso III, todos da Lei nº 8.443/1992, julgar irregulares as contas das Sras. Luiza Vanis Guedes da Silveira e Olga Nicolow e do Sr. Jairo Viana da Silveira, e condená-los ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir das datas correspondentes até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Data	Valor (R$)6.
09/12/1998	594,317.
05/01/1999	713,198.
01/02/1999	711,779.
03/03/1999	711,7710.
05/04/1999	711,7711.
23/04/1999	150,5212.
03/05/1999	711,7713.
07/05/1999	645,1014.
01/06/1999	711,7715.
08/06/1999	645,1016.
01/07/1999	733,4817.
06/07/1999	654,8618.
13/07/1999	766,7219.
14/07/1999	805,5720.
02/08/1999	733,4921.
05/08/1999	1.231,5322.
13/08/1999	452,4323.
01/09/1999	733,4824.
03/09/1999	446,1625.
08/09/1999	654,8626.
09/09/1999	1.029,0827.
15/09/1999	490,7628.
16/09/1999	442,3529.
01/10/1999	733,4830.
04/10/1999	576,6631.
06/10/1999	654,8632.
08/10/1999	414,7133.
13/10/1999	452,4234.
14/10/1999	446,1535.
01/11/1999	733,4836.
03/11/1999	576,6637.
05/11/1999	654,8638.
08/11/1999	452,4239.
09/11/1999	414,7140.
12/11/1999	446,1541.
01/12/1999	1.466,9742.
02/12/1999	913,0343.
06/12/1999	1.146,0144.
07/12/1999	754,0445.
08/12/1999	587,5146.
13/12/1999	669,2347.
04/01/2000	576,6648.
06/01/2000	654,8649.
19/01/2000	414,7150.
24/01/2000	733,4851.
25/01/2000	452,4252.
27/01/2000	446,1553.
02/02/2000	576,6654.
04/02/2000	654,8655.
08/02/2000	414,7156.
10/02/2000	452,4257.
11/02/2000	1.179,6358.
01/03/2000	733,4859.
02/03/2000	576,6660.
08/03/2000	654,8661.
09/03/2000	452,4262.
10/03/2000	414,7163.
15/03/2000	446,1564.
03/04/2000	733,4865.
04/04/2000	576,6666.
06/04/2000	654,8667.
10/04/2000	867,1368.
13/04/2000	446,1569.
02/05/2000	733,4870.
03/05/2000	576,6671.
08/05/2000	452,4272.
09/05/2000	414,7173.
12/05/2000	446,1574.
15/05/2000	654,8675.
02/06/2000	576,6676.
08/06/2000	414,7177.
20/06/2000	1.185,9078.
23/06/2000	446,1579.
03/07/2000	775,4780.
04/07/2000	609,6681.
07/07/2000	478,3282.
10/07/2000	436,3783.
13/07/2000	471,6984.
31/07/2000	1.347,2185.
04/08/2000	692,3586.
08/08/2000	436,3787.
09/08/2000	609,6688.
11/08/2000	1.247,1689.
15/08/2000	478,3290.
04/09/2000	775,4791.
06/09/2000	692,3592.
08/09/2000	478,3293.
12/09/2000	609,6694.
14/09/2000	471,6995.
21/09/2000	436,3796.
02/10/2000	775,4797.
05/10/2000	542,1098.
09/10/2000	914,6999.
01/11/2000	775,47100.
03/11/2000	609,66101.
07/11/2000	616,62102.
09/11/2000	436,37103.
10/11/2000	478,32104.
21/11/2000	609,66105.
01/12/2000	1.550,95106.
06/12/2000	1.308,98107.
08/12/2000	872,75108.
02/01/2001	775,47109.
02/02/2001	776,32110.
01/03/2001	776,32111.
02/04/2001	776,95112.
02/05/2001	776,95113.
12/06/2001	776,95114.

9.4. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que os responsáveis de que trata o subitem anterior comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);

9.5. aplicar aos responsáveis multas individuais fundadas no art. 57 da Lei 8.443/1992, nos valores de R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

9.6. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que os responsáveis de que trata o item anterior comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", e 269 do RI/TCU), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas, quando pagas após seu vencimento, monetariamente desde a data de prolação deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.8.autorizar, desde já, caso venha a ser solicitado, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, nos termos do art. 217 do RI/TCU, com a incidência sobre cada parcela dos devidos encargos legais até o efetivo pagamento, esclarecendo que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do RI/TCU);

9.9. aplicar aos responsáveis penas de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, consoante disposto no art. 60 da Lei nº 8.443/1992, pelos prazos de 6 (seis) anos;

9.10. dar ciência da presente deliberação, assim como do Relatório e do Voto que a fundamentam, aos responsáveis arrolados no preâmbulo e à Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - Santa Maria/RS - INSS/MPS;

9.11. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis;

10. Ata n° 41/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2809-41/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2810/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.342/2011-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VI - Representação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo No Paraná (00.414.697/0013-51)

3.2. Responsáveis: Fundação Iguassu de Turismo & Eventos (03.336.379/0001-01); João Ilidio de Lima Filho (237.755.307-97); Marco Antônio de Britto Lomanto (270.782.991-91); Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto (006.900.906-68).

4. Entidade: Instituto Brasileiro de Turismo.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação autuada por determinação deste tribunal (item 9.8 do Acórdão 2676/2011-Plenário), a fim de verificar indícios de irregularidades no Convênio 20/2004, firmado entre o Ministério do Turismo e a Fundação Iguassu para desenvolver o evento "Famtour Iguassu - dê um giro por aqui",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. João Ilidio de Lima Filho e Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto;

9.3. rejeitar as razões de justificativa oferecidas pelo Sr. Marco Antônio de Britto Lomanto;

9.4. aplicar multa no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, ao Sr. Marco Antônio de Britto Lomanto, fixando-lhe, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, caso venha a ser solicitado, o pagamento da dívida mencionada no subitem anterior em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.7. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do Voto e do Relatório que a fundamentam, ao Ministério do Turismo, ao Instituto Brasileiro de Turismo e aos responsáveis arrolados neste processo;

9.8. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 41/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2810-41/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2811/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.268/2005-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recursos de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: espólio de Jose Carlos Gomes de Carvalho (000.122.119-15)

3.2. Responsáveis: Associação de Ensino Novo Ateneu (76.534.924/0001-30); Ito Vieira (006.327.839-15); Jose Carlos Gomes de Carvalho (000.122.119-15).

3.3. Recorrentes: Ito Vieira (006.327.839-15); Associação de Ensino Novo Ateneu (76.534.924/0001-30).

4. Órgão/Entidade: Departamento Regional do Senai no Estado do Paraná.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

5.1.Relator da deliberação recorrida: Ministro Marcos Bemquerer

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR) e Serur.

8. Advogados constituídos nos autos: Luís Cesar Esmanhotto (OAB/PR 12.698) e outros.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de Recursos de Reconsideração em face do Acórdão 1686/2009-TCU-Plenário, proferido em sede de Tomada de Contas Especial originada da conversão de representação acerca de irregularidades na alienação de imóvel pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial/Departamento Regional no Estado do Paraná-Senai/PR.

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, I, e 33, da Lei 8.443/92, conhecer dos recursos de reconsideração interpostos pela Associação de Ensino Novo Ateneu e pelo Sr. Ito Vieira, para, no mérito, dar-lhes provimento, tornando insubsistentes os Acórdãos 1.686/2009-TCU-Plenário e 2.225/2009-TCU-Plenário;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, julgar regulares com ressalvas as presentes contas dando quitação aos responsáveis;

9.3. dar ciência da presente deliberação aos recorrentes, ao espólio do senhor José Carlos Gomes de Carvalho e à Procuradoria da República no Estado do Paraná.

10. Ata n° 41/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2811-41/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2812/2014 - TCU - Plenário

1. Processo: **TC 022.434/2008-2**

2. Grupo I, Classe de Assunto I - Embargos de Declaração em Denúncia

3. Interessado: Identidade preservada (art. 55 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 127 da Resolução TCU nº 191/2006).

4. Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Diretoria-Geral no Pará - DR/ECT/PA

4.1. Embargantel(s): Christiane Sayori da Silva Kawasaki (CPF 428.698.702-72); Álvaro Ferreira de Freitas Borja (CPF 125.947.502-63); Carlos Roberto D'Ippolito (CPF 032.991.552-53); Diane Ferreira da Mata, (CPF: 036.363.482-72); Eduardo Vidal Ribeiro (CPF: 256.259.002-30); Jonatas de Jesus Rodrigues Magalhães (CPF: 688.141.942-20); Menassés Leon Nahmias, (CPF: 057466712-15); Raimundo Clarindo Carvalho (CPF: 596.910.852-91); Marcelo Rodrigues (CPF 302.347.942-91); Marcelo da Costa Pereira (CPF 306.478.002-68)

5.Relator: **Ministro Raimundo Carreiro**

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secex/PA

8.Advogados constituídos nos autos: Josias Ferreira Botelho (OAB/PA 10.333)

9.Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração em Denúncia opostos por Christiane Sayori da Silva Kawasaki, Álvaro Ferreira de Freitas Borja; Carlos Roberto D'Ippolito; Diane Ferreira da Mata; Eduardo Vidal Ribeiro, Jonatas de Jesus Rodrigues Magalhães, Menassés Leon Nahmias, Raimundo Clarindo Carvalho, Marcelo Rodrigues e Marcelo da Costa Pereira contra os termos do Acórdão 141/2014-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes Embargos de Declaração, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992 e no art. 287 do RI/TCU, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo-se os exatos termos do acórdão recorrido;

9.2. dar ciência desta decisão aos embargantes.

10. Ata n° 41/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2812-41/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2813/2014 - TCU - Plenário

1. Processo **TC 037.197/2011-8**

2. Grupo I, Classe de Assunto V - Relatório de Auditoria

3. Interessado: TCU

4. Órgão(s)/Entidade(s): Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)

4.1. Vinculação: Ministério de Minas e Energia

4.2. Responsável(eis): José Sérgio Gabrielli de Azevedo (Presidente da Petrobras de 1º/1/2007 a 12/2/2007); Maria das Graças Silva Foster (Presidente da Petrobras a partir de 13/2/2012)

5. Relator: **Ministro Raimundo Carreiro**

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: SecexEstatais

8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: Nilton Antônio de Almeida Maia, (OAB/RJ 67.460); Ésio Costa Júnior, OAB/RJ 59.121; e outros

9.Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria, realizada no período compreendido entre 12/12/2011 e 20/7/2012, a qual objetiva verificar se há previsão contratual de ressarcimento das despesas incorridas pela estatal em incidente ambiental provocado por empresa petrolífera, bem como os cuidados empreendidos pela Petrobras ao consorciar-se com outra petrolífera para operação em campo de óleo ou gás em áreas **offshore**, a fim de assegurar que a empresa parceira possui condições efetivas de detecção e de resposta a possíveis acidentes ambientais,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), com fulcro no art. 43, inciso I da Lei8.443/1992 e art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que:

9.1.1. informe ao TCU, no seu desfecho ou dentro de noventa dias, o que ocorrer primeiro, as ações adotadas pela companhia com vistas à reparação dos danos/custos/despesas incorridos em razão dos incidentes de Frade, verificados em novembro de 2011 e março de 2012 (subitem 4.2.3 desta instrução, subitem 2.1 do relatório de auditoria e item "l" da proposta de encaminhamento de peça 137);

9.1.2. encaminhe ao TCU, no prazo de noventa dias a contar da ciência da deliberação ou tão logo concluído o encontro de contas entre as companhias integrantes do Consórcio Frade, o que ocorrer primeiro, os registros contábeis e financeiros do ressarcimento feito à estatal pela Chevron, acompanhados dos respectivos comprovantes;

9.1.3. apresente a este Tribunal, no prazo de noventa dias ou após o encerramento do encontro de contas, o que ocorrer primeiro, os relatórios de auditoria (devidamente traduzidos para o idioma nacional, quando for o caso) realizados pela estatal nos gastos da Chevron efetuados em decorrência dos incidentes de Frade verificados em novembro de 2011 e em março de 2012, acompanhados das respectivas memórias de cálculo;

9.2. dar ciência à estatal de que o encontro de contas referente aos gastos incorridos com o acidente no Campo de Frade, em novembro de 2011, deve considerar os resultados da apuração do órgão regulador - Agência Nacional do Petróleo -, consubstanciados no Relatório de Investigação do Incidente de Vazamento de Petróleo no Campo de Frade, pelo qual a ANP concluiu que a Chevron agiu em desrespeito à regulamentação, às boas práticas da indústria do petróleo e ao seu manual de procedimentos, assumindo, por conseguinte, o risco pela ocorrência do incidente e caracterizando a ocorrência de negligência dolosa (**gross negligence**) (subitem 8.2.2 desta instrução, subitem 2.5 do relatório de auditoria e item II da proposta de encaminhamento de peça 137);

9.3. recomendar à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, com fulcro no art. 250, inciso III, do RITCU, que elabore e encaminhe ao Tribunal, no prazo de 120 dias, rotina de fiscalizações prévias e concomitantes nas instalações **offshore** das operadoras parceiras da Petrobras que tenham por finalidade a exploração e produção de óleo e gás, com o objetivo de verificar se a empresa parceira atende aos padrões de segurança operacional e se possui condições de detecção e resposta a incidentes ambientais, a fim de evitar danos à imagem e ao patrimônio da estatal (subitem 7.2.4 desta instrução e subitem, subitem 2.4 do relatório de auditoria e item III da proposta de encaminhamento de peça 137);

9.4. determinar à SecexEstataisRJ, com fulcro no art. 243 do RITCU, que constitua processo apartado de relatório de monitoramento, tendo por finalidade o acompanhamento da implementação das determinações e recomendação acima expedidas;

9.5. dar ciência à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras que a sonegação de documentos e informações à equipe de fiscalização do Tribunal pode acarretar a imposição de multa ao Presidente da empresa, dispensada sua audiência, nos termos do art. 58, inciso VI, da Lei 8.443/1992 e art. 268, inciso VI e § 3º, do Regimento Interno do TCU;

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado Federal e à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados, ao Ministro de Minas e Energia e à Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).

10. Ata n° 41/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2813-41/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 2814/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.840/2010-9.
1.1. Apenso: 005.491/2013-4
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Auditoria.
3. Responsáveis/Interessados:
3.1 Responsáveis: José Sérgio Gabrielli de Azevedo (042.750.395-72); Nilo Carvalho Vieira Filho (302.450.287-49) e Sérgio dos Santos Arantes (335.417.367-04).
3.2. Interessado: Congresso Nacional.
4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras de Energia e Saneamento - SecobEnergia.
8. Advogados constituídos nos autos: Polyanna Ferreira Silva Vilanova (OAB/DF 19.273), Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ 141.195), Bruno Henrique de Oliveira Ferreira (OAB/DF 15.345), Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Nelson Sá Gomes Ramalho (OAB/RL 37.506) e outros (Peça 1 fl. 63).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada nas obras de construção de unidades de etilbenzeno e estireno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj, como parte dos trabalhos atinentes ao Fiscobras 2010, mais especificamente, no contrato de fornecimento de bens, construção e montagem da ampliação do Sistema de Água tratada de Porto de Caixas - Itaboraí-RJ, na Região Leste da Baía da Guanabara para o Comperj - Contrato 0800.0056641.10.2.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, em:
9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Sérgio dos Santos Arantes, Gerente de Custo e Estimativas de Prazos de Serviços e Logística de Engenharia da Petrobras - Gerente da SL/ECP e pelo Sr. Nilo Carvalho Vieira Filho, Diretor-Presidente da Comperj, em relação às audiências determinadas no Acórdão 2705/2010-Plenário;
9.2. dar ciência do presente Acórdão, assim como Relatório e Voto que o fundamentam, aos responsáveis e à Petrobras;
9.3. arquivar este processo com fundamento no art. 169, inciso V, do RI/TCU.

10. Ata n° 41/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2814-41/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2815/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.390/2013-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Monitoramento.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão: Ministério da Defesa (vinculador).
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras de Infraestrutura Urbana.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de monitoramento do item 9.1 do Acórdão 1.335/2013 - Plenário, por meio do qual foram exaradas determinações Comando da Marinha.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar integralmente cumprida pelo Comando da Marinha a determinação contida no item 9.1. do Acórdão 1.335/2013-Plenário, relacionada à adoção de ações para o saneamento de impropriedades verificadas por equipe de fiscalização deste Tribunal;
9.2. recomendar ao Comando da Marinha que:
9.2.1. caso a Construtora Augusto Veloso S.A. não execute a correção de todos os vícios construtivos verificados na Vila Naval do Guandu do Sapê, adote as medidas que entender cabíveis contra a empresa, valendo-se do disposto no art. 618 do Código Civil;
9.2.2. avalie, ainda, a adoção de providências contra outros responsáveis pelas falhas observadas na obra, inclusive o projetista, gerenciador da obra ou servidores da Marinha que eventualmente tiverem concorrido de forma culposa ou dolosa para o surgimento dos defeitos;
9.3. informe ao TCU sobre as medidas adotadas em face do disposto no item 9.2. supra no relatório de gestão das próximas contas a serem encaminhadas;
9.4. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 41/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2815-41/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2816/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-000.258/2014-8
2. Grupo I - Classe VII - Representação
3. Representante: Produmix Brasil Produções e Eventos Ltda.
4. Unidades: Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Casa Civil da Presidência da República e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog
8. Advogada constituída nos autos: Paula Cardoso Pires (OAB/DF 23.668)

9. ACÓRDÃO:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação sobre supostas irregularidades praticadas por empresas que estariam agindo em conluio em licitações públicas realizadas no âmbito da Secretaria Executiva da Casa Civil da Presidência da República, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 169, inciso V, 237, inciso VII, e 250, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la improcedente;
9.2. recomendar à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Nacional do Ministério Público, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e ao Tribunal de Contas da União que:
9.2.1. orientem os órgãos, entidades e secretarias administrativas que lhe estão vinculados ou subordinados sobre as cautelas a serem adotadas no planejamento de contratações de empresas para prestação de serviços de organização de eventos, de modo a não restringir a pesquisa de preços às cotações realizadas junto a potenciais fornecedores, adotando também outros parâmetros, conforme previsto no art. 2º da IN SLTI/MP 5/2014, c/c o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/1993;
9.2.2. promovam ações de treinamento e capacitação em formação e estimativa de preços, a partir de pesquisas feitas com fornecedores, em mídia e sítios especializados, em contratações similares de outros entes públicos e nos portais oficiais de referenciamento de custos, como forma de aperfeiçoar as diretrizes estabelecidas na IN 5/2014 da SLTI/MP e no "Caderno de Logística - Pesquisa de Preços", publicado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Portal "Comprasgovernamentais.gov.br";
9.3. dar ciência desta deliberação à representante;
9.4. arquivar o processo.

10. Ata n° 41/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2816-41/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO 2817/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 008.839/2011-5
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Monitoramento (em Representação)
3. Interessado: Tribunal de Contas da União
4. Unidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Portuárias, Hídricas e Ferroviárias (SecobHidroFerrovia)
8. Advogados constituídos nos autos: Ademir Antônio de Carvalho (OAB/MG 121.890), Alberto Sanz Sogayar (OAB/SP 123.614), Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108), Ana Carolina Sette da Silveira (OAB/MG 115.353), André Luiz Melo de Oliveira Carneiro (OAB/DF 30.293), André Naves Laureano Santos (OAB/MG 112.694), Ane Elisa Perez (OAB/DF 17.288), Ângela Tomazia Rosa (OAB/MG 126.413), Angelo Longo Ferrazro (OAB/DF 37.922), Benedito Cerezzo Pereira Filho (OAB/SP 142.109), Bruno Barros de Oliveira Gondim (OAB/MG 121.715), Bruno Beserra Mota (OAB/DF 24.132), Caio Soares Junqueira (OAB/MG 70.398), Caroline Rodrigues Braga (OAB/MG 132.158), Clara Sol da Costa (OAB/MG 115.937), Cláudio Chaves (OAB/DF 34.478), Cristiano Nascimento e Figueiredo (OAB/MG 101.334), Daniel Ceschiatti Agrelio (OAB/MG 131.576), Douglas Fernandes de Moura (OAB/DF 24.625), Edgard Abreu Rocha Silva (OAB/MG 101.832), Eduardo Antônio Lucho Ferrão (OAB/DF 9.378), Eduardo Augusto de Oliveira Ramires (OAB/DF 17.959), Eduardo Augusto Franklin Rocha (OAB/MG 76.601), Eduardo Rodrigues Lopes (OAB/DF 29.283), Eduardo Stênio Silva Sousa (OAB/DF 20.327), Fábio Barbalho Leite (OAB/SP 168.881), Fernando Antônio dos Santos Filho (OAB/MG 116.302), Flávia da Cunha Gama (OAB/MG 101.817), Flávia Mendes Ribeiro Moreira (OAB/MG 87.893), Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto (OAB/DF 17.997), Francisco Freitas de Melo Franco Ferreira (OAB/MG 89.353), Gabriel Machado Sampaio (OAB/MG 126.653), Gabriel Miranda Coelho (OAB/RJ 43.502), Gabriel Ribeiro Semião (OAB/MG 124.486), Garcia D'ávila Pires de Carvalho e Albuquerque (OAB/RJ 53.312), Gustavo de Castro Silva Ataíde (OAB/MG 80.688), Gustavo Henrique de Souza e Silva (OAB/MG 84.247), Hilma Vianna Pinto (OAB/RJ 51.035), Janaína Castro de Carvalho Kalume (OAB/DF 14.394), José Anchieta da Silva (OAB/MG 23.405), José Mauricio Balbi Sollero (OAB/MG 30.851), José Roberto Manesco (OAB/DF 17.961), Jussara Marquezini França Spatara (OAB/MG 99.134), Kaline Feliciano de Queiroz Ribeiro (OAB/DF 18.613), Leandro Bemfica Rodrigues (OAB/DF 16.341), Leonardo Rodrigues de Paula Pinto (OAB/MG 74.066), Liliane Bueno Ferreira (OAB/TO 4.270-B), Luciana Cristina de Jesus Silva (OAB/MG 126.357), Luciana Rodrigues Nunes (OAB/DF 31.409), Luis Henrique Baeta Funghi (OAB/DF 32.250), Luís Justiniano de Arantes Fernandes (OAB/DF 2193/A), Luiz Felipe Bulus A. Ferreira (OAB/DF 15.229), Luiz Otávio Mourão (OAB/MG 22.842), Manuela Porto Ribeiro (OAB/MG 121.998), Marcelo Leal de Lima Oliveira (OAB/DF 21.932), Marcelo Santoro Drummond (OAB/MG 72.858), Marcos Augusto Perez (OAB/DF 17.294), Maria de Lourdes Flecha de Lima Xavier Cançado de Almeida (OAB/MG 80.050), Maria Elizabeth Martins da Costa (OAB/MG 32.434), Maria Estela Filardi (OAB/RJ 49.619), Maria Fernanda de Oliveira Larciprete (OAB/MG 114.089), Mariana Barbosa Miraglia (OAB/MG 107.162), Marina Hermeto Corrêa (OAB/MG 75.173), Mauricio Guimarães Veloso (OAB/MG 102.579), Max Roberto de Souza e Silva (OAB/MG 102.328), Nayron Sousa Russo (OAB/MG 106.011), Patrícia Guercio Teixeira Delage (OAB/MG 90.459), Pedro Henrique Machado Silveira (OAB/MG 99.003), Rafael de Almeida Giacomitti (OAB/DF 29.306), Rafael de Oliveira Perpétuo (OAB/MG 80.219), Rannery Lincoln Gonçalves Pereira (OAB/DF 20.299), Renata Aparecida Ribeiro Felipe (OAB/MG 97.826), Renata Dantas Gaia (OAB/MG 104.160), Richard Paul Martins Garrell (OAB/MG 127.318), Roberto Henrique Couto Corrieri (OAB/DF 19.071), Rodrigo Silva de Oliveira (OAB/MG 113.148), Rosane Carlos de Azevedo Bezerra (OAB/DF 6.298), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154), Tatiana Matiello Cymbalista (OAB/DF 17.295), Thaís Aroca Datcho Locova (OAB/SP 234.563), Thiago Lucas Gordo de Sousa (OAB/DF 17.749), Thiago Peleja Vizeu Lima (OAB/DF 35.108), Vanessa Alves Pereira Barbosa (OAB/DF 24.336), Vanessa Bianca Pereira de Oliveira Furtado (OAB/MG 115.374), Vicente de Paulo de Oliveira Cândido (OAB/MG 43.650), Vitor Magno de Oliveira Pires (OAB/MG 108.997) e Wilson Carlos Vilani (OAB/MG 20.454)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em fase de monitoramento da implementação das medidas constantes dos Acórdãos 2.930/2011 e 1.712/2012, ambos do Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 169, inciso V, 243 e 250 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar cumpridas as determinações expedidas no âmbito dos Acórdãos 2.930/2011 e 1.712/2012, ambos do Plenário, exceto quanto ao lote 7 da Fiol e à aquisição dos Aparelhos de Mudança de Via (AMV);

9.2. determinar à Controladoria-Geral da União que informe, no próximo relatório de auditoria de gestão da Valec (art. 13, inciso IV, da IN-TCU 63/2010), acerca das questões ainda remanescentes de atendimento, mencionadas no item anterior;

9.3. dar ciência deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o precedem, à Valec e à Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, em atendimento ao item 9.4 do Acórdão 1.717/2014 - Plenário;

9.4. recomendar à SecobHidroFerrovia que estude a possibilidade de efetuar trabalho especifico, ou incorporar ao escopo de outros trabalhos de fiscalização, a avaliação dos processos de gestão de tempo da Valec em suas obras e projetos;

9.5. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 41/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2817-41/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2818/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-012.653/2012-8

2. Grupo I, Classe de Assunto V - Auditoria

3. Unidade: Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras)

4. Responsável: Maria das Graças Silva Foster (presidente, CPF 694.772.727-87)

4.1. Interessados: Congresso Nacional e Consórcio Galvão/Serveng/Fidens (CNPJ 12.253.954/0001-95)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: SecobEnergia

8. Advogados constituídos nos autos: Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Carlos da Silva Fontes Filho (OAB/RJ 59.712), Ésio Costa Júnior (OAB/RJ 59.121), Bruno Henrique de Oliveira Ferreira (OAB/DF 15.345), Christiane Rodrigues Pantoja (OAB/DF 15.372) e Polyanna Ferreira Silva (OAB/DF 19.273)

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de auditoria integrante do Fiscobras 2012, referente à fiscalização das obras de implantação da Refinaria Premium I, no Maranhão, sob a incumbência da Petrobras.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 43 da Lei nº 8.443/92 e nos arts. 169, inciso V, e 250 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar atendido o subitem 9.1 do Acórdão nº 1933/2014-Plenário;

9.2. enviar cópia deste acórdão, com o relatório e voto, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e ao Consórcio Galvão/Serveng/Fidens; e

9.3. arquivar o processo.

10. Ata n° 41/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2818-41/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2819/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.256/2014-0

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Acompanhamento.

3. Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU

4. Unidades: Secretaria do Tesouro Nacional - STN e Banco do Brasil S/A

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento das transferências constitucionais referentes ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE, Fundo de Participação dos Municípios - FPM, Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados - IPI-Exp, Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis - Estados e Municípios - Cide e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, no primeiro semestre do exercício de 2014.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos artigos 1º, incisos IV e VI, e 3º da Lei 8.443/1992;224; 241 e 242 do Regimento Interno e ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar corretos, para o primeiro semestre do exercício de 2014, os valores distribuídos por Unidade da Federação, conforme os coeficientes estabelecidos nos respectivos normativos, para as seguintes transferências:

9.1.1 Fundo de Participação dos Municípios (FPM), conforme a Decisão Normativa TCU 133/2013;

9.1.2 Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), conforme a Decisão Normativa - TCU 130/2013;

9.1.3 Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados (IPI-Exp), conforme a Decisão Normativa TCU 131/2013;

9.1.4 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis - Estados e Municípios (Cide), conforme a Decisão Normativa TCU 125/2013, relativa ao repasse de janeiro de 2014;

9.1.5 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), conforme a Portaria Interministerial MEC/MF 19, de 27/12/2013;

9.1.6 considerar prejudicada a análise dos valores distribuídos a título de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis - Estados e Municípios (Cide) em abril de 2014, conforme os coeficientes fixados pela Decisão Normativa TCU 136/2014, tendo em vista que não houve distribuição de recursos no mencionado período, em decorrência da falta de previsão orçamentária suficiente;

9.2. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Secretaria do Tesouro Nacional e ao Banco do Brasil;

9.3. arquivar os autos.

10. Ata n° 41/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2819-41/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2820/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-028.122/2014-3

2. Grupo I - Classe VII - Representação

3. Interessado: Tribunal de Contas da União

4. Unidade: Presidência da República

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Semag

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação com a proposta de diretrizes para a apreciação das contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2015.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 224 e 225 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1 aprovar as diretrizes propostas pela Secretaria de Macroavaliação Governamental para elaboração do relatório sobre as contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2015;

9.2 autorizar as ações de controle que subsidiarão a elaboração do relatório e do parecer prévio sobre as referidas contas;

9.3 dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (Seplan) e à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex), para que as diretrizes aprovadas sejam consideradas na elaboração do Plano de Diretrizes do TCU para o biênio 2015-2016 e estejam contempladas no Plano de Controle para 2015.

10. Ata n° 41/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2820-41/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2821/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.884/2013-0.

2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Francisco Antônio Cardoso Mota (CPF 206.090.194-49).

4. Entidade: Município de Icó/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secex/CE.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE em desfavor do Sr. Francisco Antônio Cardoso Mota, ex-prefeito municipal de Icó/CE (gestão: 2005-2008), em face da impugnação total das despesas realizadas com os recursos federais transferidos ao município no exercício de 2005, com vistas à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e do Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creche - PNAC.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Francisco Antônio Cardoso Mota, com fundamento nos arts. 16, inciso III, alíneas "b", "c" e "d", e 19, **caput**, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para condená-lo ao pagamento das quantias abaixo informadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, desde as datas indicadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU - RITCU:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA115.
45.195,00	2/3/2005116.
54.234,00	1/6/2005117.
54.234,00	1/7/2005118.
54.234,00	29/7/2005119.
54.234,00	27/8/2005120.
54.234,00	1/10/2005121.
54.234,00	1/11/2005122.
54.234,00	7/12/2005123.
2.497,50	2/3/2005124.
2.497,50	1/6/2005125.
2.497,50	1/7/2005126.
2.497,50	29/7/2005127.
2.497,50	27/8/2008128.
2.497,50	1/10/2005129.
2.497,50	1/11/2005130.
2.497,50	7/12/2005131.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.2. aplicar ao Sr. Francisco Antônio Cardoso Mota a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU);

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações;

9.6. considerar grave a infração cometida e, com fundamento no art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, inabilitar o Sr. Francisco Antônio Cardoso Mota para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, pelo período de 8 (oito) anos;

9.7. encaminhar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta:

9.7.1. à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992; e

9.7.2. ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a adoção das providências cabíveis em relação ao item 9.6 deste Acórdão.

10. Ata n° 41/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2821-41/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2822/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.637/2011-7.

1.1. Apenso: 012.040/2012-6.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Caixa Econômica Federal (CNPJ 03.360.305/0001-04); Cinzel Incorporações Imobiliárias Ltda. (CNPJ 08.059.768/0001-42); Congresso Nacional (vinculador).

3.2. Responsáveis: Ana Lucia Bezerra Silva (CPF 374.678.595-20); Augesir José de Carvalho Filho (CPF 164.169.295-20); Edivaldo Lopes Santana (CPF 343.141.135-53); Maxwell Mascarenhas dos Anjos (CPF 556.782.705-91); Paulino Cesar Martins Ribeiro do Couto CPF (105.944.775-49).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: SecobInfraurbana.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada pela então Secob-1, no âmbito do Fiscobras-2011, sobre as obras de "construção do edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em Salvador/BA", segundo o Programa de Trabalho 02.122.0571.11EL.0101/2010.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar atendidas, pelo TRT da 5ª região, as determinações contidas nos itens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão 3.147/2012-TCU-Plenário e nos itens 9.1.1 e 9.1.2 do Acórdão 1.627/2013-TCU-Plenário;

9.2. acolher parcialmente as razões de justificativas apresentadas pelos Srs. Augesir José de Carvalho Filho e Edivaldo Lopes Santana, ex-diretores gerais do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª região;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região que, ao promover a contratação dos projetos necessários à execução das obras de edificação, bem como o acompanhamento e apoio à fiscalização, abstenha-se de utilizar o instituto da inexigibilidade de licitação, conforme observado no caso do edifício administrativo 4 tratado nestes autos, uma vez que houve afronta o art. 25, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

9.4. com fundamento no art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, determinar que o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª região apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, a documentação comprobatória da rescisão contratual com a empresa Cinzel Incorporações Imobiliárias Ltda., em atendimento aos artigos 77 a 80 da Lei 8.666, de 1993;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhada do Relatório e do Voto que o fundamenta, ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), bem como ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região; e

9.6. arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU, sem prejuízo de determinar que a SecobInfraurbana promova o monitoramento da determinação contida no item 9.4 deste Acórdão.

10. Ata n° 41/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2822-41/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2823/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 006.241/2013-1.

2. Grupo II - Classe V - Monitoramento.

3. Responsável: Romeu Weliton Caputo (CPF 030.868.756-66).

4. Unidades: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; Municípios de Firminópolis, Jussara e Matrinchã - Estado de Goiás.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás - Secex/GO.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este monitoramento do item 9.1 do acórdão 424/2013-Plenário, que apreciou auditoria sobre a regularidade das despesas efetuadas em municípios do Estado de Goiás na construção de escolas de educação infantil com recursos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 243 e 250, incisos II, do Regimento Interno, em:

9.1. determinar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe a este Tribunal:

9.1.1. em relação ao convênio 710168/2008 (Siafi 625585), firmado com o município de Firminópolis/GO:

9.1.1.1.a documentação que comprove o saneamento das pendências apontadas no item 6 do Parecer Técnico de Execução Física de Objeto Financiado, de 18/6/2013, acompanhada do resultado final da análise da prestação de conta; e

9.1.1.2. se for o caso, comprovação da instauração da tomada de contas especial;

9.1.2. em relação ao convênio 830331/2007 (Siafi 600436), firmado com o município de Jussara/GO, a comprovação de instauração de tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano;

9.1.3. em relação ao convênio 830437/2007 (Siafi 602392), firmado com o município de Matrinchã/GO, informação sobre a situação e comprovação das providências adotadas;

9.2. dar ciência ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação de que a prorrogação da vigência de convênios deve ser concedida em caráter excepcional, fundamentada em justificativas comprovadas, de modo a evitar que a extensão de prazo apenas postergue a apuração de irregularidades.

10. Ata n° 41/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2823-41/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2824/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 007.420/2014-5.

2. Grupo I - Classe VII - Recurso Administrativo.

3. Interessado: Joel Brusch Izquierdo (CPF CPF 953.387.560-72, matrícula 8.133-7).

4. Unidade: Tribunal de Contas da União - TCU.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atou.

7. Unidade Técnica: Secretaria-Geral de Administração - Segedam.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso administrativo interposto por Joel Brusch Izquierdo em razão do indeferimento do seu pedido de licença para tratar de interesses particulares.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 15, inciso IV, do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do recurso administrativo e negar-lhe provimento.

10. Ata n° 41/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2824-41/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2825/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 007.501/2012-9.

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração.

3. Embargantes: Clarice Lourenço Theriba (CPF 810.046.309-30), Cláudia Aparecida Gali (CPF 661.361.219-72) e Instituto Confiancce (CNPJ 07.317.015/0001-27).

4. Unidade: Município de Castro/PR.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Advogados: Fernando Menegat (OAB/PR 58.539) e Rodrigo Lahoz (OAB/PR 61.382).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração contra o acórdão 1.320/2014-Plenário, que negou provimento a agravo contra despacho que reconsiderou determinação de renovação de citações realizadas na presente tomada de contas especial.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos e rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes.

10. Ata n° 41/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2825-41/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 2826/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 008.674/2012-4.
1.1. Apenso: TC 018.756/2012-3.
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame.
3. Recorrentes: Francisco Dutra Sobrinho (CPF 488.834.254-72), Adriana Fernandes Ferreira (CPF 010.018.854-06), Marta Lúcia de Paiva Rocha (CPF 760.438.434-04) e Rosa Tânia Dantas de Almeida (CPF 364.816.104-00).
4. Unidade: Município de Brejo do Cruz/PB.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Advogados: Larissa Pires de Sá Dias de Araújo (OAB/PB 17.615) e Jailson Lucena da Silva (OAB/PB 16.214).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos por Francisco Dutra Sobrinho, Rosa Tânia Dantas de Almeida, Adriana Fernandes Ferreira e Marta Lúcia de Paiva Rocha contra o acórdão 2.669/2013-Plenário, que lhes aplicou multas individuais de R$ 10.000,00 por irregularidades na concorrência 1/2011, que objetivou a contratação de empresa para conclusão do sistema de esgotamento sanitário do Município de Brejo do Cruz/PB, no valor de R$ 5,8 milhões.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer dos pedidos de reexame e negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentaram, aos recorrentes e à Fundação Nacional de Saúde.

10. Ata n° 41/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2826-41/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2827/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 009.182/2012-8.
2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria.
3. Interessado/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional.
3.2. Responsáveis: Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNPJ 15.102.288/0338-62) e Othon Luiz Pinheiro da Silva (CPF 135.734.037-00).
4. Unidades: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. e Eletrobras Termonuclear S.A.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras de Energia e Aeroportos - SecobEnergia.
8. Advogados: Daniela Pereira da Silva (OAB/RJ 102.041), Rodrigo Benício Jansen Ferreira (OAB/RJ 111.830) e outros.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este levantamento de auditoria realizado pela Secretaria de Fiscalização de Obras de Energia e Aeroportos - SecobEnergia, no âmbito do Fiscobras 2012, nas obras das usinas nucleares de Angra I e II, contratadas pela Eletrobras Termonuclear S.A. - Grupo Eletrobras/MME.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. cientificar a Eletrobras Termonuclear S.A. da obrigatoriedade de adotar, desde o projeto básico, planilhas orçamentárias que expressem a composição dos custos unitários dos itens de serviço com detalhamento suficiente à sua precisa identificação, abstendo-se, por conseguinte, de utilizar-se de grandes "grupos funcionais" para mão de obra ou de outras unidades genéricas do tipo "quantia fixa", como constatado no contrato GCC.A/CT-545/08 e no processo licitatório que o antecedeu;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a integram, à Eletrobras Termonuclear S.A., às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. e ao Ministério de Minas e Energia;
9.3. arquivar o processo, com base no art. 169, inciso V, do Regimento Interno.

10. Ata n° 41/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2827-41/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2828/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.016/2014-2.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria
3. Responsável: Bento Ribeiro Filho (154.179.304-82).
4. Órgãos/Entidades: Entidades/órgãos do Governo do Estado da Bahia; Ministério das Cidades (vinculador).
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de fiscalização nas obras de implantação da barragem do Rio Colônia, objeto do contrato de Repasse 350802-98 celebrado entre o estado e o Ministério das Cidades, cujo objeto é a transferência de recursos financeiros para a construção da barragem.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. cientificar à Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Sedur), à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan) e à Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos (Cerb), que foram identificadas as seguintes irregularidades, referentes à contratação e execução das obras de implantação da barragem do Rio Colônia, município de Itapé, Bahia:
9.1.1. descumprimento ao art. 7º, § 2º, II, da Lei 8.666/1993, consubstanciado pela deficiência do orçamento básico, notadamente em razão da ausência de serviços para minimizar os impactos das escavações na linha de transmissão da Chesf próxima ao eixo do barramento, da extrapolação das despesas inerentes à instalação do canteiro de obras e da superestimação dos custos com escavações para implantação da fundação do barramento, conforme apontado no relatório "Investigações geotécnicas adicionais - parecer geotécnico", confeccionado pela Geohidro em Setembro/2013;
9.1.2. descumprimento ao art. 12, III e IV, da Lei 8.666/1993, consubstanciado pela adoção, no orçamento básico, de custos unitários elevados para o insumo areia (agregado miúdo) em razão da previsão de aquisição comercial, contrariando os levantamentos do projeto básico que apontaram a utilização do material proveniente de jazida natural situada na área de inundação do empreendimento (14,5 km), a qual ensejaria apenas a apropriação dos custos inerentes à extração e transporte do material até o canteiro de obras;
9.1.3.atraso na implantação das ações de educação ambiental e reflorestamento, que conforme o Volume V Planos e Programas de Gestão Ambiental do EIA/RIMA do empreendimento e os prazos das condicionantes das licenças ambientais concedidas pelo Inema, deveriam iniciar o mais cedo possível;
9.1.4. descumprimento ao art. 12, III e IV, da Lei 8.666/1993, consubstanciado pela ausência de aproveitamento de jazidas naturais para obtenção do agregado graúdo a ser utilizado no empreendimento, notadamente em razão da possibilidade de aproveitamento do material de 3º categoria escavado das fundações do barramento, não considerada na estimativa de custos, e da exploração de jazidas naturais próximas ao projeto, conforme indica licença obtida pela empresa Andrade Galvão Engenharia Ltda. junto ao Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (Alvarás n. 5964/2014 e 5964/2014);
9.1.5. descumprimento ao art. 30, II, da Lei 8.666/1993, consubstanciado pela exigência, para fins de habilitação técnica operacional, da comprovação anterior de quantitativo elevado do serviço concreto compactado à rolo (30.000 m³);
9.1.6. descumprimento ao art. 30, § 1º, I, da Lei 8.666/1993, consubstanciado pela exigência, para fins de habilitação técnica profissional, da comprovação anterior de quantitativos mínimos de serviços (concreto compacto a rolo e concreto convencional);
9.1.7. descumprimento ao art. 40, § 2º, II, da Lei 8.666/1993, consubstanciado pela não disponibilização, em anexo ao ato convocatório, das composições de custos unitários, do detalhamento da taxa de encargos sociais e do percentual de Bonificação e Despesas Indiretas utilizados no orçamento básico;
9.1.8. não atendimento à sustentabilidade prevista no art. 4.º do Decreto 7.746/2012 e no art. 3.º da Lei 8.666/93, face à ausência de implementação imediata das ações de educação ambiental e reflorestamento previstas no EIA/RIMA e nas condicionantes estabelecidas nas portarias do Inema.
9.2. recomendar à Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Sedur), à Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan) e à Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos (Cerb), que, para fins de medição e pagamento dos serviços que utilizam os insumos areia e brita nas obras de implantação da barragem do Rio Colônia, observe a origem (jazidas naturais ou comerciais) e a distância de transporte dos referidos materiais, garantindo a remuneração de acordo com a realidade executiva do empreendimento, assim como a manutenção da equação econômico financeira pactuada.
9.3. encaminhar cópia do relatório da fiscalização (fiscalis 431/2014) à Caixa Econômica Federal, gerência executiva de Governo da cidade de Salvador/BA, para subsidiar o acompanhamento e fiscalização do Contrato de Repasse 350802-98.
9.4. encerrar o presente processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 41/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2828-41/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2829/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 034.096/2013-2.
2. Grupo I - Classe II - Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessado: Senado Federal.
4. Unidade: Ministério da Fazenda.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag.
8. Advogado: não há.

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta solicitação do Congresso Nacional, encaminhada pelo presidente daquela Casa, senador Renan Calheiros, por intermédio do ofício 2.799 (SF), de 17/12/2013, de acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes de operação de crédito externo firmada entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), autorizada pelo Senado Federal por meio da Resolução 64/2013, no valor de até US$ 19.800.000,00, para financiamento parcial do "Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda - PMIMF".
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no inciso I do art. 38 da Lei 8.443/1992 e no art. 232, inciso I, do Regimento Interno, c/c o art. 4º, inciso I, alínea "a", e 17, da Resolução TCU 215/2008, em:
9.1. conhecer da solicitação;
9.2. informar ao presidente do Senado Federal que o Tribunal analisou a documentação relativa à operação de crédito em questão e verificou que, quanto aos aspectos legais, as providências necessárias para a contratação de crédito pela União foram tomadas e que esta Corte de Contas acompanhará os resultados dos trabalhos de auditoria a serem realizados pelo órgão executor, a fim de avaliar a conformidade da aplicação dos recursos repassados pelo BID às regras acordadas no contrato internacional supramencionado;
9.3. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhada do relatório e do voto que o fundamentaram, à Presidência do Senado Federal, à Secretaria do Tesouro Nacional e à SecexFazenda;
9.4. determinar à SecexFazenda que realize o acompanhamento da operação de crédito em questão;
9.5. considerar a solicitação integralmente atendida, com fulcro no inciso II, do art. 17, da Resolução TCU 215/2008;
9.6. arquivar os autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno.

10. Ata n° 41/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2829-41/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2830/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 046.560/2012-2.
2. Grupo II - Classe I - Recurso de Reconsideração.
3. Recorrente: Fernando José Oliveira (CPF 003.884.755-87).
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Advogado: Fernando José Oliveira (OAB/BA 10.586).

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração interposto por Fernando José Oliveira contra o acórdão 3.669/2013-Plenário, que julgou irregulares suas contas, condenou-o ao pagamento da quantia original de R$ 195.462,05, solidariamente com Mary da Natividade Novato Leão Costa, aplicou-lhe multa de R$ 20.000,00 e inabilitou-o para exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração pública federal por oito anos.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do recurso, dar-lhe provimento parcial, reduzir o valor da multa aplicada ao recorrente pelo item 9.4 do acórdão 3.669/2013-Plenário de R$20.000,00 (vinte mil reais) para R$15.000,00 (quinze mil reais) e reduzir a pena de inabilitação para exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração pública federal, contida no item 9.7 do mesmo acórdão, de 8 (oito) para 5 (cinco) anos;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.2. dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto ao recorrente, bem como ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as providências cabíveis em relação ao item 9.1 deste acórdão.

10. Ata n° 41/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2830-41/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2831/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.791/2014-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: Relatório de Auditoria (Fiscobras 2014)
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional.
4. Órgãos/Entidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Ministério dos Transportes (vinculador); Secretaria de Portos.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Portuárias, Hídricas e Ferroviárias (SecobHidro).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam relatório de auditoria integrante do Fiscobras/2014, destinada a avaliar a execução orçamentária, o cronograma físico e o desempenho dos principais empreendimentos contidos no Corredor Logístico do Rio Madeira,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. recomendar ao DNIT, com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que:
9.1.1. realize novos ensaios e levantamentos para avaliar as atuais condições da pista de rolamento, dos acostamentos externos e da sinalização horizontal e vertical na BR-364, entre as cidades de Sapezal/MT e Porto Velho/RO;
9.1.2. avalie, com base no resultado dos ensaios e levantamento acima, a possibilidade de adequar o cronograma ou exigir das empresas responsáveis pelos contratos de conservação, restauração e manutenção da BR-364, entre as cidades de Sapezal/MT e Porto Velho/RO, a recuperação das irregularidades encontradas na pista de rolamento, acostamentos externos e sinalização, de forma a cumprir ao estabelecido no art. 88 da Lei 9.503/1997 e no item 5.3 do Manual de Sinalização de Obras e Emergências em Rodovias (IPR-738, 2010);
9.1.3. envide esforços para a finalização dos projetos e implantação das travessias urbanas de Vilhena, Presidente Médici, Ouro Preto do Oeste e Candeias do Jamari e do Contorno Norte e Sul de Porto Velho, além da implantação do remanescente da Travessia de Porto Velho, no estado de Rondônia, para proporcionar o melhor escoamento da safra pelo Corredor Logístico do Rio Madeira;
9.1.4. avalie a conveniência de elaborar estudos e projetos para a duplicação da rodovia nos trechos da BR-364/RO, compreendidos entre o km 388,00 e km 570,30, e entre o km 667,00 e km 700,60, uma vez que o volume de tráfego nesses pontos já está próximo ao da classe I-A do Manual de Projeto Geométrico de Rodovias Rurais (IPR-706, 1999), atentando para a existência dos estudos para a implantação da Ferrovia Transcontinental (EF-354), entre Vilhena/RO e Porto Velho/RO, o que poderia desviar parte do tráfego de veículos pesados da rodovia para o modal ferroviário;
9.1.5. estude a viabilidade de adequar as rodovias BR-174/364, de Sapezal até Porto Velho, trecho afeto ao escoamento da safra agropecuária pelo Corredor Logístico do Rio Madeira, às larguras de pistas e acostamentos externos estabelecidas para a classe I-B (Quadro 5.8.3) no Manual de Projeto Geométrico de Rodovias Rurais (IPR-706, 1999);
9.1.6. implante, antes do período de águas baixas de 2015, programa de dragagem de média duração para a dragagem de manutenção e eliminação de pontos críticos, bem como de balizamento, sinalização e retirada de paliteiros, nos moldes instituídos pelo Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária II (arts. 53 e 54 da Lei 12.815/2013), eliminando a necessidade de licitações anuais para a contratação desses serviços, de forma a dotar a Hidrovia do rio Madeira da confiabilidade necessária para a atração dos transportadores e proprietários de carga, e consequente diminuição dos custos logísticos de transporte de carga; e
9.1.7. avalie a conveniência de realizar diretamente as ações prioritárias para desenvolvimento das hidrovias, em vez de delegá-las por meio do Convênio 7/2008-DAQ/DNIT, de forma que torne mais eficientes os programas de ação e de investimentos relacionados com os eixos estratégicos de integração nacional, de abastecimento do mercado interno e de exportação, conforme diretrizes gerais do gerenciamento da infraestrutura e da operação do transporte aquaviário, estabelecidas no art. 12 da Lei 10.233/2011;
9.2. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório o voto que o fundamentam à Controladoria-Geral da União, ao Ministério dos Transportes, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, à Secretaria de Portos, à Secretaria do PA, à Agência Nacional de Transportes Terrestres, à Confederação Nacional do Transporte, à Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil, às empresas Estação da Luz Participações, Caramuru e Cargill e ao Movimento Pró-logística, à Comissão de Viação e Transportes e a de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e para a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado; e
9.3. arquivar os presentes autos, com fundamento no inciso V do art. 169 do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 41/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2831-41/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2832/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 021.606/2010-2
1.1. Apensos: 009.830/2011-1; 009.827/2011-0; 009.829/2011-3
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Relatório de Auditoria)
3. Interessada/Responsável/Recorrente:
3.1. Interessada: Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina
3.2. Responsável: Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina
3.3. Recorrente: Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina
4. Entidade: Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina
5. Relator/Relator da deliberação recorrida:
5.1. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.2. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)
8. Advogados constituídos nos autos: André Luís Pereira (OAB/SP 172.287); Anderson Viar Ferraresi (OAB/SP 206.326); Francisco Manuel Cruz (OAB/SP 65.581)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos pela Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM) contra os termos dos acórdãos 3.373/2012 e 2.942/2013, ambos do Plenário;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992 em:
9.1. não conhecer do pedido de reexame, interposto contra o Acórdão 3.373/2012 - Plenário, em 10/1/2013 (peça 80);
9.2. conhecer do pedido de reexame interposto contra o Acórdão 2.942/2013 - Plenário, em 27/11/2013 (peça 124), para, no mérito, dar-lhe parcial provimento;
9.3. tornar insubsistente o subitem 9.4.12 do Acórdão 3.373/2012 - Plenário, com redação que lhe foi conferida pelo Acórdão 2.942/2013, do mesmo colegiado;
9.4. determinar à SPDM que mantenha os recursos financeiros transferidos direta ou indiretamente pela União, por meio de convênio, em conta corrente específica, aberta em instituição financeira oficial;
9.5. deixar assente que a determinação de que trata o subitem anterior não tem incidência sobre os instrumentos jurídicos com natureza jurídica diversa da do convênio, ainda que tenham, impropriamente, adotado tal denominação;
9.6. encaminhar cópia deste acórdão, assim como do relatório e voto que o fundamentam, à recorrente.

10. Ata n° 41/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/10/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2832-41/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 47 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária do Plenário
Em substituição

Aprovada em 4 de novembro de 2014.

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 631, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União em favor do Superior Tribunal de Justiça.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e regimentais e considerando o disposto no art. 40, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 - Lei n. 12.919, de 24 de dezembro de 2013, no art. 4º, inciso II, da Lei Orçamentária Anual - Lei n. 12.952, de 20 de janeiro de 2014, e na Portaria n. 10/SOF/MP, de 12 de fevereiro de 2014, resolve:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar em favor do Superior Tribunal de Justiça no valor de R$ 3.290.000,00 (três milhões, duzentos e noventa mil reais), para atender à programação constante do Anexo I.
Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem da anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FRANCISCO FALCÃO

ANEXO

ÓRGÃO: 11000 - Superior Tribunal de Justiça
UNIDADE: 11101 - Superior Tribunal de Justiça

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0568	Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça							3.290.000
		Atividades							
02 061	0568 4236	Apreciação e Julgamento de Causas							3.290.000
02 061	0568 4236 5664	Apreciação e Julgamento de Causas - em Brasília - DF							3.290.000
			F	4	2	90	0	100	3.290.000
TOTAL - FISCAL									3.290.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.290.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 11000 - Superior Tribunal de Justiça
UNIDADE: 11101 - Superior Tribunal de Justiça
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0568	Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça							3.290.000
		Atividades							
02 131	0568 2549	Comunicação e Divulgação Institucional							3.290.000
02 131	0568 2549 5664	Comunicação e Divulgação Institucional - em Brasília - DF							3.290.000
			F	3	2	90	0	100	3.000.000
			F	4	2	90	0	100	290.000
TOTAL - FISCAL									3.290.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.290.000

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 113, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre, em favor da Justiça Militar da União, Crédito Suplementar para reforço de dotações consignadas no orçamento do presente exercício.

O MINISTRO VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7ª, inciso I, c/c o artigo 6ª, inciso XXV, tudo do Regimento Interno, e

Considerando o disposto no art. 4º, incisos I, alínea "a", II, IV, alíneas "b" e "c", V, alínea "b", itens "1" e "2", VI, alínea "a", VIII, XVI, XIX, alínea "b", itens "1" e "2",e XXIII, e §§ 1º, 4º e 6º, da Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, Lei Orçamentária de 2014 - LOA/2014, e art. 40, §§ 1º, 2º, 3º e 5º, da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 - LDO/2014;

Considerando os termos da Portaria nº 10/SOF/MP, de 12 de fevereiro de 2014, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da Justiça Militar da União crédito suplementar no valor global de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos compensatórios necessários à execução do disposto no artigo 1º provêm de cancelamentos de dotações conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex FERNANDO SÉRGIO GALVÃO

ANEXOS

ÓRGÃO: 13000 - Justiça Militar da União
UNIDADE: 13101 - Justiça Militar da União
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0566	Prestação Jurisdicional Militar							150.000
		Projetos							
02 126	0566 151X	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Projeto Judicial Eletrônico na Justiça Militar da União - PJe							150.000
02 126	0566 151X 0001	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Projeto Judicial Eletrônico na Justiça Militar da União - PJe - Nacional							150.000
			F	3	2	90	0	100	150.000
TOTAL - FISCAL									150.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									150.000

ÓRGÃO: 13000 - Justiça Militar da União
UNIDADE: 13101 - Justiça Militar da União
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0566	Prestação Jurisdicional Militar							150.000
		Projetos							
02 126	0566 151X	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Projeto Judicial Eletrônico na Justiça Militar da União - PJe							150.000
02 126	0566 151X 0001	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Projeto Judicial Eletrônico na Justiça Militar da União - PJe - Nacional							150.000
			F	4	2	90	0	100	150.000
TOTAL - FISCAL									150.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									150.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

RESOLUÇÃO Nº 602, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

Altera dispositivos da Resolução/CFF nº 505/09.

O Conselho Federal de Farmácia, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

Considerando o disposto no artigo 6º da Lei Federal nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, e dá outras providências, com redação dada pela Lei Federal nº 9.120, de 26 de outubro de 1995, resolve:

Art. 1º - Fica revogado o Anexo I da Resolução/CFF nº 505 de 23 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 16 de julho de 2009, Seção 1, página 75.

Art. 2º - O Anexo II da Resolução/CFF nº 505/09 torna-se o Anexo Único, passando o artigo 7º a ter a seguinte redação:

"Artigo 7º - O Anexo Único possui a seguinte apresentação:"

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 603, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Aprova o Regimento Interno Padrão dos Conselhos Regionais de Farmácia.

O CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 6º, alíneas "c", "g", "n" e "o", da Lei Federal nº 3.820 de 11 de novembro de 1960, com as modificações da Lei Federal nº 9.120/95; resolve:

Art. 1º - Aprovar o Regimento Interno dos Conselhos Regionais de Farmácia, nos termos do Anexo I desta Resolução.

Art. 2º - Os Conselhos Regionais de Farmácia, no prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta resolução, deverão promover a alteração dos seus respectivos regimentos internos, encaminhando-os ao Conselho Federal de Farmácia (CFF) para a devida análise, homologação e publicação de acórdão para sua efetiva validade.

§ 1º - Enquanto não houver a devida homologação, aplicam-se provisoriamente os termos desta resolução no âmbito do Conselho Regional de Farmácia.

§ 2º - É vedado ao Conselho Regional de Farmácia a edição de qualquer norma ou procedimento que contrarie ou extrapole as regras desta resolução.

Art. 3º - Na aplicação desta resolução deverão ser observados os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade ou segregação, publicidade, economicidade, eficiência, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, ampla defesa, contraditório,

segurança jurídica e interesse público.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução/CFF nº 501/09, publicada no Diário Oficial da União de 23 de março de 2009, Seção 1, páginas 94/96, bem como as demais disposições em contrário.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

ANEXO I

NATUREZA, JURISDIÇÃO E ATRIBUIÇÃO

Art. 1º - O Conselho Regional de Farmácia do ....., doravante designado pela sigla CRF/...., é pessoa jurídica de direito público, autarquia com atuação no âmbito da fiscalização do exercício da profissão farmacêutica e órgão executivo do Conselho Federal de Farmácia, com sede na cidade de ..... e jurisdição em todo o ....., mantido com contribuições instituídas sob a forma do artigo 149 da Constituição Federal e demais legislações vigentes.

Art. 2º - São atribuições do CRF/.....:

I - registrar os profissionais, expedindo a carteira profissional e a cédula de identidade, de acordo com as Leis Federais nº 3.820/60 e nº 6.206/75, e conforme os modelos e procedimentos normatizados pelo Conselho Federal de Farmácia;

II - registrar as empresas nos termos das Leis Federais nº 3.820/60, nº 6.839/80 e nº 13.021/14, conforme os modelos e procedimentos normatizados pelo Conselho Federal de Farmácia;

III - examinar e decidir sobre as reclamações e representações dos serviços de registro e as infrações da Lei Federal nº 3.820/60;

IV - fiscalizar o exercício das atividades farmacêuticas, impedindo e punindo as infrações à lei, bem como enviando às autoridades competentes relatórios documentados sobre os fatos que apurarem e cuja solução não seja de sua alçada;

V - submeter o seu regimento interno ao Conselho Federal de Farmácia para a devida análise e homologação;

VI - sugerir ao Conselho Federal de Farmácia as medidas necessárias à regularidade dos serviços e à fiscalização das atividades farmacêuticas e do exercício profissional;

VII - dirimir dúvidas relativas à competência e âmbito das atividades profissionais farmacêuticas;

VIII - analisar e julgar em primeira instância os processos de interesse da profissão farmacêutica afetos à sua jurisdição administrativa;

IX - tornar público, anualmente, o relatório dos seus trabalhos e a relação de todos os profissionais registrados;

X - expedir as deliberações acerca de suas decisões, respeitando a hierarquia e as resoluções do Conselho Federal de Farmácia, bem como as demais legislações vigentes;

XI - emitir recomendações, portarias, certidões, ordens de serviços, pareceres, editais, indicações, instruções e outros atos administrativos necessários às atividades do Conselho Regional de Farmácia;

XII - participar das reuniões gerais dos Conselhos Regionais de Farmácia para o estudo de questões profissionais de interesse nacional, mediante convocação do Conselho Federal de Farmácia;

XIII - regulamentar o funcionamento de suas reuniões ordinárias ou extraordinárias, observadas as regras desta resolução;

XIV - deliberar sobre o afastamento temporário e a cassação de Conselheiro Regional efetivo ou suplente, bem como dos respectivos dirigentes, observada a ampla defesa e o devido processo legal;

XV - zelar pela saúde pública, promovendo a assistência farmacêutica;

XVI - cumprir as normas de processo eleitoral aplicáveis às instâncias Federal e Regional, prevendo a investidura das funções da Lei Federal nº 3.820/60 de acordo com a regulamentação expedida pelo Conselho Federal de Farmácia;

XVII - apreciar e julgar suas contas, encaminhando-as ao Conselho Federal de Farmácia;

XVIII - representar ao órgão ou autoridade competente no âmbito de sua jurisdição sobre irregularidades ou abusos apurados, indicando o ato inquinado e definindo responsabilidades referentes a infrações da Lei Federal nº 3.820/60;

XIX - ajuizar as ações competentes quando caracterizados desvios de finalidade da Lei Federal nº 3.820/60 ou infrações as prerrogativas legais da profissão farmacêutica no âmbito de sua jurisdição e competência, informando ao Conselho Federal de Farmácia;

XX - encaminhar as declarações de bens e rendas apresentadas por seus dirigentes;

XXI - decidir sobre representações relativas às suas licitações e contratos administrativos;

XXII - organizar sua Estrutura Administrativa e de Pessoal, prevendo a forma de investidura dos seus empregos, constando o número de seu quadro efetivo e das funções de livre nomeação e exoneração, bem como a adoção de plano de cargos e salários compatível ao seu adequado funcionamento, sua capacidade econômico-financeira, observados os princípios da Administração Pública.

Art. 3º - Em complementação às suas atribuições fixadas em lei, poderá o Conselho Regional de Farmácia promover atividades que tenham por objetivo contribuir para melhoria da Saúde Pública como a da Assistência Farmacêutica, estimular a unidade da profissão e executar programas de atualização do farmacêutico.

Art. 4º - O CRF/.... poderá criar na área de sua jurisdição, através de deliberação do Plenário, seccionais ou sub-sedes que se regerão por este Regimento no que lhes for aplicável, competindo também ao Conselho suprimi-las, quando assim julgar conveniente.

Parágrafo único - A seccional ou sub-sede agrupará, no mínimo, 100 (cem) farmacêuticos.

DA JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 5º - O Conselho Regional de Farmácia tem jurisdição administrativa sobre as matérias sujeitas às suas atribuições legais, no limite territorial da unidade federativa em que fixar a sua sede.

Art. 6º - A jurisdição administrativa do CRF/..... abrange:

I - a pessoa física ou jurídica que exerça atividade farmacêutica ou que seja necessário o exercício dos profissionais inscritos nos seus quadros;

II - aquele que cause perda, extravio ou outra irregularidade que resulte dano às receitas dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 3.820/60;

III - os seus Conselheiros, Diretores ou Gestores;

IV - todos que devam prestar contas ou que recebam quaisquer verbas do Conselho Regional de Farmácia;

V - os responsáveis por aplicação de quaisquer recursos repassados ao Conselho Regional de Farmácia por entes públicos, privados ou afins, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres previstos em lei.

ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO

Art. 7º - O Conselho Regional de Farmácia do..... - CRF/....., deverá ser composto conforme uma das opções abaixo, eleitos em conjunto, cuja investidura do Suplente em Plenário depende de vacância da função pelo Efetivo do respectivo mandato:

I - 12 (doze) conselheiros, sendo 9 (nove) efetivos e 3 (três) suplentes;

II - 15 (quinze) conselheiros, sendo 12 (doze) efetivos e 3 (três) suplentes;

III - 18 (dezoito) conselheiros, sendo 15 (quinze) efetivos e 3 (três) suplentes.

§ 1º - O Plenário do Conselho Regional de Farmácia, mediante voto de 2/3 (dois terços) dos seus membros, deliberará sobre a sua referida composição, submetendo à aprovação do Conselho Federal de Farmácia para efetiva validade.

§ 2º - Ocorrendo abertura de vagas ante a nova composição do Plenário e, após a efetiva homologação do Conselho Federal de Farmácia, estas deverão ser preenchidas nas próximas eleições a serem realizadas no âmbito do Conselho Regional de Farmácia.

§ 3º - A composição do CRF/.... deverá ser compatível ao seu adequado funcionamento, sua capacidade econômico-financeira e observados os princípios da Administração Pública.

Art. 8º - São órgãos do Conselho Regional de Farmácia:

a) Plenário;

b) Câmaras Técnicas Especializadas;

c) Diretoria;

d) Comissões de caráter permanente ou temporário, que colaborarão no desempenho de suas atribuições;

e) Grupos Técnicos de Trabalhos para assuntos específicos de interesse da categoria, subordinados à Diretoria.

DO PLENÁRIO

Art. 9º - Compete privativamente ao Plenário, como órgão deliberativo dirigido pelo Presidente do Conselho Regional de Farmácia, além das atribuições do artigo 10 da Lei Federal nº 3.820/60:

I - elaborar e aprovar as normas de funcionamento de suas reuniões;

II - zelar pela execução de suas atribuições, definidas em leis e nas resoluções do Conselho Federal de Farmácia;

III - a possibilidade de criar Câmaras Técnicas de julgamento para apreciar e emitir parecer nos processos administrativos fiscais;

IV - apreciar e julgar os pareceres das Comissões;

V - decidir sobre a suspensão do Presidente à deliberação do Plenário;

VI - aprovar as propostas da Diretoria de criação de seccionais ou sub-sedes na área de sua jurisdição;

VII - apreciar e julgar os processos administrativos de sua competência, nos termos da Lei Federal nº 3.820/60, com nova redação dada pela Lei Federal nº 9.120/95;

VIII - deliberar sobre as penalidades de sua competência previstas em lei, bem como a sua aplicação;

IX - deliberar sobre pedidos de inscrição;

X - deliberar sobre a aquisição de bens imóveis para o patrimônio do Conselho Regional de Farmácia, sobre sua alienação e doações permitidas em lei, quando o valor ultrapasse o limite da dispensa de licitação;

XI - apreciar e aprovar a proposta orçamentária do Conselho Regional de Farmácia e suas alterações, submetendo-as à aprovação do Conselho Federal de Farmácia;

XII - apreciar e julgar os balancetes trimestrais, o relatório e a prestação de contas do Conselho Regional de Farmácia, mesmo nas excepcionais hipóteses de intempestividade, impossibilidade ou negativa de análise pela Comissão de Tomada de Contas, o que deverá ser expressamente justificado pelo gestor, submetendo-os posteriormente à análise do Conselho Federal de Farmácia;

XIII - eleger, dentre seus próprios membros efetivos, a Comissão de Tomada de Contas;

XIV - aprovar o plano anual da fiscalização apresentado pela Diretoria;

XV - suscitar ao Conselho Federal de Farmácia no caso de conflito de atribuições com outro Conselho Regional de Farmácia no âmbito dos limites territoriais dos Estados que pertencerem, referentes às suas atividades de registro e fiscalização;

XVI - deliberar sobre conflito de competência, suspeição ou impedimento entre relatores;

XVII - decidir sobre assunto não incluído expressamente na competência das câmaras técnicas especializadas;

XVIII - sugerir propostas relativas a projetos de lei ou providências para aprimoramento da profissão farmacêutica ou atualização de suas normas, remetendo-as ao Conselho Federal de Farmácia;

XIX - decidir sobre viagens e gastos de Diretores, Conselheiros, Colaboradores ou empregados ao exterior, desde que representando a autarquia, respeitadas as disposições legais vigentes;

XX - cassar ou afastar temporariamente das funções de Conselheiros ou Diretores que não cumprirem este Regimento ou as Resoluções do Conselho Federal de Farmácia, observando-se o direito ao devido processo legal e ampla defesa, além do quórum mínimo necessário;

XXI - deliberar sobre processos submetidos pelo relator ou pelas câmaras técnicas especializadas.

§ 1º - As decisões do Plenário se darão sob a forma de deliberações a serem editadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias da aprovação de cada ato, na forma estabelecida pela Resolução nº 90/70 ou outra que a substituir, devendo ser publicadas no átrio do Conselho Regional de Farmácia, no seu sítio eletrônico e, quando necessário ou exigido por lei, no Diário Oficial da União ou no Órgão de Imprensa Oficial no âmbito da jurisdição do Conselho Regional de Farmácia.

§ 2º - A cassação ou o afastamento temporário de Diretor ou Conselheiro exige o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros do Plenário.

DO EXERCÍCIO E DA PERDA DO MANDATO

Art. 10 - Os mandatos serão exercidos por brasileiros e serão gratuitos, meramente honoríficos, reconhecidos como serviços relevantes à profissão, cujo título deverá ser entregue ao final do mandato.

Parágrafo único - É vedado ao Conselheiro Regional exercer simultaneamente a função de Conselheiro Federal, devendo expressamente optar, mediante protocolo oficial, por um dos cargos, não caracterizando tal ato em renúncia ou inelegibilidade, sendo, porém, defeso o retorno ao mandato da função preterida.

Art. 11 - Cada Conselheiro Efetivo tem direito a um voto nas deliberações do Plenário, exceto o Presidente da sessão, que apenas se manifestará no caso de empate.

Parágrafo único - Os membros da Diretoria não votarão na análise e julgamento da sua prestação de contas.

Art. 12 - O Conselheiro Efetivo deverá ser convocado para as reuniões plenárias, devendo notificar o seu eventual não comparecimento com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 1º - Na hipótese de impedimento temporário do Efetivo, deverá ser convocado o Suplente do mandato respectivo ou outro sucessivamente no caso de impedimento deste, o qual terá direito ao voto e plena participação nas reuniões plenárias.

§ 2º - No caso de vacância de Conselheiro Efetivo será convocado o Suplente do respectivo mandato e que, se necessário, o sucederá até o final do mandato.

Art. 13 - Na falta de suplentes para preencher as vacâncias, o Plenário funcionará com os membros restantes e, no caso do quórum vir a ser igual ou inferior a 2/3 (dois terços) dos Conselheiros, o Presidente do Conselho Regional de Farmácia convocará novas eleições para a recomposição do Plenário, exceto se faltar menos de 12 (doze) meses para encerramento dos respectivos mandatos.

Art. 14 - O Conselheiro Efetivo ou Suplente que, durante o seu mandato, faltar a 3 (três) reuniões plenárias consecutivas para as quais foi convocado, perderá o seu mandato, sendo substituído pelo suplente do respectivo mandato, que será efetivado e sujeito às mesmas obrigações e deveres.

Parágrafo Único - As justificativas de faltas devem ser comprovadas para não se enquadrarem na disposição deste artigo, bem como comunicadas ao Conselho Regional de Farmácia por escrito até a sessão plenária subsequente, na qual ocorrerá a avaliação e julgamento, sob pena de preclusão.

Art. 15 - O Presidente do Conselho Regional de Farmácia convidará o Conselheiro Federal Efetivo e o Suplente para participar das reuniões plenárias, cujas presenças serão facultativas.

Art. 16 - São atribuições dos Conselheiros Regionais:

I - comparecer às reuniões plenárias, participar dos debates e decidir sobre assuntos pertinentes ao Plenário;

II - relatar os processos que lhes forem distribuídos;

III - exercer as funções para as quais forem designados;

IV - propor deliberações ao Plenário inerentes ao exercício da profissão farmacêutica, respeitada a hierarquia das resoluções do Conselho Federal de Farmácia;

V - aprovar as atas das reuniões plenárias, submetendo o ato para homologação na respectiva ou subsequente sessão.

Parágrafo único - Nos casos de suspeição ou impedimento em razão de interesse pessoal ou que comprometa a imparcialidade do julgamento, o Conselheiro deverá se abster ou solicitar a redistribuição do feito, se for designado Relator, sob pena de prevaricação e aplicação das demais cominações legais.

DAS REUNIÕES

Art. 17 - As Reuniões Plenárias, que serão ordinárias ou extraordinárias, reger-se-ão por regulamento próprio, observadas os princípios e as regras definidas nesta resolução.

§ 1º - As Reuniões Plenárias serão abertas à participação de qualquer farmacêutico interessado, assegurado o direito de voz desde que em assunto pertinente ao debatido ou em pauta, vedado quando se tratar de apreciação de matéria ético-disciplinar.

§ 2º - O Conselho Regional de Farmácia poderá convidar representante de entidades a que se vinculem, farmacêuticos ou não, para tratar de matéria relativa aos seus interesses ou de seus inscritos.

§ 3º - O Conselho Regional de Farmácia poderá conceder ressarcimento de despesas, conforme resolução sobre a matéria, aos que comparecerem às reuniões plenárias, quando convidados para fins específicos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 4º - O Conselho Regional de Farmácia poderá proceder ao pagamento de gratificação de presença aos Conselheiros, desde que tal procedimento seja autorizado por lei e regulamentado em deliberação específica e homologada pelo Conselho Federal de Farmácia através de Acórdão publicado em Diário Oficial.

§ 5º - As pautas e as datas de realização das reuniões plenárias deverão ser divulgadas previamente no átrio do Conselho Regional de Farmácia e em seu sítio eletrônico.

Art. 18 - O Plenário reunir-se-á ordinariamente:

I - até duas vezes por mês, para tratar de assuntos de rotina;

II - trimestralmente, para aprovar o balancete do trimestre anterior;

III - nos prazos de lei, para apreciar e julgar a proposta orçamentária para o exercício seguinte e suas alterações, o relatório de gestão bianual e a prestação de contas da Diretoria relativa ao exercício anterior;

IV - para dar posse aos Conselheiros eleitos, aos membros da Diretoria com mandato a partir do primeiro dia do ano civil seguinte, conforme regulamento eleitoral vigente.

Parágrafo Único - A convocação do plenário deverá ser feita pelo Presidente ou substituto regimental e, na omissão, mediante solicitação escrita de, pelo menos, 1/3 (um terço) dos Conselheiros Efetivos, observando-se que:

a) a convocação indicará a data, hora e local da reunião, sua natureza e a pauta dos trabalhos;

b) a convocação deverá ser feita até 8 (oito) dias antes, por meio físico (carta ou telegrama) ou eletrônico (e-mail ou fac-símile).

Art. 19 - O Plenário reunir-se-á extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo Único - A convocação do plenário poderá ser feita pelo Presidente substituto regimental ou, ainda, mediante solicitação escrita de, pelo menos, 1/3 (um terço) dos Conselheiros Efetivos, observando-se que:

I - a convocação indicará a data, hora e local da reunião, sua natureza e a pauta dos trabalhos, com justificativa expressa de sua necessidade;

II - em caso de urgência, a convocação far-se-á por via telegráfica ou meio eletrônico (e-mail ou fac-símile), com remessa até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião extraordinária.

Art. 20 - As atas das reuniões plenárias serão gravadas em áudio e/ou vídeo, transcritas ou digitadas e assinadas pelo Presidente, pelo Secretário Geral e os demais Conselheiros presentes, ao final da sessão ou na subsequente, enviando-se trimestralmente suas cópias ao Conselho Federal de Farmácia e, o seu extrato, disponibilizado no sítio eletrônico do Conselho Regional de Farmácia, exceto quando se tratar de processos ético-disciplinares ou sob sigilo definido em lei.

Art. 21 - As Reuniões Plenárias somente serão instaladas com a presença de, no mínimo, metade mais um de seus membros efetivos, dentre os quais, pelo menos 2 (dois) membros da Diretoria.

Art. 22 - As decisões consideram-se aprovadas por maioria simples dos presentes.

Parágrafo único - Sem prejuízo de quórum qualificado exigido em dispositivo de lei ou resoluções do Conselho Federal de Farmácia, fica estabelecida a exigência do voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do número de Conselheiros Efetivos, para aprovação das matérias seguintes:

I - sobre a suspensão do Presidente a deliberação do Plenário;

II - a cassação ou o afastamento temporário de Diretor ou Conselheiro;

III - sobre a aquisição e alienação de bens imóveis para o patrimônio do Conselho Regional de Farmácia.

DAS CÂMARAS

Art. 23 - Cada Câmara Técnica Especializada nomeada pelo Presidente compõe-se de, no mínimo, 3 (três) Conselheiros, que a integrarão pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo haver recondução de, no máximo, 2 (dois) de seus membros.

Art. 24 - O Conselheiro, ao ser empossado passa a integrar a câmara na qual exista vaga.

Art. 25 - Compete às Câmaras Técnicas Especializadas deliberarem sobre:

I - processos administrativos fiscais;

II - dentre seus pares, a eleição do Secretário-Geral;

III - encaminhar ao Plenário para homologação os processos administrativos que julgarem, mesmo quando a decisão for pela unanimidade de seus membros.

§ 1º - Os assuntos de competência das câmaras, exceto os previstos nos incisos II e III, poderão merecer ressalva e serem incluídos na pauta do Plenário pelo relator ou por deliberação da câmara, sempre que a relevância da matéria recomende esse procedimento.

§ 2º - Não poderão ser apreciados pelas câmaras os processos éticos ou que contenham propostas de fixação de entendimento sobre questão de direito em determinada matéria, de determinações em caráter normativo e de estudos de procedimentos técnicos.

DA DIRETORIA

Art. 26 - A Diretoria, constituída de Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral e Tesoureiro, é o Órgão colegiado executivo do Conselho Regional de Farmácia.

§ 1º - No caso de vaga nos cargos de Diretoria a mesma funcionará com os membros restantes até a metade mais um do número total de Diretores.

§ 2º - No caso de se atingir metade do número de Diretores, serão convocadas novas eleições, salvo de faltar menos de 12 (doze) meses para findar o mandato, cabendo ao Presidente do Conselho Federal de Farmácia, em qualquer caso, nomear Junta Diretiva Provisória, recompondo os membros faltantes preferencialmente dentre os Conselheiros integrantes do Plenário do Conselho Regional de Farmácia, com mandato precário de até 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser renovado uma vez.

§ 3º - Após o pedido ser devidamente analisado e aprovado pelo Presidente do Conselho Federal de Farmácia, serão convocadas novas eleições para recomposição da Diretoria.

§ 4º - Na hipótese de licenciamento ou afastamento temporário de membro resultar na metade do número de Diretores, o Presidente do Conselho Federal de Farmácia nomeará Junta Diretiva Provisória, recompondo os membros faltantes preferencialmente dentre os Conselheiros integrantes do Conselho Regional de Farmácia, com mandato precário até o fim da respectiva licença ou afastamento temporário.

DAS REUNIÕES

Art. 27 - A Diretoria reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, 2 (duas) vezes e, no máximo, até 4 (quatro) vezes por mês e, extraordinariamente, por convocação escrita (carta, telegrama ou e-mail) do Presidente ou de 2 (dois) Diretores, desde que devidamente justificada.

§ 1º - As reuniões somente serão instaladas com a presença de, no mínimo, metade mais um do número de diretores.

§ 2º - A Diretoria deliberará por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente, no caso de empate, o voto de qualidade.

§ 3º - As atas das reuniões da Diretoria serão transcritas ou digitadas e assinadas pelos presentes na reunião de sua aprovação, devendo ser enviada, trimestralmente, cópia ao Conselho Federal de Farmácia.

§ 4º - A convocação para reunião ordinária deverá ser feita até 8 (oito) dias antes, por meio físico (carta ou telegrama) ou eletrônico (e-mail ou fac-símile).

§ 5º - A convocação para reunião extraordinária deverá ser feita até 48 (quarenta e oito) horas antes, por meio físico (telegrama) ou eletrônico (e-mail ou fac-símile).

Art. 28 - As licenças deverão ser formalizadas por escrito, com justificativa e prazo definido, com conhecimento aos demais Diretores, ao Plenário e, ainda, ao Conselho Federal de Farmácia, para as respectivas ciências e, se necessário, adoção de providências.

Parágrafo Único - O disposto no caput não desobriga o Diretor de também justificar suas ausências nas reuniões plenárias.

Art. 29 - O diretor que, regularmente convocado, faltar durante o seu mandato a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas de Diretoria, sem comprovada justificativa por escrito, perderá o respectivo mandato mediante decisão do Plenário, sujeita à aprovação de 2/3 (dois terços) dos seus membros efetivos, observando-se o devido processo legal e a ampla defesa.

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 30 - São atribuições da Diretoria:

I - promover os atos de administração e gestão do Conselho Regional de Farmácia;

II - cumprir e fazer cumprir as decisões do Plenário;

III - assinar as atas de suas reuniões;

IV - nomear membros das Comissões Assessoras, escolhidos dentre os farmacêuticos inscritos no Conselho Regional de Farmácia, integrantes ou não do Plenário, exceto os da Comissão de Tomada de Contas;

V - indicar o supervisor farmacêutico fiscal do setor de fiscalização, quando se fizer necessário;

VI - admitir e dispensar o pessoal necessário ao serviço do Conselho Regional de Farmácia;

VII - propor a criação de seccionais ou sub-sedes na área de jurisdição do Conselho Regional de Farmácia, bem como nomear os respectivos coordenadores regionais;

VIII - apresentar ao Plenário do Conselho Regional de Farmácia para apreciação e julgamento, os processos relativos:

a) à proposta orçamentária para o exercício seguinte e suas alterações durante o ano;

b) aos balancetes trimestrais;

c) ao relatório bianual de gestão;

d) à prestação de suas contas, todas organizadas de acordo com os atos normativos ou recomendações do Conselho Federal de Farmácia, com observância dos padrões estabelecidos e dos prazos fixados;

IX - analisar e encaminhar ao Plenário os pareceres e as decisões das Comissões;

X - analisar e encaminhar ao Plenário o plano anual de fiscalização.

Art. 31 - Compete ao Presidente, além da responsabilidade administrativa do Conselho Regional de Farmácia e do contato permanente com o Conselho Federal de Farmácia:

I - representar o Conselho Regional de Farmácia, adotando providências compatíveis com as suas atribuições e os interesses da profissão, podendo designar profissionais ou servidores para atuar junto a Órgãos ou autoridades públicas ou particulares, para solução de casos específicos, ressalvada a hierarquia do Conselho Federal de Farmácia definida na Lei Federal nº 3.820/60;

II - outorgar procurações para a defesa dos interesses do Conselho Regional de Farmácia junto aos Órgãos do Poder Judiciário;

III - zelar pelas prerrogativas do Conselho Regional de Farmácia, nos termos da Lei Federal nº 3.820/60 e desta resolução;

IV - presidir as sessões plenárias e as reuniões da Diretoria;

V - convocar reuniões ordinárias ou extraordinárias do Plenário;

VI - resolver questões de ordem e requerimentos que lhes sejam formulados, sem prejuízo de reapreciação ao Plenário;

VII - proferir voto de desempate em processo submetido ao Plenário;

VIII - proceder a distribuição dos processos, mediante sorteio, designando relatores substitutos, se necessário;

IX - despachar os processos e documentos urgentes e determinar a realização de inspeção na hipótese de afastamento legal do relator, quando não houver substituto;

X - decidir "ad referendum" do Plenário quando configurada a hipótese de urgência ou perecimento de direito, submetendo tal decisão ao Plenário do Conselho Regional de Farmácia no prazo de 30 (trinta) dias;

XI - promover os pedidos formulados de vista e de cópia de processo;

XII - decidir, com base na legislação aplicável, sobre pedido de sustentação oral relativo a processo a ser submetido ao Plenário;

XIII - expedir certidões requeridas;

XIV - dar posse aos membros da Comissão de Tomada de Contas;

XV - definir a composição das câmaras técnicas especializadas, as comissões temporárias e permanentes, à exceção da tomada de contas;

XVI - designar os assessores ou empregados para atuarem, em caráter permanente, junto às câmaras ou comissões do conselho;

XVII - nomear empregados, efetivos ou não, para desempenho de funções comissionadas do quadro de pessoal do Conselho Regional de Farmácia;

XVIII - administrar os recursos humanos, materiais, tecnológicos, orçamentários e financeiros do Conselho Regional de Farmácia;

XIX - remeter ao órgão competente, no prazo previsto, a proposta orçamentária para o exercício seguinte, aprovada pelo Plenário do Conselho Regional de Farmácia;

XX - assinar acordos e convênios de cooperação;

XXI - mandar instaurar inquéritos, sindicâncias ou processos administrativos;

XXII - admitir, demitir e punir os empregados efetivos e funções de livre nomeação e exoneração do Conselho Regional de Farmácia, com aprovação da Diretoria;

XXIII - assinar, juntamente com o Tesoureiro, todos os documentos contábeis que envolvam direitos ou obrigações do Conselho Regional de Farmácia;

XXIV - assinar quaisquer documentos, inclusive procurações, cujo objetivo não seja abrangido pelo disposto no inciso anterior e, juntamente com o Secretário-Geral, as atas das reuniões Plenárias dos Conselhos Regionais de Farmácia;

XXV - assinar a correspondência que, pela natureza, deva ser subscrita pelo Presidente;

XXVI - dar ciência ao Plenário dos expedientes de interesse geral e do segmento profissional farmacêutico;

XXVII - cumprir e fazer cumprir as deliberações do Plenário;

XXVIII - dar conhecimento e cumprimento às resoluções do Conselho Federal de Farmácia, firmando os atos de sua execução;

XXIX - assinar as deliberações do plenário e promover sua publicação no átrio e no sítio eletrônico do Conselho Regional de Farmácia e, quando necessário, na Imprensa Oficial;

XXX - suspender as decisões do Plenário no prazo de 15 (quinze) dias a contar a partir do primeiro dia útil da realização da reunião, convocando-o no prazo de 30 (trinta) dias para deliberação;

XXXI - recorrer com efeito suspensivo ao Conselho Federal de Farmácia contra a decisão do Plenário que rejeitar a suspensão;

XXXII - proceder, nos termos das normativas em vigor, a remessa ao Conselho Federal de Farmácia, da receita prevista no artigo 26 da Lei Federal nº 3.820/60.

Art. 32 - Compete ao Vice-Presidente:

I - substituir o Presidente nos seus impedimentos e ausências ocasionais, por motivo de cassação, licença, férias ou afastamento legal, e sucedê-lo no restante do mandato, no caso de vacância;

II - executar as atribuições que lhe forem deferidas pelo Plenário ou pela Diretoria;

III - supervisionar as ações de fiscalização do exercício profissional.

Art. 33 - Compete ao Secretário-Geral, além das gestões dos serviços administrativos internos:

I - substituir o Vice-Presidente ou o Tesoureiro, nos seus impedimentos e ausências ocasionais;

II - responder pelo expediente do Conselho Regional de Farmácia;

III - secretariar as reuniões plenárias e as da Diretoria, elaborando seus atos preparatórios, suas atas e decisões, providenciando os encaminhamentos devidos e a respectiva publicação, quando for o caso;

IV - solicitar ao Presidente os atos de nomeação do pessoal necessário aos serviços da secretaria;

V - organizar o cadastro dos profissionais inscritos no Conselho, bem como das empresas, mantendo-o atualizado e remetendo-o ao Conselho Federal de Farmácia;

VI - executar outras atribuições que lhe forem deferidas pelo Plenário ou pela Diretoria.

Art. 34 - Compete ao Tesoureiro, além da gestão financeira do Conselho Regional de Farmácia, em obediência às normas de Contabilidade Pública:

I - fiscalizar a arrecadação da receita e a realização da despesa, além de preparar o orçamento anual e elaborar as contas do exercício;

II - assinar, juntamente com o Presidente, todos os documentos de conteúdo econômico que importem em responsabilidade para o Conselho Regional de Farmácia, ou desonerem terceiros de obrigação financeira para com ele, inclusive cheques, contratos, títulos e quaisquer outros papéis, bem como a correspondência relativa ao setor;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

III - conferir a demonstração mensal das rendas recebidas pelo Conselho Regional de Farmácia;

IV - examinar os processos de prestação de contas do Conselho Regional de Farmácia, para atendimento das disposições em vigor;

V - solicitar ao Presidente os atos de nomeação do pessoal necessário à execução dos serviços da Tesouraria;

VI - substituir o Secretário-Geral nos seus impedimentos e ausências ocasionais;

VII - executar as atribuições que lhe forem outorgadas pela Diretoria.

DAS COMISSÕES

Art. 35 - As comissões que colaboram no desempenho das atribuições do Conselho Regional de Farmácia são permanentes ou temporárias.

Art. 36 - O Conselho Regional de Farmácia terá 3 (três) Comissões Permanentes, a saber:

I - Comissão de Tomada de Contas, constituída de 3 (três) membros efetivos e, pelo menos, 1 (um) suplente, todos Conselheiros Efetivos sem cargo na Diretoria, eleitos pelo Plenário para fiscalizar, examinar e emitir parecer sobre as contas do respectivo exercício para o qual foram eleitos, cabendo aos integrantes a escolha do seu Presidente;

II - Comissão de Ética Profissional, constituída cada uma de 3 (três) farmacêuticos inscritos no Conselho Regional de Farmácia, sem cargo na Diretoria, sem mandato de Conselheiro ou tampouco ser empregado do Órgão, nomeada pela Diretoria e homologada pelo Plenário do Conselho Regional de Farmácia, encarregada de dar andamento e emitir parecer em processos referentes à ética e à disciplina dos que exercem atividades profissionais farmacêuticas, na área de sua jurisdição, cabendo aos integrantes a escolha do seu Presidente;

III - Comissão de Assistência Profissional, constituída por um Conselheiro, que a presidirá, e por 3 (três) farmacêuticos inscritos no Conselho Regional de Farmácia, encarregada de estudar e conceder o auxílio a profissionais farmacêuticos necessitados, quando enfermos ou inválidos, inclusive por velhice, de acordo com o § 1º, do artigo 27, da Lei Federal nº 3.820/60.

§ 1º - A eleição da Comissão de Tomada de Contas será realizada, por escrutínio secreto na primeira Reunião Plenária após o início do mandato da Diretoria, obrigando-se a analisar todas as contas referentes ao respectivo mandato.

§ 2º - Na hipótese de ausência do número mínimo de membros para composição da Comissão de Tomada de Contas ou a sua não análise no prazo devido, seja por esta ou pelo Plenário, após a devida certificação, a prestação de contas deverá ser enviada ao Conselho Federal de Farmácia para análise e avaliação.

§ 3º - Serão criadas tantas Comissões de Ética Profissional quantas forem necessárias na área de jurisdição do Conselho Regional de Farmácia.

§ 4º - O mandato dos membros das Comissões Permanentes será coincidente ao da Diretoria.

Art. 37 - O Conselho Regional de Farmácia terá comissões assessoras necessárias ao estudo e para opinar sobre assuntos profissionais que exijam conhecimentos técnicos específicos.

Art. 38 - Cada comissão assessora será constituída de, no mínimo, 3 (três) farmacêuticos inscritos no Conselho Regional de Farmácia, de reconhecida capacidade profissional na área a ser objeto de análise e estudo, com mandato coincidente ao da Diretoria.

DA ASSEMBLÉIA GERAL ELEITORAL

Art. 39 - A Assembleia Geral Eleitoral constitui-se dos farmacêuticos inscritos, reunindo-se ordinariamente no período e conforme as disposições previstas no Regulamento Eleitoral para os Conselhos Regionais de Farmácia, elaborado pelo Conselho Federal de Farmácia.

DOS QUADROS E INSCRIÇÕES

Art. 40 - Somente aos inscritos nos Quadros Profissionais do Conselho Regional de Farmácia será permitido o exercício de atividades profissionais farmacêuticas na área de sua jurisdição.

Art. 41 - As inscrições de pessoas físicas e jurídicas atenderão ao disposto na Lei Federal nº 3.820/60 e em resolução específica editada pelo Conselho Federal de Farmácia.

DA CARTEIRA E DA CÉDULA PROFISSIONAL

Art. 42 - O Conselho Regional de Farmácia expedirá cédula e carteira de identidade profissional aos inscritos em seus quadros, conforme regramento disposto em resolução do Conselho Federal de Farmácia.

DA RECEITA

Art. 43 - Os profissionais inscritos no Conselho Regional de Farmácia, bem como as empresas e os estabelecimentos registrados, ficam obrigados ao pagamento de anuidade, taxas, emolumentos, custos de serviços e expedição de documentos, cabendo ao Conselho Federal de Farmácia fixá-las nos termos da legislação vigente.

Art. 44 - O Conselho Regional de Farmácia não poderá dispensar o pagamento de anuidades, taxas e emolumentos, visto tratar-se de contribuição parafiscal, cuja isenção em razão do caráter tributário decorre de lei específica.

Art. 45 - Constitui renda do Conselho Regional de Farmácia:

I - ¾ de expedição de carteira profissional;

II - ¾ das anuidades das pessoas físicas e jurídicas;

III - ¾ das multas aplicadas de acordo com a presente resolução;

IV - doações ou legados;

V - subvenção dos governos, ou dos órgãos autárquicos ou dos paraestatais;

VI - ¾ da renda das certidões;

VII - ¾ de qualquer receita oriunda dos Conselhos Regionais de Farmácia que tenha como objetivo conceder habilitação para o exercício farmacêutico seja para pessoa física ou para pessoa jurídica, excetuando-se a receita proveniente de cursos, aprimoramento profissional e congressos;

VIII - ¾ de qualquer correção, juros e multa aplicados sobre as receitas constantes dos incisos II e III.

IX - qualquer renda eventual.

§ 1º - O Conselho Regional de Farmácia destinará 1/4 de sua renda líquida à formação de um fundo de assistência profissional que será aplicado de acordo com Regulamento próprio aprovado pelo Conselho Federal de Farmácia, consoante ao disposto no artigo 27, § 1º, da Lei Federal nº 3.820/60.

§ 2º - Para os efeitos do disposto no parágrafo anterior, considera-se líquida a renda total, descontadas apenas as despesas de pessoal e de expediente.

Art. 46 - O Conselho Regional de Farmácia deverá remeter ao Conselho Federal de Farmácia, através de convênio bancário com cláusula de repasse automático, a receita prevista no artigo 26 da Lei Federal nº 3.820/60, nos termos das resoluções que regulamentam a matéria.

DAS PENALIDADES E RECURSOS

Art. 47 - Cabe ao Conselho Regional de Farmácia, com exclusividade, a punição disciplinar dos profissionais faltosos, quando inscritos nos seus quadros, ao tempo do fato punível em que hajam incorrido.

Art. 48 - As penalidades disciplinares obedecerão ao disposto no Capítulo IV da Lei Federal nº 3.820/60 e serão processadas e julgadas de acordo com a normativa em vigor expedida pelo Conselho Federal de Farmácia.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49 - A cobrança judicial das anuidades e multas inscritas na dívida ativa será promovida perante a Justiça Federal, mediante processo executivo fiscal, nos termos do artigo 35 da Lei Federal nº 3.820/60, observadas as regras da Lei Federal nº 12.514/11, sob pena de prevaricação e improbidade administrativa.

Art. 50 - O Conselho Regional de Farmácia, observadas as disposições da lei de licitações, poderá estabelecer convênios na área de sua jurisdição com Instituições Federais, Estaduais ou Municipais, especialmente as de Saúde Pública e Ensino Farmacêutico, bem como entidades sindicais e civis para aprimorar a fiscalização da disciplina e da ética dos que exercem atividades profissionais farmacêuticas, nos termos da Lei Federal nº 3.820/60, vedada sua utilização para qualquer outro mister e desde que em estrita observância às normas de contabilidade pública.

Art. 51 - O Conselho Regional de Farmácia poderá distinguir o mérito do profissional farmacêutico, a critério do Plenário.

Art. 52 - O Conselho Regional de Farmácia não manterá com os órgãos da administração pública, qualquer vínculo funcional ou hierárquico.

Art. 53 - Os empregados do Conselho Regional de Farmácia serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho ou, ainda, por expressa determinação legal ou outra norma que venha a substituí-la.

Art. 54 - A investidura nos quadros do Conselho Regional de Farmácia é por seleção ou concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para emprego/cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, nos termos do artigo 37, inciso V, da Constituição Federal, cabendo à Diretoria, mediante aprovação do Plenário, criar o plano de cargos e salários com os empregos do quadro efetivo, bem como as funções de livre nomeação e exoneração em ato próprio, estabelecendo sua estrutura administrativa e de pessoal.

Parágrafo único - O Conselho Regional de Farmácia poderá contratar, por tempo determinado, assessorias destinadas à Diretoria, desde que tais contratos não ultrapassem a gestão da Diretoria e, ainda, em estrita observância a legislação específica vigente.

Art. 55 - Ficam criadas para atendimento exclusivo da Diretoria, até 8 (oito) empregos/cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, com graduação superior em qualquer área, cabendo a nomeação ao Presidente do Conselho Regional de Farmácia.

Parágrafo único - Os empregos/cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, justificando-se somente quando o exercício das atribuições exija uma especial fidúcia e responsabilidade de seu ocupante, sendo obrigatória a graduação de nível superior.

Art. 56 - Os empregos firmados pelo Conselho Regional de Farmácia até 18 de maio de 2001 integram o seu quadro efetivo, cabendo a Diretoria, quando da aprovação do plano de cargos e salários e a estrutura administrativa e de pessoal, preservar os respectivos contratos de trabalho.

Art. 57 - É vedado ao Conselho Regional de Farmácia promover aumento salarial nos 6 (seis) meses anteriores ao final do mandato, exceto por determinação judicial.

Art. 58 - Aplicam-se as regras gerais desta resolução enquanto não homologado pelo Conselho Federal de Farmácia o regimento interno específico de cada Conselho Regional de Farmácia.

Art. 59 - Os casos omissos verificados neste regimento serão resolvidos pelo Conselho Federal de Farmácia.

RESOLUÇÃO Nº 604, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Aprova o Regulamento Eleitoral para os Conselhos Federal e Regionais de Farmácia e dá outras providências.

O Conselho Federal de Farmácia, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 6º, alínea "r", da Lei Federal nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, e dá outras providências, com redação dada pela Lei Federal nº 9.120, de 26 de outubro de 1995;

CONSIDERANDO que a investidura das funções públicas para os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia e para os Conselheiros e Diretores dos Conselhos Regionais de Farmácia se dá pelo voto direto e secreto dos farmacêuticos regularmente inscritos em seus quadros;

CONSIDERANDO que a investidura das funções públicas para os Diretores do Conselho Federal de Farmácia se dá pelo voto direto e secreto dos Conselheiros Federais eleitos ao pleno exercício do respectivo mandato;

CONSIDERANDO a necessidade de se manter a unificação dos procedimentos eleitorais nos Conselhos de Farmácia, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Regulamento Eleitoral para os Conselhos Federal e Regionais de Farmácia, na forma dos anexos I, II, III e IV desta Resolução, que dela são integrantes.

Art. 2º - Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pelo Plenário do Conselho Federal de Farmácia.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução nº 569/12 e seus anexos, publicada no Diário Oficial da União de 10 de dezembro de 2012, Seção 1, páginas 226 a 231, e demais disposições em contrário.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

ANEXO I

REGULAMENTO ELEITORAL PARA OS CONSELHOS FEDERAL E REGIONAIS DE FARMÁCIA

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Este regulamento contém as normas destinadas à organização e aos atos de votar e ser votado, com a finalidade de regular a investidura das funções públicas de Conselheiros Federais, Conselheiros Regionais, Titulares e Suplentes, e os Diretores dos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia, na forma da Lei Federal nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, com redação dada pela Lei Federal nº 9.120, de 26 de outubro de 1995, conforme os seus respectivos mandatos.

Art. 2º - Qualquer farmacêutico regular e definitivamente inscrito, sem débito ou pendência e no pleno gozo de suas prerrogativas legais, pode concorrer à investidura em função eletiva nos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia, observados os termos desta Resolução.

Art. 3º - O voto, de direito privativo dos farmacêuticos inscritos nos Conselhos Regionais de Farmácia, é secreto e obrigatório a todas as funções públicas de Conselheiros Regionais, Conselheiros Federais e Diretoria dos Conselhos Regionais de Farmácia.

Art. 4º - O direito de votar será exercido pelo farmacêutico que, na data de fechamento do cadastro, estiver inscrito e adimplente junto ao seu respectivo Conselho Regional de Farmácia (CRF).

Parágrafo único - O farmacêutico com inscrição secundária não terá direito a voto, nem a ser votado no Conselho de Farmácia.

Art. 5º - A eleição será obrigatoriamente por meio da rede mundial de computadores (Internet), observada a inviolabilidade, o sigilo e a adoção de mecanismos de segurança.

Art. 6º - O voto é obrigatório aos farmacêuticos inscritos nos respectivos Conselhos Regionais de Farmácia, salvo os maiores de 70 (setenta) anos, os remidos, os declaradamente incapazes e os enfermos.

Art. 7º - O eleitor que deixar de votar deverá apresentar a comprovação de justa causa ou impedimento até 60 (sessenta) dias após o pleito perante o CRF no qual esteja inscrito.

§ 1º - Será disponibilizado no sítio eletrônico de votação, no referido prazo, formulário para preenchimento de justificativa de ausência de votação, com possibilidade de remessa de arquivo digitalizado no formato PDF (Portable Document Format), o qual será encaminhado a Comissão Eleitoral Regional (CER) para análise e deliberação.

§ 2º - Ao eleitor que faltar à obrigação de votar, sem justa causa ou impedimento, será aplicada multa no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da anuidade da pessoa física em vigor do CRF.

§ 3º - Da notificação da aplicação de multa, caberá defesa no prazo de 3 (três) dias ao Plenário do CRF, que julgará as razões apresentadas.

§ 4º - Da decisão do CRF, caberá recurso ao CFF no prazo de 3 (três) dias, caso contrário, será formalizado o competente executivo fiscal para os fins do artigo 35 da Lei Federal nº 3.820/60.

§ 5º - O recurso ao CFF deverá ser interposto perante o CRF no qual tramita o processo, mediamente o pagamento de porte de remessa e retorno dos autos através de boleto bancário oriundo de convênio específico, sob pena de deserto e não encaminhamento, em valores definidos em portaria do Presidente do CFF.

Art. 8º - O CRF emitirá aos que não votarem por motivo justificado, documento que os isente das sanções previstas.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 9º - A duração dos mandatos para as funções públicas dos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia é de 4 (quatro) anos para Conselheiros Federal e Regional, e de 2 (dois) anos para Diretoria dos Conselhos Federal e Regionais, nos termos da Lei Federal nº 3.820/60, com nova redação dada pela Lei Federal nº 9.120/95.

Art. 10 - As eleições para os cargos previstos na Lei Federal nº 3.820/60, respeitada a Resolução/CFF nº 318/97, serão realizadas em todos os Conselhos Regionais de Farmácia do país, salvo motivo de força maior, submetido à autorização do CFF.

DA ELEGIBILIDADE DE CANDIDATOS

DOS REQUISITOS ESSENCIAIS

Art. 11 - São elegíveis os farmacêuticos regularmente inscritos, em pleno gozo de seus direitos profissionais, desde que satisfaçam os seguintes requisitos:

a) ser brasileiro;

b) estar com inscrição profissional principal e definitiva no quadro de farmacêuticos, aprovada pelo Plenário do respectivo CRF, até a data de encerramento do prazo de inscrição de candidatos;

c) não estar proibido ou suspenso de exercer a profissão;

d) estar quite com a Tesouraria do CRF, sem qualquer débito ou parcela vencida no ato da inscrição do candidato;

e) ter, no mínimo, 3 (três) anos de inscrição em CRF;

f) apresentação de certidão da justiça estadual, federal, militar e eleitoral, essa última fornecida pelas zonas eleitorais, pelos Tribunais Regionais Eleitorais e pelo Tribunal Superior Eleitoral, onde não conste sentença condenatória transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, ainda que não transitada em julgado, consoante ao previsto na Lei Complementar nº 64/90 e na Lei Complementar nº 135/10;

g) apresentação de certidão da justiça estadual e federal onde não conste sentença condenatória por improbidade administrativa transitada em julgado ou acórdão proferido por órgão judicial colegiado, ainda que não transitado em julgado, consoante ao previsto na Lei Complementar nº 64/90 e na Lei Complementar nº 135/10;

h) apresentação de declaração própria, sob as penas da legislação vigente, atestando que não tem qualquer outra causa de inelegibilidade, nos termos desta Resolução.

Art. 12 - A comprovação dos requisitos exigidos no artigo anterior, à exceção das alíneas "f" a "h", que deverão ser providenciadas pelo candidato, é de responsabilidade e obrigação do CRF do âmbito da jurisdição do candidato, o qual deverá expedir certidão de ofício a respeito após a requisição prévia do farmacêutico interessado.

DOS IMPEDIMENTOS PARA CANDIDATURA

Art. 13 - São impedimentos a candidatura a Conselheiro Federal, Regional ou Diretoria:

a) estar exercendo cargo ou função remunerada em Conselho de Farmácia, ou qualquer prestação de serviços, ainda que terceirizados;

b) ter perdido o mandato conforme previsto nos Regimentos Internos do CFF e CRF por improbidade, persistindo o impedimento pelo período de 8 (oito) anos;

c) ter renunciado a mandato em Conselho, exceto na hipótese de escolha de mandatos simultâneos, persistindo o impedimento pelo período de 4 (quatro) anos, contado do término do mandato renunciado ou cassado;

d) ter sido condenado em processo criminal, ressalvado os reabilitados na forma da lei;

e) o farmacêutico estrangeiro inscrito nos quadros dos Conselhos Regionais de Farmácia, em face ao disposto no artigo 106, inciso VII, da Lei Federal nº 6.815/80;

f) o militar que esteja enquadrado no artigo 4º da Lei Federal nº 6.681/79;

g) o farmacêutico com inscrição secundária ou provisória;

h) apresentar qualquer certidão positiva prevista no artigo anterior.

DA ORGANIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES NOS CONSELHOS DE FARMÁCIA

DOS ÓRGÃOS ELEITORAIS

Art. 14 - O órgão com autoridade deliberativa e executiva para fins eleitorais perante o CRF é a Comissão Eleitoral Regional (CER), composta por 3 (três) farmacêuticos inscritos no respectivo CRF.

§ 1º - Caberá ao Plenário do CRF, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto no artigo 23, deliberar sobre os nomes dos membros da CER e o seu Presidente, que deverão ser homologados pelo Plenário do CFF, devendo-se promover a sua substituição pelo presidente do CFF no caso de veto, renúncia ou impedimento.

§ 2º - Não poderão participar da CER, os Conselheiros, Diretores, candidatos, empregados do CRF, os respectivos familiares e, ainda, os prestadores de serviço ao CRF.

Art. 15 - São órgãos deliberativos do Processo Eleitoral:

I. O Conselho Federal de Farmácia;

II. A Comissão Eleitoral Regional.

Art. 16 - Compete privativamente ao Presidente do Conselho Federal de Farmácia:

I. Promulgar o calendário e os editais das eleições das funções públicas dos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia em todo o país;

II. Organizar as eleições no CFF;

III. Analisar e, se for o caso, encaminhar ao Plenário sobre os pedidos de providências da CER;

IV. Encaminhar ao Plenário a apuração do resultado geral, proclamação dos eleitos e expedição de diploma;

V. Analisar e decidir sobre os pedidos de desaforamento dos feitos não decididos pela CER em matéria eleitoral em até 15 (quinze) dias, formulados por candidato ou parte legitimamente interessada, levando o feito em Plenário na sessão subsequente à sua decisão, se houver tempo hábil e, caso contrário, poderá decidir excepcionalmente "ad referendum" do Plenário, a fim de evitar perecimento de direito ou a manutenção do regular trâmite do processo eleitoral;

VI. Encaminhar ao Plenário os recursos interpostos das decisões deliberativas das Comissões Eleitorais Regionais dos Conselhos Regionais de Farmácia, relacionados aos procedimentos eleitorais afetos à sua jurisdição;

VII. Expedir as instruções necessárias à execução deste Regulamento;

VIII. Responder sobre matéria eleitoral às consultas que lhe forem feitas pela CER;

IX. Tomar quaisquer outras providências que julgar convenientes à execução deste Regulamento, inclusive mediante instruções normativas.

DA COORDENAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL NOS REGIONAIS

Art. 17 - Os atos de direção, coordenação e deliberação do processo eleitoral no CRF caberão a Comissão Eleitoral Regional (CER), mesmo que quaisquer dos Diretores e Conselheiros do órgão autárquico não sejam candidatos, a fim de preservar os princípios da moralidade e impessoalidade ou segregação.

Parágrafo único - Das decisões da CER cabe recurso ao Plenário do CFF, em todos os casos respeitados o devido processo legal e a ampla defesa, no prazo de 3 (três) dias, a contar da inequívoca ciência do ato, que poderá ser por publicação, correspondência registrada ou com aviso de recebimento, pessoalmente com assinatura de próprio punho do interessado ou seu procurador, ou por correspondência eletrônica (e-mail).

Art. 18 - Compete ao Presidente da CER:

I. Constituir as Seções Eleitorais, sendo pelo menos uma obrigatória a funcionar na sede do CRF;

II. Solicitar a Diretoria do CRF, quando necessário, suporte pessoal e estrutural para realização das suas atribuições;

III. Cumprir e fazer cumprir o regulamento eleitoral;

IV. Assinar o Edital das Eleições no CRF.

Art. 19 - Compete a Comissão Eleitoral Regional (CER):

I. A partir do calendário de eleições promulgado pelo Presidente do CFF, organizar o calendário e o processo eleitoral no seu Estado;

II. Emitir parecer fundamentado e decidir sobre:

a) a aprovação ou não, bem como o cancelamento de registro dos candidatos a Conselheiros Regionais, Conselheiros Federais e Diretoria;

b) os impedimentos de candidatos a Conselheiro Regional e Federal, ou funções de Diretores;

c) as reclamações de farmacêuticos de sua área de jurisdição sobre matéria ou processo eleitoral.

III. Promulgar, com os dados obtidos eletronicamente, os resultados finais das eleições de Conselheiros Regionais, Federais e Diretorias e expedir os respectivos diplomas, remetendo ao Presidente do CFF a cópia das atas de seus trabalhos;

IV. Responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas, cabendo reapreciação da matéria ao Plenário do CFF e, excepcionalmente, dada a urgência do caso e se evitar o perecimento do direito, ao Presidente do CFF;

V. Requisitar apoio administrativo e força policial, se necessária, ao cumprimento de suas decisões;

VI. Cumprir e fazer cumprir o presente regulamento, as determinações e instruções do Presidente ou do Plenário do Conselho Federal de Farmácia;

VII. Organizar o cadastro dos eleitores do Estado;

VIII. Conduzir o processo eleitoral no CRF e promover a apuração e divulgação, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, salvo motivo devidamente justificado, das eleições realizadas nas seções eleitorais sob a sua jurisdição;

IX. Receber e dar encaminhamento a todos os pedidos de impugnações;

X. Expedir ata consignando a diplomação dos eleitos;

XI. Encaminhar ao correio a lista, cujo conteúdo deverá permanecer sigiloso e sem acesso de terceiros, com nome e endereço dos farmacêuticos eleitores cadastrados no CRF, para fins exclusivos de correspondência eleitoral dos candidatos, cujo custo de remessa será de inteira responsabilidade do requerente, mediante prévia solicitação ao Presidente da CER.

DAS ELEIÇÕES

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 20 - As eleições nos Conselhos Regionais de Farmácia realizar-se-ão na primeira quinzena de novembro, conforme edital respectivo, exclusivamente pela rede mundial de computadores (Internet) no período ininterrupto de 48 (quarenta e oito) horas, com início às 12h00min (doze horas ou meio-dia), horário local.

Art. 21 - Caberá ao Presidente do Conselho Federal de Farmácia a supervisão das eleições gerais e, a Comissão Eleitoral Regional, a de conduzir e supervisionar os trabalhos da eleição específica de seu Estado até o seu encerramento, bem como a proclamação dos eleitos.

Art. 22 - Caberá ao Presidente do Conselho Federal de Farmácia expedir, na forma da presente Resolução, edital com o calendário eleitoral para os cargos dos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia, bem como de Diretoria.

Art. 23 - Em obediência ao calendário eleitoral, após ato do Presidente do CFF, as eleições serão convocadas pelo Presidente da CER, em edital único assinado e publicado no Diário Oficial ou em jornal de grande circulação local, até o dia 20 (vinte) do mês de julho, indicando-se:

a) local e data das inscrições, as quais serão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com início no primeiro dia útil do mês de agosto;

b) a data, o horário e o período das eleições, constando obrigatoriamente o endereço do sítio eletrônico e da seção eleitoral obrigatória e, se houver, das subseções eleitorais previamente informadas e autorizadas pelo Conselho Federal de Farmácia, nas quais será disponibilizado, durante o seu horário de funcionamento, um computador para votação com acesso a Internet, além das instruções necessárias ao exercício do voto eletrônico conforme definido nesta Resolução;

c) todos os mandatos e funções públicas em disputa, a duração do respectivo mandato, bem como o número de vagas para Conselheiro Regional e Suplente;

d) requisitos a serem cumpridos pelos candidatos;

e) prazo para impugnação de candidatos, cujos nomes figurarão em ato administrativo a ser afixado oportunamente em lugar visível na sede do CRF, assinada pelo Presidente da CER;

f) número e data da Resolução do CFF que deu origem ao edital;

g) o endereço da sede do CRF para que os interessados possam nela requerer inscrição;

h) assinatura do Presidente da CER.

Art. 24 - A eleição da Diretoria do CFF se dá pelo voto direto e secreto dos Conselheiros Federais eleitos ao pleno exercício do respectivo mandato e será realizada na 2ª quinzena de dezembro, observando-se, além da Lei Federal nº 3.820/60 com redação dada pela Lei Federal nº 9.120/95, os procedimentos previstos neste regulamento eleitoral e no Regimento Interno do CFF.

DOS ATOS DE GESTÃO

Art. 25 - Ao Presidente da CER, no uso de suas atribuições, compete:

I. Mandar afixar na sede do Conselho e Seccionais, o edital referente às eleições, bem como nas seções e subseções que forem autorizadas e, ainda, no sítio eletrônico do CRF;

II. Encerrado o prazo de inscrições de candidatos, inserir no sítio eletrônico do CRF e afixar na sede do Conselho e Seccionais, em lugar visível ao público:

a) portaria com os nomes dos candidatos a Conselheiros Regionais, as chapas à Diretoria do CRF e as chapas de Conselheiros Federais e respectivos Suplentes;

b) ato da CER que aprovou a inscrição dos candidatos e das chapas;

III. Solicitar ao Presidente do CRF o material e o equipamento necessários à eleição;

IV. Por ocasião das eleições, zelar para que sejam observados os atos e as formalidades necessárias à realização do pleito;

V. Promover prévia reunião entre os participantes do processo eleitoral, esclarecendo eventuais dúvidas suscitadas;

VI. Dispor, no sítio eletrônico do CRF, a lista com os nomes de farmacêuticos eleitores aptos a votar.

VII. Após a apuração:

a) proclamar os resultados e encaminhar a Secretaria do CRF para divulgação;

b) comunicar ao CFF o resultado da eleição para Conselheiro Federal e respectivo Suplente, até o primeiro dia útil após as eleições Regionais;

c) encaminhar ao Conselho Federal de Farmácia a segunda via do processo eleitoral, no prazo de 3 (três) dias contados de seu encerramento, para a devida homologação do seu Plenário e publicação de acórdão respectivo em Diário Oficial da União;

d) analisar e decidir, com os demais membros da Comissão Eleitoral Regional, sobre as justificativas apresentadas pelos eleitores não votantes, consoante ao disposto no artigo 7º, § 1º, desta Resolução.

DA INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS

Art. 26 - Os farmacêuticos candidatos a Conselheiro Regional, a funções públicas de Diretoria e a Conselheiro Federal e Suplente, inscrever-se-ão mediante requerimento em 2 (duas) vias, dirigido ao Presidente da Comissão Eleitoral Regional, instruído com a comprovação dos requisitos do artigo 11 e observados os termos do artigo 13, ambos desta Resolução.

§ 1º - Os candidatos à Diretoria, Conselheiro Federal e seu Suplente, deverão inscrever-se por chapa completa, discriminando nomes e cargos, sendo vedada a candidatura singular.

§ 2º - A Suplência do Conselheiro Federal é intrínseca ao mandato de Conselheiro Titular tendo o mesmo período de mandato.

§ 3º - Não é permitida a candidatura simultânea ao CRF e ao CFF.

§ 4º - Não é permitido o registro de candidato para mais de um cargo, ressalvado quando a concorrência se referir a cargo de Diretoria e de conselheiro no CRF.

§ 5º - Os atuais Conselheiros e Diretores de CRF, no desempenho de seus mandatos, podem neles permanecer mesmo se concorrerem às eleições, não devendo intervir, sob qualquer forma, na condução do processo eleitoral, promovendo atos de ofício de sua competência regimental, atendendo e dando apoio logístico às requisições da Comissão Eleitoral Regional.

§ 6º - É facultado aos candidatos acompanharem o processo eleitoral, podendo pedir vistas e cópias das atas e de toda sua documentação, sendo vedada qualquer interferência nos trabalhos executivos ou deliberativos.

§ 7º - Excepcionalmente e até 10 (dez) dias antes da eleição ou, ainda, no prazo técnico permitido pela empresa especializada que realizar a eleição pela Internet após anuência da empresa de auditoria, na hipótese de óbito, desistência justificada ou impedimento superveniente de um candidato membro de chapa, este poderá ser substituído por outro que atenda as condições eletivas.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 27 - Até 3 (três) dias após o encerramento do prazo para inscrição de candidatos, o Presidente da Comissão Eleitoral Regional determinará a fixação de Edital constando os nomes dos postulantes aos cargos de que trata o artigo 1º do Anexo I desta Resolução, em lugar visível na sede e seccionais do CRF, bem como no sítio eletrônico do CRF.

§ 1º - A impugnação contra o pedido de registro de candidato deverá ser feita nos seguintes moldes:

I. Da data de fixação do edital citado no "caput" caberá, no prazo de 3 (três) dias, a impugnação das candidaturas por qualquer farmacêutico.

II. O Presidente da CER notificará imediatamente o impugnado para, querendo, apresentar defesa em 3 (três) dias, contados da notificação.

III. Findo o prazo do inciso anterior, havendo ou não defesa do impugnado, a Comissão Eleitoral Regional apresentará análise e decisão sobre o pedido de eventuais impugnações.

§ 2º - Os pedidos de registro de candidaturas deferidos e indeferidos pela CER deverão constar em ato específico a ser afixado em lugar visível na sede e nas seccionais do CRF, bem como no seu sítio eletrônico.

§ 3º - O Presidente da Comissão Eleitoral Regional comunicará aos interessados sobre o referido ato, cabendo recurso ao CFF no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento da comunicação.

Art. 28 - A abertura das inscrições dos candidatos não deverá anteceder mais de 120 (cento e vinte) dias da data das eleições, exceto por motivo imprevisível ou de força maior devidamente justificado.

Art. 29 - O requerimento de inscrição deve ser protocolado na sede do CRF, pessoalmente pelo candidato ou por terceiro desde que através de procuração com poderes específicos, pública ou privada com firma reconhecida, em duas (2) vias, sendo instruído pelo Presidente da Comissão Eleitoral Regional ou seu substituto, da seguinte forma:

I. Ficha de inscrição específica padronizada pelo CFF conforme anexos, devendo o candidato, ou seu procurador com poderes específicos, assiná-la na presença do empregado do CRF designado pelo Presidente da Comissão Eleitoral Regional;

II. Cópia da carteira ou da cédula de identidade profissional;

III. Documento assinado pelo candidato, em que o mesmo declare ter ciência acerca do cronograma eleitoral, além do recebimento do protocolo de inscrição;

IV. Foto atual, frontal, colorida, impressa ou digitalizada conforme configuração a ser definida pela empresa especializada que realizar a eleição pela Internet, constando nome completo e cargo pretendido;

V. Documentos previstos nas alíneas "f" a "h" do artigo 11 e da certidão do artigo 12, ambos desta Resolução;

VI. Constar nome completo e respectivo cargo e mandato pretendido.

Parágrafo único. A Comissão Eleitoral Regional devolverá devidamente protocolada, uma das vias do requerimento de inscrição.

Art. 30 - O prazo da entrada no Setor de Protocolo do CRF do requerimento de registro de candidato a cargo eletivo terminará às 18h00min local da data de encerramento das inscrições dos candidatos conforme determinado em Edital de Eleições.

Art. 31 - O CFF deverá adotar procedimentos necessários, a fim de que, preferencialmente até 30 (trinta) dias antes da data aprazada para a eleição dos cargos da Lei Federal nº 3.820/60, sejam julgados, inclusive em grau de recurso, todos os requerimentos de inscrição e registros de candidatos, ressalvados motivo de força maior ou impedimento legal.

Art. 32 - É assegurado a qualquer candidato comunicar a renúncia à sua candidatura em petição com firma reconhecida, dirigida ao Presidente da Comissão Eleitoral Regional.

Parágrafo único. São nulos os votos atribuídos ao candidato que tenha renunciado, solicitado o cancelamento de seu pedido de registro, ou que tenha sua candidatura indeferida em última instância pelo CFF e não haja tempo hábil para retirada de seu nome da votação, observado o artigo 26, § 7º, desta Resolução.

DO EXERCÍCIO DO VOTO

Art. 33 - O voto eletrônico na modalidade "on line" ou "web voto" pela rede mundial de computadores (Internet), de direito privativo dos farmacêuticos devidamente inscritos nos Conselhos Regionais de Farmácia, é obrigatório a todas as funções públicas de Conselheiros Regionais, Conselheiros Federais e Diretorias dos Conselhos Regionais de Farmácia.

Art. 34 - A eleição por meio eletrônico, através da rede mundial de computadores - Internet - observada a inviolabilidade, o sigilo e a adoção de mecanismos de segurança, será implementada exclusivamente através de empresa especializada contratada mediante processo licitatório próprio pelo CFF, devendo-se promover todos os atos previstos neste regulamento, sendo defeso ao CRF a adoção de procedimentos distintos, sob pena de nulidade.

Art. 35 - Os custos para implementação do voto "on line" serão arcados proporcionalmente pelos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia.

Art. 36 - A votação poderá ser realizada em qualquer computador ou aparelho com acesso seguro a Internet, durante o prazo ininterrupto de 48 (quarenta e oito) horas e serão computados os votos enviados eletronicamente pela Internet no referido período, iniciado a partir das 12h00min (doze horas ou meio-dia), horário local, na data fixada em Edital.

Art. 37 - O CRF disponibilizará na data da eleição aos farmacêuticos eleitores em sua sede e durante o seu horário de funcionamento, pelo menos um computador com acesso à Internet, constituindo-se em seção eleitoral obrigatória, devendo-se adotar idêntico procedimento nas seccionais porventura autorizadas.

Parágrafo único - No local destinado à votação, o computador terá acesso apenas ao sitio ou endereço eletrônico destinado à votação, permanecendo em recinto separado do público com uma cabina indevassável que permita o sigilo do voto, onde os farmacêuticos eleitores, na medida do comparecimento durante o horário de funcionamento da sede e da seccional previamente autorizada, possam promover seu voto de acordo com sua preferência.

DO SIGILO DO VOTO

Art. 38 - O sigilo do voto é assegurado mediante as seguintes providências a serem adotadas pelo Conselho Federal de Farmácia:

I. Contratação, mediante processo licitatório, de empresa especializada em tal procedimento ou modalidade;

II. Contratação, mediante processo licitatório, de empresa especializada em auditoria independente, sem qualquer vínculo com a empresa responsável pela realização das eleições;

III. Contratação, mediante processo licitatório, de empresa especializada de impressão gráfica, acabamento, pré-postagem e logística, de acordo com as normas estabelecidas pela Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) para a postagem de correspondência a ser enviada com a senha provisória e as instruções eleitorais necessárias às eleições via Internet;

IV. Utilização via Internet de endereço eletrônico específico que possibilite acesso aos procedimentos de votação que garantam o sigilo e a segurança dos votos, devendo, para tanto, dispor de certificado emitido por entidade ou autoridade competente, bem como ser vistoriado por auditoria terceirizada;

V. Encerrado o horário de votação, a empresa especializada disponibilizará relatório completo com os resultados apurados, no mesmo sítio eletrônico da votação, com impressão "PDF" (Portable Document Format), cujo acesso e emissão se dará mediante senha do Presidente da CER ou, no seu impedimento ou ausência, de qualquer dos membros da CER, após o prazo técnico necessário, constando as seguintes informações:

a) dia e hora da abertura e encerramento dos trabalhos;

b) resultado geral da apuração, com o nome dos eleitos, número das respectivas inscrições profissionais e prazos de mandatos, total de farmacêuticos votantes, votos atribuídos a cada candidato, votos de cada chapa, votos em branco e votos nulos;

c) percentual de abstenção relativamente ao número de farmacêuticos eleitores e número de inadimplentes.

VI. Uma via do resultado deverá ser impressa pelo Presidente da CER ou, no seu impedimento ou ausência, de qualquer dos membros da CER, e imediatamente afixada na sede do CRF em local que possa ser copiado por qualquer pessoa, uma será entregue ao CRF, bem como a cada candidato ou ao seu fiscal que solicitar, mediante recibo.

DO VOTO

Art. 39 - O modelo de votação eletrônica deverá obedecer a seguinte sequência:

a) A relação dos candidatos à Conselheiro Regional, no qual o eleitor será orientado a assinalar quantos candidatos forem as vagas disponíveis para Conselheiro Regional efetivo;

b) As chapas completas da Diretoria, com nomes e funções, no qual o eleitor poderá assinalar apenas uma das chapas;

c) Relação das chapas dos candidatos a Conselheiro Federal e respectivo Suplente com nome e função, no qual o eleitor poderá assinalar apenas uma das chapas;

d) para cada candidatura será disponibilizado espaço para inserção de foto conforme configuração a ser definida pela empresa especializada, de histórico e proposta resumida de cada candidato ou chapa de, no máximo, 800 (oitocentos) caracteres, para adequada visualização.

§ 1º. A ordem de disposição dos candidatos e chapas na página de votação se dará mediante ordem de inscrição.

§ 2º. Cada página de votação deverá conter o nome e função pretendida de todos os candidatos e chapas concorrentes ao respectivo cargo ou mandato.

§ 3º. É de responsabilidade exclusiva do CRF a atualização, o envio e a validação da base de dados dos eleitores e dos candidatos e chapas, conforme procedimento, formato e o prazo exigido pela empresa responsável pela realização da eleição pela Internet.

§ 4º. A data limite para envio dos dados pelo CRF será definida em instrução normativa ou ofício circular do Presidente do CFF, com base nas orientações da empresa responsável pela realização da eleição pela Internet.

Art. 40 - Cada farmacêutico receberá, até 30 (trinta) dias pelos correios e até 48 (quarenta e oito) horas por correspondência eletrônica (e-mail), antecedentes ao pleito, uma senha provisória para votação pela Internet, sem conhecimento ou acesso das partes envolvidas na eleição, a qual deverá ser alterada previamente para uma definitiva, sendo vedado, uma vez digitado e confirmado o voto, alterá-lo.

Parágrafo único - Os dados dos farmacêuticos eleitores para a devida remessa de correspondência deverão ser enviados pelos Conselhos Regionais de Farmácia ao endereço eletrônico indicado pelo Conselho Federal de Farmácia, no prazo que permita o atendimento previsto no caput deste artigo.

Art. 41 - A votação pela Internet deverá obrigatoriamente observar os seguintes requisitos:

a) o sigilo do voto;

b) a impossibilidade que o eleitor vote mais de uma vez;

c) a imparcialidade e transparência do procedimento;

d) endereço exclusivo na Internet;

e) possibilidade de auditoria integral e independente do código-fonte;

f) assinatura digital do código-executável;

g) segurança através de mecanismos eficazes de criptografia de dados e canais de comunicação;

h) criação de "back-up" com assinatura digital antes e depois da eleição;

i) espelhamento do banco de dados;

j) garantia de, pelo menos, 5.000 transações por minuto;

k) hardenização do sistema operacional;

l) "firewall" com monitoramento durante o período de eleição;

m) centralização em Brasília/DF;

n) disponibilização de emissão de relatório prévio antes do início das eleições, declarando que não há votos computados no banco de dados referente aos eleitores (zerézima);

o) possibilidade técnica de manutenção da eleição aos cargos e funções que não forem objeto de eventual medida judicial liminar de suspensão ou de impugnação específica de candidatura, de forma a preservar a inviolabilidade, a segurança exigida e a realização da eleição aos demais cargos e funções mantidas incólumes na data aprazada.

Art. 42 - A partir das 12h00min (doze horas ou meio-dia) da data de encerramento da eleição, o Presidente da CER ou, na sua impossibilidade ou ausência, qualquer dos membros da Comissão Eleitoral, após a verificação e análise da empresa especializada de auditoria acerca da validade da votação, adotará as seguintes providências:

I. Mandará lavrar a ata da eleição, constando:

a) em anexo, a impressão do relatório emitido pelo sistema gerado pela empresa especializada com os dados eleitorais necessários, disponibilizado mediante sua senha pessoal, após o prazo técnico necessário;

b) os nomes dos fiscais e candidatos que hajam comparecido;

c) a causa, se houver, do retardamento para o começo da votação;

d) o motivo de alguns dos eleitores porventura presentes na sede tentarem, mas não votarem;

e) os protestos e as impugnações apresentados pelos fiscais, assim como as decisões sobre eles proferidas, tudo em seu inteiro teor;

f) a razão de interrupção da votação, se ocorrida, e o tempo de interrupção.

II. Assinará a ata com os demais membros da CER e, se houver, os fiscais que desejarem.

III. Entregará os documentos eleitorais ao CRF, sob recibo, com a indicação de hora, devendo os referidos documentos ser anexados no processo administrativo competente.

IV. Comunicará em oficio ou impresso próprio ao CRF e ao Presidente do CFF, a realização e o resultado da eleição.

Parágrafo único - O Presidente da CER ou, na sua impossibilidade ou ausência, de qualquer dos membros da Comissão Eleitoral, poderá disponibilizar de imediato o resultado provisório da eleição, com expressa menção e ressalva de que não é definitivo, a depender da homologação por parte da empresa de Auditoria.

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 43 - A empresa responsável pela elaboração de programação de todo o procedimento eleitoral deverá permitir acesso à possibilidade de auditagem que garanta o sigilo e a eficácia da eleição.

DA REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL

Art. 44 - As funções eletivas serão ocupadas pelos candidatos ou chapas mais votados.

§ 1º - A chapa para Diretoria deverá ser inscrita completa, discriminando as funções de Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro e Secretário-Geral, sendo imprescindível que todos os 4 (quatro) candidatos componentes da chapa, e não apenas parte deles, já tenham mandato ou condição prévia para que possam se eleger como Conselheiro Regional Efetivo cujo mandato abranja o de Diretor, de forma que todos os seus membros tenham a legitimidade da elegibilidade.

§ 2º - Não sendo eleita a chapa inscrita para Diretoria à razão de pelo menos metade mais um do número de Diretores, serão convocadas novas eleições, cabendo ao Presidente do CFF nomear Diretoria Provisória preferencialmente dentre os Conselheiros integrantes do CRF, com mandato precário de até 90 (noventa) dias, podendo ser renovado uma vez.

§ 3º - Em caso de empate entre as chapas de Diretoria, será escolhida a chapa em que o Presidente tiver inscrição profissional mais antiga, aplicando-se o mesmo critério para o desempate entre as Chapas de Conselheiros Federais e aos Conselheiros Regionais.

§ 4º. Serão proclamados Conselheiros Suplentes os candidatos que obterem votação imediatamente inferior à do Conselheiro Efetivo eleito até o limite das vagas a preencher dos respectivos mandatos.

Art. 45 - Na ocorrência de vaga de conselheiro, não havendo suplente para preenchê-la e o número de Conselheiros em exercício não permitir o "quorum" mínimo exigido pelo Regimento Interno, far-se-á nova eleição, salvo se faltarem menos de 12 (doze) meses para findar o período de mandato.

Parágrafo único - Após a posse e em razão de eventual vacância, é vedado convocar os demais candidatos participantes do pleito que não lograram êxito em se eleger a uma das vagas disponíveis, seja como Titular ou Suplente, observado o disposto no artigo 63.

DOS ATOS DE GESTÃO ELEITORAIS

Art. 46 - Os candidatos e seus fiscais credenciados serão admitidos a fiscalizar a votação, formular impugnações, devendo evitar a adoção de medidas protelatórias e atos desrespeitosos aos participantes do processo eleitoral, sob pena de determinação de sua retirada dos recintos de votação e apuração, bem como naquele dos trabalhos realizados pela CER.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 47 - É proibida qualquer manifestação festiva, de congraçamento, propaganda eleitoral ou qualquer tipo de aliciamento de eleitor nas seções eleitorais e nas dependências internas do CRF.

Parágrafo único - Nas imediações das seções eleitorais será permitida a propaganda eleitoral desde que não seja coercitiva e tampouco impeça o livre trânsito de farmacêuticos eleitores, sob pena de convocação de força policial para manutenção da ordem e apuração de responsáveis.

Art. 48 - Ao Presidente da CER, bem como aos seus respectivos substitutos, cabem a polícia dos trabalhos Eleitorais, podendo inclusive retirar do recinto ou da sede da seção ou subseção quem não guardar a ordem e compostura devidas e estiver praticando qualquer ato atentatório da liberdade eleitoral.

DOS RECURSOS

Art. 49 - Não será admitido recurso contra a votação se não ocorrida manifestação expressa imediatamente após a apuração dos votos através do levantamento eletrônico de dados e a respectiva divulgação do resultado, sob pena de preclusão.

Art. 50 - Caso a impugnação ou recurso eleitoral necessite de auditagem por empresa terceirizada além daquela contratada pelo CFF, o custo de tal procedimento será por conta do impugnante ou recorrente.

Art. 51 - Após expresso pedido de impugnação ou intenção de interposição de recurso, o interessado poderá apresentar suas razões no mesmo momento ou por petição devidamente fundamentada em até 3 (três) dias, contados da data da manifestação após a realização da eleição, mediante protocolo no CRF dirigido ao Presidente da CER que apresentará suas contrarrazões.

§ 1º. Os demais candidatos serão cientificados da interposição do recurso para, no prazo de 3 (três) dias, oferecerem contrarrazões.

§ 2º. Findo esse prazo, o recurso, que não terá efeito suspensivo, será encaminhado ao Plenário do CFF.

§ 3º. A execução de qualquer acórdão será imediata, através de comunicação por oficio, telegrama, correspondência eletrônica ou, em casos especiais, a critério do Presidente da CER.

§ 4º. Ao se realizar a diplomação, se ainda houver recurso pendente de decisão em outra instância, será consignado que os resultados poderão sofrer alterações decorrentes desse julgamento.

Art. 52 - O recurso contra expedição de diploma caberá somente nos seguintes casos, observada a preclusão das fases e dos atos processuais:

I. inelegibilidade ou incompatibilidade de candidato;

II. errônea interpretação das normas quanto à proclamação dos eleitos;

III. erro de direito ou de fato na apuração final;

IV. em manifesta contradição com a prova dos autos.

Art. 53 - Das decisões do Presidente da CER, ressalvados os despachos de mero expediente, caberá recurso ao CFF.

DAS NULIDADES

Art. 54 - É nula a votação, no todo ou na parte que lhe prejudicar:

I. quando não observados os requisitos essenciais previstos na forma desta Resolução ou constituir ofensa a lei, em especial no tocante a identificação do eleitor, sigilo do voto, forma de apuração e datas e horários de realização;

II. quando efetuada mediante fraude ou coação.

Art. 55 - Se a nulidade arguida comprometer o processo eleitoral, o CFF marcará dia para nova eleição dentro do prazo de 30 (trinta) dias após o seu julgamento, nomeando Junta Diretiva até a posse dos novos eleitos.

DA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 56 - O Presidente da CER determinará a organização do processo eleitoral em 2 (duas) vias, constituindo-se a primeira dos expedientes originais e a segunda de cópias autenticadas pelo CRF, destinadas ao CFF, com as folhas devidamente numeradas, para homologação do Plenário.

Art. 57 - São peças essenciais do processo eleitoral:

a) o Edital publicado no Diário Oficial e/ou em Jornal de grande circulação e de cópias das circulares expedidas;

b) os requerimentos de inscrição dos candidatos e seus anexos;

c) as atas dos trabalhos eleitorais;

d) o recurso interposto, se houver, que formará autos em apenso ao processo eleitoral.

Art. 58 - Quando não se fixar prazo, este será de 3 (três) dias da publicação ou ciência inequívoca do ato ou decisão.

Art. 59 - Os prazos estabelecidos neste regulamento são contínuos, sendo computados excluindo o começo e incluindo o dia do vencimento, exceto quando se tratar de inscrição consoante previsto no artigo 23, alínea "a", desta Resolução.

Parágrafo único. O prazo somente começa a correr do primeiro dia útil da notificação do candidato, com a certidão da respectiva juntada do aviso de recebimento ou ciência inequívoca aos autos eleitorais, inclusive por envio de correspondência eletrônica (e-mail).

Art. 60 - Quando a data limite de um prazo estabelecido neste regulamento for sábado, domingo, feriado ou em recesso dos Conselhos, considerar-se-á o prazo automaticamente prorrogado ao primeiro dia útil seguinte.

Art. 61 - Os atos inerentes ao processo eleitoral realizar-se-ão nos prazos deste regulamento, bem como em caso de omissão de prazos, os órgãos executivos os determinarão no âmbito de suas competências, tendo em conta a complexidade do ato praticado, preservando a ampla defesa, sem prejuízo da configuração de eventual preclusão.

Art. 62 - São preclusivos os prazos para interposição de impugnação ou recurso.

Art. 63 - O ato de diplomação dos Conselheiros eleitos e dos membros da Diretoria conforme o respectivo mandato previsto em edital ocorrerá na primeira reunião plenária após a realização das eleições, não podendo ultrapassar o 1º (primeiro) dia útil do início do referido mandato, no qual se dará a posse.

§ 1º - A ausência sem justificativa do candidato eleito e regularmente convocado à Plenária de diplomação e, após ter-lhe sido dado 15 (quinze) dias para justificar, importará sua renúncia à expectativa de direito ao cargo e este, em ato contínuo será declarado vago, devendo-se convocar, se houver, o próximo candidato colocado conforme constante em ata de eleição.

§ 2º - A diplomação do candidato, após justificativa aceita, se dará na primeira reunião plenária posterior ou, ante a sua impossibilidade, mediante ato "ad referendum" que deverá ser oportunamente homologado pelo Plenário.

§ 3º - Idêntico procedimento será adotado ante a ausência da efetiva posse.

§ 4º - Na hipótese de eventual dificuldade de posse no âmbito do CRF, esta poderá ser promovida pelo CFF, por ato de seu Presidente ou substituto regimental.

Art. 64 - Os Conselhos Regionais de Farmácia deverão obrigatoriamente adotar os procedimentos necessários para atualização de cadastro de eleitores, no qual necessariamente devem constar os dados com nome completo, filiação, nº do CPF, nº de inscrição, endereço, e-mail e telefone celular dos farmacêuticos.

DA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL NO CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

Art. 65 - A eleição para a Diretoria do CFF observará o que dispuser no seu Regimento Interno.

Art. 66 - As eleições para Diretoria do CFF serão convocadas, em obediência ao calendário eleitoral, pelo Presidente do CFF, em edital a ser afixado na sede do órgão ou seu Plenário, indicando-se:

a) local e período das inscrições;

b) local, data e horário da realização da eleição;

c) requisitos a serem cumpridos pelos candidatos;

d) prazo para impugnação de candidatos, cujos nomes figurarão em Portaria a ser afixada em lugar visível na sede do CFF;

e) número e data da Resolução do CFF que deu origem ao edital;

f) assinatura do Presidente do CFF.

Art. 67 - Os candidatos às funções de Diretores do CFF deverão registrar sua chapa completa mediante requerimento dirigido a Comissão Eleitoral regimentalmente nomeada previamente à realização do pleito, devendo ser composta por 3 (três) farmacêuticos que não sejam empregados do CFF, não façam parte do Plenário, bem como não sejam parentes ainda que por afinidade, até o segundo grau, bem como o cônjuge respectivo, de qualquer dos candidatos.

§ 1º. O requerimento de registro da candidatura em chapa será encaminhado pela Comissão Eleitoral ao Plenário do CFF para a sua devida homologação, decidindo-se na mesma oportunidade eventual pedido de impugnação.

§ 2º. Antes da eleição, a Comissão Eleitoral afixará na sede do CFF a lista das chapas concorrentes.

§ 3º. A Secretaria do CFF confeccionará as cédulas únicas, que serão rubricadas no verso por todos os membros da Comissão Eleitoral, com indicação dos nomes das chapas, dos respectivos integrantes e das funções a que concorrem como Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral e Tesoureiro, na ordem em que forem registradas.

§ 4º. A Comissão Eleitoral funcionará, em momentos distintos, como Mesas Receptora e Apuradora, devendo garantir o sigilo do voto.

§ 5º. O eleitor indica seu voto assinalando a quadrícula ao lado da chapa escolhida.

§ 6º. Não pode o eleitor suprimir ou acrescentar nomes ou rasurar a cédula, sob pena de nulidade do voto.

§ 7º. Após o encerramento, a Mesa Apuradora procede à contagem dos votos, proclamando o resultado e a eleição dos integrantes da chapa mais votada.

§ 8º. Todo o procedimento eleitoral para Diretoria do CFF deverá ocorrer em sessão plenária única.

ANEXO II

AO PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE (O) _____

_____(Nome)_____, brasileiro(a), inscrito(a) no CRF/___, sob o nº ____, CPF nº _____, farmacêutico(a), e-mail _____, quite com a tesouraria do Conselho Regional de Farmácia do Estado de _____, bem como atendendo os demais requisitos impostos pelo Edital nº _____ de _____, publicado no DOE (jornal) de _____, vem requerer inscrição ao cargo de Conselheiro Regional do CRF/____, nos termos do Regulamento Eleitoral.

Nome:_____

Cargo:_____

Mandato:_____

Nestes termos,
Pede Deferimento.
Data _____

_____
(assinatura do candidato a Conselheiro Regional)

ANEXO III

AO PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE (O) _____

_____(nomes dos candidatos)_____, brasileiros(as), farmacêuticos inscritos(as) no CRF/___, respectivamente sob o nº ____, nº _____, nº _____, nº ____, CPFs nº _____, _____, _____, _____, _____, e-mails: _____, _____, _____, _____, abaixo assinados, residentes e domiciliados em _____, Estado de(o) _____ e em pleno gozo de seus direitos profissionais, requerem a V.S.ª que se digne inscrevê-los como candidatos à Diretoria, para mandato de _____ a _____, na chapa assim composta:

CHAPA Nº _____ (para uso do Presidente da CER)

NOME (se houver): _____

_____
Presidente

_____
Vice-Presidente

_____
Secretário(a) Geral

_____
Tesoureiro(a)
Nestes termos,
Pedem Deferimento.
Data _____

_____
(assinaturas dos candidatos a Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral e Tesoureiro)

ANEXO IV

AO PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE (O) _____

_____(nomes dos candidatos)_____, brasileiros(as), farmacêuticos inscritos(as) no CRF/___, respectivamente sob o nº ____ e nº ____, CPFs nº _____, _____, _____, _____, e-mails: _____, _____, _____, _____, abaixo assinados, residentes e domiciliados em _____, Estado de(o) _____ e em pleno gozo de seus direitos profissionais, requerem a V.S.ª que se digne inscrevê-los como candidatos à chapa de Conselheiro Federal, para mandato de _____ a _____, assim composta:

CHAPA Nº _____ (para uso do Presidente da CER)

NOME (se houver) _____

_____
Conselheiro Federal Titular

_____
Conselheiro Federal Suplente
Nestes termos,
Pedem Deferimento.
Data _____

_____
(Assinatura do Candidato a Conselheiro Federal Efetivo)

_____
(Assinatura do Candidato a Conselheiro Federal Suplente)

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO ACRE

DECISÃO Nº 48, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

Torna público o resultado do processo eleitoral para escolha do novo plenário do COREN/AC para o triênio 2015-2017, quadro I e quadro II/III.

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Estado do Acre - COREN-AC, em conjunto com o secretário, e em cumprimento à Lei nº 5.905/73, a Lei nº 7.498/86 e seu Decreto Regulamentador nº 94.406/87, em cumprimento a DECISÃO Nº 02/12, que aprova o regimento interno do Regional e a RESOLUÇÃO COFEN Nº 355/09.

Considerando a conclusão do processo eleitoral 2014, por parte da comissão eleitoral, designada pela portaria COREN/AC Nº 32/2014.

Considerando a homologação do processo eleitoral para escolha dos novos conselheiro para o COREN/AC, triênio 2015-2017 por parte do COFEN, através da decisão COFEN Nº 209/2014.

Considerando o estabelecido no § 4º do art. 57 e o estabelecido no art. 58 da resolução COFEN Nº 355/2009, decide:

Art. 1º - Tonar público o resultado das eleições para escolha do novo plenário do Conselho Regional de Enfermagem do Estado do Acre - COREN/AC, para o triênio 2015-2017, ocorridas nos dias 13 e 14/09/2014, para o quadro I e quadro II/III.

Art. 2º - Proclamar como vencedores das eleições ao Quadro I, os seguintes profissionais, todos componentes da chapa 01, a saber:

Conselheiros efetivos do Quadro I: José Adailton Cruz Pereira - COREN/AC Nº 85.030 - ENF; Pablo José C. Bezerra da Silva - COREN/AC Nº 182.931 - ENF; Aline Camila Neves Lopes - COREN/AC Nº 146.836 - ENF;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Conselheiros suplentes do Quadro I:

João Batista Ferreira dos Santos - COREN/AC Nº 114.092 - ENF; Marcio Raleigue A. Lima Verde - COREN/AC Nº 85.068 - ENF; Maria Lucimar Rodrigues Barbary - COREN/AC 73.638 - ENF;

Art. 3º - Proclamar como vencedores das eleições ao Quadro II/III, os seguintes profissionais, todos componentes da chapa 01, a saber:

Conselheiros efetivos do Quadro II/III: Maria Marilita dos Santos - COREN/AC Nº 305.340 - TE; Fernando Oliveira Silva - COREN/AC Nº 482.087 - TE;

Conselheiros suplentes do Quadro II/III: Marsile Selia Scheley - COREN/AC Nº 330.558 - TE; Francisco Paulo M. Damasceno - COREN/AC Nº 215.095 - TE;

Art. 4º decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ADAILTON CRUZ PEREIRA
Presidente do Conselho

JOÃO BATISTA DE LIMA
Secretário

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RESOLUÇÃO Nº 102, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

Altera a nova regulamentação sobre a comenda de mérito da medicina veterinária e zootecnia do estado de Santa Catarina e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Santa Catarina - CRMV-SC, no uso das suas atribuições, conforme a Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968 e da Resolução nº 591, de 26 de junho de 1992 (RIP), do Conselho Federal de Medicina Veterinária, resolve:

Art. 1º - Alterar o artigo 1º da Resolução CRMV-SC n° 097, de 18 de agosto de 2014, ficando esse com a seguinte redação: "Art. 1º - Fica instituída a COMENDA DE MÉRITO, a ser concedida pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Santa Catarina - CRMV-SC, na forma de MEDALHA e CERTIFICADO, aos que se destacarem em suas áreas de atuação e/ou tenham prestado relevantes contribuições à categoria profissional da Medicina Veterinária e/ou Zootecnia, nas seguintes modalidades:

I. COMENDA DE MÉRITO ACADÊMICO DA MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA DE SANTA CATARINA, a instituições de ensino da Medicina Veterinária e da Zootecnia, privadas e públicas, professores e/ou respectivos funcionários;

II. COMENDA DE MÉRITO EMPRESARIAL DA MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA DE SANTA CATARINA, a pessoas jurídicas de direito privado, seus sócios e/ou representantes;

III. COMENDA DE MÉRITO DESTAQUE DA MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA DE SANTA CATARINA, a pessoas detentoras de cargos políticos, autoridades civis e militares e a quaisquer cidadãos.

IV. COMENDA DE MÉRITO PROFISSIONAL DA MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA DE SANTA CATARINA, a Médico Veterinário ou Zootecnista;"

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogando-se as disposições em contrário.

MOACIR TONET

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

RESOLUÇÃO Nº 33, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Revoga o artigo segundo da Resolução nº 15, publicada no Diário Oficial da União, em 12 de março de 2012, Seção 1, página 211 e 212, extinguindo o cargo de secretário executivo, dispõe sobre a criação do cargo em comissão de assessor da Presidência e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL, usando das suas atribuições regimentais e legais, especialmente o disposto no artigo 11 da Resolução nº 591/92, e a Resolução nº 904/2009, ambas do Conselho Federal de Medicina Veterinária;

Considerando a autonomia administrativa e financeira do Conselho Regional de Medicina Veterinária, previsto no Artigo 10 da Lei nº 5.517/68, resolve:

Art. 1º - Revogar o disposto no artigo segundo da Resolução nº 15, publicada no Diário Oficial da União, em 12 de março de 2012, Seção 1, página 211 e 212, a fim de extinguir o cargo em comissão de Secretário Executivo, considerado de livre escolha, designação e dispensa.

Art. 2º - Criar 1 (um) cargo de Assessor da Presidência, considerado de livre escolha, designação e dispensa.

Parágrafo Primeiro: Em razão da natureza da contratação não fará jus, durante a vigência do contrato de trabalho, o contratado ao recolhimento mensal do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e na ocasião da rescisão contratual, não fará jus ao pagamento da multa rescisória de 40% (quarenta por cento), ao pagamento do aviso prévio, conforme orientação de Relatório de Auditoria do Conselho Federal de Medicina Veterinária nº 09/2010, bem como ao pagamento de seguro desemprego.

Parágrafo Segundo: No tocante às demais verbas trabalhistas, o contrato de trabalho é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 3º - Fixar a remuneração para o cargo de Assessor da Presidência em R$ 3.852,30 (três mil, oitocentos e cinquenta e dois reais, trinta centavos) mensais.

Art. 4º - As atribuições do cargo de Assessor da Presidência consistem nas seguintes atividades: fornecer à Presidência, diretoria e aos conselheiros a infra-estrutura e organização administrativa necessária ao exercício do mandato, organizar e orientar a atuação do Presidente, ajudar com a preparação da agenda.

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

RODRIGO MARQUES LORENZONI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MACHADO DE ASSIS

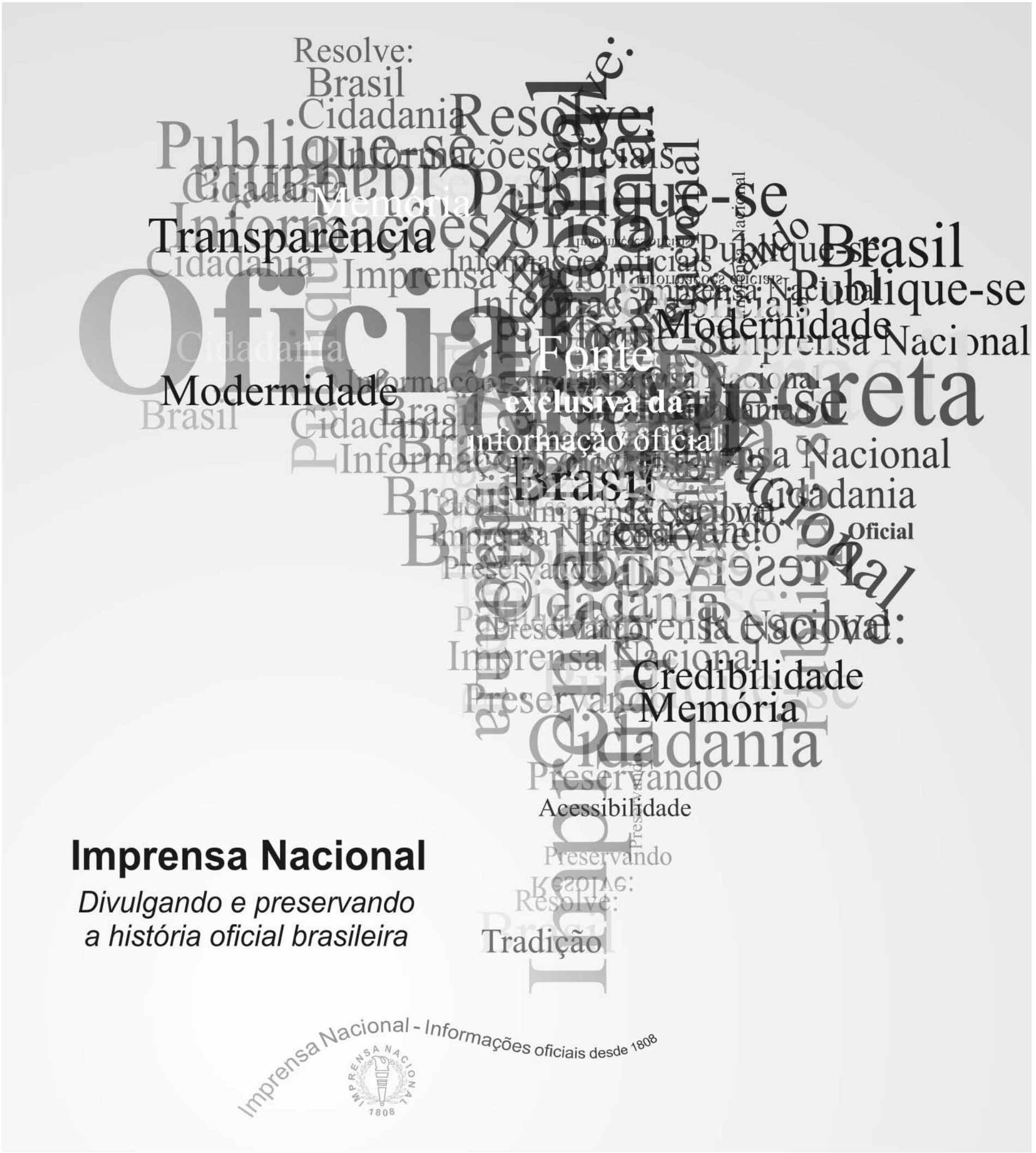


O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.

Patrono da Imprensa Nacional

Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa.
Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

IMPRENSA NACIONAL 1808


Resolve:
Brasil
Cidadania
Publique-se
Informações oficiais
Memória
Transparência
Modernidade
Fonte
exclusiva da
informação oficial
Brasil
Oficial
Preservando
Credibilidade
Memória
Cidadania
Acessibilidade
Tradição
Imprensa Nacional
Divulgando e preservando
a história oficial brasileira
Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014110500120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.